

**O papel das empresas privadas e das redes
empresariais na defesa e policiamento de Angola
(1900-1970)**

Teresa Furtado Peixoto Magalhães

**Tese de Doutoramento em Estudos sobre a
Globalização**

Julho, 2022

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Estudos sobre a Globalização, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Diogo Ramada Curto

Apoio Financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa de doutoramento com a referência PD/BD/106070/2015

Thesis submitted for the fulfilment of the necessary requirements for obtaining the Degree of Doctor of Philosophy in Global Studies under the supervision of Doctor Diogo Ramada Curto

Financial support from the Portuguese Foundation for Science and Technology through the doctoral grant with the reference PD/BD/106070/2015

DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

TARASO FURTADO P. MAGALHÃES

Lisboa, 20 de Julho de 2022

Declaro que esta tese/Dissertação / Relatório / Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

[Assinatura]

Lisboa, 20 de Julho de 2022

À minha mãe, a quem devo uma lista infindável de “obrigadas”.

*Aos que não percebendo as minhas inconstâncias,
fingiram perceber: às minhas irmãs e ao Gaspar, por tudo.*

O papel das empresas privadas e das redes empresariais na defesa e policiamento de Angola (1900-1970)

Teresa Furtado

RESUMO

O comportamento do setor privado colonial durante a guerra pela independência de Angola (1961-1974) permanece pouco estudado, em especial no que toca às suas diferentes trajetórias de atuação ao longo do tempo. Esta tese procura colmatar parte desta lacuna ao evidenciar o papel corporativo na defesa paramilitar das zonas onde determinadas empresas atuavam e analisando as iniciativas privadas de propaganda internacional a favor do colonialismo português. De forma a afastar conceções homogêneas quanto ao setor empresarial, procuramos colocar em evidência dissimetrias de atuação que estão por detrás das relações entre o Estado colonial e os grandes grupos económicos transimperiais através do estudo de caso de três empresas: a Companhia de Diamantes de Angola, a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela e a Companhia Geral dos Algodões de Angola. Importa analisar o modo como o setor privado entrou nos cálculos estratégicos quanto à reestruturação das forças militares e paramilitares no final da década de 1950, lançar luz sobre o racional por detrás das diferentes respostas do setor empresarial e analisar o aparecimento de uma organização privada de propaganda montada para defender a imagem do Estado e do setor privado colonial nos Estados Unidos da América e em alguns países europeus. Esta tese contribui para uma análise mais detalhada sobre a forma como a secular relação de dependência entre estes dois ambientes organizacionais se adaptou a um período particularmente violento da história colonial, marcado não só por desafios locais de contenção das forças subversivas, mas também por fortes críticas internacionais que visavam as condutas sociais, económicas e políticas tanto do Estado como do setor privado.

Palavras-chave: Angola, setor privado colonial, Estado colonial, empresas, defesa paramilitar, securitização privada, redes transimperiais, poder-infraestrutural do estado.

ABSTRACT

The behaviour of the Portuguese colonial private sector during Angola's decolonization war (1961-1974) remains understudied in what concerns its different political and economic trajectories. This thesis seeks to fill in part of that lacune by analysing the entrepreneurial role in the paramilitary defence in zones where private settler companies operated and by following private initiatives of international propaganda in favour of Portuguese colonialism. In order to dispel homogenous conceptions regarding the corporate sector, we should pay attention to asymmetries in the relations between the colonial state and the big transimperial economic groups. This thesis will do this by focusing on three case studies, each related to a different company: the Companhia de Diamantes de Angola, the Companhia de Caminhos-de-Ferro de Benguela and the Companhia de Algodões de Angola. These case studies analyse the multiple ways the private sector entered into security strategic calculus in relation to the reform of the military and paramilitary forces that happened in the end of the 1950s, shedding light on the rationale behind different business sector responses, and the emergence of a private propaganda agency set up to defend the image of both the colonial state and the private sector in the USA and other European countries. This thesis contributes to a greater understanding of the adaptation of the secular relation of dependence between both private and public organizational settings to a particularly violent period of the Portuguese colonial history, marked by the contention of so-called subversion and by strong international critiques of both state and private social, economic and political practices.

Keywords: Angola, colonial private sector, colonial state, companies, paramilitary defence, private securitization, transimperial networks, state infrastructural power

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Diogo Ramada Curto. Estendo este agradecimento, também, à Professora Doutora Alexandra Magnólia Dias pela confiança e pelas palavras de motivação.

Agradeço a todos os funcionários dos arquivos e bibliotecas, em especial do Arquivo Diplomático, da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino. Sem a paciência e a dedicação destes funcionários este trabalho não teria sido possível. Agradeço ainda ao Professor João Pereira Neto pela entrevista que nos concedeu. Esta entrevista foi crucial para olhar de outra forma um conjunto de informações e para compreender a complexidade das relações entre os funcionários públicos do Estado colonial e as elites empresariais.

Um obrigada muito especial a um conjunto de amigos por me terem sempre apoiado nos momentos mais difíceis. À Inês Pinto Machado, à Teresa Lencastre e à Beatriz Leão, por serem sempre o meu Porto seguro. À Rita Carvalho e à Margarida Rocha, por serem prova que as fronteiras não existem quando de amizade se trata. Um obrigada ainda mais especial ao meu colega e amigo Bernardo Cruz, pelas leituras, pela troca de ideias, pela partilha do desespero, por ter sempre a mão estendida para me ajudar a levantar. Para qualquer um deles, um obrigada é pouco.

Agradeço, hoje e sempre, à minha casa de *mulherzinhas*. À minha mãe, e às minhas irmãs, Marta, Filipa e Ana, por serem espelho do que de mais importante eu tenho na vida. Por me aturarem e por nunca me apontarem o dedo, quando seria justificável fazê-lo. Ao Gaspar, por procurar sempre perceber o que se passa na minha cabeça, mesmo quando, em troca, só recebe silêncios. Obrigada!

Por fim, um enorme obrigada à minha Avó Mimi, um exemplo perpétuo de vida e amor.

ÍNDICE

Introdução

Problematização.....	1
Linhas de investigação - a historiografia das relações Estado/ Empresas.....	8
Estrutura, Objeto de Estudo, Fontes e Metodologia.....	23

Capítulo I - Militarização das zonas económicas de Angola

De quantos militares precisa Angola? Debate em torno da resposta portuguesa às revoltas anticoloniais.....	32
Reestruturação da orgânica militar colonial: resistência e indulto para a africanização do exército colonial português.....	41
Criação de novas estruturas de defesa: a Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola (OPVDCA), o Grupo de Trabalho e Recuperação Económica (GTRE), a Guarda Rural, as Milícias e o Instituto do Trabalho, Previdência e Assistência Social (ITPAS)	53

Capítulo II - O poder coercivo privado: disciplinarização dos trabalhadores em tempo de guerra

O poder do Estado na gestão territorial e as relações de (inter)dependência com o sector privado.....	71
A criação ou reorganização da segurança privada dos caminhos-de-ferro, dos algodões dos diamantes	75
• O Caminho-de-Ferro de Benguela (C.F.B.).....	75
• Companhia Geral do Algodão de Angola (Cotonang).....	101
• A Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)	129
Pequenas fortalezas privadas? Comparações entre casos.....	158

Capítulo III - Máquina da propaganda privada nos palcos internacionais: a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas (1961-1970)

A sobreposição e o desgaste do quadro nacional e internacional: a queixa do Gana, as incertezas na Union Minière du Haut Katanga e as críticas ao setor privado	173
Internacionalização da propaganda privada: as empresas de relações públicas nos Estados Unidos e na C.E.E.....	185
• Selva & Lee e Downs & Roosevelt.....	185
• Information & Enterprise.....	209
Casos e comparações.....	222

Capítulo IV - As redes transimperiais e a captação de aliados internacionais

Relações embrionárias entre as empresas coloniais portuguesas e os poderes transimperiais – teorias e debates 231

O percurso dos monopólios privados durante a Guerra Colonial..... 239

Outros contributos para a defesa de Angola e para o debate sobre a dependência colonial portuguesa..... 269

Conclusão 275

Fontes e Bibliografia.....283

Anexos.....312

ACRÓNIMOS

ACOA	American Committee on Africa
AD	Arquivo Diplomático
ADN	Arquivo da Defesa Nacional
AHM	Arquivo Histórico da Marinha
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AMC	Arquivo Marcelo Caetano
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOS	Arquivo Oliveira Salazar
A.P.E.U.	Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas
ASC	Arquivo Soares Carneiro
BCK	Compagnie du Chemin de Fer du Bas-Congo au Katanga
BNU	Arquivo do Banco Nacional Ultramarino
C.E.E.	Comunidade Económica Europeia
C.F.B.	Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela
CAPA	Companhia Agrícola e Pecuária de Angola
CCCI	Compagnie du Congo pour le Commerce et l'Industrie
CDA/Diamang	Companhia de Diamantes de Angola
CEM	Chefe do Estado-Maior
CIDAC	Centro De Intervenção Para O Desenvolvimento Amílcar Cabral
COMETRA	Société de Constructions Métalliques et de Travaux
CONDIAMA	Consórcio Mineiro de Diamantes
Cotonang	Companhia Geral dos Algodões de Angola
CSK	Comité Spécial du Katanga
CUF	Companhia União Fabril

D&R	Downs&Rossevelt
Diamul	Companhia Ultramarina de Diamantes
Dinaco	Companhia Nacional de Diamantes
Forminière	Société Internationale Forestière et Minière du Congo
G.N.P.	Gabinete dos Negócios Políticos
Géomines	Compagnie Géologique et Minière des Ingénieurs et Industriels Belges
GPC	Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Cunene
GTRE	Grupo de Trabalho e Recuperação Económica
I&E	<i>Information&Enterprise</i>
I.T.P.A.S	Instituto do Trabalho, Previdência e Assistência Social
IEDA	Imposto Extraordinário para a Defesa de Angola
M.N.E.	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MIBA	Société Minière de Bakwanga
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NEA	National Editorial Association
O.I.T.	Organização Internacional do Trabalho
O.P.V.D.C.A.	Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil de Angola
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
Oestediam	Companhia de Diamantes Oeste de Angola
P.A.C.F.A.	Portuguese-American Committee on Foreign Affairs
PEMA	Companhia de Pesquisa Mineira de Angola
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PSP	Polícia de Segurança Pública
Purfina	Companhia de Combustíveis do Lobito
R.F.A.	República Federal Alemã
S&L	Selvage&Lee

S.I.D	Secção de Informação e Diligência (CDA)
SACOR	Sociedade Anónima Concessionária de Refinação de Petróleos em Portugal
SGB	Société Générale Belgique
Sibeka	Société Minière du Bas Congo
SPAMOI	Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena (CDA)
T.C.	Tanganyika Concessions Company Limited
TAP	Transportes Aéreos de Portugal
TCL/Tanks	Tanganyika Concessions Limited
UMHK	Union Minière du Haut Katanga
UPA	União das Populações de Angola
ZUP	Zona Única de Protecção (CDA)

LISTA DE IMAGENS E TABELAS

Tabela I	Tropas metropolitanas no teatro de guerra africano
Tabela II	Tropas recrutadas localmente no teatro de guerra africano
Imagem I	Angola nos anos 1960: uma formatura
Imagem II -	Corpo de Recuperação Económica em Nambuangongo
Imagem III:	Angola Colonial, anos 50/60: plantação de café
Imagem IV	Mapa do Caminho-de-Ferro de Benguela
Imagem V	Exemplo da Propaganda da Downs&Rossevelt
Tabela III	«Cost Comparison» da Downs&Rossevelt
Imagem VI	Exemplo da Propaganda da Information&Entreprise
Imagem VII	Informações enviadas pela I&E aos órgãos de comunicação
Imagem VIII	Mapa dos investimentos belgas em Angola
Imagem IX	Rede de investimentos transimperiais
Imagem X	Evolução das despesas do governo português (1968-1971) e contribuições do sector mineiro para os cofres do Estado (1970)

Introdução

Problematização do Objeto

Este estudo pretende analisar o modo como três das principais empresas multinacionais que operaram em Angola – a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), a Companhia dos Caminhos-de-ferro de Benguela (C.F.B.) e a Companhia Geral dos Algodões de Angola (Cotonang) – influenciaram, interna e internacionalmente, os cálculos estratégicos do Estado colonial na última fase do colonialismo português (1959-1974). Pretendemos, desta forma, colmatar um vazio na historiografia do Império colonial português, marcado pela inexistência de uma pesquisa que coloque no centro da análise o modo como o setor privado colonial contribuiu, não só em termos fiscais, para o esforço da guerra colonial. Partindo da análise de caso destas três empresas, procuramos empreender uma abordagem comparativa que coloque em relevo dinâmicas de aproximação e de desvinculação, chamando para dentro da nossa investigação outros estudos e análises de caso, nacionais e internacionais, que nos ajudem a compreender como determinadas práticas e ideias foram transversais à presença ocidental no continente africano, mas não só. Defendemos que somente através do estudo de caso podemos estabelecer uma comparação entre diferentes *locus* de poder corporativo para encontrarmos fatores idiossincráticos e relações de causalidade que se afastem de conclusões abstratas tendentes a analisar o setor privado colonial como um todo uno e compacto.

A história colonial ocidental é indissociável de permanentes processos de edificação de técnicas disciplinares de subjectivização e subjugação dos povos coloniais sob a aparência discursiva de uma missão civilizacional – quer através de discursos de cristianização daqueles territórios ou, mais tarde, sobre a prerrogativa humanitária da criação de um povo mais evoluído¹. É difícil analisar a natureza destes processos sem ter presente a sua índole biopolítica, latente na necessidade de racionalização do território e de apreensão de um conhecimento e controlo sobre o *corpus civili*². A dificuldade técnica e material de institucionalização das ferramentas necessárias ao controlo territorial das colónias portuguesas levou a que o Estado implementasse modelos análogos de soberania

¹ Ver, por exemplo: Maria Paula Meneses, «O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais», *e-cadernos CES* 7, 2010, pp. 68-93, pp. 68-69.

² David Scott, *Refashioning Futures: criticism after postcoloniality* (New Jersey: Princeton University Press, 1999), p.51.

que regularam o indígena através de um conjunto, muitas vezes sobreposto, de dispositivos excepcionais ao invés de uma única conceção da lei Liberal³. Neste sentido, o colonialismo oficializou uma espécie de normalização do Estado de Exceção⁴. Esta banalização legal da prática de vácuos de exceção faz eco de contributos mais recentes, como o de Ann Stoler sobre o espaço colonial enquanto estado de exceção permanente, ou mais antigas, como o de Hannah Arendt a propósito da influência decisiva da combinação de conceções racialistas do outro e práticas de governação burocráticas na genealogia do totalitarismo⁵. No nosso estudo, por se focar no modo como as empresas tiveram um papel ativo na polarização de ordenamentos jurídicos e práticas de gestão populacional, é imprescindível compreender como a parceria entre o Estado colonial e o setor privado se materializou na longa-duração, criando retalhos geográficos onde vingou uma autonomia administrativa a favor dos enredos privados, enquanto estes se comportavam, em nome do Estado, como garantes da ordem e da soberania portuguesa. O recurso a práticas análogas ao trabalho forçado é o ponto de partida desta discussão⁶. Este é o momento embrionário do processo de movimentação e subjugação do qual emergem as diferentes dinâmicas em estudo. A histórica parceria entre o Estado e o setor privado no fornecimento de mão-de-obra para as grandes empresas coloniais está na base de acusações que, com o início da Guerra Colonial, ganharam novos partidários, tanto dentro da burocracia pública como nos palcos internacionais. O “fornecimento” forçado de trabalhadores indígenas por parte de funcionários públicos para os enredos empresariais, a par da cooptação de outros atores como as autoridades tradicionais, colocou a população nativa, como veremos, duplamente subjugada a políticas de gestão soberana. Os diferentes ordenamentos e modelos de governação do setor privado ditaram diferentes experiências. É por esta razão que esta análise só é possível através de uma

³ Yehouda Shenhav, «Imperialism, Exceptionalism and the Contemporary World» in Marcelo Svirskey e Simon Bignall (ed.), *Agamben and Colonialism* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012), pp.17-31, pp. 20-25; Cristina Sá Valentim, «A exclusividade e a exceção: uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda Colonial», Tese de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global (Coimbra: Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, 2012).

⁴ Frantz Fanon, *The Wretched of the Earth* (Harmondsworth, England: Penguin Books, 1967).

⁵ Ann Stoler, «On Degrees of Imperial Sovereignty», *Public Culture* 18 (1), 2006, pp 125–146, pp.129-140; Hannah Arendt, *As origens do Totalitarismo* (Lisboa: Dom Quixote, 2004), pp.243-244. Ver também: Ann Stoler, *Duress: imperial sensibilities in our times* (Durham, NC: Duke University Press, 2016).

⁶ Ver, a título de exemplo, Alexander Keese, “Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política ‘tradicional’ e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola), 1957-1961”, *Africana Studia*, 7 (2004) pp. 247-276; Do mesmo autor ver também, “‘Proteger os Pretos’: Havia uma Mentalidade Reformista na Administração Portuguesa na África Tropical (1926-1961)?”, *Africana Studia*, 3 (2003) pp. 97-125.

conceção estática destes ambientes organizacionais, assim como dos discursos que sobre ambos se desenvolveram. A realidade histórica, contudo, obriga a uma dialética entre Estado e empresa.

Até 1906, Portugal controlava apenas 10% do território angolano e a ocupação efetiva daquela colónia somente foi alcançada na década de 1920⁷. A garantia do monopólio da violência e a edificação de um sistema fiscal constituíram os principais desafios que o Estado português enfrentava. Se o controlo militar era condição necessária para o alargamento da base tributária, apenas o aumento das receitas fiscais poderia financiar o incremento das forças locais. O setor privado foi, neste contexto, um dos meios de recurso para garantir a ocupação e o controlo soberano sobre a colónia. Ora, não só a soberania efetiva era assim preservada, como a presença do Estado na rede acionista garantia a sua participação na distribuição das receitas produzidas. As origens históricas desta parceria remontam ao final do século XIX e início do século XX, quando a “corrida à África” foi acompanhada da intenção, por parte de interesses privados, de obtenção de concessões nas colónias portuguesas⁸. Se até então as empresas multinacionais eram praticamente inexistentes, a necessidade de uma efetiva colonização e a consciencialização empresarial privada, nomeadamente europeia, quanto às riquezas africanas, ditaram novos contornos da história administrativa, fiscal e socioeconómica dos territórios coloniais⁹. Herança, em grande parte, do enaltecimento de sentimentos nacionalistas no período pós-Conferência de Berlim (1884-1885) e na sequência do Ultimato Inglês (1890), a imposição da necessidade destas empresas, edificadas a partir de capital estrangeiro, se constituírem e estabelecerem a sua sede legal em território português, foi uma exigência persistente ao longo do século XX¹⁰. Embora esta reserva tenha sofrido mutações ao longo do tempo, a sua finalidade era, como veremos, submeter os interesses privados ao princípio nacionalista da soberania portuguesa sobre as suas

⁷ Ricardo Soares de Oliveira e Susan Taponier, «“O Governo Está Aqui”: Post-war State-Making in the Angolan Periphery», *Politique africaine*, 2013/2 (Nº 130), pp. 165-187, p. 168.

⁸ Cf.: Thomas Pakenham; *The Scramble for Africa: White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876 to 1912* (New York: Random House, 1993); Eric Axelson; *Portugal and the Scramble for Africa, 1875-1891* (Jonesburg: Witwatersrand University Press, 1967); Gerald J. Bender, *Angola under the Portuguese: the myth and the reality* (Berkeley: University of California Press, 1980).

⁹ Cf.: William G. Clarence-Smith, *Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985).

¹⁰ Cf. Bárbara Pinto Teixeira Direito, Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manixa e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942; Tese de Doutoramento em Ciência Política, Faculdade de Direito, Faculdade de Letras e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013, Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8723/1/ulsd65982_td_Barbara_Direito.pdf; pp. 24-25.

colónias. Era também por este motivo que os principais dirigentes deveriam ser portugueses, reservando-se ainda ao Estado o direito de nomear administradores não executivos para se fazer representar nos conselhos de administração¹¹.

Apesar dessa pretensão nacionalista, uma leitura transfronteiriça desta realidade permite-nos questionar não só a validade académica de um nacionalismo metodológico, como nos ajuda a ler a história colonial portuguesa a partir de uma ótica mais inclusiva que possibilite captar o comportamento da burocracia pública e privada fugindo às questões formais da nacionalidade do capital. Em suma: procuramos aqui fazer uma análise que não reproduza no campo académico o corporativismo nacionalista defendido pelo regime do Estado Novo. Se a presença de grandes empresas foi determinante para as receitas dos cofres do Estado, não menos importante é o modo como atuaram ao sujeitar os seus trabalhadores a uma disciplina interna, adestrando o sujeito colonial ao respeito e vassalagem face a uma autoridade estatal e inculcando a ideia que a adesão às diretrizes do controlo patronal equivaleria ao pressuposto de progresso na escalada civilizacional. Ou seja: estas empresas foram, não poucas vezes, a voz do Estado ao nível local. É preciso não descurar que os casos aqui analisados não esgotam os possíveis objetos de estudo, tão pouco deixam de apresentar diferenças e variações consideráveis entre si. É por este motivo, como referido, que procuramos colocar em diálogo a história destas empresas com outros organismos transimperiais, empresariais ou não, que nos permitam aferir a importância, e o campo de atuação, do setor na história do colonialismo.

O comportamento destas empresas, assim como do Estado, não ocorreu isolado das práticas, das ideias e do contexto histórico internacional. A transferência e circulação de ideias e saberes ganhou contornos ainda mais perceptíveis na segunda metade do século XX quando se procuraram implementar novas matrizes de intervenção estatal e, consequentemente, privada. O colonialismo de bem-estar talvez tenha sido a *moda* do II pós-guerra. Como Bandeira Jerónimo e Costa Pinto afirmam, a sua transposição para o plano colonial português ficou a dever-se a dois fatores que, como iremos expor, não foram o resultado direto do período pós-Guerra, mas começaram a desenhar-se precisamente durante a Segunda Guerra Mundial¹². O substancial aumento das receitas,

¹¹ Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Neves, «The paradox of nationality: Foreign investment in Portuguese Africa (1890–1974)», *Business History*, Vol.14, nº1, Janeiro 2022, pp. 1-25, p. 9.

¹² Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism», in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, *The Ends*

resultado do *boom* das exportações durante a Guerra e do alargamento geográfico da coleta de impostos¹³, aliado ao progressivo abandono dos pressupostos fiscais que obstavam um substancial investimento metropolitano nas colónias, assente no critério da autossuficiência daqueles territórios africanos, forneceram a base material para alocação de fundos a favor do desenvolvimento das colónias¹⁴. Seguindo o exemplo francês e britânico da década de 1940, nomeadamente a teoria implícita da modernização incitada pelas elites burocráticas coloniais daqueles países, Portugal começou, na década de 1950, a definir vários planos de fomento para a modernização das colónias¹⁵. Procurando uma maior racionalização da exploração económica dos recursos africanos, mais virada para uma economia de mercado, a visão no decorrer da década de 1950 manteve-se fiel ao princípio orientador das colónias ao serviço dos interesses da economia metropolitana, na linha da política mais autónoma do período da Segunda Guerra Mundial¹⁶. Muito embora a Revisão Constitucional de 1951 já apontasse para um relativo alívio do controlo metropolitano da economia das colónias, a defesa do “interesse nacional”, vinculado a uma adesão a princípios nacionalistas de autonomia, não deixou de premiar a gestão ditatorial do Estado Novo¹⁷. O I Plano de Fomento (1953-1958), seguindo aquela lógica, destinava a maioria das suas verbas à construção e melhoria de comunicações e transportes, procurando, assim, aperfeiçoar o escoamento de matérias-primas angolanas para o mercado internacional¹⁸. Em 1959 entra em ação o II Plano de Fomento, que se estendeu até 1964. Com um aumento de 25% dos fundos destinados ao Ultramar, as preocupações com as condições socioeconómicas e de bem-estar aparecem, pela primeira vez, no cálculo dos investimentos metropolitanos destinados a África¹⁹. Muito embora a

of European Colonial Empires. Cases and Comparisons (Hampshire, Palgrave Macmillan: 2015), pp. 51-80.

¹³ Sobre o desenvolvimento das políticas fiscais nas colónias portuguesas ver: Philip J Havik, “Colonial Administration, Public Accounts and Fiscal Extraction: Policies and Revenues in Portuguese Africa (1900-1960).” *African Economic History* 41 (2013), pp. 159 – 221. Ver também: Kleoniki Alexopoulou, «Local Conditions and Metropolitan Visions: Fiscal Policies and Practices in Portuguese Africa, c. 1850–1970» In E. Frankema & A. Booth (Eds.), *Fiscal Capacity and the Colonial State in Asia and Africa, c.1850–1960* (Cambridge: Cambridge University Press, 2019) pp. 230-263.

¹⁴ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, pp.59-60.

¹⁵ Cláudia Castelo, «“New Brazils” in Africa - development and Portuguese late colonialism», *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, Vol. 30, nº 53 (2014), pp. 507-532, pp. 513-516. Sobre o caso francês e britânico, ver: Frederick Cooper, «Development, modernization and the Social Sciences in the era of decolonization: the examples of British and French Africa», *Revue d’histoire des sciences humaines*, n.10 (2004), pp.9-38.

¹⁶ Eduardo de Sousa Ferreira, «A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74»; *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985-1.º, pp. 83-110, pp. 83-84.

¹⁷ Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo. O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, (Porto: Edições Afrontamento, 1998).

¹⁸ Cláudia Castelo, «“New Brazils” in Africa - ...», *op. cit.*, p. 517.

¹⁹ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, pp.61-63

maioria dos fundos continuasse a estar alocado aos setores dos transportes e comunicações, ao aproveitamento dos recursos e às questões relacionadas com o povoamento, o plano abrangia, em tempo de guerra e pela primeira vez, verbas destinadas à educação e saúde, assim como a melhorias locais²⁰. Ainda assim, o foco destes planos no povoamento dos territórios africanos com europeus, e o tímido investimento na melhoria das condições socioeconómicas e da escolarização dos nativos, constituem traços que afastam a experiência colonial portuguesa dos planos seus contemporâneos das demais potências coloniais europeias. Também por estes motivos, a emigração, dada a fraqueza do capitalismo metropolitano era, segundo Cláudia Castelo, uma forma de manter o domínio colonial português²¹. Apesar das disparidades da experiência colonial portuguesa, o início da guerra colonial aproximou o país dos cálculos securitários tendencialmente humanitaristas. De facto, a intervenção estatal do colonialismo português vinculou preocupações de bem-estar das populações (assente na distribuição de bens públicos – eletricidade, água potável, condições de habitação, educação, cuidados de saúde, etc.)²² às questões securitárias. Este novo quadro de estruturação do intervencionismo estatal, mais ou menos imposto pelo ambiente e pressões internacionais, e do qual não podemos descurar o mediatismo da Guerra, impôs novas exigências ao setor privado colonial que procurou melhorar as condições de habitação e de saúde dos seus trabalhadores. Se isto é verdade para o caso da Diamang e dos C.F.B., dificilmente podemos dizer o mesmo relativamente à Cotonang. São precisamente estas diferenças que procuraremos dissecar.

O difícil equilíbrio entre uma linha de orientação política estatista e nacionalista e a dependência endémica face ao capital estrangeiro, tanto por razões económicas como de administração infraestrutural do território, constituiu o pano de fundo da racionalidade da burocracia colonial e metropolitana, sendo frequentemente identificável nos documentos lavrados pelos funcionários dos gabinetes de análise sociopolítica. Também no segundo pós-Guerra, as condenações públicas internacionais dos projetos de pureza racial foram acompanhadas de uma maior consciencialização de que “a liberdade e a

²⁰ Cláudia Castelo, «“New Brazils” in Africa - ...», *op. cit.*, p. 517.

²¹ *Idem, ibidem*, pp. 517-518.

²² Miguel Bandeira Jerónimo, “Managing Inequalities: Welfare Colonialism in the Portuguese Empire since the 1940s”, in Francisco Bethencourt, ed., *Inequality in the Portuguese-Speaking World. Global and Historical Perspectives* (Eastbourne: Sussex Academic Press, 2018) pp. 243-260. Ver, também, Miguel Bandeira Jerónimo, ““A Battle in the Field of Human Relations”: The Official Minds of Repressive Development in Portuguese Angola” in M. Thomas e C. Gareth (eds.), *Decolonization and Conflict: Colonial Comparisons and Legacies* (London: Bloomsbury Publishing, 2017) pp. 115–136.

independência” não eram um “apanágio dos países europeus”²³. Esta reviravolta humanitarista ganhou uma força mais pujante com a criação da O.N.U. e a concomitante pressão global a favor da descolonização²⁴. Em 1960, nomeado o “ano de África”, 17 países africanos alcançaram a independência: 14 colónias francesas, 2 colónias britânicas e 1 colónia belga. Nas vésperas da revolta algodoeira da Baixa do Cassange, na área concessionada à Companhia Geral dos Algodões de Angola, o número de países recém-independentes subia para 30²⁵. Face a esta conjuntura, desfavorável à causa portuguesa e muitíssimo agravada pelo início dos conflitos a favor da independência das colónias, a parceria entre o Estado e o setor privado tornou-se ainda mais significativa para a manutenção do Império. Com o início da Guerra Colonial não se tratava apenas de adestrar e disciplinar o trabalho. A vigilância quotidiana do setor privado sobre os africanos passou a ser visto como parte fundamental dos planos militares. Era a partir de um controlo corporativo local que se pretendia evitar que mais gente caísse na *armadilha* das campanhas terroristas. As empresas tornam-se assim não só garante da soberania do Estado como agentes estratégicos ativos na implementação semiautónoma de planos de autodefesa. Como veremos, a iniciativa privada, embora com claras reservas e resistências locais, tornou-se parte do poder biopolítico militarizado, cabendo-lhe não só contribuir fiscalmente para o esforço de guerra, como ocupando-se também das campanhas de movimentação espacial e controlo territorial das suas concessões e respetivas gentes. A militarização bélica das sociedades coloniais e a implementação de um *desenvolvimentismo repressivo* - imbuído de pressupostos simbólicos e de estratégias de desenvolvimento económico, social e político, amparadas em processos de engenharia de gestão social – devem ser analisadas não só à luz dos acontecimentos internacionais que definiram os contornos e circunscreveram o âmbito dessas políticas²⁶ mas, também, tendo em linha de conta que esta parceria público-privada se estendeu, como veremos, para lá das fronteiras dos territórios ultramarinos.

²³ Cláudia Castelo, «*O modo português...*», *op. cit.*, pp. 48-49.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 48; ver também Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, p. 52.

²⁵ Cláudia Castelo, «*O modo português...*», *op. cit.*, p.61.

²⁶ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, p.51. Ver também: Frederick Cooper, *Africa since 1940. The Past of the Present* (Cambridge MA: Cambridge University Press, 2002).

Linhas de investigação - a historiografia das relações Estado/empresas

A economia política colonial, centrada nas exportações de escravos e marfim e, mais tarde, numa variedade de produtos coloniais (café, algodão, petróleo, diamantes, ferro, etc.), determinou a consolidação de uma relação desigual entre os meios urbanos e a zona costeira, relativamente ao interior do território onde o Estado se fazia apenas sentir através da presença de pequenos núcleos de colonos ou pela cedência de poderes de soberania ao setor privado responsável pela administração das massas de trabalhadores autóctones²⁷. Esta espécie de “subcontratação” de atores não estatais serviu o propósito de expandir o poder do Estado para as zonas mais remotas do território que, no caso em estudo, correspondiam a uma parte significativa da Província, ao mesmo tempo que garantia a sua viabilidade económica²⁸. Ora, era precisamente no *hinterland* angolano que se encontravam grande parte das maiores empresas coloniais. A edificação de processos corporativos de gestão laboral responde a um conjunto de variáveis que nos ajudam a derrubar conceções unitárias sobre os modos de operação do setor privado. É, por isso, imperativo colocar essas diferenças a par dos estudos que se debruçam sobre esta problemática e que ajudam a compreender o caso português na iminência das análises globais. O debate sobre a génese do que ficou cunhado na literatura por *company town/company state* expõe a natureza transnacional e transimperial que acompanhou a emergência destas empresas concessionárias. Tendo sido estabelecido, num primeiro momento, na Europa Ocidental no século XVIII, este modelo de organização espacial da mão-de-obra foi uma realidade histórica constante que ganhou uma expressão mais notória no período contemporâneo²⁹. Se alguns historiadores apontam a Inglaterra do pós-Revolução Industrial como o berço deste tipo de organização corporativa paternalista, o seu modelo rapidamente cruzou fronteiras e continentes. Instituídas em zonas onde o governo local falhava em impor o seu poder administrativo, determinadas empresas foram pioneiras na construção de infraestruturas que servissem a comunidade trabalhadora, tendo como finalidade última ampliar e modelar o trabalho de acordo com pressupostos socio-religiosos. Este tipo de enredos empresariais constituía, assim, uma espécie de *links* precoces que foram vitais para a consolidação de canais globais da economia capitalista.

²⁷ Nuno Valério e Maria Paula Fontoura, «A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese», *Análise Social*, Quarta Série, Vol. 29, Nº. 129 (1994), pp. 1193-1208, pp.1193-1194.

²⁸ Ricardo Soares de Oliveira e Susan Taponier, «O Governo está aqui ...», *op. cit.*

²⁹ J. D. Porteous, «The nature of company town», *Transactions of the Institute of British Geographers* No. 51, (Nov.1970), pp.127-142; p.127.

No caso das empresas ferroviárias, normalmente situadas em locais totalmente virgens por onde o caminho-de-ferro deveria passar, o isolamento geográfico foi o atributo mais gritante que impôs, na maioria dos casos, que a empresa fosse “forçada” a construir todas as infraestruturas necessárias, assim como a deslocar os trabalhadores para essas zonas, até então, inóspitas³⁰. No caso das empresas agrícolas ou mineiras, a otimização económica das matérias-primas foi acompanhada de uma indissociável apetência, por parte das elites empresariais, para controlar a vida social dos trabalhadores-residentes³¹. Quer isto dizer que os planos de urbanização dessas zonas, independentemente do nível de estruturação da empresa, foram pensados e impostos autoritariamente³². Tal orgânica de cooptação e subjugação da massa trabalhadora determinou, historicamente, uma violência simbólica alheia ao tipo de trabalho desenvolvido ou à exigência e pressão física imposta. Se o isolamento social a que eram expostos os trabalhadores deste tipo de enredos empresariais constituiu um traço comum ao nível global, os focos de resistência e o desejo de abandonar o interior das zonas administradas pelas corporações privadas é, também, sistematicamente mencionado³³.

Marcelo J. Borges e Susana Torres, numa obra que agrega vários estudos de caso que comprovam o caráter global deste tipo de arranjos económicos, avançam com uma definição genérica deste fenómeno global: “Residential and service centers built by companies near or adjacent to the places of extraction or production in which companies operated not only as employers but also as landlords, as the fact enforcers of security and social harmony, and often as providers of services and goods for workers’ consumption”³⁴. Nesta definição, como veremos, os casos aqui analisados podem encontrar acolhimento teórico. No entanto, se nos três casos a construção de mecanismos de delimitação espacial e de circunscrição territorial foram, se não construídos, pelo menos otimizados pelas empresas, os pressupostos de harmonização social e de prestação de bens e serviços, determinados consoante a implementação de mecanismos de propaganda e de violência simbólica, afastam estas experiências. Em geral, as cidades-

³⁰ Ver, a título de exemplo: Domingo Cuéllar, «Railway Towns: a Long-term Global Perspective», *Journal of History of Science and Technology*, 12, pp. 132 – 154

³¹ Neil White, *Company Towns: Corporate Order and Community* (Toronto: University of Toronto Press, 2012) pp. 3-4.

³² J. D. Porteous, «The nature of company town», *op. cit.*; pp. 128-129.

³³ A título de exemplo leia-se: Richard Derksen, «Forminière in Kasai, 1906-1939», *African Economic History*, nº12, 1983, pp. 49-65; Amiya Kumar Bagchi «Colonialism and the Nature of “Capitalist” Enterprise in India», *Economic and Political Weekly*, Vol.23, No.31, 1988, pp.38-50.

³⁴ Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palsgrave Macmillan, 2012) p. 3.

empresas, locus por excelência de políticas paternalistas, ao mesmo tempo que eram percebidas como uma espécie de “laboratórios urbanos”, diferem entre si consoante o tipo de atividade económica, a sua localização, a presença, ou não, de capitais privados e públicos, a dependência face a mão-de-obra local ou estrangeira e a sua relativa autonomia vis-à-vis as autoridades locais/nacionais. Independentemente destas variações locais, estas empresas partilham o facto de exercerem um duplo controlo: administram o trabalho e controlam/supervisionam os espaços domésticos³⁵. Quer isto dizer, por exemplo, que o acesso à habitação estava dependente da condição de trabalhador: no final do contrato de trabalho, se nenhum membro da família tivesse uma relação laboral com o patronato, todo o agregado tinha de abandonar a vila/ empresa-cidade³⁶. Esta delimitação geográfica da mobilidade da força de trabalho, circunscrita a um só espaço privado que acolhia a produção e o centro residencial, é considerada, por alguns autores, como uma estratégia capitalista para assegurar uma constante e regular força de trabalho, enquanto o mapeamento e delimitação das zonas residenciais correspondia a um inerrante instrumento de poder³⁷. Como as análises do segundo capítulo irão apontar, estas estratégias procuraram quebrar a resistência e a liberdade dos trabalhadores através de redes de dependência fabricadas pelas empresas.

Para o contexto colonial, James Porteous subdividiu esta categoria para melhor apreender as especificidades daquela realidade socioeconómica. No fundo, a bipartição do conceito corresponde a diferentes tipos de controlo. As *company estates*, empresas agrícolas, como as algodoceiras, partilhavam algumas características da definição genérica da company town: organização do trabalho tipo-fábrica, a dependência de trabalhadores de outras regiões, o isolamento social e algum nível de paternalismo nas relações capital-trabalho. No entanto, nestas empresas, a sazonalidade do trabalho implicou que o trabalhador não estivesse sobre o controlo da empresa durante todo o ano. Ora, tal levou a que a mão-de-obra, nas alturas em que não era assalariada pela empresa, fosse forçada a encontrar formas alternativas de subsistência. Esta possibilidade teve profundas implicações no desenvolvimento burocrático das empresas, nomeadamente no nível de desenvoltura das zonas residências – claramente mais precárias –, assim como nos mecanismos de controlo panótico empregues, tendencialmente mais embrionários³⁸. Por

³⁵ *Idem, ibidem*, p.10.

³⁶ *Idem, ibidem*.

³⁷ *Idem, ibidem*.

³⁸ *Idem, ibidem*, pp. 7-8.

outro lado, os *enclaves económicos*, conceito utilizado para descrever as zonas de produção económica criadas e administradas por capitais estrangeiros na América Latina, consistiam, principalmente, em indústrias mineiras extrativas, embora em alguns casos também pudessem albergar atividades agrícolas. Para além de serem locais isolados, com uma população dispersa, estas atividades não estavam integradas na economia local/nacional. Estes locais correspondiam a retalhos geográficos totalmente dependentes de um contexto externo: tanto as fontes de capital, como a tecnologia, a gestão e o mercado para o qual produziam encontravam-se fora do país de produção. Isolados geograficamente, eram dependentes tanto de trabalhadores migrantes internos como estrangeiros (estes últimos, normalmente, mais qualificados) que se encontravam sob o controlo da empresa de forma contínua nos termos da duração do contrato de trabalho³⁹. O cálculo destes processos migratórios internos - mais ou menos forçados - colocou uma maior pressão para o desenvolvimento de sistemas de controlo mais amplos. Esta perspetiva de análise serve de amparo teórico ao trabalho que aqui procuramos desenvolver: não só por ter em linha de conta os diversos níveis de administração privada de mecanismos de controlo, como por colocar o foco da análise na falta de integração destas empresas na economia local e na sua respetiva autonomia face a um contexto colonial mais amplo⁴⁰. Claro que esta independência só se refere às fontes de capital e trabalho. Politicamente, o mesmo não pode ser dito. No entanto, estas instâncias são, como veremos, a chave para explicar diferentes padrões de atuação das empresas angolanas.

Esta análise pressupõe uma cedência do poder infraestrutural do Estado, e de parcelas de soberania, a favor de “parceiros” locais. Este conceito, avançado por Michael Mann, está na base da capacidade institucional do agente estatal impor decisões políticas ao longo do território⁴¹. Mann compreende a necessidade do Estado Central se fazer representar por entidades locais para implementarem, em seu nome, políticas públicas e para regularem as relações sociais dentro do território que reivindica governar⁴². É, no entanto, a natureza destas entidades locais que nos afasta da sua concetualização. O facto de compreender que estas instituições de controlo irradiam diretamente do Estado

³⁹ *Idem, ibidem*, pp. 8-9.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 9.

⁴¹ Michael Mann, «The autonomous power of the State: Its origins, mechanisms and results», *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie*, Vol.25 (1984), pp. 185-213, p.97.

⁴² Hillel Soifer, «State infrastructural power: approaches to conceptualization and measurement», *Studies in comparative international development*, Vol. 43.2008, 3/4, p. 231-251 pp.234-235.

Central, negligencia o potencial que outros enredos possam ter para determinar tanto o alcance territorial do Estado, como para avaliar a variação subnacional desse mesmo raio geográfico de controlo. Para Mann, apenas o Estado, por deter uma “centralidade territorial”, é capaz de “implementar logisticamente decisões políticas através do território”⁴³. Sendo esta característica exclusiva do poder estatal, os grupos económicos, nomeadamente as empresas capitalistas, assim como os domínios dos senhores feudais da Europa Ocidental, não podem nunca ser comparados ao poder do Estado uma vez que não exercem um controlo soberano no interior de um determinado território. Nas palavras de Mann “the scope of modern and some historic economic institution is not territory, they do not exercise general control of a specific territory”⁴⁴. As empresas capitalistas, ao obedecerem a leis de interesse económico e racional, orientando-se, assim, por princípios como o da transnacionalidade e da rentabilidade, não exercem um controlo soberano, tão pouco possuem uma territorialidade centralizada⁴⁵. No entanto, como outras abordagens tendem a enfatizar, entidades que são reconhecidas como Estados, no quadro internacional, não exercem as mais elementares funções atribuídas ao poder estatal, ao mesmo tempo que outras instituições, que não se enquadram na categoria de Estados, acabam por exercer responsabilidades e atributos tradicionalmente associados ao poder soberano⁴⁶. Como iremos recuperar na introdução do segundo capítulo deste trabalho, a partilha de princípios teóricos de soberania com entidades não-estatais foi parte integrante dos projetos de state-building⁴⁷. Ao invés de erguermos uma barreira conceptual genérica entre poderes estatais soberanos e poderes não-estatais, procuramos, ao pedir de empréstimo o conceito de poder infraestrutural, compreender como diferentes entidades cumpriram, com ou sem o aval do Estado, e a níveis variáveis, pressupostos de soberania que evidenciam uma partilha, também, da centralidade territorial e da capacidade de agir politicamente sobre determinada área geográfica. Nada disto é, como também veremos, novo. A dificuldade acrescida de imprimir controlo e poder efetivo sobre um território fizeram com que, a par de um conjunto de condicionantes específicas a cada caso, o Estado, colonial ou não, encontrasse nas empresas, ou noutro tipo de entidades religiosas

⁴³ Michael Mann, «The autonomous power of the State ...», *op. cit.*, pp. 116-117.

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.123.

⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 116-123.

⁴⁶ Christopher Clapham, «Degrees of statehood», *Review of International Studies*, 24, 1998, pp. 143–157, p. 143.

⁴⁷ Ver: John Tropey, *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000).

e privadas, aliados vitais para a consolidação do poder⁴⁸. No mundo pós-colonial estas análises, centradas num tipo-ideal de Estado de cariz ocidental, geraram conceitos como o de *quasi-statehood* ou de *soberania negativa*, evidenciando a ténue balança entre reconhecimento internacional e soberania efetiva⁴⁹. A soberania negativa de um Estado pressupõe que a governação política assenta, quase exclusivamente, no seu reconhecimento internacional, caracterizando-se, por outro lado, por um frágil e incipiente poder infraestrutural⁵⁰. Estes *quasi-statehood* careciam de “substantial and credible statehood by the empirical criteria of classical positive international law”⁵¹. A capacidade de defesa militar dos territórios é um dos critérios determinantes para avaliar o nível de desenvoltura da administração estatal e para a consequente incorporação de um Estado na categoria de soberania *positiva* ou *negativa*. Estas categorias não são, obviamente, temporalmente estáticas nem territorialmente uniformes. Quer isto dizer que ao longo do tempo, e em diferentes partes do território, podemos avaliar a variação subnacional destes indicadores. O caso angolano é um bom exemplo dessas impermanências. Se medirmos a capacidade infratestrutural do Estado colonial português tomando como variável central a capacidade de fornecimento de mão-de-obra ao setor privado, a conclusão da nossa análise poderia ser diferente. Amiúde do facto de, como veremos, o setor privado ter sempre endereçado críticas quanto à escassez da mão-de-obra aprovionada, o Estado central teve um papel ativo na captura e concentração local de africanos para servir os empreendimentos económicos. Se tal é verdade, não menos verdade é o facto de, ao longo do tempo, as empresas de mão-de-obra intensiva terem procurado diminuir essa dependência através de diferentes estratégias: mecanismos de propaganda privada interna, que procuravam estabilizar a mão-de-obra já ao serviço da empresa, e estratégias de violência física e simbólica assentes na criação de estruturas próprias para o aprisionamento ou reforço da população laboral.

Mas voltemos um pouco atrás para analisar o poder infraestrutural do Estado, e a sua dependência face a *outras* organizações, através dos dispositivos de defesa militares ou paramilitares. Se partirmos deste quadro analítico para medir a dilatação do poder do Estado, podemos presumir que o aumento dos efetivos militares nas colónias portuguesas,

⁴⁸ *Idem, ibidem*, pp. 9-10.

⁴⁹ Christopher Clapham, « Degrees of ... », *op. cit.*, pp.143-146.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 144.

⁵¹ Robert H. Jackson, *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991). In Christopher Clapham, «Degrees of ...», *op. cit.*, p.144.

face ao início do conflito armado, teve, do ponto de vista macro, uma consequência clara: o aumento prático do poder infraestrutural do Estado, isto é, a capacidade de penetração do Estado na Sociedade Civil⁵². Não é raro encontrarmos referências e lamentos, nos documentos lavrados pela administração colonial portuguesa, acerca da humilhação sofrida aquando da delimitação das fronteiras pelo conhecido mapa-cor-de-rosa. A fraca presença do Estado nas colónias africanas, e a imposição internacional de uma efetiva ocupação dos territórios sob a sua administração, lançam repto a preocupações que, embora não igualmente persistentes, subsistiriam durante a última fase do colonialismo português⁵³. Um conflito bélico, ao forçar o permanente envio e aumento de efetivos militares e paramilitares, dota o Estado de uma maior centralidade e territorialidade. Não nos referimos aqui à ideia marxista de um poder despótico capaz de punir eficazmente os seus súbditos, mas sim à expandida capacidade, via efetivos militares, para obter informações e melhor monitorizar as populações⁵⁴. Desta forma, e em certa medida, a repressão colonial e a capacidade estatal reforçaram-se mutuamente⁵⁵. Não quer isto dizer que o Estado Colonial português passou a ser capaz de, autonomamente, imprimir de forma uniforme, ao longo do território, recursos coercivos scottianos (tendentes a reprimir as rebeliões anticoloniais) ou mecanismos panóticos foucaultianos (vigilância disciplinar e biopolítica)⁵⁶. É necessário não negligenciar a natureza fragmentada do aparelho coercivo estatal face à sua relação, também, com as dinâmicas em torno do seu conceito congénere de resistência⁵⁷. A guerra colonial lança luz sobre os dois lados da moeda: se

⁵² *Idem, ibidem.*

⁵³ Nuno Porto, *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009), pp.129-130.

⁵⁴ Hillel Soifer, «State Infrastructural Power ...». *Op. cit.*. Ver também: Jeffrey Herbst, *States and Power in Africa*, (Princeton: Princeton University Press, 2000); Hillel Soifer, «Authority over distance: explaining variation in state infrastructural power in Latin America», Ph.D. dissertation, Harvard University, 2006.; *Idem*, «Measuring State Capacity in Contemporary Latin America», *Revista de Ciencia Política*, vol. 32, 3 (2012), pp. 585-598.

⁵⁵ Ricardo Soares de Oliveira e Susan Taponier, “‘O Governo Está Aqui?’: ... *op. cit.*”; Martin Thomas (Eds.), *Violence and Colonial Order. Police, Workers and Protest in the European Colonial Empires, 1918–1940* (New York: Cambridge University Press, 2012) p.44; Charles Tilly, «War Making and State Making as Organized Crime» In Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer, e Theda Skocpol (ed.), *Bringing the State Back* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985); Roberti, Paolo, «State capacity and repression: A model of colonial rule», *European Economic Review*, Elsevier, vol. 113(C), pp.247-264.

⁵⁶ Barry Smart, *Key Sociologists: Michel Foucault* (New York: Pantheon Books, 1980), p.98; Michel Foucault, *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975), pp.122-124; James Scott, *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia* (New Haven: Yale University Press, 1976), pp.84-86.

⁵⁷ Nuno Domingos, Miguel Bandeira Jerónimo e Ricardo Roque, *Resistance and Colonialism. Insurgent Peoples in World History* (Palgrave Macmillan, 2019), pp.1-8. Sobre os vários e, principalmente, crescentes usos do termos “resistência”, ver: Jocelyn A. Hollander e Rachel L. Einwohner, «Conceptualizing Resistance», *Sociological Forum*, Vol. 19, Nº. 4 (Dez. 2004), pp. 533-554. Cf.: Scott Schaffer, «Hegemony and the habitus: Gramsci, Bourdieu, and James Scott on the problem of resistance», *Research and Society*

o *desenvolvimentismo tardio* e os programas de bem-estar assentes, muitas vezes, em políticas públicas de reordenamento populacional, são variáveis que apontariam para um incremento do poder infraestrutural, estas ações também colocam a descoberto as dificuldades, logísticas e materiais, com que o Estado se deparou e, tantas vezes, o total falhanço das iniciativas militares, políticas ou de desenvolvimento comunitário assente no reagrupamento das populações nativas⁵⁸. Para autores como J. P. Cann o fraco poder infraestrutural do Estado colonial, nomeadamente a falta de meios financeiros e materiais, é uma das causas que ajuda a explicar o sucesso comparativo da estratégia de contrassubversão portuguesa que se viu forçada a dotar a sua campanha de um caráter mais comedido, relativamente às lutas anticoloniais da África francesa e britânica⁵⁹.

Por outro lado, se a nossa análise partir dos mecanismos internos de policiamento local, ou dos dispositivos paramilitares criados na sequência do início da Guerra, a capacidade de resposta do setor privado parece ter sido, em alguns casos, mais célere e destreza do que a do Estado. Claro que falamos de dimensões territoriais diferentes e de uma análise que não se restringe a medir estes indicadores em termos quantitativos. Defendemos, no entanto, que isso não anula o facto de ser o próprio Estado, e a sua elite militar, a equacionar e delegar ao setor privado parte do esforço português contra-subversivo. Esta não foi, como também veremos, um recurso de última instância. Antes mesmo dos primeiros sinais de alarme que deram início à Guerra colonial, as elites militares e os gabinetes de análise sociopolítica do Ministério do Ultramar já analisavam as condições de defesa dos empreendimentos económicos.

Dentro da literatura sobre a governação securitária privada, encontramos também quem defenda que a expansão do papel de atores privados na governação territorial contemporânea não deva ser compreendida como um sinal de enfraquecimento do papel do Estado, mas sim como uma nova forma de governação indireta assente na cedência da

8 (1995), pp. 29-53. Para um estudo sobre o modo como as prisões coloniais se tonaram, simultaneamente, focos de resistência e de luta anticolonial, ver também: Munyaradzi Bryn Munochiveyi, «Suffering and Protest in Rhodesian Prisons During the Zimbabwean Liberation Struggle», *Journal of Southern African Studies*, Vol. 41, No. 1 (2015), pp. 47-61.

⁵⁸ Para uma análise dos debates que marcaram o período entreguerras sobre os esquemas de engenharia social em Angola ver: Samuël Coghe, «Reordering Colonial Society: Model Villages and Social Planning in Rural Angola, 1920-45», *Journal of Contemporary History*, Vol. 52, No.1, 2017, pp. 16-44. Sobre a forma como este tipo de projetos desenvolvimentistas, entre outros, foram parte importante da construção do Estado nos países africanos ver: Christophe Bonneuil, «Development as Experiment: Science and State Building in Late Colonial and Postcolonial Africa, 1930-1970», *Osiris*, vol. 15, 2000, pp. 258-281.

⁵⁹ John Pearce Cann, “Portuguese counterinsurgency campaigning in Africa, 1961-1974: a military analysis”, Tese de Doutoramento (London: King’s College, University of London, 1996).

autoridade securitária local a empresas multinacionais, nas zonas onde estas operam. Esta perspetiva de análise toma de empréstimo a ideia weberiana de delegação da autoridade coerciva e extrativa por parte do legislador central para os detentores locais do poder, para defender uma espécie de *quasi-outsourcing* do setor público assente na cedência de controlo e de responsabilidades locais⁶⁰. Em muitas partes do continente africano, a herança colonial determinou que o alcance territorial do Estado fosse marcado por uma combinação de soberanias paralelas, muitas vezes territorialmente sobrepostas e em premente competição. Esta realidade derivou de um conjunto de estratégias governamentais que procuravam consolidar o poder estatal num contexto territorialmente complexo, onde múltiplas autoridades determinaram a existência de um pluralismo legal dentro de um território fronteiriço⁶¹. Para J. Hoenke, a justaposição de poderes e ordens administrativas resultou no aparecimento de um “rhizomatic statehood”, ou seja, redes de poder assimétricas, dentro de um território, criadas a partir da delegação de parcelas subnacionais a “intermediários”⁶². A literatura sobre as relações Estado-empresas revela também algumas limitações e constrangimentos ao argumento de Michael Mann. John Tropey, atendendo às fases de solidificação das estruturas burocráticas de controlo, concebe como etapa cardeal do emergir do Estado-Moderno a obtenção do monopólio da movimentação espacial dos corpos governados. Definindo por *embrace society* a finalidade última do poder estatal, o autor defende que, numa primeira fase e a par de um poder infraestrutural incipiente, a racionalidade do Estado assenta no ajuntamento populacional para o qual as autoridades locais e privadas se revelaram, historicamente, verdadeiros parceiros do Estado⁶³. É por isso necessário permear uma abordagem dual do agente estatal, compreendendo-o não só enquanto instância analítica compacta e una, mas tendo ainda em conta a possibilidade do exercício do seu poder se materializar de modo fragmentado, imprimindo no território dissimetrias de poder. Na obra de Joel S. Migdal, *State in Society*, o autor, ao debruçar-se sobre a análise das práticas de poder local, traça o potencial de ameaça que os Estados mais fracos podem sofrer por parte de *outras organizações*, nomeadamente no que diz respeito ao rompimento das regulamentações legais oficiais em benefício da implementação de práticas internas próprias⁶⁴. Este

⁶⁰ J. Hoenke, «New Political Topographies: Mining Companies and Indirect Discharge in Southern Katanga (DRC)», *Politique Africaine*, vol 120, no. 4, 2010, pp. 105-127, p. 106.

⁶¹ *Idem, ibidem*, pp.106-107.

⁶² *Idem, ibidem*.

⁶³ John Tropey, *The invention of the passport ...*, *op. cit.*, pp.9-11.

⁶⁴ Joel S. Migdal, *State in Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011) p.61.

balanço, entre dinâmicas de colaboração Estado-setor privado e uma autonomia indiscriminada, fica bem plasmado nos documentos de estudo e análise que o G.N.P. e as autoridades miliares compõem durante a década de 1960. Neles encontraremos críticas à gestão empresarial e acusações de incongruência com a filosofia lusotropical, patenteada por Gilberto Freyre, que a burocracia colonial tinha adotado como insígnia dos princípios, morais e materiais, da colonização lusitana. É o próprio sociólogo brasileiro, que cunha o conceito, que o coloca em causa quando visita o enredo diamantífero da Diamang, estendendo a crítica a todas as empresas “do seu tipo que operam na África portuguesa”⁶⁵. Embora não tenha sido a única voz a dirigir duras críticas à parceria entre o Estado e o setor privado, este caso, tanto da perspectiva mediática como simbólica, ganhou uma maior projeção. Por se tratar de um sociólogo brasileiro que começara por defender o particularismo da colonização portuguesa, as críticas de Freyre retiravam a legitimidade prestada inicialmente por um estrangeiro originário de uma ex-colónia.

Nada disto foi exclusivo da experiência colonial portuguesa. As dificuldades na contenção das rebeliões nacionalistas africanas, e das críticas de que eram alvo os Estados coloniais, correspondeu a uma realidade transimperial que, partindo de movimentos internacionais de trabalhadores com propósitos socioeconómicos, se fragmentou em distintos e locais movimentos nacionalistas com desígnios independentistas⁶⁶. Estes movimentos, como relatavam as forças militares, impunham uma guerra de guerrilha

⁶⁵ Gilberto Freyre, *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e ação* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953), pp.432-33. Nas palavras do académico brasileiro: “a tendência da Companhia dos Diamantes – e das companhias e empresas do seu tipo que operam na África portuguesa do mesmo modo que nas outras Áfricas – talvez seja para reduzir as culturas indígenas a puro material de museu. Os indígenas vivos interessam-nos quase exclusivamente como elementos de trabalho, tanto melhores quanto desenraizados de suas culturas maternas e mecanizados em técnicos, operários e substitutos de animais de carga. A proletarianização de tais indivíduos, sua segregação em bairros para ‘trabalhadores indígenas’ dentro de comunidades organizadas em pura função desta ou daquela atividade económica, constitui um dos maiores perigos para a gente africana do ponto de vista social e, ao mesmo tempo, cultural [...]”. É o que não acontece dentro das grandes empresas capitalistas que hoje se instalam na África e utilizam-se de africanos arrancados às suas tribos sem lhes darem oportunidade de participação em novos sistemas de convivência e de cultura. São eles mantidos num ambiente socialmente artificial – e não só artificial: humilhante – do qual só pode resultar a sua degradação [...]. O estado de escravo no sistema patriarcal luso-brasileiro nada tinha de fixo: era transitório, plástico. O indivíduo poderia superá-lo. O estado de “trabalhador nativo” do africano destribalizado, dentro das grandes empresas capitalistas instaladas na África, é uma situação de condenado sociologicamente à morte. Baseia-se na conceção de ser ele inferior ao branco, não transitoriamente – como cativo de guerra ou devido a outro acidente – mas como raça. Biologicamente. Fatalmente”. Para uma análise sobre esta questão, ver também: Diogo Ramada Curto (dir.), *Políticas Coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961* (Porto: Edições Afrontamento, 2016), pp. 231-233. Ver também: Cláudia Castelo, *O Modo Português de Estar no Mundo...*, op. cit.

⁶⁶ Frederick Cooper, *The Dialectics of decolonization: nationalism and labor movements in post-war Africa* (Ann Arbor, MI: CSST Working Paper n.º 84, University of Michigan. 1992) pp. 3-29

caracterizada pela ausência de uma frente formal e perceptível, ditaram a necessidade de firmar “dinâmicas de colaboração” com diferentes atores, desde o setor privado ao reforço das relações com as autoridades locais tradicionais. De que forma podemos, então, compreender este tipo de processos? De um ponto de vista metodológico, como já frisamos, uma análise destes enredos não pode adotar as fronteiras do Estado como unidade de análise estática. Talvez seja mais apropriado mover estes contornos de delimitação no decurso da investigação, seguindo a corrente das Teorias do Estado que não contempla o Estado como o único ator capaz de implementar políticas públicas⁶⁷. Mais importante do que restringir a análise exclusivamente à relação entre estes dois enredos é, parece-nos, autonomizar os enredos privados e assim analisar as suas dinâmicas internas para conseguirmos, posteriormente, enquadrá-los numa comparação sistemática entre cada um, o Estado e o aparelho militar. Só assim poderemos não só analisar autonomamente estes espaços socioeconómicos como, a partir deles, colocar em evidência as falhas das abordagens que se centram unicamente no Estado⁶⁸. Este trabalho não irá, certamente, responder de forma cabal a este ambicioso quesito por apenas estudar, de forma mais exaustiva, três empresas. Ainda assim, nesta análise, procuramos identificar diferentes tipos de políticas privadas, locais mas também internacionais, que nos ajudem a compreender melhor o decurso e os eventos da Guerra Colonial. Quer isto dizer que afastamos categorizações binárias (estado/sociedade; espaço estatal/não-estatal), defendidas por autores como James Scott, e integramos na análise outras autoridades que moldaram com a sua atuação o rumo dos acontecimentos e condicionaram as ações dos sujeitos. Partilhamos a crítica apresentada por Li de que aquelas categorias não fornecem tração académica suficiente para explicar os efeitos e o racional por detrás de amplos esquemas, no qual incluímos os esquemas de combate à subversão colonial⁶⁹. Não é exequível analisar o espaço colonial a partir de uma noção imóvel de Estado, detentor de um poder tangível que está sempre pronto a ser implementado. É necessário esvaziar esta conceção, afastar os contornos fronteiriços como limite territorial da análise e apostar numa *decantação* das geometrias de poder que

⁶⁷ Numa crítica à obra de James Scoot, *Seeing like a State: How Certain Schemes to improve the Human Condition have failed* (New Haven: Yale University Press, 1998), Tania Li defende a necessidade de se redefinir a análise do Estado em função do papel desempenhado por outro tipo de instituições (incluindo Organizações não-governamentais) que participam na composição de políticas públicas a partir de múltiplas escalas. Tania Murray Li, «Beyond “the State” and Failed Schemes», *American Anthropologist*, vol.17, No.3, 2005, pp.383-394. Ver também: James Ferguson, «Seeing Like an Oil Company: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa», *American Anthropologist*, Vol. 107, No. 3, 2005, pp. 377- 382.

⁶⁸ J. Hoenke, «New Political Topographies ...», *op. cit.*, p. 105.

⁶⁹ Tania Murray Li, «Beyond “the State” ...», *op. cit.*, p. 384.

passem a incluir outros atores⁷⁰. Estes distintos espaços funcionaram, no entanto, como mecanismos de reforço do poder colonial. Apesar das lógicas subjacentes ao lucro que guiaram os interesses destes atores económicos, eles foram veículos de transmissão do poder do Estado ao incutir nas zonas onde operavam a sensação de subordinação a um poder dominante. Estamos assim perante locus de múltiplas intervenções governativas que estavam, simultaneamente, submetidas às lógicas de um poder central e transnacional, dada a natureza capitalista internacional que as formava⁷¹.

O exercício que Nicholas Thomas faz, na sua obra *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government*, relativamente às autoridades tradicionais/ chefes locais, pode ser estendido, com certas *nuances*, ao sector privado⁷². À semelhança daquelas autoridades tradicionais, no caso britânico, também as empresas submetiam relatórios ao governo de Angola apresentando não só os seus resultados económicos e financeiros como, também, informações gerais sobre a gestão e a composição biológica dos seus trabalhadores. Muito embora esses relatórios possam ter tido um reduzido impacto na gestão corrente da administração colonial, também eles tiveram um valor simbólico ao estabelecer uma hierarquia e uma obrigatoriedade na prestação de contas à burocracia colonial. No caso português, embora as autoridades tradicionais (sobas) nunca tenham elaborado este tipo de esboços, o setor privado estava, na verdade, obrigado a fazê-lo. Acrescia o facto de o Estado estar representado no conselho de administração destas empresas por um administrador-delegado, homem, supostamente, da confiança das autoridades governamentais que o nomeavam. Assim, estas empresas comportavam-se, de certa forma, como “funcionários” locais da autoridade central que, pela prática discursiva e coerciva que adotavam promoviam a adesão ou, para sermos mais específicos, a vassalagem dos seus trabalhadores face à ideia de um poder dominante do

⁷⁰ *Idem, ibidem*, pp.384-385.

⁷¹ J. Hoenke, «New Political Topographies...», *op. cit.*, p. 105. Nas palavras de Hoenke: «While nowhere fully realized, in many parts of Africa, Asia and Latin America the limited territorial reach of the central state has combined since its colonial imposition with a multiplicity of parallel, overlapping, and sometimes competing, spatial orders and sovereignties. The literature on state practices highlights the non-territorial strategies governments use to consolidate the central state's despotic power in such a context of multiple authorities and legal pluralism within a territory. The resulting “rhizomatic statehood” is built on personalized, asymmetric networks, delegating the rule of sub-national territories to intermediaries. Infrastructural power¹¹ has only been selectively developed and de facto sovereignty is often shared through arrangements of indirect rule. The detailed administrative control of bounded space, as in more governmental states in Europe, is replaced by a sporadic, preventive demonstration of despotic, coercive power for stabilizing regimes. Questions about a reconfiguration of territoriality on the continent need to be studied against this background». *Idem, ibidem*, pp.106-107.

⁷² Nicholas Thomas, *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government* (Cambridge: Princeton University Press, 1994).

Estado Colonial português. O termo “funcionário” tem de ser lido com particular cautela, não podendo ser categorizado como análogo ao estatuto, menos autónomo em determinados aspetos, em que se enquadravam as autoridades tradicionais⁷³. Se as autoridades tradicionais viram o seu papel reforçado pelo reconhecimento por parte do Estado Colonial – não lhes retirando o pendulo da resistência⁷⁴ –, a relação do setor privado com o aparelho estatal estava fundida numa paradoxal dependência embrionária e uma autonomia local. Como, mais tarde, vários organismos internacionais acabariam por denunciar, a adesão a uma parceria com o Estado no combate à subversão por parte das grandes empresas estava, também, subordinada ao próprio interesse do setor: somente a sobrevivência do Estado Colonial, dada a sua política protecionista, podia garantir a continuidade das operações do setor privado. Quer através da participação ativa no recrutamento de trabalhadores, quer ao determinar o exclusivo direito de empregabilidade dos africanos nas zonas onde algumas empresas operavam, persistiu ao longo do tempo uma relação simbiótica e de secular dependência entre estes dois ambientes organizacionais.

Num estudo que procura explicar as atitudes das empresas face à ameaça de profundas alterações políticas no final do período colonial nos territórios franceses e britânicos, Miles Kahler recorre ao conceito de *political exposure*⁷⁵. Esta abordagem já não procura lançar luz sobre matérias referentes às relações entre agentes públicos e privados na gestão local das zonas de operações económicas, mas sim sobre questões relacionadas com a independência empresarial face ao sistema político geral. Segundo o autor, o nível de exposição política pode ser determinado a partir de duas dimensões essenciais que permitem lançar luz sobre o problema: (a) a dependência do setor privado face ao regime

⁷³ Sobre as autoridades tradicionais, a título de exemplo, ver: Aslak Orre, «Fantoches e Cavalos de Troia? Instrumentalização das autoridades tradicionais em Angola e Moçambique», *Caderno de Estudos Africanos*, nº16/17, 2009, pp.139-178.

⁷⁴ Leia-se, a título de exemplo, as palavras do Comandante do Comando Naval de Angola, responsável pelas operações na zona de Noqui e Pedro Feição entre 1 e 19 de Maio de 1961, sobre as autoridades tradicionais naquelas áreas e a necessidade de reaproximação das mesmas à causa portuguesa: «Constata-se com frequência que muitos destes indivíduos não só são desleais como tomam parte ativa nos acontecimentos em curso. Sabendo-se da influência que dispõem sobre os restantes indígenas, crê-se ser do maior interesse captá-las. Presentemente e na prática, as autoridades gentílicas só tem deveres e não regalias. Parece-nos que um meio de os distinguir seria interessá-los na coleta do imposto indígena com evidentes vantagens para o apuramento global. Paralelamente impõe-se o controle das suas atividades» in 1º Tenente Jorge Gamito, «Anexo Echo – Política Indígena», 22 de Maio de 1961, pp.18-19, Arquivo Histórico da Marinha/Coloredo/Angola/3-411-C.

⁷⁵ Miles Kahler, «Political Regime and Economic Actors: The Response of Firms to the End of Colonial Rule», *World Politics*, vol. 33, no. 3, 1981, pp. 383–412, pp. 383-384.

político para a viabilidade das suas operações e (b) o modo como as empresas perspectivavam o seu futuro num cenário de profundas alterações políticas⁷⁶. Nesta perspectiva, as empresas que operaram durante o colonialismo apresentam características que as tornavam particularmente dependentes do contexto político em que estavam inseridas. Entre outras variáveis, a delegação de poderes ao setor privado ocupa um lugar pioneiro para o cálculo dessa suscetibilidade. O facto de as empresas desempenharem funções governamentais tornava a sua gestão particularmente vulnerável à queda do regime, que muito provavelmente acabaria por chamar a si essas funções, procurando expandir a rede de atuação do setor estatal ou, utilizando o conceito de Mann, o seu poder infraestrutural. Da mesma forma, o facto de as empresas concessionárias beneficiarem, durante o colonialismo, de mercados protegidos, que lhes garantiam o escoamento dos seus produtos, aumentava a incerteza da viabilidade da sua atuação num novo quadro político. Neste ponto, poderíamos ainda incluir, para o caso português, o facto de estas empresas beneficiarem de um conjunto de privilégios fiscais que lhes eram abonados como, por exemplo, a isenção do pagamento de determinados impostos relacionados com a importação de bens essenciais para as suas operações (ver capítulo II). Em terceiro lugar, os baixos salários da mão-de-obra representavam claros benefícios na estrutura de custos das empresas, nomeadamente nas empresas de mão-de-obra intensiva. A democratização destas sociedades, seguindo o padrão europeu, aumentaria o poder de negociação dos trabalhadores, o que poderia reduzir a rentabilidade da empresa⁷⁷. A questão laboral, como veremos, foi um tema central à troca de correspondência entre o Estado e as empresas. Tanto as discussões sobre o recrutamento de trabalhadores com a intervenção do estado como, também, a questão salarial e os respetivos tempos de pagamento por parte das empresas, nunca estiveram apartadas desses debates. A um nível mais macro, a rede de capitais intrínsecas a cada grupo económico determina, também, o nível de exposição política. Ora, as empresas estrangeiras, ou que eram compostas por avultados investimentos, seriam mais propensas a atrair atenção internacional (ver capítulos III e IV). Por outro lado, para o autor, o facto de as empresas integrarem grupos económicos mais amplos, com presença em vários territórios – metropolitanos ou não –, tornava-as menos vulneráveis face ao Estado onde se encontrava, apenas, parte da sua rede empresarial. Neste ponto, o nosso estudo não nos dá certezas quanto à validade do argumento. As empresas aqui analisadas tinham, como já foi dito, a sua sede legal na

⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 384.

⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 385.

metrópole apenas por exigência do Estado. Para além disso, estas empresas integravam grupos económicos altamente dependentes do contexto colonial, independentemente do Estado em si⁷⁸. Para Kahler, as empresas estritamente locais eram mais dependentes do *status quo* colonial, tanto porque ali se encontrava toda a sua operação, como pelo facto dos seus administradores serem, tendencialmente, mais próximos do regime político e social colonial. No caso português, a proximidade entre os presidentes destas empresas e a elite política, também ela instalada na metrópole, demonstra como as empresas que operaram em Angola, independentemente das suas redes globais mais amplas, estavam fortemente envolvidas e absorvidas no contexto político colonial – empresarial ou estatal. A circulação de elites entre estruturas públicas e privadas (funcionários, acionistas, administradores, etc.) comprovam, como veremos, este argumento (ver capítulo III). Não é por isso estranho que, no terreno, a diferença entre o Estado e empresas fosse pouco perceptível para as populações autóctones.

Como definiu Jean-Luc Vellut para o caso belga, as ligações entre as empresas privadas e o poder colonial formaram uma espécie de *bloco colonial* que se materializou tanto na metrópole como ao nível local nas colónias. Estas formações de poder não foram estanques no tempo, nem tão pouco uniformes no espaço⁷⁹. Quer através das participações do Estado nas estruturas do capital empresarial, ou pela transferência de funcionários entre o setor público e as estruturas corporativas, as ligações de dependência e as discretas relações de complacência entre os organismos públicos e privados marcaram a vida económico-financeira do Congo belga. O Estado Colonial belga tornou-se assim um “Estado-holding”: a representação do Estado no seio das empresas era, simultaneamente, a representação das empresas no seio do Estado⁸⁰. Esta sobreposição enfraqueceu o papel decisório do Estado ao mesmo tempo que solidificou a ideia, dentro da administração pública, de que o setor privado era o único capaz de organizar eficazmente a exploração sistemática dos recursos africanos⁸¹. O facto das três empresas que aqui analisamos terem sido criadas em momentos diferentes – os C.F.B. no início do século XX, a Diamang em 1917 e a Cotonang em meados dos anos 40 – afasta qualquer argumento que atenda a uma especificação circunstancial e demonstra a necessidade de se considerar relações de

⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 386.

⁷⁹ Jean-Luc Vellut, «Hégémonies en construction: Articulations entre État et Entreprises dans le bloc colonial Belge (1908-1960)», *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol.16, No. 2 (1982), pp. 313-330, p. 313.

⁸⁰ *Idem, ibidem*, p. 328.

⁸¹ *Idem, ibidem*, pp. 328-329.

longa-duração para explicar o emergir deste tipo de concessões. Ou seja: existiu, de facto, uma racionalidade de longa-duração dentro das estruturas da elite estatal colonial que explica a repetição deste fenómeno no tempo e no espaço. O modo como esta foi uma realidade embutida na história colonial angolana fica bem plasmada nos documentos arquivísticos que relatam, como veremos, o modo como muitas vezes as populações locais não distinguiam o Estado das empresas e vice-versa. No terceiro capítulo esta mesma indistinção parece estar subentendida. Desta feita, não são as populações autóctones que parecem *confundir*, ou *fundir*, o público e o privado, mas sim os dirigentes internacionais das empresas de relações públicas responsáveis por melhorar a imagem global do setor privado colonial. Parte da razão que pode explicar esta fusão está no capítulo IV.

Por fim, é necessário, ainda, fazer uma chamada de atenção: não subscrevemos a ideia de um desaparecimento total do poder negocial do Estado ao longo do nosso estudo. O início do conflito armado, e a resposta local e internacional do setor privado, demonstra bem como a relação entre estes dois setores se materializou através de uma relação de verdadeira parceria – não ignorando, como também veremos, a presença de antagonismos entre ambos. Se o setor privado estava dependente da cedência de poderes e de recursos naturais por parte do Estado, o Estado dependia das empresas para garantir não só fontes de rendimento como o controlo mais vasto sobre partes do território. A relação é simbiótica e intrincada em pressupostos históricos, materiais e culturais, que só podem ser identificados através de análises de *path dependence*.

Estrutura, Objeto de Estudo, Fontes e Metodologia

Neste trabalho, a leitura da Guerra Colonial portuguesa afasta-se das análises centradas nas estruturas militares e nos movimentos independentistas, no trabalho desenvolvido pela PIDE/DGS ou, até, nos Gabinetes ministeriais metropolitanos. Consoante a lente, que varia de capítulo para capítulo à medida que uma nova problemática é analisada, destacamos um quadro metodológico e um repositório arquivístico e bibliográfico que melhor nos permite responder ao nosso objetivo de investigação. Ao longo da investigação, não analisamos diversas perspetivas de um mesmo assunto mas, sim, distintos anglos de atuação e análise que nos obrigam alargar, ou a reduzir, a lente da investigação: uma empresa, o Estado Colonial – português ou não

-, uma associação internacional ou as redes transimperiais, cuja existência não conhece fronteiras. O principal objetivo deste trabalho é apresentar uma visão holística sobre o modo como as empresas coloniais, nomeadamente as multinacionais, se comportaram como entidades parceiras do Estado, não só na gestão diária, e por vezes soberana, dos territórios concessionados como, também, enquanto parceiras na luta pela manutenção da soberania e da integridade colonial, quer internamente quer no palco internacional. Desta forma, procuramos contribuir para um campo de estudo embrionário, centrando a nossa análise no modo como essa parceria excedeu o campo das contribuições fiscais. Para tal, adotamos uma abordagem pluridisciplinar que alia o institucionalismo histórico da Ciência Política à história económica, social e política até aos estudos de segurança⁸². Estas abordagens são adaptáveis à história nacional (capítulo I), à micro-história (capítulo II) e à história económica global (capítulos III e IV)⁸³. Só assim podemos trilhar um estudo atento ao modo como a origem do Estado determinou a institucionalização de relações de parceria com outras instituições em que as relações de poder foram desiguais⁸⁴. Esta linha de análise tem de ser aliada ao método comparativo de forma a não cairmos na falácia de tratar estas empresas como uma unidade abstrata na qual se incluem diferentes processos de contenção e administração da mão-de-obra. Só assim podemos compreender a resposta destas empresas ao início da Guerra colonial e o papel que desempenharam na defesa internacional da imagem do colonialismo português.

Qual o contributo prestado pelo setor privado para o esforço da guerra colonial? É necessário salientar que a noção de “esforço de guerra” deve ser percecionada como algo mais amplo do que o mero apoio fiscal, contemplando, por isso, cálculos estratégicos que envolviam planos de autodefesa, controlo de movimentos, delimitação e fiscalização do território mas, também, estratégias subjetivas de propaganda e conquista das mentes. Esta pergunta fragmentou-se em três subperguntas: qual o peso desse setor nas discussões que antecederam o início da guerra? Como é que as empresas concessionárias reagiram às políticas securitárias gizadas por militares e burocratas estatais? Qual o grau de incorporação destas empresas na esfera da diplomacia económica

⁸² Cf. Kathleen Thelen e James Mahoney, *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

⁸³ Sobre estas abordagens ver: Sebastian Conrado, *O que é a História Global* (Lisboa: Edições 70, 2019).

⁸⁴ Paul Pierson e Theda Skocpol, «Historical Institutionalism in Contemporary Political Science», in Ira Katznelson e Helen V. Milner (cord.), *Political Science: The State of the Discipline* (Nova Iorque: W.W. Norton, 2002), pp. 693-721; York Bradshaw e Michael Wallace, «Informing Generality and Explaining Uniqueness: The Place of Case Studies in Comparative Research», *International Journal of Comparative Sociology*, 32 (1991), pp.154-171.

do regime colonial? Procuraremos dar resposta a estas questões nos quatro capítulos que constituem este trabalho de investigação.

No primeiro capítulo importa compreender os debates quanto à orgânica militar que antecederam o início do conflito armado em Angola e que estão na base da reestruturação, em finais dos anos 1950 e início dos anos 1960, dos mecanismos de defesa militar e paramilitar da Província. Esta análise lança luz sobre as fragilidades das estruturas coloniais de defesa, que eram do conhecimento geral das elites do Estado e das Forças Armadas, nomeadamente quanto à escassez de armamento e de efetivos nas colónias portuguesas. O início da Guerra Colonial acentuou, por isso, preocupações antigas quanto à disciplina dos militares e reforçou a necessidade de implementação de uma nova orgânica assente, nomeadamente, na auscultação das populações locais. Como veremos, estes debates estão imbuídos de inquietudes de ordem racial. Se o aumento do número de militares, e a necessidade destes efetivos cobrirem o território e contactarem com as populações, era imperativa, persistia uma forte resistência face ao recrutamento e armamento de africanos, considerados pouco confiáveis. Por outro lado, pairava a sombra da declaração do Estado de Sítio. É num contexto turbulento, onde a pressão internacional era crescente, que são dados os primeiros passos para a defesa privada dos núcleos económico-empresariais. A criação de novas estruturas paramilitares no rescaldo das revoltas de 1961, nomeadamente a Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola (O.P.V.D.C.A.) e o Grupo de Trabalho e Recuperação Económica (G.T.R.E.), demonstram a forma como os programas de autodefesa dessas zonas económicas foram delegados ao setor privado. A participação das empresas no esforço de guerra foi sofrendo encargos crescentes que aliavam preocupações securitárias à necessidade de garantir a cooptação da massa laboral. Neste ponto, a institucionalização, em 1964, do Instituto do Trabalho, Previdência e Assistência Social é uma manifesta demonstração do *desenvolvimentismo repressivo* e da forma como as empresas foram equacionadas nesse projeto.

No Capítulo II levamos a cabo uma análise comparativa do modo como o setor privado desempenhou um papel ativo na defesa paramilitar das suas zonas concessionadas. A partir da Diamang, da Cotonang e dos C.F.B. é possível evidenciar diferentes níveis de atuação e de cooperação securitária que fazem eco de anteriores funções contratualmente delegadas entre o Estado e estas empresas. Mais: não podemos compreender estas diferenças sem fazer referência à natureza das operações e ao valor

comercial internacional dos seus produtos (empresas de extração, agrícolas ou de transporte). A organização interna e os mecanismos de violência, físicos e simbólicos, erguidos por estas empresas dependeram diretamente do valor da sua produção e do modo como a parceria com o Estado colonial foi inicialmente concebida. Variáveis geográficas, organizacionais, comerciais, demográficas e financeiras são parte integrante do modo como a burocracia empresarial montou os seus dispositivos de controlo da população laboral cuja dimensão é indissociável dos pré-requisitos já em vigor para a construção interna dos mecanismos de organização e controlo da massa laboral. Aqui, os nossos casos de estudo, como veremos, apresentam consideráveis diferenças no modo como as empresas geriram e administraram as zonas onde operavam. Neste capítulo, as relações simbióticas com os pressupostos securitários debatidos no capítulo I demonstram, precisamente, como a filosofia assente no desenvolvimentismo tardio em tempo de guerra foi forjada por uma parte da elite colonial do Estado que procurava incutir ao setor privado princípios que aliavam o bem-estar das populações a preocupações de manuseamento e de propaganda bélica. Os três casos de estudo, em diálogo com análises paralelas de casos internacionais, lançam luz sobre uma sobreposição de estratégias e de soberanias dentro do território angolano.

Segue-se a análise de uma organização criada pelo setor privado colonial – a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas (A.P.E.U.) – que demonstra como o setor privado não cingiu a sua ação em prol da manutenção do colonialismo português à defesa efetiva das suas áreas concessionadas. Criada no rescaldo das Revoltas em Angola (1961) por iniciativa do Presidente da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, Alexandre Pinto Basto, esta associação financiou intensas campanhas de propaganda internacional dos feitos e das conquistas portuguesas no continente africano mas, também, do papel ativo levado a cabo pelas empresas ultramarinas em prol do desenvolvimento económico da Província e da promoção da melhoria das condições socioeconómicas dos autóctones. Tendo inicialmente como palco os Estados Unidos da América e, em 1964, estendendo a sua atuação ao continente europeu (nomeadamente à Bélgica, França, Holanda e República Federal Alemã), a A.P.E.U. contratou empresas de relações públicas para disseminar artigos e notícias favoráveis à causa portuguesa em jornais, revistas, na rádio e na televisão, ao mesmo tempo que financiou visitas de jornalistas e personalidades de peso às Províncias Ultramarinas e à metrópole. Estas campanhas não foram estanques no tempo, adaptando-se à realidade nacional e

internacional do colonialismo português e ao contexto global que partilhou a década de 1960 e 1970 com a realidade da Guerra colonial. Os elevados encargos deste projeto, principalmente quanto comparados a iniciativas análogas por parte do Estado português, são paradigmáticos a comprovar o modo como o setor privado percecionada a continuidade das suas operações na estrita dependência da manutenção do *status quo* colonial. Se o capítulo anterior evidencia o comprometimento do setor privado na defesa física das instalações empresariais e na cooptação da respetiva força de trabalho, este capítulo procura demonstrar o modo como a parceria entre o Estado Colonial e as empresas ultramarinas foi para além de uma atuação dentro das fronteiras territoriais das Províncias africanas.

Por fim, procuramos inserir estas empresas e projetos num contexto mais vasto que ultrapassa as fronteiras coloniais e metropolitanas: a análise das redes transimperiais (capítulo VI: *As redes transimperiais e a captação de aliados internacionais*). Numa altura em que a pressão para a descolonização era gradualmente mais gritante, as empresas funcionaram como verdadeiros focos de captação de aliados internacionais, procurando assim associar outros interesses à luta contra os movimentos subversivos. Mas não só. Esta análise, ao colocar as empresas coloniais portuguesas no centro de redes de capitais internacionais transimperiais, demonstra como elas próprias representam interesses mais latos, impossíveis de absorver e captar se seguirmos uma análise nacionalista balizada pelas fronteiras coloniais. Neste sentido, a relevância, para o caso português, do monopólio de consórcios internacionais como o da *Société Générale Belgique* e a *Tanganyika Concessions* determinam que se dê a estas duas redes uma especial atenção. Não se trata apenas de traçar as ligações da Diamang, do C.F.B. e da Cotonang, mas também perceber a origem e a corelação com os novos investimentos estrangeiros realizados em Angola já durante o conflito armado. Só assim podemos compreender as relações de cooperação estabelecidas entre Portugal e outros países à margem das críticas apontadas nos palcos das organizações internacionais. Embora de forma mais fragmentada, procuramos ainda expor a relação intrincada entre determinados Administradores e Presidentes dos Conselhos de Administração destas empresas com outras empresas e com a máquina político-administrativa estatal. A circulação de elites entre setores e a presença simultânea em diferentes diretórios empresariais, assim como a migração de atores do Estado para o campo empresarial, revela bem a proximidade e a sobreposição que marcaram estas duas arenas de administração.

Como foi dito, as fontes arquivísticas consultadas acompanham a variação do objeto em análise. A inexistência de arquivos corporativos para as empresas aqui analisadas com maior pormenor, assim como para a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas, impôs uma corrida por um amplo espectro de fontes arquivísticas que comprovam a dispersão das informações trabalhadas. No primeiro capítulo, a análise da documentação e das comunicações entre as estruturas militares e burocráticas do Estado constituem a principal fonte arquivística. Estes debates sobre o panorama militar das colónias, que envolveram não só as altas patentes do exército como administradores e funcionários do Estado, nas colónias e na metrópole, dão-nos ainda conta do panorama global em que ocorreram as tensões e decisões quanto ao modo como o país deveria reagir à pressão da descolonização. Este processo também deve ser lido fora da história meramente nacional, tendo em conta as informações e as apreensões que chegavam do lado de lá das fronteiras das Províncias portuguesas. Desta feita, o Arquivo Histórico Militar (AHM), o Arquivo da Defesa Nacional (ADN) e o Arquivo Diplomático (AD), nomeadamente o fundo do Gabinete dos Negócios Políticos (G.N.P.), permitem-nos compreender o modo como estas estruturas se preparavam para aumentar os dispositivos militares, policiais e paramilitares numa altura em que Angola ainda não tinha sido palco das primeiras investidas *terroristas*. A este conjunto de informações somam-se os diplomas legislativos, que criam as novas organizações de defesa, e um conjunto de artigos da época publicados pela Revista Militar.

No segundo capítulo, a análise do comportamento destas empresas está, informalmente, dividida em duas partes. Num primeiro momento, cada análise de caso procura compreender o modo como estas empresas organizavam a sua gestão infraestrutural e a supervisão laboral da sua força de trabalho antes do início do conflito armado. Somente depois dessa análise é que nos debruçamos sobre o modo como as empresas reagiram ao início da guerra e às imposições securitárias do Estado. Desta forma, a maioria das fontes encontram-se no Arquivo Oliveira Salazar (AOS), na documentação do G.N.P. e nos fundos arquivísticos da burocracia empresarial, nomeadamente os Relatórios do Conselho de Administração destas empresas e as informações prestadas pelos Representantes do Estado nesse mesmo núcleo – Arquivo da Diamang, Arquivo da Caixa Geral de Depósitos e, também, na Sociedade de Geografia de Lisboa. A documentação interna à burocracia colonial, sobretudo pareceres técnicos do G.N.P. e de outros serviços especializados, lançam luz sobre o modo como essa gestão

diária das zonas concessionadas era perspectivada pelos gabinetes de estudo do Estado. De igual importância é a documentação fragmentada das Companhias Militares (AHM) destacadas para as zonas de exploração económica, que nos informam sobre as tensões entre as estruturas militares e as empresas privadas, lançam luz sobre os esforços privados na construção de mecanismos internos de segurança e revelam, indiretamente, a dependência, ou não, face aos dispositivos estatais. Os relatórios anuais, os contratos de concessão com o Estado, as publicações corporativas, os relatórios sobre a saúde financeira destas empresas, e, em especial, a correspondência entre os diretores das empresas e as autoridades do Estado e do Governo-geral de Angola são imprescindíveis para compreender os pontos de consenso e de discórdia entre estas estruturas, demonstrando assim como esta parceria foi marcada por relações nem sempre consensuais ou harmónicas. Neste capítulo, a entrevista realizada a João Pereira Neto, ex-funcionário do Gabinete de Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, foi de uma enorme importância para a validação de determinadas informações arquivísticas e para a compreensão do ambiente organizacional tanto daquelas empresas como da estrutura estatal.

O terceiro capítulo, por se debruçar sobre uma associação de propaganda, recai maioritariamente sobre os relatórios enviados para Lisboa por parte das empresas de relações públicas, europeia e norte-americana, contratadas pelo setor privado empresarial português para divulgar informações, comunicados, notas económicas e artigos de propaganda a favor da causa e da estabilidade da presença portuguesa em África. A estas informações juntam-se relatórios de viagens de personalidades de peso à metrópole e às Províncias Ultramarinas – jornalistas, académicos, políticos, empresários, etc. –, assim como congressos e conferências organizadas pelas empresas contratadas e financiadas pela A.P.E.U. A este denso maço de documentação, acrescem as trocas de correspondência entre as elites empresariais em Lisboa, Salazar e os responsáveis pela campanha internacional que nos permitem perceber o modo como esta estratégia era gerida e percecionada pelas elites portuguesas.

O último capítulo assenta, fundamentalmente, num vasto leque de informações internacionais, nomeadamente dos grupos de trabalho criados dentro de organismos internacionais, como a O.N.U., incumbidos de acompanhar a situação bélica nas Províncias Ultramarinas. Numa altura em que o “neoimperialismo” se tornou um conceito omnipresente nos debates sobre a presença ocidental no “mundo em desenvolvimento”,

estas organizações procuravam expor, também, as redes de capitais internacionais que operavam em Angola sobre a fachada de empresas nacionais. Neste sentido, os relatórios internacionais, de diferentes organismos, encontrados no Centro De Intervenção Para O Desenvolvimento Amílcar Cabral, a par das informações reunidas pelo Subcomité da O.N.U. para Angola, fornecem o suporte arquivístico desta análise. Estes documentos apresentam informações importantes sobre as despesas efetuadas pelas empresas em armamento e dispositivos de segurança, assim como sobre as contribuições feitas ao Estado português. No entanto, essas informações surgem, por vezes, não nos documentos produzidos nas sedes das empresas em Lisboa mas, sim, nos relatórios das empresas acionistas que analisavam a produtividade e a saúde financeira das suas holdings. Desta forma, conseguimos ter acesso, embora a documentação apresente algumas lacunas - nomeadamente pela inexistência de informações consistentes para todos os anos - às relações entre as sedes em Lisboa, os comités em Londres e Bruxelas e o Governo português.

Capítulo I: *Militarização das zonas económicas de Angola*

- De quantos militares precisa Angola? Debate em torno da resposta portuguesa às revoltas anticoloniais

“Embora, segundo informação prestada pelo Sr. Dr. Ribeiro da Cunha já tenha, superiormente, sido considerado conveniente que se empreendam diligências no sentido de pesquisar a documentação que permita avaliar, com segurança, o papel desempenhado pelas diversas causas que determinaram a erupção do terrorismo em Angola, não podemos deixar de fazer algumas considerações sobre tal pesquisa. De facto, ainda não passaram quatro anos sobre o início dos acontecimentos e na sua quase totalidade ainda estão vivas, e nalguns casos a desempenhar funções da maior responsabilidade, algumas personalidades que não deixariam de sair muito malferidas de tal investigação. Por outro lado, tal trabalho não deixaria de causar sérias apreensões a personalidades que, por volta de 1961, pensariam de determinada forma e que hoje em dia, em face da conjuntura política internacional, parece pensarem de maneira muito diferente, nada havendo a apontar-lhes em matéria de menos respeito pela integridade nacional. Pode objectar-se que o facto de estarem vivos muitos dos intervenientes poderá facilitar, por intermédio dos seus depoimentos, a compreensão do fenómeno. Tem razão quem assim pensa mas, não podemos deixar de objectar que se assim se fizer tornar-se-á muito mais fácil a alguns dos principais responsáveis não só elaborar depoimentos em que procurem ilibar-se de toda e qualquer responsabilidade mas, também lançar ainda maior confusão num sector que só a História poderá exercer uma função esclarecedora”.

Pereira Neto, «Informação nº1049 – Recolha e estudo de documentos relativos aos acontecimentos de Angola»; Lisboa, 17 de Novembro de 1964, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0337/01702

A falta de efetivos militares nas colónias não era nem uma novidade, nem tão pouco um assunto apartado das comunicações entre os mais altos gabinetes da administração colonial. Em 1939, os administradores da Companhia Agrícola e Pecuária de Angola (CAPA), uma empresa do Sul de Angola numa região limítrofe ao Cunene, vêm-se obrigados a reportar atos de insubmissão por parte dos indígenas cuanhamas na sua concessão de Doengoena. Na carta que escrevem ao Governador do Banco de Angola, em Outubro daquele ano, dão conta de “sintomas aparentes de revolta” e de “indisciplina” que os obrigavam a lavrar estudos sobre possíveis medidas repressivas a fim de “proteger os nossos interesses no Sul da Colónia”⁸⁵. Aparentemente, um conjunto de reações face à população branca naquela região estavam na origem deste grito de alarme: recusa em obedecer às ordens dos brancos, declarações que dentro em pouco os bens dos europeus estariam na posse dos indígenas (incluindo o gado da empresa) ou, até, entrave ao descarregamento de barro para adubos, afirmando que não eram necessárias mais

⁸⁵«Revolta dos indígenas cuanhamas na concessão de Doengoena: Cópia da carta enviada pelos administradores da companhia Capa», 10 de Outubro de 1939, p.1, PT/TT/AOS/D-N/2/19/5.

construções uma vez que em breve as casas dos europeus seriam suas e estavam satisfeitos com as que já existiam⁸⁶. O Ministro das Colónias envia cópia deste comunicado ao Presidente do Conselho acrescentado que a situação era particularmente grave uma vez que se iniciariam a época das chuvas “torrenciais” o que tornava praticamente impossível qualquer ação militar na região⁸⁷. A possibilidade de uma expedição metropolitana é afastada pelo Governador-Geral de Angola que nega a seriedade das informações por “falta de fundamento teórico”. Ainda assim, defende a realização de uma nova “organização militar na colónia”. Segundo os administradores da CAPA, o Governador-Geral ter-lhes-ia confessado ter apenas 4000 soldados na colónia, nem todos devidamente armados, o que não lhe permitia dispor deles para aquela região dada a necessidade de guarnecer “certos pontos vitais” do território colonial⁸⁸. Na carta que o Ministro das Colónias envia a Salazar a dar conta da situação afirma “concordar inteiramente com a necessidade de reorganizar os serviços militares da colónia, mas...” [reticências do próprio] admite que tal representaria um custo anual de 6500 contos a inscrever no orçamento da Colónia não tendo, a mesma, recursos para arcar com mais esta despesa, motivo pelo qual pedia a “Vossa Excelência [Salazar] o favor de me indicar qual o caminho a seguir”⁸⁹.

Duas décadas depois a mesma preocupação prevalecia. Em meados do ano de 1959, uma missão militar visitou Angola chegando a conclusões pouco surpreendentes: era clara a necessidade de reestruturar e de reforçar o dispositivo militar naquela Província. Segundo Franco Pinheiro, Tenente-Coronel do C.E.M., a organização militar em Angola estava ainda ancorada a uma conceção que “a efervescência da África Negra se encarregaria de ultrapassar”. O dispositivo militar encontrava-se repartido pelas três principais cidades, com um efetivo aproximado ao de uma Infantaria, que deveriam ser capazes de acorrer a qualquer ponto da Província caso se verificassem ações de guerra. Tal significava que a grande maioria das localidades – “algumas de grande importância” – não estivessem protegidas por qualquer tipo de guarnição militar⁹⁰. As conclusões da missão enquadravam-se nas mais amplas correntes desenvolvimentistas e humanitaristas

⁸⁶ *Idem ibidem*, p. 2.

⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁸⁹ *Idem ibidem*, p. 5.

⁹⁰ Tenente-Coronel do C.E.M. Joaquim António Franco Pinheiro, «Testemunho dos Acontecimentos de Angola», *Revista Militar* 15.º Volume do II Século, Nº 2-3 Fevereiro-Março, 1º Trimestre de 1963, pp. 181- 208, p. 184.

que atravessavam os Impérios coloniais nesta nova fase do colonialismo tardio. Era necessário implementar uma nova estratégia subjugada ao conceito de *ocupação em superfície*: as forças armadas tinham de estar dispersas pelo maior número possível de localidades, procurando assim contactar e “auscultar” as populações indígenas. As recomendações deste estudo foram apenas parcialmente implementadas e as estruturas existentes eram claramente escassas⁹¹.

A fragilidade das forças militares portuguesas na Província de Angola, antes do ano de 1961, é atestada posteriormente por Afonso Mendes. Inspetor do Gabinete dos Negócios Políticos (G.N.P.) à data, e, mais tarde, diretor do Instituto do Trabalho, Previdência e Assistência Social (I.T.P.A.S.), garantia que, aquando dos acontecimentos do Uíge, existia apenas, em Angola, um elemento das forças armadas por cada grupo de 465 habitantes e 119km². Dos 10.486 elementos que se encontravam na Província apenas 2.485 eram europeus⁹². Colocando a ênfase da sua análise na retórica amplamente difundida pela burocracia colonial quanto à influência de agitadores estrangeiros com fortes sentimentos antiportugueses, mas sobretudo antiocidentais, rejeitava a ideia de que as revoltas fossem prova da existência de um nacionalismo angolano. Fora por esse motivo que “não foram tomadas especiais medidas de segurança”, pelo menos em Luanda, uma vez que “as portas e as janelas das residências *continuavam* abertas”⁹³. A normalidade e a confiança iam ganhando espaço por si mesmas. Não sabemos qual o destinatário deste relatório escrito por Mendes, mas dificilmente estaremos aqui perante um documento interno aos corredores da burocracia do Estado colonial. Na mesma linha de Mendes, em Setembro de 1961, o Ministro dos Negócios Estrangeiros português, Franco Nogueira, expõe ao Conselho da NATO uma longa e mordaz declaração. Passados apenas poucos meses do início da Guerra Colonial em Angola, as críticas à comunidade

⁹¹ *Idem, ibidem*, pp.184-185. Em Abril de 1958 o Ministro da Defesa Santos Costa, pelo decreto-lei n.º 41578, reformulou a organização militar de Angola ao fixar as circunscrições militares em função dos eixos-ferroviários: Luanda-Malange, Benguela-Vila Teixeira de Sousa e Moçamedes-Vila Artur de Paiva. Segundo Arrifes, o racional por parte desta opção estratégica advinha da necessidade de fazer corresponder a divisão territorial militar à administrativa para assim autonomizar a defesa por zonas e, ao mesmo tempo, facilitar o processo de recrutamento de soldados indígenas. Da mesma forma, a concentração das tropas em três polos implicava precisamente a diminuição da ocupação efetiva da colónia. Esta não era, para Santos Costa, uma fragilidade que se colocava a descoberto uma vez que desvalorizava a possibilidade de uma guerra em Angola. Para o então Ministro, mais importante era garantir a existência de recursos militares coloniais que, em caso de necessidade, pudessem ser chamados e estivessem preparados para combater na Europa. Marco Fortunato Arrifes, «As políticas coloniais de defesa de Angola (1926/1960). Um poder militar autista», *História*. - N.º 20, (Dez. 1999), p. 38-47., pp. 44-45.

⁹² Afonso Mendes, «O Trágico dia 15 de Março», 12 de Setembro de 1961, p. 4, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0120/00186.

⁹³ *Idem, ibidem*, p. 3.

internacional serviram de mote para aproximadamente quarenta páginas de discurso. São os acontecimentos de 15 de Março que ocupam as primeiras passagens sobre a situação angolana. Expõe aquilo que considera ter sido uma “autêntica política de extermínio coletivo”, transversal à ideia de raça, que devastou o Norte da Província – “Nada foi poupado: nem vidas nem bens. A ferocidade dos terroristas não conheceu limites nem discriminações: negros, brancos, mestiços, incluindo muitas crianças de alguns meses, foram igualmente vítimas. Foram trucidados, chacinados, esquartejados”⁹⁴. Após enumerar os relatos que o Estado português recebera quanto à barbárie dos terroristas, foca-se no que denomina por uma “mentira generalizada” que circulava internacionalmente quanto à resposta portuguesa aos ditos acontecimentos. Podemos dividir o argumento do autor em dois pontos: segundo o Ministro, a extrema organização dos terroristas só foi possível dado o forte apoio internacional à causa subversiva e, em segundo lugar, a inexistência de uma resposta imediata por parte do Estado colonial era consequência da “tradicional política portuguesa de paz e harmonia racial” graças à qual não era, até então, imperativo um policiamento extenso das Províncias⁹⁵. É com base nesta segunda linha argumentativa que o autor coloca em causa todas acusações que, até aos fatídicos acontecimentos de Março, afirmavam existir em Angola um exército de 60.000 homens que mantinham as populações subjugadas pela força das armas. O objetivo do autor não é difícil de antecipar: ao desacreditar antigos rumores que afirmavam que a colonização portuguesa era altamente militarizada, situação essa que, se fosse verdade, teria, na sua lógica, impossibilitado a investida terrorista de Março de 61, conseguiria demonstrar que o exagero e a mentira eram extensíveis à ideia internacional que a repressão por parte do Estado colonial português estava manchada por sangue africano. Para Franco Nogueira, a situação do Norte da Província revelava a incoerência internacional: se até então acusavam Portugal de uma política colonial assente no uso da violência e da repressão, o argumento fora desvirtuado e o país era agora “acerbamente criticado por não dispor de forças suficientes”. É aqui que os números apresentados contrastam ligeiramente com os do Inspetor do G.N.P.: segundo o Ministro estariam em Angola apenas 8000 homens dos quais apenas 3000 eram brancos⁹⁶. A tentativa de

⁹⁴ Franco Nogueira, «Exposição do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Concelho da NATO em 6/7 de Setembro de 1961», pp. 10-11, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0120/00186.

⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁹⁶ Segundo Gerald J. Bender, estariam em Angola em 1961 8000 homens, dos quais 2000 a 3000 eram brancos e 5000 africanos. Segundo o mesmo autor, embora tivessem existido flutuações anuais, a média de soldados portugueses em Angola foi de aproximadamente 60.000, quase três vezes superior, numa base *per*

internacionalmente dissociar Portugal do que, também àquela data, já se sabia sobre a repressão portuguesa na região algodoeira do Malange e no assalto às prisões de Luanda, leva o autor a ir mais longe: “onde e como exercemos nós nesse momento qualquer repressão? Mesmo que o quiséssemos fazer, não tínhamos para isso os meios”⁹⁷. Naquele palco internacional onde a autodeterminação dos povos era o tema mais premente, Franco Nogueira recorre uma e outra vez à insuficiência dos meios militares portugueses para construir o seu argumento e ilibar o país das duras acusações que, também ali, lhe eram dirigidas: os militares portugueses, na maioria das vezes, não foram defender as populações mais sim socorrer sobreviventes que, pela coragem e meios próprios, ainda resistiam às investidas terroristas. Aos membros da NATO e do Conselho de Segurança que condenavam a política portuguesa, a crítica do Ministro é clara: ao fazê-lo estavam apenas a pedir a Portugal que deixasse os terroristas “exterminar todas as populações sem tentar sequer defendê-las”⁹⁸. A retórica anticolonial é descrita como “uma moda” que saúda aqueles que realmente cometeram crimes, e que possuem armamento e capacidade financeira para aterrorizar populações pacíficas e multirraciais. A defesa da unicidade e da integridade do território português era, também para Mendes, a defesa de todo o Ocidente – “e, pacientemente, aguarda [o país] que esse mesmo Ocidente compreenda que Portugal luta não só por si mas, em especial, contra o expansionismo comunista”⁹⁹. A mesma ideia, numa conjugação diferente, é apresentada por Franco Nogueira no final da sua intervenção: “a África está profundamente dominada pelo comunismo, e no nosso espírito não temos a menor dúvida de que defendemos em Angola os interesses do mundo ocidental nos mesmos termos em que se tenta defender aqueles em Berlim”¹⁰⁰.

Estas declarações contrastam com as preocupações que, em meados do mês de Novembro daquele mesmo ano, assombravam alguns inspetores do Gabinete dos Negócios Políticos. Não se tratava apenas se impedir os rumores internacionais quanto à atuação portuguesa. Era necessário também, internamente e em especial na metrópole, disciplinar os elementos das forças armadas que tinham participado nas operações no Norte da Província. O problema era compreensível: alguns oficiais da guarnição de Angola, que estariam de licença na metrópole, revelaram “pormenores chocantes da

capita, ao número de americanos destacados para o Vietnam. In Gerald J. Bender, *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*, (Lisboa: Sá da Costa, 1980), pp. 227-228.

⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 12.

⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 13.

⁹⁹ Afonso Mendes, «O Trágico dia 15 de Março», *op. cit.*, p. 4.

¹⁰⁰ Franco Nogueira, «Exposição do Ministro dos Negócios Estrangeiros...», *op. cit.*, p. 41.

repressão realizada no Norte dessa Província”¹⁰¹. Para João Pereira Neto o problema agravava-se pela insistência com que tais afirmações eram propagadas. É aqui que a análise do Inspetor do G.N.P. se aproxima daquele proferido pelo seu colega de Gabinete, Afonso Mendes, e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros: Pereira Neto encontrava ali mais uma manifestação de interesse das forças anticoloniais que, à semelhança da campanha levada a cabo contra as forças armadas francesas na Argélia, procuravam manipular a opinião pública portuguesa revelando e difundindo a campanha militar contra os ataques terroristas. O sucesso alcançado em França, onde a maioria do povo francês tinha, não há muito tempo atrás, votado contra a permanência da “Argélia francesa”, levava Neto a sugerir algumas medidas para a contenção do problema: era necessário instruir os militares portugueses que se deslocassem à metrópole para que mantivessem a máxima discrição sobre todas as operações militares; aqueles que, depois de devidamente avisados, divulgassem pormenores, verdadeiros ou não, das operações em causa deveriam ser “severamente punidos” e, por último, era necessário averiguar se estes rumores estavam, ou não, a ser manipulados ou incentivados pela extrema-esquerda, à semelhança do caso francês¹⁰². Não podemos descartar as preocupações que o mesmo autor apontara noutro documento secreto. Um ano antes, em Outubro de 1960, Pereira Neto relatou algumas *Considerações acerca das Forças Armadas*. Depois de mencionar certas normas comportamentais que deveriam guiar a ação dos militares para evitar assim potenciais abusos por parte destes sobre os locais no terreno¹⁰³, o inspetor do G.N.P. defende a imprescindível necessidade de o Estado implementar cursos que atenuassem algumas das marcadas características dos militares que envergonhavam o país. Menciona assim o “desprestígio” e a ignorância dos militares, a insensibilidade face aos problemas políticos, sociais e económicos nas zonas onde atuavam, o claro “racismo” e a “falta de formação” que só uma instrução mais humana poderia refrear¹⁰⁴. A não-violência da ofensiva portuguesa caía assim por terra nos documentos lavrados pelo Gabinete de estudos do Estado colonial que, pelo seu carácter informativo e de remediador dos problemas que

¹⁰¹ João Pereira Neto, «Informação Secreta n.º226: Considerações sobre revelações que terão feito quando de licença na Metrópole, alguns elementos das forças armadas, nomeadamente oficiais, que estiveram envolvidos em operações no norte de Angola», Novembro de 1961, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0337/1534.

¹⁰² *Idem*, *idibem*, pp. 1-2.

¹⁰³ Bernardo Pinto da Cruz, «The Penal Origins of Colonial Model Villages: From Aborted Concentration Camps to Forced Resettlement in Angola (1930–1969)», *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 47:2, 343-371, (2019), DOI: 10.1080/03086534.2019.1605699, pp. 355-356.

¹⁰⁴ João Pereira Neto, «Informação secreta n.º 18: Considerações acerca das Forças Armadas», Outubro 1960, PT/AD/MU/GM/GNP/164/Pt.1S.

assombravam o *status quo* da nação transoceânica, pouco interesse tinha na manipulação ou romantização dos documentos restritos às gavetas dos burocratas. Mas não só. Não é possível, como nos diz também Pereira Neto num outro documento citado no início deste capítulo, analisar os contributos dos diferentes atores da administração estatal da época sem colocar ênfase nas contradições que as diferentes fontes revelavam¹⁰⁵. A insuficiência numérica das forças armadas portuguesas no dealbar da Guerra colonial nas Províncias não é uma mentira. No mesmo sentido escreve ainda o Tenente-Coronel Franco Pinheiro, quando propõe fazer uma pequena narrativa sobre os *Acontecimentos de Angola*, tempo esse, segundo o mesmo, em que as “testemunhas do meio militar” eram reduzidas uma vez que apenas “pequenos efetivos das forças militares e militarizadas” estavam “incumbidas de assegurar a defesa de Angola”¹⁰⁶. Em Abril de 1961, uma informação secreta que chega ao Gabinete dos Negócios Políticos era ainda mais reveladora da situação particularmente frágil da presença militar portuguesa. Começando por citar anteriores informações, datadas de Fevereiro daquele ano, onde o autor garantia que a “calma [estava] completamente reestabelecida”, tanto em Luanda como no Malange, cidades que foram palco das primeiras duas revoltas, a sublevação das populações cafeeiras no Norte da Província alterariam esse ambiente de estabilidade¹⁰⁷. Depois da revolta, o reforço do apoio militar não era apenas necessário para reprimir a ação do inimigo mas também para apoiar o enorme número de refugiados, maioritariamente europeus, que procuravam abandonar a região e encontrar abrigo em Luanda. Desta forma, juntava-se à insuficiência de homens a duplicação de tarefas que os militares tinham de levar a cabo, muitíssimo dificultada pelas características físicas da zona que se encontrava sob uma “cobertura natural”, formada pelas plantações de café, que fornecia assim “condições de combate comparáveis às das florestas equatoriais”¹⁰⁸. Muito embora partilhasse a preocupação das represálias que os europeus pudessem vir a

¹⁰⁵ No mesmo sentido escreve o Tenente-Coronel do C.E.M. Joaquim António Franco Pinheiro, num artigo publicado em 1963 na Revista Militar nº15 (1), quando afirma: “A História deve ser objetiva, desapassionada, escrita com base em documentação variada, por pessoas que se julgam imparciais, precisamente por examinam, à distância, acontecimentos de que não foram comparsas. Mas, é cedo para historiar os *Acontecimentos de Angola* (...)”. Tenente-Coronel do C.E.M. Joaquim António Franco Pinheiro, «Testemunho dos Acontecimentos ...», *op. cit.*, pp. 181-208.

¹⁰⁶ *Idem, ibidem*

¹⁰⁷ «Informação nº540/61-GU», 18 de Abril de 1961, p.1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0230 /04277.

¹⁰⁸ A única solução para fazer face a estas condições geográficas passava, numa sugestão que procurava não ser impositiva, no recurso a “napalm”, arma que as autoridades portuguesas negavam ter sido utilizada na contenção da revolta da Baixa do Cassange. Leia-se: «A região foi extremamente bem escolhida para este género de ataques pois o terreno torna bastante difícil a perseguição dos assaltantes. Trata-se de uma zona ideal para as emboscadas e a aviação não pode ali fazer grande coisa, salvo se se resolvesse a utilizar “napalm”». *Idem, ibidem*, p. 3.

infligir nos africanos, e apesar disso, a situação que ali se vivia não dava grandes alternativas às Forças Armadas se não recorrer à população civil. Para esse efeito, relatava o autor, todos os homens válidos que chegavam a Luanda vindos da região sublevada eram “mobilizados para reforçar as tropas, nitidamente insuficientes”¹⁰⁹. A avultada documentação que pretendia dar uma rápida solução política a esse problema, assim como os relatos que chegavam a Lisboa, comprovam que nem Mendes nem Franco Nogueira, embora apresentem números que podem, claramente, servir apenas para sustentar os argumentos que alegavam, mentiam. Mas faltavam à verdade ao defenderem que a resposta portuguesa não tinha sido violenta e que a ofensiva subversiva contava apenas com o apoio de um limitado número de nativos angolanos¹¹⁰.

É também esta a ideia, de uma paz inter-racial, que Ribeiro da Cunha, outro inspetor do G.N.P., transparece de forma entusiástica quando expõe algumas notas “resultantes da observação pessoal” aquando da sua estadia, no final do ano de 1963, em Angola, Moçambique e África do Sul. Começa por falar do fim dos “bons tempos” no continente africano, aludindo à supressão do Estatuto do Indigenato em território português, que impunha que se apreciassem agora os problemas com novos olhos. Descreve Luanda como uma “cidade eufórica” que devia ao início da guerra e à migração militar a sua prosperidade:

Vê-se que há dinheiro e que o clima que se vive é o de todas as cidades de retaguarda de territórios onde soldados se encontram. O comércio está prospero; a moeda circula. Há

¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 4.

¹¹⁰ Na mesma declaração perante o Conselho da NATO, Franco Nogueira detalhou a origem e o perfil sociocultural e étnico dos elementos responsáveis pelos ataques subversivos: “Temos, em primeiro lugar, alguns bandos provenientes do antigo exército lumumbista e que, após a dissolução deste, se dispersaram e que foram aliciados pelos chefes terroristas. A estes juntaram-se elementos congolezes do partido da “Abako”: centenas, senão milhares de cadernetas de membros daquele partido congolês têm sido encontradas na região afetada. Um terceiro grupo é formado por angolanos ou descendentes de angolanos há muito residentes no antigo Congo Belga, completamente desnacionalizados, e que foram recrutados pela organização terrorista. Finalmente, e nós admitimos o facto sem procurar negá-lo, juntaram-se aos terroristas alguns naturais de Angola. Mas quanto a estes há que fazer uma distinção. Muitos se aliaram aos terroristas voluntariamente, por descontentamento ou outras razões semelhantes. Mas a maior parte fê-lo porque foi intimidada. A técnica usada para o feito foi simples e eficaz. Um bando de terroristas cercava uma aldeia nativa, mandava congregar os homens válidos no local principal, e depois de assassinar uma ou duas dúzias forçava os restantes, para não sofrerem o mesmo destino, a juntar-se-lhe. Assim se obtiveram muitas adesões. E são estes indivíduos recrutados pelo terror, e os demais a que aludi, e que não estrangeiros, que o mundo toma como patriotas e como expoentes de um nacionalismo angolano antiportuguês. Não sabemos exatamente quantos, na limitada área afetada aderiram aos terroristas espontaneamente e livremente. Admitamos que são 5.000, ou mesmo 10.000, para tomar um número máximo. Que significado tem o facto em termos de nacionalismo angolano e numa população de 4 milhões e meio? É evidente que uma força invasora encontra sempre, no território invadido, uns quantos indivíduos que desde logo colaboram, quer por convicção, quer por esperarem que os invasores de hoje serão os senhores de amanhã.” In, Franco Nogueira, «Exposição do Ministro dos Negócios Estrangeiros...», *op. cit.*, pp. 13-14.

restaurantes cheios e caros. Diariamente se anunciam 10 locais de diversão nocturna. Não há um lugar nos cinemas. Em grande parte tudo isto se deve às forças armadas que ali gastam grande parte das suas dotações. A construção civil prossegue. A vida diária é alegre. Todos pensam em divertir-se. Mas depois? Quando vier a paz? Que restará?¹¹¹

O que preocupava Ribeiro da Cunha não eram os meios militares, nem tão pouco as baixas que da guerra resultassem. Certo de que o que vira em Luanda estendia-se ao resto do território da Província, preocupava-o, isso sim, o final do conflito. O “surto terrorista”, como o classifica, tinha permitido que os portugueses – “os jovens das vilas, dos campos e das praias” – despertassem a sua “consciência africana” e se relacionassem com a África portuguesa¹¹². A unicidade do Império era agora, mais do que em qualquer tempo passado, uma realidade. Os soldados passaram a ser conhecedores e transmissores da cultura e da riqueza colonial. Acreditava que muitos desejariam voltar a Angola pois lá o seu nível de vida era mais elevado e a sua posição social mais digna. Aparentemente crente que os movimentos subversivos já não representavam o mesmo perigo, Ribeiro da Cunha chega a sugerir, nesta filosofia do agente militar como instrumento de propaganda, que fosse enviada até à metrópole uma companhia de infantaria africana para “fazê-la desfilar pelas mais importantes cidades metropolitanas”¹¹³. Ler estas exposições, à luz da história, alerta-nos quanto à fugacidade com que os burocratas expediam as suas análises e informações, nomeadamente dentro do Gabinete de estudos político-sociais. A análise tremendamente otimista com que este inspetor, de quem ainda vamos falar, aplaude as migrações militares, choca com a visão de Pereira Neto quanto ao perigo das mesmas. Se Ribeiro da Cunha defendia que os soldados metropolitanos contribuiriam para a divulgação do Império colonial, recuperando assim a ideia do misticismo imperial que marcou a década de 1940, Pereira Neto temia os efeitos desses mesmos desabafos.

¹¹¹ Ribeiro da Cunha, «Informação nº403», 7 de Dezembro de 1963, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12829.

¹¹² *Idem, ibidem*, pp.2-3. Não deixa, no entanto, de ser curioso contrapor a esta entusiástica declaração sobre a vida quotidiana de Luanda, uma outra enviada ao G.N.P. depois dos “acontecimentos de Luanda” que descreviam a contenção que se vivia na cidade com a chegada dos refugiados do Norte da Província na sequência das sedições de Março: «Entretanto em Luanda não se verificou qualquer ataque, poderá dizer-se que a cidade permanece perfeitamente calma não fosse a peculiar fisionomia que lhe empresta o afluxo de refugiados e também a atmosfera de velada de armas que conheceu durante o fim-de-semana onde os civis (e não poucos) se organizaram em patrulhas armadas para vigiar os pontos e os caminhos estratégicos da capital. Estas preocupações são sem dúvida salutareas para impressionar os indígenas a quem os acontecimentos do interior fazem sonhar, mas é preciso no entanto não tornar o perigo maior do que é; uma cidade como Luanda não se massacra como uma plantação isolada e a proporção de 50.000 brancos contra 250.000 negros torna também as coisas muito diferentes». Informação nº540/61-GU», *op. cit.*, p. 8.

¹¹³ Ribeiro da Cunha, «Informação nº403», *op. cit.*, p. 3.

- Restruturação da orgânica militar colonial: resistência e indulto para a africanização do exército colonial português

“Sou da opinião de que não devemos sequer pensar em guerra e que, sob o ponto de vista da política interna e externa, também não nos convém declarar o estado de sítio mas, se necessário, o limite aparente da nossa atuação não deverá passar daquilo que os ingleses chamaram uma atuação policial, com que esta signifique o emprego exclusivo de polícia, mas sim polícia e força militar, apoiando ou, para maior gravidade, força militar com a polícia integrada”.

Coronel Fernando Viotti de Carvalho, «Informação nº340/60 – Diretiva nº 5 para o emprego de voluntários: esclarecimentos e proposta para a sua execução escalonada, devido às implicações que a mesma requer», Lisboa, 3 de Agosto de 1960, PT/ADN/SGDN/1REP/069/0255/001.

São estas mesmas preocupações, já em tempo de ameaça, que ocupam a linha da frente dos debates militares e das medidas legislativas dos primeiros tempos da década de 1960. Fora do que era dito e pensado nos circuitos políticos, nacionais e internacionais, e nos gabinetes de estudo, internamente as estruturas estatais preparavam-se, nos mais diversos campos técnicos, para encarar os “novos ventos”. Temendo que o “movimento nativista” do Congo Belga ultrapassasse as fronteiras com o objetivo de fomentar a sublevação em Angola, eram necessárias medidas para a defesa da fronteira que demonstrassem firmeza e energia¹¹⁴.

Em Fevereiro de 1961, antes mesmo dos massacres do Uíge, uma análoga e intensa troca de correspondência, expedida por via aérea, colocava em diálogo os Comandos Militares das colónias com o Ministério da Defesa Nacional, o Chefe do Estado-maior do Exército, do Estado-Maior da Armada e da Força Aérea e, claro, o Ministério do Ultramar. Ao contrário do que acontecera até então, o regime colonialista português não estava perante um problema circunscrito a uma região específica e pouco povoada. O problema era agora transregional e, principalmente, transimperial. Procurava-se, portanto, antecipar a necessidade de declarar o Estado de Sítio nas Províncias, atendendo especificamente à exigência de simplificação do processo. Para tal determinou-se que o Governo-Geral deixava de estar obrigado a ouvir o Conselho de Governo para declarar, provisoriamente, o Estado de Sítio. A consulta deste último órgão

¹¹⁴ General J. Beleza Ferraz, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, «Diretiva nº 3 – para a conduta na repressão de incursões na fronteira de Angola, por agentes perturbadores ou suspeitos vindos do Congo Belga e de sublevações no interior daquela Província», 18 de Junho de 1960, PT/ADN/SGDN/1REP/069/0255/001.

passava a ser facultativa devendo, quando as circunstâncias de tempo lhe permitissem, procurar o parecer daquele órgão não só para esbater as suas responsabilidades perante o Governo Central como para se salvaguardar perante a população da Província¹¹⁵. Desta forma, o Governador-Geral passa a ser a única autoridade local com competência para suspender o regime constitucional vigente. Essa decisão devia ainda ser acompanhada de um conjunto de medidas que as circunstâncias determinassem necessárias: a extensão territorial a que se aplicava a declaração (uma cidade, um conselho, um, ou mais, distritos, uma, ou mais, Províncias ou todo o território nacional); a suspensão total ou parcial das garantias constitucionais (condicionamento da circulação de pessoas e viaturas, possibilidade de detenção de indivíduos independentemente de mandato judicial ou formação de culpa; censura prévia a todas as formas de correspondência; submissão ao foro militar dos julgamentos de crimes contra a segurança do Estado; etc.); e, por fim, o grau de superintendência das autoridades militares sobre as autoridades civis ou a sua investidura da plenitude das funções militares e administrativas¹¹⁶. A declaração do Estado de Sítio deveria, teoricamente, ser progressiva. Quer isto dizer que, numa primeira fase, apenas a “região perturbada” deveria ser incluída, a suspensão das garantias deveria ser parcial e a superintendência das autoridades militares sobre as autoridades civis e sobre os serviços de segurança era limitada ao estritamente necessário para a condução das operações de restabelecimento da ordem¹¹⁷. Perante o agravamento da situação poderia ser decretada a total suspensão dessas garantias. Desta forma, as autoridades militares passariam a ter controlo não só das funções de defesa militar como das restantes funções governamentais. A inclusão de toda a Província, se necessário, na órbita do Estado de Sítio, assim como a incumbência ao aparelho militar das funções civis e administrativas – a formação de um governo militar – já não era da competência do Governador-Geral mas sim do Governo Central, por via do Secretariado-Geral da Defesa Nacional e do Ministério do Ultramar¹¹⁸.

Esta troca de comunicação processual, que pretendia acelerar e simplificar a tomada de decisão, foi acompanhada por um conjunto de diretivas, cinco no total embora

¹¹⁵ General J. Beza Ferraz, Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Diretivas Expedidas pelo CEMGFA para Angola, «Declaração do Estado de sítio nas Províncias Ultramarinas», 1 de Fevereiro de 1961, p.2, PT/ADN/SGDN/1REP/069/0255/001.

¹¹⁶ «Declaração do Estado de Sítio nas Províncias Ultramarinas – Anexo ao Ofício nº.462/A de 25 de Fevereiro de 1961 – Instruções», PT/AD/MU/GM/GNP/RNP//0195/08388.

¹¹⁷ General J. Beza Ferraz, «Declaração do Estado de sítio ...», *op. cit.*, pp. 2-3.

¹¹⁸ «Declaração do Estado de Sítio nas Províncias...», *op. cit.*

uma não se encontre arquivada¹¹⁹, que procuravam dar resposta aos principais focos de inquietação que pairavam sobre as forças militares. Importa referir que todas são datadas dos meses entre Maio e Junho de 1960, o que reforça a ideia de uma consciência por parte, pelo menos, de uma elite militar quanto aos possíveis perigos que haviam de se confirmar. No entanto, ao aceitarmos este argumento, levantamos o véu da falta de meios e da ineficácia logística para a implementação das medidas necessárias¹²⁰. Ou seja: embora o Estado de Sítio só tenha sido proclamado em Fevereiro de 1961, uma série de Diretivas já o preparavam, na prática, desde 1960, antes mesmo do eclodir da revolta algodoeira da Baixa do Cassange. A primeira destas diretivas, *Dispositivos a criar para garantir a segurança do Congo e do Enclave de Cabinda (a) e das Regiões da Lunda e do Alto Zambeze (b)*, foi aprovada em Maio de 1960 pelo Ministro da Defesa Nacional. As quatro páginas que lhe dão corpo fazem a correspondência entre as missões de defesa e as Forças Terrestre, Aérea e Naval (esta última, por motivos geográficos intuitivos, não era chamada a participar nas medidas para as regiões “b”). A necessidade de melhorar desde logo as vias de comunicação, tendo em conta as prioridades estabelecidas pelo Comandante Militar de Angola e o Governador-Geral, ressaltam não só como prioridade para a prevenção de um ataque naquela zona mas também como determinante para garantir a rápida capacidade de resposta militar para reforço dos meios. Importava ainda definir onde deveria ser realizado o recrutamento de soldados para a composição dos batalhões ou dos esquadrões de reconhecimento. A preferência parecia recair sobre os recrutas metropolitanos, seguidos dos moçambicanos e, em último grau de urgência, por angolanos “das restantes zonas” da Província, caso fosse possível a sua deslocação para o norte de Angola¹²¹. A observação da fronteira ocupava, como já ficou demonstrado aquando das exposições político-sociológicas dos governantes e inspetores, a linha da frente das prioridades apresentadas. Assegurada durante a década de 1950 pela Guarda Fiscal, o papel das forças de segurança era ali amplamente marginal. Ocupando uma área de aproximadamente 700km, não contava com mais de “meia dúzia de postos” onde o “intervalo entre [as estradas] é mato denso e intransponível”¹²². Mais de dez meses antes

¹¹⁹ Não foi possível encontrar nos arquivos a diretiva nº2. A Diretiva nº4, *Para a recolha e evacuação de refugiados europeus, do Congo Belga para Angola*, fuge ao âmbito de análise deste estudo.

¹²⁰ Marco Fortunato Arrifès, «As políticas coloniais de defesa ...», *op. cit.*, p. 40.

¹²¹ J. Beleza Ferraz, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, «Diretiva nº1: Dispositivos a criar para garantir a segurança do Congo e do Enclave de Cabinda e das Regiões da Lunda e do Alto Zambeze», PT/ADN/SGDN/1REP/069/0255/001.

¹²² Hélio A. Esteves Felgas, *O Congo Belga: ameaça ou proteção para a defesa de angola?* (Publicação Reservada do Autor, 1957).

da célebre declaração de Oliveira Salazar, *Para Angola, rapidamente e em força*, o recrutamento de nativos era já decretada pelo Ministro da Defesa e pelos Altos Comandos do Exército, assim como o reforço dos recursos metropolitanos¹²³.

A terceira diretiva, de 18 de Junho do mesmo ano, destacava o modo como as forças de segurança se deveriam comportar nas missões de fiscalização da fronteira (a) e de controlo face a sublevações no interior da Província (b). Tanto num caso como no outro, a diretiva sugere que só em caso de necessidade extrema deveriam as forças militares atuar. A fronteira deveria ser inspecionada por “pessoal da polícia, da guarda-fiscal e da administração civil com cipaíes armados” que deviam assegurar as condições para poderem ser apoiados pelas forças militares se tal fosse imperativo¹²⁴. As ordens de atuação eram claras: deveriam impedir a entrada em território nacional de elementos suspeitos mas só deveriam recorrer ao uso de armas caso os “agressores atingidos” ficassem em território português. As forças armadas só deveriam atuar se estas condições não fossem cumpridas e, na mesma linha das forças militarizadas, o uso de armas estava circunscrito à presença dos alvos em território angolano. Para as missões contra a sublevação interna o emprego de meios persuasivos e a difusão de avisos por megafones e altifalantes (no dialeto local ou em português) constituía a primeira de todas as regras de condução. Subsequentemente, pela ordem apresentada, o recurso a granadas lacrimogéneas, disparo de tiros ou rajadas para intimidar, uso de granadas de mão, o recurso a armas de fogo para provocar baixas com o intuito de refrear a situação e, por último, “impor a ordem a todo o custo e sem quaisquer reservas no emprego das armas de fogo”¹²⁵. Eram estes os elementos que deveriam ainda proteger a defesa do aeródromo de Luanda garantindo assim a ligação aérea com a metrópole, bem como as comunicações radiotelegráficas com Lisboa. A missão macro estava correlacionada com a manutenção lata da ordem pública e do normal funcionamento da economia. Por que razão procuravam, as elites militares, salvaguardar ou, pelo menos, sustentar o aparelho militar nesta fase de prevenção? Deveremos interpretar esta opção como derivação dos poucos efetivos militares ou, na linha das suspeitas de Pereira Neto ou de Franco Nogueira (por

¹²³ Afonso Ramos, «Angola 1961, o horror das imagens» In: Filipa Lowndes Vicente (org.) *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)* (Lisboa: Edições 70, 2014), pp.399-434, p. 405.

¹²⁴ J. Beza Ferraz, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, «Diretiva nº3: Para a conduta na repressão de incursões na fronteira de Angola, por agentes perturbadores ou suspeitos vindos do Congo Belga, e de sublevações no interior daquela Província», 18 de Junho de 1960, p.1-2, PT/ADN/SGDN/1REP/069/0255/001.

¹²⁵ *Idem, ibidem*, p. 3.

diferentes razões), como precaução face às críticas que a sua presença generalizada poderia provocar internacionalmente? Uma das explicações que poderia ser avançada prende-se com o progressivo enfraquecimento que alguns autores atribuem ao serviço de informações do Comando Militar de Angola no decorrer da década de 1950. Segundo Arrifes, este órgão, na prática, desaparece a partir de 1952, “quando lhe é retirada a verba de 20 mil escudos que até então lhe era destinada”¹²⁶. Uma correlação intuitiva levar-nos-ia a colocar a institucionalização da PIDE, criada em Angola em 1954 mas que só começa a operar em 1957, nas linhas de cálculo deste corte de verbas. Importa ainda questionar a capacidade do Estado colonial para recrutar informadores entre as populações locais.

A resistência dentro aparelho militar face aos recrutas indígenas (negros) foi alvo de várias reflexões durante este período. O racional pedia para que estes fossem sempre potenciais alvos da propaganda subversiva e, assim, os terroristas do amanhã. Temiam ainda munir de armas de fogo estes elementos que, depois de subvertidos pela propaganda comunista, usariam as armas pagas pelo Estado português para combater a presença colonial em Angola¹²⁷. A extensão do poder infraestrutural do Estado colonial para recrutar informadores ou batedores indígenas (conhecedores do meio e dos dialetos locais) para colaborarem com os serviços de *intelligence* nunca foi descartado mas era, simultaneamente, fonte de inquietação para os funcionários dos respetivos departamentos assim como também o era para as elites militares¹²⁸.

A última deste conjunto de diretivas lança os primeiros rasgos de luz acerca do estudo que aqui se pretende levar a cabo. Intitulada *Para o estudo do emprego de grupos de patriotas, voluntários, armados como reforço eventual e externo do dispositivo de segurança de Angola*, tinha como objetivo não só garantir ordem pública mas, diríamos que principalmente, garantir a posse dos órgãos vitais da segurança e da economia da Província. Este dispositivo era particularmente necessário, dada a já exposta fragilidade geográfica atribuída ao Norte, nos distritos de Cabinda, Congo, Lunda e Moxico¹²⁹. O

¹²⁶ Marco Fortunato Arrifes, «As políticas coloniais de defesa ...», *op. cit.*, p. 40.

¹²⁷ João Paulo Borges Coelho, «African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique», *Portuguese Studies Review* (1) (2002), pp.129-150, pp.1 34-135.

¹²⁸ Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, «The Good and the Bad Concentration: regedorias in Angola», *Portuguese Studies Review*, 25:1, 2017, pp. 205-231. Para um estudo aprofundado sobre a génese do Gabinete dos Negócios Políticos ver: Bernardo Pinto da Cruz, “Proto-totalitarismo de gabinete: a génese e consolidação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar” Tese de Mestrado em Ciência Política (Lisboa: FCSH/UNL, 2014), disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14942>.

¹²⁹ J. Beleza Ferraz, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, «Diretiva nº5: Para o estudo do emprego de grupos de patriotas, voluntários, armados como reforço eventual e externo do dispositivo de segurança de Angola», 3 de Agosto de 1960, p.1, PT/ADN/SGDN/IREP/069/0255/001. Já em 1959, o Chefe da

sucesso desta iniciativa em estudo dependia, para os autores, que este fosse composto por voluntários “de reconhecida confiança” ou, por outras palavras, por patriotas que ali residissem. Importava ainda, acresce, garantir que a densidade humana desta força de segurança fosse a “mais adequada à evolução dos acontecimentos”. O tema, dentro do circuito militar, não foi nem unanime nem tão pouco apartado de incertezas. Dois documentos sustentam esta interpretação. O primeiro é um parecer de Beleza Ferraz que acompanha a diretiva, onde fica clara a preocupação do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas pela possível autonomia deste dispositivo relativamente às altas patentes militares, ao mesmo tempo que demonstra alguma resistência face à ideia de distribuir armamento a civis. Seria Fernando Viotti de Carvalho, coronel do C.E.M., quem melhor explicaria a complexidade das preocupações do seu superior hierárquico. Defensor, como podemos ler na citação introdutória deste subcapítulo, que a declaração do estado de guerra não interessava ao país, será ele a expor as necessárias revisões legislativas que a criação deste dispositivo tornava indispensáveis caso fosse instituído à margem da declaração do Estado de Sítio. Era necessário rever o artigo 10º do decreto-lei 37.713 que proibia a detenção de armas pertencentes ao exército por parte de civis estranhos às corporações militares, que não estivessem legalmente autorizados, assim como o artigo 253 do Código Penal Português de 1938 que previa punição dessa mesma transgressão¹³⁰. Era imperativo, portanto, dotar este projeto de uma base legal não somente para que não fossem as próprias autoridades os infratores da lei, mas principalmente para garantir que, caso os patriotas ferissem ou matassem alguém, mesmo que em legítima defesa, não ficassem comprometidos perante as leis desenhadas para garantir a segurança de terceiros. Mais sintomático de um aparente mal-estar é o segundo esclarecimento apresentado. A ideia por detrás da criação deste emprego de voluntários assentava na sua atuação a título individual ou em grupos, nos locais onde residissem ou estivessem empregados, podendo ainda serem devidamente enquadrados em unidades. Esta ideia levantava várias questões que careciam de resposta. Quem são os voluntários não convocados pela lei militar? E aqueles que aceitassem colaborar com as Forças

Repartição do Quartel-General em Luanda, o Capitão Manuel dos Santos Moreira, referindo-se à necessidade de reforços militares em Cabinda, na sequência dos atentados contra a população branca em Leopoldville, destacava o seu isolamento e a insuficiência do seu “pequeno destacamento” para dominar qualquer ato de insubordinação principalmente por estar “isolada, por assim dizer, entre dois focos, o da República do Congo, a Norte, e o do Congo Belga, a Leste e Sul”. Manuel dos Santos Moreira, «Informação nº 1/59», 5 de Janeiro de 1959, PT/AHM/FO/007/B/23 cx.329 pt.1.

¹³⁰ Coronel Fernando Viotti de Carvalho, «Informação nº340/60 – Diretiva nº 5 para o emprego de voluntários: esclarecimentos e proposta para a sua execução escalonada, devido às implicações que a mesma requer», Lisboa, 3 de Agosto de 1960, p. 2, PT/ADN/SGDN/IREP/069/0255/001.

Armadas, estariam sujeitos à disciplina e à justiça militar? Importava rever a definição de crime em caso de cooperação militar e definir o acolhimento dos mesmos pelo Código de Justiça Militar. Acrescia garantir que, caso fossem funcionários públicos ou particulares e não fosse possível a acumulação das duas funções, perceber em que situação remuneratória ficariam absorvidos. No caso dos trabalhadores públicos, teria o Estado de garantir que o tempo de serviço do voluntário seria contado como prestado no seu posto civil. Para os empregados particulares, teria o Estado de asseverar, pelo menos, o abono de alimentação¹³¹. Para Viotti de Carvalho a criação do decreto deveria emergir das recentes experiências nacionais. O decreto publicado para a Índia, onde os préstimos dos voluntários tinham sido aproveitados desde Agosto de 1954, deveria servir de base de trabalho. Ainda assim importava que, desta vez, e ao contrário do que ali sucedera, onde “só quando as coisas acalmaram um pouco é que se pensou na publicação do diploma”, o trabalho burocrático fosse antecipado e a legislação capaz de responder e, até mesmo, antever as necessidades no terreno¹³². Outra linha de orientação poderia surgir a partir da base XXVII da lei 2.060 de 3 de Abril de 1953. Esta, pensada para militares em tempo de guerra ou perigo iminente, deveria ser adaptada através da eliminação de termos bélicos. Importa acrescentar que apenas se referia a “europeus sujeitos ao serviço militar” e a “oficiais e sargentos” já não no ativo que poderiam ser convocados para a defesa de localidades e linhas de comunicação. Ainda assim a diretiva deveria seguir para Luanda e, ali, perante os que melhor conheciam a realidade da Província, deveria dar-se início ao esboçar do diploma legislativo. O processo deveria ser prioritário, mas não se podia descartar que os acontecimentos que se procuravam antever surgissem a qualquer momento. Se tal sucedesse,

(...) antes da publicação do diploma, então dariam imediata execução à Diretiva nº5, no que respeita ao emprego efetivo de voluntários, tal como se fez na Índia. Seguiriam as normas de projeto regulamentar e o diploma legal naturalmente apareceria com a brevidade requerida, como aparecer no caso da Índia, onde os voluntários foram dispensados com a chegada das primeiras tropas expedicionárias (...).¹³³

Tal afirmação sugere duas notas importantes de referir. Em primeiro lugar parece existir uma sintonia entre a Diretiva nº3 e esta última no que toca ao privilegiar, se não mesmo ao recurso exclusivo, de soldados europeus como primeira força. Este desígnio faz eco, precisamente, dos instalados preconceitos quanto ao emprego de soldados africanos,

¹³¹ *Idem, ibidem*, p. 3.

¹³² *Idem, ibidem*, p. 4.

¹³³ *Idem, ibidem*, p. 5.

vistos como instáveis e suscetíveis de rapidamente mudarem de lado. Para além disso, nesta afirmação final do Coronel do C.E.M., fica a dúvida quanto ao carácter temporal que era atribuído a este dispositivo. Pressupunha-se para o caso angolano, como sucedera para a colónia indiana, que estes fossem apenas utilizados no primeiro momento de embate com os movimentos subversivos? Imaginava-se, aqui também, que com a chegada das forças militares da metrópole, os voluntários pudessem ser dispensados?

Em 1964, numa separata da Revista «Ultramar», Amadeu da Silva Carvalho defendia que somente “alguém mal informado sobre o fenómeno da integração racial” em Angola, principalmente quando comparado com o que se verificava noutros povos africanos, “poderia ser levado a pensar na existência de diferenciações entre as forças metropolitanas e nativas”¹³⁴. Rebatia qualquer acusação de racismo entre as forças militares ao afirmar:

Desde os primeiros momentos da luta contra o terrorismo, como aliás desde sempre, nunca houve a mínima diferença no tratamento ou no emprego de unidades que tivessem por base a cor da pele. Nos quartéis, em campanha ou nos hospitais, negros e brancos encontravam-se lado a lado, todos são soldados portugueses e todos têm cumprido com igual espírito de missão, desprezo pelo perigo, coragem, abnegação e patriotismo, o que os torna dignos depositários das heroicas tradições das Forças Armadas em terras de África.¹³⁵

Também Adriano Moreira, já Ministro do Ultramar, num relatório que antecede o diploma legislativo que restaura as milícias, extintas em 1913, reforça que a colaboração entre as diversas “populações nacionais” recuperava a “mais remota tradição portuguesa (...) na defesa militar e civil dos territórios contra quaisquer tentativas de invasão, conquista ou subversão” afirmando ainda que tal equivalia a “permanecer na tradição histórica da universalidade nacional. Permanecer e afirmar”¹³⁶. Este processo de esvaziamento da história colonial, militar ou não, dos ditames raciais não é nada de inédito nem tão pouco inesperado. Mas o modo como estes novos desafios multirraciais foram absorvidos e combatidos dentro das estruturas militares e militarizadas ainda carece de análise.

À semelhança do que acontecera com todo o sistema colonial, as pressões internacionais e a antecipação dos movimentos nacionalistas, no segundo pós-Guerra,

¹³⁴ Amadeu da Silva Carvalho, *Presença das Forças Armadas em Angola* (Lisboa: Separata da Revista «Ultramar» n.º15 Vol. V (n.º1), 1964) p. 5.

¹³⁵ *Idem, ibidem.*

¹³⁶ Capitão Guilherme de Sousa Belchior Vieira, «A auto-defesa das populações», *Revista Militar* Ano 14.º n.º2-3 (Fevereiro/Março 1962), pp. 215-220, p. 215.

impuseram um processo de reorganização que, claro, incluiu as estruturas militares. Até à abolição do Estatuto do Indigenato (Setembro de 1961) o princípio de diferenciação racial das categorias tripartidas do exército marcava a vida militar de forma explícita. Reconheciam-se assim os sargentos – soldados brancos nascidos na metrópole ou nos territórios ultramarinos –, os soldados ultramarinos – na categoria de assimilados – e os soldados nativos – todos os africanos sob o Regime do Indigenato. A revogação deste Estatuto tornou-se a mais elementar das necessidades para garantir alguma coerência dentro da ideia de uma sociedade lusotropical e não discriminatória. Ainda assim, a nova classificação decorrente deste processo tratou-se mais de uma maquilhagem linguística do que de uma alteração de fundo. Desapareceu o princípio da raça e substituiu-se por pressupostos que, na verdade, justificavam naquele Estatuto as diferenças entre categorias: a formação educacional e a aptidão na fala correta do português passam a ser os princípios de discriminação¹³⁷. Esta perpetuação das antigas segregações é, como já referimos, espelho das hesitações que dentro das Forças Armadas existiam quanto à lealdade dos africanos na luta pela manutenção da presença portuguesa em África. No palco colonial, França foi a exceção. Ao contrário da relutância sentida pela maioria das potências coloniais em militarizar as sociedades africanas, as elites militares francesas introduziram desde cedo o alistamento universal masculino nas colónias, não só por razões de ordem económica - os soldados africanos representavam, obviamente, uma forma mais económica de aumentar o contingente disponível – mas também porque receavam o despovoamento da metrópole. Ainda assim, nunca o recurso ao recrutamento de africanos foi tão extenso como na Segunda Guerra Mundial. Desde o início da Guerra até 1940, quando o país é ocupado pelas forças nazis, aproximadamente 100.000 soldados foram mobilizados na África Ocidental Francesa, juntando-se a um exército permanente de 50.000. Durante a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos soldados africanos foram destacados para a defesa da fronteira francesa¹³⁸.

¹³⁷ João Paulo Borges Coelho, «African Troops in the Portuguese...», *op. cit.*, pp. 134-135.

¹³⁸ Carina Schmitt, «The Warfare – Welfare Nexus in French African Colonies in the Course of the First and Second World War.» *Historical Social Research / Historische Sozialforschung*, vol. 45, no. 2 (172), 2020, pp. 217–238.

Ainda assim, por maiores que fossem as incertezas, as guerras nacionalistas e a necessidade de cobrir os territórios coloniais com forças de segurança não davam espaço a grandes alternativas. Era imperativo que o envolvimento de africanos nestas estruturas fosse mais amplo, passando a incluir não só a vertente numérica da frente de guerra, mas a conquista das populações. Esta doutrina psicossocial impunha a inclusão de africanos não só por razões de ordem prática – contacto com os povos locais, conhecimento dos dialetos, conhecimento mais profundo da realidade territorial assim como a maior adaptação ao clima e a geografia -, como estava aliada a outros cálculos: problemas de recrutamento na metrópole, dificuldades financeiras e a necessidade de cooptar militantes dos movimentos nacionalistas angolanos que tinham desertado. Esta *africanização* das estruturas militares coloniais fica bem plasmada através das tabelas da autoria de João Paulo Borges Coelho:

Table 1. Metropolitan Troops In the African War Theatres

Date	Angola	Mozambique	Guinea	Total
1961	28,477	8,209	3,736	40,422
1962	33,760	8,852	4,070	46,682
1963	34,530	9,243	8,336	52,109
1964	37,418	10,132	12,874	60,424
1965	41,625	13,155	14,640	69,420
1966	38,519	19,550	18,868	76,937
1967	43,051	23,164	18,421	84,636
1968	37,547	22,717	19,559	78,823
1969	36,911	23,286	22,866	83,063
1970	36,174	22,633	22,487	81,294
1971	36,127	21,795	23,402	81,324
1972	34,676	22,657	24,036	81,369
1973	37,773	23,891	25,610	87,274

**Table 2
Locally Recruited Troops In the African War Theatres (With % of Total Troops)**

Date	Angola	Mozambique	Guinea	Total
1961	5,000 (14.9)	3,000 (26.8)	1,000 (21.1)	9,000 (18.2)
1962	11,165 (24.9)	3,000 (25.3)	1,000 (19.7)	15,165 (24.5)
1963	12,870 (27.2)	5,003 (35.1)	1,314 (13.6)	19,187 (26.9)
1964	15,075 (28.7)	7,917 (43.9)	2,321 (15.3)	25,313 (29.5)
1965	15,448 (27.1)	9,701 (42.4)	2,612 (15.1)	27,761 (28.5)
1966	17,297 (31.0)	11,038 (36.1)	1,933 (9.3)	30,268 (28.2)
1967	14,369 (25.0)	11,557 (33.3)	3,229 (14.9)	29,155 (25.6)
1968	20,683 (35.5)	13,898 (38.0)	3,280 (14.4)	37,861 (32.7)
1969	18,663 (33.6)	15,810 (40.4)	3,715 (14.4)	38,188 (31.4)
1970	19,059 (34.5)	16,079 (41.5)	4,268 (16.0)	39,406 (32.6)
1971	25,933 (41.8)	22,710 (51.0)	5,808 (19.9)	54,451 (40.1)
1972	25,461 (42.2)	24,066 (51.5)	5,921 (19.8)	55,448 (40.5)
1973	27,819 (42.4)	27,572 (53.6)	6,425 (20.1)	61,816 (41.4)

Fonte: João Paulo Borges Coelho, «African Troops in the Portuguese...», *op. cit.*, p. 136

Como o próprio autor observa, a tabela 1 dá conta de um progressivo aumento dos contingentes metropolitanos que acompanha o dealbar das três frentes da guerra colonial (primeiro Angola, depois Guiné e Moçambique). Ao contrário do que verificamos até 1967, relativamente ao recrutamento metropolitano, que passa de 28.477 soldados para 43.051, entre 1961 e 1967 a tabela 2 retrata apenas um aumento modesto do número de forças recrutadas localmente, representando este um crescimento de pouco mais de 11% para o caso angolano. No entanto, no decorrer da segunda metade da guerra colonial, o aumento dos recursos metropolitano vai sendo cada vez mais contido. No caso de Angola, como podemos ver na primeira tabela apresentada, a partir de 1967 a presença das forças metropolitanas diminui progressivamente: dos 43.051 elementos naquele ano, encolhe para 36.174, em 1970, 34.676, dois anos mais tarde, crescendo apenas no penúltimo ano da guerra para os 37.773. Por seu lado, ao contrário do que expusemos para a primeira metade da guerra colonial, o recurso aos contingentes coloniais aumentou substancialmente. No caso angolano, o recrutamento local para o esforço da guerra aumenta 10% entre 1967 e 1968, verificando uma quebra nos dois últimos anos da década de 1960, para, no início da década subsequente, representar mais de 40% do contingente global.

Estes números precisam de ser lidos à luz das variáveis que mencionamos anteriormente. Segundo Henriksen, no final da década de 1960, Portugal era o segundo país, depois de Israel, com a maior percentagem de cidadãos no exército¹³⁹. Se incluirmos na análise os restantes dois palcos da guerra colonial (Guiné e Moçambique), tendo em conta não só os contingentes metropolitanos como os ultramarinos, Portugal passa de 49.422 elementos inscritos nas Forças Armadas para, em 1973, contabilizar 149.090 envolvidos no esforço de guerra. Segundo Borges Coelho, o facto de Portugal ser cronicamente um país exportador de mão-de-obra, para a Europa e para as Américas, não pode ser afastado para compreender a diminuição percentual do número de contingentes metropolitanos. A isto juntava-se ainda o aumento do número de desertores e a difícil adaptação dos europeus ao teatro de guerra africano. À medida que a guerra evoluía o exército debatia-se com uma “escassez aguda” de europeus, incluindo para cargos de comandante, o que debilitou a eficácia militar colonial¹⁴⁰. As dificuldades financeiras decorrentes da simultaneidade das três frentes de guerra são autoevidentes. O

¹³⁹ Thomas Henriksen, «Portugal in Africa: Comparative Notes on Counterinsurgency» *Orbis*, 21 (2) (1977): 404. In João Paulo Borges Coelho, «African Troops in the Portuguese...», *op. cit.*, p. 137.

¹⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 137.

recrutamento local tinha, neste ponto, vantagens substanciais: não só representavam um menor esforço do ponto de vista da tesouraria como as suas eventuais baixas tinham repercussões menores quando comparadas com as metropolitanas.

Não era apenas o que acontecia na metrópole que esclarece este processo de *africanização*. Se no início da década de 60 as elites temiam a incorporação dos africanos pela sua aparente volatilidade, na segunda metade dessa mesma década os militares enfrentavam graves problemas não só decorrentes da falta de reforços, mas também incertezas sobre como lidar com os africanos desmobilizados do exército regular. O racional é o mesmo, mas os tempos fizeram com que as suspeitas passassem agora para outro plano: não se tratava de evitar a formação, mas sim de conter os seus possíveis efeitos negativos. Ou seja, às velhas suspeitas juntava-se agora uma outra: o medo que estes africanos, já capacitados para lidar com armamento, se juntassem às guerrilhas nacionalistas. A estratégia portuguesa passou por incorporar estes homens nas tropas auxiliares onde seriam, assim, mantidos sob o controlo das autoridades militares e civis¹⁴¹.

A realidade bélica ganhava novos contornos. Como diz Belchior Vieira, a “guerra meramente frontal” não passava, naqueles anos, de uma “curiosidade histórica”. Em 1962 alertava até que a “guerra de amanhã (...) será uma guerra de frentes esboçadas, inclusivamente, sem frentes – uma guerra, portanto, sem retaguarda”. A autodefesa deveria ser a base de qualquer estratégia¹⁴². As novas estruturas militarizadas vinham assim preencher uma lacuna evidente do corpo de defesa português. É por isso que recupera as palavras de Mao-Tsé-Tung para justificar o envolvimento de toda a população nesta luta de soberania: “cada indivíduo é um objetivo da guerra revolucionária, porque todas as atividades dum Estado, duma sociedade, contribuem para criar nesse indivíduo, objeto da guerra revolucionária, um estado de espírito”¹⁴³. Se este envolvimento das populações estava na base do alastramento dos movimentos subversivos, a estratégia portuguesa deveria seguir os mesmos passos. Mas quais foram os organismos criados? Com que finalidade? Quais eram os pontos estratégicos prioritários e como é que estas marcadas reticências quanto à *africanização* das forças de defesa e segurança foram sendo atenuadas para chegarmos à percentagem que as tabelas de Borges Coelho apresentam? Mas importa ainda perguntar se esses números dão conta da totalidade de africanos que,

¹⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 140.

¹⁴² Capitão Guilherme de Sousa Belchior Vieira, «A auto- defesa das populações», *op. cit.*, p.218-219.

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p. 219.

de uma forma ou de outra, contribuíram para a salvaguarda dos principais centros económicos coloniais.

- Criação de novas estruturas de defesa: a Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola (OPVDCA), o Grupo de Trabalho e Recuperação Económica (GTRE), a Guarda Rural, as Milícias e o Instituto do Trabalho, Previdência e Assistência Social (ITPAS)

“Em Luanda (...) as milícias vigiam, patrulham e, algumas vezes, realizam ações de força.

À margem das milícias, organizam-se também grupos, que se armam com espingardas caçadeiras, catanas, ferros, etc. e passeiam nas ruas, quando não fazem incursões nos musseques e provocam conflitos.

Apesar desta variedade, os elementos destinados à segurança e defesa internas parecem insuficientes, devendo estar nessa insuficiência, aliás, a causa da sua heterogeneidade”.

«Para o chefe da 3ª Repartição do E.M.E., Processo 2.104.3.5/61 ANGOLA - Organização da Segurança Interna da Cidade de Luanda», 24 de Abril de 1961, AHM/FO/7/8/23.cx.329.

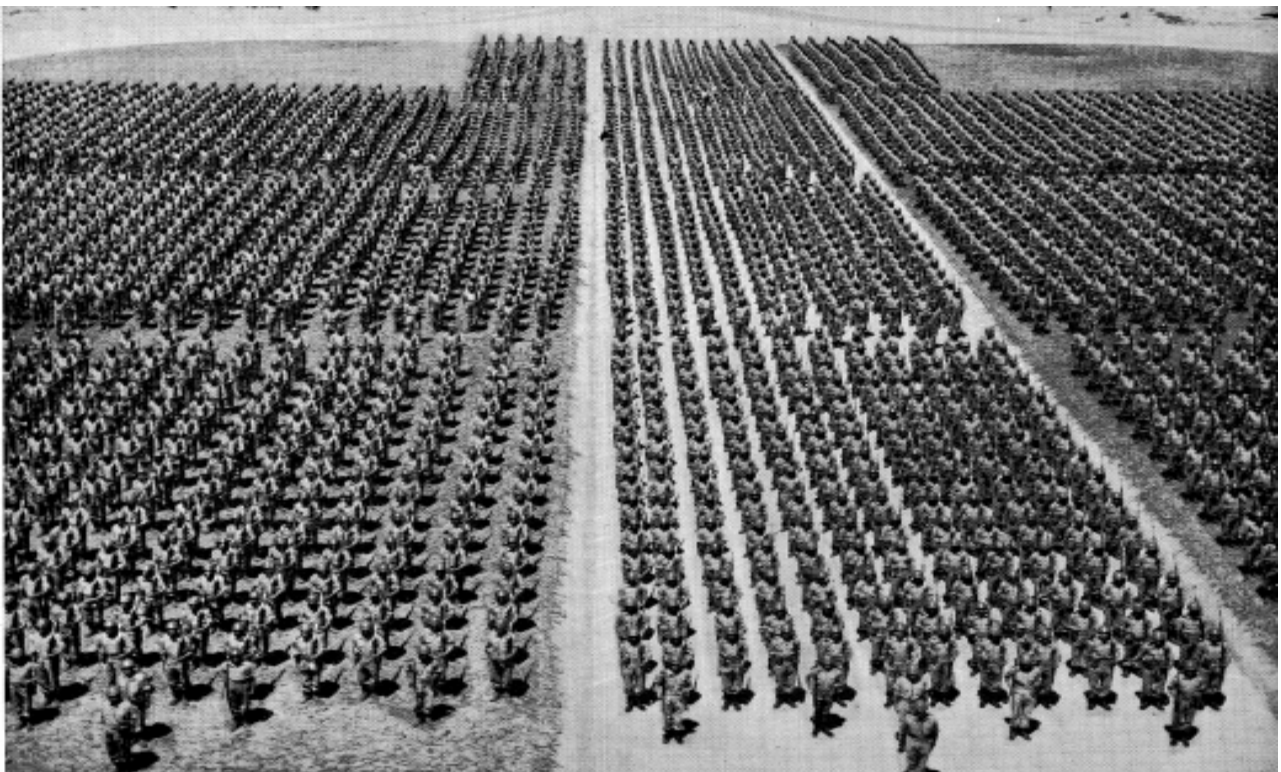


Imagem I: Angola anos 60: uma formatura; CIDAC_fotografias.Cx.I/1-741AO/32.

Cerca de um mês depois dos “incidentes de Luanda”, e dias após os massacres de 15 de Março, o Estado Colonial promulga as primeiras medidas de militarização civil das colónias. Face ao início do conflito armado, e ciente da falta de efetivos militares nas Províncias Ultramarinas, determina que “em caso de guerra ou de emergência, poderá justificar-se a necessidade de a população civil ser chamada, em regime de voluntariado, a colaborar com as forças armadas, militares ou militarizadas”¹⁴⁴. É assim criado, em cada uma das Províncias Ultramarinas, um “Corpo de Voluntários” composto por portugueses residentes nas colónias que se encontrassem em condições de colaborarem “na manutenção da ordem e na defesa da integridade nacional”¹⁴⁵. Esta entidade, análoga à Legião Portuguesa na metrópole, serviria como base de apoio às forças armadas, competindo-lhe, entre outras, participar na defesa dos designados “órgãos vitais para a segurança e a economia da Província”¹⁴⁶. Embora não substituíssem as demais forças privadas de segurança, os elementos civis seriam, sempre que possível, empregues na defesa das organizações, empresas ou estabelecimentos onde já previamente trabalhassem¹⁴⁷. A Organização Provincial de Defesa Civil (O.P.D.C.), decretada no dia seguinte ao da criação do Corpo de Voluntários, acabaria por conceder a este último o seu enquadramento institucional¹⁴⁸. Dirigida por um comandante provincial, nomeado conjuntamente pelo Ministro da Defesa Nacional e pelo Ministro do Ultramar, a Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola (O.P.V.D.C.A.) estava sob a égide do Governador-Geral de Angola e em estreita colaboração com os Serviços da Administração Civil, as Forças Armadas, PSP e a PIDE. A criação deste organismo não pode ser simplesmente apresentada pelo seu carácter funcional. Trata-se, uma vez mais, e à semelhança do que acontecera com todo o sistema colonial, da necessidade de adaptação da própria orgânica do exército português.

Quando em 1962 é publicado um novo decreto que regula as finalidades e os contornos logísticos da O.P.V.D.C.A., o foco deste organismo na defesa das principais zonas económicas de Angola torna-se evidente. Todas as empresas e estabelecimentos industriais, classificados previamente pelo Governador-Geral como “indispensáveis à vida regular da Província”, passaram a estar obrigados, “sob pena de desobediência”, a

¹⁴⁴ Decreto-Lei n.º 43568 de 28 de Março de 1961, p. 335.

¹⁴⁵ *Idem, ibidem*, Artigo 1.º, p. 336.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, Artigo 2.º alínea c).

¹⁴⁷ *Idem, ibidem*, Artigo 9.º §3º; Artigo 13.º.

¹⁴⁸ Henrique Gomes Bernardo, “A Estratégia de um Conflito, Angola 1961-1974”, Tese de Mestrado em Estratégia (Lisboa: ISCSP/UTL, 2003), pp. 146-147.

criar e suportar por conta própria a autodefesa das suas instalações e dos seus trabalhadores¹⁴⁹. A execução dessa defesa privada era da responsabilidade do diretor da empresa e/ou estabelecimento industrial, tendo o plano de autodefesa de ser aprovado pelos Comandos Provinciais daquela Organização. São os distritos no norte de Angola os principais alvos deste novo diploma. Nas zonas mais afetadas e fustigadas pelos movimentos subversivos, nomeadamente os distritos de Cabinda, Zaire, Uíge, Cuanza Norte, Malange, Luanda, Moxico, Lunda, Bié e Cuando Cubando, a obrigatoriedade de implementação de planos de autodefesa vai mais longe e passa a determinar que, em caso de incumprimento por parte das empresas ou fazendas agrícolas da implementação dos referidos planos de autodefesa, o Estado retiraria as licenças e certificados de recrutamento de trabalhadores, proibindo desta forma as empresas de contratar mão-de-obra. Caberia assim aos Comandos distritais da O.P.V.D.C.A., às suas unidades de Serviços Rurais ou aos Comandos Militares locais, fiscalizar e certificar-se que um conjunto de medidas aconselhadas pelo Comando Provincial eram implementadas pelas instituições empresariais – composição de uma força civil armada em função do número de grupos e locais de trabalho (constituída, exclusivamente, por europeus ou em 1/3 de europeus e 2/3 de guardas recrutados entre os próprios trabalhadores “quando estes oriundos do Sul da Província, devendo os europeus possuírem armas de fogo”¹⁵⁰); sistema de arame farpado em redor das instalações, existência de abrigos com capacidade para acolher os trabalhadores em caso de ataque, sistema de segurança no transporte dos trabalhadores para os locais de trabalho, comunicação radiofónica com as unidades militares mais próximas, ligações e sistema de alarme entre os locais de trabalho e as instalações empresariais, etc.¹⁵¹. Sob a aprovação da O.P.V.D.C.A. estava dado o primeiro passo para a defesa privada dos polos económicos da Província.

Três anos após o início da Guerra, as investidas terroristas no Norte de Angola impuseram novos constrangimentos securitários às empresas. A circular nº246, de Outubro de 1964, do Instituto do Trabalho, Previdência e Assistência Social (I.T.P.A.S.), organismo que veio substituir a antiga Direção dos Negócios Indígenas na sequência do que hoje se denominam por reformas de *desenvolvimentismo repressivo* encabeçadas por

¹⁴⁹ Decreto-lei nº 44.217 de 2 de Março de 1962, artº19.

¹⁵⁰ *Idem, ibidem*.

¹⁵¹ «Cópia da Circular Confidencial nº246/2DT/02/02 de 12/10/64, do Instituto do Trabalho Previdência e Acção Social, *Normas para a segurança das Instalações e Pessoal das fazendas*, Circular nº734/3». PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8696.

Adriano Moreira, colocava as licenças de recrutamento de trabalhadores na dependência de um novo critério. Para além da instalação de um sistema de autodefesa, passava a ser necessário por parte do empregador a apresentação de um certificado onde admitia como acidente de trabalho “qualquer afetação física sofrida pelos seus trabalhadores por atos terroristas”¹⁵². A medida foi altamente contestada e, nas palavras de um funcionário do Gabinete dos Negócios Políticos, provocara um “movimento de desânimo (...) criando uma atmosfera nada propícia ao desenvolvimento económico de Angola, em toda a Zona Norte” uma vez que os visados da medida a consideravam “violenta, inconstitucional e injusta”¹⁵³. Segundo a análise de Carrusca de Castro a lei não compreendia como acidente de trabalho aqueles que fossem resultado de atos terroristas. Os únicos contemplados seriam os trabalhadores que servissem de guardas, “enquadrados por europeus no sistema de autodefesa”¹⁵⁴. Temiam-se as consequências políticas, económicas e sociais que poderiam advir desta situação. Em primeiro lugar, o recrutamento de indígenas do Sul e do Centro de Angola já apresentava maiores dificuldades dados os rumores do que se passava a Norte. Sem trabalhadores, as plantações não se tornavam viáveis. Acrescia ainda a reconhecida injustiça desta falta de proteção: seriam aqueles que não se subverteram ao terrorismo a pagarem “com o sangue e a vida” em prol do lucro dos empregadores e da recuperação da economia provincial¹⁵⁵. É Afonso Mendes, já enquanto presidente do I.T.P.A.S., que apela à defesa dos mais de 51500 trabalhadores rurais e dos 1000 trabalhadores especializados dos distritos mais afetados¹⁵⁶. A crítica era clara: entre os empregadores do Norte da Província muitos, “obcecados pelo lucro imediato”, haviam descurado as mais elementares medidas de segurança. Esta atitude, no parecer daquele organismo, prejudicava não só patrões e trabalhadores como punha em causa “toda a economia provincial”¹⁵⁷.

Na nota explicativa do I.T.P.A.S. quanto à promulgação desta nova medida, por mais que à primeira vista possa parecer corresponder a um princípio humanitário de preocupação e proteção dos trabalhadores, ela procurava, na verdade, combater uma

¹⁵² Afonso Mendes, «Informação 1/65», 4 de Janeiro de 1965, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8696.

¹⁵³ Carrusca de Castro, «Processo 2670, Cdº nº 363/64 Informações de Angola», 2 de Dezembro de 1964, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8696.

¹⁵⁴ Carrusca de Castro, «Descontentamento provocado, entre os agricultores do Norte de Angola, em face de uma decisão superior sobre a responsabilidade dos encargos que resultam de atos terroristas ao pessoal recrutado», 15 de Janeiro de 1965, pp.2-5, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8696.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, p. 3.

¹⁵⁶ Afonso Mendes, «Informação muito confidencial nº 1/65», Luanda, 4 de Janeiro de 1965, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8696.

¹⁵⁷ «Cópia da Circular Confidencial nº246/2DT/02/02...», *op. cit.*

inquietação puramente económica: à semelhança do inspetor do G.N.P., também Mendes temia que as sucessivas investidas subversivas na região dificultassem o processo de recrutamento de trabalhadores de outras regiões da Província para aquelas zonas. Acrescia a preocupação daquele Instituto que tal perceção por parte dos africanos acabasse por reforçar a causa terrorista. Os rumores que os trabalhadores rurais, vitimados pela ação inimiga, tinham sido deixados ao abandono pelas empresas cafeeiras, sem direito a qualquer indemnização, estavam na origem desta proposta. Muito embora se reconhecesse o aumento da despesa e a consequente diminuição dos lucros dos proprietários, temia-se um regresso aos meses de Março e Abril de 1961 em que a região estava amplamente abandonada¹⁵⁸. Era necessário apelar à obrigação moral e material dos empregadores, torná-los conscientes das perigosas consequências políticas e militares e garantir a manutenção do recrutamento de trabalhadores para aqueles distritos, vitais para a economia da colónia¹⁵⁹. O problema assombrava ainda os trabalhadores não rurais que constituíam, provavelmente, um caso único de total falta de proteção perante “a velhice, a invalidez, o desemprego, a morte e a miséria familiar”¹⁶⁰. Como é de calcular, fazendo eco das experiências coloniais inglesas e francesas e da corrente desenvolvimentista que estava por detrás dos programas e das políticas públicas da África colonial, temia-se que esse extremo descontentamento fosse aproveitado pelos agentes da subversão internacional em Angola, o que dificultava ainda os esforços anti subversivos, estatais e privados, na manutenção do *status quo* colonial¹⁶¹.

A desresponsabilização da defesa do território por parte do Estado Colonial, sobretudo até ao início do conflito armado nas Províncias Ultramarinas (1961), responde a uma longa e instalada tradição de delegação das funções básicas de soberania às entidades privadas, nomeadamente às companhias concessionárias. A incapacidade de resposta por parte das empresas agrícolas cafeeiras do Uíge e Cuanza Norte, que não tinham forma de montar em permanência um sistema de autodefesa, colocava uma

¹⁵⁸ Afonso Mendes, «Informação muito confidencial ...», *op. cit.*

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*. O tom crítico de Afonso Mendes quanto ao assunto fica claro nesta nota de fim de página que o autor acrescenta ao seu relatório: “Pessoalmente, consideramos falho de idoneidade como padrão todo o que, perante a visão de um trabalhador morto ou incapacitado no decurso do cumprimento de um contrato de trabalho, por ataque terrorista, se recusa a conceder a habitual indemnização. Tal procedimento, quanto a nós, é a afirmação clara de uma incapacidade social e moral para se usar o trabalho assalariado, e a demonstração de um egoísmo chocante”, p.4, nota (4). PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8696.

¹⁶⁰ João Pereira Neto, “ «Informação N.º 614 – Sobre a necessidade de os trabalhadores não rurais do Ultramar e em especial de Angola passarem a beneficiar de previdência social», 21 de Janeiro de 1963, p. 2, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/337/1534.

¹⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 1.

pressão extra nos reduzidos efetivos militares disponíveis *vis-à-vis* a vulnerabilidade geográfica e a proximidade dos movimentos subversivos dessa zona. Quer isto dizer que, aos olhos dos altos quadros da burocracia colonial, urgia garantir a ordem na região e apoiar os núcleos produtivos da Província que apresentavam menor resistência financeira para enfrentar as investidas subversivas¹⁶². Acrescia que muitas dessas “pequenas fazendas”, nomeadamente no Cuanza Norte, contavam apenas com a presença de um europeu, o gerente, enquanto fonte de autoridade, uma vez que a maioria dos fazendeiros, europeus e brancos, em fuga após os acontecimentos de Março daquele ano, estariam já a viver em Luanda¹⁶³. A situação que se vivia no Norte de Angola corresponde ao pano de fundo das explicações de Adriano Moreira quando, em Maio de 1961, cria por via do Diploma Legislativo Ministerial nº 24 o Grupo de Trabalho e Recuperação Económica (G.T.R.E.), “ (...) destinado a cooperar na normalização da vida económica das regiões afetadas pelos terroristas, especialmente na realização das colheitas e demais operações relativas ao aproveitamento do produto”¹⁶⁴. O 2.º artigo deste diploma referia ainda que cabia ao Governador-Geral recrutar os efetivos deste corpo, por via das autoridades administrativas, podendo, “sempre que necessário”, aplicar as “leis do recrutamento para o serviço militar”¹⁶⁵. Na estrita dependência da O.P.V.D.C.A, este grupo juntava-se ao conjunto de autoridades civis e militares que procuravam a “salvaguarda dos recursos da Província” face à “incidência dos esforços terroristas sobre regiões cuja capacidade produtiva mais pesa no conjunto económico da Província”¹⁶⁶.

Para o Gabinete do Governador-Geral era impossível dotar o Norte de Angola de “uma nova feição humana” sem que fossem disponibilizados mais “soldados”, viaturas e armamento. Num relatório enviado ao Governador-Geral, Deodato Azevedo Coutinho, o seu secretário-geral, junta informações que lhe foram prestadas pelas Atividades Agrícolas, Comerciais e Industriais do Uíge e pelo Comandante do Corpo de Voluntários

¹⁶² J. Carrusca de Castro, «Informação nº1137: Revogação do Diploma Legislativo Ministerial nº24 de 9/5/61 – Criação do Corpo de Trabalho e Recuperação Económica de Angola», Março de 1965, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0180/8725.

¹⁶³ Direção-Geral de Segurança – Delegação de Angola; «Apoio coercivo de Europeus às organizações terroristas»; Março de 1974”, p.3, PT/TT/ASC/E/0008, Pt1.

¹⁶⁴ Diploma Legislativo Ministerial nº24, 9 de Maio de 1961.

¹⁶⁵ J. Carrusca de Castro, «Informação nº1137...», *op. cit.*, p. 2.

¹⁶⁶ Diploma Legislativo Ministerial nº24, *op. cit.* No preâmbulo deste DLM podemos ler: “Para além da repressão dos atos criminosos e do restabelecimento da ordem, impõe-se, assim, a realização de um programa que permita, pela coordenada utilização de todos os meios disponíveis conjugar a recuperação da ordem, com a paralela defesa, dos interesses económicos da Província, nos quais se integram o trabalho e a iniciativa, seriamente ameaçados, de alguns núcleos produtivos e sobretudo daqueles que dispõem de menos resistência financeira para enfrentar os problemas que se lhe oferecem”.

e do Grupo de Trabalho e Recuperação Económica destacado na região cafeeira. Se o patronato falava na necessidade de ali se instalar um “pequeno núcleo de soldados” de forma permanente para evitar a devastação pelos terroristas daquela zona da Província, o Comandante do C.V. e do G.T.R.E. destacava a urgência de se planejar a retirada dos trabalhadores e dos voluntários antes que a época das chuvas os condenasse a um isolamento total “impossibilitando-lhes a retirada e sujeitando-as a um massacre”. Dadas as condições precárias das quase inexistentes estradas e equipamentos, e as fracas características físicas e disciplinares dos seus quadros, a única solução para os 26 pelotões de 30 homens, que vigiavam o trabalho de aproximadamente 8.000 “indígenas”, era “interromper a colheita, transportar o café colhido para lugar seguro, concentrar os “indígenas” e devolvê-los às regiões onde foram recrutados (...)”¹⁶⁷. Independentemente dos interesses que poderiam influenciar os argumentos dos Governadores de Distrito e dos fazendeiros, esperar pela época das chuvas não só significava que os que ali se encontravam seriam condenados a uma penosa retirada a pé, como levaria ao abandono do equipamento militar que mais não se traduziria do que numa generosa oferta ao inimigo. Para as forças de segurança o ponto era claro: se se reconhecia a necessidade de “qualquer organização destinada a guarda rural e agrícola em permanência” então esta que fosse criada pelo Estado. Também para o grupo empresarial do Uíge a solução passava por mais vigilância e supervisão como a única forma de evitar o abandono da região. Ainda que do ponto de vista económico a cultura do café fosse de uma rentabilidade duvidosa à data, a opção do Estado era uma de duas: ou assumia o encargo ou os agricultores cairiam em ruína e a região seria entregue aos grupos subversivos¹⁶⁸. Para Deodato Azevedo Coutinho era necessário enfrentar o problema pelos dois ângulos: o da necessidade de uma ocupação imediata das zonas mais afetadas e uma posterior ocupação definitiva das mesmas. Se a primeira fase devia contar apenas com o “material humano” da Província, a segunda teria de ser levada a cabo por alienígenas (europeus e cabo-verdianos), estrategicamente colocados nas regiões de fronteira para funcionarem como “zonas tampão” à influência política subversiva¹⁶⁹. É para a primeira fase que o

¹⁶⁷ Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, «Informação Confidencial nº23/61»; 4 de Setembro de 1961, pp.5-6. PT/TT/António Soares Carneiro, cx. 20, n.º 2.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, pp. 1-7.

¹⁶⁹ Este discurso encontra-se enquadrado nos planos de povoamento militar dos anos 1960, principalmente a partir da escalada da guerra colonial e corresponde e a “recuperação da figura oitocentista do soldado-colono é, a este respeito, elucidativa. Se o aproveitamento do contingente militar era considerado, em geral, uma boa estratégia de colonização, a questão mais controversa estava na possibilidade do militar se fazer acompanhar ou não da sua família da metrópole. É que, se alguns desejavam transplantar o modelo familiar metropolitano, outros defendiam que o soldado, liberto de todas as “aderências”, incluindo a familiar, era

secretário-geral considera imperativa a criação de uma guarda-rural que, de alguma forma, já estaria prevista no 13.º artigo do diploma do Secretariado-Geral da Defesa Nacional que cria a O.P.V.D.C.A. Após um cálculo superficial dos custos que essa mesma guarda representaria para os cofres do Estado, contando apenas com a sua acomodação nos distritos mais afetados, é apresentado o valor de 55.651.200\$00 anuais. Azevedo Coutinho indaga, prontamente, qual seria a comparticipação das empresas particulares nos custos totais e responde a si mesmo: “Assunto a ver, com mais vagar”¹⁷⁰.



Imagem II: Corpo de Recuperação Económica em Nambuangongo; Arquivo da Defesa Nacional – PT/ADN/FOTO/FA/006/0005/015/003.

O peso político deste documento confidencial é impossível de ser apurado, mas ele certamente traduz o pensamento e as inquietudes dos corredores da administração colonial portuguesa. Embora o projeto de criação de uma Guarda Rural, duplamente dependente das autoridades militares e administrativas, já estivesse a ser equacionado pelo menos desde o final de 1960, também esta apenas é criada após o início da Guerra, sendo posteriormente integrada na PSP em 1967¹⁷¹. Já em Maio de 1961, João Pereira

mais propenso à integração racial. Preocupações semelhantes colocaram-se a propósito da reforma do complexo prisional, de que faziam parte prisões, aldeamentos e colonatos.” In Diogo Ramada Curto (dir.), *Políticas Coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961* (Porto: Edições Afrontamento, 2016), pp. 204-205.

¹⁷⁰ «Informação Confidencial nº23/61», *op. cit.*, pp. 6-12.

¹⁷¹ «Verbete N.º 67/PR, ‘Bases para a criação de Corpos Militarizados de Guarda Rural no Ultramar’, 1.ª Rep. EME», 27 de Abril de 1961, PT/AHM/2/2/84/019.

Neto deslocara-se à 1ª Repartição do Estado Maior do Exército para discutir com o Major Barros Rodrigues e com o Major Ferreira, este último do Gabinete do Ministro do Exército, a elaboração de um projeto definitivo para a criação da Guarda Rural. Se para Pereira Neto era inadmissível que este organismo não pudesse estar na dependência das autoridades administrativas e dos Chefes de Posto, os representantes do Exército só concebiam que estivesse subordinado às entidades militares¹⁷². Para o Inspetor do G.N.P. a necessidade deste organismo estar sob o comando das autoridades civis era ainda mais premente no Sul e Leste da Província onde, dada a fraca presença de forças de segurança, os administradores passariam a dispor de uma força a quem poderiam confiar a defesa da sua sede administrativa e da sua família quando tivessem de se ausentar, muitas vezes por períodos superiores a uma semana, para contactar com as populações sob a sua responsabilidade¹⁷³. Instituição análoga ao Exército teria a missão de cobrir as fronteiras terrestres da Província, com especial enfoque no Norte e Nordeste de Angola, e procurar manter a ordem nas zonas desprovidas de unidades militares e polícia¹⁷⁴.

Em meados do ano de 1963, o G.N.P e o I.T.P.A.S. vêm-se a braços com mais um problema para resolver. Era necessário revogar o G.T.R.E. Segundo o GNP este deixara de operar em meados de Dezembro de 1962, na sequência da “cessação da situação de emergência que motivou a sua criação”¹⁷⁵. Por detrás da revogação, que formalmente apenas acontecera em Março de 1965, estava a apresentação de uma queixa pela Organização Internacional do Trabalho no âmbito da Convenção n.º 105 (1957) relativa à abolição do trabalho forçado¹⁷⁶. Segundo aquele organismo internacional, que pedira esclarecimentos ao Governo português, o G.T.R.E. constituía uma forma de trabalho compelido. Era precisamente aquele artigo 2.º, já citado, que estava na base do pedido de revogação: o alerta não se devia apenas ao carácter obrigatório do recrutamento como ao facto de estes trabalhadores não terem contrato. Logo em 1962, o comando da O.P.V.C.A. esclareceu, em informações recolhidas pelo I.T.P.A.S., que “devia ficar desde já excluída a hipótese de a O.P.V. cooperar nas colheitas”¹⁷⁷. Talvez esteja aqui o motivo

¹⁷² João Pereira Neto, «Apontamento nº81 – Conversações Realizadas no Ministério do Exército Sobre a Guarda Rural», 2 de Maio de 1961, p. 2, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0337/01534.

¹⁷³ *Idem, ibidem.*

¹⁷⁴ Verbete N.º 67/PR, *op. cit.*

¹⁷⁵ «Decreto nº», s.d., p.2, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0180/8725.

¹⁷⁶ Sobre o processo de retificação desta e de outras Convenções por parte de Portugal, assim como sobre o largo leque de estudos e relatórios produzidos no âmbito dos debates entre o Estado Colonial e a OIT, ver: José Pedro Monteiro, *Portugal e a questão do trabalho forçado* (Lisboa: Edições 70, 2018).

¹⁷⁷ J. Carrusca de Castro, «Informação nº1137...», *op. cit.*, p. 3.

da revogação só ter ocorrido cerca de três anos depois. Ainda assim, em 1963, o representante português garantira à Comissão de Peritos da O.I.T. que estaria para breve a revogação do diploma que instaurou aquele organismo¹⁷⁸. Num relatório provisório elaborado pelo I.T.P.A.S. que fornece algumas notas sobre as observações elaboradas por aquela Comissão de Peritos, admite-se que “foram recrutados alguns trabalhadores ao abrigo do art.º 2.º do referido D.L.” mas acrescenta que “aqueles trabalhadores não foram utilizados em serviços diretos de interesse privado e foram sempre objeto de um tratamento diferenciado, com base numa melhoria salarial e outras regalias”¹⁷⁹. O recurso ao recrutamento compelido para garantir a segurança de instalações empresariais privadas constituía uma das acusações da O.I.T. Quer isto dizer que a constituição de forças militares ou militarizadas que funcionassem como escudo contra incursões subversivas em polos de exploração económica era, de alguma forma, já conhecido internacionalmente naqueles tempos iniciais da guerra colonial. A questão parece aqui mais grave por o alegado trabalho forçado dos recrutados ser empregue no setor privado, sem que o patronato fosse chamado a prescindir, de forma direta, de parte das suas possíveis receitas para assalariar quem garantia a sua operacionalidade. O I.T.P.A.S. defendia-se ao citar o artigo 7.º daquele Diploma-Legislativo Ministerial que determinava que o G.T.R.E. não poderia ser utilizado por aqueles que fossem considerados pelo Governador do Distrito como detentores de capacidade económica para assegurar as suas colheiras. Ou seja: seriam apenas aqueles agricultores mais vulneráveis que beneficiariam da proteção daquele organismo. Apesar desta retórica defensiva não pareciam existir dúvidas que urgia revogar aquele diploma, sobretudo por razões “de ordem política”¹⁸⁰. Ainda assim, outra explicação pode estar na base da conformidade do Estado face à pressão internacional. Num estudo enviado ao Governador-Geral de Angola em Julho de 1961, apenas dois meses depois da criação do G.T.R.E., a inviabilidade económica daquele organismo já era profetizada. Para isto contribuía não só o módico preço do café no mercado internacional como a incapacidade dos Governadores de Distrito de cumprirem a categorização prevista na lei. Acontecia que as fazendas deviam ser dadas em três grupos: (1) lavras indígenas abandonadas por elementos que colaboravam, direta ou indiretamente, com os terroristas, (2) fazendas que embora o Governador de Distrito

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, pp. 2-3.

¹⁷⁹ *Idem ibidem*, pp. 4-5.

¹⁸⁰ João Baptista Duarte Pinheiro, Secretário Provincial de Trabalho, Saúde, Previdência e Assistência, «Nº Referência 1246/0253/SAS/05/02/15», Luanda, 19 de Fevereiro de 1965, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0180/8725.

as tivesse considerado aptas a realizarem as colheitas pelos seus próprios meios não as tivessem realizado (pressupondo-se por isso o seu abandono), e (3) as fazendas cujos agricultores não se encontrassem em condições de segurança para assegurarem as colheitas¹⁸¹. Em teoria, o valor das lavras abandonadas e das fazendas consideradas aptas, mas que não tivessem feito a colheita, reverteria para o Fundo do Trabalho e Recuperação Económica, criado dentro da Junta do Café. O valor do terceiro grupo era imputado aos produtores da região depois de deduzidas as despesas. Na prática a distinção foi feita entre as lavras indígenas abandonadas e as duas restantes situações. A inviabilidade deste projeto fez com que o Secretário-geral do Governo-geral de Angola apela-se a que a questão fosse analisada não à luz do seu profético saldo negativo mas sim tendo em linha de conta o critério “político-social”¹⁸². Se juntarmos o encargo deste organismo para garantir a colheita de um produto com reduzido valor de exportação à pressão da O.I.T. fica facilitado o exercício de compreensão dos motivos da sua cessação.



Imagem III: Angola Colonial, anos 50/60: plantação de café; CIDAC_fotografiasgrandes-AO/2.

¹⁸¹ Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, «Informação nº3», 8 de Julho de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0180/8725, pp. 1-2.

¹⁸² *Idem, ibidem*, pp. 4-5.

O ano de 1967 marca o ponto de virgem da O.P.V.D.C.A. Se até então a organização era responsável pelo serviço rural, ordens superiores impuseram que esse serviço passasse a estar a cargo da PSP e que o Corpo de Voluntários deveria agora adaptar-se aos problemas da defesa civil e da autodefesa das populações. Segundo o comandante da organização, Coronel Carlos Eduardo Bandeira de Lima, o processo seria demorado. O primeiro entrave era, não surpreendentemente, burocrático: o Estatuto do Funcionalismo Ultramarino impunha uma demorada nomeação dos quadros, indispensáveis às novas funções, o que implicava que “só daqui a uns meses” pudesse a organização estar estruturada. A primeira nova tarefa e, na opinião do Comandante, a mais trabalhosa, prendia-se com a autodefesa das populações, nomeadamente a criação e organização de milícias de regedorias¹⁸³. A falta de meios, materiais e humanos, era o primeiro argumento a ser colocado pelo Inspetor do G.N.P., Fialho Ponces: “a aquisição de armas, fardas para os elementos das milícias, remuneração daquelas que se considere haver vantagem em remunerar, execução de cursos de defesa civil, propaganda e exercícios constituem encargos impossíveis de suportar pelas verbas existentes e previstas para o próximo ano”¹⁸⁴. O problema, na verdade, ultrapassava a esfera da impossibilidade económica – tanto na Metrópole como na Província, “segundo parece”, não havia armas a disponibilizar. A solução estava no apelo enviado ao Ministério do Ultramar no sentido de se conseguir que a Legião Portuguesa e a GNR, ou qualquer outra entidade metropolitana, dispensasse à Organização quaisquer armas, mesmo que usadas e antigas, que não estivessem em uso. No campo dos recursos humanos a carência é análoga. Tinham sido propostas 99 novas vagas para adjuntos de comando de setor, mas apenas 45 foram abertas. Primeiro, o número de conselhos e circunscrições onde a situação exigia

¹⁸³ É o Diploma Legislativo Ministerial nº54 de Outubro de 1961 que cria, em Angola, as milícias enquanto “corpo militar de segunda linha”. O Diploma Legislativo nº3252 de 6 de Junho de 1962 aprova o regulamento das Regedorias e das Milícias. Por Despacho do Governador-Geral de Angola de 12 de Setembro de 1964 as milícias das regedorias ficam, em toda a Província, integradas nas estruturas da O.P.V.D.C.A. O recrutamento destes elementos fazia-se através do sistema de voluntariado, com o consentimento das autoridades tradicionais. A preferência recaía sobre os homens entre os 18 e os 45 anos que tivessem cumprido serviço militar, constituída família, fossem dignos da “melhor reputação no povo”, tivessem habilitações literárias e que exercessem, pelo menos, uma atividade de subsistência. Cabia-lhes, primordialmente, “garantir a segurança próxima e imediata dos aldeamentos (...), proteger a execução de trabalhos rurais e exercer funções de polícia” assim como colher “informações, designadamente em relação à presença de estranhos, a fugas e a atividades e atitudes suspeitas de elementos da população”. A cada grupo de milícias, que poderia ser constituído por grupos de 20 a 30 homens, poderiam ainda juntar-se “recrutas”, sempre que tal fosse necessário e com consentimento superior, para garantir uma proporcionalidade entre estes e o número de habitantes do aldeamento em questão. Brigadeiro Aires Martins, «Normas Gerais sobre Milícias das Regedorias e Voluntários Regionais», 6 de Fevereiro de 1970, pp. 2-5, Arquivo Histórico da Marinha/Coloredo/Angola/176.

¹⁸⁴ Fialho Ponces, «Deslocação a Angola efetuada durante o período que decorreu entre 28 de Setembro último e 11 do corrente», 19 de Outubro de 1967, p. 3, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8706.

novos oficiais era muito superior a 45 e, em segundo lugar, o facto de competir à Organização cadastrar todo os equipamentos militares e material de guerra distribuídos a civis na Província obrigava a que muitos desses efetivos ficassem capturados nos serviços burocráticos, “com prejuízo das missões de natureza externa”. Juntava-se a tal o “comodismo”, a “indiferença” e a “falta de civismo e disciplina” da população civil afastada dos teatros de operações. Sem meios de propaganda para mentalizar, a organização debatia-se ainda com a escassez de dispositivos humanos e com “dificuldades insuperáveis para resolver esta situação”¹⁸⁵. À longa lista de críticas apontadas, juntava-se ainda a falta de cooperação por parte das Forças Armadas para com a Organização. A fiscalização da defesa civil e da autodefesa das empresas e fazendas era o primeiro exemplo avançado, sendo que, com toda a já mencionada falta de meios, era extremamente necessário que as autoridades militares dessem a sua ajuda neste aspeto. No parecer do Comandante não era admissível que a O.P.V.D.C.A. fosse a única entidade responsável por garantir e verificar os dispositivos de segurança privados do setor empresarial. A segunda prendia-se com a relutância das Forças Armadas quanto ao armamento das milícias das regedorias.

Esta unidade, que apresenta contornos diferentes daqueles que até agora expusemos, precisa de ser compreendida à luz da nova estratégia bélica dos nacionalistas, assim como através da perceção, errada, por parte dos portugueses quanto ao modo de atuação daqueles movimentos. Se nos primeiros anos da guerra colonial os ataques subversivos eram empreendidos a partir de “santuários” que se situavam do outro lado da fronteira, em meados da década de 60 a estratégia passa por atrair o campesinato para a causa e fortalecer as suas bases no interior Leste da Província através do apoio e cooperação da população local. A desacertada suspeita portuguesa que os moldes de atuação daqueles movimentos iriam continuar a assentar em “ocasionais incursões” organizadas do lado de lá da fronteira, permitiu que o movimento de guerrilha criasse raízes no interior angolano enquanto as tropas portuguesas eram colocadas ao longo da fronteira zambiana deixando, assim, aquela ampla zona desprotegida¹⁸⁶. Para fazer frente a esta situação, que rapidamente exigiu uma violenta resposta ofensiva por parte dos militares e a sequente fuga, à semelhança do que acontecera no Norte em 1961, de africanos desta vez para a Zâmbia e para o Botswana, a estratégia portuguesa assentou na

¹⁸⁵ *Idem, ibidem*, pp. 5-6.

¹⁸⁶ Gerald J. Bender, *Angola sob o domínio português...*, *op. cit.*, p. 244.

implementação de um programa de reordenamento rural¹⁸⁷. Procurava-se reunir as populações, acabando com a dispersão geográfica das mesmas, para que fosse possível aplicar um controlo sistemático e formar uma barreira humana à ação do inimigo¹⁸⁸. Eram estes aldeamentos, resultado de violentos processos de migrações internas, que aquelas milícias deveriam fiscalizar e assegurar.

Se até agora encontramos organismos criados pelo Estado, embora não exclusivamente dependentes financeiramente dos cofres públicos, para salvaguardar fazendas e pequenas empresas em risco, as regedorias, ironicamente, representam, em termos de modelos e filosofias de organização da defesa, mas não só, o protótipo que mais se aproxima da realidade empregue pelas grandes empresas transimperiais. Não falamos apenas do recurso, por exemplo, à mão-de-obra africana (trabalhadores ou residentes nas regedorias) para a construção das suas habitações, nem dos planos de urbanização esquematicamente construídos para facilitar atos de controlo panótico ou de denúncia (casas em linha paralelas atravessadas por amplas “estradas”) nem tão pouco do recurso a arame farpado para delimitar a sua área¹⁸⁹. À semelhança do setor privado, em que o corpo de segurança era composto por trabalhadores, era a própria população local das regedorias que formavam a milícia responsável pela segurança do seu núcleo¹⁹⁰. O incentivo à denúncia e a disciplina militar interna facilitavam a obtenção de informações sob a égide, no caso das regedorias, das autoridades tradicionais que respondiam perante

¹⁸⁷ *Idem, ibidem*, pp.244-245.

¹⁸⁸ Num estudo que procurou reunir as diversas informações sobre as milícias, o seu autor inicia o relatório da seguinte forma: “Os primeiros meses do ano de 1968 caracterizaram-se, no Leste, pela intensificação da ação do IN sobre as populações rurais, com particular incidência nos Distritos de Moxico e Cuando Cubando, onde as populações viviam espalhadas em pequenos “cuimbos” muitas vezes constituídos por 4 a 6 cubatas, logo permeáveis às ações do IN quer em raptos quem em ações de intimidação, ou constituíam, esses pequenos núcleos populacionais, pela falta de controlo e distâncias a que se localizam das povoações principais e das autoridades, esplêndidos pontos de refúgio ou de apoio aos pequenos grupos IN em trânsito ou em nomadização”, «Enquadramento de Milícias pela P.S.P.A.», Fevereiro de 1970, p.1, PT/TT/António Soares Carneiro, cx. 20, n.º 2.

¹⁸⁹ Bernardo Pinto da Cruz, «The Penal Origins of ...», *op. cit.*. Ver também: Bernardo Pinto da Cruz e Diogo Ramada Curto. «The Good and the Bad...», *op. cit.*, pp. 205–231. Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz. «Destribalização, Regedorias e Desenvolvimento Comunitário: Notas Acerca do Pensamento Colonial Português (1910-1969)», *Práticas Da História* 1, nº. 1 (2015): pp.113–172. Miguel Bandeira Jerónimo, «Repressive Developmentalism: Idioms, Repertoires, Trajectories in Late Colonialism», in Andrew Thompson e Martin Thomas (ed.), *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, (Oxford: Oxford University Press, 2017) pp.537–554. Teresa Furtado, “O Enredo Prisional em Angola: Soberanias Duais na Disciplina do Corpo Colonial”, Tese de Mestrado em Ciência Política (Lisboa: FCSH/UNL, 2014) disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14883>.

¹⁹⁰ Segundo Bender, apenas 10% dos africanos das milícias chegaram a receber armas, sendo que os restantes tinham apenas acesso a utensílios de madeira em forma de espingardas, paus, arco e flechas ou lanças. Uma vez mais, também aqui, a justificação prende-se com a desconfiança por parte das autoridades militares e civis quanto ao armamento dos africanos. Gerald J. Bender, *Angola sob o domínio português...*, *op. cit.*, p. 232.

os comandos militares ou as autoridades civis e, no caso do setor privado, perante o responsável da aldeia/grupo de trabalho que prestava contas aos serviços de segurança da empresa que, por sua vez, deveria, em teoria, submeter os planos à O.P.V.D.C.A. É esta autonomia e, ao mesmo tempo, subintendência, com claros alicerces raciais, que estas duas instâncias, aparentemente antagónicas, parecem ter partilhado.

*

Em menos de seis meses foram criadas estruturas militarizadas cuja principal função prendia-se com a defesa das zonas económicas fundamentais à sobrevivência da colónia e, inevitavelmente, do Estado Colonial. Responsabilizando umas pela manutenção da soberania nacional do território angolano e providenciando os meios a zonas económico-empresariais mais fragilizadas, o Estado procurava garantir, de uma forma ou de outra, a viabilidade financeira do território. Mas este processo de responsabilização do setor privado pela soberania das zonas geográficas onde operava, não foi, como veremos, isenta de críticas, acusações e debates. Em Abril de 1972 o Governador-Geral de Angola, Camilo Rebocho Vaz, endereça duros comentários tanto à O.P.V.D.C.A. como aos empreendedores privados. Quanto à primeira, queixa-se que esta só se apercebia da necessidade de autodefesa de instalações e pessoal depois de estes serem alvo de ataques. Em segundo lugar, aponta o dedo a um “conjunto de resistências e operações de travagem” aos planos de defesa por parte do setor privado derivados do “acréscimo não previsto de encargos financeiros”. Resultava desta situação que empreendimentos vitais para a vida económica da Província, assim como outros de menor alcance, continuassem a permanecer “largos períodos sem as mínimas condições de segurança (...), com gravíssimas consequências no contexto da situação que ainda por algum tempo a Província terá de viver”¹⁹¹. Também as altas patentes do exército lamentavam a inoperância do setor privado e da sua falta de eficácia. Mas o problema era ainda mais agudo. Àquele quadro, apontado por Rebocho Vaz, juntamente com a falta de efetivos e com a necessidade de uma enorme dispersão das forças disponíveis, acrescia o facto de, muitas vezes, os organismos militares se encontrarem sobrecarregados por serem forçados a cumprir missões que, na verdade, eram da competência “da polícia, da

¹⁹¹ Camilo Rebocho Vaz, «Segurança dos Empreendimentos Económicos, Despacho nº13/72», 12 de Abril de 1972, PT/TT/PIDE/DGS.Del.A.P.Inf.10.10.C/2,NT,1808.

guarda rural, das milícias, das autoridades administrativas, das empresas e da própria população, organizadas em autodefesa”¹⁹².

Tão frequentes e comuns como estas críticas foram, também, as opções do Estado português. Uma análise atenta ao policiamento das revoltas coloniais permite-nos compreender a direção e a intenção dos mecanismos repressivos dos poderes coloniais, ou seja, a quem serviram e porquê. O período que ficou conhecido por *colonialismo tardio* partilhou uma série de variáveis que se sobrepuseram às fronteiras desenhadas pelos europeus: protestos económicos contra formas de exploração laboral, preocupações burocráticas quanto aos efeitos dessas formas de protesto e conexões entre as práticas policiais (e militares) e as configurações económicas de cada colónia. Como nos diz Matim Thomas, este modelo de análise, que privilegia a lente da economia política, permite desenhar um estudo que problematize os locais e as unidades territoriais que a polícia colonial foi chamada a defender e, consequentemente, reorganizar as prioridades implícitas a essa estratégia de defesa¹⁹³. Para além destas medidas de ordem securitária, uma outra imposição pode ajudar a explicar a duração e a capacidade de resposta do Estado Colonial e da guerra em si mesma – a recuperação do Imposto Extraordinário para a Defesa de Angola (I.E.D.A.). Muito embora o IEDA tenha antecedentes históricos e legais que remontam a 1939¹⁹⁴ (altura em que foi criado o “Imposto de Defesa”, cuja receita se destinava ao Fundo de Defesa Militar do Império Colonial) a sua abrangência e, principalmente, a sua incidência de cobrança eram notoriamente distintos. A 21 de Dezembro de 1961 pela Lei n.º 2.111 o Governo foi autorizado a cobrar, a partir do ano de 1962, um “imposto extraordinário para a defesa e valorização do Ultramar” o qual recairia sobre:

Art.º 8º (...) todas as sociedades ou empresas que explorem alguma concessão de serviço publico ou atividade industrial em regime exclusivo, e bem assim sobre as que

¹⁹² O mesmo documento dá ainda conta da existência, em 1966, de apenas 60.000 soldados na Província, maioritariamente concentrados na zona Norte e que expressavam um enorme cansaço e vontade de abandonar o exército. Sujeitos a continuas mobilizações desde 1961, muitos já estariam na sua 4.ª missão com pouco, ou nenhum, tempo de repouso entre elas. Ao fim de quase 7 anos de guerra eram poucos aqueles que ainda acreditavam na possibilidade de uma vitória, considerando assim que todo o esforço despendido era inútil. «Secreto: Situação Militar em Angola», s.d., PT/AHM/FO/007/B/46/cx.382.

¹⁹³ Matim Thomas, *Violence and Colonial Order. Police, Workers and Protest in the European Colonial Empires, 1918–1940* (New York: Cambridge University Press, 2012), pp. 1-4.

¹⁹⁴ Até então existia, desde 1936, o “Fundo para a aquisição de material de guerra” para o qual transitavam todas as verbas dos orçamentos ultramarinos destinadas à aquisição de material militar, às quais se juntavam ainda os fundos que advinham da cobrança da taxa militar. Em 1937, o fundo passa a chamar-se Fundo de Defesa Militar que dota o Ministro das Colónias de uma maior autonomia na gestão e autorização das despesas do Fundo. PT/TT/AOS/CO/UL-10D st. Sd..

exercem outra atividade a definir pelo Governo, desde que beneficiem de qualquer privilégio ou de situação excecional de mercado¹⁹⁵

O alvo deste imposto eram as grandes empresas com quem o Estado tinha contratualizado relações económicas em regime de exclusividade. Estas empresas concessionárias marcam, de formal transversal no tempo, a história colonial portuguesa, da exploração do trabalho africano, aos problemas raciais e à globalização económica e financeira do colonialismo europeu. O modo como foram historicamente *habituadas* a substituir o Estado, no garante da soberania portuguesa, nos territórios onde atuavam, ajuda a compreender o seu papel e contributo na defesa da manutenção do Estado colonial português. Como veremos, este requisito por parte do Estado de chamar as concessionárias a participar no esforço de guerra provocou, simultaneamente, resistências e autoelogios patrióticos. Precisamos, por isso, de uma escala de análise que inclua estes atores nos esquemas de defesa para compreender a perspetiva económico-militar das opções coloniais e o peso político ou, pelo contrário, a fragilidade, destas organizações do setor privado. O papel que desempenharam variou consoante o tipo de produto que exploraram, a localização geográfica onde operaram, a proximidade aos ciclos de governação de Lisboa e Luanda, o modo como estavam inseridas nas mais amplas redes de capitais transimperiais e, claro, a imediação aos primeiros focos de subversão. Esta forma de *colonialismo delegado* cruza a esfera nacional e internacional: para além do garante da soberania, a partir do recurso a mecanismos coercivos e securitários privados, estas empresas, nomeadamente numa altura em que o plano internacional era desfavorável à causa portuguesa, serviam de garantia para a cooptação do apoio dos Estados estrangeiros, acreditando-se que, em caso de perigo, agiriam em prol dos seus investimentos¹⁹⁶.

¹⁹⁵ «Imposto Extraordinário para a Defesa de Angola – precedentes legais», PT/TT/Aquivo Oliveira Salazar, UL-10D, cx.772, capilha 10.

¹⁹⁶ Nuno Porto, *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009), pp. 129-130.

Capítulo II - O poder coercivo privado: disciplinarização dos trabalhadores em tempo de guerra*

- O poder do Estado na gestão territorial e as relações de (inter)dependência com o sector privado

“No meu relatório de 3 de Março último, comunicava que as Autoridades de Angola previam que a próxima etapa da ação subversiva consistiria em ataques no interior do país contra plantações e empresas isoladas.

As suas previsões foram confirmadas”.

«Informação nº540/61-GU», 18 de Abril de 1961, pp.2-3, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0230/04277.

Um das questões em aberto acerca das revoltas que levaram ao início da Guerra colonial continua ser o porquê da primeira de todas elas, que ocorreu na região algodoeira concessionada à Companhia dos Algodões de Angola (Cotonang), ter irrompido ali e não no enredo diamantífero da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) – a maior e mais importante empresa da Província localizada a norte na fronteira com o Congo Belga –, ou, até, numa das linhas do Caminhos-de-Ferro de Benguela (C.F.B.) que, caso fossem atingidas, colocaria em causa o trânsito das importações e exportações da Província¹⁹⁷. Dificilmente uma resposta a esta questão pode ser categórica. Concorre para tal a perspectiva adotada pelo investigador, que pode privilegiar o nível de violência física e/ou simbólica exercida sobre os trabalhadores, o nível de burocratização e/ou a extensão dos mecanismos panóticos do setor privado ou, ainda, a natureza geográfica e o tipo de produção (agrícola, industrial e comercial) das empresas. A primeira destas abordagens tende a responder a este, e outros, quesitos aludindo às condições nutricionais dos trabalhadores, ao nível de exploração laboral, à extensão do horário de trabalho, à imposição de movimentos migratórios forçados e à consequente possível quebra dos laços de familiaridade e pertença. Por outro lado, é possível adotar uma ótica de análise colocando o foco na empresa, no correspondente nível de estruturação e burocratização,

*Parte deste capítulo foi publicado em: Teresa Furtado e Bernardo Pinto da Cruz, “O Plano de Aproveitamento Hidroelétrico do Cunene: logística de defesa multinível e a construção do Estado no Sul de Angola (1969-1974)” in Andrea Pavoni e Franco Tomassoni (org.) *A Produção do Mundo: problemas logísticos e sítios Críticos* (Lisboa: OutroModo, 2022), e em: Teresa Furtado, “On Private Coercive Power in Angola: Towards a Comparative Approach”, *Portuguese Studies Review*, Vol.25, Number 1, 2017, pp. 151-175 – Special Theme Issue: Historical Trajectories of The Third Portuguese Empire: Re-examining the Dynamics of Imperial Rule and Colonial Societies (1900-1975).

¹⁹⁷ Diogo Ramada Curto (dir.), Bernardo Pinto da Cruz e Teresa Furtado, *Políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961* (Porto: Edições Afrontamento, 2016).

na presença, mais ou menos ampla, de mecanismos panóticos corporativos, no controlo – físico e geográfico – das vilas dos trabalhadores ou na presença de quadros privados de segurança. Outra possível perspectiva de análise tende a englobar estas variáveis em função do tipo de produção da empresa, defendendo que a necessidade contínua, ou sazonal, dos seus trabalhadores poderá determinar o grau de controlo imposto pelo setor privado e, consequentemente, o interesse da empresa na dilatação das variáveis privilegiadas pelas análises anteriormente mencionadas¹⁹⁸. Nenhuma destas perspectivas se nucleariza a si mesma. Dificilmente podemos estudar, por exemplo, o nível de violência simbólica sem analisar as condições nutricionais e de habitação das vilas dos trabalhadores ou, até, a extensão temporal dos contratos de trabalho e as respetivas condições de remuneração. Da mesma forma, o nível de estruturação da empresa depende tanto da produtividade da mesma como da estabilidade da sua mão-de-obra. Todd Cleveland, historiador americano que estudou a Companhia de Diamantes de Angola, nomeadamente as rotinas laborais diárias e as clivagens socioeconómicas e étnicas criadas pela empresa, defende a impossibilidade de se compreender o enredo diamantífero angolano sem ter em linha de conta o isolamento geográfico da Lunda, região onde operava a empresa e que, no seu parecer, é determinante para compreender a estabilidade económica e laboral da região¹⁹⁹. Segundo o mesmo autor, o isolamento geográfico da Diamang, a par da escassez demográfica da região da Lunda, ajudam a explicar a eficácia e o nível de desenvoltura dos programas privados de controlo sobre os movimentos de circulação da região. Se tal é verdade para o caso da Diamang, também a zona do traçado dos C.F.B. era praticamente despovoada até à construção da ferrovia. De facto, também ali, a iniciativa privada foi a grande promotora das urbanizações que foram surgindo na comumente designada “zona de influência” dos C.F.B.²⁰⁰. A diferença, neste caso, reporta principalmente ao tipo de atividade das duas empresas e à consequente necessidade de uma avultada e constante massa de trabalhadores. Enquanto a Lunda se desenvolveu segundo uma lógica de estrita dependência e controlo face ao setor privado, como

¹⁹⁸ Marcelo J. Borges e Susana Torres, «Company Towns: Concepts, Historiography and Approaches» in Marcelo J. Borges e Susana Torres (Eds.), *Company town: labor, space and power relations across time and continents* (New York: Palgrave Macmillan, 2012), pp. 1-40, pp. 2-4. Ver também a Introdução deste trabalho.

¹⁹⁹ Todd Cleveland, *Diamantes em bruto. Paternalismo empresarial e profissionalismo africano na Diamang, 1917-1975* (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2019), p. 19.

²⁰⁰ André Tchoia Relógio, Fernando Oliveira Tavares e Luís Pacheco, «Importância do Caminhos-de-Ferro de Benguela para o Desenvolvimento Regional», *Cadernos de Estudos Africanos* n.º 33 - Escravidão, Trabalho Forçado e Resistência na África Meridional, (2017), pp. 3-30; Nuno Valério e Maria Paula Fontoura, «A Evolução Económica de Angola Durante o Segundo Período Colonial — Uma Tentativa de Síntese», *Análise Social* 29, n.º 129 (1994), pp. 1193-1208.

veremos, os centros urbanos ao longo do traçado do C.F.B. foram aparecendo sem que a empresa chamasse si a intendência sobre toda a vida social e económica da região. Na Cotonang, as características físicas da Baixa do Cassange, que, segundo um inspetor do Gabinete dos Negócios Políticos, funcionavam como verdadeiras “grades”, eram o garante do sistema de controlo que aliava mecanismos de vigilância à geografia física, permitindo, assim, o isolamento da zona algodoeira. É a natureza do produto trabalhado por estas empresas que mais pode ajudar a explicar o recurso a sistemas modernos de vigilância: quando, na década de 1930, a Diamang começou a investir em sistemas de policiamento nas zonas onde operava, nomeadamente através da sentinela dos postos de entrada e de saída da área concessionada, não procurava fiscalizar a população indígena *per si*, mas sim criar um sistema capaz de controlar o tráfico de diamantes²⁰¹. Este racional económico é importante para explicar diferentes padrões e traços de longa duração que permitiram lidar de forma mais eficaz com a realidade bélica da década de 1960 e 1970. Ainda assim, como vimos pelas decisões impostas a partir dos comandos da O.P.V.D.C.A., compreender o nível de autonomia deliberativa destas empresas na administração de mecanismos securitários não pode, nem deve, isolar estes enredos privados da estrutura macroeconómica do Estado colonial, muito menos esquecer as relações de dependência ou reforço mútuo entre o setor privado e estadual e, numa altura de conflito bélico contra os movimentos subversivos, as estruturas militares. Estes três atores, as relações entre si e entre cada um deles e os trabalhadores indígenas, são determinantes para se levar a cabo uma análise macroestrutural sobre o papel que cada um ocupou no controlo e no prolongamento da Guerra colonial.

No caso angolano, o setor privado ficou marcado pelo florescimento de empresas de capital misto (nacional e estrangeiro) que funcionaram, muitas vezes, em regime de monopólio na extração, cultivo e exportação de bens coloniais²⁰². Sendo certo que estas empresas tinham enquadramentos, níveis de atuação corporativa e capacidades financeiras que diferiram entre si, elas partilharam, pelo controlo que exerceram nas áreas concessionadas, funções que ultrapassaram a meramente económica. A gestão territorial

²⁰¹ Todd Cleveland, *Diamantes em bruto ...*, op. cit., pp. 23-24.

²⁰² Sobre o processo de recrutamento e o regime laboral compelido ver: Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, ““Das dificuldades de levar o indígena a trabalhar”: o ‘sistema’ de trabalho nativo no império colonial português”, in Miguel Bandeira Jerónimo, org., *O Império Colonial em Questão: poderes, saberes, instituições* (Lisboa: Edições 70, 2012), pp. 159-196; Para uma revisão da literatura sobre as relações laborais em África ver: Bill Freund, «Labor and Labor History in Africa: A Review of the Literature», *African Studies Review*, vol. 27, no. 2, Cambridge University Press, 1984, pp. 1-58.

dos indígenas, e a sua realocação consoante as necessidades de mão-de-obra da economia colonial, determinou a consolidação de um longo e enraizado processo que contou com o envolvimento das autoridades estatais, privadas e tradicionais. As implicações demográficas da instalação deste tipo de empreendimentos, não só para a caso português, constituem uma das mais marcadas consequências da administração colonial. A penetração do modelo capitalista internacional e a devastação rural, como defende Immanuel Wallerstein, foram processos que se reforçaram e condicionaram mutuamente²⁰³. A dependência do setor privado face a elevados exponentes de mão-de-obra fica bem plasmado na análise longitudinal dos relatórios das empresas onde preocupações demográficas vão ganhando um peso cada vez mais significativo, nomeadamente no caso da Diamang e da Cotonang. O facto de o setor privado ser constrangido, contratualmente, a contribuir ativamente para a melhoria das condições sociais do indigenato, com vista a garantirem o progresso civilizacional dos africanos, não pode ser lido na ausência de uma transplantação da ideologia, supostamente humanitarista, luso-tropical. Tal não significa que essas obrigações tenham sido sempre, ou alguma vez, cumpridas. Tão pouco podemos afirmar que eram parte fundamental da negociação contratual. Embora possamos olhar, unilateralmente, este fenómeno do ponto de vista apenas da obrigatoriedade contratual estabelecida entre as empresas e o Estado Português, na verdade, a literatura sobre o tema aponta para o facto de estas organizações gozarem de uma verdadeira soberania sobre o território que não só administravam como procediam à manutenção da ordem por intermédio de força própria, organizavam a cobrança de impostos, detinham direitos alfandegários e eram responsáveis pela prestação de serviços de saúde e de educação²⁰⁴.

Todas estas questões ganharam contornos mais complexos no início da década de 1960, quando as políticas de bem-estar foram integradas em planos mais vastos de combate à contrassubversão. Como vimos no capítulo anterior, as empresas foram atores centrais para o cumprimento destes novos pressupostos. No entanto, uma análise deste

²⁰³ In Bruce Fetter, «The Union Minière and Its Hinterland: A Demographic Reconstruction», *African Economic History*, No. 12, Business Empires in Equatorial Africa (1983), pp. 67-81, pp. 67-68.

²⁰⁴ Da literatura sobre o tema, destacam-se: Jeremy Ball, «*Little Storybook Town*»: *Space and Labour in a Company town in Colonial Angola*; in Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palgrave Macmillan, 2012), pp.91-110; Jeremy Ball, *The Colossal Lie: The Sociedade Agrícola da Casseque and Portuguese Colonial Labour Policy in Angola, 1899-1977*. (California: University of California, 2003); Todd Cleveland, «Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917—1975», Tese de Doutoramento (Minnesota: Faculty of Graduate School of the University of Minnesota, 2008).

tipo impõe uma leitura do território concessionário enquanto espaço de um duplo poder, localmente dividido, que já não constitui exclusivamente uma prerrogativa da soberania estatal. Quer isto dizer que muito embora se encontre no interior do território colonial, aquele retalho em específico já não espelha exclusivamente a tipologia administrativa do aparelho estatal, tão pouco é por ele regulado. Estes enredos concessionários comportaram-se como verdadeiros monopólios até, pelo menos, ao final da década de 1960 e início da década de 1970, quando vários interesses internacionais entraram na órbita das negociações para o desenvolvimento da Província (ver capítulo IV).

Neste capítulo importa tentar responder, a partir da análise de três empresas angolanas em diferentes ramos de atividade, às seguintes questões: qual foi o papel destas empresas no controlo dos movimentos subversivos nas zonas onde operavam? Existiu uma acumulação de entidades securitárias, estatais e privadas, nos territórios concessionados às empresas? Quais as variações de eficácia das políticas coercivas e securitárias privadas? De que forma é que as nossas conclusões convergem com análises análogas centradas noutros casos coloniais? Pretende-se assim estudar os retalhos geográficos onde estas empresas operaram questionando a detenção por parte destes grupos económicos de níveis, variáveis consoante os casos, de autonomia securitária na administração e controlo das zonas concessionárias.

- A criação ou reorganização da segurança privada dos caminhos-de-ferro, dos algodões e dos diamantes

● O Caminho-de-Ferro de Benguela (C.F.B.)

A 11 de Outubro de 1952, no Hotel Aviz em Lisboa, festejava-se o cinquentenário da fundação da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela. É Alexandre Pinto Basto, Presidente do Conselho de Administração da empresa, quem inaugura a sessão de discursos que iria ainda contar com as comunicações do Ministro do Ultramar, o Comandante Sarmento Rodrigues, e do Comandante Vasco Lopes Alves, então Governador do Banco de Angola e antigo Governador-Geral daquela Província. Pinto Basto começa por qualificar como “serena e modesta a vida da Companhia”, para depois dedicar-se a elogiar a obra que por ela fora realizada:

De facto sempre correu sem alarme a vida desta empresa – aliás como poderia ser de outra forma? Não fôra ela investida, na própria concessão e pela natureza do seu destino, numa alta missão civilizadora em que cada passo mais nos prenderia às gentes e às terras que os nossos maiores haviam descoberto e ocupado? Não devia o nosso trabalho ser, essencialmente, obra do coração e do sentimento profundo da sua vasta projecção? Por isso a nossa vida havia de ser de constante preocupação e anseio, porque, integrados todos – felizmente! – no espírito e grandeza da obra, era passo a passo, pedra a pedra, em luta com a natureza, com o clima, com a Tragédia Negra que o edifício havia de construir-se, imenso, grandioso, empolgante, digno fruto da maravilhosa ideia que o concebera e do apaixonante trabalho que o realizava²⁰⁵.

Mas é Lopes Alves, servindo de “porta-voz àqueles que representam o sector económico, naquela nossa terra do além-mar”, quem colocaria no centro do discurso o modo como a Companhia serviu o mais antigo e elementar desejo da colonização portuguesa: a “constituição sempre crescente de núcleos europeus, pujantes de atividade”, não fazendo esquecer que “quem conheceu Angola, há umas dezenas de anos, tem ainda presente quanto a densidade da sua ocupação ia rareando com a distância quando se deixava a zona litoral”²⁰⁶. É no seguimento do elogio à obra civilizadora dos Caminhos-de-Ferro de Benguela que o orador menciona também a Companhia de Diamantes de Angola. Segundo o ex-Governador-Geral de Angola, juntas estas compunham as duas mais destacadas empresas constituídas com recursos a capital estrangeiro que, ainda assim, se mantinham leais ao compromisso de servir o projeto e a missão da colonização portuguesa:

Ambas constituem exemplos frisantes de recursos estranhos servindo leal e largamente o interesse nacional. Ambas têm excedido, em forma sumamente meritória, os fins lucrativos da sua instituição, para se ocuparem de múltiplos problemas: da política indígena, de saúde e fomento, de colonização, de enraizamento mais profundo do nome português nos povos e na vida das terras do Ultramar²⁰⁷.

A atividade da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela ultrapassava, segundo Lopes Alves, a restrita esfera económica preocupando-se não só com a elevação social e moral das populações como mantendo, apesar da presença de capital estrangeiro, o fiel princípio de uma ideologia lusotropical e nacionalista. Prova disso, segundo o mesmo orador, era o facto de, no seu relatório anual de Dezembro de 1951, classificar como portugueses todos os seus trabalhadores, para só depois proceder à sua categorização entre “empregados europeus” (1209), “empregados africanos graduados e subalternos” (1207) e empregados africanos classificados como “pessoal menor” (12.000 homens)²⁰⁸. É nesta

²⁰⁵ *Cinquentenário da Fundação da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela: 1902-1952* (S.I.: s.n., 1952), pp. 3-4.

²⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp. 10-14.

²⁰⁷ *Idem, ibidem*, p. 15.

²⁰⁸ *Idem, ibidem*, pp. 15-16.

sequência de elogios, procurando destacar uma política racial igualitária, que a violência sobre o trabalho africano é, lentamente, atenuada. Acreditava Lopes Alves que se “Apaga(va) já, para o grande público, no decorrer do tempo, as campanhas violentas que surgiram quando, pelo Governo, foi feita a concessão”²⁰⁹. É necessário não esquecer que até o projeto do C.F.B. estar finalizado, em 1931, o Estado não tinha como chegar a determinadas zonas do interior da colónia o que inviabilizava a colheita de impostos às populações das áreas mais remotas²¹⁰. No entanto, este projeto não cinge o seu propósito aos cálculos internos do colonialismo português. Talvez mais do que qualquer outra empresa colonial, embora as globais redes capitalistas do século XX acabem sempre por se intersectar, o C.F.B. emerge de um projeto verdadeiramente transimperial que pretendia ligar a rede de caminhos-de-ferro da África central à costa atlântica. Robert William, empresário e engenheiro escocês que propôs ao Estado Português ficar encarregue da construção do C.F.B., pretendia, através desta linha, garantir a viabilidade da exploração da região da Copperbelt. Sendo acionista indireto da Union Minière du Haut Katanga (UMHK), por via do Comité Spécial du Katanga (C.S.K.) (ver capítulo IV), o C.F.B. constituiria a rota a partir da qual não só conseguiria exportar os recursos naturais daquela região de forma mais eficiente, como facilitaria a importação de equipamentos imprescindíveis para o sucesso da sua exploração. Desta forma, colocava-se termo ao isolamento geográfico daquela zona através da sua ligação ao mar. Ou seja, desde a sua formação, a ideia que lhe precede procurava servir não só um país ou uma colónia mas os propósitos corporativos ou, recuperando a parceria público-privada de Vellut, o *bloco colonial*, que se edificava a partir da exploração dos recursos africanos (ver Introdução). Como veremos com maior detalhe no capítulo IV, esse *bloco colonial* não era composto apenas, ou mesmo principalmente, por interesses capitalistas internos mas sim por lógicas corporativas transnacionais. Financiada pela empresa britânica da qual Robert William era proprietário, a Tanganyika Concessions Company Limited (T.C.), o C.F.B. era uma empresa anglo-portuguesa da qual 90% das ações eram detidas pela T.C. O acordo assinado com o Estado Português, em 1902, previa a concessão de direitos de exploração por 99 anos, sem qualquer subvenção ou garantia de juro, assim

²⁰⁹ *Idem, ibidem*, p.17. Para um estudo sucinto sobre o trabalho forçado empregue na construção das infraestruturas ferroviárias em Angola conferir: Emmanuel Esteves, «O trabalho forçado nas companhias ferroviárias de Angola (séculos XIX-XX)» in Philip Havik, Clara Saraiva e José Alberto Tavim (org.) *Caminhos Cruzados em História e Antropologia, Ensaio de homenagem a Jill Dias* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010), pp. 159-174.

²¹⁰ Bruce Fetter, «The Union Minière and Its Hinterland ...», *op. cit.*, p. 69.

como o exclusivo usufruto da madeira e dos minérios ao longo de uma faixa de 120 quilómetros para cada lado da linha férrea. Em contrapartida, o Estado Português exigiu que a sede da empresa fosse em Lisboa e que o seu principal gerente tivesse nacionalidade portuguesa²¹¹.

Tanto o percurso profissional de Lopes Alves é modelar ao exemplificar a circulação das elites do setor estatal para o setor privado, como no seu discurso, perante uma plateia repleta de altas figuras da elite colonial, não se envergonha de afirmar como o poder infraestrutural do Estado naquela vasta região – do qual as infraestruturas de transporte são essenciais para uma capaz movimentação, desenvolvimento e penetração do poder – se ficara a dever unicamente à iniciativa privada. As motivações que aqui se apresentam para a construção do C.F.B. enquadram-se nos estudos macro analíticos que se debruçam sobre a racionalidade colonial na construção deste tipo de infraestruturas. De uma forma geral, os caminhos-de-ferro foram construídos para servir duas finalidades básicas: o domínio militar – garantindo não só um efetivo controlo do território como assegurando dessa forma a capacidade estatal de envio de tropas para controlar as populações nativas –; e o favorecimento de interesses agrícolas e/ou mineiros – na sua grande maioria os caminhos-de-ferro procuravam ligar zonas com grande potencial económico, servindo de veículo para o escoamento dos produtos minerais e/ou agrícolas²¹². Se a motivação económica era evidente para os cálculos empresariais, o Estado Colonial português conquistava assim, sem qualquer investimento público, uma maior penetração e territorialidade, ou seja, os princípios fundadores do conceito de Mann: o poder infraestrutural do Estado, garante da soberania política (ver Introdução).

²¹¹ Vlaams Angola Comité de Bélgica, “Dossier sobre Portugal Continental”, s.d., Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral/ BAC-190; Emmanuel Esteves, “O caminho-de-ferro de Benguela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência”, Tese de Doutoramento (Porto: FLUP/UP, 2000); Bruno José Navarro Marçal, “Um império projetado pelo “silvo da locomotiva” - O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)”, Tese de Doutoramento em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia (Lisboa: FCT/UNL, 2016); Sobre o contexto histórico e socioeconómico que antecedeu o acordo para a criação do C.F.B ver: José Maria Furtado, «Estudo acerca dos Caminhos de Ferro de Benguela», *Boletim do Instituto de Angola*, nº42-44, Janeiro-Dezembro 1972, pp. 5-24.

²¹² Rémi Jedwab, Edward Kerby e Alexander Moradi, «How colonial railroads defined Africa’s economic geography» in Stelios Michalopoulos e Elias Papaioannou (ed.), *The Long Economic and Political Shadow of History Volume II. Africa and Asia* (London: Centre for Economic Policy Research, 2017), pp. 88-99. Sobre as consequências, a longo-prazo, deste tipo de investimentos coloniais para o desenvolvimento dos países ver: Rémi Jedwab e Alexander Moradi, «Colonial Investments and Long-Term Development in Africa: Evidence from Ghanaian Railways», *Geography*, 2012, pp. 1-39; Rémi Jedwab, Edward Kerby e Alexander Moradi, «History, Path Dependence and Development: Evidence from Colonial Railways, Settlers and Cities in Kenya», *The Economic Journal*, Volume 127, Issue 603, 2017, pp. 1467-1494.

Que leitura pode ser feita a partir daquelas declarações comemorativas? É necessário atenuar estes vigorosos elogios ao trabalho do C.F.B. Ao contrário da maioria dos documentos que constroem este estudo, não estamos aqui perante análises lavradas e/ou restritas aos gabinetes da burocracia colonial. Aquela obra, precisamente por ser de ordem comemorativa do cinquentenário daquela Companhia, tem inevitavelmente uma índole propagandística que marcou, de uma forma geral, os discursos públicos de apoio às empresas ultramarinas. São os documentos restritos ao círculo estatal, ou a correspondência bilateral entre agentes, que nos permitem avaliar o modo como esta, e outras, empresas operaram, assim como o nível de proximidade entre as elites coloniais, estatais e corporativas.

Em Maio de 1960, numa altura em que, como vimos, já pairavam sobre o aparelho estatal incertezas quanto à paz colonial, o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina solicitou aos Governadores das Províncias em África, à exceção de Cabo-Verde, que lhe fosse enviado um inventário enumerando as atividades básicas de cada Província e as respetivas condições de segurança. Pretendia-se, assim, listar as fragilidades de autodefesa dos empreendimentos mais importantes das colónias, que deviam ser delineados em colaboração com os comandos Militares e as instruções expedidas pelo Secretário de Estado do Exército. Pouco menos de um ano antes dos ataques *terroristas* em Angola, a independência próxima do Congo, e o “conhecimento (...) de que os movimentos subversivos se dirigem principalmente a determinadas atividades básicas”, impunham que se comesçassem a examinar os mecanismos securitários²¹³. É por esta razão que dois inspetores do Gabinete dos Negócios Políticos, Castilho Soares e Ferreira Gonçalves, são enviados em missão a Angola para avaliarem a vulnerabilidade da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela²¹⁴. A preocupação com a principal linha ferroviária da Província não surpreende: a sua paralisação ou interrupção colocava em causa os demais setores da economia angolana, extrativos e agrícolas, que dependiam totalmente da exportação dos produtos para o mercado internacional. Importa sublinhar, uma vez mais, que se há algo que o mapa ferroviário de Angola evidência, bem mais do que a ocupação efetiva do interior do território, é o peso das exportações na economia colonial, com as comunicações ferroviárias, que interligavam a costa marítima à fronteira terrestre da Província, colocarem o território em

²¹³Eurico Ferreira Gonçalves e Amadeu Castilho Soares, “Segurança das Atividades Básicas – Caminhos-de-Ferro de Benguela”, 30 de Junho de 1960, PT/AD/MU/GM/095/Pt.1.

²¹⁴. *Idem, ibidem*, p. 2.

diálogo com as demais economias africanas a partir do Congo e da Zâmbia²¹⁵. Para mais, claro, a possível aproximação de uma guerra duplicava a importância das infraestruturas de transporte para os cálculos de defesa militar (ver Imagem IV).



Imagem IV: Mapa do Caminho-de-Ferro de Benguela

Por estes motivos, aquela visita a Angola não se tratou apenas de uma de inspeção de campo às várias estações dos caminhos-de-ferro. A missão de trabalho implicou a recolha de informações a várias entidades coloniais, do Governador-Geral ao Secretário-geral, passando pelo Diretor da P.I.D.E., vários Governadores de Distrito (nomeadamente os de Nova Lisboa, Moxico e Huambo), até chegarem à Direção Geral do C.F.B.²¹⁶. Atentos à necessidade de garantir a intocabilidade da ferrovia, o relatório procurava captar uma análise macro da realidade socioeconómica da empresa, o que impunha que um conjunto de temas fossem incluídos: as condições e políticas de alojamento, o acompanhamento dos serviços de assistência social privados, a cobertura nos vários distritos dos cuidados de saúde prestados aos trabalhadores, o papel dos encarregados de aldeamento, as causas do descontentamento dos trabalhadores, chegando-se, por fim, às “condições de natureza político-militar”²¹⁷. Todas estas instâncias são centrais para a análise do nível de burocratização da Companhia e importantes para o estudo, e para a compreensão, do papel que aquele organismo desempenhava na administração e gestão dos trabalhadores. Mas não só. Ao serem incluídas como tópicos fundamentais de análise por parte de inspetores do Estado, estas instâncias comprovavam, precisamente, a *viragem* nos cálculos de defesa, exposta no capítulo anterior, que procurava aliar a defesa militar a uma maior auscultação e conquista das populações. À data do relatório, o C.F.B. tinha 1.627 trabalhadores

²¹⁵ Vlaams Angola Comité de Bélgica, *op. cit.*, p. 83.

²¹⁶ Eurico Ferreira Gonçalves e Amadeu Castilho Soares, *Segurança das Atividades ...*, *op. cit.*, pp. 2-3.

²¹⁷ *Idem, ibidem.*

europeus, 726 assimilados e 11.908 trabalhadores africanos. No seguimento de um conjunto de informações prestadas pelo Secretário de Estado da Administração Ultramarina, importava averiguar as causas do elevar das tensões entre o pessoal africano da empresa, tensões essas que se desconfiava já estarem a ser manipuladas a desfavor de Portugal dada a circulação de manifestos escritos que procuravam atizar esse mesmo descontentamento. Prova disso era a greve desencadeada pelos trabalhadores nativos, que ocorrera em Nova Lisboa, assim como a ideia que ganhava cada vez mais adeptos no terreno com vista à criação de um sindicato de ferroviários²¹⁸. Na opinião dos inspetores, as medidas discriminatórias que continuavam a vigorar na companhia, e a particular tensão entre os trabalhadores não-europeus, ajudavam a explicar aquela ocorrência. Teriam sido as novas tabelas orçamentais, que a empresa adotara no início daquele ano de 1960, a causa para tais sentimentos, embora, na opinião de Castilho Soares e Ferreira Gonçalves, as queixas tivessem pouco fundamento. Desvalorizando a observação escrita frases antes, quanto à existência de práticas discriminatórias, consideravam que aqueles trabalhadores beneficiavam de condições que eram “as melhores de todos os trabalhadores da Província”²¹⁹. Esta afirmação encontrava nas políticas habitacionais e nos cuidados de saúde prestados pela ferroviária o seu fundamento material. Ao longo da via, a empresa disponibilizava casas aos seus trabalhadores. Genericamente, a construção de habitações e outro tipo de infraestruturas (escolas, hospitais, teatros, centros recreativos, mercados, etc.) por parte de empresas ferroviárias não constituem grande surpresa. Como foi dito anteriormente (ver Introdução), as empresas ferroviárias incorporaram as estratégias inerentes ao processo de edificação das cidades-empresa. Se algumas destas cidades-empresas se localizavam nas redondezas de centros urbanos, no caso das explorações deste tipo, o afastamento, ou até mesmo o isolamento geográfico, foi uma característica inerente ao próprio caminho-de-ferro. Ao longo das ferrovias, que comumente se estendiam por centenas de quilómetros, diferentes conjuntos de oficinas de manutenção, centros de armazenamento e outras estruturas essenciais à operação, impuseram a necessidade de agrupar localmente trabalhadores e as suas respetivas famílias. Desta feita, estas construções ocorreram em espaços abertos, virgens de presença social, o que tornava o emergir da cidade ferroviária um processo quase

²¹⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 3.

²¹⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 11.

espontâneo²²⁰. O desenvolvimento urbano do traçado de Benguela, como também expusemos anteriormente, ultrapassou as “fronteiras” da cidade dos C.F.B. Ora, a massa de trabalhadores foi, em algumas das cidades da sua zona de influência, superior às estruturas habitacionais da companhia. Quer isto dizer que nem todos os habitantes das cidades da “zona de influência dos C.F.B.”, ao contrário da Diamang e da Cotonang, eram funcionários da empresa. Este crescimento urbano permitiu que a empresa se desresponsabilizasse pela construção de habitações para todos os seus trabalhadores. Quando os imóveis da empresa não eram suficientes, era facultado um subsídio de alojamento, variável consoante a categoria e hierarquia do trabalhador, que correspondia, alegadamente, ao preço que os funcionários teriam de pagar para arrendarem uma habitação²²¹. Quando o subsídio era inferior ao aluguer, a empresa incumbia os seus “assistentes sociais” da função de avaliar as reais necessidades e inteirarem-se da razoabilidade do pedido, ou seja, analisar se a casa se ajustava à categoria e ao nível de vida do morador²²². Este processo de apreciação pressupunha, claro, uma análise que não deixava de estar imbuída em pressupostos raciais: na maioria dos casos, particularmente nas principais estações, o “bairro do C.F.B.” era composto por uma cantina, um posto de socorro e dormitórios. As habitações dos funcionários europeus estavam quase sempre afastadas do bairro de trabalhadores assimilados e ambos separados das sanzalas dos empregados africanos²²³. Não podemos, por isso, deixar de compreender aquele processo de avaliação da adequação das habitações à categoria do trabalhador, como uma estratégia corporativa que procurava, também, assegurar a hierarquização social e racial das cidades e vilas. Para o caso da população africana, independentemente da progressão civilizacional legal, esta separação nem sempre atingia expressos contornos visuais. Na grande maioria dos casos a separação fazia-se sentir entre africanos e europeus, podendo, muitas vezes, a população dita assimilada estar espaçada apenas por uma rua da restante população autóctone²²⁴. De uma forma ou de outra, a violência racial ultrapassava a esfera física e era, principalmente, criada por via de estruturas simbólicas de delimitação espacial, impostas a partir de pressupostos hierárquicos raciais. Mas as barreiras simbólicas, com naturais consequências urbanas, não ficavam por aí. Na prática, as

²²⁰ Domingo Cuéllar, «Railway Towns: A Long-term Global Perspective», *Journal of History of Science and Technology*, 12, pp. 132 – 154, pp. 134-135.

²²¹ Eurico Ferreira Gonçalves e Amadeu Castilho Soares, «Segurança das Atividades ...», *op. cit.*, p.4

²²² *Idem, ibidem.*

²²³ *Idem, ibidem*, p. 27

²²⁴ *Idem, ibidem.*

categorias socioprofissionais instalaram-se para lá dos limites da empresa e faziam-se sentir no próprio meio social mais amplo. Pela necessidade de construção de bairros habitacionais para os trabalhadores, e pelo facto de os ferroviários serem, alegadamente, ciosos da sua diferenciação social, também do ponto de vista económico as categorias internas da empresa criavam fortes barreiras nas cidades ao longo da via. Do outro lado da vedação dos bairros brancos onde os europeus habitavam, e dos clubes privados que frequentavam, estes trabalhadores eram abastecidos por via de uma organização interna corporativa sem, para tal, necessitarem de recorrer ao comércio local²²⁵. Muito embora, em alguns casos, os bairros criados pela companhia antecedessem o emergir de centros urbanos mais vastos, era imperativo, para o G.N.P., que este núcleo, claramente mais estável do ponto de vista económico e social, passasse a integrar e a conviver com os demais aglomerados para que o crescimento desses meios fosse mais sustentável²²⁶. O ponto era claro: para o bem da população em geral convinha que a empresa acabasse com o isolamento das suas cidades de trabalhadores para que, com os salários recebidos, estes pudessem servir de estímulo à vida económica da Província, em termos mais latos. Se era necessário derrubar estas fronteiras entre bairros privados e os demais centros, acrescia que as cidades ferroviárias eram, internamente, concebidas através de um processo de edificação de múltiplas barreiras que separavam a população geral do lato agregado do C.F.B. e, dentro deste, as várias categorias económico-raciais. Uma vez mais, esta ideia toma de empréstimo a estratégia de cooptação das populações locais assente nos pressupostos do desenvolvimentismo repressivo: melhoria das condições materiais ao mesmo tempo que se esperava que tal quebra-se as barreiras físicas raciais e permitisse uma maior auscultação por parte dos empregados europeus.

Os cuidados de saúde prestados pela companhia também entusiasmavam aqueles inspetores. No total esta rede de serviços privados contava com 4 hospitais, 20 postos de enfermagem, 5 postos de socorro e 4 ambulâncias distribuídas ao longo da via. Empregavam-se assim 8 médicos, 1 farmacêutico, 10 enfermeiros, 44 enfermeiros auxiliares, 32 auxiliares de enfermagem, 1 cirurgião, 1 otorrinolaringologista, 1

²²⁵ *Idem, ibidem*, p. 19.

²²⁶ Nas palavras dos inspetores: «Deve reconhecer-se, em abono da verdade, que o C.F.B. deu mostras de ter sido a primeira entidade a tentar arrearçar caminhos, promovendo a construção das mais recentes moradias, de elegante arquitetura moderna, fora da zona dos seus bairros, dentro do próprio aglomerado não ferroviário. Parece, porém, que o problema criado pela cisão ainda não foi apreendido pelas entidades oficiais, que continuam a penar os traçados urbanos das povoações em crescimento demasiado impressionados com as duas linhas de aço da via-férrea, que não se atrevem a saltar». In *Idem, ibidem*, p. 21.

oftalmologista, 3 odontologistas, 2 anestesistas e 7 médicos de clínica geral (estas últimas seis especialidades, assim como mais 1 farmacêutico e mais 6 enfermeiros, eram contratados em regime de avença consoante a sua necessidade). Destacava-se ainda a presença de taxas de hospitalização, assim como a comparticipação de medicamentos, desde que prescritos por especialistas ao serviço da empresa²²⁷. Eram estes os principais motivos que sustentavam a falta de compreensão dos inspetores face ao descontentamento dos trabalhadores. No entanto, as críticas às incipientes políticas de assistência social contavam com a anuência do Governador do Distrito de Huambo, para quem era incompreensível que uma empresa depositária de uma dimensão substancial de lucros líquidos apostasse tão pouco em políticas de promoção social. Esta visão era partilhada pela maioria dos trabalhadores da empresa: “cremos que esse descontentamento se filia não tanto nos motivos apontados como, essencialmente, na relação dos lucros ditos volumosos da Companhia” o que sustentava a impressão de que “ainda podiam estar melhor, conhecidos os lucros da empresa”²²⁸.

Apesar do tom lisonjeiro à obra dos C.F.B. na análise das suas políticas habitacionais e de prestação de cuidados de saúde, são os próprios enviados que admitem as limitações do conhecimento ali obtido. Em primeiro lugar, a presença dos inspetores teria sido interpretada como extensão da visita do delegado do governo. Significava tal que estes dois enviados foram percecionados não como funcionários metropolitanos do Estado central, que procuravam auscultar as condições laborais e sociais dos empregados da empresa, mas sim como funcionários do Conselho de Administração do C.F.B., enviados pelo representante do Estado naquela Companhia. À semelhança do que acontecia no Congo belga, o Estado e o setor privado eram, localmente, figuras análogas e sobrepostas nas suas funções²²⁹. A presença do Estado entre o corpo acionista da empresa pode ter contribuído para a dificuldade de distinção de papéis por parte da população local. Talvez, também, na sequência da difusão daquele “boato”, os inspetores relataram uma estrutural dificuldade em penetrar os meios dos trabalhadores africanos. Se tal tinha, possivelmente, contribuído para o fortalecer dessas barreiras, “as medidas discriminatórias em vigor no C.F.B.” formavam o principal entrave. Denotavam a total inexistência de convívio entre europeus e africanos, que iam muito para além das razões decorrentes da natureza da profissão. Os africanos, “fechando-se por de trás de uma

²²⁷ *Idem, ibidem*, pp. 6-8.

²²⁸ *Idem, ibidem*, pp.10-11.

²²⁹ Jean-Luc Vellut, «Hégémonies en construction...», *op. cit.*

reserva difícil de transpor”, impossibilitavam uma avaliação do real estado de tensão²³⁰. Apesar de alguns europeus terem asseverado ouvir os trabalhadores africanos proferir desejos de que em breve as coisas iriam mudar, os inspetores não lhes atribuem uma manifesta importância, acreditando que se houvesse correntes de rebelião ou de descontentamento latente tal não passaria tão despercebido. Admitiam, no entanto, que a situação poderia descarrilar. A segregação era transversal: dos clubes desportivos - nos quais os africanos não podiam ingressar -, aos bairros residenciais - distintos em função da raça - até aos mictórios nos quais se identificava se podiam ser utilizados por “europeus” ou por “indígenas”²³¹. Acreditava-se que esta discriminação morfológica que, aliás, era transversal a toda a Província, correspondia mais a um problema terminológico do que, propriamente, a uma atitude intencional e criteriosa de discriminação. A culpa não estava nas políticas da empresa mas sim nos vícios de linguagem que chocavam com as disposições administrativas pelas quais, no início daquele ano, se teria colocado termo à racialização das categorias laborais. Numa aparente atitude de complacência para com a empresa, os autores defendiam que a Companhia não promovia atitudes racistas. Por mais que o setor privado procurasse contrariar tal comportamento, o problema era endêmico. Já em Lisboa, o relatório foi alvo de uma reunião que juntou Alexandre Pinto Basto, Manuel Fernandes (administrador-delegado por parte do Estado), João Costa Freitas (diretor do G.N.P.) e Alexandre Ribeiro da Cunha (Inspetor Superior dos Negócios Políticos). Numa conversa descrita como “informal”, os representantes da empresa compreendiam a necessidade de corrigir esta difundida prática comprometendo-se, no âmbito das suas capacidades, a “forçar” os clubes desportivos a serem, dali para a frente, mais abertos à admissão de elementos africanos²³². As políticas habitacionais, assim como a tendência para rotular os lugares-comuns, foram remetidas ao silêncio naquela reunião na capital metropolitana. Tanto a convergência de princípios, como a mencionada ausência de tópicos apontados no relatório, confluíam com as recomendações finais prestadas pelos inspetores em Angola: tão necessário como atenuar os vícios raciais era que tal mudança fosse incutida de forma progressiva, garantindo assim que não fosse percebida como um ataque à população branca. Os clubes desportivos deveriam constituir uma espécie de “laboratório” onde a administração estaria atenta às reações de

²³⁰ Eurico Ferreira Gonçalves e Amadeu Castilho Soares, *Segurança das Atividades ...*, *op. cit.*, pp. 13-14.

²³¹ *Idem, ibidem*, p. 15.

²³² “Apontamento nº 82 – Caminhos-de-Ferro de Benguela, Apontamento de conversa”, 21 de Julho de 1960, PT/AD/UM/GM/GNP/RNP/0079/12828.

ambos os lados. O êxito deste teste-piloto dependia, fundamentalmente, da capacidade da administração da empresa em convencer a população europeia “de que, até por imperativo da própria segurança, necessitava de incluir nos seus grupos, num espírito de convivência franca, os camaradas de origem africana”²³³. A importância atribuída pelos inspetores a estes organismos recreativos demonstra a aspiração do Estado em forçar o setor privado, também para seu benefício, a criar mecanismos de vigilância e controlo para lá da esfera laboral. Mais do que a construção das cidades, era necessário incorrer num processo de auscultação nos ambientes de lazer. A construção e o controlo exercido nestes locais, que aparentemente fugiam ao enredo laboral, era um mecanismo transversal ao setor privado colonial, não só português, para fabricar discursos e padrões tendentes a uma estabilização da mão-de-obra²³⁴. Procurava-se assim desencorajar comportamentos como o consumo excessivo de álcool, as disputas entre locais, o roubo e qualquer tipo de ato de violência²³⁵. Com o objetivo de auscultar a população laboral, garantindo uma intendência sobre os trabalhadores que lhes daria conhecimento prévio sobre possíveis influências e desvios ideológicas ou morais “desonestos”, a permeabilidade e a capacidade das empresas se imiscuírem nos ambientes de lazer era considerada uma estratégia fundamental para a estabilidade nos ambientes concessionários²³⁶. Em 1960, uma vez que grande parte dos trabalhadores cruzavam a fronteira nos vagões da ferrovia em trabalho, este ponto era ainda de maior importância: as possíveis influências dos boatos independentistas podiam, no regresso, entrar em território angolano por via dos funcionários do C.F.B. A empresa teria então de estar particularmente atenta, promovendo a despolitização dos africanos, característica que o paternalismo corporativo, nomeadamente o colonial, mais destacava²³⁷. A integração da população negra neste tipo de organismos pretendia assim regulamentar o tempo livre dos trabalhadores, desencorajando ou, melhor, anulando, momentos de ócio e ocasiões onde a propaganda subversiva podia ganhar espaço.

Alguns meses depois, em Janeiro de 1961, é a vez de Morais Martins, também do G.N.P., escrever um breve apontamento sobre o ambiente racial do C.F.B. O motivo que

²³³ Eurico Ferreira Gonçalves e Amadeu Castilho Soares, *op. cit.*, p. 35.

²³⁴ A título de exemplo ver: Iva Peša e Benoît Henriët, «Beyond Paternalism: Pluralising Copperbelt Histories» In Larmer M, Taylor R, Guene E, Pesa I, Henriët B (editors), *Across the Copperbelt Urban & Social Change in Central Africa's Borderland Communities*. (Boydell & Brewer, 2021). pp. 27-52.

²³⁵ *Idem, ibidem*, p. 35.

²³⁶ Domingo Cuéllar, «Railway Towns...», *op. cit.*, p. 133.

²³⁷ *Idem, ibidem*, p.134.

o levava a redigir aquele apontamento não é suficientemente especificado. Pouco tempo antes de se debruçar sobre um dos mais importantes estudos acerca da Revolta da Baixa do Cassange, onde adota uma aparente posição de defesa da empresa algodoeira que operava naquela área, é notável a irritação do autor face à Companhia dos Caminhos-de-ferro de Benguela. Na base dessa exasperação estava a “aberrante atitude” da empresa, que teria sido responsável por um “flagrante caso de discriminação racial”, agravada pelo facto de nada ter feito para encobrir ou disfarçar o ocorrido²³⁸. Aparentemente, um angolano de raça negra ter-se-ia candidatado a uma posição no C.F.B., possivelmente posição essa que deveria ser exercida por pessoal europeu. Ao contrário do que os seus colegas afirmavam meses antes, a racialização das profissões dentro da empresa mantinha-se. O funcionário responsável pelo processo de contratação em causa teria revelado uma atitude inegavelmente racista que levou a que o pai do candidato, revoltado com o sucedido, enviasse o documento onde constava a resposta, evidentemente imbuída de preconceitos raciais que procuravam “vexar” o candidato, ao Governador-Geral de Angola – para além de serem “contrários aos preceitos legais e à tradicional política de integração”²³⁹. Morais Martins acreditava que o sucedido criara um sentimento de enorme indignação, não só na família do interessado, como em “todos os pretos civilizados que dele tiveram conhecimento”²⁴⁰. Mas o que mais preocupava o inspetor era a suspeita que essa informação já estivesse na posse dos movimentos independentistas que, certamente, lhe dariam grande destaque e difusão, não só através de panfletos subversivos mas, principalmente, recorrendo a emissoras comunistas para noticiar o acontecido. Segundo esta informação, já era do conhecimento do Gabinete que o pessoal africano do C.F.B. estaria a ser trabalhado pelos movimentos anticoloniais, o que dava mais fôlego à suspeita do inspetor que o sucedido seria utilizado pelos inimigos que “tudo aproveitam para nos atacar”²⁴¹. A atitude de impunidade da empresa face ao ocorrido é evidenciada e criticada pelo G.N.P., que sugere que o caso fosse exemplarmente punido internamente para evitar a publicidade que a punição por via administrativa, que teria de ser antecedida de um inquérito oficial, irremediavelmente proporcionaria. Por outras palavras, o inspetor sugeria que fosse a empresa a garantir o cumprimento dos pressupostos legais em nome do Estado. Até agora, a análise destes relatórios do G.N.P. apontam para uma evidente

²³⁸ Morais Martins, «Apontamento secreto nº3 – estado de espírito no C.F.B.», 13 de Janeiro de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/160/Pt.2S.

²³⁹ *Idem, ibidem.*

²⁴⁰ *Idem ibidem.*

²⁴¹ *Idem, ibidem.*

delegação de poderes e deveres soberanos ao setor privado: é o setor privado o garante das políticas habitacionais e da prestação de cuidados de saúde. Neste caso, a dilatação da transferência de funções atinge outro patamar – o da justiça. Uma primeira leitura poderia salientar a preocupação do Estado central em atenuar políticas laborais e sociais, assentes em pressupostos racistas, por parte da empresa. No entanto, esta mesma análise, se ficasse por aqui mesmo, falhava ao não evidenciar a desresponsabilização do Estado a favor do setor corporativo. Tanto no caso das políticas habitacionais segregacionistas como na discriminação laboral, é ao setor privado a quem os funcionários do Ministério do Ultramar incutem o ónus de resolver aqueles problemas. Desta feita, é o próprio Estado quem promove e quem reforça a necessidade de a empresa levar adiante políticas paternalistas de proteção, promoção ou punição dos trabalhadores. Este apontamento de Morais Martins é flagrante ao fazer cair sobre a empresa o peso da administração da justiça. A criação, por parte das empresas coloniais, de uma “subcultura totalitária” assente no fortalecimento dos laços de dependência da população face a determinadas empresas coloniais, era incentivada pelo Estado que promovia que o setor fosse ele mesmo, de forma autónoma, capaz de controlar e regular todos os aspetos da vida dos seus trabalhadores²⁴².

Não é, por isso, possível ler a parte do relatório que se refere às questões de natureza político-militar sem expor estes ocultos mecanismos de controlo, assim como as estruturas discursivas a favor da privatização de poderes públicos. De acordo com aquela inspeção, o C.F.B. não possuía, mesmo nas principais povoações, uma organização interna de defesa civil. A exceção eram os centros urbanos que, na verdade, contavam apenas com poucos agentes da P.S.P.²⁴³. A empresa não arquitetara uma polícia privativa, fosse esta de índole repressiva ou com vista à impetração de informações. A única fiscalização existente ao longo do traçado ferroviário era exercido pelas “rondas da linha” – grupos de africanos provenientes de vários partidos da via que, diariamente, percorriam aquele trajeto em serviço de inspeção²⁴⁴. Para os inspetores, e certamente também para as estruturas militares, a debilidade securitária estava arreigada na ausência de uma possante presença europeia. Nos escritórios da companhia no Lobito, nas oficinas de Nova Lisboa, nos depósitos de máquinas em Benguela, Cubal, Silva Porto, General Machado, Luso e

²⁴² Bruce Fetter, «L’Union Minière du Haut-Katanga, 1920–1940: La naissance d’une sous-culture totalitaire», *Cahiers du CEDAF* 6 (1973), in Iva Peša e Benoît Henriët, «Beyond Paternalism ...», *op. cit.*

²⁴³ Eurico Ferreira Gonçalves e Amadeu Castilho Soares, *op. cit.*, p. 29.

²⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 30.

Teixeira de Sousa, bem como nas restantes estações mais importantes, que dispunham de um número razoável de empregados europeus, os inspetores do G.N.P. mostravam-se otimistas quanto ao sucesso da empresa na implementação de uma “organização de defesa civil” capaz de proteger as instalações ferroviárias em caso de necessidade. O problema estava nas povoações dos “partidos da via” e dos “partidos da floresta”. Se nos primeiros, localizados ao longo da via de 20 em 20 quilómetros, a companhia tinha apenas um capataz europeu que comandava cerca de 20 a 40 africanos, nos “partidos de floresta”, onde estava montada a exploração da lenha, dois a quatro europeus tinham às suas ordens cerca de uma centena de africanos. Acrescia que algumas pequenas estações e apeadeiros não tinham um único europeu. Embora a empresa, teoricamente, procurasse sempre ter pelo menos um europeu em todas as instalações, tal implicava levar a cabo um programa de construção de domicílios que fosse adequado ao estatuto de europeu nos rigorosos termos segregacionistas já anteriormente apresentados.²⁴⁵ Nas zonas onde esta era diminuta ou inexistente, os burocratas consideravam pouco provável que se conseguisse montar um eficaz e confiável mecanismo de defesa civil²⁴⁶. As preocupações dos inspetores apresentam assim ecos e ideias prévias do projeto da O.P.V.D.C.A., que viria a ser decretado menos de um ano depois: a necessidade de uma força de comando branca e europeia, as inquietações quanto ao armamento de negros e a desconfiança crónica face à lealdade africana²⁴⁷. As recomendações de uma gradual paridade, e de um maior convívio entre brancos e negros, apoiadas e incentivadas pela empresa, deviam ser acompanhadas de uma vigilância sobre os nativos e de uma categórica consciencialização por parte dos europeus do seu dever de auscultação da população autóctone. Muito embora os dirigentes da Companhia do C.F.B. não tivessem a intenção de distribuir armamento aos seus empregados, independentemente da categoria do mesmo, as conversações em Lisboa induziram a algumas revisões. Aos olhos da Direção do C.F.B. a ideia de a empresa ficar responsável pelo aumento de elementos da P.S.P. nos centros populacionais, sugerida pelo G.N.P., era alvo de estranheza. Argumentavam que se o Governo considerava que tal era imprescindível, nada tinha que ver com a atividade privada. Para os representantes do Estado, a direção devia olhar para aquela questão sob

²⁴⁵ *Idem, ibidem*, pp. 26-27.

²⁴⁶ Segundo os inspetores do G.N.P.: «(Nos) centros populacionais de reduzida importância em numerosas estações secundárias e apeadeiros, onde a população europeia se reduz a poucas unidades e onde o predomínio dos empregados assimilados e africanos é tão grande que não deixa antever grande possibilidade de estabelecer qualquer sistema de defesa civil de confiança, com base na população local». *Idem, ibidem*, pp. 28-29.

²⁴⁷ Ver capítulo I.

outro ângulo: não como um “problema de ordem pública” mas sim como um problema de “segurança do C.F.B.”²⁴⁸. Uma vez mais, assistimos a uma delegação de responsabilidades estatais. O único ponto de convergência prendia-se com a necessidade de uma apertada vigilância no comboio pagador que, mensalmente, circulava com “alguns milhares de contos”, respetivos aos salários dos trabalhadores ao longo do percurso, e que, em 1960, não era acompanhado de qualquer escolta ou guarda armada²⁴⁹. Qualquer outro reforço de segurança foi descartado. Numa altura em que a situação em Angola ainda não tinha dado sinais de instabilidade maior, a empresa considerava que qualquer medida extra serviria apenas para fomentar uma sensação de alarme entre os seus funcionários.

Mas as falhas a apontar à Companhia não ficavam por aqui. Os sistemas de comunicações, telegráfico e telefónico, também foram alvo de repreensão. As comunicações telegráficas constituíam o principal meio de transmissão de ordens ao longo da via e a sua interrupção determinaria a desordem imediata dos serviços. Segundo os inspetores, o equipamento era antiquado e a predominância de negros e mestiços enquanto radiotelegrafistas, sujeitos ao controlo apenas do chefe da estação, determinava que muito facilmente as regras pudessem ser infringidas²⁵⁰. Por outro lado, o serviço telefónico, presente em todas as estações, apeadeiros e desvios, também apresentava claras falhas de segurança. À semelhança da comunicação telegráfica, o serviço telefónico era assegurado por trabalhadores negros ou mestiços. Nas estações em que não existiam funcionários ditos qualificados, o telefone encontrava-se guardado e trancado no escritório da Companhia, sendo que apenas os maquinistas e motoristas – sempre europeus – tinham as chaves para aceder ao mesmo. Ainda assim, faltava o mesmo tipo de controlo. Esta mesma preocupação já havia sido comunicada ao G.N.P. pelo Governador-Geral de Angola. Preocupava-o o facto de os funcionários africanos, com acesso às comunicações telefónicas, estarem em permanente contacto com tudo o que ocorria, tanto no meio nativo como europeu, e, em ambos os casos, tanto no território nacional como estrangeiro. Em Abril de 1960 a atitude “arrogante” dos telefonistas nativos, mesmo quando chefiados por europeus, levantava suspeitas de estes estarem a ser influenciados “pelos contínuos maus exemplos que todos os dias observam no vizinho

²⁴⁸ “Apontamento nº 82 – Caminho ...”, *op. cit.*

²⁴⁹ *Idem, ibidem*; Eurico Ferreira Gonçalves e Amadeu Castilho Soares, *op. cit.*, p. 29.

²⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 30.

Congo Belga”²⁵¹. Eram os telefonistas os principais veículos de comunicação de notícias e boatos nos diversos centros residenciais ao longo da via. Uma vez que a maioria dos serviços de inspeção, assim como a circulação do comboio pagador, ocorria durante a noite, não havia qualquer controlo, imposto por europeus ou por receio dos próprios, na forma ou no conteúdo do que era dito. Embora a estação do Luso tivesse assegurada pela presença de europeus, tanto o G.N.P. como as autoridades na Província pressionavam a empresa para que esta adotasse equipamentos mais modernos que garantissem o segredo das comunicações e que estas estivessem exclusivamente a cargo de funcionários europeus²⁵². O tom desassossegado do relatório expressa a corrida contra o tempo que afligia o G.N.P: se a situação era já preocupante, mais seria com o aproximar da data de 30 de Junho, dia em que, formalmente, o Congo Belga alcançaria a sua independência²⁵³. A situação era ainda agravada pelo contrato estabelecido entre a Companhia e os C.T.T. da Província, que previa que nas zonas em que não existissem estações de correio, tanto o telefone como o telégrafo, poderiam ser utilizados pela população civil. Seguindo o mesmo racional, nas zonas onde os C.T.T. estavam ausentes, os motoristas de comboio estavam autorizados a transportar correspondência e encomendas. Supostamente, estas deveriam estar sempre seladas e devidamente registadas, mas a norma era habitualmente ignorada. Muito embora a companhia estivesse já a tentar fortalecer o controlo sobre os motoristas de forma a evitar que a correspondência clandestina embarcasse, persistia o perigo do C.F.B. contribuir para a circulação de propaganda e ideias dos movimentos terroristas, considerados então apenas “ilegais”²⁵⁴. Este não era somente um receio. Sabia-se já à data que panfletos e encomendas subversivas já haviam circulado pela ferrovia com a “conivência” de alguns dos seus trabalhadores²⁵⁵. Era então necessário substituir o material telefónico e reforçar o controlo sobre as mercadorias transportadas. Mais do que uma simples melhoria da tecnologia, convinha que fossem adquiridos novos aparelhos,

²⁵¹ Alexandre Ribeiro da Cunha, Apontamento nº20 – Caminhos-de-Ferro de Benguela; 23 de Abril de 1960, p.3; PT/AD/GM/GNP/RNP/079/12828.

²⁵² *Idem, ibidem*, pp. 3-4.

²⁵³ Leia-se: «Sucede que este troço do C.F.B. é o que está mais próximo da fronteira do Congo Belga que atinge a independência em 30 de Junho próximo. Dada a evolução da situação no Congo, as declarações que alo são feitas a Angola, a ação da F.R.I.A.N. (Frente Revolucionária para a Independência de Angola) parece indispensável e urgente que o C.F.B. tome as medidas necessárias à rigorosa fiscalização das comunicações telefónicas ao longo da via e faça ocupar com pessoal europeu todas as estações e apeadeiros desta região. É muito possível que estas medidas importem em pesado encargo para o C.F.B. mas a grave situação que se avizinha depois da independência do Congo, aconselha a sua rápida execução». *Idem, ibidem*, pp. 3-4.

²⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 31.

²⁵⁵ *Idem, ibidem*, pp. 31-32.

nomeadamente registradores de conversas, que pudessem ser monitorizados pelas autoridades competentes: a PIDE e o Comando Militar. Tratava-se aqui de criar uma abrangente cooperação entre a empresa e os organismos, securitários e repressivos, públicos. Algumas medidas já tinham começado a ser tomadas, nomeadamente a substituição de trabalhadores de cor por europeus em algumas estações, e a contratação de funcionários que procediam à escuta, durante a noite, do circuito telefónico entre Vila Luso e Teixeira de Sousa. Previa-se ainda a contratação de um condutor cujo encargo era inspecionar os seus pares e fiscalizar toda a correspondência e encomendas a cargo dos comboios da empresa. Uma vez que o C.F.B. era uma “via fácil e quase invulnerável de difusão de notícias, boatos e propaganda subversiva” era necessário “neutralizar ou explorar em benefício da segurança da Província”²⁵⁶. A criação de um “serviço interno de informações”, cujos funcionários deveriam ser trabalhadores competentes e não “amadores” (negros), era fundamental para poderem reportar à Direção Geral qualquer ameaça que pudesse vir a pôr em risco os serviços ferroviários. O objetivo era que todo o sistema de comunicações da empresa tivesse em plena consonância com as diretivas militares para que, se tal fosse necessário, este fosse integrado na estrutura logística daquele organismo²⁵⁷. Também a PIDE deveria colocar agentes ao longo da via para controlar eficientemente qualquer comunicação, e evitar o transporte de propaganda, por parte dos movimentos subversivos²⁵⁸.

Como já foi destacado anteriormente, este processo de militarização dos serviços privados da Companhia do C.F.B. tem um alcance maior do que uma primeira leitura pode indicar. Não se pretendia apenas salvaguardar o não bloqueio das exportações coloniais. Esta via-férrea ocupou um papel decisivo no cálculo das estratégias militares. Um ataque subversivo à linha do C.F.B. poderia implicar o roubo do armamento e das munições militares que eram transportadas nos vagões da Companhia. A circulação, via C.F.B., era a única forma de garantir que o material bélico chegava às distintas unidades de combate ao longo da Província. Muito embora os inspetores não mencionem esta parceria, falando-nos apenas na possibilidade de esta vir a ser integrada nos serviços de transporte militares, esta ideia estava, inevitavelmente, já presente por detrás da necessidade de securitizar as mercadorias transportadas. Mas não se tratava apenas da potencial perda de armamento para a causa subversiva que, como vimos, assombrava as

²⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 33.

²⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 34.

²⁵⁸ *Idem, ibidem*, pp. 30-39.

discussões e estratégias sobre se, como e quando, deveriam os africanos deter material militar. Temia-se o impacto que um potencial evento deste tipo acabaria por ter na opinião pública internacional. Dada a dimensão internacional da ferrovia, um ato terrorista deste tipo poderia não só expor Portugal a uma enorme humilhação mas, sobretudo, enfraquecer a imagem portuguesa perante potenciais aliados internacionais e, assim, reforçar a causa nacionalista²⁵⁹. É também por este motivo que os serviços telefónicos, telegráficos e de transporte de mercadorias, em parceria com os CTT, são tão amplamente analisados. Segundo João Pereira Neto, os CTT funcionavam em Angola como um verdadeiro serviço de informações, realidade essa que era transversal a todo o território da Província. Toda a correspondência, considerada minimamente suspeita, era inteiramente violada. Uma vez que não existia na Província um sistema de entregas de correspondência ao domicílio, esta tinha de ser levantada nos correios centrais onde era meticolosamente analisada. A eficácia deste sistema foi, segundo o ex-funcionário do G.N.P., incomparavelmente superior ao papel exercido pela P.I.D.E., equiparando-se apenas, talvez, à polícia privada da Companhia de Diamantes de Angola²⁶⁰. O mesmo acontecia relativamente às chamadas telefónicas onde um sistema de gravação e de escuta estava já em curso. Este *modus operandi*, que já funcionava em 1961, ajuda-nos a perceber a importância da reformulação destes mesmos serviços da Companhia dos Caminhos-de-ferro de Benguela. Se era a empresa que garantia a distribuição dos correios e o acesso a comunicações telefónicas à população civil nas zonas não cobertas pelos C.T.T., a inexistência de um controlo oculto nas cidades por onde a linha férrea passava impunha uma falha de intendência sobre os movimentos nacionalistas que recorressem a estes serviços²⁶¹. Para além disso, essas comunicações, ao serem garantidas pelo telégrafo da Companhia, que se encontrava totalmente exposto uma vez que os fios de transmissão podiam facilmente ser cortados, poderia, possivelmente, condenar ao isolamento as localidades por onde passava e, também, os elementos militares que ali pudessem ser destacados²⁶². Se, aquando da visita dos inspetores do G.N.P., esta estratégia já estava delineada, não podemos assegurar. No entanto, é plausível afirmar que, conscientes ou

²⁵⁹ Delegação Geral de Segurança de Luanda, “Situação Politico-subversiva na Província”, 25 de Setembro de 1970, p. 18, Arquivo Histórico da Marinha/Coloredo/Angola-125.

²⁶⁰ Entrevista a João Pereira Neto, 16 de Julho de 2018, pelas 16h, Sociedade de Geografia de Lisboa. Concedida a Teresa Furtado e Bernardo Pinto da Cruz. Ver também: José Manuel Duarte de Jesus, *Espionagem e Contraespionagem em Portugal. Vicissitudes e mistérios* (Lisboa: Edições 70, 2015).

²⁶¹ *Idem, ibidem*.

²⁶² Carlos Moita de Deus, “Apontamento nº59: Situação no Centro e Sul de Angola”, 12 de Abril de 1961, PT/AD/GM/GNP/RNP/160/2S

não disse, o relatório de inspeção de 1960 aparece, historicamente, como uma embrionária manifestação de uma estratégia que viria a ser montada e que teria um papel central na desenvoltura dos serviços de espionagem, públicos ou não, durante a Guerra Colonial. Procurava-se assim que a empresa ferroviária se responsabilizasse pela montagem e aquisição de novos aparelhos capazes de garantir a eficácia da espionagem da Província. Na reunião, já mencionada, em Lisboa com Pinto Basto e Manuel Fernandes, a empresa assume a responsabilidade de estudar a aquisição de novos aparelhos de comunicação radiotelefónicos. Tal, sugeria-se, podia servir de desculpa para aumentar o número de agentes da P.S.P nos aglomerados da Companhia e, até mesmo, para justificar a necessidade de criação de uma “polícia privativa” sem tal instituísse um “clima de alarme” entre os trabalhadores²⁶³. Também aqui, a responsabilidade pela montagem de um plano de controlo, central para os cálculos militares de defesa, é delegada à empresa.

Este documento, que antecede o início das revoltas anticoloniais, antecipava precisamente esse cenário. Dentro do Gabinete de estudos do Estado Colonial, em Lisboa, sentia-se a enorme dificuldade de analisar o ambiente político-social das Províncias dada a falta de informação ou, por outro lado, o fraco valor elucidativo que compunham os relatórios, principalmente aqueles que se debruçavam sobre o Centro e Sul de Angola. No rescaldo das Revoltas do início de 1961, os inspetores do G.N.P. enfrentavam mais um entrave: muito embora colegas, como João Pereira Neto, tenham sido enviados à Província para realizar viagens de estudo nos principais locus subversivos, a maioria das informações depositadas nas instalações do G.N.P. referiam-se ao período anterior aos acontecimentos no Norte de Angola que havia, sem dúvida, alterado a “fisionomia da situação”²⁶⁴. Para além do problema de ordem económica, era necessário analisar o político, que se manifestava de forma diferente consoante os distritos. Embora a população branca do sul da Província, habituada a um nível de vida mais baixo e mais exposta a crises económicas, tivesse sido menos afetada do que os europeus do Norte, era necessário não esquecer as influências políticas a que estavam expostas. Para Moita de Deus, do G.N.P., dado o permanente movimento do pessoal ferroviário, era de esperar que a população europeia de Benguela e Nova Lisboa, principais centros populacionais do C.F.B., estivesse mais propenso a influências comunistas. Esta observação ganhava contornos mais complexos: o que parecia preocupar o inspetor prendia-se com a origem

²⁶³“Apontamento nº 82 – Caminho ...”, *op. cit.*

²⁶⁴ Carlos Moita de Deus, «Apontamento nº59 ...», *op. cit.*

metropolitana dessa população europeia, maioritariamente recrutada na região do Barreiro. Muito embora não se tivesse registado qualquer *ruído* subversivo desde o deflagrar dos então recentes acontecimentos, era necessário não descartar a possibilidade de ali se registarem “manobras de sapa comunista”²⁶⁵. Se o relatório de 1960 apostava todas as fichas na supervisão dos brancos sobre os angolanos, Moita de Deus assombrava essa esperança ao prever que pudessem ser os europeus a promover a instabilidade.

Como este último inspetor do G.N.P. asseverava, as informações sobre a empresa em tempos de guerra são fragmentadas. Em 1961, o Relatório Anual do C.F.B., abre com uma nota de pesar face aos acontecimentos desse ano em Angola, ao mesmo tempo que atesta o esforço individual da empresa na contenção dos mesmos:

O norte de Angola foi teatro de trágicos actos de terrorismo, que causaram muitas perdas de vidas e destruições e encheram de tristeza e angústia todos os portugueses. Se é nosso primeiro dever curvar-nos perante as vítimas de tão desoladores acontecimentos, cumpre-nos, depois, agradecer à providência por terem poupado aos mesmos sofrimentos todos os que connosco trabalham no C.F.B.
(...)

Os acontecimentos no Norte obrigaram a Companhia a organizar os meios de segurança necessários à proteção do pessoal, dos comboios, da via e das instalações, do que resultam avultados encargos financeiros, que se mantêm.

O nível de atividade e de rendimentos da nossa exploração manteve-se semelhante ao ano anterior (até com ligeiro acréscimo) tendo porém as despesas aumentado consideravelmente o que se refletiu sobre o resultado líquido do exercício.²⁶⁶

Nos relatórios anuais que a Companhia escreve ao longo daquela década, o aumento da despesa gasta em mecanismos de segurança e de defesa privados é tão constante quanto os lamentos em função de danos materiais e de perdas humanas sofridas entre o seu quadro de funcionários. Aquele Relatório de 1961, redigido em “circunstanciais anormais”, realça o forte contributo que a empresa ofereceu ao Estado durante a década de 1950. Numa altura em que o Imposto Extraordinário para a Defesa de Angola estava prestes a entrar em vigor, o documento enfatiza a despesa de 79.406 contos gastos, no decorrer daquele ano, em obras e aquisições, aos quais se juntavam 885.000 contos investidos em planos de desenvolvimento no período entre 1950-1961. As contribuições para a Província não ficavam por aqui. Mais importante é a alusão acerca da quantia entregue ao Estado, no valor de 227.000 contos, decorrente da participação do mesmo enquanto acionista. Desta forma, afirma o Relatório, as contribuições diretas da

²⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 2.

²⁶⁶ Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, “Relatório Anual da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela”, 1961, 4ª -F|Soc. Geog. Lx.

empresa para o “património da Nação”, nos últimos doze anos, ultrapassava a quantia de um milhão e cem mil contos, aproximadamente cem mil contos por cada ano²⁶⁷. A partir deste ano, à exceção do ano de atividade de 1962-1963, o aumento das despesas, e a referência aos encargos empreendidos em mecanismos de segurança, estão sempre presentes. A par desta despesa proveniente da guerra, encontramos também elogios à sua missão internacional, assim como vedadas acusações quanto à inércia e ao auxílio passivo dos países vizinhos à causa subversiva:

O caminho-de-ferro de Benguela tem sido, desde há muitos anos, factor de progresso não só da Província de Angola como dos territórios vizinhos e, neste segundo aspecto, elemento de colaboração internacional, humana e pacífica. Os atentados de que tem sido vítima parecem desconhecer a real utilidade que o seu funcionamento tem representado para os povos vizinhos de Angola. Esperamos que uma apreciação mais ponderada dos seus próprios interesses leve os respectivos governos a fazer cessar rapidamente os criminosos ataques preparados nos seus territórios, permitindo à Companhia a continuação do seu serviço internacional em condições normais²⁶⁸.

Oficialmente, ou pelo menos para o gabinete de estudos do Ministério do Ultramar, o C.F.B. não detinha um dispositivo de policiamento privado, nem tão pouco um sistema de informações interno. Esta afirmação é-nos asseverada por João Pereira Neto, que se deslocou às zonas concessionárias da Companhia dos Algodões de Angola e da Companhia de Diamantes de Angola em missões de estudo, e que afirma não ter alguma vez tomado conhecimento da existência de uma estrutura deste tipo naquela empresa ferroviária. Ainda assim, dada a sua importância estratégica e o seu caráter multinacional, não seria, de forma alguma, surpreendente que esta tivesse um sistema suplementar de segurança, à parte do corpo militar estatal²⁶⁹. A teia de relações pessoais, assim como círculo de influências, de Alexandre Pinto Basto, podem ajudar-nos a explicar este vazio de referências de informação. A correspondência privada do presidente da Companhia do Caminho-de-Ferro de Benguela comprova, pela variedade de interlocutores nacionais e estrangeiros e o peso dos mesmos, o alcance da preponderância deste ator na esfera económica transnacional, assim como na diplomacia empresarial do Império. Para além de nomes como Salazar e Marcelo Caetano, aqui encontramos, como será analisado mais detalhadamente no quarto capítulo, David Eccles, membro da Câmara dos Comuns do Reino Unido, Charles Waterhouse e Lord Clitheroe, presidente e vice presidente da Tanganyika Concessions, assim como relatos da sua

²⁶⁷ *Idem, ibidem.*

²⁶⁸ Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, “Relatório Anual da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela”, 1966, 4ª -F|Soc. Geog. Lx.

²⁶⁹ Entrevista a João Pereira Neto, *op. cit.*

participação em reuniões e encontros empresariais com várias personalidades do mundo financeiro transimperial²⁷⁰. Mas não só. Seria ainda Alexandre Pinto Basto a ter a iniciativa de criar a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas, um organismo de propaganda internacional do setor privado colonial que iremos analisar no próximo capítulo. Nas palavras de Pereira Neto, Pinto Basto, assim como o seu sobrinho Alexandre Ribeiro da Cunha – que participara na referida reunião em Lisboa e que tinha sido secretário de Salazar e inspetor-superior do G.N.P. – pertenciam ao mundo dos homens “poderosos”²⁷¹. Esta proximidade à esfera do poder pode concorrer para o caráter mais fragmentado dos relatórios internos, enviados também ao Estado, quando comparados, por exemplo, com aqueles redigidos pela Companhia de Diamantes de Angola. Embora a referência a forças privadas de policiamento fosse sempre sensível, tendo em conta que os mesmos podiam ser analisados por entidades acionistas estrangeiras, uma análise circunscrita à burocracia da empresa apenas poderia apontar como indício da existência deste dispositivo o aumento dos encargos em mecanismos de segurança.

São, por isso, as informações dispersas que se encontram ao longo dos relatórios militares, nomeadamente os relatórios de Comando ou da História das Unidades, que nos ajudam a perceber a realidade interligada entre a esfera militar e empresarial naqueles tempos. A História da Unidade do Batalhão de Caçadores 279, criado em Julho de 1961 com elementos de três Regimentos da Infantaria que já se encontravam em Angola e que foram adjudicados no Norte da Província, dá conta de informações superiormente recebidas, pelo Comandante do Regimento Militar de Angola, quanto ao nítido valor económico que tanto o C.F.B. como a Diamang representavam no quadro nacional. Expunha-se a necessidade de uma vigilância urgente àqueles “dois valores económicos”, que só poderia ser eficazmente exercida por efetivos militares que, até a chegada do Batalhão, não existiam naquela zona²⁷². Esta era uma das missões incumbidas àquele Batalhão: ocupar aquelas zonas “que apresentavam interesse económico e/ou político”, nomeadamente a área concessionada à Diamang e “a zona de influência dos Caminhos-de-Ferro de Benguela”²⁷³. Em causa estava o ambiente altamente depressivo que se vivia na cidade do Luso, que dava os primeiros sinais de uma latente rebelião, e as notícias que

²⁷⁰ Ver, a título de exemplo, PT/ANTT/AMC/Correspondência. Basto, Alexandre Ferreira Pinto, cx.17, nº13; PT/ANTT/AOS/0030/00017;

²⁷¹ Entrevista a João Pereira Neto, *op. cit.*

²⁷² História de Unidade – Batalhão de Caçadores 279, 1961-1963, p. 4, PT/AHM/DIV/2/2/140/1.

²⁷³ *Idem, ibidem*, pp. 5-7.

apontavam para o recrudescimento de ideias subversivas, vindas do Malange, com particular incidência na área de Lumege e ao longo da via-férrea de Benguela. Apesar da presença militar, o relatório faz eco das queixas já analisadas no capítulo anterior face ao limitado número de efetivos e à falta de formação e de sentido de unidade dos mesmos²⁷⁴. Se a opção teve de passar por não cobrir toda a área potencialmente mais tensa à data, na zona do C.F.B., a presença do Capitão Engenheiro José Augusto Fernandes, Oficial do Exército e Chefe de Exploração do C.F.B., parecia tranquilizar um pouco os militares. É no seguimento de algumas críticas à inicial falta de disciplina dentro do Corpo de Voluntários da Diamang, que se salienta a “estreita comunhão, no mais sã espírito de colaboração”, entre aquele dispositivo e os voluntários do C.F.B.²⁷⁵. A criação de um Serviço de Segurança dos C.F.B. e a compra de armamento para funcionários da empresa, o que demonstra simultaneamente o cumprimento da regulamentação da OPVDCA e a aplicação das recomendações quanto à criação de uma organização de defesa civil apalavradas na reunião de análise do relatório do G.N.P., pode apenas ser confirmado através da leitura conjunta e paralela das informações transcritas pelos militares no terreno e das atas e relatórios anuais do Conselho de administração da empresa. Separadamente, estes dois documentos apenas lançam suspeitas. Ou seja: são os documentos lavrados pelos militares que, apartados da burocracia interna dos C.F.B., nos confirmam a existência de um dispositivo privado de segurança que, a par e sob a intendência do Exército, nos permite confirmar a suspeita levantada pelos relatórios do Conselho de Administração. A partir do ano de 1966, a morte de trabalhadores da empresa junta-se ao role de lamentações quanto a atos de sabotagem de que as instalações da C.F.B. haviam sido alvo. Os administradores da empresa garantiram que todas as diligências possíveis tinham sido tomadas e que coordenavam a sua ação com as autoridades da Província. Com o decorrer da guerra, os ataques ao C.F.B., principalmente na zona do Luso, tornaram-se cada vez mais sistemáticos. Apesar da presença militar na região, os relatórios da Companhia de Caçadores que ali se encontrava, entre 1966 e 1968,

²⁷⁴ Leia-se: «(...) não havia qualquer ligação anterior entre o pessoal e não se dispunha de tempo para se esboçar o mais modesto espírito de corpo da nova Unidade: os quadros não se conheciam e como a grande maioria pertencia à classe de 1958 apresentavam-se com um fraco espírito militar e com conhecimentos técnico há muito esquecidos.» (...) «Os recrutas provinham dos mais variados distritos da metrópole o que se revelava «mais um factor negativo para se obterem os laços indispensáveis à formação rápida duma Unidade. O muito pouco tempo disponível não permitiu estabelecer a necessária ligação e o pessoal que embarcou para ANGOLA não era mais do que uma massa de onde devia surgir uma Unidade». *Idem*, *ibidem*, pp. 2-3.

²⁷⁵ *Idem*, *ibidem*, pp. 26-28. Ver também: José Ferreira dos Reis, Chefe do Gabinete Militar, «Boletim Informativo das Forças Armadas em Angola (período de 26 Mar a Ø Abr. de 67), PT/AD/GM/GNP/RNP/0079/12828.

denotam a necessidade de uma maior vigilância sobre o C.F.B. dadas as tentativas persistentes por parte dos movimentos subversivos no ataque à ferrovia e ao pessoal dos “Serviços de Segurança da empresa”²⁷⁶. Uma vez mais, a menção àquele organismo permite-nos colocar a empresa, a par de outras, nas estratégias e cálculos globais de defesa colaborativa público-privada da Província.

A presença de polícia no interior dos comboios de passageiros é também confirmada em artigos publicados por viajantes internacionais, cujos relatos surgem em revistas e jornais e que são alvo da análise do GNP. A 23 de Junho de 1967 chega ao Gabinete um artigo publicado em Joanesburgo, no jornal “The Star”, com o título “A via-Férrea do Céu para o Inferno” onde se pode ler:

O Caminho-de-Ferro de Benguela é um alvo dos terroristas, mas as suas composições continuam a rolar, porque é uma artéria vital para o Catanga e para a Zâmbia, as duas áreas que abrigam os seus atacantes. (...) Chegamos nessa noite à cidade do Luso. A guerra surgiu ali, a 200 milhas do Congo. Retomou a marcha aos primeiros alvares da manhã: quando percorria os corredores que levavam ao salão restaurante, para tomar o pequeno-almoço, encontrei soldados nas extremidades de cada carruagem – de metralhadores e espingardas aperradas. Todo este aparato de **armas dos oficiais e polícia do comboio** parecia incongruente com as brancas toalhas das mesas e a prata luzente. Não era no entanto uma exibição nervosa das forças. Os terroristas já sabotaram cinco vezes a linha, desparafusando os rails ou retirando secções inteiras. Três comboios descarrilaram – um com passageiros, a oeste da cidade do Luso, mas os prejuízos não foram grandes. (...) Mas os portugueses não gostam de ser apanhados desprevenidos, e, durante o percurso, até à última paragem, em Teixeira de Sousa, a pouca distância da fronteira, uma automotora blindada, conduzindo tropas, parecia o nosso comboio”²⁷⁷.

A distinção feita por este jornalista entre os “oficiais” e a “polícia do comboio” não deve deixar de ser destacada. Uma leitura atenta deste discurso não pode ignorar a presença de ambos os dispositivos, muito menos o *prolongamento* quase físico do comboio através de

²⁷⁶ *Idem, ibidem.*

²⁷⁷ The star, *A via-Férrea do Céu para o Inferno*, 23 de Junho de 1967. AD/MU/GM/GNP/095/Pt.2. Embora a parcialidade do jornalista seja inegável, tal não nos leva a duvidar da afirmação quando a existência de forças privadas. Leia-se: «Ali (porto de Lobito), a indolência é um direito e não um pecado. A oitocentas e trinta e quatro milhas de distância, na outra extremidade do Caminho-de-Ferro de Benguela, está um verdadeiro inferno, onde a paz e a boa vontade rastejam no pó duma guerra de guerrilha. Ali, chegam terroristas africanos vindos dos lugares adjacentes do Congo-Kinshasa e da Zâmbia, para matarem, destruírem e espalharem sedição em milhares de milhas quadradas. As pequenas aldeias, alimentadas pelo caminho-de-ferro, fervilham de soldados e espingardas e, neste país não-racista, nenhum branco pode confiar nos negros locais». Nada disto afetava o ambiente luxuoso que se vivia nas carruagens de passageiros: «O troço da linha leste desta linha tem todas as características do século XX. As carruagens de primeira classe são de madeira, confortáveis e impecavelmente limpas, providas de mosquiteiros de gaze, como proteção contra insetos. O salão restaurante é um prazer para o viajante – madeira acolchoada em cetim, ricos e graciosos adornos no velho estilo de há algumas décadas, cujo sólido conforto é muito mais repousante do que aquele que oferecem o plástico e o crono dos comboios modernos: o comboio sai ao cair da tarde do Lobito orlado de palmeiras e percorre vinte milhas de ricas plantações de cana-de-açúcar, até à próspera Benguela». Tradução G.N.P. E.C. Silva.

veículos blindados. Mas seria um outro artigo, intitulado «*A very profitable Aunt Sally*», que melhor capta o ambiente político e militar daqueles tempos. Em primeiro lugar, o artigo defende que não pode existir melhor local para compreender o clima político do Congo do que o digno e deambulante edifício do Porto de Lobito, sede operacional do C.F.B., onde “tacticians carefully plot rail movements in the face of the highly political nature of the railway”²⁷⁸. Nada disto, no entanto, surpreendia a empresa que estaria, segundo o jornal, habituada a ser uma poderosa arma de arremesso. Também aqui se destaca a parceria entre as instâncias estatais e privadas de segurança: “Portuguese troops accompany Benguela’s own highly trained security forces in the last stage of the journey through the east of the Congolose border at Teixeira de Sousa”²⁷⁹. Na mesma linha outro visitante, ao narrar a morte de um comerciante a 40 quilómetros de Munhango onde teriam encontrado o corpo “trespassado por lanças”, diz compreender então o motivo que levava a que as aldeias ao longo do percurso estivessem delimitadas por arame farpado com civis armados para as defenderem. No relatório de 1960, os inspetores do G.N.P. não mencionam a existência de arame farpado e, pelo contrário, destacam apenas a ausência generalizada de elementos de segurança armados nas aldeias. A delimitação espacial e o controlo policial destacado nestes relatos de meados da década de 1960 comprovam a militarização desses empreendimentos. Na fronteira com o ex-Congo belga, entre a linha do C.F.B. e a ponte rodoviária, erguia-se uma torre de vigia blindada “num círculo pesadamente fortificado”²⁸⁰. Ao contrário do que os relatórios militares informam, na imprensa internacional salientava-se uma imagem de tranquilidade. Esta estratégia discursiva, que procurava não alarmar a comunidade internacional, em nada é surpreendente. Segundo estas notícias o C.F.B. teria sofrido apenas ataques ocasionais sendo o dispositivo de segurança montado pela empresa, e apoiado pelas forças estatais, muitíssimo eficaz. Na guerra entre o C.F.B. e os terroristas, a empresa parecia estar numa posição de superioridade, muito embora nos últimos meses de 1968 tivesse sido necessário colocar um camião vazio em frente aos comboios para evitar que este último fosse atingido por minas colocadas ao longo da via²⁸¹. Destacava-se ainda o papel fundamental da atividade do C.F.B., sem o qual muitos africanos morreriam à fome.

²⁷⁸ *A very profitable...», op. cit.*

²⁷⁹ *Idem, ibidem.*

²⁸⁰ *The star, A via-Férrea (...), op. cit.*

²⁸¹ *A very profitable..., op. cit.*

O cruzamento de diferentes fontes primárias arquivísticas confere-nos alguma segurança para rebater as considerações de Pereira Neto e defender a existência, neste enredo corporativo, de forças internas militarizadas que, a par dos mecanismos militares oficiais, cobriram e procuraram garantir a continuidade do transporte férreo da empresa, atividade estritamente necessária e transversal à vida económica da Província de Angola. Por serem as fontes militares a dar prova da existência destes serviços, confirmadas pelos testemunhos de jornalistas internacionais e pelas despesas apresentadas nos relatórios internos da Companhia, a relação de parceria entre mecanismos de segurança privados e públicos, militares ou militarizados, no decorrer do conflito armado demonstra não só a superintendência militar sobre estas questões como a centralização de informações no aparelho militar. No entanto, a fragilidade do poder infraestrutural do Estado no controlo das comunicações telefónicas e telegráficas asseguram a necessidade de recorrer ao setor privado para fiscalizar e deter a propaganda subversiva e o escalar do próprio conflito. Ao nível local, a repressão contou com o apoio do C.F.B. não só nas áreas da sua influência mas, pelo controlo privado destas, à escala provincial: quer através do normal funcionamento do circuito das exportações, como pelo controlo exercido através de mecanismos privados de espionagem das comunicações.

● Companhia Geral do Algodão de Angola (Cotonang)

Se no C.F.B. o relatório do G.N.P. serve de alavanca à construção de algumas críticas à política social e securitária da empresa, na Cotonang a apreensão estatal, mas também privada, em muito antecederia o início do conflito armado. Entre Abril e Maio de 1948, Jayme Ferreira, Administrador-diretor da Companhia Geral de Algodões de Angola (Cotonang), visita aquela Província para realizar uma viagem de inspeção que lhe havia sido incumbida pelo Conselho de Administração do qual fazia parte. Não surpreendentemente, o seu relatório começa por enaltecer a atuação da Companhia que, no parecer deste seu administrador, continuava a merecer o “louvor de todas as pessoas bem-intencionadas” de Angola²⁸². Garantia que não havia encontrado na área concessionada da Baixa do Cassange nenhuma situação que merecesse ser censurada ou ocultada, atribuindo o mérito à forma exemplar como as decisões tomadas pelo Conselho

²⁸² Jayme Ferreira, «Relatório da Viagem de Inspeção do Senhor Jayme Ferreira a Angola, 1948», 7 de Julho de 1948, p. 1. BNU/CGD – 002.20/200.

de Administração, na metrópole, haviam sido implementadas pelo pessoal da Cotonang em África. Esta sua afirmação não era desprovida de contexto: para lá do leque dos “bem-intencionados”, e em concordância com o que há muito já indignava aquele órgão administrativo, Jayme Ferreira não se inibe a destacar a permanente campanha de difamação levada a cabo pelos inimigos da Cotonang. “Interessados, direta ou indiretamente, no recrutamento de mão-de-obra indígena nas zonas onde trabalhamos”, não perdiam aqueles “detratores”, na opinião do administrador, a oportunidade para denegrir a imagem da Companhia²⁸³. Motivados pela inveja e pela ambição de recrutar mão-de-obra na zona concessionada à Cotonang, o autor mostrava-se preocupado face à crescente influência que essas vozes críticas estariam a ganhar no meio político, o que poderia vir a pôr em causa o projeto algodoeiro desenhado para a zona da Baixa.

Porém, não obstante tudo isso, a acção desses detratores da nossa Sociedade, tem de ser acompanhada, por nós, com a maior atenção, pois conseguiram que alguns altos funcionários se transformassem em seus defensores – uns trabalhando às claras, outros na sombra – do que resultam, por vezes, mal entendidos perniciosos e dificuldades de toda a ordem, estando nós sempre sujeitos a surpresas desagradáveis.²⁸⁴

O mais recente exemplo do incremento desta maré de difamação fora protagonizado pelo Governador-Geral de Angola, o Capitão Agapito de Carvalho. Ferreira considerava tratar-se de alguém que, por ter chegado recentemente aquele cargo e por apenas conhecer a região de Huíla, onde havia sido Governador de Distrito, não estava, de forma alguma, a par das atividades do setor algodoeiro. Era fácil notar o modo como os detratores, agindo “de má-fé”, haviam influenciado o Governador-Geral contra as atividades da empresa, convencendo-o de que a Cotonang

(...) utilizava milhares de indígenas cultivadores, em condições inadmissíveis, de autêntica exploração, a quem se obrigava a trabalhar a cultura do algodão em detrimento de todas as outras atividades, não obstante se lhes pagar o algodão por preços muitíssimo baixos em relação a muitos outros produtores produzidos na Colónia, com manifesto prejuízo desses cultivadores que não conseguem, assim, fazer face às suas necessidades mais inadiáveis, etc. etc. (...).²⁸⁵

Segundo Ferreira, quando Agapito de Carvalho visitou pela primeira vez o Distrito do Malange, estava convencido que ali iria encontrar não mais do que uma “pseudo-organização” onde reinava uma “torpe exploração dos indígenas cultivadores”²⁸⁶. A própria comitiva que o acompanhara até à zona de exploração algodoeira era composta

²⁸³ *Idem, ibidem*, p. 1

²⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 1.

²⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 2.

²⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 2.

por alguns desses indivíduos que associavam a Cotonang a um sistema desumano de exploração. Após a sua viagem, garantia Ferreira, “graças não só ao que viu com os seus próprios olhos” mas também por via das explicações e esclarecimentos que lhe foram prestados pela administração da companhia em África, e por alguns técnicos que ali se encontravam, “foi modificando a sua atitude para connosco”²⁸⁷. Muito embora Jayme Ferreira escreva com um claro otimismo quanto à mudança de opinião do Governador-Geral, uma frase denuncia que aquela confiança obscurecia, no plano factual, algumas hesitações. Numa conversa travada em Angola com o Inspetor da Cotonang, Gustavo Marin, o Governador-Geral advertiu a administração da empresa para a existência de sérios problemas que deveriam ser corrigidos “com ponderação, sim, mas com urgência”²⁸⁸.

O mal-estar entre a Cotonang e as altas instâncias da governação ultramarina é alvo de recorrentes debates nos relatórios internos da concessionária. A justificação encontra-se sempre arreigada à premissa da contratação de indígenas para outras empresas ou, então, à fuga de nativos da reserva da Baixa do Cassange, área concessionada à exploração algodoeira. Embora tenha ficado, num primeiro momento, satisfeito com a reação do Governador-Geral aquando da sua visita ao Malange, em pouco tempo, a ideia de que esta divergência seria ultrapassada desapareceu do âmbito das esperanças de Jayme Ferreira. Para o autor do relatório, a manutenção, por parte do Governador-Geral, destes alegados intriguistas no seu círculo mais íntimo de conselheiros e colaboradores, que continuavam a contar com a sua total confiança política, revelava a sua verdadeira posição face ao setor. Preocupava-o, portanto, que

Isto lhes permitisse continuar a servirem-se da intriga e da mentira para se criar mau ambiente às empresas que empregam grande volume de mão d’obra, o que é de lastimar, tanto mais que são exceptuadas algumas empresas que também empregam muita mão d’oba pelo simples facto de terem, ao seu serviço privativo, os principais empregadores da colónia.²⁸⁹

O tom incomodado de Jayme Ferreira ganha cada vez mais espaço nas páginas seguintes do seu relatório. Denuncia os “ecos” que estes mexericos tinham nas esferas oficiais e a promiscuidade com que “antigas autoridades” eram colocadas em “postos de importância

²⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 2.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 3.

²⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 3.

especial para uma ou outra dessas grandes empresas”²⁹⁰. A capacidade de retaliação da empresa era escassa. Ferreira propunha que utilizassem a imprensa de Luanda,

(...) não propriamente para fazermos a propaganda dos nossos algodões mas sim para provocar a publicação de reportagens objetivas sobre a nossa acção, evitando-se que uma grande parte da opinião pública – por ignorância do valor que a nossa Sociedade representa na economia nacional – seja orientada unilateralmente (n’este caso, pelos nossos detratores) e venha, de certo modo inconscientemente, a fazer causa comum com os nossos inimigos²⁹¹.

O recurso à imprensa na esperança de aliviar as críticas ao setor privado será, como veremos no capítulo III, uma estratégia concertada entre as grandes empresas concessionárias angolanas no dealbar do início do conflito armado. Ainda assim, o autor do relatório era imperioso na sua advertência: a Cotonang não deveria confiar que estas campanhas, “malévolas”, algum dia conhecessem o seu fim. Mais de uma década depois, no início do ano de 1961, quando emergiram os primeiros sinais de alarme naquela região, inicialmente marcados pela recusa por parte dos agricultores indígenas em comparecerem ao trabalho nas plantações, desenhava-se o início de um novo tempo de críticas e acusações. Nessa altura, nem os funcionários da Cotonang, nem as autoridades administrativas do Distrito, poderiam imaginar a extensão do que viria acontecer. No decorrer do mês de Fevereiro, à ausência de trabalhadores nas lavras algodoeiras juntaram-se assaltos às instalações da empresa e do Estado, incumprimentos no pagamento do imposto indígena, queimadas com as sementes do algodão, ameaças e ataques letais a funcionários da Cotonang e a agentes administrativos, destruição e bloqueios de estradas. etc. Se, desde finais de Janeiro, os funcionários da empresa solicitavam uma imediata intervenção militar, as mais altas figuras do Estado na Província, nomeadamente o Governador-Geral de Angola Silva Tavares, apelavam à contenção por temerem as repercussões internacionais de uma investida militar. Só em finais de Fevereiro e inícios de Março, um mês depois do envio da 3ª e da 4ª Companhia de Caçadores Especiais e de unidades da 2ª Região da Força Aérea, a Revolta seria controlada²⁹². A resposta militar envolveu o bombardeamento aéreo de vários grupos de

²⁹⁰ *Idem, ibidem*, p. 3.

²⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 4.

²⁹² Aida Freudenthal, «A Baixa de Cassanje: algodão e revolta», *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº 18 -22 (1995-1999), pp.245-283, 260-270. Diogo Ramada Curto (dir.), *Políticas coloniais ...*, *op. cit.*, pp.151-171; Alexander Keese, «Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política tradicional e religião na Baixa do Cassange e no distrito do Congo (Angola), 1957-1961», *Africana Studia*, nº7 (2004), pp.247-276, 254-260. Ver também: Mary Anne Pitcher, *Politics in the Portuguese Empire: The State, Industry, and Cotton, 1926-1974* (Oxford: Clarendon Press, 1993); António Lopes Pires Nuno, *Angola 1961 – Da Baixa do Cassange a Numbuangongo* (Lisboa: Prefácio, 2005); Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, «Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa do Cassange,

aldeias e vilas, incluindo o provável recurso a bombas napalm, e a investida por terra das companhias militares no terreno. As leituras em torno desta Revolta, ainda à época, variaram: se para os funcionários da Cotonang e da Junta de Exportação do Algodão (J.E.A.) esta teria sido consequência da infiltração de agentes subversivos estrangeiros, vindos do Congo-Léopoldville e fortemente doutrinados na filosofia comunista e arreigados a preceitos religiosos, para as estruturas militares e para alguns Governadores de Distrito, nomeadamente o Governador do Distrito do Malange, Júlio Monteiro, a origem da Revolta decorria das desumanas condições laborais impostas pela algodoieira, recuperando assim as críticas detratoras apontadas por Ferreira anos antes²⁹³. Também dentro do G.N.P. as opiniões não foram uníssonas. O documento escrito por Moraes Martins, inspetor daquele Gabinete que, como vimos, assumira uma posição crítica contra o ambiente racista da estrutura empresarial do C.F.B., parece ter sido a análise que mais peso teve no processo de tomada de decisão a favor da repressão militar. Ao assumir uma orientação de aparente defesa do setor privado algodoeiro, o documento em causa é, comparativamente, menos exaustivo na análise dos condicionalismos internos de gestão dos trabalhadores do que o lavrado pelo seu colega de Gabinete, João Pereira Neto²⁹⁴. Se o detalhado trabalho cronológico de Moraes Martins nos permite seguir o rumo dos acontecimentos da Revolta, Pereira Neto oferece-nos, com o seu apontamento, uma visão institucional da vida e da rotina laboral imposta pela empresa. Ao acusar os restantes relatórios, que se debruçaram sobre aquela Revolta, de pecarem por “exclusivismo”, Pereira Neto recusa-se a laborar um estudo que procure colocar o ónus da culpa na propaganda subversiva ou na prática quotidiana do setor algodoeiro. Para este inspetor, a cultura algodoeira, nomeadamente o condicionalismo engendrado na Baixa do Cassange, criara as condições ideais para o desenvolvimento de campanhas subversivas²⁹⁵. A Revolta da Baixa do Cassange não podia ser analisada em função de uma ou outra explicação, mas sim da conjugação de ambas.

Janeiro e Fevereiro de 1961», in Miguel Bandeira Jerónimo (ed.), *O Império Colonial em questão (séc. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições* (Lisboa: Edições 70, 2013), pp.3-35; Dalila Cabrita Mateus e Álvaro Mateus, *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências* (Alfragide: Textos Editores, 2011). René Pélissier, *Le Naufrage des Caravelles: Études sur la fin de l'Empire Portugais (1961-1975)* (Montaments: Éditions Pellissier, 1979) pp. 142-143.

²⁹³ *Idem ibidem*.

²⁹⁴ Para uma análise exaustiva sobre o documento de Moraes Martins ver: Diogo Ramada Curto (dir.), *Políticas coloniais ...*, op. cit., pp. 151-188.

²⁹⁵ João Pereira Neto, “Apontamento secreto n.º41: Considerações sobre a cultura algodoeira da Baixa do Cassange”, 14 de Março de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/160/Pt.2S, p. 1.

Não se pretende aqui entrar na discussão se esta Revolta foi o resultado dos abusos socioeconómicos levados a cabo pela Cotonang, forjados por relações clientelares entre o Estado colonial e o setor privado, ou se ela é a primeira manifestação de um nacionalismo angolano assente em laços sociais transfronteiriços²⁹⁶. A verdade é que a Revolta constituiu o pretexto, e a oportunidade, para se lavrarem múltiplos documentos, estudos e apontamentos, que nos permitem analisar aspetos indispensáveis para compreender a forma como a Cotonang administrava a área concessionada da Baixa do Cassange e, principalmente, quais os moldes da parceria entre a empresa e o Estado. É neste contexto que, em Março de 1961, João Pereira Neto relata a sua viagem de Lisboa até à depressão algodoeira, situada entre os Distritos do Malange e da Lunda, para redigir um estudo onde procurava identificar a “causa remota” da Revolta da Baixa do Cassange²⁹⁷. Ao contrário dos seus colegas do G.N.P. que visitaram o traçado dos C.F.B., Pereira Neto não pretendia inventariar os dispositivos privados de segurança ou analisar até que ponto falharam, ou poderiam vir a falhar, esses mesmos mecanismos. A preocupação do autor do relatório passava por dissecar o meio socioeconómico criado pela Companhia Geral dos Algodões de Angola. Estamos, portanto, perante um outro momento, onde já não se procura prevenir uma hipotética revolta ou ataque, mas sim compreender se existia, ou não, uma responsabilidade empresarial pela primeira Revolta que deu início à Guerra Colonial.

Ao expor as desumanas condições de trabalho e o desgaste nutricional dos trabalhadores algodoeiros da concessionária, o relatório de Pereira Neto analisa o modo como ali operava uma disciplina coerciva, edificada a partir de mecanismos de violência física e simbólica, aliados à otimização da geografia da Baixa do Cassange. Ao contrário de outros estudos que se debruçaram sobre esta Revolta – a primeira de três à qual se seguiu o ataque às instalações prisionais em Luanda (“4 de Fevereiro”) e os massacres do 15 de Março contra a população branca, e os seus “colaboradores negros”, nas regiões cafeeiras do Norte da Província –, interessa-nos aqui extrair os elementos que nos ajudam a compreender o modo como a empresa concessionária, fundada com recurso a capitais belgas, administrava e geria a sua mão-de-obra. Muito embora não tenha sido esse o foco do relatório, é possível, também, lê-lo à luz dos mecanismos securitários. Compreender

²⁹⁶ Para uma abordagem relacional da revolta da Baixa do Cassange ver: Aharon de Grassi, «Rethinking the 1961 Baixa de Kassanje revolt: Towards a relational Geo-History of Angola», *Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5 (10) | 2015, pp. 53-133.

²⁹⁷ João Pereira Neto, *op. cit.*, pp. 1-2.

estes mecanismos de controlo implica manter em linha de conta pelo menos três instâncias histórico-estruturais que dotaram este empreendimento privado de uma autonomia e de um desfasamento face à vida colonial mais ampla. A concentração da população algodoeira, o condicionalismo geográfico da Baixa e os mecanismos coercivos, humanos e materiais, foram os principais fatores que tornaram possível não só a operacionalização da exploração da cultura algodoeira como a sua produtividade e lucratividade. São estas três instâncias que importa aqui analisar.

Se o recurso ao trabalho semiforçado, e a parceria com o Estado colonial nos vários processos de recrutamento de mão-de-obra, foi uma realidade transversal às relações com o setor privado, o modo como ambos se perpetuaram na zona algodoeira da Baixa do Cassange solidificou-se a partir de algumas especificidades locais. Apesar dos lamentos de Jayme Ferreira quanto às críticas endereçadas à Companhia por parte da elite política colonial, o Estado, como veremos, foi o principal aliado da exploração algodoeira. O sistema de controlo, social e físico, que vigorou na Baixa do Cassange constituiu um paradigmático projeto de parceria público-privado. Em primeiro lugar, é importante assinalar que toda a região da Baixa do Cassange era considerada reserva de mão-de-obra da Cotonang. Quer isto dizer que, dentro daquela zona concessionária, nenhuma outra empresa podia recrutar trabalhadores e que nenhum indígena natural da Baixa poderia viver se não do cultivo do algodão. Da mesma forma, a emigração para fora da reserva foi legalmente proibida. O indígena que ali nascia tornava-se automaticamente mão-de-obra da Cotonang. De forma a garantir a viabilidade inicial desta iniciativa privada, a empresa impôs um processo migratório forçado que levou a que grande parte daquela população, que vivia nas aldeias e vilas da zona alta da Baixa onde o clima era mais ameno, tivesse sido forçada a migrar para o interior da escarpa onde se encontravam as plantações²⁹⁸. Todo este violento trajeto foi acompanhado de um discurso paternalista. Para a J.E.A., a imposição do realojamento da população era justificada pelo combate à dispersão dos agregados indígenas. Ou seja, tratava-se não mais do que uma preocupação por parte da empresa para com os africanos, motivo pelo qual pretendia, assim, diminuir as longas e morosas deslocações a que durante décadas tinham sido obrigados para procurar terras aráveis para cultivo. Só através de uma apertada vigilância sobre os aglomerados populacionais, alegava aquele organismo, se conseguiria garantir um ensinamento e uma supervisão, por parte de funcionários mais

²⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 2.

qualificados, capazes não só de aumentar a capacidade produtiva dos trabalhadores como de garantir o levantamento das reais necessidades daquelas gentes e, dessa forma, “pugnar pela sua melhor satisfação”²⁹⁹. A esta fundamentação, a empresa acrescentava que aquela era a única forma de fazer face à “notável carência de árvores frutíferas”, que valorizariam o frágil valor nutricional da alimentação autóctone³⁰⁰. Na mesma linha de argumentação, as habitações dos trabalhadores na zona da Baixa foram construídas pelos próprios indígenas, de acordo com as suas tradições e hábitos locais, procurando assim incitar uma mais fácil adaptabilidade ao novo local de residência. Na verdade, o tipo de construção destes novos aglomerados populacionais respondia, desde cedo, a princípios económicos e civilizacionais. A par de um discurso de apreço pelas populações locais, tanto a Cotonang como a J.E.A., libertavam-se da obrigação de erguer as novas aldeias. Não existia um padrão material e arquitetónico para os aldeamentos algodoeiros. Somente quando estes centros se encontrassem suficientemente próximos dos núcleos populacionais mais civilizados, é que a empresa era chamada a intervir, uma vez que a construção nessas zonas já necessitava de um ajuste à realidade europeia³⁰¹. À semelhança do C.F.B., era assim instituído um plano urbanístico assente na segregação da população local. Ora, depois de serem forçados a abandonar as suas aldeias, os agricultores eram obrigados a construir as novas habitações. A partir daquele momento, a violência sobre a realidade africana naquela zona de Angola acompanhava o indígena permanentemente e estava imbuída na vida dos autóctones desde o seu nascimento. Segundo a categorização interna da empresa aos *agricultores*, “varões válidos dos 18 aos 55 anos”, eram atribuídas terras cultiváveis entre os 10000 e 12000 metros quadrados. Os homens mais velhos (dos 56 aos 60 anos), assim como as viúvas, mulheres solteiras e divorciadas, eram responsáveis por trabalhar uma área com o máximo de 5000 metros quadrados³⁰². Esta atribuição métrica escondia, no entanto, a dificuldade e a impossibilidade da sua execução, o que implicava, na prática, que os membros mais velhos, e mais novos, dos agregados familiares se vissem forçados a trabalhar nas áreas atribuídas aos seus parentes. Para mais, não se tratava apenas de cultivar o algodão manualmente. Dada a falta de meios técnicos e a inexistência de mecanização do setor, os agricultores eram forçados, quando

²⁹⁹ Gustavo Bebiano Beata Neves, Delegação de Angola da Junta de Exportação do Algodão, «Elementos de informação sobre as actividades da Junta de Exportação do Algodão atinentes à valorização económica das zonas algodoeirais e da sua contribuição social e sanitária para o bem-estar das populações rurais indígenas», 24 de Abril de 1953, p. 22, PT/AD/UM/GNP/RNP/0074/01119.

³⁰⁰ *Idem, ibidem*, pp. 22-23.

³⁰¹ *Idem, ibidem*, pp. 8-11.

³⁰² Gustavo Bebiano Beata Neves, «Elementos de informação...», *op. cit.*, p. 17.

atacados pelas comuns pragas de insetos, a destruir as suas plantações e repetir todo o processo. Uma vez que o salário era calculado consoante a quantidade de algodão que tivessem para vender à empresa, os trabalhadores acabavam por ser compensados apenas pelo produto final e não pelo esforço despendido. Para a Cotonang o problema não se colocava: o indígena era forçado a trabalhar na cultura algodoeira e por isso, independentemente das dificuldades do processo, esta era a sua única forma de subsistência³⁰³. Ora, o trabalho agrícola puramente manual, que facilmente podia implicar a repetição de todo o processo, privava-os de tempo suficiente para trabalharem as suas hortas. A relação de mútuo reforço entre a produção algodoeira e a escassez de bens alimentares por parte dos cultivadores, não foi uma realidade restrita ao caso angolano. Ao contrário de outros produtos coloniais, como o café e o cacau, que também exigiam elevados contingentes de mão-de-obra, análises de outros casos de estudo demonstram como a intensidade da cultura algodoeira interferiu com a produção de lavras, o que causou escassez de bens alimentares e, quando possível, migrações em massa para fora das zonas de cultura obrigatória³⁰⁴. Esta situação era, naturalmente, agravada pelos magros rendimentos que advinham da venda do produto algodoeiro para os seus cultivadores que, com ele, dificilmente conseguiam adquirir alimentos suficientes para a sua família. A par de outras explicações, como o investimento na mecanização do setor que analisaremos mais à frente, diferentes condições demográficas e ecológicas determinaram diferentes experiências. Se em Angola, assim como em Moçambique, a obrigatoriedade do cultivo deste produto foi acompanhada por condições ecológicas adversas, a par de um problema transversal de falta de mão-de-obra, no Malawi e no Uganda a grande maioria dos africanos optaram voluntariamente por se dedicar ao cultivo do algodão³⁰⁵. Muito embora no discurso da J.E.A. e da empresa algodoeira, a migração forçada dos africanos fosse justificada pela maior proximidade a terras férteis para o cultivo do algodão, uma análise atenta dos relatórios da empresa e daquele Instituto demonstram como essa afirmação é muitas vezes desmentida pelos próprios atores económicos.

O segundo aspeto, indispensável para compreender as estruturas impostas pela empresa, prende-se com os mecanismos de controlo populacionais criados e fruídos pela

³⁰³ *Idem, ibidem*, pp. 41-42

³⁰⁴ Osumaka Likaka, *Rural Society and Cotton in Colonial Zaire* (Madison: University of Wisconsin Press, 1997), p. 4.

³⁰⁵ *Idem, ibidem*.

Cotonang. A concentração dos africanos e a categorização das obrigações métricas de cultivo eram viabilizadas pelas características físicas da área concessionada. Manter um amplo controlo de movimentos, numa área de aproximadamente 80.000 km² e com uma população que rondaria os 120.000, só era exequível uma vez que a Baixa consistia numa ampla depressão, que se estendia ao longo do Malange e da Lunda, rodeada por uma abrupta escarpa de 600 metros de altura³⁰⁶. Ora, a própria geografia fazia com que os agentes corporativos beneficiassem da elevação montanhosa para controlar qualquer tentativa de fuga. Em 1960, João António Pereira Nunes, médico do Instituto de Medicina Tropical, descrevia da seguinte forma a particularidade desta zona de Angola:

Quem do planalto de Malanje, a uma altitude de cerca de 1000 m, se dirigir para leste ou para norte deparará forçadamente com uma escarpada falésia, imenso degrau, ou sucessivos degraus, onde o terreno desce bruscamente de 100 a 300 m, para uma vasta planície, monotonamente lisa ou ligeiramente ondulada de que se perde vista na linha do horizonte – a Baixa do Cassange.³⁰⁷

Esta natural infraestrutura que funcionava como uma prisão para evitar fugas, foi reforçada pela concessionária através da construção de postos administrativos, estrategicamente localizados junto às zonas de acesso à escarpa, por onde a fuga seria mais viável. Somava-se o importante papel dos *cipaios*, cuja função era a de se deslocarem aos principais centros populacionais das redondezas para capturarem os indígenas fugidos³⁰⁸. A relação com o Estado consentia também que a Cotonang remunerasse os capatazes agrícolas e, juntamente com a J.E.A., as autoridades administrativas, para que estimulassem e orientassem o fomento de culturas, algodoelras e agrícolas, junto dos trabalhadores³⁰⁹. Tal estava previsto pelo despacho do Governador-Geral de Angola de 28 de Maio de 1947. Segundo o estipulado, o recurso à remuneração dos capatazes agrícolas, por intermédio das autoridades administrativas, dependia da prévia autorização do Governador do Distrito do Malange. Sob proposta da Cotonang, e com o parecer favorável da J.E.A., seria o Governador-Geral quem determinaria o número de capatazes, as zonas onde estes podiam operar, o seu tempo de serviço, o respetivo

³⁰⁶ João Pereira Neto, «Apontamento secreto n.º41», *op. cit.*, pp. 2-3.

³⁰⁷ João António Pereira Nunes *A alimentação na Baixa do Cassange, Inquéritos de consumo e nutricionais, campanhas alimentares e obras de fomento*, Separata dos Anais do Instituto de Medicina Tropical, Volume XVII, nº1/2, Março/Junho de 1960, p. 285.

³⁰⁸ Nas palavras do Inspetor do G.N.P., leia-se: «(...) Toda a baixa é considerada reserva de mão-de-obra e portanto ninguém lá pode contratar indígenas e não lhes é permitida a saída dessa região, estando para esse efeito os postos administrativos colocados próximos dos sítios por onde é mais fácil o acesso à imponente escarpa de 600m de altura que a delimita, e sendo deslocados capaios e cipaio para os principais centros, para apanharem algum indígena que de lá consiga escapar, para ir trabalhar por conta de outrem (...)» João Pereira Neto, *op. cit.*, pp. 2-3.

³⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp.19-20.

salário assim como o fardamento. Na prática, uma alteração perversa deste consentimento acabara por hospedar uma contrapartida monetária de outra ordem: estas autoridades, ao serem permeadas com uma percentagem do valor da compra do algodão aos agricultores, passaram a estar mais interessadas em incentivar o cultivo do algodão do que em cumprir as prescrições contratuais segundo as quais deveriam ter um papel ativo de promoção social. Para estes funcionários, coagidos pela administração da empresa e que gozavam de um estatuto que na prática os equiparava a um agente da autoridade, os indígenas eram “meros instrumentos de produção”, nada mais do que uma espécie de veículo para aumentarem os seus magros rendimentos³¹⁰. Quer isto dizer que, para além da dificuldade inerente à produção algodoeira, aqueles funcionários, a quem supostamente competia estimular as lavras agrícolas, não tinham qualquer incentivo, pelo contrário, a exortar o trabalho nas culturas alimentares. Os abusos por parte destes agentes eram já do conhecimento da J.E.A. quando, em 1953, confirma que a “vaidosa ascendência sobre os seus iguais” necessitava de ser, por vezes, refreada, dada a “natural e inata tendência para o violento comando”³¹¹. Era por isso preciso que este trabalho fosse monitorizado pelos europeus. No desenho do plano da campanha algodoeira para os anos de 1960 e 1961, a concessionária dá conta da diminuição persistente do número de cultivadores. A criação de novos postos administrativos e a alteração dos limites das áreas administrativas, contribuíam para a escassez crescente de mão-de-obra disponível. Ainda assim, era a fuga persistente, e indevida, de indígenas para fora da área concessionária que mais preocupava o setor empresarial³¹². Garantir a estabilização da força de trabalho algodoeira só era possível através do auxílio das autoridades administrativas. Acreditavam que se o trabalho destes agentes fosse eficaz, ou seja, se conseguissem fazer regressar os indígenas fugidos e fazer cessar essas mesmas fugas, a empresa poderia contar com mais 34.650 agricultores. O relatório da empresa é categórico apontar os motivos que levavam os agricultores a abandonarem o trabalho algodoeiro: fazendo eco da persistente referência colonial à preguiça inata dos africanos, defendiam que o “vai e vem” não tinha outra finalidade se não a de se esquivarem ao trabalho em certas épocas, por preferirem viver somente às custas dos familiares que se mantinham na Baixa³¹³. A violência exercida por

³¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 31.

³¹¹ Gustavo Bebiane Beata Neves, «Elementos de informação...», *op. cit.*, p. 30.

³¹² Segundo o relatório esta diminuição fazia-se notar, pelo menos, desde 1956, ano em que a Companhia contava com 46.000 produtores. Em 1957 a campanha algodoeira contava com 44.699, em 1958 com 40.498 e em 1959 o número decrescia para 39.782. Companhia Geral dos Algodões de Angola (Cotonang), «Plano da Campanha Algodoeira de 1960-1961», PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1443/06224.

³¹³ *Idem, ibidem*.

estes agentes sobre a população local não merecia qualquer atenção. Em 1961, no rescaldo das Revoltas, a posição da J.E.A. quanto a estes rumores tornara-se mais acérrima ao rejeitar a ideia de que o problema pudesse ter sido agravado pelas *gratificações* atribuídas aos agentes administrativos. Nem mesmo a violência inata às relações de intendência são referidas. Recuperando, uma vez mais, a indolência do homem africano, herdada por extensos hábitos ancestrais que destinavam o trabalho pesado às mulheres e remetiam aos homens “missões mais nobres” como “fazer a guerra e dedicar-se à caça”, perfilhavam a ideia de que o descontentamento nativo derivava da nova conjuntura que o setor impusera a estas gentes – a civilizada condição de trabalhador³¹⁴. O discurso humanista de defesa dos núcleos familiares dos indígenas, era transversal não só à elite empresarial, como aos programas estatais de concentração das populações, tanto nas revisões do sistema penal colonial como no programa de reordenamento urbano em regedorias³¹⁵. Não surpreende, portanto, que esta generalização do discurso humanitário esteja também patente nos discursos de Júlio Monteiro, Governador do Distrito de Malanje, quando se referiu à urgência de rever os contratos daqueles trabalhadores e de se pensar numa resposta humana para o problema da Baixa³¹⁶. Ao contrário do que acontecera no passado, onde se admitia que alguns maus-tratos pudessem ter existido, a atuação tanto da J.E.A. como da Cotonang concorrera para que a situação fosse agora diferente³¹⁷. Em suma, embora pudesse haver algum descontentamento por parte dos trabalhadores, este não advinha do comportamento dos agentes administrativos. E, se violência existisse, tal não era uma realidade circunscrita ao enredo algodoeiro da Baixa do Cassange:

Deve antes ter-se presente que em muitos aspetos das relações entre brancos e pretos, e mais precisamente nas relações entre autoridades administrativas e indígenas, se seguiram processos que, vistos segundo uma escala de valores humanos de certa elevação, não se podem atualmente manter. É toda uma mentalidade de atuação do branco português em África, que há que remodelar, e é

³¹⁴ *Idem, ibidem.*

³¹⁵ Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, «Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965)», *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015), 113-172; Teresa Furtado, “O Enredo Prisional em Angola: Soberanias Duais na Disciplina do Corpo Colonial”, Tese de Mestrado em Ciência Política (Lisboa: FCSH/UNL, 2014)

³¹⁶ José Rodrigues dos Santos, *Alguns Apontamentos...*, *op. cit.*, pp. 8-9.

³¹⁷ O autor não apaga, ainda assim, o impacto desses comportamentos passados: «No entanto, ao apontar as presumíveis causas do mal-estar das populações da Baixa do Cassange devo frisar ser impossível que os povos negros da Baixa do Cassange tenham já esquecido os maus-tratos que num passado ainda próximo sofreram, em virtude dos processos porque foram compelidos a dedicar-se à cultura algodoeira». J.M. Dias dos Santos, «Informação n.º38/961 – Política Indígena», 17 de Abril de 1961, p. 3, PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1464/05772.

sempre dentro deste critério que se devem enquadrar os defeitos do sistema algodoeiro.³¹⁸

Esta estratégia discursiva da empresa, de elevação dos problemas locais à escala imperial, é, também ela, evidente: procurava-se, numa altura em que se fabricavam as interpretações da Revolta, estender a culpa à macroestrutura racial da Província. É ainda preciso não esquecer que esta afirmação é averbada depois dos acontecimentos de Fevereiro em Luanda e dos massacres no Norte, o que permitia à J.E.A., e à Cotonang, estenderem parte da culpa que lhes era adjudicava à composição e à cultura colonial. Se a Revolta da Baixa do Cassange não fora o único episódio de sublevação contra a presença colonial, como se poderia afirmar que a subversão surgira na inerência do enredo algodoeiro? Segundo o funcionário da J.E.A., também o Governador do Malange teria desabafado que, ao contrário da sua inicial interpretação, e depois de uma “análise mais cuidada”, acreditava agora que a Revolta não derivava de um “ódio dos indígenas à cultura do algodão” mas que resultava sim da “evolução que se vem processando no continente africano”³¹⁹. De igual opinião parecia ser a interpretação do Governador-Geral que admitia “que a insubordinação dos povos indígenas é um facto com que tem de se contar e que surgiu na Baixa do Cassange como em futuro próximo poderia eclodir no Congo, em Luanda ou em qualquer outro Distrito”³²⁰. Era na tardia resposta do Estado, que condicionou a pronta intervenção das estruturas militares e administrativas, que recaiam as culpas. Mais. Se a cautela face ao medo do impacto internacional foi o racional por detrás dos cálculos estatais, consideravam os organismos algodoeiros que a repercussão teria sido muito menor se estes tivessem agido de imediato³²¹. As acusações ao Estado não ficavam por aqui. Numa altura em que os agentes da burocracia do Estado acusavam a J.E.A. de ser cúmplice da Cotonang na exploração dos cultivadores algodoeiros, estes organismos devolviam as acusações à autoridade central. As autoridades administrativas eram, na verdade, empregues pelo Governador de Distrito sendo, por isso, funcionários públicos. As gratificações que recebiam pela produção algodoeira não podiam ser razão suficiente para atribuir a responsabilidade das suas ações ao setor privado, ainda mais porque essas mesmas gratificações estavam dependentes da autorização do Estado³²². Uma vez mais, resgatavam a ideia de que aquela violenta

³¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 3.

³¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 1.

³²⁰ *Idem, ibidem*, p. 2.

³²¹ *Idem, ibidem*, pp. 3-4.

³²² *Idem, ibidem*, p. 4.

intendência não era circunscrita à zona algodoeira mas sim transversal ao território ultramarino. Neste ponto, as gratificações não só não eram uma conduta exclusiva ao universo algodoeiro, como também não eram garante que aqueles comportamentos não se repetissem noutros setores de atividade. Se existia descontentamento nativo, o Estado era chamado ao banco dos réus. Isto porque existiam zonas da área concessionada com fraquíssima produtividade. Segundo a J.E.A., a Cotonang já havia reportado a situação e, embora fosse reticente dada a importância destes setores enquanto “zonas tampão” relativamente às áreas de cultura livre, apoiava a Junta, já em 1948, quando esta propôs às autoridades governamentais a eliminação daquelas terras da área de cultivo obrigatório³²³. A proposta não fora aceita pelo Governador do Distrito do Malange. Mais do que o comportamento das autoridades administrativas, aquele organismo defendia, rebatendo as acusações, que aquela situação era bem mais preponderante: os indígenas daquelas zonas “vendo anos sucessivos tão mal compensados os seus trabalhos, por certo se insurgem contra um regime que, como contrapartida, lhes oferece no fim das campanhas tão magros proveitos”³²⁴. Podemos perguntar por que motivo as autoridades estatais não aceitaram a diminuição da zona concessionada. Uma resposta a esta pergunta pode facilmente recuperar a ideia já apresentada quanto aos C.F.B.: a delegação dos poderes para o setor privado das áreas concessionadas às empresas monopolistas permitia uma desresponsabilização das entidades públicas face àquelas gentes. Nestas áreas, o poder soberano era cedido ao Conselho de Administração da empresa e, por via deste, que na maioria das vezes se encontrava exclusivamente em Lisboa, a governação diária era transferida para os seus representantes em África. Nessas zonas concessionadas, o Estado garantia a sua soberania por via da empresa. Para além disso, a total cooptação, por parte da Cotonang e com a aquiescência do Governador do Distrito, dos funcionários do Estado, que só depois da Revolta é alvo de condenação, demonstra precisamente essa sobreposição sintomática de poderes. No setor algodoeiro, o Estado e as empresas foram parceiros na implementação de um sistema de controlo social que, aliando o uso e a ameaça da força a um conjunto de lógicas de incentivos materiais às autoridades administrativas, procuravam quebrar o espírito de resistência e criar “trabalhadores dóceis”. Onde a mão-de-obra foi uma questão de peso nos cálculos económicos, o desvio de trabalhadores, da economia de subsistência para a prática de instruções agrícolas com

³²³ *Idem, ibidem*, pp. 4-5.

³²⁴ *Idem, ibidem*, p. 5.

finalidades capitalistas, foi uma realidade transimperial³²⁵. Da mesma forma, também no Zaire, a parceria público-privada no supervisionamento dos trabalhadores algodoeiros marcou a administração daquele setor³²⁶. Dados os magros proveitos que os algodoeiros tiravam do seu trabalho, apenas um apertado controlo e uma supervisão que os obrigasse a manterem-se naquele ramo de atividade podia garantir a continuidade daquele tipo de empreendimento agrícola. No Zaire, os administradores coloniais, conscientes da falta de atratividade do setor, perceberam que só conseguiriam garantir um efetivo controlo através do recurso a mecanismos de violência física e simbólica. Acreditavam, ainda, que os cultivadores, estando permanentemente ocupados com o seu trabalho, que implicava, à semelhança do caso angolano, a partilha de tarefas com os restantes membros da família, dificilmente teriam tempo e capacidade para pensarem na sua situação³²⁷. Este tipo de estratégias, que procurava quebrar a resistência do indígena, para assim elevá-lo à categoria de “trabalhador dócil”, coloca Angola num extenso mapa a par de outros casos transcoloniais³²⁸.

Tanto o facto de os africanos da Baixa do Cassange serem considerados propriedade exclusiva da empresa, como as condições geográficas marcadamente panóticas e a relação de parceria com o Estado na aterrorização e exploração dos agricultores algodoeiros, permitem-nos compreender melhor as observações de Pereira Neto. São estas as principais razões que levam o autor do relatório a comparar o enredo algodoeiro a uma “imensa prisão sem grades”³²⁹. Uma prisão a céu aberto, construída pela própria geografia e moldada a servir os interesses privados, por via do trabalho semiforçado e de agentes administrativos que se comportavam como guardas prisionais. Ao ser lembrado desta sua afirmação, Pereira Neto vai ainda mais longe e afirma que a realidade era ali bastante pior do que a que se vivia em muitas prisões onde, pelo menos, os africanos eram alimentados³³⁰. A consideração de que a cultura algodoeira era demasiado absorvente na Baixa do Cassange levou, em 1960, o Chefe da Delegação do Centro de Intervenção Científica do Algodão Colonial, organismo criado em 1943 dentro da J.E.A., a procurar desmistificar essa mesma ideia. Segundo Dias dos Santos, num relatório anterior ao já aqui exposto, a Baixa do Cassange era palco de condições

³²⁵ Osumaka Likaka, *Rural Society and Cotton ...*, *op. cit.*, p. 45.

³²⁶ *Idem, ibidem*, p. 46

³²⁷ *Idem, ibidem*, pp. 46-47.

³²⁸ *Idem, ibidem*.

³²⁹ João Pereira Neto, «Apontamento secreto n.º41», *op. cit.*, p. 31.

³³⁰ Entrevista a João Pereira Neto, *op. cit.*

particularmente desfavoráveis dada a superior pluviosidade média, quando comparado com o litoral algodoeiro, o que determinava um maior e mais prolongado crescimento do capim. Uma vez mais encontramos aqui a mesma contradição já salientada anteriormente: a deslocação dos indígenas para a zona da Baixa fora, inicialmente, justificada pela maior adaptação do terreno à cultura algodoeira. Quando a população já estava suficientemente enraizada, a falta de rendimentos e a escassez de tempo para as lavouras alimentares era apresentada na dependência da inadaptabilidade das terras à produção algodoeira. Era esse motivo que obrigava a um superior dispêndio e necessidade de mão-de-obra, não só na preparação das terras para o cultivo do algodão como para o controlo e tratamento das plantas infestadas³³¹. No entanto, o principal objetivo deste seu estudo não era o de rebater o elevado número de cultivadores algodoeiros na região, mas sim a ideia de que os indígenas da Baixa do Cassange não tinham tempo para cultivar devidamente as suas lavouras alimentares. É a partir de um estudo de caso de uma unidade familiar de quatro elementos, que o autor procura demonstrar quão falacioso é o argumento da falta de tempo dos indígenas. Iniciados os trabalhos no mês de Novembro, com a demarcação dos campos, e terminada a terceira e última colheita nos primeiros dias de Outubro, defendia que “um homem, uma mulher e dois filhos” apenas tinham de dedicar cerca de 90 dias por ano ao trabalho algodoeiro³³². Se as culturas alimentares ficavam por fazer não seria “fundamentalmente em razão da existência da cultura algodoeira”³³³. Em alguns casos, exceções, a causa da falta de alimentos era consequência das cheias que inundavam, mais do que uma vez, os campos ou das “ervas daninhas de tipo imperata e da junça” que destruíam estas culturas³³⁴. Ao contrário do que acontecia nas empresas extrativas, onde, dado o tipo de produção, o trabalho não tinha uma periodização sazonal, na Cotonang, empresa agrícola, o cultivo e a colheita do algodão eram atividades estacionais. Pressuponha-se que nos períodos em que não houvesse trabalhos algodoeiros, o cultivador tivesse tempo para se dedicar às suas lavouras de subsistência ou liberdade para oferecer o seu serviço a outrem. Esta semi-autonomia também lhes era negada na prática:

³³¹ Dias dos Santos, «Algumas considerações sobre a necessidade de mão-de-obra na cultura algodoeira», Junho de 1960, PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1464/05767.

³³² *Idem, ibidem*, pp. 3-6.

³³³ *Idem, ibidem*, p. 6.

³³⁴ *Idem, ibidem*, p. 1.

quando não eram necessários à Cotonang, como de resto acontecia noutras empresas em Angola, eram forçados a trabalhar na recuperação das estradas da zona concessionária³³⁵.

Meses depois, quando Pereira Neto se desloca à região, não é neste sentido que escreve. A carência alimentar era de tal ordem que permitia que se comparassem as crianças àquelas fotografadas no livro *Geopolítica da Fome*, de Josué de Castro, cuja análise se focava com maior detalhe no Brasil. Se a miséria física das crianças “cortava a respiração” dos observadores, não menos difícil era olhar para jovens adultos, hospitalizados, que não passavam de “ossos cobertos de pele engelhada, esqueletos com um sopro de vida”³³⁶. A par da total impossibilidade de fuga face ao declive abrupto da escarpa, os agricultores algodoeiros encontravam-se totalmente desprovidos das mais básicas condições de vida. Foi numa situação de total desamparo que o inspetor encontrara aquelas gentes, “entregues a si próprios”, que procuravam “descansar no pouco tempo livre, sem se importarem com as consequências que advém desse descanso”³³⁷. A má nutrição, a total ausência de cuidados de saúde, o excessivo horário de trabalho, a falta de apoio técnico às culturas de subsistência dos indígenas, a inexistência de qualquer apoio mecânico à cultura algodoeira, entre outros, compunham o corpo de críticas à empresa³³⁸. Estas condições infraestruturais, ao circunscreverem a vida dos africanos da Baixa, alimentavam uma atmosfera propícia a mecanismos de

³³⁵ *Idem, ibidem*, p. 24. Segundo Jeremy Ball, no caso da Companhia Agrícola da Casseque, empresa açucareira angolana ligada à família Espírito Santo e que operava na região de Catumbela, entre as cidades de Lobito e Benguela, a manutenção das estradas próximas da zona onde recrutava os seus trabalhadores contratados também marcou a experiência do trabalho forçado na região. Naquele caso, não eram os homens que desempenhavam essas funções. Enquanto os trabalhadores recrutados cumpriam o seu contrato, as suas mulheres e filhos eram forçados abandonar as suas aldeias e a trabalhar na manutenção ou reparo das estradas. A violência do trabalho e a falta de condições eram ainda agravados por atos de violência sexual exercidos pelos cipaio ou capatazes que supervisionavam estes trabalhos. In Jeremy Ball. *Angola's Colossal Lie: Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913-1977* (Leiden/Boston: Brill, 2015), pp. 89-90.

³³⁶ José Rodrigues dos Santos, Alguns Apontamentos da minha viagem a Angola de 28/1 a 17/2/61, 6 de Março de 1961, pp.9-10; PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-38A, Cx. 834, Pt.8.

³³⁷ João Pereira Neto, “Apontamento secreto...”, *op. cit.*, pp. 23-24.

³³⁸ A má nutrição dos trabalhadores não era ignorada pela empresa pelo menos desde 1948, ainda que fosse apenas comentada dentro do ambiente fechado do conselho de administração: «Há, na verdade, que pensar a sério em tudo quanto possa influir no fortalecimento dos “indígenas” – em manifesta decadência física – e na melhoria do seu estado social, procurando incutir-lhes a necessidade de trabalhar para ganharem o suficiente para obterem aquilo de que mais precisam, elevando-lhes, cada vez mais, o seu nível de vida, ainda selvagem, na sua maioria. Há regiões onde se encontram, ainda hoje, grande quantidade de pretos em estado deplorável, autênticos esqueletos em pé, devido quase exclusivamente, à sua indolência, que os leva a preferir morrer à fome a trabalhar; e quanto a assistência médica aos “indígenas”, pode afirmar-se que é coisa que não existe na Colónia, senão na Diamang, onde o próprio Governo muito tem que aprender, nesta matéria». In: Jaime Ferreira, Relatório da viagem de inspeção do Senhor Jaime Ferreira a Angola em 1948, 7 de Julho de 1948”, p. 17.

violência simbólica. O infortúnio do africano da Baixa representava, para a empresa, uma clara superioridade relativamente ao restante setor empresarial colonial.

(...) Se para os agricultores indígenas só traz desvantagens, ela é pelo contrário extremamente vantajosa para a empresa concessionária. De facto esta está numa situação muitíssimo vantajosa, em relação às outras entidades empresariais de Angola porque, além de usufruir vantagens de outras ordens, tem garantia de mão-de-obra que pode ser cerca de 20 vezes mais barata do que as outras podem obter³³⁹.

Era precisamente este aspeto que, para Jayme Ferreira, despertava a inveja de todos os demais empreendimentos privados que se viam forçados a despende recursos internos, ainda que com a ajuda do Estado, para angariar trabalhadores nos distritos vizinhos. As repercussões desta situação de vantagem comparativa fizeram-se sentir nas mais diversas facetas da vida burocrático-funcional da empresa: da necessidade de investimento, aos programas de propaganda interna até às estruturas de policiamento privado. A garantia de mão-de-obra e a cumplicidade dos agentes administrativos pode explicar o escasso investimento da empresa em programas de bem-estar que aliciassem os trabalhadores a manterem-se ao seu serviço. A falta de investimento na mecanização do setor concorre para o mesmo argumento. Perante o cenário de pobreza que ali imperava, previa-se que o aumento da capacidade mecânica e técnica da empresa, nomeadamente na preparação dos terrenos, permitiria que o trabalho algodoeiro passasse a ser exercido apenas pelas mulheres. Assim, “grande parte dessa enorme massa de mais de 30.000 agricultores” poderia ser contratado por outras empresas o que representaria um duplo benefício: não só aumentava o rendimento das famílias da Baixa como podia ajudar a resolver o problema da mão-de-obra noutros locais da Província, nomeadamente nos “concelhos limítrofes ao Congo” onde se encontrava a Companhia de Diamantes de Angola³⁴⁰. Face a esta proposta de matriz socioeconómica a empresa defendia-se com a fabricação de um discurso tendencialmente humanista e de defesa das relações comunitárias. Considerava, opinião que era também partilhada pela Delegação de Angola da Junta de Exportação do Algodão, que o recrutamento de trabalhadores para outras empresas fora da Baixa poderia levar à “desagregação dos laços familiares e tribais (...) naquela zona”³⁴¹. Num comunicado enviado ao Governador-Geral de Angola alegava-se que tal representava um prejuízo para os interesses da concessionária e defendiam que esses mesmos interesses eram “no caso em questão, coincidentes com os interesses gerais” da Província, embora,

³³⁹ João Pereira Neto, «Apontamento secreto nº41», *op. cit.*, pp. 27-28.

³⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 31.

³⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 43.

à data, tal representasse um risco por poderem estar “em desacordo com certos sectores da opinião pública”³⁴². Por detrás desta justificação erguia-se uma preocupação maior: caso o trabalho algodoeiro passasse a ser desempenhado apenas por mulheres, permitindo a emigração dos homens para as áreas de influência de outros empreendimentos, nada garantia que, encontrando melhores condições de vida, as famílias da Baixa não migrassem para fora da reserva.

Este paternalismo institucional ficou patente quando a empresa decidiu pôr em prática um programa de desinsetização em meados de 1960. Como já foi dito, a luta contra a praga de insetos era uma das razões pelas quais os agricultores da empresa eram forçados a trabalhar mais tempo do que o necessário no cultivo do algodão. De forma a salvar as suas plantações, estes eram obrigados a catar manualmente os insetos. Por cada cesto de insetos mortos, a Cotonang dava em troca uma pequena gratificação. O problema era estrutural e sintomático: com vista a que o mal não se propagasse, e para salvar parte da sua cultura, o indígena não podia esperar que o algodão atingisse a sua potencial maturação. Numa carta enviada pelo Chefe da Delegação de Angola da J.E.A. ao Presidente daquele organismo, Dias dos Santos, num tom que transparece algum incómodo e irritação, admite a falta de investimento, de fiscalização e de orientação técnica dos trabalhos algodoeiros mas, uma vez mais, recorre à generalização desta questão para todo o continente ao afirmar que “tais problemas são em todo o continente africano e em todas as culturas pois o atraso técnico é um elemento característico da agricultura em África”³⁴³. Apenas no rescaldo das Revolta é que a Cotonang decidiu levar a cabo um programa para combater este problema endémico. Esperava assim não só aumentar a sua produção como o lucro bruto dos seus trabalhadores, melhorando as suas condições de cultivo e atenuando o clima de insatisfação. Esta iniciativa recebeu o apoio e o elogio das elites administrativas coloniais. Louvava-se a coragem da empresa na implementação de um programa que, representando sérios riscos, revelava a preocupação desta com o bem-estar da população indígena. A desinsetização da área agrícola acarretava, naturalmente, encargos financeiros para a empresa. A solução passou por chamar os trabalhadores a participar nos custos da sua aplicação³⁴⁴.

Propõe-se que o indígena contribuíra com a quantia fixa de 140\$00, para as despesas de desinsetização realizada pelo concessionário, salientando que em termos

³⁴²*Idem, ibidem.*

³⁴³ J.M. Dias dos Santos, “Política Indígena...” *op. cit.*, p. 3.

³⁴⁴ João Pereira Neto, «Apontamento secreto nº41», *op. cit.*, pp. 41-42.

médios, cada indígena passaria a auferir mais 340\$00, porque calcula o aumento de rendimento em 480\$00³⁴⁵.

Para calcular os benefícios que a população indígena iria obter da desinsectização dos terrenos de cultivo, a empresa baseara-se na produção média do ano de 1959. Bastava, portanto, que a produção fosse inferior àquela para que o indígena não colhesse qualquer vantagem do projeto de desinsectização. Na opinião do Gabinete dos Negócios Políticos não só os interesses da Companhia não eram coincidentes com os interesses gerais, como esta seria a única a lucrar com a campanha³⁴⁶. Uma vez mais, e mesmo depois da Revolta, o *desenvolvimento tardio*, na Cotonang, procurava apenas ocultar o real cálculo económico.

À Revolta da Baixa do Cassange seguiu-se uma forte intervenção militar na região algodoeira. Se os relatórios aqui trabalhados, que dão conta dos dispositivos empregues na vigilância e administração coerciva dos trabalhadores, relatam uma violenta gestão por parte da concessionária algodoeira, também é necessário ter presente que a Revolta expõe a quase total inexistência na Cotonang de mecanismos securitários privados. O Batalhão de Caçadores Eventual, enviado para o Malange em resposta ao apelo da própria direção da empresa, é simultaneamente prova da ausência de capacidade coerciva privada e da dependência empresarial relativamente aos recursos militares do Estado. Ora, a violência exercida sobre os indígenas dependia mais das estruturas geográficas e do recurso ao trabalho forçado, do que propriamente de mecanismos internos privados capazes de fazer face à iniciativa grevista dos africanos da Baixa: nos momentos que se seguiram à Revolta, assim como naqueles que a antecederam, foi o Estado e a geografia quem mais contribuiu para conter e disciplinar os trabalhadores. Aquele vazio de policiamento privado, onde o papel da empresa se limitava a subornar cipaio e os agentes do Estado, e cuja autoridade perante a população nativa algodoeira estava alicerçada a uma superioridade subjetiva, impôs fortes constrangimentos e desafios à ação militar. De facto, um excerto do relatório secreto enviado pelo Comandante do Batalhão de Caçadores Eventual em Malange, Camilo Rebocho Vaz, dá conta dos obstáculos com que os organismos militares se deparavam. Os “maus-tratos” e a “opressão” imposta aos autóctones da reserva algodoeira, ao ter como autores não só os funcionários da empresa mas também as autoridades administrativas, esvaziou a distinção entre o Estado e o setor

³⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 43

³⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 46-50

privado³⁴⁷. Ambos eram, igualmente, símbolo de privação e violência. O papel dos cipaios e dos funcionários administrativos – cuja rotina também passava por chantagear e ameaçar prender os “indígenas” exigindo-lhes dinheiro para que não os enviassem para a cadeia – levava a que a ideia de exploração fosse transversal a toda e qualquer autoridade. Ora, os militares viram-se, precisamente, na mesma posição de Castilho Soares e Ferreira Gonçalves, quando estes inspetores do G.N.P. se deslocaram às aldeias da zona de influência do C.F.B. À semelhança dos trabalhadores africanos da empresa ferroviária, também no Malange as autoridades, neste caso militares, foram recebidas com a mesma apreensão e desconfiança por não ser clara a diferenciação entre a soberania empresarial e a do Estado. Segundo Rebocho Vaz, a situação era mais grave quando as cheias destruíam as sementeiras de algodão. Nestas alturas, quando se negavam a trabalhar, ocupando-se antes das suas lavras, os algodoeiros eram vítimas de duros castigos corporais, o que expunha a ausência do mais ínfimo “respeito pela pessoa humana”³⁴⁸. Já naqueles primeiros dias de Fevereiro se alertava para a possibilidade da operação militar de nada servir caso não fosse acompanhada de uma defesa eficaz dos interesses e da proteção ao indígena. À Cotonang impunha-se agora que se cumprisse rigorosamente a legislação algodoeira³⁴⁹. Uma vez mais, embora no meio militar de forma menos arreigada a uma única visão, as leituras não eram unilaterais. Para o Ministro da Defesa Nacional, Botelho Moniz, o papel de funcionários administrativos e empresariais “pouco escrupulosos” havia sido estrategicamente aproveitado por instigadores políticos. Importava impor um regime justo e humano que não permitisse a repetição de práticas abusivas e arbitrárias. Mas adverte que caso estas autoridades voltassem a atuar em sintonia com o passado, não poderiam ser poupadas³⁵⁰. Seria o General Beleza Ferraz a ir mais longe, remetendo à consideração ministerial a hipótese de se declarar o Estado de Sítio na região, incumbindo as autoridades militares de um poder total sobre a Baixa do Cassange. Na opinião do militar, o “remédio imediato” para o problema passava obrigatoriamente por “expulsar pura e simplesmente da região todos os interessados no

³⁴⁷ Major Camilo Rebocho Vaz, «Região Algodoeira: conclusões do contacto com civis e autoridades administrativas», 11 de Fevereiro de 1961. PT/AHM/FO/7/8/23 cx.329. Do mesmo autor ver, também, o seu livro de memórias sobre os acontecimentos de 1961 no Norte de Angola: Camilo Rebocho Vaz, *Norte de Angola 1961: A verdade e os mitos* (Coimbra: Edição do autor, 1993)

³⁴⁸ *Idem, ibidem.*

³⁴⁹ *Idem, ibidem.*

³⁵⁰ Júlio Botelho Moniz, “Despacho do Ministro da Defesa Nacional”, 27 de Fevereiro de 1961, PT/AHM/FO/7/8/23 cx.329.

negócio”³⁵¹. Manuel dos Santos Moreira, Chefe da 2ª Repartição, submete aquele parecer ao Governador-Geral de Angola e ao Comando Geral da Província. Segundo General Monteiro Libório, do Comando de Angola, a informação que lhe fora remetida não apresentava qualquer novidade, sendo apenas “a confirmação do que sobre o assunto é do conhecimento quase geral”³⁵².

Quando, depois da Revolta, Fonseca George, administrador-delegado da Cotonang, se desloca a Angola para avaliar a gravidade da situação da Baixa e as consequências económicas da interrupção dos trabalhos, depara-se com um clima que considera mais calmo do que aquele relatado nas notícias que chegavam a Lisboa. De facto, se as opiniões da maioria das autoridades administrativas em Angola tendiam a excluir o regime algodoeiro do leque das principais causas da Revolta, e apesar de ter tomado todas as diligências para dissociar a empresa dos atos subversivos, tal não parecia ser partilhado pelas autoridades militares:

[Existem] dúvidas da parte do Comando Militar quanto à absoluta exclusão do regime algodoeiro da quota-parte de responsabilidades na interrupção dos trabalhos por parte dos “indígenas”, tentativa por minha parte de desvanecimento dessas dúvidas³⁵³.

Considerava, por isso, que a Cotonang teria de se “reajustar” às “exigências que certamente virão a ser impostas”³⁵⁴. Em 1948 a resolução apontada para os problemas da empresa assentava precisamente no ponto que os agentes coloniais e militares viriam a criticar em 1961: “é sempre nas mãos das autoridades administrativas locais que está o melhor e mais forte elixir para os nossos problemas. Cultivemos, pois, ao máximo, as nossas relações com elas, mantendo-as interessadas pela nossa atividade”³⁵⁵. A visita de Fonseca George rompia com estas visões do passado. Depois da Revolta era necessário ter presente que o futuro iria certamente impor condições de trabalho mais difíceis. Antevia, portanto, que um conjunto de medidas viriam a ser impostas pelo Governo ao setor algodoeiro, não somente em Angola como também em Moçambique. Era inegável a necessidade de nomear culpados pelo trabalho compelido e pelo papel das autoridades administrativas no processo produtivo, uma vez que não existia nenhuma base legal que

³⁵¹ General Beleza Ferraz, “À consideração de Sua Exa. O Ministro”, 25 de Fevereiro de 1961, PT/AHM/FO/7/8/23 cx.329.

³⁵² Major Manuel dos Santos Moreira, “Relatório de Rebocho Vaz”, 22 de Fevereiro de 1961, PT/AHM/FO/7/8/23 cx.329.

³⁵³ J. Fonseca Georges, “Exposição do Administrador-delegado sobre a sua recente viagem a Angola”, 2 de Março p.3, BNU/CGD – 002.20/196.

³⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 5.

³⁵⁵ Jayme Ferreira, *op. cit.*, p. 16.

determinasse a obrigatoriedade do cultivo algodoeiro na região³⁵⁶. O Secretário-geral de Angola afirmava ser do seu conhecimento, segundo informações recolhidas junto dos regentes agrícolas da Baixa, que quem dava as ordens às autoridades administrativas para compelir os indígenas, “por instruções verbais ou por ordens confidenciais”, era a J.E.A. Procurava-se, de alguma forma, culpar um organismo público pela violência exercida, na esperança que tal pudesse estancar a possível contaminação de acusações a toda a estrutura estatal. Ao dar conta, ao Presidente da J.E.A., do teor das discussões onde a Junta participava com vários representantes do Estado, Dias dos Santos descreve a “tal intensidade” daquelas reuniões que o obrigaram, no final, a pedir desculpas ao Secretário-geral pela sua “impulsividade”³⁵⁷. A Junta era alvo, naqueles tempos, de violentas acusações, sendo a má atuação daquele organismo visto como prova da sua cumplicidade com a Cotonang³⁵⁸.

Em Maio de 1961, pelo decreto nº43639, o Estado Central põe termo ao regime de cultivo obrigatório do algodão. A partir de então este passava a ser “livremente praticado”, sob a orientação da J.E.A.³⁵⁹. As autoridades administrativas foram proibidas de participar no fomento, cultura ou comércio do algodão, sendo revogadas todas as disposições anteriores e passando a constituir crime estas receberem qualquer tipo de compensação por parte do setor privado³⁶⁰. A Cotonang perdia assim, em termos legais, não só a garantia de uma ampla reserva de mão-de-obra, como os seus tradicionais parceiros na imposição e fiscalização do trabalho algodoeiro. Em Agosto do mesmo ano é extinta a Junta de Exportação do Algodão. Em sua substituição foi criado o Instituto do

³⁵⁶ J.M. Dias dos Santos, «Carta para o Presidente da J.E.A.», 4 de Fevereiro de 1961, PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1464/05772. Segundo o Código de Trabalho Indígena, o trabalho obrigatório era totalmente proibido quando se destinava a fins particulares (artigo 294º). Para além disso, todo e qualquer funcionário que impusesse aos indígenas trabalho obrigatório deveria não só ser demitido como punido pelo Código Penal pelas «violências que exerceram contra a pessoa indígena» (artigo 328º). Muito embora o Governo das Colónias tivesse a capacidade de impedir, temporariamente, a emigração de trabalhadores africanos em determinadas zonas, estabelecendo assim reservas de mão-de-obra onde o recrutamento era exclusivo, tal deveria ser publicado em Boletim Oficial não existindo nenhuma portaria mencionasse tal para a Baixa do Cassange. João Pereira Neto, *op. cit.*, pp. 7-8.

³⁵⁷ J.M. Dias dos Santos, «Carta para o Presidente da J.E.A.», 27 de Janeiro de 1961, PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1464/05772.

³⁵⁸ Leia-se: «Enfim. Agora que a agitação das populações da Baixa do Cassange pôs em foco os vários aspetos que se relaciona com a cultura do algodão, são os nossos serviços responsabilizados por tudo o que se aponta como inadequado ao mundo atual» in J.M. Dias dos Santos, *op. cit.*, 4 de Fevereiro de 1961, PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1464/05772.

³⁵⁹ Decreto nº43639/61 de 2 de Maio de 1961, Ministério do Ultramar, art.º 1.

³⁶⁰ *Idem, ibidem*, art.º 3.

Algodão de Angola e Moçambique³⁶¹. Um ano depois da publicação destes decretos, João Pereira Neto volta a debruçar-se sobre o assunto. Segundo informações recebidas no G.N.P., suspeitava-se que em algumas zonas algodoeiras, nomeadamente na região do Catete, as autoridades administrativas estavam novamente sujeitas a uma enorme pressão por parte do sucessor da J.E.A., o Instituto do Algodão de Angola (I.A.A.). Era sem surpresa que esta informação era recebida no Gabinete. Para tal concorria o facto de ter ingressado neste novo organismo parte dos quadros que compunham a extinta Junta³⁶². Na opinião do inspetor, estes agentes já tinham dado provas de estarem mais preocupados com os “interesses de certos grupos do que [com os] superiores interesses da Nação”³⁶³. Esta operação de maquilhagem era ainda mais evidente dado o facto de terem nomeado para Diretor do I.A.A. o antigo chefe da Delegação de Angola da J.E.A., Dias dos Santos, alguém que sempre procurou salvaguardar os interesses de “determinada concessionária”³⁶⁴. Segundo o mesmo inspetor, foi a presença militar que garantiu que o sistema de coação e que impediu que o cultivo do algodão não voltasse a ganhar terreno. “A partir do momento que começaram os tiros”, diz-nos João Pereira Neto na já citada entrevista, “nunca mais se atreveram, ficaram com medo”³⁶⁵. Se os efetivos militares asseguravam não só a retoma da normalidade como a cessação da primazia do interesse económico na região, o Estado, “dado o cabedal de experiência acumulada e o longo caminho percorrido”, retirava do passado “seguros ensinamentos para o futuro”³⁶⁶. Colocava-se assim termo, pelo artigo 1º do Decreto-lei nº45179, ao regime de concessão algodoeira. Considerava-se que esta prática tinha sido utilizada apenas com “carácter precário e transitório (...) nas fases de arranque”, ou seja, “uma solução de emergência tolerada pelos Poderes Públicos”³⁶⁷. Como se o recurso por parte do Estado à iniciativa privada, assente em contratos de concessão, não tivesse sido uma prática recorrente para garante da economia e da soberania do Império, defendia-se agora que “no caso presente, ninguém pensará que 36 anos não foram tempo suficiente para que a iniciativa privada

³⁶¹ Pelo Decreto-lei nº43874 de 24 de Agosto de 1961 foram extintas as Juntas de Exportação do Algodão, dos Cereais e do Café e criado o Instituto do Algodão de Angola e de Moçambique, dos Cereais de Angola e do Café de Angola.

³⁶² João Pereira Neto, “Apontamento secreto nº265 – parece esboçar-se uma ação tendente a impor, de facto, novamente a cultura algodoeira às populações aborígenes, designadamente na zona de Catete”, 26 de Junho de 1962, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0337/01534.

³⁶³ *Idem, ibidem*, pp. 1-2.

³⁶⁴ *Idem, ibidem*.

³⁶⁵ Entrevista a João Pereira Neto, *op. cit.*

³⁶⁶ Decreto-lei 45179/63 de 5 de Agosto de 1963, Ministério do Ultramar.

³⁶⁷ *Idem, ibidem*.

em regime de proteção se ressarcisse dos encargos livremente assumidos”³⁶⁸. O Estado declara, assim, que o regime algodoeiro, contra a boa vontade, e, até mesmo, sem o seu aval ou consciência, havia falhado. Do rol de justificações surge ainda uma nova: a atividade algodoeira por parte da concessionária passara a ser considerada um entrave à migração branca que, seguindo um desígnio transversal aos programas de reordenamento mas também aos projetos penais, “importa promover em vastas áreas das nossas Províncias de Angola e Moçambique”³⁶⁹. Se o investimento do setor privado já teria sido recompensado pelo protecionismo estatal, o art.30º, ao aceitar que agentes das antigas concessionárias integrassem os institutos do algodão para levarem a cabo funções de fomento do setor, parece ignorar o que, um ano antes, o G.N.P. havia censurado. Acrescia ainda que este conjunto de decisões não tinham aplicação imediata. Às empresas concessionárias que apresentassem pedidos de desistência, o contrato cessava um ano após a data da renúncia³⁷⁰. Para aquelas que não o fizessem, a concessão terminaria apenas a 31 de Agosto de 1966³⁷¹. Anexo ao relatório da viagem de Fonseca George encontramos um «Projeto» não datado e assinado. A empresa tinha solicitado, numa audiência com o Ministro do Ultramar, que fosse o I.A.A. a ocupar-se, já na campanha de 1962/63, da assistência técnica aos agricultores da Baixa assim como da compra do algodão produzido³⁷². Em resposta, o I.A.A. havia informado a empresa que não tinha, à data, capacidade para se ocupar daquelas tarefas de fomento, pelo que a empresa deveria, “como tradicionalmente”, levar a cabo a execução das mesmas. O motivo daquele pedido era claro: a Cotonang não estava em condições económicas para fazer face a tais despesas, dado o “substancial agravamento dos encargos inerentes”³⁷³. Para além do aumento decretado do preço a pagar pela compra do algodão aos indígenas, que não se via traduzido no preço de venda do mesmo à Metrópole, um conjunto de “taxas, contribuições e impostos” tornavam a vida económica da empresa progressivamente mais difícil, garantindo a sua administração que não tinha tirado “qualquer proveito” da campanha de 1961³⁷⁴. A Comissão criada para avaliar esta situação subscrevia as reclamações da algodoeira, afirmando que a mesma não absorvia das suas “exportações o mínimo de

³⁶⁸ *Idem, ibidem.*

³⁶⁹ *Idem, ibidem.*

³⁷⁰ *Idem, ibidem*, art.º 33.

³⁷¹ *Idem, ibidem*, art.º 34.

³⁷² Companhia Geral dos Algodões de Angola, «Doc. III – Projecto», s.d., p.1, BNU/CGD – 002.20/196.

³⁷³ *Idem, ibidem*, p. 5.

³⁷⁴ *Idem, ibidem*, pp. 5-6.

lucro considerado justo”³⁷⁵. Os ónus destes encargos pareciam recair sobre o facto de se tratar de uma empresa concessionária. Para além dos 10.000 contos anuais que a empresa desembolsava em contribuições, acresciam “os pesados encargos que para nós resultam da grave situação que Angola está atravessando”³⁷⁶. São estas as razões que levavam a empresa a desistir “de todas as suas concessões de zonas algodoeiras da Província de Angola”. No entanto, tal não significava que houvesse por parte do Conselho de Administração a intenção de cessar todas as suas atividades em Angola. “Antes pelo contrário”³⁷⁷. A empresa não só pretendia continuar a contribuir, embora em novos moldes, para o desenvolvimento económico angolano como assumia todas as responsabilidades enquanto “maior e mais antiga empresa algodoeira”³⁷⁸. Abandonariam assim a posição de concessionária para passarem operar como “produtores autónomos de algodão”. Em forma de despedida, informava-se que esta decisão era reversível, caso as autoridades competentes proporcionassem “as suficientes condições de vida à concessionária das zonas algodoeiras”³⁷⁹. Como veremos no capítulo IV, a Cotonang adaptou-se à nova época e às exigências inerentes ao início da Guerra Colonial.

Como vimos, quem exercia o policiamento das lavras eram autoridades administrativas coagidas pelo setor privado. Ao contrário do que acontecia no interior das zonas concessionadas a outras empresas, como veremos com o caso da Diamang, a Cotonang não tinha de recrutar trabalhadores nos distritos vizinhos, contando com a sua reserva exclusiva. Este fator pode ser compreendido como um traço de longa-duração que inibiu o desenvolvimento de uma estrutura burocrática capaz de assegurar, com regularidade, novos fluxos de trabalhadores. Este processo impunha que as empresas consolidassem recursos internos capazes de controlar deslocações de nativos e de estabelecer relações com chefes de tribos e autoridades tradicionais. Desta forma, os agentes privados tinham de ser capazes de impor e garantir um amplo poder de auscultação, de vigilância e de proximidade com a população local a fim de prevenir e inibir potenciais fugas de trabalhadores. Acresce que as vantagens da geografia da Baixa do Cassange acabavam por dispensar a implementação de dispositivos de concentração ao nível micro, como o arame farpado ou outros instrumentos de delimitação dos

³⁷⁵ *Idem, ibidem*, p. 6.

³⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 7.

³⁷⁷ *Idem, ibidem*.

³⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 8.

³⁷⁹ *Idem, ibidem*, p. 9.

pequenos aglomerados populacionais. O “privilégio” de que Pereira Neto falava permitia, precisamente, que a empresa não tivesse de dispensar meios financeiros e humanos nestes processos. No entanto, esta mais-valia pode ajudar a explicar um menor nível de burocratização e de especialização das estruturas internas desta empresa privada, altamente dependentes da parceria com o Estado. Da mesma forma, como veremos com a Diamang e recuperando a questão dos clubes desportivos dos C.F.B., a Cotonang não desenvolveu, como aconteceu nas grandes empresas coloniais, mesmo nas algodoceiras, mecanismos de propaganda interna que procuravam conquistar as “mentes e os corações” dos seus trabalhadores, garantindo assim uma espécie de fidelidade para com a empresa³⁸⁰.

A Revolta da Baixa do Cassange, a intervenção militar e as repercussões internacionais que se seguiram, impuseram uma reformulação não só das estruturas privadas corporativas algodoceiras como dos institutos públicos de gestão do setor. Numa altura em que o Estado, parceiro vital da empresa, é exposto a uma forte pressão e precisa de se afastar das acusações de cumplicidade na exploração e desrespeito pela integridade indígena, a Cotonang perde o seu aliado material. A concessionária era claramente dependente dos agentes estatais, aos quais garantia remunerações proporcionais à quantidade de algodão produzida pelos africanos. Tal enquadra-os num esquema de incentivos institucionais onde os funcionários públicos acabavam por ser “capturados” pelos interesses corporativos. Até mesmo os supervisores eram escolhidos entre africanos previamente recrutados pelo exército português, que mantinham o uniforme militar para se distinguirem dos agricultores africanos³⁸¹. Informações chegadas ao G.N.P., no final do ano de 1963, não ignoravam o papel que estes agentes desempenharam na história, tão

³⁸⁰ Ver, a título de exemplo: Osumaka Likaka, *Rural Society and Cotton ...*, op. cit.; Iva Peša e Benoît Henriet, «Beyond Paternalism ...», op. cit.; Charles Van Onselen, *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia, 1900–1933* (Johannesburg: Ravan Press, 1976) Cf. Toyin Falola, *Colonialism and Violence in Nigeria* (Bloomington: Indiana University Press, 2010); Martin Thomas, *Violence and Colonial Order ...*, op. cit.

³⁸¹ John Marcum, *The Angolan Revolution, vol. I: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)* (Cambridge, Mass: The M.I.T. Press, 1969), p. 47. O recurso a ex-militares não foi exclusivamente empregue pela Cotonang. Segundo Osumaka Likaka, também no Zaire as empresas algodoceiras tendiam a contratar ex-soldados, trabalhadores ou mensageiros da Force Publique para acompanhar as campanhas algodoceiras. Raramente estes agentes tinham qualquer tipo de experiência ou treinamento agrícola. De facto, o recurso a ex-militares, desprovidos de experiência técnica para acompanhar o trabalho, algodoceiro ou nas lavras alimentares, demonstra bem o desinteresse, ou mesmo a negligência, da empresa na implementação de políticas de bem-estar. Na sua análise, o autor defende ainda que, à medida que o número de agentes devidamente treinado diminuía face ao total ao serviço da empresa, as populações do Zaire eram alvo de maiores níveis de violência. Osumaka Likaka, *Rural Society and Cotton ...*, op.cit., p. 50.

pouco a sua colaboração com os grupos económicos. Viam apenas o virar de uma página, um novo tempo em que as funções tinham de se adequar à realidade presente:

Nunca será demais referir os altos e patrióticos serviços das autoridades administrativas. O seu comportamento, nos períodos mais graves e mais difíceis, está acima de qualquer crítica: foram valentes, decididos e patriotas. Porém o tempo dos “administradores”, tal como a sua maioria entendia a administração, está hoje ultrapassada. Mais do que autoridade, mais do que representantes da soberania portuguesa entre os povos gentios, eles devem ser hoje os conselheiros, os guias dos povos, os pioneiros de desenvolvimento comunitário, os inspetores do trabalho. Ora muito do antigo ainda existe. Acabaram os indígenas que carecem de tutela e hoje existem cidadãos que precisam de dirigentes, mas muitos parecem esquecê-lo. Os “bons tempos” da África acabaram e hoje a apreciação dos problemas tem de ser vista com outros olhos³⁸².

Todo o aparato estava direcionado para a supervisão da produção algodoeira e para a recolha de impostos. Não existia nenhum corpo securitário autónomo de vigilância dos assuntos públicos ou privados, o que levava Pereira Neto a afirmar que tal impediu o desenvolvimento da assistência socioeconómica à população africana. É difícil asseverar qual o real estado de desenvolvimento do aparelho corporativo dado que foi precisamente ali que começou a primeira grande revolta popular de Angola. Defendemos, mesmo tendo presente que a informação interna e externa sobre a capacidade de organização da empresa é escassa, que aquele aparelho administrativo era claramente embrionário quando comparado, não só com o C.F.B., mas principalmente com a Diamang, embora a realidade diamantífera fosse verdadeiramente excecional. A contribuição da empresa para a longevidade da Guerra colonial parece ter assentado principalmente em contribuições financeiras, por vias das novas imposições contributivas, e não numa gestão autónoma dos territórios até então sob sua administração (ver capítulo IV). No entanto, tal não significa, apesar das alterações introduzidas ao nível local e da dependência da empresa face ao aparelho repressivo do Estado, que a Cotonang não tenha continuado a marcar o ritmo económico e a vida diária do Distrito do Malange. Só assim podemos compreender a resistência estatal em diminuir as áreas de gestão da concessionária, independentemente da sua escassa produtividade. O investimento na mecanização do setor e na aquisição de plantações algodoeiras próprias contribuiu, segundo relatórios da sua acionista belga, a Cotonco, para o aumento significativo da colonização branca³⁸³. Não podemos esquecer que era precisamente este um dos pontos que o decreto que põe termo ao regime

³⁸² Afonso Mendes, Apointamento, 7 de Dezembro de 1963, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12830.

³⁸³ O.N.U., Supplement No. 16 (A74978), Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola, New York 1962.

concessionário, em 1963, refere como justificação: o modo como o monopólio sobre a região algodoeira da Baixa do Cassange funcionara como uma barreira à colonização europeia. É necessário ainda lembrar que tanto no relatório do G.N.P. relativo ao C.F.B., como nas várias informações militares apresentadas no primeiro capítulo, o aumento do número de europeus esteve sempre arreigado a preocupações e estratégias militares de autodefesa. Não se trata apenas de uma imposição de mecanismos securitários físicos mas, também, simbólicos. A superintendência dos brancos era uma forma de garantir não só uma suposta maior monitorização sobre a população indígena como a soberania portuguesa. Para além disso, a Cotonang não abandonou por completo a sua dependência face à produção algodoeira semiautónoma, ou seja, continuou sempre a necessitar de um elevado número de cultivadores algodoeiros que exerciam a sua atividade fora das lavras adquiridas pela empresa. Também aqui, o Estado teve um papel a dizer: proibindo de forma clara, ou não, o cultivo obrigatório do algodão, continuou a caber ao Estado detalhar quais empresas estavam autorizadas a adquirir o algodão produzido pelos agricultores africanos. Se a dependência da empresa face ao Estado pode ser justificada por características de longa-duração, o mesmo pode ser dito face à dependência da população local relativamente ao setor algodoeiro. Forçados durante anos a cultivar algodão, a maioria daquelas gentes via naquele produto a sua única fonte de subsistência. Ao contrário do caso dos C.F.B., onde as informações recolhidas nos relatórios militares davam conta de uma eficaz organização de segurança privada, no caso da algodoeira a sua história ao longo da Guerra Colonial ficou mais marcada por uma reformulação das práticas administrativas do que por uma parceria na contenção ativa dos movimentos subversivos. Ainda assim, a permanência da empresa, a par da presença militar, não deve ser descartada como fonte de contenção da guerra. A distinção do peso potencial das estruturas coercivas simbólicas, versus as instâncias militarizadas, é difícil de avaliar. No caso dos diamantes essa mensuração é, como veremos, mais complexa e extensa.

● A Companhia de Diamantes de Angola (Diamang)

Fundada em 1917, a Companhia de Diamantes de Angola (Diamang) estabeleceu-se numa área de 52 km² cobrindo a então designada Província da Lunda. Constituída por um agregado de capitais mistos, é-lhe inicialmente concedida, em 1921, por Norton de

Matos, o direito exclusivo para a prospeção de diamantes em todo o território angolano³⁸⁴. De forma a garantir a não prevalência de interesses nacionalistas, o Conselho de Administração da empresa era constituído por “não menos de cinco nem de mais de vinte e um membros, eleitos por três anos, com exceção de dois, cuja nomeação pertence ao Estado”, dividindo-se entre a sua Sede Social em Lisboa e um Comité Técnico em Bruxelas³⁸⁵. Enclave do Império onde a colonização foi delegada ao sector privado, a Diamang beneficiou de um contrato manifestamente vantajoso, palpável pela isenção do pagamento de impostos e contribuições referentes a bens alimentares e têxteis, maquinaria e outros equipamentos industriais. A estes privilégios somava-se ainda o direito de gerir e administrar toda e qualquer atividade comercial no interior da área concessionada³⁸⁶. Para o cumprimento destas garantias, a partir do momento em que se instalou na Lunda, foram encerradas ou realocadas as demais pequenas empresas que poderiam concorrer no carecimento de mão-de-obra para a Companhia³⁸⁷. Na Lunda a empresa tornou-se, então, a única entidade empregadora legitimada pelo Estado. Por detrás desta decisão escondia-se, também, a necessidade de reduzir ao máximo o contato entre trabalhadores mineiros africanos e comerciantes, com o intuito de evitar o tráfico de diamantes³⁸⁸. Inerentemente, no interior do que foi denominado como *zona única de proteção* (ZUP), a Diamang comportou-se como entidade soberana sobre a decisão de circulação: quer se tratasse de europeus ou africanos, a passagem ou permanência no interior da área operacional da Companhia implicava o envio prévio de um pedido de autorização à sua Administração. Depois de analisado o processo a empresa podia, ou não, atribuir uma *guia*, uma espécie de documento oficial que comprovava a licitude da

³⁸⁴Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias em África* (Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005) p.77. Sobre a origem da rede de capitais internacionais que fundaram a Diamang ver Cap. IV.

³⁸⁵ Jorge Varanda. «Crossing Colonial and Empires: The Health Services of Diamond Company of Angola» in Anne Digby, Waltraud Ernst e Projit Muhkarji, *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and indigenous medicine in transnational perspectives* (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010) pp.16-184; Companhia de Diamantes de Angola, *Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola* (Lisboa: Tip. Silvas, 1969) p .5.

³⁸⁶ Em 1937, por ordem direta de Salazar, um novo contracto era celebrado entre o Estado Português e a Companhia de Diamantes de Angola. Muito embora não viesse a alterar as bases do anterior contracto, impunha um cunho mais nacionalista na sua atuação ao forçar a empresa a dar preferência a produtos portugueses e angolanos e estipulando que pelo menos 70% dos trabalhadores fossem portugueses. Clarence Smith, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985) pp. 2-3.

³⁸⁷ Todd Cleveland, *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of (...); op. cit.*, p. 5.

³⁸⁸Todd Cleveland, «Resisting the Conceptualization of Theft as Resistance and Informing as Collaboration: Capitalization Strategies on Angola’s Colonial-Era Diamond Mines, 1917–1975» in Nuno Domingos Miguel Bandeira Jerónimo e Ricardo Roque (Eds.), *Resistance and Colonialism Insurgent Peoples in World History* (Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, 2019), pp. 123-149.

presença no interior da ZUP³⁸⁹. Advogada pelos seus administradores enquanto “Empresa da colonização”, a Diamang estava obrigada, por via contratual, à semelhança, como vimos, do que acontecia com o resto do setor privado, a agir de acordo com a lei do Estado colonial no que diz respeito ao pagamento de salários, alimentação, vestuário e habitação, bem como a prestar assistência médica e hospitalar aos seus trabalhadores. Uma vez mais, o setor privado era chamado a contribuir para o “elevar do nível moral e de instrução” do indígena, tornando-se agente da colonização em parceria com o Estado e assumindo a finalidade última espelhada na retórica humanista do Estado colonial português: o progresso civilizacional dos autóctones³⁹⁰. No contrato provisório de 1920, esta parceria, e a respetiva transplantação de funções, encontra-se consagrada: “Entenda-se que este contrato tem o carácter de uma verdadeira associação da Colónia com a Companhia (...)”³⁹¹. De uma forma ou de outra, a inserção de um paternalismo corporativo naquela região respondia à própria génese do contrato com o Estado. Até 1926, as terras então concessionadas à Diamang encontravam-se virgens de qualquer presença colonial, tendo sido apenas mobilizadas as tropas do exército português para a conquista efetiva da Lunda na sequência do contrato estabelecido. Até então, a Lunda era uma zona praticamente despovoada, apenas habitada pela tribo Cokwé que, segundo os relatórios militares da época, haviam transposto a fronteira para o Congo Belga assim que a presença militar portuguesa se fez sentir³⁹². Ora, o plano urbanístico da região foi delegado às autoridades administrativas da Empresa, passando a estar o seu desenvolvimento ancorado ao processo extrativo e projetado sob o impulso de políticas de controlo e vigilância do corpo³⁹³. Se o acordo de 1921 previa a comparticipação do Estado em 40% dos lucros

³⁸⁹ Todd Cleveland, *Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of (...)*, *op. cit.*, pp.5-6. Documentação encontrada no Arquivo Diplomático comprova, precisamente, este amplo e soberano controlo por parte da empresa: encontramos ali um pedido, dirigido à Diamang por parte de um cidadão português que pretendia implementar na Lunda uma empresa de táxis. Para além do pedido em si, a empresa solicita um conjunto de informações para apreciação do processo: ficha criminal, descrição profissional do remetente do pedido assim como uma descrição do seu agregado familiar. Companhia de Diamantes de Angola, «Pedido formulado por Américo Pires Cardoso para autorização de exploração de uma empresa de táxis na região de Lunda e parecer do Grupo de Trabalho para os Assuntos da Diamang», 1966, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0338/08875.

³⁹⁰ Nuno Porto, *Modos de objectificação da dominação colonial ...*, *op. cit.*, p. 7.

³⁹¹ Contrato Provisório entre o Estado e a Companhia de Diamantes de Angola, 4 de Dezembro de 1920, Secção B, §4°C.

³⁹² Segundo Renné Pellissier, «[A resistência] cessou praticamente assim que se consolidou aquela gigantesca organização que, pelo seu sistema de vigilância inerente à sua actividade, pelo seu enorme poderio económico tanto no plano internacional como no plano interno, pelas suas necessidades de mão-de-obra, pelo seu paternalismo eficiente e asséptico, iria ser o motor da Lunda e o encarnar, em muitos aspetos, (...) do mundo branco e do Estado». Renné Pellissier in Nuno Porto, *Modos de objectificação da dominação colonial ...*, *op. cit.*, p. 8.

³⁹³ Nas palavras de Jorge Varanda: «Ao “chegar” à circunscrição do Chitato em 1917 a Diamang deparou-se com um território “vazio”, um espaço em que a “civilização” colonial ainda não se tinha feito sentir. Os

líquidos e a posse de 100 mil ações da empresa, o acordo de 1937, que prolonga o período da concessão de 1951 até 1971, aumenta a parcela dos lucros do Estado para 50%³⁹⁴. É necessário ainda não desconsiderar que o Estado, ao longo do tempo, recorreu a empréstimos concedidos pela concessionária com taxas de juro risórias e longos períodos para quitação da dívida (ver capítulo IV).

É no contexto de uma Lunda praticamente despovoada, de uma cedência efetiva de soberania ao sector privado e da instalação naquela zona de uma empresa extrativa que se encontrava invariavelmente vinculada à necessidade de elevados exponentes de mão-de-obra, que o norte de Angola se torna palco, até à queda do Império Colonial, de constantes processos de migrações internas forçadas, onde o Estado colonial e a Companhia se constituem verdadeiros parceiros no exercício de tal narrativa. À semelhança do que acontecia na Cotonang, também na zona concessionada à Diamang, a empresa podia contratar qualquer indivíduo e forçá-lo a trabalhar nas suas minas. Estes africanos foram designados por “trabalhadores voluntários”. No entanto, dado que a região sofria, cronicamente, de uma baixa densidade populacional, as reservas humanas da região eram claramente insuficientes para fazer face às necessidades de mão-de-obra da empresa. Desde cedo o Estado tornou-se parceiro da Diamang na rotinização do trabalho forçado fora da zona de recrutamento exclusivo. Se a demografia da Baixa do Cassange permitia que a empresa apenas proibisse a emigração da sua população e a prática de outra atividade que não a algodoeira, a Lunda impunha o alargamento do recrutamento para lá da zona diamantífera. O modo como a realocação forçada dos autóctones era empregue em Angola é confirmada por Henrique Galvão, então Inspetor Superior da Administração Ultramarina, aquando de uma intervenção que faz na Assembleia Nacional em 1948:

Se quisermos ser realistas, a situação é pelo menos tão desumana como era no tempo da escravatura. Contudo, nesse tempo, o negro, comparado a um animal de trabalho, continuava a ser uma peça de propriedade pessoal, que o seu dono tinha o interesse em manter saudável e vigorosa, como fazia com o seu boi ou com o seu cavalo. Atualmente, o negro não é vendido mas simplesmente alugado ao Governo sem perder o rótulo de homem livre. O patrão importa-se pouco que o homem viva ou morra,

postos administrativos eram postos isolados numa paisagem com pouquíssimos exemplos da presença colonial. Para explorar industrialmente os diamantes de aluvião, a companhia viu-se forçada a criar condições para tal, o que implicou edificar nas quase seis décadas seguintes, além das explorações industriais mineiras, estradas, pontes, vilas e cidades, barragens, redes elétricas e estruturas de saneamento básico. Esse panorama ilustrava bem o esquecimento a que tinham sido relegadas as zonas do interior, pelo governo da colónia (...)» in Jorge Varanda, «Cuidados Biomédicos de saúde em Angola e na Companhia de Diamantes, 1910-1970» *Manguinhos*, V.21, Abr.-Jun 2004, pp.653-673, p. 591.

³⁹⁴ Todd Cleveland, *Diamantes em bruto*, op. cit., pp. 53-54.

desde que trabalhe enquanto puder, pois o patrão pode pedir que lhe forneçam outro trabalhador, se o primeiro ficar incapacitado ou morrer (...) ³⁹⁵

Com uma antecedência de pelo menos 60 dias, o serviço de recrutamento da Companhia deveria comunicar às autoridades administrativas e aos chefes de posto – os funcionários mais baixos da estrutura hierárquica do Estado Colonial – o número de trabalhadores que, sob o regime de contrato com intervenção do Estado, eram necessários nas explorações mineiras. Nesta altura, a empresa deveria ainda assinalar as datas, por contingentes mensais, que as autoridades deveriam reunir ³⁹⁶. Agrupada esta informação, eram enviados até às aldeias e vilas *cipaios* - uma espécie de auxiliares, normalmente indígenas assimilados – onde, com o auxílio das Autoridades Tradicionais, reuniam o número máximo de trabalhadores, com idades preferencialmente compreendidas entre os 20 e os 45 anos e que não tivessem “aleijões, deformidades ou lesões aparentes” nem sinais de “hérnias, úlceras ou doenças contagiosas” ³⁹⁷. Estes indivíduos, posteriormente encaminhados para a cede do Distrito Administrativo, eram sujeitos a um exame médico que aferia a validade física e o nível de robustez do africano ³⁹⁸. Desde finais da década de 1920, à semelhança do que acontecia noutras empresas mineiras coloniais, a Companhia de Diamantes de Angola recorria ao Índice de Pignet para classificar a aptidão do africano para o trabalho mineiro ³⁹⁹. Esta medida de triagem, que tinha em linha de conta a altura, o peso e a circunferência torácica, destinava-se a dividir os recém-chegados em cinco categorias biológicas: muito fortes, forte e boa, razoável, fraca e, por último, muito fraca. Em teoria, aqueles que integrassem a última categoria eram repatriados para as suas aldeias. Os considerados “fracos” eram retidos no Centro de Trânsito do Dundo, sede da empresa, e submetidos a tratamentos profiláticos para, mais tarde, serem novamente avaliados ⁴⁰⁰. Os “escolhidos” eram coagidos a legalizar o seu comprometimento laboral via assinatura de um contrato de trabalho sendo, depois, encaminhados para o enredo concessionário onde passariam a habitar. A estes trabalhadores, a burocracia empresarial

³⁹⁵ Henrique Galvão citado em Nuno Porto, *Modos de objectificação da dominação colonial ...*, op. cit., p. 508.

³⁹⁶ Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, «Informação Confidencial nº15/61», 16 de Agosto de 1961, PT/ANTT/António Soares Carneiro, cx.15, nº5, doc.8, pp. 8-9.

³⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 9.

³⁹⁸ Todd Cleveland, op. cit., 43; Alexander Keese, op. cit., p. 245.

³⁹⁹ Para um estudo mais aprofundado sobre o recurso ao Index de Pignet por parte da Diamang, ver: Jorge Varanda e Todd Cleveland, «(Un)healthy Relationships: African Labourers, Profits and Health Services in Angola's Colonial-Era Diamond Mines, 1917–75», *Medical History* 58 (1) (January 2014), pp. 87-105. Ver também, Todd Cleveland, *Diamantes em Bruto ...*, op. cit., pp. 97-99.

⁴⁰⁰ Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, op. cit., p. 9; Companhia de Diamantes de Angola, *Resumo dos Trabalhos realizados e Estudos obtidos em 1963*, p. 62, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3, cx.715, pt.1.

denominou-os de “trabalhadores contratados”. A classificação biomédica foi implementada pelos Serviços de Saúde da Diamang que, segundo Todd Cleveland e Jorge Varanda, desempenhava um papel de intermediação entre os diretores da empresa, orientados para o lucro, e a enorme reserva de mão-de-obra africana⁴⁰¹. Em 1950, Luís de Sousa Vasconcelos, inspetor da administração de Minungo, escreve um longo relatório onde reforça a violência inerente a este processo de recrutamento. Estas medidas biométricas implicavam que, para se recrutarem cem homens, fosse necessário, “sem exagero, examinar um número quádruplo, quádruplo ou ainda maior do que o pretendido”⁴⁰². Para além deste exame na sede da empresa no Dundo, o inspetor dá conta de três outros que iam sendo realizados no decorrer do processo de recrutamento. Ora, antes deste exame final no Dundo, os africanos eram sujeitos a um primeiro, na Agência da Curadoria, um segundo na Delegacia de Saúde e um terceiro na Agência de Recrutamento da Diamang. Este recorrente processo, que tantas vezes acontecia mensalmente, era a razão pela qual o distrito da Lunda se caracterizava por uma enorme fluidez da população e por um crónico despovoamento. A resistência africana não era desvalorizada já à época. Procurando escapar ao enredo laboral da empresa, os africanos “nunca param, nunca se fixam”⁴⁰³. O objetivo era fugir a este violento procedimento que implicava um constante caminhar de quilómetros, por longas distancias, alimentados muitas vezes sem qualquer apoio, e que impunha abandonarem os seus afazeres. As dificuldades do recrutamento encontram causas intrincadas e que se reforçam mutuamente: a necessidade de critérios de robustez, que pretendia garantir que não se submetia ao “pesado trabalho das minas homens fisicamente inferiores”, intensificava a já por si difícil missão de satisfazer as necessidades de mão-de-obra e contribuía, ativamente, para o despovoamento crónico da região, tornando ainda mais difícil encontrar homens válidos para as explorações diamantíferas⁴⁰⁴. É também por estas razões que o sistema de pesagem e avaliação biológica não se destinava apenas a captar a propensão e capacidade física inicial dos trabalhadores para a atividade mineira. A empresa realizava ainda,

⁴⁰¹ Varanda e Cleveland, «(Un)healthy Relationships ...», *op. cit.*; Cf. Jorge Varanda, «Crossing Colonies and Empires ...», *op. cit.*

⁴⁰² Luís de Sousa Vasconcelos, Relatório da inspeção à Administração da circunscrição de Minungo, 1950, PT/ANTT/António Soares Carneiro, cx.15, nº5.

⁴⁰³ *Idem, ibidem*. Nas palavras do autor: “Isto não são fantasias doentias ou negros presságios que se preveem: são realidades que se conhecem e para que ainda não soube encontrar remédio, são resultados certos com que o contrato conta e que lhe enlutece a alma e lhes tiram a alegria durante dois anos que passa vegado mais ao peso das aflições do que fatalmente está para vir do que propriamente do trabalho físico de perfurar e desvendar as entranhas da terra”.

⁴⁰⁴ *Idem ibidem*.

anualmente, rondas médicas cuja finalidade era a de apreender o efeito do trabalho mineiro no corpo dos africanos. Em 1950, numa altura em que um grupo de trabalhadores se aproximava do término do seu contrato, 75,57%, duma amostra de 3552 trabalhadores contratados, tinham aumentado, ou pelo menos mantido, o seu peso inicial em “manifestas condições de robustez e capacidade física”⁴⁰⁵. Mais de uma década passada, em 1963, um estudo semelhante apontava que, de um total de 7517 trabalhadores, 13,1% tinham mantido e 69,8% tinham aumentado seu peso inicial⁴⁰⁶. Esta análise, mais do que assentar numa preocupação com o bem-estar físico da população da Lunda, não pode ser vista, como veremos, apartada da ambição por parte do setor empresarial de recontratar os trabalhadores cujo término do contrato se aproximava. Este aparente *paternalismo empresarial*, recuperando aqui a argumentação de Todd Cleveland, tinha claros contornos de otimização económica da atividade mineira: a recontratação permitia não só fazer face às necessidades de mão-de-obra, como diminuía os custos inerentes ao recrutamento com intervenção do Estado – transporte dos trabalhadores, tratamentos nutricionais, custos inerentes às gratificações oferecidas às autoridades administrativas (à semelhança do que acontecia na Cotonang) – e garantia uma pronta familiaridade com o trabalho mineiro, que dispensava períodos de adaptação⁴⁰⁷. Este processo, para as duas categorias de trabalhadores, demonstra como o controlo da burocracia da empresa operava desde os primeiros tempos da vida laborar dos africanos mineiros. Quer o planeamento burocrático inerente à solicitação de novos trabalhadores às autoridades centrais, quer o sequente controlo biométrico aplicado aos recém-chegados, lançam luz sobre o *aparato* de vigilância e superintendência exercido pela empresa que implicava que esses mecanismos fossem contínuos e sistemáticos.

⁴⁰⁵ Companhia de Diamantes de Angola, “Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 1950,” p. 52, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3, cx.715, pt1.

⁴⁰⁶ Companhia de Diamantes de Angola, “Resumo dos Trabalhos,” p. 64, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3, cx.715, pt1.

⁴⁰⁷ Segundo Todd Cleveland, os chefes de posto recebiam, de acordo com as entrevistas que levou a cabo em Angola a antigas autoridades administrativas, “cabazes” de ano novo e “casas mobiladas”. Mas mais surpreendente, o que comprova a dualidade e sobreposição do Estado e da empresa, diz respeito ao facto de um entrevistado afirmar que a Diamang exercia o poder de despedir e transferir chefes de posto para fora da sua zona de influência, muito embora estes fossem, para todos os efeitos, funcionários públicos. Todd Cleveland, *Diamantes em Bruto*, ... *op. cit.*, p. 53. Num apontamento do G.N.P. em que Henrique Cabrita cita um relatório da PIDE de 1961, podemos ler: Segundo a afirmação de um chefe de Posto administrativo, essa gratificação consiste num abono fixo de 2.000\$000 e mais 14\$00 por cada individuo angariado para o contrato, esclarecendo que ainda essa gratificação se encontra oficializada (...)», Henrique Cabrita, Informação nº200, Outubro de 1961, p. 1; PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/164/1S.

Com o fim do Estatuto do Indigenato, em 1961, nas colónias portuguesas, as categorias dos trabalhadores da empresa sofrem uma intervenção retórica. À semelhança do que aconteceu nos documentos oficiais da administração do Estado, a nomenclatura “indígena” é eliminada. A burocracia empresarial passa a designar o africano por “nativo” e o “assimilado” por “evoluído”. Os restantes trabalhadores, aqueles que se dedicavam ao trabalho mineiro, integravam-se desde então na categoria de “Mão-de-obra ordinária”. Dentro desta mantém-se as duas subcategorias: os trabalhadores voluntários passam a “trabalhadores da região” e, por sua vez, os contratados com intervenção do Estado passam simplesmente a chamar-se “contratados”⁴⁰⁸. Ainda assim, na opinião do Secretário-geral do Governo-geral de Angola, em 1961, “o mesmo tom – de quem trata não de homens, mas de semoventes ou mercadorias – ainda se regista nos dias de hoje”⁴⁰⁹. Numa altura em que a realidade angolana impunha o repensar do recrutamento forçado de africanos, a Diamang apelava a que tal suspensão fosse gradual. Era necessário não desvalorizar a excelente situação do mercado diamantífero, que absorvia à data toda a produção criada, e que poderia ser prejudicada caso a aquisição de trabalhadores sofresse irregularidades. Espelho disso mesmo, numa altura em que o início do conflito armado dificultava a situação financeira da Província, eram os 137.000 contos que Angola arrecadava pela participação nos lucros da diamantífera (ver também capítulo IV). O tom de ameaça não deixara de ter o efeito desejado: pouco depois da apresentação destes argumentos, o Governo-geral de Angola publica um novo despacho onde, sem prejuízo do “absoluto voluntariado”, admite que as autoridades “facilitem e deem a sua cooperação” no recrutamento de trabalhadores para a Diamang “em defesa da economia de Angola”⁴¹⁰. Como já vimos (ver capítulo I) a partir de 1962 as licenças e certificados de recrutamento passaram a estar dependentes da edificação de planos de autodefesa. Apesar da sensibilidade da Diamang quanto ao tema, por motivos já aqui expostos, esta *ameaça* por parte do Estado não parece ter servido de impulso para a edificação mais célere dos dispositivos securitários da diamantífera.

A constante necessidade de novas levas de mão-de-obra, e a inerente escassez de trabalhadores válidos dentro da área concessionada, cuja localização dependia sempre de princípios de otimização económica consoante as minas em exploração, consolidou

⁴⁰⁸ Companhia de Diamantes de Angola, *Resumo dos Trabalhos realizados e Estudos obtidos em 1963*, pp. 42-43; Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3, cx.715, pt.1.

⁴⁰⁹ Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, *op. cit.*, p. 10.

⁴¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 12.

amplios e sucessivos processos de migrações forçadas. Mesmo os africanos naturais da Lunda podiam ser compelidos a abandonar as suas aldeias ou vilas em função da necessidade de mão-de-obra numa outra zona daquele Distrito. Em 1951, a pedido de Silva Tavares, Governador-Geral de Angola, as autoridades locais da Lunda, responsáveis por auxiliar a Diamang no recrutamento, foram incumbidas de redigir um relatório sobre as dificuldades com que se deparavam durante o processo⁴¹¹. Apesar do número de trabalhadores contratados ter aumentado de forma consistente desde finais da década de 1930, a par da diminuição da violência física empregue pela empresa e do considerável aumento de investimentos em infraestruturas de bem-estar, a relutância do indígena passara a assentar no facto de não quererem abandonar a tribo e a família. Uma vez que o contrato pressupunha sempre que estes estivessem ao serviço da empresa por um período de pelo menos dois anos, temiam que no seu regresso encontrassem as suas lavras abandonadas e a sua família dispersa. Se, por um lado, a maioria dos africanos preferia não se fazer acompanhar das suas mulheres, que ficariam nas aldeias a trabalhar nas lavras da família garantindo que estas não ficavam ao abandono ou eram apropriadas por terceiros, por outro lado, os trabalhadores temiam que, ao não se fazerem acompanhar das suas mulheres, estas não tivessem “calma suficiente” para esperar por eles, constituindo novas famílias e entregando os filhos ao cuidado dos tios, a quem passaria a pertencer o direito e poder paternal⁴¹². No caso da população da Lunda, a grande maioria dos trabalhadores era acompanhado, para as aldeias nas imediações das minas, pelo respetivo agregado familiar. Na UMHK, a burocracia empresarial chegou mesmo a concertar casamentos entre os seus trabalhadores mineiros e as mulheres que permaneciam nas zonas rurais mais próximas. Esta política de estabilização laboral, que começou a ser implementada na década de 1920, teve uma forte influência sobre a Diamang que, uma década mais tarde, e sobre recomendação de um médico da empresa belga que visitara a Lunda em 1936, lhe seguiria o exemplo⁴¹³. Por outro lado, na África

⁴¹¹ Silva Tavares, Despacho quanto à aplicação da lei da mão-de-obra indígena à Diamang, Março de 1951, p. 5, PT/ANTT/AOS/D-N/2/8/1.

⁴¹² Luís de Sousa Vasconcelos, Do Relatório da inspeção à administração da circunscrição do Minungo, 1950, António Soares Carneiro, cx. 15, nº5. Segundo Todd Cleveland estas não eram, na verdade, as principais preocupações dos trabalhadores quanto à presença das suas mulheres nos acampamentos mineiros. O principal anseio destes homens, segundo as entrevistas que realizou a ex-funcionários da Lunda, prendia-se com o medo de estas serem expostas a abusos sexuais por parte de colegas, capatazes ou funcionários europeus. Todd Cleveland, *Diamantes em bruto ...*, op. cit., pp. 76-78.

⁴¹³ Samüel Coghe, «Reordering Colonial Society: Model Villages and Social Planning in Rural Angola, 1920–45», *Journal of Contemporary History*, Vol. 52, No.1, 2016, pp. 16-44, p. 42.

do Sul, a permanência de mulheres no interior das vilas mineiras era desencorajada⁴¹⁴. Nesta que era a maior área de mineração do continente africano, a administração continuou a apostar em políticas de recrutamento de curta-duração assentes na contratação exclusiva de homens⁴¹⁵.

Contrariando a tese defendida por Wallerstein⁴¹⁶, que via na penetração do capitalismo internacional a causa isolada que mais influência teve na vida das populações locais, Bruce Fetter defende, a partir do exemplo das políticas de género dentro das aldeias privadas, que foi a nacionalidade do colonizador, e não a penetração do capital internacional *per se*, que determinou os efeitos regionais da colonização: migrações forçadas, diminuição da densidade demográfica das zonas de origem dos trabalhadores, etc. Se no caso português e belga, a extrema dependência de mão-de-obra, face a uma escassa densidade populacional, levou a que as empresas implementassem políticas de natalidade que procuravam combater, a longo-prazo, essa mesma condição, na África do Sul essa preocupação não se colocava. Quer isto dizer que existe um conjunto de políticas corporativas que, comparativamente, não foram implementadas na África do Sul e que devem ser analisadas à luz desta variável demográfica – melhores infraestruturas, mecanismos de propaganda, unidades de saúde, etc. Esta diferença, nomeadamente entre a filosofia das empresas mineiras coloniais britânicas e as portuguesas ou belgas, deve-se, então, maioritariamente a razões demográficas: a perceção da escassez de mão-de-obra nas empresas portuguesas e belgas tornou-as mais permeáveis, quando comparadas às suas homologas britânicas, a aceitar e incitar a migração de mulheres e crianças para o interior das suas aldeias na esperança de mitigar o problema futuro da dependência extrema de mão-de-obra⁴¹⁷. No caso da Diamang, a necessidade de prender famílias à Lunda foi uma preocupação que acompanhou os serviços especializados da empresa responsáveis pelo bem-estar indígena em domínios tão vastos como a higiene pessoal e doméstica e a produção das culturas agrícolas – o Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena (SPAMOI). Criado em 1937, este organismo tinha como objetivo

⁴¹⁴ Bruce Fetter, «The Union Minière and Its Hinterland ...», *op. cit.*, p. 72. Ver também: Jean-Paul Sanderson, «Le Congo belge entre mythe et réalité. Une analyse du discours démographique colonial», *Population (French Edition)*, Vol. 55, No. 2 (Mar. - Apr., 2000), pp. 331-355.

⁴¹⁵ Samüel Coghe, «Reordering Colonial Society...», *op. cit.*, p. 42.

⁴¹⁶ Immanuel Wallerstein, «The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis», *Comparative Studies in Society and History* 16 (1974), pp. 387-415. *Idem*, «The Three Stages of African Involvement in the World Economy» in P. Gutkind and I. Wallerstein, *The Political Economy of Contemporary Africa* (Beverly Hills and London, 1976), pp. 30-57.

⁴¹⁷ Bruce Fetter, «The Union Minière and Its Hinterland ...», *op. cit.*, p. 72.

implementar esquemas de *vigilância* internos. Procurava-se, a partir de um pressuposto de controlo e intervenção ativa nas aldeias, melhorar as condições de vida dos trabalhadores ao mesmo tempo que se propagandeava uma maior estabilização da mão-de-obra⁴¹⁸. Em 1943, seis anos depois da sua criação, a SPAMOI empregava cerca de 20 europeus e mais de 200 africanos, responsáveis, portanto, por garantir o cumprimento daquelas regulamentações⁴¹⁹. Nos Relatórios deste organismo de finais da década de 1940 e início da década de 1950, fica bem plasmado o esforço despendido no sentido de acompanhar as mulheres grávidas durante a sua gestação, procurando encaminhá-las para as maternidades da empresa, assim como os incentivos à natalidade: distribuição de panos de algodão e rações alimentares às mães e às crianças até aos três anos de idade⁴²⁰. Eram os trabalhadores contratados os seus principais alvos da propaganda. Um esquema de incentivos tomou desde cedo lugar para convencer estes trabalhadores a manterem-se na Diamang. Uma das estratégias passou por criar uma rede de “angariadores indígenas”: ex-contratados que teriam optado por permanecer ao serviço da diamantífera e que convenciam os demais trabalhadores das vantagens de seguirem aquele exemplo e se tornarem trabalhadores voluntários “ex-contratados”⁴²¹. Em troca, estes angariadores eram recompensados com gratificações. A finalidade era a de criar uma força interna que, “levados pelo interesse e servindo-se do próprio exemplo, [constituíssem] um meio de propaganda eficaz”⁴²². Esta medida de incentivo à fixação da população autóctone era apenas uma parte do vasto conjunto de dispositivos de propaganda empregues pela empresa⁴²³. Num relatório de 1939, onde se apresentam os motivos pelos quais existia a

⁴¹⁸ Samüel Coghe, «Reordering Colonial Society...», *op. cit.*, p. 41.

⁴¹⁹ *Idem, ibidem*.

⁴²⁰ Companhia de Diamantes de Angola - Robalo (aut); Canhão Veloso (aut); Henrique Quirino da Fonseca (rev); José Tavares Paulo (rev); Ernesto de Vilhena (rev); «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena, Relatório anual de 1948», 3 de Fevereiro de 1949; Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD); Ver, no mesmo Arquivo digital, os Relatórios dos SPAMOI relativos aos anos de 1949 e 1950.

⁴²¹ Companhia de Diamantes de Angola, «Resumo dos Trabalhos realizados e Estudos obtidos em 1963», pp. 42-43, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3, cx.715, pt.1. A preocupação com a fixação da população dos territórios vizinhos no interior da ZUP não se cingiu ao pessoal responsável por aqueles serviços, tão pouco constituiu uma preocupação limitada a um curto espaço temporal. Já em 1929, Ernesto Vilhena escrevia a Salazar nesse sentido: “Durante muito tempo, procuramos todos os meios para incentivar os contratados a fazerem-se acompanhar pelas mulheres, com a possibilidade de procriarem durante o período em que estivessem nas minas, porque a Diamang estaria também acolher um homem satisfeito com o seu trabalho. Se ele trouxer a mulher (...) tornar-se-á um eventual futuro colono da região, colaborando voluntariamente com a Companhia” in Todd Cleveland, *Diamantes em bruto ...*, *op. cit.*, p. 74.

⁴²² Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut); Henrique Quirino da Fonseca (aut, rev); Ernesto de Vilhena (rev); «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual de 1937»; 9 de Fevereiro de 1938; Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD);

⁴²³ Nas minas da Rodésia do Sul, por outro lado, o aparelho coercivo para controlar e “estabilizar” a força de trabalho não assentou tanto em políticas de propaganda mas, sim, em esquemas profundamente

necessidade de a empresa incentivar amplamente o indígena a trabalhar nas suas culturas, estava a consideração de que os indígenas comiam “o suficiente para não morrer. Se mais não comem é porque mais não tem, se mais não tem é porque a indolência lhes toma todas as iniciativas”⁴²⁴. Importava assim incentivar o africano a combater a secular preguiça inata que os identificavam. Tudo isto era visto, pelos quadros da empresa, como um trabalho de propaganda lento e paciente que tinha como principal alvo as mulheres dos trabalhadores.

A acção tem de ser contínua, persistente, moldando-a à complexa psicologia do indígena ou, melhor ainda, da indígena, que é com ela que mais contamos para a realização da obra da SPAMOI, encetada no ano de 1937. De preferência a obrigar, temos de convencer. Que vontade, que persistência, que paciência são precisas, para assim conduzir diversidades de raças, que vivem lado a lado no mesmo ambiente, com todas as crenças e superstições, hábitos, a maior parte das vezes prejudiciais. É um trabalho de consciência, permanente, que se estende à solução de queixas, as mais variadas e, tantas vezes, confusas⁴²⁵.

Eram, de facto, estas que deveriam ocupar-se dos trabalhos nas lavras. A racionalidade era de duas ordens: não só garantir uma maior disponibilidade dos trabalhadores na laboração das minas como consistia, também, numa medida destinada a incentivar a fixação da população nas aldeias da concessionária. À semelhança do que era, também, prática nas minas da Copperbelt, a Diamang defendia que os trabalhadores, quando acompanhados pelas suas mulheres, comportavam-se de forma menos violenta, eram menos instáveis e mais cumpridores⁴²⁶. No interior da Diamang, as mulheres dos trabalhadores desempenhavam principalmente três funções do enredo mineiro: trabalho nas cozinhas e refeitórios das minas, o cultivo das lavras e a limpeza das aldeias. Obviamente que este era, também, um trabalho compelido e que correspondia a padrões biológicos. As mulheres mais fortes deviam ser empregues na preparação, serviço e

violentos. Segundo Charles Perrings, foi criado um sistema de crédito destinado a prolongar o período de contrato dos trabalhadores africanos. Para terem acesso a determinados produtos – como carne, peixe, cerveja ou até mesmo drogas – o trabalhador tinha de contrair dívidas nos armazéns das minas que, claro, eram controlados pelas empresas mineiras. Para soldarem estas dívidas, os trabalhadores eram forçados a permanecer ao serviço da empresa, depois do tempo de contrato terminar. Para um exaustivo estudo sobre o recrutamento, as condições de vida dentro do enredo mineiro da Rodésia do Sul e os padrões de resistência dos trabalhadores ver: Charles Perrings, «‘Good Lawyers but Poor Workers’: Recruited Angolan Labour in the Copper Mines of Katanga, 1917-1921», *The Journal of African History* 18 (2) (1977): pp. 237-259.

⁴²⁴ Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut.), Ernesto de Vilhena (ver.), «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual nº3 de 1939», 8 de Fevereiro de 1940, p. 8, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD);

⁴²⁵ Companhia de Diamantes de Angola - J. Robalo (aut.); Henrique Quirino da Fonseca (rev); José Tavares Paulo (rev); Ernesto de Vilhena (rev), «Relatório Anual da Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, 1945», 29 de Janeiro de 1946, p. 1., Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD).

⁴²⁶ Cf. Varanda e Cleveland, «(Un)healthy Relationships», *op. cit.*

limpeza dos refeitórios. Depois de selecionadas as que eram empregues na preparação das cozinhas, aquelas que, ainda assim, apresentavam “melhor compleição física” eram escolhidas para trabalhar nas plantações nativas, de uso exclusivo das famílias, e nas plantações da companhia, que se destinavam à população europeia⁴²⁷. Segundo a empresa, era precisamente pela variação da resistência física destas mulheres que a produção agrícola era, de ano para ano, inconstante⁴²⁸. Por fim, aquelas consideradas mais fracas e mais velhas, ou com filhos pequenos que já não podiam ser carregados às costas para as plantações agrícolas, ocupar-se-iam da limpeza dos acampamentos⁴²⁹. Embora fisicamente menos violenta, esta era a única função não remunerada pela Companhia⁴³⁰. Em 1939 os funcionários da SAPMOI calculavam que apenas 10% das mulheres a quem tinham sido atribuídas essas funções conseguiram escapar à fiscalização da empresa. O trabalho nas lavras permitia que as indígenas contribuíssem para a alimentação das suas famílias e obtivessem algum sustento com a venda dos excedentes à empresa. Desta forma,

(...) as famílias terão com que comprar certas iguarias pelas quais hoje trocam as suas rações, comprarão nos armazéns objetos que irão fazer reclame quando chegarem às suas terras, adquirirão certos hábitos civilizados que não poderão manter nas suas terras, ganharão mais interesse pela terra onde tem grandes lavras e, finalmente, muitas preferirão fixar-se cá.⁴³¹

Da comparação já exposta, que João Pereira Neto estabelece entre a Diamang e a Cotonang, não se deve ler uma espécie de aquiescência do autor para com as práticas laborais exigidas às mulheres no enredo diamantífero. Embora estas conseguissem retirar

⁴²⁷ Todd Cleveland, *Diamantes em bruto* ..., *op. cit.*, pp. 148-149.

⁴²⁸ “Houve aldeias nas quais o programa foi ultrapassado e outras em que não foi atingido. Explicam-se estas divergências pelo movimento de mulheres de aldeia para aldeia, por causa da transferência de mão-de-obra de umas para outras minas. Tudo depende do número de mulheres existentes em cada aldeia durante a época das culturas, que poderá ser maior ou menos do que o número médio, mensal, obtido, durante o ano sobre o qual se estabelece o programa de culturas. In Companhia de Diamantes de Angola - J. Robalo (aut); José Tavares Paulo (rev); Noronha Feyo (rev); Ernesto de Vilhena (rev), «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena, Relatório anual de 1952», 14 de Fevereiro de 1953., p.5, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD).

⁴²⁹ Num relatório laborado pelo SPAMOI datado de 1950, podemos ler: “À semelhança dos anos anteriores, estas mulheres ocuparam-se, até às 10 horas da manhã, de dois misteres – a limpeza das aldeias, que coabitam com os seus maridos, e cultivo de lavras, que bastaram à sua alimentação. No segundo dos trabalhos foram utilizadas as mulheres de melhor compleição física”. In Companhia de Diamantes de Angola - Canhão Veloso (aut); Rolando Sucena de Sousa (rev); Ernesto de Vilhena (rev), «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena, Relatório anual de 1950», 22 de Janeiro de 1951, pp.5-6, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD);

⁴³⁰ Todd Cleveland, *Diamantes em bruto* ..., *op. cit.*, p. 151.

⁴³¹ Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut); Henrique Quirino da Fonseca (aut, rev); Ernesto de Vilhena (rev); «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual de 1937»; 9 de Fevereiro de 1938, pp. 10-11, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD);

algum sustento deste seu trabalho, algo que não acontecia na Cotonang de forma tão direta e autónoma, a violência que lhes era imposta não era, ainda à data, alheia aos funcionários responsáveis pela supervisão do mesmo. Em 1948, o relatório da SPAMOI começa por admitir a necessidade de se atenuar o intenso trabalho que, durante todo o ano, era imposto às mulheres africanas.

A indígena começa a amanho o terreno, só depois de amolecido pelas primeiras chuvas. A ferramenta em uso é rudimentar e a sua leveza em relação com a força de quem a maneja. A Spamoi começa, em setembro, a sua tarefa de percorrer aldeias, obrigando às lavras, as indígenas mais descuidadas. Assim vamos até fins de Janeiro, data em que seria de conceder um período de bom merecido repouso. Mas não, impossível. As reservas de fuba ajeitam esgotar-se, pelo que é necessário ativar as compras, que passarão a efetuar-se até ao mês de outubro. A mandioca é colhida, é transportada para o rio e, passados 4 dias, do rio para a aldeia, seca-se ao sol, limpa-se, embala-se a crueira ou farinha e entra nos nossos armazéns. Para se obterem 32 quilos de crueira, foi necessário sujeitar 100 quilos de mandioca, a todas estas operações. Foi necessário empregar bastante tempo e trabalho. Entretanto também foi preciso atender à capinação das lavras novas e das do ano anterior, para que o capim não assoberbe a mandioca plantada. Mas, ainda não é tudo! Há que colher arroz, milho, amendoim, feijão e sorgo, dar-lhes tratamento adequado e transportar aos armazéns. Qual pois o mês de descanso? Qual o mês em que a Spamoi não terá de percorrer as aldeias, a pedir, a propagar e, quantas vezes, a obrigar? Vejamos como é violento o trabalho desenvolvido nos meses junho a Setembro, somente no que se relaciona com a recolha de fuba e crueira, já não citando a colheita do sorgo e batata-doce, que coincide na mesma época⁴³².

Ainda assim, o relatório apresenta um tom de orgulho precisamente pelos méritos do que, parágrafos antes, assumiam como atividades demasiado violentas a que estavam sujeitas as mulheres. Esta trabalhosa e benemérita atividade de controlo permitia que, a pouco a pouco, se fosse reformulando a “primitiva índole do indígena”⁴³³. A “modificação gradual que se tem dado nos usos e costumes”, desvalorizando a violência praticada, era garante do aumento dos rendimentos das famílias mineiras e da criação de um certo “gosto pela vida” uma vez que, não havendo fome, podiam gastar o rendimento excedente a comprar “peças de vestuário e produtos alimentícios importados do exterior”⁴³⁴. É aqui que a disseminada influência da empresa fica exposta de forma exemplar: uma vez que toda a atividade comercial na zona da Lunda era controlada pela Diamang, sendo necessário para a sua instalação a prévia autorização da companhia, o aumento do poder de compra das famílias dos trabalhadores garantia a sustentabilidade da atividade comercial ali firmada por ação da própria empresa. O controlo era duplo: as mulheres, vistas pela

⁴³² Companhia de Diamantes de Angola - Robalo (aut); Canhão Veloso (aut); Henrique Quirino da Fonseca (rev); José Tavares Paulo (rev); Ernesto de Vilhena (rev); «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena, Relatório anual de 1948», 3 de Fevereiro de 1949, pp. 51-53, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD).

⁴³³ *Idem, ibidem*, p. 53.

⁴³⁴ *Idem, ibidem*, p. 53.

burocracia empresarial como fator de uma maior rentabilidade do trabalho mineiro dos seus maridos e de um comportamento mais estável por parte dos mesmos, ainda contribuíam para o desenvolvimento económico da região – não só por via dos seus trabalhos agrícolas e domésticos, como ao empregarem no comércio local os seus rendimentos.

Claro que, a esta intendência comercial local sobre a economia da região, juntava-se um amplo e encoberto *aparato* de vigilância que, à semelhança do primeiro, estava institucionalizado desde o emergir da concessão. A rotina laboral dos trabalhadores, mineiros ou rurais, estava subordinada aos mecanismos biopolíticos e de fiscalização, montados pela concessionária, que garantiam um sistema laboral de obediência e docilidade. O trabalho agrícola estava sobre a estrita vigilância de *auxiliares das culturas* ou *capatazes agrícolas* que não só controlavam a produção como garantiam que nenhum trabalhador, nomeadamente as mulheres, abandonava as suas lavras. Já o trabalho mineiro era controlado por empregados brancos com o auxílio de *capitas*, auxiliares negros, responsáveis por evitar o roubo de diamantes por parte dos africanos⁴³⁵. O controlo era contínuo e cuidadoso. Num relatório de 1938 surge um breve apontamento sobre o modo como se procedia ao tratamento e lapidação dos diamantes. Na “central de triagem”, naquele ano, trabalhavam cinco empregados brancos e sessenta e dois operários indígenas. Aos africanos, a fim de evitar o contrabando de diamantes, era-lhes negado qualquer contato com o exterior, vivendo num “regime de reclusão” total⁴³⁶. As aldeias dos trabalhadores eram vigiadas por *sentinelas*, responsáveis pela manutenção da ordem e da assiduidade das casas e jardins. Informalmente, estas autoridades deveriam ainda substituir os sobas nas aldeias da Diamang, procurando mediar conflitos entre os residentes e controlar o consumo de álcool. É que dentro destas aldeias conviviam ambas as categorias de trabalhadores, acompanhados ou não das suas famílias, em aglomerados que se encontravam sempre nas imediações das estradas e, não raras vezes, devidamente delimitadas com arame farpado e vigiadas por sentinelas. Muito embora não fosse regra

⁴³⁵ Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut); Henrique Quirino da Fonseca (aut, rev); Ernesto de Vilhena (rev); «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual de 1937»; 9 de Fevereiro de 1938, pp. 8-9, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD); Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut.), Ernesto de Vilhena (ver.), «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual nº3 de 1939», 8 de Fevereiro de 1940, p. 8, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD); Todd Cleveland, *Diamantes em bruto, op. cit.*, pp. 90-94.

⁴³⁶ Companhia de Diamantes de Angola, «Relatório apresentado pelos Administradores por parte do Governo na Companhia de Diamantes de Angola relativo ao ano de 1938», p. 13, PT/ANTT/AOS/D-N/2/5/1.

em todas as aldeias de trabalhadores, a presença de sebes, por questões de necessidade de delimitação, não parece ter sido uma exceção. Em 1940, num relatório da SPAMOI, encontramos a forma como, uma vez mais, a Diamang empregava preocupações sanitárias e de bem-estar para justificar medidas de controlo e vigilância:

(...) Para delimitarmos a área que pertence à aldeia e dificultarmos até certo ponto o acesso ao terreno circunvizinho e ainda para tornarmos a aldeia menos devassada, fizemos uma sebe a que demos o nome de sebe de separação. Esta sebe corre a 40 metros da aldeia nas traseiras a 10 metros da mesma nos topos. Uma vala de 40 cm, de fundo, por 40 cm, de largo, aterrada coberta com uma sebe de cassias, é no que consiste uma sebe de cobertura (...) a razão porque se colocou a sebe de separação por fora dos recintos das retretes e das nitreiras, é proporcionar ao indígena uma facilidade antes de chegar à área susceptível de se sujar; como o recinto das retretes e das nitreiras tem uma fiscalização severa (uma sentinela de noite e uma de dia) estes recintos estão sempre limpos⁴³⁷.

Compreender esta ampla estrutura de controlo passa, obrigatoriamente, por perceber e decifrar os diversos espaços sociais e privados, e não só económicos, onde a empresa se instalou. Desde os cuidados de saúde prestados até à inclusão do agregado familiar nas aldeias mineiras, aos serviços de propaganda, escolas e centros recreativos, a empresa criou uma espécie de *paternalismo totalitário* que se fazia sentir nas mais diversas facetas da vida dos africanos e que a aproximava a Lunda de um enredo panóptico⁴³⁸. A penetração dos serviços da empresa fica clara no mapeamento das instalações sanitárias, na determinação dos grupos sanguíneos dos trabalhadores, na vacinação dos trabalhadores contra doenças como o parasitismo intestinal, a tuberculose e a endemia palúdica mas, também, pelo recenseamento da população da Lunda feito pelos serviços da Diamang⁴³⁹. Em Outubro de 1964, a Direção Técnica da Diamang

⁴³⁷ Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut); Ernesto de Vilhena (rev), «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual de 1940», 26 de Janeiro de 1941, p. 10, Universidade de Coimbra, Arquivo Diamang Digital (UC/AD);

⁴³⁸ Este tipo de estratégia, por parte das empresas, não acabou com o colapso dos Estados coloniais. De facto, as empresas que sucederam à UMHK, a Générale des Carrières et des Mines e a Zâmbia Consolidated Copper Mines, operaram de uma forma ainda mais paternalista. Impondo uma política paternalista "do berço ao caixão", esta última empresa chegou a providenciar aos seus trabalhadores lâmpadas de eletricidade, caixilhos para janelas e fraldas. Desta forma, elevou a política paternalista e implementou-a nos mais pequenos detalhes da vida dos seus trabalhadores. Cf. Iva Pesa e Benoît Henriët, «Beyond Paternalism ...», *op. cit.*, p. 27.

⁴³⁹ Companhia de Diamantes de Angola, «Resumo dos Trabalhos realizados e Estudos obtidos em 1963», pp. 54-67, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3, cx.715, pt.1. Sobre o Museu do Dundo, centro museológico de arte africana criado e administrado pela Diamang, ver: Nuno Porto, *Modos de objectificação da dominação colonial ...*, *op. cit.*; Cristina Sá Valentim, «Tribal Folk Music of Angolan Colonial Musical Heritage? A Critical history of the Missão de Recolha de Folclore Musical do Museu do Dundo, Diamang, 1950-1960s», *Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie* (2019): pp. 1-18. Sobre os cuidados de saúde prestados pela empresa, entre outros, ver: Jorge Varanda, «Crossing Colonial and Empires ...», *op. cit.*; Jorge Varanda, «Cuidados Biomédicos de saúde ...», *op. cit.*. Ver também: Cristina Sá Valentim, «A exclusividade e a excepção. Uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda colonial», *Cabo dos Trabalhos: Revista eletrónica dos Programas de Doutoramento do Centro de Estudos Sociais* 18 (2012), pp. 23-62. A dependência do Estado face ao setor privado fica

informa o seu Administrador-delegado do conjunto de medidas tomadas no decorrer do ano de 1963. Depois de relatar o desenvolvimento da atividade mineira, o relatório apresenta, de forma agregada, a situação referente à prestação de serviços à população local. Desta feita, no Dundo e em Andrada, a Companhia contava com dois hospitais-dispensários para a população branca existindo, ainda, outros seis destinados a tratar pacientes nativos. Mantendo a lógica de segregação de ambientes para negros e brancos, a população nativa era assistida por 5 maternidades, 4 pavilhões de isolamento para tratar doenças contagiosas, 7 dispensários-enfermarias e 75 postos de socorro espalhados ao longo da ZUP⁴⁴⁰. Para além destas estruturas, os serviços de saúde eram ainda compostos por sete “brigadas itinerantes” que tinham como missão, para além de prestar cuidados básicos, efetuar o recenseamento da população e detetar, na fonte, novos casos de doença do sono, lepra ou tuberculose⁴⁴¹. A este conjunto de instalações somava-se ainda um Laboratório Farmacotécnico onde, naquele ano, a Secção Químico-farmacêutica tinha produzido 2.460.365 comprimidos, e um Laboratório de Análises Clínicas que tinha realizado 131.147 exames⁴⁴². O mapeamento das doenças responsáveis pela mortalidade entre nativos, o número de cirurgias realizadas, as vacinas administradas e a determinação de grupos sanguíneos eram realizadas precisamente pelo mesmo motivo que levava a empresa a registar a evolução da natalidade dentro das aldeias nativas, ou, ainda, a comparar percentualmente a composição gráfica anual do índice de Pignet: o superior interesse pela estabilização e robustez da mão-de-obra⁴⁴³. A ampla rede escolar, que incluía instalações de ensino primário para crianças e adultos, escolas preparatórias técnicas para motoristas, condutores de engenho e auxiliares sanitários, a escola de orientação rural para treinar futuros capatazes agrícolas, entre outros, procurava suprimir

ainda plasmada num apontamento de Óscar Soares Barata, inspetor do G.N.P. Numa informação, datada de 1962, onde analisava as deficiências dos dados estatísticos ultramarinos, o inspetor apela à inevitável necessidade do Estado se munir dos dados produzidos pelas empresas coloniais em domínios tão amplos como a assistência social e a saúde. O motivo era claro: uma vez que nas zonas onde operavam aqueles serviços eram prestados pelas empresas, o Estado não tinha como aceder às necessidades locais. Óscar Soares Barata, «Informação nº 417 – Deficiências das Publicações estatísticas relativas ao Ultramar, do ponto de vista político», 26 de Junho de 1962, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0108/O5917.

⁴⁴⁰, Companhia de Diamantes de Angola, «Resumo dos Trabalhos realizados e dos resultados obtidos em 1963», Outubro de 1964, p. 54. PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3 cx.715, pt.1. O mesmo relatório, na página imediatamente anterior, dá conta também da composição do corpo de assistência médica empregue pela empresa: 16 médicos brancos, 29 enfermeiros e 10 enfermeiras brancas, 14 auxiliares de enfermagem e 4 escriturários – estes nativos evoluídos -, 1037 “unidades de raça negra” que, na sua maioria, ocupavam a categoria de praticantes de enfermagem, microscopistas e serventes. *Idem*, *ibidem*, p. 53.

⁴⁴¹ *Idem*, *ibidem*, pp. 66-67.

⁴⁴² *Idem*, *ibidem*, p. 57.

⁴⁴³ *Idem*, *ibidem*, pp. 59-65.

internamente as necessidades futuras de uma força de trabalho mais especializada. À semelhança do racional por de trás do desejo de recontratar trabalhadores – evitar períodos de adaptação e os custos inerentes ao recrutamento – a Diamang procurava criar internamente uma mão-de-obra mais familiarizada com o enredo mineiro. Esta mesma estratégia foi implementada pela UMHK. As *écoles professionnelles*, e a criação de cursos com vista a conceber trabalhadores mais qualificados, integraram uma espécie de “laboratórios sociais” que procuravam desenvolver os conhecimentos técnicos da mão-de-obra⁴⁴⁴. Uma vez mais, esta realidade faz parte de um conjunto de tecnologias comportamentais que não se circunscreveram a um palco colonial específico.

O poder infraestrutural da Lunda, ainda mais quando comparado ao do Estado, era, já naquela altura, reconhecido. Não surpreende, portanto, que, numa carta enviada a Salazar e assinada por Álvaro Beça de Aragão, o autor dê conta de uma conversa que havia tido com o Governador-Geral de Angola: “Falou-me da Companhia de Diamantes de Angola. Começou por me dizer que era um Estado dentro de outro Estado”⁴⁴⁵. Consciente ou não disso, Beça Aragão ressaltava a Salazar o papel secundário que o Estado ocupava naquela zona da Província. No entanto, aqueles tipos de afirmações não surpreendiam nem o Estado, tão pouco aqueles que se debruçavam sobre as atividades da empresa. Certamente aquela não teria sido a primeira vez que Salazar era convidado a ouvir falar sobre o facto de a Diamang governar por completo a Lunda. Em 1938, Vieira Machado, na altura Ministro do Ultramar, visitou o norte de Angola e, claro, a ZUP. Depois de tecer largos elogios ao trabalho e à obra realizados pela concessionária, o Coronel Brandão de Melo, administrador da Diamang, dirigiu-se ao Ministro afirmando:

Decerto V.Ex.^a compreendeu que, em caso de necessidade, a colónia pode contar com os trabalhadores e pessoal da Companhia e obter aqui, com uns quinze dias de preparação, uma força militar organizada de 10000 pretos, enquadrados por uma centena de brancos, prontos a defender a integridade destes territórios, com o ardor e entusiasmo que V.Ex.^a notou⁴⁴⁶.

Este excerto de Brandão de Melo lança luz à capacidade interna da Diamang. Em 1961, o despoletar dos movimentos subversivos em Angola transformou o que era um cálculo hipotético daquela altura numa necessidade presente. A troca de correspondência

⁴⁴⁴ John, Higginson, «Disputing the Machines: Scientific Management and the Transformation of the Work Routine at the Union Minière Du Haut-Katanga, 1918-1930», *African Economic History*, no. 17 (1988), pp. 1-27, pp. 6-7.

⁴⁴⁵ Álvaro Beça de Aragão, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 24 de Julho de 1961, PT/ANTT/Companhia de Diamantes de Angola. cx.2, pt.4.

⁴⁴⁶ Nuno Porto, *Modos de objectificação da dominação colonial ...*, op. cit., p. 119.

entre Ernesto Vilhena, representante do Estado na Companhia de Diamantes de Angola e que chegou a ocupar cargos de responsabilidade noutras empresas coloniais como a Cotonang (ver capítulos III e IV), e Salazar, no decorrer do ano de 1961, é particularmente elucidativa tanto do poder infraestrutural da Diamang como, também, do Estado colonial português. Na primeira carta que Vilhena escreve a Salazar depois da Revolta do Uíge, onde a população branca foi o principal alvo da violência dos terroristas, Vilhena expõe a sua enorme preocupação quanto à particular vulnerabilidade do distrito da Lunda. Era com alguma irritação que expressava a sua total perplexidade com a “desamparada situação em que as autoridades da Província deixavam o distrito da Lunda”⁴⁴⁷. A situação era particularmente crítica dada a ausência de uma real fronteira com o Congo, fronteira essa que, a existir, era puramente política, definida pelas “galerias florestais dos seus numerosos rios”⁴⁴⁸. Juntava-se ainda a enorme debilidade do aparelho militar na região. Temia em particular pela segurança no Dundo, centro administrativo da Companhia, situado a poucos quilómetros da fronteira com o Congo, encontrando-se, por isso, “sujeito (...) a um golpe de mão (...) ainda que não seja senão pelo incêndio da sua já enorme aglomeração urbana e a morte dos centos de brancos que o habitam, e que, com mulheres e filhos, somam, em toda a área da nossa ação cerca de 1350 pessoas”⁴⁴⁹. Era ali que se encontrava a maioria da população branca, “amedrontada pela possibilidade de uma invasão” e que passavam o “tempo disponível agarrados à telefonia”⁴⁵⁰. Os “cerca de 25000 pretos” trabalhadores da empresa apresentavam um comportamento mais calmo. Considerava que “de guerreiros e antigos conquistadores, se fizeram pacíficos à força de quarenta anos de trabalhos mineiros e rurais”⁴⁵¹. Avisa, no entanto, que “o preto é volúvel e inconstante” e podia ser que aquele comportamento se alterasse. Na mesma carta, Vilhena reiterava as ideias já enunciadas pelos Comandos Militares, assim como pelos funcionários do G.N.P. no relatório de estudo dos C.F.B., advertindo o Presidente do Conselho da necessidade de se montar uma “força de brancos” capazes de impor a “essa gente respeito e consideração”⁴⁵².

⁴⁴⁷ Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 20 de Abril de 1961, PT/ANTT/Companhia de Diamantes de Angola. cx.2, pt. 4; pp. 1-5.

⁴⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁴⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁴⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 5.

⁴⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 5.

⁴⁵² *Idem, ibidem*, pp. 6-7. O apelo ao nacionalismo patriótico não abandonou, no entanto, o discurso do aparelho administrativo da empresa. Numa carta enviada a um outro membro do Conselho Administrativo da Diamang, Vilhena escreve: «É claro que, por parte da Direção da Empresa, tanto aqui como em África, se tem procurado incutir no espírito dos nossos empregados a ideia de que a Nação está atravessando um

Em Abril de 1961, as forças militares mais próximas estavam colocadas a 400 km das explorações mineiras da Diamang, na cidade de Henrique de Carvalho, sendo aquele aquartelamento composto por apenas 164 homens, a sua maioria, 130, “pretos”. A distância geográfica e a imobilidade prática daquele dispositivo militar haviam já sido transmitidas à empresa. O comandante daquele aquartelamento comunicara à administração da empresa que, “em caso de invasão da fronteira, não conseguiria detê-la mesmo somente até chegarem reforços de tropas que se reconheceu serem insuficientes”⁴⁵³. Um mês antes, a Diamang recebera a notícia que deveria recair sobre ela a responsabilidade de proteção dos territórios concessionários:

(...) as forças militares da Província não estão presentemente em condições de nos poderem ceder quaisquer armas e munições na metrópole, pelo que se torna necessário, caso V. concorde com a formação de uma milícia, que a nossa Companhia obtenha armas e munições na metrópole⁴⁵⁴.

Precisamente pela mesma altura um telegrama enviado pelo Governador do Distrito da Lunda fazia chegar à administração um comunicado do Governador-Geral de Angola:

Sua Excelência o Ministro admitiu atribuir destacamento militar a empresas particulares, desde que as interessadas paguem todas as despesas, empregando efectivos disponíveis na metrópole. Sua Excelência também admite a constituição de núcleos voluntários para defesa das empresas (...) Esclareço que este assunto se refere a companhias que necessitem de defesa especial (...) e que estejam em condições financeiras de suportar encargos⁴⁵⁵.

É Ernesto de Vilhena quem atesta a satisfação com que a empresa recebeu a notícia de poder, autonomamente, tomar as diligências necessárias para defesa dos *seus* territórios na Lunda. Rapidamente a burocracia empresarial procedeu à “constituição de uma milícia privativa”, de uma “companhia indígena” e enviou um pedido formal ao Ministro da Defesa para a compra de material de guerra e para o envio de uma “companhia europeia completa com o seu armamento, viaturas e demais equipamento” sustentada pela empresa e para a exclusiva defesa daquele Distrito⁴⁵⁶.

período de graves preocupações, de que só poderá libertar-se pelo trabalho, pela dedicação do português ao serviço e mister de que está incumbido, pela confiança nos destinos da Raça, enfim, por todas aquelas qualidades e maneiras de proceder que se avolumam e consubstanciam na palavra “patriotismo”» in: Ernesto Vilhena, «Carta enviada a Sílvio Guimarães, Representante da Companhia de Diamantes de Angola», 22 de Julho de 1961, PT/ANTT/CDA/1/04 – Companhia de Diamantes de Angola. cx.2, pt. 4; p. 4.

⁴⁵³ Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 20 de Abril de 1961, PT/ANTT/CDA/1/04 – Companhia de Diamantes de Angola. cx.2, pt. 4; pp. 1-2.

⁴⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 2

⁴⁵⁵ *Idem, ibidem*, pp. 2-3

⁴⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 3.

Temos já completo o material de guerra necessário para completar o armamento dos nossos empregados, entre os quais se contam vários antigos milicianos, e a milícia em organização adiantada: espingardas kauser, pistolas de guerra, e pistolas metralhadoras com as respectivas munições. A milícia de 150 homens está sendo recrutada e organizada pelo nosso Representante e um major de cavalaria ao nosso serviço, e dela foram enviados já para a Lunda 60 homens e em breve seguirão os restantes; estão sendo montados na área das Explorações os aquartelamentos necessários à instalação dela e segue dentro de dias, em vapor, toda a vestimenta, camas e outros artigos que foi preciso comprar ou mandar fazer⁴⁵⁷.

Muito embora a empresa estivesse empenhada em formar, o mais rapidamente possível, o seu próprio exército, a alteração ministerial do início daquele ano, e o alastramento da guerra, impuseram constrangimentos à prossecução dos objetivos da Diamang. A possibilidade de envio de uma “companhia europeia”, mesmo que às custas da concessionária, foi revertida. As mobilizações das forças militares para fora de Angola, “face aos acontecimentos”, reduziram significativamente os efetivos disponíveis. A par disso, a nova elite que tomara lugar no Ministério da Defesa não via com agrado a ideia de se puder “alugar uma Companhia do exército”⁴⁵⁸. Destas acusações, a administração da empresa defendia-se com assomo:

Ora não se tratava propriamente de uma operação comercial, nem a mim se poderiam atribuir pretensões napoleónicas de comando; o que se procurava fazer, digamo-lo cruamente, era de suprir por uma maneira recomendada oficialmente, de resto, e sem dispêndio para o Estado, uma falta, que a este não custava confessar, a de não estar nesse momento em condições de defender uma parte importante do território nacional, como era a sua estrita obrigação⁴⁵⁹.

O envio dessa força militar foi substituído, nos termos da legislação pública, pela formação do Corpo de Voluntários. Quanto Vilhena escreve, em Julho daquele ano, a Sílvio Guimarães, Representante da Diamang, dá conta do progresso veloz que a empresa levou a cabo:

[O Corpo de Voluntários da Diamang] em breve atingirá o efectivo de 300 praças, devidamente armadas e equipadas, pagas pela Companhia e que, se não nos faltarem com a autorização para a compra, no estrangeiro, de certo armamento que completará o que para elas obtivemos, ficará sendo – não hesito em o dizer – um instrumento de acção militar, capaz de assegurar a ordem e a disciplina em tempo de paz e saberá defender a fronteira e suportar os primeiros embates, no caso de virem a reproduzir-se, em relação à Lunda, os movimentos de invasão e destruição observados no nosso Congo.

Ligo, pois, uma especial importância à constituição desse “corpo de milícia” que está sendo munido de todo o equipamento e armamento que lhe compete, e para o qual se estão erguendo edificações próprias, com a amplidão e as disposições adequadas ao

⁴⁵⁷ *Idem, ibidem*, p. 4.

⁴⁵⁸ Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 9 de Maio de 1961, PT/ANTT/Companhia de Diamantes de Angola. cx.2, pt. 4; pp. 1-2.

⁴⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 2. Considerava Vilhena que o Estado se arriscava a «(...) provocar a ruína física e económica do mais amplo, do mais português e do mais produtivo empreendimento que hoje existe naquela Província Ultramarina”. *Idem, ibidem*, p. 1.

fim que se tem em vista, como é nosso uso. Este corpo de milícia, cujos elementos têm sido devidamente escolhidos entre nacionais (brancos) de Angola, mas, sobretudo, da Metrópole, sem olhar a despesas – estou já vendo nele, passado este período de perturbações e, quanto à Lunda, de possível luta, a base futura de uma “colonização agro-pecuária” das terras que no distrito, tão pouco aproveitado até hoje (o Concelho do Chitato, onde trabalhamos, exceptuado) se mostrarem adequadas a tal objectivo⁴⁶⁰.

Esta citação de Vilhena pode ser lida de duas perspectivas. Em primeiro lugar, à semelhança das declarações proferidas sobre a Cotonang e os C.F.B., ela faz eco da longa tradição ideológica que via na colonização militar branca o garante da continuidade da administração portuguesa em África, assim como a base de um maior desenvolvimento económico das Províncias (ver capítulo I). Em segundo lugar, demonstra a eficácia, bem como o alcance, do poder infraestrutural da concessionária. A necessidade de proteção da zona diamantífera era evidente: a Diamang representava um dos mais importantes centros económicos de Angola e, dada a sua vital participação no orçamento da Província, qualquer ação que paralisasse as minas representava avultados prejuízos tanto para o Estado Colonial como, claro, para a rede acionista da empresa (ver capítulo IV)⁴⁶¹. Quando a primeira companhia do Batalhão de Caçadores ali chegou, em finais de agosto de 1961, teve de ser a empresa a dotar os organismos militares de viaturas para que se pudessem deslocar. São ainda os militares no terreno a elogiar a cobertura sanitária e hospitalar da empresa, a assistência e vigilância sobre os trabalhadores bem como a destacar a total dependência da região face as atividades empresariais, notando que, com a exceção de pequenos aglomerados na periferia da concessão, de uma forma ou de outra, toda a Lunda trabalhava para a Diamang. Até aqui, a concordância entre os organismos administrativos e de propaganda da empresa, e as informações prestadas pelos militares é autoevidente. Já os elogios de Vilhena ao Corpo de Voluntários da Diamang não encontram a mesma validação. Se alguns relatos garantiam que a força de segurança estava eficazmente bem equipada, os militares repudiavam a direção “sem pulso” deste

⁴⁶⁰ Ernesto Vilhena, «Carta enviada a Sílvio Guimarães, Representante da Companhia de Diamantes de Angola», 22 de Julho de 1961, PT/ANTT/Companhia de Diamantes de Angola. cx.2, pt. 4; p. 3.

⁴⁶¹ Ernesto Vilhena, nas cartas escritas a Salazar, repete várias vezes a necessidade das entidades ultramarinas não se esquecerem do papel vital da Diamang para a vida da Província: «(...) A Companhia de Diamantes de Angola, pelos seus contratos como Estado, por diversas autorizações adotadas em seu favor por disposições oficiais, por direito consuetudinário, pelos auxílios prestados a Angola, designadamente de ordem financeira, constitui um conjunto, um complexo económico que convém manter sem alterações no exercício das suas atividades, apoiando-as e auxiliando-as, ou senão causando a redução da sua utilidade, e porventura o seu desaparecimento e ruína – são ideias que os espíritos tacaños não tem capacidade para aceitar (...)» Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 3 de Fevereiro de 1964, PT/ANTT/Companhia dos Diamantes de Angola, cx. 3, pt. 8, pp. 3-4.

organismo, que transformavam aquelas forças num “bando armado” em constante conflito com os indígenas⁴⁶². O problema não parece ser tanto sobre a capacidade e os materiais securitários com que a empresa dotou a sua polícia interna, mas antes sobre a orientação ideológica que, garantiam, não tivera consequências mais graves porque a unidade militar chegara a tempo, ao contrário do que acontecera na Cotonang. Apontavam o dedo a um racismo crónico, que ultrapassava a barreira da cor e estava impregnada nos pressupostos de *status* e de diferenciação profissional. As críticas e as dúvidas quanto à eficácia das unidades paramilitares, como a O.P.V.D.C.A. ou a guarda rural, por parte dos militares acompanhou os discursos desde as primeiras reuniões sobre o tema (ver capítulo I). Como vimos, as incertezas quanto às unidades hierárquicas de comando destes organismos, a sua falta de formação e as questões de idoneidade, acompanharam os debates sobre os grupos paramilitares desde os seus projetos iniciais. É por isso natural que, os militares tenham encontrado na Lunda um conjunto de falhas de defesa e de insuficiências securitárias. Exemplo disso mesmo eram os campos de observação e treino, que apenas tinham sido edificados depois da chegada dos militares, e sobre o seu comando. Da mesma forma, segundo a mesma fonte, a construção de abrigos e de obstáculos protetores, nos pontos mais sensíveis da área de concessão, também ficara a dever-se ao Exército⁴⁶³. Os mecanismos de prevenção contra possíveis ataques à Diamang, por maior ou menor que tenha sido o peso dos militares na edificação destes planos, não deixam de revelar a militarização e a capacidade da empresa de transformar as suas estruturas em verdadeiras muralhas: 300 km de arame farpado devidamente eletrificado, importado da metrópole, foram colocados em redor dos “órgãos vitais mais importantes” assim como foram instalados explosivos flutuantes nas barragens ao redor da zona de prospeção⁴⁶⁴. Num artigo publicado em finais de 1971 no jornal *Liechtensteiner Vaterland*, o jornalista Georg von Gaupp-Berghausen, depois de uma viagem de estudo a Angola, faz eco das palavras de Vilhena ao afirmar que “a própria população (da Lunda) constitui ali a melhor proteção” motivo pelo qual “nunca há agitação no território da Companhia de Diamantes e é desconhecida qualquer sublevação”⁴⁶⁵. Para o colonista, a empresa deveria ser vista como um exemplo: “Cita-se,

⁴⁶² História da Unidade – Batalhão de Caçadores 279, 1961-1963, *Atividades até Maio de 1962*, s.d., PT/AHM/DIV/2/2/140/1, p. 26.

⁴⁶³ *Idem, ibidem*.

⁴⁶⁴ *Idem, ibidem*, pp.1-25.

⁴⁶⁵ Georg von Gaupp-Berghausen - Vice-cônsul honorário do Príncipe Emanuel do Liechtenstein, *Impressões e observações de uma viagem de estudo*, Artigo publicado no jornal “*Liechtensteiner Vaterland*” de 23 de Outubro de 1971, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0120//00303.

para efeitos de comparação, que bairros industriais no mundo ocidental, com uma população mista de pretos e brancos não podem, com certeza, garantir essa segurança”⁴⁶⁶. Toda esta acalmia, à data, era *apenas* garantida por 700 polícias pretos e 300 brancos, “sem armas de fogo” que assim desempenhavam a sua função⁴⁶⁷.

Todos estes mecanismos de policiamento e de vigilância estavam alicerçados numa política racial que, embora presente nas demais Companhias aqui analisadas, encontrava na Diamang um ambiente organizacional tendencialmente mais propício a reforçá-la. Ao contrário da Companhia de Caminhos-de-Ferro de Benguela, em que a zona de influência acompanhava a linha ferroviária ao longo do interior de Angola, a zona de prospeção da Diamang circunscrevia-se ao distrito da Lunda. Como vimos anteriormente, a elite branca que trabalhava para os C.F.B. estava distribuída, embora de forma não uniforme, pelos principais núcleos de administração da empresa. Na Diamang a população branca habitava e trabalhava na cidade do Dundo, concentrando-se ali um conjunto de instituições e atividades restritas aos europeus e que alimentavam o próprio sentimento de pertença e superioridade racial: a Casa do Pessoal, os hospitais e maternidades exclusivos para brancos, o Museu do Dundo - que mais não era do que o *locus* da objetivação do africano⁴⁶⁸ -, etc. Ao contrário da Cotonang, em que o processo migratório ocorreu no início da concessão e teve um caráter definitivo, na Diamang, quer se tratasse de trabalhadores da Lunda ou contratados, as vilas de “indígenas” não foram, durante grande parte da atividade da empresa, construídas em locais definitivos, estando sempre dependentes da exploração das minas que, quando já lavradas, davam-se por encerradas e o corpo de trabalhadores era trasladado para a imediação da nova mina a explorar. Quer isto dizer que a própria dinâmica diamantífera impunha que existisse uma estrutura interna capaz de fazer face a dinâmicas de movimentação geográfica das infraestruturas e da força de trabalho. Diferentes setores, agrícolas ou mineiros, influenciam de forma clara a estrutura orgânica e o desenvolvimento burocrático das empresas. Tanto os caminhos-de-ferro como a exploração mineira, por não serem atividades económicas sazonais, exigiam uma atenção diferente ao corpo de trabalhadores

⁴⁶⁶ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁷ *Idem, ibidem.*

⁴⁶⁸ Numa carta enviada a Salazar, Ernesto Vilhena afirmava que o Museu do Dundo era o exemplo mais claro e prestigiante de que a Diamang «prova(va) fazer mais do que só ganhar dinheiro» constituindo uma «inegável contribuição cultural da Companhia para o conhecimento da região em que trabalha e dos povos que vai civilizando». Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 6 de Fevereiro de 1964, PT/ANTT/Companhia dos Diamantes de Angola, cx. 3, pt. 8, p. 1.

e ao controlo sobre os mesmos⁴⁶⁹. Nesse ponto, o inspetor do GNP em visita ao Malange não podia ter mais razão ao salientar a comparativa vantagem demográfica da empresa algodoeira. Embora tivesse havido uma migração forçada de “indígenas” das vilas para a vasta planície da Baixa do Cassange, a empresa não necessitava de recorrer aos tão conhecidos esquemas de recrutamento de mão-de-obra forçada, administrados em restrita parceria com o Estado colonial, que, maioritariamente, implicavam migrações internas entre Distritos. A longa tradição de policiamento da Diamang encontra de forma intuitiva a sua razão de ser: os diamantes e a necessidade de evitar o seu roubo ou contrabando. O Batalhão de Caçadores juntava-se às vozes que, já na altura, acusavam a Diamang de extremo racismo. Para o Comandante da Companhia de Caçadores, a transversal segregação na Lunda era explicável, embora não justificável, pelos fortes vínculos da empresa com as elites do Congo-belga e da África do Sul. A presença de cidadãos belgas e ingleses entre o pessoal técnico da empresa, que não compreendiam o interculturalismo português, funcionava como um estímulo à manutenção do *status quo* segregacionista⁴⁷⁰. Esta atmosfera, que os militares consideravam única na Província, estava presente, segundo os mesmos, nos mais pequenos detalhes da vida da Lunda⁴⁷¹. Esta não era, no entanto, uma crítica que surpreendia a empresa. Numa carta enviada a Salazar, Ernesto Vilhena defende a Diamang face aos comentários que o então Governador-Geral havia proferido sobre a influência belga e inglesa. Para o Administrador-delegado, a única razão que podia justificar aqueles comentários prendia-se com o facto do Governador-Geral, à semelhança do que tinha acontecido com Gilberto Freire, ter sido totalmente “surpreendido pela aparência arquitetural das habitações dos empregados”, assim como de outras edificações das povoações da Companhia⁴⁷². Uma vez mais, é na comparação

⁴⁶⁹ Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent*; (New York: Palgrave Macmillan, 2012).

⁴⁷⁰ Capitão de Infantaria Fernando Xavier Vidigal da Costa Cascais, «Companhia de Caçadores nº283 – Elementos para a continuação da História do Regimento de Infantaria nº 15 (pedido pela nota-circular nº14 proc.17/GE)», 8 de Janeiro de 1963, PT/AHM/DIV/2/2/140/1.

⁴⁷¹ Não deixa de ser curiosa, tanto quanto irónico, a forma como o Comandante do Batalhão termina a sua exposição sobre o problema racial na Diamang. Depois de citar Gilberto Freyre, como prova que no meio militar o problema jamais se colocava: “Militares houve até que estabeleceram com famílias de assimilados, relações que ultrapassavam o limite da amizade criada por uma convivência cordial. Esclareçamos: “Cupido” não deixou de alvejar com setas da sua aljava alguns soldados desta subunidade que, jovens e livres, e admirando, por certo, apetecível “pretidão do amor” (para utilizar a expressão feliz do nosso Épico) não se coibiram de objetivar os seus desejos, em namoros e afetos, singelos, tal como fariam na sua terra metropolitana. A miscigenação (que tanto parece ser temida, como coisa execrável, pelos responsáveis da Diamang) não impediu de emprestar à sua passagem pelas terras portuguesas dos trópicos excitantes entusiasmos próprios da sua juventude”. *Idem, ibidem*, pp. 38-39.

⁴⁷² Leia-se a descrição de Vilhena das vilas dos trabalhadores da Diamang: «(...) casas particulares próprias para cada indivíduo ou família, rodeadas de jardins, bem mobiladas (pela Companhia), limpas e asseadas, em ruas de sólido piso, ornamentadas de arvoredos, revelam a preocupação urbanística da Empresa, à qual

com o resto da Província que a obra da Companhia se destaca. Neste caso, o desenvolvimento e o carater meticoloso da organização da Lunda só podiam lembrar a realidade de outros países.

Um estudo que se debruce exclusivamente sobre a polícia da Diamang depara-se com um imediato entrave que fica bem plasmado na dificuldade de concetualização e diferenciação do objeto de estudo. Onde é que termina este aparato de controlo? O que é que cabe dentro do conceito? A O.P.V.D.C.A? As sentinelas, inspetores das minas ou os *cipaio*s das aldeias e vilas dos trabalhadores? A polícia mineira encarregue de evitar o tráfico de diamantes? A recentemente mais estuda Secção de Informação e Diligência (S.I.D.) da Diamang? E seria a S.I.D. a também designada “polícia secreta”? Segundo João Pereira Neto “não se sabia nada” sobre estes serviços e existia, da parte do G.N.P., um vincado “ódio à polícia da Diamang”⁴⁷³. A mesma resposta foi repetida quando perguntamos onde é que eram recrutados estes agentes ou se eram, ou não, da Província ou da Metrópole. Segundo o mesmo inspetor, esta polícia já existia antes do início da Guerra Colonial e, por isso mesmo, não podia ser a O.P.V.D.C.A., cuja criação é implementada por ordem do Estado central. No entanto, como vimos, Vilhena, na carta que escreve a Salazar, dá conta que o “corpo de milícia” da empresa, em Julho de 1961, já contava com 300 praças. Terá a polícia secreta encontrado na O.P.V.D.C.A o seu enquadramento legal? É que não deixa de ser imperativo perguntar de que forma a Diamang, independentemente do seu enorme poderio, conseguiu recrutar num espaço de breves meses um corpo paramilitar tão vasto quando, ao mesmo tempo, continuava com dificuldades crónicas em recrutar africanos para trabalhar no enredo diamantífero. Se era complicado para a empresa contratar trabalhadores mineiros, como fora capaz de recrutar, numa altura em que o próprio Estado lutava por aumentar o número de militares nas áreas sublevadas, elementos desta ordem? No entanto, sabemos (ver capítulo IV) que a relação da Diamang com os organismos militares antecede o início do conflito armado. O facto do Tenente-coronel Viriato Mamede de Brito, chefe da Polícia Militar de Luanda e que, em 1958, se ocupava, simultaneamente, da chefia dos serviços de recolha de informações da diamantífera, demonstra a sobreposição das esferas públicas e privadas engendradas

não é estranha a feição estética dos conjuntos». ». Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 3 de Fevereiro de 1964, PT/ANTT/Companhia dos Diamantes de Angola, cx. 3, pt. 8, p. 3.

⁴⁷³ Entrevista a João Pereira Neto, *op. cit.*

pela própria Companhia⁴⁷⁴. Da mesma forma, no Arquivo Soares Carneiro, encontramos documentação datada do início dos anos 1970 que dão conta da discussão sobre a criação de uma Polícia Mineira. Fundada na pelo Decreto nº340/72, e com sede em Henrique de Carvalho, esta apenas fora oficialmente estabelecida a 26 de Agosto de 1972⁴⁷⁵. Financiada pelas empresas mineiras privadas, consoante a proporção das suas áreas concessionadas pelo Estado, esta polícia estava inserida Polícia de Segurança Pública e organizada em unidades móveis e destacamentos locais consoante a necessidade de um maior policiamento⁴⁷⁶. T. Cleveland, no seu artigo onde se debruça sobre o modo como a empresa geriu ao longo do tempo o tráfico de diamantes, fornece-nos alguns indícios que ajudam a compreender esta sobreposição de entidades policiais a partir das entrevistas que realizou a antigos trabalhadores da empresa. Segundo um dos seus entrevistados, Joaquim António Issuamo, que trabalhou na Diamang de 1959 a 1975, os interrogatórios sobre suspeitas de tráfico de diamantes eram, primeiro, realizados por sentinelas africanos ao serviço da S.I.D. e, apenas posteriormente, eram encaminhados para o Dundo para serem auscultados por “chefes brancos” dessa mesma polícia⁴⁷⁷. O mesmo processo podia ser aplicado pela ausência de autorização da *guia*. Também segundo o mesmo historiador aqueles que, entrando da área concessionada, não tivessem obtido a respetiva guia de autorização poderiam ser castigados com uma pena até seis meses⁴⁷⁸. Quer isto dizer que até 1972 o combate contra o tráfico de diamantes era responsabilidade exclusiva da empresa que desenvolveu os seus próprios serviços. A já destacada infraestrutura de controlo da empresa encontra no possível (e calculável) tráfico de diamantes o seu impulso. Em 1969, um artigo que pretendia denunciar a atuação da empresa sublinha precisamente como, na sequência da incapacidade material e humana do Estado, a empresa foi chamando a si essas mesmas responsabilidades: “Difícil se torna ao Estado, por carência de um quadro próprio, policial, controlar esses negócios; e daí a Companhia de Diamantes dispor de uma Secção Especial para o efeito, estando atenta com o que se

⁴⁷⁴ Companhia de diamantes de Angola, «Nota sobre a publicação intitulada «Factos Verídicos sobre a exploração diamantífera em Angola», da autoria de João Vieira Santa Ana Júnior, 25 de junho de 1969, PT/ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15 nº5.

⁴⁷⁵ Subdelegação da Direção-Geral de Segurança, «Companhia de Polícia Mineira», 14 de março de 1974, PT/ANTT/PIDE/DGS.Del.A.P.Inf.15.24.B,NT.2094.

⁴⁷⁶ António Soares Carneiro, Gabinete do Governo do Distrito da Lunda, «Informação Confidencial ref. Nº88/53.02/GAB», 21 de Setembro de 1972, PT/ANTT/ASC.cx.15/doc.36.

⁴⁷⁷ Todd Cleveland, «Resisting the Conceptualization of Theft ...», *op. cit.*, p. 135.

⁴⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 145, nr.15.

vai passando com essa espécie de negócios”⁴⁷⁹. Este pressuposto, que em nada surpreende, coloca todas as outras dimensões aqui em análise, incluindo as de propaganda e bem-estar, sob o auspício desta macroestrutura de policiamento. “Polícia Secreta” ou S.I.D., o alcance e a sobreposição das forças estatais e privadas ficam bem plasmada nestes testemunhos. De facto, não eram apenas os trabalhadores, comerciantes ou empregados brancos que estavam sujeitos, de alguma forma, à polícia da empresa. Quando Adriano Moreira era já Ministro do Ultramar e Pereira Neto se desloca a Angola, o então funcionário do G.N.P. relatou como o próprio Ministro temia pela segurança dos seus funcionários em visita à Província. Segundo Pereira Neto, por ordem do Ministro, nos seus primeiros dias em Luanda, foi expressamente proibido de sair à rua, a não ser com pessoas de confiança de Adriano Moreira. O motivo dessa preocupação prendia-se com o facto de não ter sido, à data, publicada ainda a Portaria Ministerial que oficializaria a sua nomeação para Chefe da Secção da Polícia Civil, na categoria de Intendente. Ora, só a partir do momento em que esta fosse publicada é que Pereira Neto passaria a pertencer ao Quadro Comum o que significava que já não podia ser preso em Angola⁴⁸⁰. Segundo o mesmo existia a real ameaça de, estando ele desprevenido, ser atacado pela polícia da Diamang que lhe colocariam diamantes nos bolsos, “à pancada”, para depois o acusarem de roubo. Este cuidado por parte do Ministro, quando o seu funcionário ainda se encontrava em Luanda e não na Lunda, demonstra como não existia qualquer fronteira para a atuação da polícia da Diamang. O testemunho deste inspetor é corroborado por Santa Ana Júnior, um ex-funcionário da Diamang que, em finais da década de 1960, publica uma série de acusações contra a empresa (ver capítulo IV). Ao denunciar a prevalência de uma “lei protetora da Companhia monopolista”, que aplicava pesadas e longas penas a quem fosse encontrado na posse de diamantes, não deixa de sublinhar o espanto com que tantos, “por artes dos agentes da Companhia”, se viam, “de repente, surpreendidos com uma pedra em seu poder”⁴⁸¹. No mesmo artigo o autor não deixa de reforçar também o modo como esta polícia privada atuava de forma abusiva, violando o pressuposto de agir apenas dentro da área concessionada, em toda a Província⁴⁸². Não é

⁴⁷⁹ Isauro dos Santos, «A comercialização ilegal de diamantes», s.d. in Santa Ana Júnior, «Factos Verídicos sobre a exploração diamantífera de Angola, 1969, p. 10, PT/ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15 nº5, doc.38.

⁴⁸⁰ Entrevista a João Pereira Neto, *op. cit.*

⁴⁸¹ Santa Ana Júnior, «O Tráfico Ilícito de Diamantes da Diamang», s.d., in Santa Ana Júnior, «Factos Verídicos sobre a exploração diamantífera de Angola, 1969, pp. 33-35, PT/ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15 nº5, doc.38.

⁴⁸² *Idem, ibidem*, p. 34.

por isso inesperada a comparação feita com a própria P.I.D.E. que Pereira Neto considerava muitíssimo menos eficaz. “A pior polícia que havia, a única que havia mesmo, era polícia a sério (...), muito mais eficaz do que a PIDE no resto do território”⁴⁸³. Nas vésperas do término do contrato entre a Diamang e o Estado, em 1971, Santa Ana Júnior escreve uma circular onde alerta para a necessidade de se rescindir o contrato e as concessões concebidas à empresa. O intuito desta nova circular, intitulada *Acusação Pública contra a Companhia de Diamantes de Angola*, era o de chamar a atenção não só das autoridades competentes mas, também, da opinião pública para as desmedidas ambições da empresa:

Tão longe vai a ânsia de continuidade, na sua ubérrima situação exploradora, da Diamang, que a mesma, que já tinha ao seu serviço uma autêntica polícia secreta, a chamada Secção Especial, muito mais eficaz, perversa e criminosa nos seus processos e meios de atuação, do que qualquer organização congénere clandestina, agora organizou, para seu exclusivo serviço, um poderoso exército, composto por profissionais do gatilho, pagos e doutrinados por ela, sem qualquer controle do Estado, o qual tanto pode servir para a defesa do território da Lunda, como para fazer a secessão do dito distrito, ou basear o arranque para operações mais profundas e extensas no campo da autonomia da Província de Angola⁴⁸⁴.

Tantas e repetidas vezes caracterizada como um “Estado dentro de um Estado”, a Diamang comportou-se como entidade soberana na Lunda, onde o aparato de controlo e vigilância era imensamente reforçado por políticas paternalistas corporativas que ajudam a explicar a estabilidade da Lunda. Dos cuidados de saúde às políticas de educação, a empresa era não só a razão do impulso económico da região, como o vetor de garante de uma ordem pública. Apesar das tão propagadas condições excecionais de trabalho, a persistente relutância dos indígenas a integrar o enredo laboral da empresa não pode ser desvalorizada. No entanto, a resistência e as fugas de trabalhadores, à semelhança do que acontecia na Cotonang, também atenuam as declarações sobre uma total pacificidade das cidades e aldeias diamantíferas da Lunda. Em Fevereiro de 1961, por exemplo, uma notícia dava conta da fuga de 34 trabalhadores da Diamang que, numa altura em que a empresa ainda montava o seu dispositivo oficial de segurança e ressaltava apenas a instabilidade e preocupação da população branca, garantia que entre os trabalhadores africanos persistia um clima de tranquilidade⁴⁸⁵. É por isso, também, necessário incluir na compreensão da gestão da vida quotidiana da Lunda a presença destes dispositivos,

⁴⁸³ Entrevista a João Pereira Neto, *op. cit.*

⁴⁸⁴ João Vieira Santa Ana Júnior, «Acusação Pública contra a Companhia de Diamantes de Angola, s.d., PT/ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15, n°5, doc.38.

⁴⁸⁵ Notícia da fuga de 34 trabalhadores da Diamang, Fevereiro de 1961, PT/ANTT/AOS/CO/UL-32 A2, P.2, fls.192.

tantas vezes omnipresentes, que controlavam os mais pequenos detalhes do dia-a-dia dos africanos. Só assim podemos compreender não só a ausência de atos de sublevação de peso no interior da zona de prospeção única da Diamang, como a importância da própria Companhia na defesa e auscultação da fronteira da Província.

- Pequenas fortalezas privadas? Comparações entre casos

À semelhança do que iremos concluir nos restantes dois capítulos do nosso trabalho, os casos que aqui elegemos para analisar não totalizam todos os possíveis objetos de estudo sobre os enredos empresariais privados coloniais. Ainda dentro das fronteiras do Estado colonial português, a Cassequel, empresa que pertencia à influente família Espírito Santo, poderia, neste capítulo, integrar o nosso estudo. Também aqui existem pontos de contacto, e de divergência, entre o enredo desta empresa e aqueles que aqui analisamos. À semelhança, por exemplo, da cidade do Dundo e de Benguela, o ordeiro plano citadino de Catumbela, centro administrativo da empresa, colocava a descoberto as divisões raciais entre europeus e africanos, fundadas e enraizadas pela ideologia colonial e transplantadas para os planos urbanísticos empresariais. Jeremy Ball, no seu trabalho sobre esta empresa açucareira, descreve o modo como a cidade imprimia, no seu planeamento arquitetónico, uma evidente estrutura racial que excluía os africanos do centro administrativo, onde apenas residiam brancos⁴⁸⁶. Ancorando, como na Cotonang, pressupostos organizacionais à natureza física da região, no topo da colina vivia o Presidente da concessionária, numa moradia que lhe permitia ter uma vista panorâmica sobre o resto da cidade. Num segundo nível encontravam-se as residências dos doze membros do Conselho Executivo da empresa, seguidas, um degrau a baixo, das residências dos médicos e engenheiros que ali trabalhavam. Já na zona plana, três amplas avenidas paralelas albergavam a hierarquia mais baixa dos trabalhadores europeus: enfermeiros/as, mecânicos, comerciantes, capatazes, etc.⁴⁸⁷. Esta geografia espacial do centro da cidade empresarial reproduzia, de forma manifesta, a hierarquia racial e classista da sociedade colonial. O colossal *gap* entre a estrutura ordeira da cidade e as condições materiais das vilas dos trabalhadores, claramente rudimentares e sem estruturas de saneamento e água potável, colocavam em evidência, como Pereira Neto descreveu

⁴⁸⁶ Jeremy Ball, *Angola's Colossal Lie ...*, op. cit., pp. 13-15.

⁴⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 13.

para a Cotonang e os seus colegas de Gabinete para os C.F.B., a imagem fabricada de uma aparente ordem paternalista. Somente a partir da década de 1940, à semelhança do que aconteceu na Diamang, a empresa começou a investir de forma mais estruturada na melhoria das condições e das infraestruturas das vilas dos trabalhadores. Nos bairros indígenas, este foi o momento em que as cubatas foram substituídas por habitações de carácter permanente. O motivo que levava a empresa a empregar esforços nesse sentido é, precisamente, o mesmo que apresentamos como racional por detrás das políticas de gestão e controlo laboral da Diamang e do C.F.B.: também no caso da empresa da família Espírito Santo, o investimento na melhoria das aldeias dos trabalhadores indígenas ficou a dever-se à crescente pressão, por parte do governo local, para que a empresa ampliasse a sua capacidade de atrair trabalhadores voluntários, diminuindo, desta forma, a intervenção do Estado nos processos de recrutamento. Na Cotonang, como vimos, esta discussão não se colocava. Tal não se devia apenas ao facto de a algodoeira não necessitar de recorrer a processos de recrutamento externo. Talvez mais determinante para explicar a falta de investimento em estruturas de bem-estar, residisse no facto da produtividade do trabalho africano se comportar como uma variável menor para os cálculos da empresa, uma vez que os custos empregues pelo setor privado apenas resultavam da compra do algodão produzido que adquiria diretamente ao cultivador. De uma forma ou de outra, o rendimento do trabalhador estava unicamente dependente da quantidade originada, sendo a composição biológica do algodoeiro pouco relevante. A não existência de um custo fixo com o trabalho na lista de encargos da Companhia dos Algodões, ou seja, o pagamento mensal da mão-de-obra, imprimia um desapego por parte da Cotonang às condições socioeconómicas daquelas gentes. Como vimos, a composição física dos seus trabalhadores tanto não era uma preocupação que Pereira Neto salienta, mais do que uma vez, a desnutrição da população da Baixa e a falta de condições de saúde do enredo empresarial. No caso da Cassequel, a par do que acontecia na Diamang, o principal foco estava na desenvoltura física dos trabalhadores contratados com intervenção do Estado. Desta feita, quando chegavam as zonas de acesso ao enredo da Cassequel, a burocracia empresarial dividia os recém-chegados com o intuito de levar a cabo um primeiro “processo de seleção” destinado a afastar do grupo todos os trabalhadores “fisicamente mais debilitados” para que recebessem suplementos nutritivos nos estabelecimentos médicos para indígenas⁴⁸⁸. Nestes casos, o salário não dependia do resultado do trabalho

⁴⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 77.

logo, para as empresas, era necessário assegurar que empregavam homens fisicamente capazes de garantir uma elevada produtividade. Na Cassequel o processo de seleção, talvez menos minucioso do que os pressupostos biométricos do índice de Pignet da Diamang, revelava a preocupação de ordem económica para com o cuidado biológico do africano. Ou seja: o modo como, nas análises aqui apresentadas, as políticas de bem-estar levadas a cabo pelas empresas capitalistas que, numa primeira análise, apontam para a implementação de uma governação paternalista atenta às necessidades, de forma não homogénea, dos africanos, respondem, predominantemente, a motivações de ordem económica e produtiva – o desejo de maximizar recursos e lucros. É por esse mesmo motivo que, quando o Estado põe termo à obrigatoriedade do cultivo do algodão no Malange, também a Cotonang começa a investir na melhoria das condições dos seus trabalhadores e na mecanização da produção algodoeira. Na mesma linha de pensamento, a implementação de mecanismos de violência simbólica, de forma a desincentivar a fuga de africanos, não afasta a empresa açucareira dos estudos aqui apresentados. Neste caso, a Cassequel aproxima-se mais das estratégias empregues pela Diamang. Se, no caso da algodoeira, a empresa colocava nas autoridades públicas - cipaios cooptados pelo setor privado - a responsabilidade de encontrar nas aldeias da zona alta do Malange os trabalhadores fugidos, no caso da Cassequel encontramos uma particular estruturação da violência psicológica sobre o trabalhador. Em primeiro lugar, o salário dos trabalhadores contratados com intervenção do Estado, com o intuito de criar entraves à eventual fuga de indígenas, e ao contrário do que acontecia com os trabalhadores voluntários, apenas era liquidado no final do cumprimento do contrato estabelecido com a empresa. Somente depois desse momento é que os indígenas podiam dirigir-se ao posto administrativo da sua circunscrição onde, reduzido o valor do imposto indígena e a percentagem destinada a recompensar o respetivo chefe de posto e o soba pela participação no recrutamento do trabalhador, estes eram pagos⁴⁸⁹. Até então, a empresa apenas facultava a estes indígenas roupa e alimentação. Esta estratégia pretendia, claramente, quebrar a autodeterminação do trabalhador por via de um incentivo económico. Para além disso, em caso de fuga, era sabido que a empresa comunicava o sucedido ao chefe de posto da circunscrição de onde era natural o trabalhador desertor, ficando este responsável por avisar o soba da respetiva aldeia que tinha a obrigação de substituir o fugido por outro indígena, preferencialmente por alguém que pertencesse ao mesmo agregado familiar. Caso o soba não conseguisse

⁴⁸⁹ *Idem, ibidem.*

encontrar um trabalhador substituto, era a própria autoridade tradicional que enfrentaria um processo disciplinar que, comumente, envolvia espancamento e a sua própria detenção⁴⁹⁰. Esta cadeia de violência psicológica, que atingia tanto o agregado familiar do trabalhador como a autoridade tradicional, constituía a base da estratégia da empresa para desincentivar a fuga de trabalhadores. Como vimos, no caso da Diamang, as autoridades tradicionais parecem ter sido mais eficazmente cooptadas pela empresa, que procurou institucionalizar uma relação clientelar de mútua dependência. No caso dos diamantes, era a própria autoridade tradicional que, na maioria das vezes, denunciava ao setor corporativo o regresso às aldeias de trabalhadores fugidos sendo estes, posteriormente, novamente forçados a regressar à Lunda para cumprirem a duração em falta do contrato de trabalho. Estas diferenças mostraram-se cruciais para a análise das estruturas securitárias empregues pelo setor privado. O nível de burocratização das empresas, e as estruturas de securitização montadas no período que antecede o início da Guerra colonial, são variáveis indispensáveis às leituras sobre a resposta do setor privado ao conflito bélico. A pronta resposta da Cassequel corrobora essa mesma ideia. À semelhança da Diamang, que desde os primeiros sinais de instabilidade política na Província se disponibilizou a organizar internamente a segurança e patrulhamento da área concessionária, também a Cassequel, duas semanas depois dos “Acontecimentos de Luanda” a 4 de Fevereiro, importou e distribuiu armamento pelos seus aos trabalhadores brancos - 102 pistolas e 84 espingardas. Uma vez mais, encontramos nos cálculos da empresa açucareira os preceitos ideológicos de defesa subjacentes às estruturas administrativas e militares coloniais⁴⁹¹. Eram os funcionários brancos, devidamente armados e em permanente contato com a PIDE, os responsáveis pelo patrulhamento das vilas e das plantações da empresa. Convenientemente informados para o efeito, os mecanismos de vigilância deviam estar particularmente atentos aos comportamentos dos trabalhadores *calcinhas*, indivíduos que apresentavam mais elevados níveis de educação⁴⁹². É precisamente por esse pré-conceito institucionalizado pela ideologia colonial, estatal e privada, que a direção da empresa opta, em Março de 1961, por repatriar todos os seus trabalhadores cabo-verdianos, tendencialmente considerados como mais evoluídos na escala civilizacional⁴⁹³. Neste ponto, como vimos, as empresas aqui

⁴⁹⁰ *Idem ibidem*, p. 76.

⁴⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 129.

⁴⁹² *Idem, ibidem*.

⁴⁹³ *Idem, ibidem*, p. 130.

analisadas partilhavam, na sua estrutura burocrática e administrativa, as ideias que, em meados de 1960, as estruturas militares ditavam como normas e procedimento a implementar em defesa da Província: a raça como balizador da diferença entre amigos e inimigos da causa portuguesa.

Ainda dentro do território angolano, na zona Sul da Província, o Plano do Cunene é exemplificativo dos pressupostos securitários que estavam por detrás das estratégias de desenvolvimento económico. Este ambicioso projeto, que previa a construção de barragens e centrais hidroelétricas, redes de transporte e circulação de eletricidade, amplos sistemas de conduta e canais de irrigação, estradas, postos agrícolas e fazendas comerciais “modernas”, procurava estabilizar e aumentar a potência da energia elétrica geradas pelas instalações, já existentes desde a década de 1950, a partir da regularização dos caudais. Foram, no entanto, precisas várias décadas de avanços e recuos na mesa das negociações até que esta parceria luso-sul-africana se materializasse⁴⁹⁴. Antes mesmo da assinatura, em Março de 1971, do secreto Acordo de Alcora, assente no apoio e cooperação militar entre Portugal e a África do Sul, o Plano do Cunene, aclamado pelos dois países como um projeto humanitário que previa o fornecimento regular de água aos ovambos - uma etnia da Namíbia que ocupava parte da fronteira com Angola e que, pelas suas características semi-nómadas, era considerada um obstáculo a uma eficiente administração colonial - colocou, uma vez mais, o território da Província no centro de cálculos socioeconómicos internacionais⁴⁹⁵. Este é, talvez, o mais paradigmático exemplo

⁴⁹⁴ As disputas sobre os limites territoriais que determinavam o controlo sobre as águas do Rio Cunene remontam ao século XIX quando a Alemanha dominava o Sudoeste Africano (atual Namíbia). Em 1918, os alemães perderam a soberania daquele território. Seria a Sociedade das Nações a determinar que o Sudoeste Africano passava a estar sob o mandato da União da África do Sul. Em 1926 é celebrado um acordo entre Portugal e a África do Sul. Portugal comprometia-se, pelo Acordo de 1926, a fornecer água ao Sudoeste Africano para “fins humanitários”, assim como a estudar a possibilidade de desvio do curso do Rio Cunene a partir da construção de uma barragem em Calueque com a finalidade de elevar o nível das águas. Por falta de consenso e de meios de investigação, o plano acabaria por não ter seguimento prático. Somente em 1962 é que as negociações são novamente retomadas. Pereira Bastos, “Página 99 e 100 de “Portugal e o Direito Colonial Internacional do Professor Marcelo Caetano”, 3 de Agosto de 1967, p. 2, PT/ANTT/ Arquivo Oliveira Salazar, UL-30G, cx. 738, capilha 4; Pereira Bastos, Páginas 99, 100 e segs. de “Fronteiras do Território Nacional do Ultramar”, do Ultramar”, 3 de Agosto de 1967, p. 6, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-30G, cx. 738, capilha 4. Bettencourt Morêno, «Desenvolvimento económico-social do sul de Angola. Aproveitamento hidráulico do Cunene», *Electricidade* n.º 65, pp.152-160, p. 155.

⁴⁹⁵ Sobre os acordos de Alcora ver: Nicole Uardiola, «A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal», *ÁFRICA 21*, (Junho, 2009), pp. 16-25; Sue Onslow, «Resistance to ‘Winds of Change’: The Emergence of the ‘Unholy Alliance’ between Southern Rhodesia, Portugal and South Africa, 1964–51» in L.J. Butler e Sarah Stockwell (ed.), *The Wind of Change - Harold Macmillan and British Decolonization* (New York: Palgrave Macmillan, 2013), pp. 215-234; Filipe Ribeiro de Meneses e Robert McNamara, «The Last Throw of the Dice: Portugal, Rhodesia and South Africa, 1970–74», *Portuguese Studies*, Vol. 28, No. 2 (2012), pp. 201-215. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, *Alcora: O Acordo Secreto do Colonialismo*,

do *colonialismo tardio* de exploração económica assente numa parceria transimperial, que conjugou interesses públicos e empresariais (ver capítulo IV), e que vinculou, também, estratégias de defesa. Este caso demonstra bem como os planos de desenvolvimento económico, tanto em Angola como na África do Sul, veiculavam sempre pressupostos securitários, de controlo e manuseamento das populações, mesmo numa altura em que a estabilidade colonial sofria claras ameaças.

Por se tratar de um exemplo que não se restringe à intervenção ou cedência estatal apenas por parte do Estado português, não é possível ler o Plano do Cunene sem o enquadrar no mais amplo contexto que abrangeu a política imperial sul-africana. Perante as duras críticas internacionais que chegavam tanto da ONU como dos recém-independentes países africanos, a que se juntavam, ainda, as queixas apresentadas ao Tribunal Internacional de Justiça pela Libéria e Etiópia, a República da África do Sul criou uma comissão de inquérito com o objetivo de estudar os recursos do Sudoeste Africano e de elaborar um plano de desenvolvimento para aquele território⁴⁹⁶. Essa comissão, conhecida como “Comissão Odendaal” (nome do seu presidente), apresentou, em finais de 1963, as suas conclusões ao governo sul-africano, sendo aprovado pelo parlamento em Maio do ano seguinte⁴⁹⁷. Visto como uma espécie de compromisso que o país assumia perante a comunidade internacional, o plano é rosto da intensificação da

(Lisboa: Divina Comédia, 2013); Luís Barroso, *Salazar, Caetano e o «Reduto Branco»: A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, (Lisboa: Fronteira do Caos, 2012).

⁴⁹⁶ Em 1915, na sequência da derrota da Alemanha na I Grande Guerra, a União Sul Africana ocupa o território do Sudoeste Africano que lhe é, posteriormente e nos termos do Tratado de Versalhes, mandatado pela Sociedade das Nações. No final da Segunda Guerra Mundial aquele organismo acaba por ser dissolvido e substituído pela ONU. Este novo paradigma, ao qual se juntava o alastrar dos movimentos nacionalistas africanos, colocava dúvidas quanto à legitimidade da RAS para administrar o Sudoeste Africano. A RAS, no entanto, não só mantinha a sua competência administrativa, como não reconhecia a ONU como sucessora da SDN enquanto outorgante do mandato sobre o Sudoeste Africano. O combate contra a ocupação sul-africana fez-se tanto no palco da ONU como na OUA e, ainda, no Tribunal Internacional de Justiça. A queixa foi apresentada no final de 1960 no Tribunal de Haia pela Etiópia e a Libéria, onde acusaram a África do Sul de pretender anexar o território de forma unilateral. Este processo arrastou-se por vários anos. Em 1966 o Tribunal Internacional apenas decidiu que ambos os países não tinham legitimidade para apresentar a dita queixa. Nesse ano, a Assembleia Geral da ONU tinha posto fim ao mandato sul-africano, reconhecendo a Namíbia Apesar do parlamento da RAS ter aprovado o plano de desenvolvimento em 1964, o plano Odendaal apenas foi retomado em 1966 aquando da promulgação da sentença. Ten. Coronel do CEM, Renato Fernando Marques Pinto, “Concessão de autonomia à Ovambolândia – Implicações para Angola”, 21 de Junho de 1967, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-30G, cx. 738, capilha 4. No ano seguinte, o Conselho de Segurança insistiu no desencorajamento de investimentos das empresas dos Estados-membros na região. Só em 1971 é que o Tribunal Internacional de Justiça se pronunciou, a título consultivo, pela ilegalidade da ocupação do Sudoeste Africano (Advisory Opinion de 21 de Junho de 1971).

⁴⁹⁷ *Idem, ibidem*. Ver também: Renfrew Christie, “White Power in Angola and Namibia: The Kunene River Hydro-Electric Schemes. A Study in the Political Economy of Infrastructural Development” (University of Cape Town, 1974).

política de *apartheid* que pretendia acelerar o desenvolvimento dos vários grupos autóctones, não brancos, do Sudoeste Africano, dentro e fora dos seus territórios, e ajustar as reservas nativas às necessidades demográficas e de mão-de-obra⁴⁹⁸. Era, então, sugerida a divisão do território em dez “homelands” (designadas também por “bantustões”, “pátrias” ou “unidades nacionais”), destinadas a não europeus e ocupando uma área de 32,629,394 de um total de 82,388,000 hectares, um colonato de irrigação rural de 92,421 hectares e uma “zona branca”⁴⁹⁹. Com o incremento das correntes passaria a ser possível regar pastos e abastecer de água as populações rurais e urbanas, assim como usufruir da energia elétrica comprada em Angola⁵⁰⁰. A 21 de Janeiro de 1969, foi assinado o acordo que definiu as obras a executar numa 1ª fase⁵⁰¹. Incluem-se aqui a construção da barragem do Gove, em Nova Lisboa, as obras que levaram a um aumento de cerca de

⁴⁹⁸ AGNU, “Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples: report of the Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples”, Annex No. 8 (Part 1), Document A/5800/Rev. 1 (New York, 1964-1965) pp. 109-110.

⁴⁹⁹ Cada um dos bantustões acomodava uma etnia proveniente da qual era atribuída a respetiva designação. A Ovambolândia deveria ser formada por membros do povo ovambo que constituíam 45% do total da população do Sudoeste Africano (239363 indivíduos). Aproximadamente 96% dos membros ovambos residiam na então já existente reserva nativa da Ovambolândia e trabalhavam temporariamente na “zona branca”; os restantes 8804 viviam nas áreas urbanas do interior da zona reservada à população branca, normalmente como empregados domésticos ou das fazendas. No entanto, independentemente de viverem na zona europeia, deveriam ser considerados estrangeiros, “com um estatuto igual ao que vigora para naturais do Leshoto ou do Malawi”. As restantes “homelands” seriam Caprivi Oriental, Rehoboth-Gebiet, Namalândia, Kaokoveld, Okavango, Damaralândia, Bushmanlândia, Herorolândia e Tswanalandia. Deste modo, 80% da população passaria a estar alocada a 39% da área total do território, compreendendo, por regra, as zonas mais desfavoráveis. Eram estes os alegados beneficiários do Plano do Cunene. Ten. Coronel do CEM, Renato Fernando Marques Pinto, “Concessão de autonomia”, AGNU, Annex No. 8, pp.110-111.

⁵⁰⁰ Visto internacionalmente como o expoente máximo da doutrina do apartheid, as críticas eram variadas. Duvidava-se da capacidade económica para levar a cabo o Plano sem que tal despoletasse uma dura crise inflacionista, temia-se a não concordância por parte dos negros que viviam fora das reservas para, voluntariamente, a elas recolherem e receava-se o recurso à violência por parte da África do Sul para fazer cumprir o reordenamento das populações. A Ovambulândia, considerada pela África do Sul como “suficientemente desenvolvida”, tanto do ponto de vista económico como no que ao “amadurecimento das populações” dizia respeito, era a primeira reserva indígena vista como capaz de ascender ao grau de autonomia que o Plano desenhava como meta para os bantustões. Mas que autonomia era essa? Esta política de desenvolvimento separado, na qual a criação de bantustões determinava ainda que apenas a zona destinada à população europeia formaria a 5ª Província da República da África do Sul, maquilhava um processo que não pretendia, de todo, a atribuição de qualquer autonomia local. Importava incorporar nas políticas governamentais as iniciativas e os interesses da população branca do Sudoeste e, também assim, minimizar a esfera de ação da Assembleia Legislativa local. Pereira Bastos, “Negociações sobre o Cunene e o futuro da Ovambolândia”, 4 de Abril de 1967, PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-30G, cx. 738, capilha 4. O assunto não ficou à margem dos relatórios de estudo laborados pela burocracia colonial portuguesa. Kurt Dahlman, diretor do Allgemeine Zeitung (de Windhoek) sintetizou-o na perfeição: “Os portugueses são extremamente cétricos face à política de desenvolvimento separado no Sudoeste Africano. Não querem ter na sua fronteira sul de Angola mais um Estado negro independente, já têm suficientes dificuldades no Norte e no Leste com o Congo-Kinshasa e a Zâmbia”, Artigo de 22 de Janeiro de 1969, transcrito no “Of. sobre Acordo do Cunene, de 24 de Janeiro de 1969” do Consulado de Portugal em Windhoek ao MNE, PT/AHU/MU/GM/RRI/0794/00443.

⁵⁰¹ Bettencourt Fernandes Morêno, «Reuniões internacionais realizadas em Johannesburg sobre o Cunene e o Okavango», 11 de Maio de 1967, PT/AD/MU/GM/GNP/RRI/0794/00443

dezasseis vezes mais energia produzida em Matala e as infraestruturas para rega e abeberamento na zona de Quiteve-Humbe. Estas construções seriam, apenas, da responsabilidade dos portugueses. Do plano geral, dois projetos seriam realizados e financiados pela República da África do Sul: o aproveitamento do Calueque, composto por uma estação de bombagem e um vasto sistema de “pipelines” com a finalidade de aprovisionar água para fins humanitários na Ovambulândia, e ainda por uma pequena barragem para regularizar os caudais a jusante nas quedas do Ruacaná. Estas últimas, fariam parte do grande aproveitamento hidroelétrico do Ruacaná, cujo principal objetivo era o fornecimento de eletricidade para todo o Sudoeste. Importa sublinhar que, no que aos aspetos financeiros diz respeito, a África do Sul comparticiparia 50% dos investimentos da barragem do Gove, com vista à regularização dos caudais, sendo que os outros 50% seriam também provenientes dos fundos sul-africanos, desta vez a um juro de 5% a amortizar em 20 prestações anuais, assim que a obra fosse concluída. Este apoio foi resultado do compromisso por parte de Portugal de não retirar mais de metade do caudal regularizado pelo Gove. Acresce o pagamento por parte dos sul-africanos de um “royalty” por cada quilowatt-hora produzido na central de Ruacaná, ao que se somava ainda um preço fixo de cerca de \$02/kWh⁵⁰². A África do Sul teria ainda de pagar ao governo português 220,000 R como compensação pelos terrenos ocupados pelos trabalhos de construção e pela inundação dos aproximadamente 18.000 hectares na consequência das obras em Calueque⁵⁰³.

Assinado o acordo, Portugal criou, sob a égide do Ministério do Ultramar, o Gabinete do Plano de Desenvolvimento da Região do Cunene (GPC), responsável por implementar e supervisionar as infraestruturas contratualizadas assim como por executar outros projetos que visavam o desenvolvimento daquela região⁵⁰⁴. Pretendia-se com este plano, que a região compreendida entre o Rio Cuvelai e o Rio Cunene, região essa onde se encontrava grande parte do gado de angola e que era povoada por pastores africanos nómadas que viviam de uma economia de subsistência, se tornasse uma área agricolamente mais produtiva. Com o abastecimento de água do Rio Cunene, acreditava-

⁵⁰² Bettencourt Morêno, «Desenvolvimento ...», *op. cit.*, p. 156.

⁵⁰³ O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), Activities of Foreign Economic and other interests which are impeding the implementation of the declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples in Southern Rhodesia, Namibia and Territories under Portuguese Domination and in all other Territories under Colonial Domination and Efforts to eliminate colonialism, apartheid and racial discriminations in Southern Africa, New York, 1975, p. 170.

⁵⁰⁴ Decreto-Lei nº49.203, 25 de Agosto de 1969.

se que os africanos abandonariam os seus hábitos nómadas. Essa esperança era amparada por projetos de reordenamento que procurariam relocalizar os indígenas que habitavam as zonas que seriam inundadas pelas obras do Plano do Cunene. Uma outra finalidade estava por detrás deste compelido processo migratório: a libertação de terras para as novas concessões na área do Colonato de Capelongo⁵⁰⁵.

Na região do Cunene, até então negligenciada pela falta de meios e de infraestruturas, não tinham ainda sido solicitadas concessões. A esperança de pôr termo a esta subutilização, europeia, daquela área da Província era ainda apoiada pelo incentivo ao aumento da colonização branca, a quem se previa conceder terras férteis para a agricultura e pecuária⁵⁰⁶. Todas estas linhas de ação, da captação de investimento à imigração europeia, serviam ainda claros objetivos securitários e militares. A “fixação” da população africana, termo utilizado para forçar aquelas gentes a deixar as suas terras e assim aumentar a mão-de-obra disponível para ser empregue nas novas empresas que ali se constituíssem, procurava ainda enfraquecer os vínculos sociais locais. Servindo claros propósitos de controlo militar, esperava-se que a criação de “aldeias estratégicas” servisse para desagregar elementos subversivos⁵⁰⁷. É preciso não esquecer, como procuramos expor no capítulo I, que a legislação em matéria de defesa civil a partir de 1961, impunha que fossem as empresas privadas a responsabilizarem-se pelos custos em matéria de defesa e segurança, tanto das propriedades como do trabalho. Acresce que, como procuraremos demonstrar no capítulo IV, à defesa, in loco, dos territórios juntava-se a cooptação de apoio internacional através da cedência de direitos de exploração. Em suma, para lá das motivações de ordem financeira, estes serviram também claros propósitos políticos e, muitas vezes, militares. Estes casos demonstram como os interesses económicos não podem ser analisados autonomamente. No caso do Plano do Cunene, embora não se possa falar de uma única empresa - tratava-se, na verdade, de um consórcio luso-sul africano - também na sua região de ação os militares e o poder civil de Lisboa procuraram que o Gabinete respondesse efetivamente ao problema do reordenamento das populações para fins policiais. Se na retórica do GPC todo o plano deveria beneficiar as gentes rurais, as deslocações forçadas que abririam terras ao povoamento branco e à instalação de indústrias agropecuárias causariam também

⁵⁰⁵ O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), *Activities of Foreign Economic and other interests...*, op. cit., New York, 1975, pp. 5-6, pp. 170-171.

⁵⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp. 14-15.

⁵⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp.15-16.

disrupções sociais nas populações africanas, o que era entendido como um risco acrescido para a passagem de uma subversão latente a uma insurreição aberta. De qualquer modo, o Gabinete nunca seguiu a via dos aldeamentos estratégicos ou do reordenamento populacional nos mesmos moldes que a autodefesa das fazendas e das empresas impôs nas outras regiões aqui analisadas. Neste domínio, o essencial foi feito à custa de muita pressão por parte dos militares e das autoridades civis sobre o GPC. Tal não significa, no entanto, que o plano original em torno do desenvolvimento daquela região não procurasse, também, empregar as potenciais atividades privadas que ali se pudessem instalar como parceiros das forças militares na região sul da Província.

Em 1902, na sua obra *Imperialism: a Study*, Hobson, ao descrever o modo como a expansão colonial serviu interesses capitalistas que procuravam novas oportunidades e mercados, defendia que, naqueles territórios, a máquina governamental teria sido posta ao serviço dos proveitos privados que pretendiam obter ganhos económicos fora dos seus países⁵⁰⁸. O estudo que aqui apresentamos não pretende refutar esta ideia. Pelo contrário: defendemos apenas que esta realidade foi acompanhada, por outro lado e principalmente no início das guerras de independência, por uma outra realidade paralela, marcada por uma parceria que pretendia assegurar a continuidade, inseparável, tanto do Estado como do setor privado. Embora os estudos acerca dos conflitos bélicos no contexto colonial se tenham debruçado, maioritariamente, sobre as estratégias oficiais e os processos de guerrilha para analisarem as guerras anticoloniais, a parceria entre as empresas privadas e os Estados coloniais não foi uma realidade restrita ao caso português. Apesar do papel dos interesses privados ainda ser tendencialmente negligenciado, algumas análises defendem, por exemplo, que a resposta britânica à insurgência do Partido Comunista da Malásia foi o resultado da colaboração entre o governo britânico e o setor empresarial da colónia. Nesta linha de argumentação, a declaração do Estado de Emergência em Junho de 1948 terá sido uma forma de gerir o nacionalismo e controlar a descolonização para preservar a posição do capital britânico e, segundo a corrente marxista, garantir a sedimentação do processo neocolonial⁵⁰⁹. Em 1954, o Colonial Office estimava que as

⁵⁰⁸ J. A. Hobson, *Imperialism: A Study* (New York: Cosimo Classics, 2006); C. M. Andrew e A. S. Kanya-Forstner, «French Business and the French Colonialists», *The Historical Journal* 19, no. 4 (1976), pp. 981–1000.

⁵⁰⁹ Nicholas J. White, «Capitalism and Counter-Insurgency? Business and Government in the Malayan Emergency, 1948–57», *Modern Asian Studies*, Vol. 32, No. 1 (Feb. 1998), pp. 149–177, pp. 149–150. Ver também: Nicholas J. White, «The Frustrations of Development: British Business and the Late Colonial State in Malaya, 1945–57», *Journal of Southeast Asian Studies*, vol. 28, no. 1, [Cambridge University Press, Department of History, National University of Singapore], 1997, pp. 103–119.

empresas britânicas, sediadas na Metrópole, financiavam aproximadamente 64,5% dos custos totais das campanhas de contra guerrilha⁵¹⁰. Embora esta parceria não tenha sido sempre harmoniosa - nos anos 1950 foram vários os apelos por parte do setor privado para que o Estado assumisse a total responsabilidade sobre as despesas inerentes à manutenção da soberania colonial - as grandes empresas, nomeadamente as metropolitanas, desempenharam um papel de relevo que é imprescindível para explicar a durabilidade da Guerra⁵¹¹. Também no Vietnã sob a administração francesa, o período entre Guerras da década de 1930, marcado pela consolidação dos movimentos de libertação anticoloniais, caracterizou-se por uma profunda alteração das lógicas securitárias e de policiamento colonial. Depois de controladas as revoltas comunistas, no verão de 1931, o foco da polícia colonial francesa voltou-se para o controlo e supervisão do trabalho, nomeadamente da indústria da borracha. Também neste caso, a parceria entre o setor privado e o Estado colonial materializou-se no policiamento dos trabalhadores, estratégia que passou a ser percecionada como parte fundamental da luta mais ampla contra o Partido Comunista da Indochina, que havia liderado as revoltas no início da década⁵¹². Uma vez mais, esta parceria não foi nem unilateral, nem harmónica. A importância económica do sector acabou por suplantir os atritos e divergências entre as autoridades administrativas e empresariais. Nas palavras de Martin Thomas “the abiding mutual interest between government and rubber industry was institutionally personified in the police, the soldiers, the plantation guards and the raft of administrative services that maintained order in Vietnam's largest plantations”⁵¹³. A segurança física das propriedades empresariais, dos investimentos e dos trabalhadores, europeus e indígenas, ocupou sempre um lugar de excelência nos cálculos de defesa estatais. A luta pela manutenção dos impérios europeus transfronteiriços passava, necessariamente, pela supervisão dos enredos laborais, terrenos considerados férteis para a intensificação da agitação anticolonial. Se este é um lado da moeda, no outro encontramos o racional económico: a importância de determinados setores, mais do que as preocupações de ordem demográfica, determinou o privilegiar de certos enredos empresariais em detrimento de outros. O policiamento colonial, fosse ele estatal ou privado, passou a ser visto como único garante da integridade política do Estado a longo/médio prazo⁵¹⁴. Embora existam

⁵¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 175.

⁵¹¹ *Idem, ibidem*, pp. 176-177.

⁵¹² Martin Thomas, *Violence and Colonial Order ...*, *op. cit.*, pp. 141-144.

⁵¹³ *Idem, ibidem*, p. 148.

⁵¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 163.

claras variações no modo como estas empresas se comportaram e se fortaleceram, através das redes de conexão político-económicas com interesses estatais, metropolitanos e transimperiais, a parceria em matérias securitárias foi, e é, uma realidade praticamente embrionária que acompanhou o momento em que a viabilidade económica dos investimentos se consagrou. Dos exércitos criados pela Companhia das Índias Orientais⁵¹⁵, provavelmente o maior e mais poderoso exército do século XVIII, aos contemporâneos exércitos privados em África, sejam estes corporativos ou concebidos sob o hospício de organismos internacionais, a parceria securitária entre estados e setor privado constitui uma realidade muitíssimo vasta, tanto no tempo como no espaço⁵¹⁶. A normalização deste processo levou a que a securitização passasse a ser percecionada, apenas, como mais uma função ao encargo das empresas, comparável ao fornecimento de eletricidade ou, até, à construção das infraestruturas necessárias à operacionalização do setor⁵¹⁷.

Estas análises encontram no estudo aqui apresentado novos casos que veem corroborar os seus argumentos. A importância do C.F.B. na luta da contrassubversão em Angola ultrapassa a mera distribuição e movimentação de armamento militar. Mais do que a presença, *per-se*, de mecanismos privados de segurança impostos pelas estruturas paramilitares corporativas, a parceria com os serviços de espionagem, da polícia secreta aos CTT, ilustra como o setor privado se aliou a organismos públicos para combater os movimentos independentistas. No caso da Cotonang, a parceria entre o Estado e a empresa respondeu a padrões de longa-duração que ajudaram a mitigar o desenvolvimento burocrático da companhia. No entanto, apesar da ausência de mecanismos privados de policiamento e controlo, nunca o Estado cessou a atividade da

⁵¹⁵ Amar Farooqui, «Governance, Corporate Interest and Colonialism: The Case of the East India Company», *Social Scientist*, vol. 35, no. 9/10, Social Scientist, 2007, pp. 44–51; Bhavani Raman, «Sovereignty, Property and Land Development: The East India Company in Madras», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 61, no. 5/6, Brill, 2018, pp. 976–1004; Philip J. Stern, «A Politie of Civill & Military Power’: Political Thought and the Late Seventeenth-Century Foundations of the East India Company-State», *Journal of British Studies*, vol. 47, no. 2, [Cambridge University Press, North American Conference on British Studies], 2008, pp. 253–283.

⁵¹⁶ James K. Wither, «European Security and Private Military Companies: The Prospects for Privatized ‘Battlegroups’», *Connections*, vol. 4, no. 2, Partnership for Peace Consortium of Defense Academies and Security Studies Institutes, 2005, pp. 107–126; Seden Akcinaroglu e Elizabeth Radziszewski, «Private Military Companies, Opportunities, and Termination of Civil Wars in Africa», *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 57, no. 5, Sage Publications, Inc., 2013, pp. 795–821; Aaron Ettinger, «Neoliberalism and the Rise of the Private Military Industry», *International Journal*, vol. 66, no. 3, [Sage Publications, Ltd., Canadian International Council], 2011, pp. 743–764; Anna Leander, «The Paradoxical Impunity of Private Military Companies: Authority and the Limits to Legal Accountability», *Security Dialogue*, vol. 41, no. 5, Sage Publications, Ltd., 2010, pp. 467–490.

⁵¹⁷ P. W. Singer, *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*. (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003), p. 227.

empresa. Se, por um lado, tal pode ser explicado pela viabilidade do algodão no mercado internacional, a rede acionista da empresa pode também ajudar a compreender a continuidade da sua atividade, em moldes diferentes, depois da Revolta (ver capítulo IV). É, no entanto, necessário não esquecer o apelo dos organismos algodoeiros, antes mesmo da sublevação indígena, para que determinadas áreas de produção fossem extintas, dada a pouca produtividade das mesmas. Por que razão optou o Estado colonial por manter a obrigatoriedade do cultivo algodoeiro naquelas zonas de fraca produtividade? As ideias de delegação de poderes ao setor privado, de obtenção de “trabalhadores dóceis” e de uma superintendência sobre as regiões do interior da Província, foram pressupostos intrínsecos aos cálculos estatais que comprovam, consideramos, a racionalidade histórica e intuitiva das parcerias com as empresas concessionárias. A presença da empresa era, por si só e independentemente da produtividade das suas concessões, garante da soberania portuguesa. A Diamang coloca este estudo noutra patamar de análise. A viabilidade económica da empresa e a necessidade de fazer face ao tráfico de diamantes, criaram as condições necessárias para a edificação de um intrincado e panótico sistema de vigilância e controlo. Essa supervisão não se fazia sentir apenas por mecanismos policiais e físicos, mas, também, por instâncias que pretendiam, através da propaganda e da prestação de serviços sociais, conquistar a obediência e a submissão passiva dos trabalhadores. Neste caso, a superioridade de recursos e a necessidade de fechar em si mesmo o território concessionário dificultam a compreensão e a determinação das funções dos vários serviços empregues pela empresa. No entanto, é evidente o determinar da autonomia e da soberania privada na Lunda. Se o C.F.B. demonstra o modo como uma parceria de mútua dependência foi estabelecida entre a ferroviária e o Estado, a Cotonang, mais facilmente, aponta para uma dependência privada face aos mecanismos públicos. No caso da Diamang, retirando os iniciais pedidos de autorização, o setor privado comportou-se como poder soberano e autónomo. Se procurarmos atribuir a um dos lados uma maior dependência, teríamos, necessariamente, de o atribuir ao Estado colonial.

Este capítulo procurou lançar luz sobre o modo como as empresas aqui tratadas, com variações e em consonância com o nível de burocratização das suas estruturas internas, contribuíram para o controlo da sublevação dos seus trabalhadores. Como procuramos demonstrar, tratava-se não só de defender os empreendimentos privados de possíveis investidas sobre as zonas concessionadas, como de garantir uma ampla supervisão sobre os trabalhadores, vistos sempre como potenciais sublevados. O nível de

burocratização corporativa, que, por sua vez, depende de variáveis de longa duração inerentes às relações estado-empresa, parece ser o diferencial que mais contribuiu para a mais pronta resposta do setor privado colonial angolano no início do conflito armado. Esta resposta constituiu uma verdadeira parceria entre os dois ambientes organizacionais, de geometria variável, ainda assim. Isto mesmo foi, aliás, comprovado pela documentação citada do Arquivo Histórico Militar (ver capítulo I). Este estudo ajuda-nos assim a compreender dinâmicas de defesa que desmitificam a duração da Guerra Colonial portuguesa, ao lançar luz sobre outras realidades que contribuíram, ativamente, para a manutenção da soberania portuguesa em determinados retalhos geográficos, ao mesmo tempo que elas próprias nos dão conta de relações antecedentes que constituem traços históricos da realidade colonial portuguesa.

Capítulo III: Máquina da propaganda privada nos palcos internacionais: a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas (1961-1970)

- A sobreposição e o desgaste do quadro nacional e internacional: a queixa do Gana, as incertezas na Union Minière du Haut Katanga e as críticas ao setor privado

Talvez que isto, e algo mais que é comentado, não seja exatamente assim, e oxalá que nada disto seja mesmo verdade. Mas, nós portugueses aqui, e o Governo de Portugal, temos necessidade de que hajam esclarecimentos que demonstrem o que realmente Portugal tem feito em Angola, e como é caracterizado o sentido de PROVÍNCIA que se dá a esta possessão. Porque, do contrário, sem a opinião pública esclarecida e por isso ao nosso lado, a repressão de hoje terá de ser repetida amanhã, e cada vez mais o mundo se interessará mais por Angola do que por Portugal. E com a opinião pública, brasileira e universal, contra nós, terminaremos ingloriamente o que nos custou ideal, sangue e lágrimas ...

António T. Corrêa Leite in Afonso Mendes, *Apontamento n.º85*, 30 de Junho de 1961, AD/MU/GM/GNP/RNP/0164/Pts.1.

Foi a partir da transcrição da carta de Correia Leite, um português que há muito vivia no Brasil e que era um assíduo colunista em vários pequenos jornais, que Afonso Mendes inicia o seu *apontamento* sobre a necessidade de se levar a cabo uma intensa campanha de propaganda internacional que divulgasse a “obra ultramarina” portuguesa. Para o funcionário do G.N.P., era necessário que o Mundo compreendesse que Portugal estava a ser vítima de uma série de “manobras e ataques”, por parte dos imperialistas soviéticos e afro-asiáticos, que cobiçavam arruinar a imagem do colonialismo português⁵¹⁸. A apreensão daquele funcionário era intuitiva: à medida que as acusações contra Portugal granjeavam um espaço cada vez mais robusto na imprensa estrangeira, maior seria o número daqueles que acabariam por virar costas à causa portuguesa e que consolidariam juízos de opinião que muito poderiam prejudicar o país. Afonso Mendes, na resposta que envia àquele patriota residente no Brasil, pedia-lhe encarecidamente que colocasse o seu trabalho de colunista ao serviço do país enviando-lhe, para o efeito, relatórios e informações, tanto do G.N.P. como da Agência Geral do Ultramar, para que tivesse uma sólida base de trabalho⁵¹⁹. Uma das mais iméritas mentiras que convinha

⁵¹⁸ Afonso Mendes, «Apontamento n.º85», 30 de Junho de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0164/Pts.1.

⁵¹⁹ Na sua resposta, Afonso Mendes destaca, como exemplo claro da condescendência portuguesa para com os africanos, o modo como Portugal sempre lidou e respeitou os usos e costumes não civilizados dos indígenas, o que ficava plasmado pela suposta admissão da prática da poligamia, do levirato e, até mesmo, do sistema sucessório através do tio materno. *Idem, ibidem*, p.4.

esclarecer prendia-se com a alegada exploração sanguínea dos recursos das Províncias. Para Mendes, “a verdade era inteiramente diversa”⁵²⁰. Ao contrário da ideia que a imprensa subversiva procurava difundir, “a Metrópole, que tanto carece de capitais para o seu necessário fomento económico, está-se sacrificando imenso para acudir às necessidades de investimento no Ultramar”⁵²¹. Esta disponibilidade solidária da Metrópole era prova do colonialismo missionário que Portugal exercia. Mendes era perentório a garantir que todos os esforços estavam voltados para a promoção ultramarina, procurando-se encaminhar os capitais metropolitanos, assim como os recursos financeiros internacionais, para o investimento e desenvolvimento da África portuguesa⁵²².

Numa altura em que a questão colonial estava no centro de todas as atenções, não havia como separar a realidade interna da internacional. Embora tal não tenha sido uma surpresa total (ver capítulo I), dado o panorama global das lutas anticoloniais, o início do ano de 1961 abalou as mais sólidas estruturas económicas e administrativas do Estado colonial. É difícil eleger os eventos que mais marcaram o início daquele ano. Quando Alexandre Ribeiro da Cunha, ex-secretário privado de Salazar e um dos mais influentes inspetores do G.N.P., recorda aqueles tempos relembra como “a época que se atravessava era terrível”⁵²³. Para além do terrorismo em Angola, dos ataques à capital da Província, da queixa do Gana e da criação do Subcomité na ONU para acompanhar a situação angolana, a administração colonial enfrentava ainda uma enorme pressão imposta pela “avalanche de jornalistas estrangeiros ávidos de notícias”⁵²⁴. Era este o contexto, não esquecendo ainda as exigências de alterações jurídico-políticas que atravessavam as fronteiras coloniais, com que tanto o setor privado como o Estado se viam, cada vez mais, a braços.

Desta ordem de eventos, três destacam-se para o propósito deste capítulo. Para compreender a estratégia e a disponibilidade do setor privado na defesa da imagem internacional do colonialismo português, é necessário incluir na análise as matrizes e os eventos que ameaçavam tanto o Estado como as infraestruturas capitalistas. As críticas

⁵²⁰ *Idem, ibidem*, p. 7

⁵²¹ *Idem, ibidem*, p. 7.

⁵²² *Idem, ibidem*, p. 13.

⁵²³ Ribeiro da Cunha, «Apontamento Secreto», 18 de Dezembro de 1962, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/012829.

⁵²⁴ *Idem, ibidem*. Sobre as relações entre Portugal e a ONU e a sequente criação, em Dezembro de 1961, do Comité Especial para os Territórios Administrados por Portugal, ver: A. E. Duarte Silva, «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995 (1.º), pp. 5-50.

internas às políticas laborais e de bem-estar dos indígenas, vindas, como vimos, tanto da burocracia metropolitana como das estruturas militares, indignaram, num primeiro momento, os diretores das empresas que logo perceberam a necessidade de criar mais fortes laços de dependência para atenuar aquele mal-estar. Ao mesmo tempo, quando a Revolta da Baixa do Cassange ainda não estava totalmente controlada, a queixa do Gana na O.I.T., submetida a 25 de Fevereiro de 1961, alimentou o mediatismo daquela rebelião, fortalecendo a ideia de uma colonização assente no trabalho forçado. Por fim, a longa e difícil resolução do caso da Union Minière du Haut Katanga (UMHK), empresa cujos pontos de contacto atravessavam as fronteiras do ex-Congo Belga, colocava em evidência as incertezas quanto ao possível futuro destas estruturas num mundo pós-colonial. A seleção destes eventos não é apenas justificada pelo impacto que, à luz dos dias de hoje, lhes podemos atribuir. Sendo mais do que justificável incluir outras possíveis variáveis, as críticas internas, a queixa da O.I.T. e o caso da UMHK são também os temas que mais foram debatidos entre os burocratas, principalmente os inspetores do G.N.P., e os membros das empresas que encabeçaram o projeto cuja análise se desenvolve neste capítulo. Isto porque a preocupação com a imagem internacional do setor empresarial colonial, e com a propaganda nefasta que ganhava espaço internacionalmente, atingiu de imediato os escritórios e diretórios das grandes empresas ultramarinas.

Em Junho de 1961, Ernesto Vilhena escreve a Salazar mostrando-se perplexo pela falta de apoio e respeito que o Estado, naquela época tão difícil, dirigia às empresas ultramarinas. Como os relatórios militares no terreno sugerem, nomeadamente em empresas de mão-de-obra intensiva como a Diamang e a Cotonang, eram cada vez mais aqueles que, fazendo parte do quadro administrativo ultramarino, levantavam a voz para criticar as políticas laborais no Ultramar (ver capítulo II). Depois de tecer alguns comentários sobre Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, e sobre o Governador-Geral de Angola, Venâncio Deslandes – reforçando a “natureza esquerdista” que os parecia caracterizar por se posicionarem contra a economia capitalista -, Vilhena descrevia a incerteza e a perplexidade com que todos aqueles que levaram a cabo “empreendimentos de natureza capitalista”, amparados até então pelo Estado, viviam aqueles novos tempos⁵²⁵. Exemplo disso mesmo era o modo como as empresas algodoceiras ultramarinas

⁵²⁵ Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar, Ilustre Presidente do Conselho», 19 de Junho de 1961, p. 2, ANTT/CDA/1/04 – Companhia de Diamantes de Angola Cx.2, Pasta 4.

estavam a ser tratadas, não só internacionalmente, como também internamente. Injustamente, considerava o autor, a palavra “algodão” passara a ser símbolo de desconfiança, e até de algum rancor, sob a acusação de serem dirigidas por um “grupo de negreiros”⁵²⁶. É por este motivo que Vilhena pede a Salazar que “tenha a bondade de dar duas palavras a nosso respeito” ao novo Governador-Geral da Província⁵²⁷. No rescaldo da Revolta da Baixa do Cassange as críticas por parte das entidades administrativas da Província, assim como dos militares que acudiram ao terreno, não colocaram apenas a Cotonang no centro das atenções⁵²⁸. Importava reestruturar as relações entre trabalho e capital e garantir que, principalmente depois da Revolta que se seguiu na região cafeeira do norte de Angola, as zonas de exploração económica não voltavam a ser manchete com títulos sobre trabalho compelido, maus-tratos e miseráveis condições salariais e sociais. Como vimos, antes mesmo do início das revoltas, o Ministro do Ultramar enviara um pedido para que as mais importantes atividades económicas da Província fossem estudadas do ponto de vista da segurança interna (ver capítulo II). O relatório apresentado pelos dois funcionários do G.N.P. sobre o C.F.B. dá conta de que, mesmo em 1960, a ideia da segurança dos empreendimentos privados já se encontrava na dependência, para os funcionários do Gabinete, das condições salariais, económicas e de bem-estar da massa

⁵²⁶ Muito embora Vilhena se apresente como porta-voz de todo o setor privado, não deixa de ser curioso o modo como, em defesa das empresas angolanas, aceita delegar a crítica ao setor algodoeiro na Província de Moçambique: «Acusação profundamente injusta, porque se, em Moçambique, alguma coisa haverá a censurar-lhe, isso não sucede em Angola. E, em todo o caso, mesmo que tenha cometido erros, conseguiu, pela sua produção, poupar à economia do país as compras de algodão feitas no estrangeiro e a exportação de divisas que tanto a oneravam. E tal acusação, que em breve se espalhou por toda a parte, foi iniciada por quem? Por um general que, esquecida a função que estava incumbido de desempenhar, se ocupou n'est'outra de difamar gente séria e honesta (...)». Numa altura em que os militares no Malange teciam várias críticas à atuação da Cotonang na gestão laboral dos africanos, é necessário também não esquecer que Vilhena desempenhou várias funções naquela companhia algodoeira, sendo, em 1960, Presidente do Conselho de Administração (ver capítulo III). *Idem*, *ibidem*, p. 2, ANTT/CDA/1/04 – Companhia de Diamantes de Angola Cx.2, Pasta 4.

⁵²⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 3.

⁵²⁸ É claro que dentro da administração pública ultramarina nem todos olhavam para as grandes empresas como as responsáveis pelo eclodir dos movimentos subversivos. Como vimos no primeiro capítulo, as opiniões, em linhas gerais, culpavam ainda os interesses estrangeiros, porventura não só económicos. Esta é também a opinião de Oliveira Santos do G.N.P.: «A ideia de que a cultura algodoeira, o contrato de trabalho, a dureza da autoridade, os maus-tratos do agricultor e a roubalheira do comerciante, estão na base desta revolta tem de ser posta de parte. A sua origem não se encontra em Angola mas nos objetivos políticos dos grandes blocos. As grandes conferências pan-africanas e do bloco afro-asiático impulsionaram estes movimentos. Os auxílios abertos e descaradamente prestados concretizaram-nos. (...) Tudo estava montado e a propaganda feita internamente. Era agora preciso agitar a opinião mundial e convencê-la de que os portugueses não passavam de bárbaros exploradores, que o indígena, analfabeto, sem assistência, espancado por tudo e por nada, era um ser considerado inferior e a quem não concedíamos direitos de espécie alguma. Planeiam então a revolta que é rotulada como um grito de liberdade das massas negras por nós subjugadas. E tudo começa em Angola não porque as populações nativas tenham mais razões de queixa do que quaisquer outras das nossas Províncias Ultramarinas, mas por haver nela possibilidades de assistência ativa. Era a República do Congo quem prestava essa assistência» Oliveira Santos, «Apontamento nº 177», 3 de Novembro de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/160/2S.

indígena. O mesmo ficou claro, embora seja escrito pós-Revolta da baixa do Cassange, no apontamento secreto de João Pereira Neto. A Diamang, apesar do amplo controle que já a caracterizava na época, não foi exceção. Logo em Agosto de 1961, o Ministério do Ultramar envia ao Governo-geral de Angola um pedido de informações sobre as “condições de contrato e de trabalho dos trabalhadores da Diamang”⁵²⁹. É sem supressa que Deodato Azevedo Coutinho, Secretário-geral do Governo-geral de Angola, recebe este pedido que, afirma, “já fora objeto da minha preocupação, pela extraordinária projeção que o problema assume no quadro político-social da Província, e pelas consequências que dele poderão advir para a nossa posição internacional”⁵³⁰.

O panorama internacional impunha um cuidado redobrado. Se as Revoltas do início do ano de 1961, e a resposta portuguesa às mesmas, já ocupavam um espaço indesejado no seio da ONU, como vimos anteriormente, a queixa do Gana contra Portugal relativamente à Convenção nº105 sobre trabalho forçado, atingira, inevitavelmente, não só o Estado colonial como o setor privado ultramarino. Esta queixa ilustra a nova realidade global daquela década: não se tratava apenas da primeira vez que um recém Estado independente condenava a atuação de um Estado colonialista, mas sim a primeira vez que um Estado apresentava à Organização Internacional do Trabalho uma queixa contra outro Estado⁵³¹. Na verdade, no banco dos réus, o Estado e o setor privado eram percecionados como um só. Era precisamente a relação de parceria entre um e outro que dava corpo à acusação. Procurando, possivelmente, tirar proveito do mediatismo internacional de que Angola estava a ser alvo na sequência da Revolta da Baixa do Cassange, e não havendo na acusação novos “dados” sobre a realidade laboral da Província, esta queixa pode também ser lida como uma forma de auto-legitimação na arena internacional por parte de um recém Estado independente⁵³². As testemunhas apresentadas pelo Gana e pela Sociedade Anti-esclavagista à O.I.T. eram perentórias a igualar as empresas angolanas a campos de trabalho forçado. Segundo as mesmas, não só o setor privado pagava aos funcionários do Governo de Angola para que lhes fornecessem mão-de-obra, como o próprio Estado formara um “exército de cipaio” para o efeito⁵³³. O

⁵²⁹ Deodato Nuno de Azevedo Coutinho, «Informação-confidencial nº15/61», 16 de Agosto de 1961, ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15, nº5, doc.8.

⁵³⁰ *Idem, ibidem*.

⁵³¹ Cf. José Pedro Monteiro, *Portugal e a questão do trabalho forçado – um império sob escrutínio (1944-1962)*, (Lisboa: Edições 70, 2018), pp. 287-299.

⁵³² *Idem, ibidem*, pp. 277-288.

⁵³³ Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº 154: resumo dos depoimentos das testemunhas apresentadas contra Portugal no processo que corre os termos em Genebra no B.I.T. em resultado da queixa do Gana relativa

teor dos argumentos expostos não se afasta daqueles que, como vimos anteriormente, apareciam nos relatórios da administração colonial que analisavam e descreviam os processos de recrutamento das empresas aqui tratadas: as autoridades administrativas, por serem mal pagas, eram facilmente subornáveis e, coagidas pelo setor privado, não se inibiam a recorrer à violência física para castigar ou obrigar os indígenas a ingressar nos enredos laborais concessionários. Mais categóricas eram as declarações de Basil Davidson, jornalista e historiador britânico que visitara Angola em 1954, e que garantia ter tido acesso a provas que atestavam a existência de trabalho forçado ou, pelo menos, de um “periodical slavery” em Angola⁵³⁴. Para além de citar Silva Cunha e Henrique Galvão, e de garantir existir trabalho-forçado na Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, afirmava ter tido acesso a relatórios de outras empresas privadas que evidenciavam o recurso a essa mesma prática. Na obra publicada por aquele jornalista em 1955, Davidson assegurava que apenas por via de um jogo, ou de uma deturpação, de linguagem é que o sistema angolano se afastava da escravatura⁵³⁵. As tentativas por parte do Estado português para reduzir o impacto internacional do caso contaram com o apoio informal de funcionários da O.I.T. Vários apontamentos de Ribeiro da Cunha fornecem indícios da próxima relação entre ele e W.C. Jenks, funcionários daquele organismo. Em visita a Lisboa em 1961, Jenks reúne-se, por intermédio de Ribeiro da Cunha, com o Presidente do Conselho, Salazar, e com o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira. Esta reunião secreta demonstra como a vontade portuguesa de conter a mediatização e politização deste caso era, também, partilhada pela O.I.T. Nas duas sessões importava transmitir aos representantes portugueses o modo como o processo deveria correr e quais as medidas que Portugal podia adotar para minimizar o seu impacto internacional⁵³⁶. Infelizmente, uma vez que a queixa já tinha dado entrada na O.I.T., existiam três diferentes caminhos de processamento da mesma. O arquivamento da queixa, e da resposta portuguesa ao Conselho de Administração da O.I.T., levantaria um intenso debate político que só prejudicaria ambas as partes. Se não interessava a Portugal mais uma polémica em torno dos territórios ultramarinos, o próprio organismo também

à Convenção (nº105) sobre Abolição do Trabalho Forçado», 6 de Outubro de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12829.

⁵³⁴ *Idem, ibidem*, p. 3. Para mais detalhes sobre a historiografia crítica deste jornalista ao Estado colonial português ver: José Pedro Monteiro, *Portugal e a questão do ...*, *op. cit.*, pp. 182-194.

⁵³⁵ Basil Davidson, *The African Awakening* (London: 1955), p. 232.

⁵³⁶ Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº65: Visita de W. C. Jenks a Lisboa e conversa com Sua Excelência o Presidente do Conselho», 29 de Abril de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/000079/12829.

“desejava evitar” a mediatização do caso⁵³⁷. A segunda via, que era aquela que mais interessava a Portugal, não era, no “momento atual do mundo”, viável: a O.I.T. considerar, com base na contra-argumentação apresentada por Portugal, a queixa “inepta”⁵³⁸. Embora, supostamente, o assunto ficasse encerrado, era evidente que dado o panorama daqueles tempos tanto a O.I.T. como o Estado português seriam condenados pública e internacionalmente. O único caminho a seguir, principalmente em defesa da credibilidade da O.I.T., passava pela criação de uma comissão imparcial que ficaria responsável por analisar e avaliar os “méritos da questão”⁵³⁹. Para além de avançar os nomes dos futuros membros da Comissão, Jenks adverte ainda para a enorme probabilidade daquela Comissão vir a requerer informações complementares como, por exemplo, o depoimento de um representante dos C.F.B., empresa citada na acusação. Era ainda expectável que fosse solicitado um pedido de visita a “certas empresas especialmente referidas na queixa”, assim como a outras empresas agrícolas (como a Companhia Agrícola de Angola vizinha da Diamang, ou a Cassequel, empresa da família Espírito Santo)⁵⁴⁰. Todas estas informações foram dadas pelo funcionário da O.I.T., pessoalmente e na presença de Ribeiro da Cunha, a Salazar. A proximidade, assim como a inclinação à causa portuguesa, parecem evidentes, embora não surpreendentes uma vez que Ribeiro da Cunha foi também representante do Estado Português no Conselho de Administração daquele organismo⁵⁴¹. Na posterior conversa travada com o Ministro do Ultramar, debateram-se as reformas legislativas e as convenções internacionais que Portugal poderia subscrever e que favoreceriam a sua imagem internacional, no geral, e a sua posição naquele caso em particular. A resposta apreensiva do Ministro do Ultramar relembra-nos a cautela dos Inspectores do G.N.P. quando sugeriram a Pinto Basto alterações na forma como o C.F.B. geria a população africana:

(O Ministro do Ultramar) ponderou no entanto que as autoridades portuguesas tinham que contar igualmente com a reação da opinião pública portuguesa especialmente sensível nas

⁵³⁷ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁵³⁸ *Idem, ibidem*.

⁵³⁹ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁵⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 3.

⁵⁴¹ Não surpreende também que num jantar em Lisboa em 1964 o mesmo funcionário inicie a sessão de discursos afirmando: «Agradeia a honra do convite e aproveitava para agradecer a importante e indispensável colaboração de Portugal. Estavam na O.I.T. conscientes que Portugal fora o precursor das grandes ideias que hoje dominam o Mundo de dignidade humana, de liberdade, de contactos de civilizações e de raças», Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº 450», 22 de Julho de 1964, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/012830.

Províncias Ultramarinas no momento atual. Afirmou que não seriam compreendidas certas medidas legislativas importas por pressões internacionais⁵⁴².

A preocupação do Ministro é a mesma da já anteriormente aqui foi exposta: se era necessário dar prova da integração e da não discriminação do africano, também não se podia, simultaneamente, desvalorizar o impacto que possíveis medidas de bem-estar ou de promoção socioeconómica das populações africanas poderiam vir a ter na população branca das Províncias Ultramarinas⁵⁴³. Se era imprescindível a mentalização dos indígenas, esta não seria possível sem a colaboração dos europeus. O assunto, como vimos, tinha especial relevo nas esferas militares numa altura em que a incorporação de africanos nos grupos militarizados ainda encontrava múltiplas reservas. Este exemplo revela de forma particular o modo como as duas esferas, nacional e internacional, se encontravam, mais do que nunca, sobrepostas. A imagem de um colonialismo lusotropical e humanista não podia ser internacionalmente construída à custa do apartamento dos brancos do Ultramar. Era, portanto, necessário encontrar novos caminhos e mecanismos de propaganda ultramarina que não criassem mais clivagens ao nível local.

Três anos depois, em Julho de 1964, Ribeiro da Cunha é chamado ao Gabinete de Jenks em Genebra. A Comissão Independente que avaliara a queixa do Gana, relativamente à acusação de trabalho forçado, chegara à conclusão de que as Províncias Ultramarinas não eram palco de tal recurso. É por este motivo que Jenks aproveitara a presença do burocrata português para, pessoalmente, transmitir a Salazar, por via deste seu funcionário, o seu agradecimento pela forma como os portugueses colaboraram com a O.I.T. Naquele mesmo dia também o Embaixador Aguilar da Venezuela, que liderara a dita Comissão, telefonou a Ribeiro da Cunha com o mesmo intuito. Uma vez que decorria a 48ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, numerosos delegados dirigiram-se à bancada portuguesa para “manifestarem a sua simpatia e a repulsa pelos métodos e linguagem dos “irresponsáveis africanos””⁵⁴⁴. Ainda assim, não era tempo de cruzar os

⁵⁴²Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº65, ...», *op. cit.*, p. 4, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/000079/12829.

⁵⁴³Essa mesma preocupação é apresentada a Salazar no relatório da viagem a Angola, em 1964, pelo então Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina. Se garantia existir uma ampla consciência por parte da população da Província da necessidade de evitar, de todas as formas possíveis, contribuir para o reforço das críticas internacionais, não negava que existia ali uma clara contradição prática: «em contraste com o que se diz na alínea anterior», em alguns setores da população branca, era evidente a predominância de um ressentimento decorrente da ideia de se estar a dar «excessiva importância à população negra». «Viagem a Angola do Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina», 29 de Fevereiro de 1964, p. 2. ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-30G, cx.738, capilha 1, AOS/CO/UL-30G.

⁵⁴⁴Alexandre Ribeiro da Cunha, «Apontamento – conversa com o Sr. C. W. Jenks, em Genebra, em 10 de Julho de 1964 das 10h30 às 12H», Julho de 1964, ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-086, cx. 943, p. 212.

braços. Numa conversa amigável, onde se relatam gargalhadas, falou-se ainda de possíveis futuros ataques a Portugal. Falhadas as acusações de trabalho forçado, era de prever que os nacionalistas redirecionassem o seu argumento de acusação para a discriminação racial. A incerteza quanto à permanência ou expulsão da África do Sul da O.I.T., tendo em conta a prática política do apartheid, criava, e facilitava, a construção da nova vaga acusatória: os inimigos de Portugal procurariam agora “infetar” o país pelas mesmas condutas⁵⁴⁵. Ribeiro da Cunha insistiu para que, caso isso viesse a acontecer, fosse novamente criada uma Comissão Independente para avaliar a questão. Jenks, que considerou a sugestão um “coup de génie”, garantiu, uma vez mais, que a O.I.T poderia colaborar – em segredo, é claro – na escolha das pessoas que integrassem tal órgão. Debateu-se ainda a hipótese de os territórios africanos portugueses serem autonomamente representados na Conferência Regional Africana, que iria realizar-se em Addis-Abeba, na Etiópia. A resposta foi inilidível: se era absurdo, para Portugal, colocar sequer a hipótese de as Províncias terem representação própria, nada impedia que a delegação portuguesa não fosse, no entanto, constituída por ““africanos pretos””⁵⁴⁶. Todas as instâncias da vida política, nacional ou internacional, tinham de ser utilizadas para atenuar, curar e salvaguardar a imagem do Império Ultramarino. No rescaldo das acusações na O.I.T., o tempo de solenizar a vitória era inexistente. Dez dias depois daquele encontro, Ribeiro da Cunha já tomava as primeiras providências para antecipar a hipotética queixa de discriminação em matéria de emprego e acesso à profissão. Para tal sugere que se criasse um Grupo de Trabalho dentro do G.N.P. que ficaria incumbido de acompanhar o processo. Tanto as empresas particulares como os serviços da administração pública deveriam estar preparados. Se a queixa seguisse o mesmo processo da apresentada pelo Gana, Portugal tinha não só de começar desde já a preparar as provas da contra-argumentação como as visitas que certamente aconteceriam a Angola e Moçambique⁵⁴⁷. Ainda assim, relembra, o Estado poderia sempre contar com o apoio, já prestado para o caso do Gana, da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas (A.P.E.U.), o ator sobre o qual este capítulo incide.

⁵⁴⁵ *Idem, ibidem*, p. 215.

⁵⁴⁶ Nas palavras do narrador: «Jenks não percebeu logo, mas quando percebeu quase caiu da cadeira a rir! “Mas isso seria um grande golpe pois calavam os africanos” retorquiu. (...) Jenks continuava a seguir as minhas palavras com interesse e antegozado já a “partida” e os seus efeitos.» *Idem, ibidem*, pp. 216-217.

⁵⁴⁷ Ribeiro da Cunha, «Apontamento n.º449», 22 de Julho de 1964, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/012830.

Quando Ernesto Vilhena escreve a Salazar a 8 de Março de 1961, antes mesmo da polémica em torno dos dispositivos militares para defesa da zona de proteção única da Diamang, não lhe dá conta apenas do ambiente de normalidade que ainda se vivia na Lunda. A juntar à notícia que a Diamang mandara entregar ao Governador-Geral de Angola a quantia de 300.000\$000 para apoiar as famílias dos agentes da autoridade que tinham perdido a vida na capital da Província na fatídica noite de 4 de Fevereiro de 1961, Vilhena informa Salazar de uma iniciativa que, naqueles dias, estava a ser considerada e que agregava todo o setor privado da Província⁵⁴⁸. O início da Guerra Colonial em Angola, nomeadamente a Revolta da Baixa do Cassange e do Uíge que ocorreram em zonas de exploração económica, impôs um conjunto de constrangimentos, de ordem securitária, mas também política, às empresas capitalistas que operavam naquela colónia. Uma das principais preocupações que passara a assombrar os Conselhos Administrativos das companhias coloniais prendia-se com o endurecimento dos discursos da comunidade internacional quanto ao papel que estas desempenhavam. De igual forma, as informações recolhidas à data sobre as reservas concessionárias nos então recém-independentes países africanos, sobretudo no vizinho Congo, não abonavam, por analogia, a favor da posição portuguesa. Em causa não estevão apenas as repercussões económicas da falta de estabilidade política que se verificava nos territórios recém-independentes, mas sobretudo a incerteza quanto ao futuro das próprias empresas. À semelhança do quadro corporativo empresarial do ultramar português, também no Congo o Estado tinha, direta ou indiretamente, assento na estrutura acionistas das empresas. Tal ditou que, logo após a independência do Congo, as autoridades públicas do recém-independente Estado herdassem os direitos previamente detidos pelas autoridades coloniais e pelo Governo belga, nomeadamente a propriedade dos lucros e das ações das participações estatais nas empresas⁵⁴⁹. No centro das atenções estava a Union Minière du Haut Katanga (UMHK), que operava na já então denominada Copperbelt, na fronteira entre o norte da Zâmbia e o sul da República Democrática do Congo onde se encontrava o maior reservatório de cobre do mundo. Criada em 1906, esta empresa foi o resultado de um processo de negociações entre o Comité Spécial du Katanga (CSK) – criado em 1900, ainda no tempo de Leopoldo II, e cujo Estado, primeiro o Estado Livre do Congo e, mais tarde, as autoridades

⁵⁴⁸ Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 8 de Março de 1961, pp. 4-6. ANTT/Companhia de Diamantes de Angola, cx.2, pasta 4.

⁵⁴⁹ Wolf Radman, «The Nationalization of Zaire's Copper: from Union Minière to Gécamines», *Africa Today* Vol. 25, No. 4, Development for Whom?, Oct. - Dec. 1978, pp. 25-47, p. 28.

coloniais, detinham 2/3 das participações estando, o restante terço, na posse da Compagnie du Katanga, que integrava o grupo da Société Générale Belgique (SGB) – e a Tanganyica Concession Lda. À data da sua formação foi acordado que a sua estrutura acionista se dividia da seguinte forma: 40% das ações eram detidas pela Tanganyica Concession e 60% pela CSK, o que significava que destes últimos 60% dois terços (40%) eram do Estado. Esta distribuição acionista não foi estanque até à data da independência, espelhando as realidades transimperiais tanto no que se refere à estrutura acionista como à sua diversificação a partir da criação de empresas subsidiárias. Certo é que aquando da independência, o novo e recém-formado Estado do Congo tornou-se, automaticamente e sem precisar de recorrer a nenhum processo de nacionalização, o mais importante acionista individual da empresa (ver Anexo I)⁵⁵⁰. A importância estratégica da UMHK, agente de ambos os momentos da presença colonial belga, ocupava uma posição preponderante no rol de preocupações do setor privado ultramarino português. O processo longo, moroso e instável, que se arrastou ao longo da década de sessenta, não foi nunca esquecido na vizinha Angola. Em 1962, o bombardeamento da central atômica da empresa impedia que a mesma continuasse a operar. O pânico que se vivia era descrito por Ribeiro da Cunha. Segundo o inspetor, reinava um generalizado ódio racial do preto contra o branco, a zona do Katanga vivia em total anarquia e a empresa só podia voltar a laborar sob o controlo e supervisão de europeus⁵⁵¹. Numa altura em que a ONU era vista como um inimigo, Ribeiro da Cunha culpa aquela organização pela situação que se vivia do lado de lá da fronteira, acusando-a de ter desencadeado a guerra. A sequente paralisação do comércio e da economia em geral fazia com que o inspetor antecipsasse consequências ainda mais gravosas e de cada vez mais difícil resolução⁵⁵².

Para evitar a consolidação de uma imagem negativa relativamente ao sector privado, nomeadamente no que dizia respeito à exploração laboral do africano, mas também para afastar os rumores que viam no Congo o futuro de Angola, algumas empresas juntaram-se com o intuito de discutir a possibilidade de contratarem uma empresa de relações públicas que ajudasse a corrigir a imagem do setor. É Alexandre Pinto Basto, presidente da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, quem aborda Vilhena para discutirem a criação de um grupo de empresas que, juntas, promovessem

⁵⁵⁰ *Idem, ibidem*, pp. 27-30.

⁵⁵¹ Ribeiro da Cunha, «Conversa com o Sr. Oliveira gerente da SOMECA em Elisabethville, 16-1-1962», 18 de Janeiro de 1962, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12830.

⁵⁵² *Idem, ibidem*.

uma “intensa publicidade das nossas realizações” na Província e, dessa forma, combatessem o “mal que se nos atribui”⁵⁵³. Era imperativo fortalecer a posição internacional portuguesa numa altura em que a guerra colonial dava os primeiros passos. Embora Vilhena concordasse plenamente com a ideia de Pinto Basto, tendo garantido que a Diamang prestaria todo o apoio possível à causa, não deixava de expressar a Salazar as suas inquietações: “como tenho vivido muito, tenho tido a ocasião de observar que numerosas tentativas análogas, tendo começado com “muita força” terminavam, pouco tempo depois, em “quelle de poisson””⁵⁵⁴. Numa altura em que as empresas começavam a ser chamadas a contribuir, material e financeiramente, para o esforço da guerra colonial, os elevados fundos que uma iniciativa deste porte exigia para que se conseguissem obter os colaboradores certos no estrangeiro, e “o que mais se supõe” que fosse necessário gastar e que “não vale a pena mencionar”, levantavam algumas dúvidas⁵⁵⁵. De forma a garantir que a iniciativa não se desmoronaria após um entusiasmo inicial, Vilhena propôs que cada sociedade privada efetuasse, de entrada, um depósito de 2.000 contos, o que permitiria à sua direção – ainda não eleita na altura – “entrar logo em desenvolvida atividade”⁵⁵⁶. Sabiamente, aquela sua proposta fora seguida de um prudente silêncio. Na sua resposta, Salazar mostra-se agradado pela iniciativa. Não tinha dúvidas que o setor privado colonial teria abundante material para divulgar pelo tanto que se tinha feito em Angola “pela valorização daqueles territórios e educação daquelas gentes”⁵⁵⁷. A iniciativa contava assim com o apoio do Presidente do Conselho que não deixava de se mostrar perplexo pela forma como o mundo estava enlouquecido. Para Salazar, a prova disso mesmo estava no facto de os principais dirigentes nada terem apreendido com os acontecimentos do Congo, parecendo desejar que “outros Congos” fossem surgindo⁵⁵⁸.

⁵⁵³ Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho...», *op. cit.*, 8 de Março de 1961, p. 9. ANTT/Companhia de Diamantes de Angola, cx.2, pasta 4.

⁵⁵⁴ *Idem, ibidem*, p. 9.

⁵⁵⁵ *Idem, ibidem*, pp. 9-10.

⁵⁵⁶ *Idem, ibidem*, p. 10.

⁵⁵⁷ António Oliveira Salazar, «Resposta do Presidente do Conselho ao Comandante Ernesto Vilhena», 10 de Março de 1961, p.1. ANTT/Companhia de Diamantes de Angola, cx.2, pasta 4.

⁵⁵⁸ *Idem, Ibidem*. Em resposta a uma carta enviada por Alexandre Pinto Basto a Salazar, onde trata apenas de assuntos relativos à extensão da linha ferroviária do C.F.B., o Gabinete do Presidente do Conselho não deixou de lhe transmitir também o agrado perante esta iniciativa: «Igualmente, o Senhor Presidente do Conselho, se regozija e felicita o Conselho de Administração do Caminho-de-Ferro de Benguela pela iniciativa quanto à constituição de um fundo subscrito pelas empresas de Angola destinado a fazer conhecer no estrangeiro as atividades que ali desenvolvem. É serviço altamente patriótico cujo valor será reconhecido por todos e poderá evitar muitos ou injustos ataques de que é objeto a ação portuguesa naquela Província africana». Gabinete de Sua Excelência o Presidente do Conselho, «Carta enviada ao Exmo. Senhor Alexandre Pinto Basto, Ilustre Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos-de-Ferro de Benguela», 2 de Março de 1961, ANTT/Arquivo Salazar, UL-39, cx. 835, pt. 7.

A desconfiança interna pela exposição militar e política no pós-revoltas, a queixa do Gana e o fantasma da UMHK, inquietavam as estruturas capitalistas tanto, ou até mais, do que a própria Guerra em si. Se era verdade que a queda do Império decretava consigo o fim das operações do setor privado, as críticas de que eram alvo num tão curto espaço de tempo, e as ameaças que sofriam, colocavam igualmente em causa a operacionalização das suas estruturas. Era necessário, internacionalmente, limpar a imagem do setor privado e cooperar com o Estado na esperança que as críticas internas fossem atenuadas. A criação da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas foi um dos mecanismos, se não o principal, que procurou exercer esse papel de confiança no setor privado e, ao mesmo tempo, granjear simpatias em prol das suas conquistas.

- Internacionalização da propaganda privada: as empresas de relações públicas nos Estados Unidos e na C.E.E.

- Selva & Lee e Downs & Roosevelt

Um mês e um dia depois da carta que falara pela primeira vez a Salazar sobre aquela iniciativa, Vilhena volta a escrever ao Presidente do Conselho. Ao contrário da sua inicial intuição, os trabalhos iam progredindo positivamente, tanto na metrópole como no estrangeiro. Por unanimidade, percebeu-se que era imprescindível contratar uma empresa de relações públicas, escolha que recaiu sobre a americana Selva & Lee e cuja execução, no seu programa mais exaustivo, implicaria despesas à volta de \$1.000.000⁵⁵⁹. É ainda em anexo a essa correspondência com Vilhena, que Salazar recebe a lista das empresas que, naquele projeto inicial, compunham o que viria a designar-se por Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas (ver anexo II). Estas notícias também já tinham sido comunicadas à Embaixada portuguesa nos Estados Unidos da América pelo Presidente daquela Associação e, simultaneamente, da Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, Alexandre Pinto Basto. A empresa americana de relações públicas teria à sua disposição, para os primeiros 12 meses de contrato, cerca de meio milhão de dólares para publicitar, em jornais, na rádio, na televisão e a partir de outros meios que achasse eficazes, os feitos e as conquistas dos portugueses no Ultramar. No entanto, a aprovação dos Estatutos apresentados pela então “Comissão Organizadora da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas” apenas seria aprovado a 22 de Janeiro de 1962,

⁵⁵⁹ Ernesto Vilhena, «Carta enviada ao Presidente do Conselho, Exmo. Senhor Doutor António de Oliveira Salazar», 9 de Maio de 1961, pp. 3-4. ANTT/Companhia de Diamantes de Angola, cx.2, pasta 4.

por portaria conjunta do Ministério do Interior e do Ultramar⁵⁶⁰. Antes mesmo da sua existência formal, a A.P.E.U. não só já tinha celebrado contrato com aquela empresa de relações públicas americana como já tinha dado início à sua atividade que, nas palavras do então Governador-Geral de Angola, eram consideradas, sem margem para dúvidas, “espetaculares”⁵⁶¹. À frente da empresa estavam os americanos Samuel Bledsoe e Kenneth Downs. A experiência e a proximidade de ambos às esferas do poder em Washington eram motivos suficientes para justificar a escolha do consórcio das empresas ultramarinas portuguesas. Acrescia ainda a anterior experiência profissional de Downs que, no rescaldo do final da Segunda Guerra Mundial, exercera funções de relações públicas para o Governo Americano em Berlim, numa altura em que a cidade era ocupada pelas potências aliadas e que os conflitos entre elas se expressavam na divisão geográfica da Alemanha vencida⁵⁶².

Se a propaganda nas Províncias era defendida e difundida pelos militares e pela O.P.V.D.C.A., internacionalmente o setor privado, embora não isoladamente, autoincumbira-se dessa missão em defesa dos seus próprios interesses. Se os militares tinham a seu cargo reconquistar as populações indígenas potencialmente subversivas, a A.P.E.U. procuraria melhorar a imagem pública internacional da colonização portuguesa e, paralelamente, atrair novos empresários a investir nas Províncias Ultramarinas. A manutenção do *status quo* colonial era, evidentemente, a única forma de garantir a continuidade das suas explorações.

Os relatórios de atividades enviados para Lisboa ao longo da década de 60 dão conta de uma imensa variedade de informações que, por vezes, é difícil de organizar. Para além de procurarem transmitir o número de artigos e informações que foram publicadas nos principais jornais e revistas americanos, é ainda facultada uma análise detalhada da

⁵⁶⁰ Fernandes da Costa, «Informação nº468 – alteração do corpo do artigo 14º dos Estatutos da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas», 31 de Agosto de 1962; PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2564. Esta informação é acompanhada dos Estatutos da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas que, pelo menos na sua versão inicial, declarava como sua finalidade: «A Associação é um organismo de fins desinteressados e não lucrativos, que se propõe divulgar ao público nacional e estrangeiro a ação portuguesa no Ultramar, em todos os seus aspetos e designadamente nos de natureza social, cultural e económica, pondo nomeadamente em realce a contribuição que para o progresso do Ultramar Português fornecem as entidades associadas», Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar, «Estatutos da Associação Portuguesa das Empresas do Ultramar», 30 de Agosto de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2564.

⁵⁶¹ Gabinete dos Negócios Políticos, «Informação 530/D/6/7 – Secreto», 21 de Dezembro de 1962, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2564.

⁵⁶² Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy: A crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963*; (Lisboa: Notícias Editorial, 2002), p. 202. Ver também: José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa* (Lisboa: Difusão Cultural, 1991).

política e da cultura do país sempre que qualquer acontecimento interfere com o modo como a causa portuguesa era ali percebida. Em vários relatórios são ainda expostas as mais importantes iniciativas em que a empresa participa, quer se trate do envio de influentes americanos às Províncias Ultramarinas, ou da publicação de obras sobre figuras do Estado português ou sobre temas como a economia e o desenvolvimento da África portuguesa. À medida que os anos foram passando, novos atores entram em cena e novas estratégias mediáticas são colocadas em discussão. A ONU, a morte de Kennedy, a guerra do Vietname, os grupos de pressão africanistas assim como as eleições americanas, dão-nos conta do panorama internacional que partilhou a década de 60 com a realidade da guerra colonial.

*

Em Agosto de 1961, são reportadas as primeiras atividades da empresa. Dois funcionários da Selvage & Lee deslocam-se a Angola para acompanhar a visita de Mennen Williams, então secretário de Estado adjunto para os Assuntos Africanos do presidente John F. Kennedy, e de dois jornalistas que iriam acompanhar aquela viagem. Muito embora estivesse já acordado que não haveria espaço para qualquer declaração pública durante a sua estadia nas Províncias Ultramarinas, o conselho da Selvage & Lee era claro: seria “muito vantajoso organizar um programa exaustivo e “cansar” muito Mennen Williams”⁵⁶³. Ao mesmo tempo que desaconselhavam a organização de grandes banquetes e receções, seria conveniente garantir que este não tivesse contactos demasiado próximos que permitissem o aprofundar de conversas. A ideia seria mostrar-lhe muitas escolas, obras de fomento, plantações e colonatos e colocá-lo, sob aparência de alguma espontaneidade, em contacto com “personalidades africanas. Em resumo, “encher-lhe” o tempo todo”⁵⁶⁴. Um dos funcionários da empresa de publicidade, responsável por supervisionar os jornalistas, aproveitaria ainda para promover várias entrevistas com diretores das empresas, não só para que também estes tivessem uma agenda bastante recheada, como para aproveitar aquela ocasião para que as obras do setor privado fossem desde cedo divulgadas e publicitadas. A par disto, a empresa ficaria responsável por fazer chegar aos jornalistas informações consideradas úteis, devidamente traduzidas para francês e inglês, assim como importantes discursos de Salazar e do Ministro do Ultramar

⁵⁶³ Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº130», 4 de Agosto de 1961, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/012829.

⁵⁶⁴ *Idem, ibidem.*

para serem incluídos nas suas peças jornalísticas. Claro está que todas as despesas ficariam a cargo da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas⁵⁶⁵. Naquele primeiro ano, a estratégia da empresa direcionava-se ao grande público. Mais do que procurar cativar um setor específico da opinião pública, era preferível modificar a impressão global sobre Portugal. É também por esse motivo que se procurava não apenas convidar importantes personalidades da elite política americana, mas sim pessoas capazes de fazer chegar de forma transversal as suas opiniões sobre a luta política portuguesa. Ainda nos primeiros tempos da atividade da campanha de relações públicas, e a cargo da A.P.E.U., viajaram até às Províncias o escritor Robert Ruark, célebre autor de livros como “Something of Value” e “Uhuru”, e Robert Eastbrook, do *Washington Post*⁵⁶⁶. A escolha de figuras ligadas aos órgãos de comunicação era clara: ajudavam a balançar a favor da causa ultramarina o número de artigos e peças jornalísticas que destacavam as ofensivas militares portuguesas e as acusações de trabalho forçado ou compelido. Mas era ainda vantajoso atingir um público mais amplo, diversificando as estratégias que se centravam apenas na campanha de propaganda através da imprensa. É por esse motivo que, no final de 1961, a Selvage & Lee promoveu ainda a viagem a Portugal de 60 cidadãos norte-americanos. A escolha não foi aleatória: nem a data da estadia em Portugal nem nos cidadãos americanos escolhidos. Estes, “residentes nas principais cidades dos Estados Unidos onde exercem atividades dirigentes na indústria, no comércio, na finança, na informação ou em organizações culturais” coincidiram em Lisboa com a chegada de Downs de uma visita a Angola. Claro está que este sincronismo não foi desperdiçado: o diretor da Selvage & Lee aproveitou para contar aos seus compatriotas o que vira naquela Província. Nesta breve exposição houve ainda espaço para lhes pedir que, “no regresso às suas terras, se interessassem pelo assunto, tão injusta e imerecidamente tratado na imprensa internacional” e que visitassem Angola para verem com os seus próprios olhos o que ali fora feito, garantindo-lhes que Portugal não colocava qualquer restrição “a quem,

⁵⁶⁵ A visita de personalidades ou jornalistas às Províncias não era um assunto que apenas envolvia um parecer burocrático por parte da administração do Estado. São várias as vezes que, entre a documentação consultada no arquivo do G.N.P., encontramos troca de correspondência entre vários departamentos e Gabinetes que procuravam avaliar a pertinência ou não da viagem às Províncias de jornalistas estrangeiros. Apesar de, em muitos casos, a viagem de «numerosos jornalistas» ter contribuído para uma «melhor compreensão dos nossos problemas» a insistência por parte de muitos em ter acesso a informações militares e em visitar zonas militarmente administradas, impunha que se arranjasse forma de colmatar este vazio. É Ribeiro da Cunha quem propõe que se criasse em Angola e Moçambique um «serviço que seja porta-voz dos aspetos militares» assim como se organizassem «itinerários a zonas cujo acesso não afete a segurança» mas que, de alguma forma, saciasse a curiosidade daqueles que viajavam até às Províncias. *Idem, ibidem*.

⁵⁶⁶ Gabinete dos Negócios Políticos, «Apontamento nº290», 8 de Agosto de 1962, p. 2, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/012829.

de boa-fé, deseje informar-se dos acontecimentos”⁵⁶⁷. A diversificação de estratégias de comunicação para captar a simpatia de diferentes fragmentos da sociedade americana ajuda a perceber os elogios que os funcionários do G.N.P. dirigiam ao trabalho daquela Associação.

Como foi dito, as funções da Selvage & Lee não se cingiam a organizar viagens ou a garantir, lentamente, um espaço progressivamente maior na imprensa americana de artigos favoráveis a Portugal. Numa altura em que Portugal sofria fortes acusações, e Franco Nogueira proclamava longos e acessos discursos (ver capítulo I), era necessário que também ali a campanha atuasse de forma eficaz. Em causa não estavam apenas as opiniões dos que tinham assento nas Sessões da Assembleia Geral, mas a importância que a imprensa atribuía a cada uma e a forma como o público americano estava suscetível ao tema, numa altura em que também os Estados Unidos enfrentavam uma forte contestação racial. Em 1961, quando Portugal ainda se sentava, como vimos, no banco dos réus da O.I.T., Kenneth Downs e Samuel Bledsoe promoveram, com sede em Boston, a criação da Portuguese-American Committee on Foreign Affairs (P.A.C.F.A.)⁵⁶⁸. Esta associação era dirigida por um advogado luso-americano, Martim T. Camacho. Camacho era responsável por duas importantes tarefas: para além de prestar consultoria, por ser um “especialista sobre assuntos portugueses”, estava encarregue de todas as “ligações” com as Nações Unidas e com a Missão Portuguesa em Nova Iorque (ver Anexo III). Talvez o objetivo tenha sido o de criar algum afastamento entre a propaganda económica e o *lobby* político, numa tentativa de dotar a missão da Selvage & Lee de uma relativa neutralidade de interesses. Ainda assim, só em 1961, Camacho reunira-se com o Presidente Kennedy, estabelecera contacto próximo com vários Senadores – como Benjamin Smith, Leverett Saltonstall e Thomas Dodd – e com o *speaker* da Câmara dos Representantes, John McCormack. Depois de ter escrito a Thomas Lane, Representante do Massachusetts, a detalhar a situação em Angola, garantia existirem evidentes sinais que demonstravam o modo como aqueles acontecimentos tinham sido financiados e dirigidos por simpatizantes comunistas. Era por esse motivo que pedia a Lane que fosse levado a cabo um inquérito no Congresso para que ficassem devidamente esclarecidos os motivos pelos quais o Governo dos Estados Unidos alterara a sua política para com Portugal e era cúmplice, no palco das Nações Unidas, na “campanha soviético-afro-asiática”⁵⁶⁹. Mas, como Luís

⁵⁶⁷ Kenneth T. Downs citado em: Luís Nuno Rodrigues, *Salazar-Kennedy...*, *op. cit.*, pp. 202-203.

⁵⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 197.

⁵⁶⁹ *Idem ibidem*, p. 199.

Nunes Rodrigues argumenta, o principal alvo da ação da P.A.C.F.A foi o American Committee on Africa (ACOA)⁵⁷⁰. Criado em 1953, esta organização pacifista pode ser vista como um organismo quase análogo à A.P.E.U., embora seu rival nos objetivos. Dedicada a apoiar as lutas anticoloniais africanas e a informar o público americano sobre o que se passava em África, esta organização, sediada em Nova Iorque, trabalhava como lobista tanto nas Nações Unidas como nas estruturas governamentais americanas. À semelhança do trabalho que a Selvage & Lee desempenhava, também a ACOA organizava reuniões e viagens aos líderes africanos que visitavam os Estados Unidos, procurava publicar trabalhos (panfletos, artigos, entrevistas) sobre as lutas de libertação para o público em geral assim como relatórios mais técnicos para decisores políticos (ver anexo IV). Em geral, um trabalho em tudo semelhante ao da empresa de relações públicas, embora na perspetiva contrária. Camacho acusou publicamente a ACOA de dirigir uma campanha de propaganda comunista e de favorecimento da União Soviética. Declarava ainda ter provas de que os ataques de Março de 1961 em Angola teriam sido encorajados por aquela organização que apoiava Holden Roberto⁵⁷¹. Uma vez mais, à semelhança da A.P.E.U., também a ACOA estava dependente da imagem pública e da forma como era percecionada. As acusações de Camacho levaram a que um dos seus fundadores e Diretor-executivo, George M. Houser, um importante ativista americano, se sentisse obrigado a escrever aos restantes membros da organização. Em causa estava o facto de a P.A.C.F.A. ter remetido uma carta a vários membros da ACOA onde detalhava a origem soviética e as pretensões comunistas daquela organização, o que a tornava uma “fonte perniciosa” com a qual, certamente, ninguém gostaria de estar relacionado. Houser tinha acabado de regressar de África, onde tinha passado a maioria do seu tempo no norte de Angola, nas áreas ocupadas pela União das Populações de Angola (UPA) (ver anexo V). No seu regresso, Houser encontrara em cima da sua secretária várias cartas escritas por membros daquele Comité⁵⁷². Muito embora, assegurava, nenhum membro tivesse apresentado renúncia na sequência daquela situação, Houser considerava importante explicar quem eram as acusatórias organizações e qual a posição da ACOA. Depois de consultar um relatório submetido ao Departamento de Justiça, tomará conhecimento que Martin T. Camacho era funcionário da A.P.E.U., a quem era paga uma taxa semanal, e que o

⁵⁷⁰ *Idem ibidem*, p. 200.

⁵⁷¹ *Idem, ibidem*.

⁵⁷² George M. Houser, «Portuguese-American Committee on Foreign Affairs», 15 de Fevereiro de 1962, p.1, disponível em: <https://projects.kora.matrix.msu.edu/files/210-808-61/GMHACOAPortAmCt62-3.pdf>.

consórcio das empresas ultramarinas financiava ainda o escritório da P.A.C.F.A. assim como todas as despesas decorrentes da divulgação de material por ela laborado⁵⁷³. Nada disto era ilegal nem condenável para Houser: as duas empresas estavam no seu pleno direito de celebrar relações contratuais. No entanto, considerava o autor, era bastante elucidador saber quem é que “paga as contas” para avaliar, assim, a pouca credibilidade das acusações que lhe eram dirigidas. Garantia que a ACOA recebia apenas as doações dos seus membros e de simpatizantes americanos. Para além disso, as acusações de Camacho não tinham qualquer sustentação teórica, não apresentava nenhum dado, não detalhavam quais eram os alegados “posicionamentos soviéticos” da organização, tão pouco comentava nenhuma posição ou literatura produzida por aquele Comité⁵⁷⁴. Depois de reforçar a credibilidade e imparcialidade do seu organismo quanto à situação nas Províncias Ultramarinas portuguesas⁵⁷⁵, e de apontar erros crassos nas acusações de Camacho⁵⁷⁶, não deixa de se regozijar com a importância que lhes era dirigida. Aquela tentativa de manchar a imagem do Comité só podia ser lida, nas palavras do seu Diretor-executivo, como prova do bom trabalho que estavam a fazer:

We should feel highly honored that the Portuguese-American Committee on Foreign Affairs practically gives us credit for molding American policy towards Africa. Naturally, any organization hopes that it can have some influence from time to time. I trust that our activities and our statements have not been entirely unnoticed by those who do form government policy. (...)

Frequently the final refuge of someone holding an untenable position is to attack the opposition as “communistic.” The A.C.O.A. cannot take this attack by innuendo seriously, and therefore I shall make no effort to answer the smears against some of our Board members. Suffice it to say that any examination of the positions of A.C.O.A. would find them at wide

⁵⁷³ *Idem, ibidem*, p. 1-2. Desde 1938 o Congresso americano determinou, pela Lei de Registo de Agentes Estrangeiros, que todas as empresas ou agentes singulares que trabalhassem nos EUA ao serviço de empresas ou governos estrangeiros estavam obrigados a enviar uma declaração anual da atividade desenvolvida no território ao Departamento de Justiça. Vasco Ribeiro, «Lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas norte-americanos que serviram o Estado Novo (1942-1974)», *Media & Jornalismo*, nº 19(35), 2019, pp. 51-65, p. 51. Segundo o mesmo autor, Camacho admitiria mais tarde que recebia da A.P.E.U. 400 dólares por semana. *Idem, ibidem*, p. 57.

⁵⁷⁴ George M. Houser, «Portuguese-American Committee...», *op. cit.*, p. 2.

⁵⁷⁵ Leia-se: «Our position is backed up by almost all serious students of African affairs -- that Portuguese rule in Africa has laid the seeds for its own destruction through its political repression of the great mass of people, its economic exploitation, its forced labor system, and its particular form of racism which does differ from the apartheid pattern of South Africa, for instance, but is nevertheless racist. We have taken the position that the way should be paved for Portuguese colonies in Africa to become independent, although we have never tried to put a timetable on the achievement of this objective». *Idem, ibidem*, p. 2.

⁵⁷⁶ Leia-se ainda: «If the Portuguese-American Committee on Foreign Affairs had taken the trouble to get in touch with our Committee some of their small factual errors could have been cleared up quite easily. They call our publication "Africa Speaks" instead of AFRICA TODAY. They call Mr. Hope Stevens an Associate Executive Director of the Committee and Homer Jack a former Executive Director, both of which are wrong, although the mistake is not important. They say that Frank Montero recently visited Mozambique, which he has never done». *Idem, ibidem*, p. 3.

variance with the Communist position on key questions such as the Congo, for example. We certainly have had no Communists on our staff or Board.⁵⁷⁷

O assunto não ficaria por aqui. Anos mais tarde o tema volta a ser referenciado nos relatórios. Embora a Downs considerasse que a ACOA já não tinha a projeção que usufruía em 1961, não deixava de ser digna de um atento acompanhamento e de uma próxima vigilância. O assunto tornou-se mais premente com o início da campanha eleitoral de 1964⁵⁷⁸. Ao contrário de Barry Goldwater, candidato republicano, que, logo em 1961, criticou o posicionamento de Kennedy e defendeu publicamente a posição portuguesa, o senador Hubert Humphrey, candidato a vice-presidente pelo Partido Democrata, era membro da ACOA. Naquele mesmo ano, quando Camacho escreve aos membros da ACOA, o nome de 20 representantes e senadores apareceu no cabeçalho de uma carta daquele organismo. Em causa estava precisamente a carta que Houser escrevera em resposta às acusações de Camacho em 1961 (ver Anexo VI). Com o início da campanha portuguesa, ao contrário do que fora dito na resposta da ACOA, a maioria dos membros teria pedido para que o seu nome fosse retirado, à exceção de Humphrey e de Wayne Morse⁵⁷⁹. Somente aquando do anúncio da sua candidatura é que o seu nome fora arreado da lista de membros daquela associação. Se esta opção tinha sido voluntária ou não, a empresa desconhecida. No mesmo tom, em 1965, as apreensões quanto à saúde do presidente Johnson alarmavam o relatório da empresa. Se, por infortúnio, Humphrey chegasse a presidente era expectável que se verificassem substanciais alterações na política externa americana. As notícias por parte do *staff* médico do presidente, que tinha sido recentemente operado, garantiam que Johnson estava a recuperar bem. Como sublinha Downs, esta notícia deveria ser reconfortante não só para os americanos, mas também para os portugueses⁵⁸⁰. Embora muitas vezes estes relatórios estejam demasiado presos na forma como colocam a realidade portuguesa à mercê dos acontecimentos e da política americana, eles demonstram um atento trabalho e um acompanhamento continuo. Isto porque, como se consegue apreender na leitura dos mesmos, a informação divulgada pela empresa para os órgãos de comunicação tinha de se adaptar ao momento político do país. O investimento na propaganda económico-financeira só tinha sido adotado depois

⁵⁷⁷ *Idem, ibidem*, pp. 2-3.

⁵⁷⁸ Kenneth T. Downs, «Relatório da Campanha relações-públicas de Janeiro a Setembro de 1964», 7 de Setembro de 1964, p.1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

⁵⁷⁹ *Idem, ibidem*, pp. 10-11.

⁵⁸⁰ Kenneth T. Downs, «Progress Report», 19 de Outubro de 1965, pp. 2-3, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

da morte de Kennedy, num momento em que a posição política americana face a Portugal mostrava ser menos hostil. Se lermos estes relatórios à luz deste campo de visão, percebemos as apreensões e a necessidade de antecipação da empresa de relações públicas. Caso o Presidente Johnson se afastasse da Casa Branca a empresa precisaria de alterar, ou até recuar, o seu foco e voltar a apostar na divulgação de material de carácter mais político.

As preocupações face ao estado de saúde do Presidente Johnson contrastam em absoluto com o modo como fora recebida a notícia da morte do Presidente Kennedy em 1963. Longe de imaginar que um dia se iriam preocupar com a Vice-presidência, o momento era de alívio. Aquele era, “de longe, o mais importante acontecimento” que iria influenciar a atividade futura daquela organização⁵⁸¹. O motivo era claro: a eleição de Kennedy em 1960 devia-se, fundamentalmente, ao poder eleitoral da população negra, o que deixara o Presidente à mercê da pressão de facções que “politicamente militam em prol do negro americano”⁵⁸². Por se ter declarado, ainda enquanto Senador, um anticolonialista, não tinha como tomar outra posição se não a contrária à causa portuguesa, internamente e, principalmente, no palco da ONU depois do dealbar da guerra colonial. É claro que este documento deve ser lido à luz da relação entre autor e leitor. Não é surpreendente que um funcionário da Selvage & Lee declare, por exemplo, que o trabalho jornalístico, que procurara revelar a “verdadeira natureza das condições que se verificavam em Angola”, fora capaz de balançar a posição da Presidência americana à medida que cada vez mais Senadores, e “homens públicos influentes”, se inteiravam da

⁵⁸¹ Kenneth T. Downs, «Relatório enviado ao Dr. Alexandre Pinto Basto, Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas», 28 de Dezembro de 1963, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832. Antes do Presidente Kennedy ter sido assassinado, a sua reeleição, em 1964, para um segundo mandato era dada como certa. Num dos vários apontamentos que Ribeiro da Cunha escreve sobre informações que recebia quanto à evolução da opinião pública americana, debruça-se analisar a entrevista que Roy Wilkins, Secretário Executivo da “National Association for the Advancement of Colored People, tinha concedido à importante revista “U.S. News and World Report”. Dando também como certa a reeleição de Kennedy, as eleições de 1968 eram alvo de um debate mais profícuo. Acreditava-se que o Partido Republicano teria como candidato Nelson Rockefeller, então Governador de Nova Iorque. Não tendo esperança que este conseguisse em 1964 chegar à Casa Branca, acreditava-se que poderia vencer as eleições em 1968 contra o que se previa como futuro candidato do Partido Democrático, Robert Kennedy. Irmão do então Presidente e, à data, “Attorney-General” dos Estados Unidos, procurava, ao defender afincadamente medidas “desegregacionistas”, manter o apoio dos negros e, ao mesmo tempo, garantir que o seu partido não perde o voto sindical. Por estes motivos, Robert Kennedy era percecionado como uma dupla ameaça a Portugal: no campo social, pelo apoio a grupos de pressão negros, e no campo económico pela defesa de políticas de contenção capitalista. Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº348-A», 3 de Maio de 1963, pp. 1-2; PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/12828.

⁵⁸² O autor do relatório destaca quatro organizações: a National Association for Advancement of Colored People, o American Committee on Africa, o Committee on Racial Equality e a Urban League. Kenneth T. Downs, «Relatório enviado ...», *op. cit.*, 28 de Dezembro de 1963, p. 1.

manobra comunista que estava por detrás das revoltas antiportuguesas⁵⁸³. Face à latente pressão da Guerra Fria, o Presidente Kennedy abrandara a sua oposição. Era no palco da ONU que essa mudança era mais visível: no discurso que proferira em Outubro de 1963 na abertura da sessão da Assembleia Geral, deixara expressamente o aviso que os EUA jamais estariam ao lado dos “extremistas africanos”⁵⁸⁴. Também para tal trabalhara a empresa. A propaganda desenvolvida pela empresa de relações públicas para balançar as visões face a Portugal merecia ser vista como corresponsável para este maior equilíbrio. Apesar desta moderação do discurso, o seu desaparecimento lançava luz sobre uma nova e mais promissora perspetiva: a “claramente vaticinada” reeleição de Lyndon Johnson. Embora fosse certo que não iria descartar o eleitorado afro-americano, e tal ficara claro quando recebeu líderes de alguns dos principais grupos de pressão negros, era originário do Sul do país e demonstrava um menor “grau de suscetibilidade às exigências dos extremistas negros”⁵⁸⁵. Previa-se que, entre os “os conselheiros que dirigiam as simpatias” de Kennedy, “para o lado dos chamados nacionalistas africanos”, alguns, como o Embaixador na ONU Adlai Stevenson e o Secretário de Estado Adjunto Mennen

⁵⁸³ *Idem, ibidem*. Em anexo ao relatório enviado em 1963, a empresa envia o editorial do New York Times de 31 de Julho daquele ano onde se responsabiliza a ONU pela situação que se vivia no Congo. Por mais que fosse compreensível que os países africanos lutassem pela sua independência, os riscos que abarcava deveriam ter sido melhor ponderados pela Organização: “As Nações Unidas sacrificaram vidas preciosas e quase se arriscaram para salvar o Congo do caos; restabelecer uma aparência de unidade e ordem e evitar que o país fosse atirado para a arena da guerra civil, para onde as grandes potências poderiam também verse arrastadas. Mas a despeito do auxílio externo maciço fornecido em dinheiro e pessoal pelas Nações Unidas, pelos Estados Unidos, pela Europa, o Congo continua muito longe da autogovernarção autêntica. Daqui resulta que os Estados Unidos tenham julgado aconselhável reduzir o auxílio com o objetivo de levar o Primeiro-ministro Adoula a acelerar reformas fiscais e económicas que urge realizar. (...) As Nações Unidas não podem comprometer-se a resolver novos Congos. Nem o podem os estados africanos, cujos esforços para sacar uma independência prematura nas colónias portuguesas sem preparação para ela estão pondo em perigo a própria ONU”. Editorial do New York Times – “O Congo – Um aviso”; 31 de Julho de 1963, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832.

⁵⁸⁴ Kenneth T. Downs, «Relatório enviado ...», *op. cit.*, 28 de Dezembro de 1963, p. 2. Em finais de 1961, as declarações de Kennedy eram recebidas no G.N.P. com apreensão e revolta. Num apontamento, já citado, redigido por Oliveira Santos, o inspetor relata, num claro tom de irritação mas de alguma irónica satisfação: «Kennedy, ainda senador, enviou à conferência de Túnis um telegrama solidarizando-se com os territórios africanos que esperavam alcançar a independência e que se encontravam ali representados. Pouco depois, no Cairo, em 1961, a América é considerada como um dos principais países neocolonialistas e o neocolonialismo condenado como um dos grandes males de África». Referindo-se, às conferências organizadas pelos movimentos dos recém-formados países pós coloniais – como a conferência de Bandung (1955), Casablanca, do Cairo e de Belgrado em 1961 – o autor acrescenta ainda: «Em todas elas, os assuntos tratados, são mais ou menos os mesmos: a expulsão do elemento europeu, a extinção do colonialismo, a luta contra o neocolonialismo, a solidariedade dos povos africanos, o apoio aos movimentos de emancipação» para, de seguida, apontar o dedo à América, nomeadamente à administração de Kennedy e à sua passividade face à influência comunista: «Em todas elas se sente a mão do bloco comunista. Em quase todas se sente que a América, com a sua política de traição em relação ao Ocidente, também não tem a mais pequena aceitação junto dos povos de cor». Oliveira Santos, «Apontamento ...», *op. cit.*, pp. 9-10, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/160/2S.

⁵⁸⁵ Kenneth T. Downs, «Relatório enviado ...», *op. cit.*, 28 de Dezembro de 1963, p. 3.

Williams – que como vimos, já visitara as Províncias Ultramarinas –, não contassem com a simpatia do futuro novo Presidente americano⁵⁸⁶. Embora não fosse expectável que a política externa viesse a ser um assunto primordial na futura campanha de 1964, era, ainda assim, importante garantir que todos aqueles que viessem a integrar tanto o Gabinete como a esfera privada do novo Presidente estivessem corretamente informados do “verdadeiro estado das coisas em Portugal e em África”⁵⁸⁷. Garantir que estas mudanças seriam consentâneas com os interesses portugueses impunha que “os próximos meses *fossem*, portanto, um período em que devemos exercer vigilância constante. É absolutamente essencial que ao novo Presidente não seja impingido o género de propaganda tendenciosa que o anterior recebeu em 1961”⁵⁸⁸. Mas as notícias americanas a favor da causa colonial não ficavam por aqui. Mais importante era a nomeação de Mendel Rivers, da Carolina do Sul, para membro da Câmara dos Representantes pelo Estado da Georgia. Este “amigo certo de Portugal”, já havia, por diversas ocasiões, defendido publicamente a causa portuguesa e teria, certamente, uma considerável influência na política externa da nova administração⁵⁸⁹.

Se todas estas notícias eram animadoras, era necessário que, como acontecia desde o início desta parceria, a atividade publicitária não abrandasse. E, na verdade, devia sim ser intensificada. Mas os números finais do relatório dão conta da dimensão desta máquina de propaganda. Naquele ano de 1963, os serviços de leitura e recorte de imprensa haviam publicado mais de 3.600 peças com noticiais, artigos e editoriais sobre Portugal, Angola e Moçambique. Estes números mostravam apenas uma pequena percentagem do total da atividade: face à dimensão do setor de informação americano apenas 10% da matéria publicada sobre os assuntos em causa eram examinados⁵⁹⁰. Segundo a Selva &

⁵⁸⁶ Neste caso, Downs falhara nas suas previsões. Mennen Williams só deixaria o cargo de Secretário de Estado para os Assuntos Africanos em 1966. Kenneth T. Downs, «Progress Report», 26 de Maio de 1966, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01908.

⁵⁸⁷ Kenneth T. Downs, «Relatório enviado ...», *op. cit.*, 28 de Dezembro de 1963, p. 3.

⁵⁸⁸ *Idem, ibidem*, p. 3.

⁵⁸⁹ *Idem, ibidem*, p. 6.

⁵⁹⁰ Um dos artigos publicados naquele ano, e que foi enviado em anexo ao Relatório de 1963, procurava pôr termo às críticas de racismo que assolavam o Império Português. Como o funcionário do B.I.T., Jenks, avisará Ribeiro da Cunha, esta era o novo “cartaz” das vozes anticoloniais. Num artigo da autoria de Robert C. Ruark, a quem tinham sido enviados relatórios pela Selva & Lee, e que foi publicado no jornal americano *World Telegram* e no *The Sun*, é difícil não notar um misto de romanticismo e, simultaneamente, de desfaçatez tendo em conta o cenário de guerra que se vivia. Descrevia-se Moçambique com «um exemplo ideal de integração». O artigo começa por descrever a chegada de brancos ao aeroporto da Província e o modo como a população negra entusiasticamente os recebia: «(...) O branco abraçou calorosamente o preto magro. (...) enquanto caminhava, o branco baixo foi repentinamente envolvido por uma onda de cor – uma multidão de faces negras em traje berrantes abafou-o soltando gritos selvagens. Ficou perdido, submerso no mar preto de humanidade, todos desejosos de o tocar. Podia tratar-se de um

Lee em cada quatro artigos publicados sobre os temas em causa, um centrava-se no caso português⁵⁹¹. Em Janeiro daquele ano, a empresa enviara ainda 57 membros da National Editorial Association (NEA) a Portugal e Angola. Desde então, estes editores e proprietários de semanários e pequenos jornais diários tinham escrito sobre as suas viagens e continuavam a publicar notícias sobre os acontecimentos de Angola. A ideia era voltar a enviar, ainda em 1964, uma nova comitiva da NEA que contaria com Ray Vicker, do Wall Street Journal. Todas estas visitas eram acompanhadas e supervisionadas pelo representante da empresa, Michael Chapman, nas Províncias Ultramarinas, que prestava ainda todo o seu apoio na preparação e concretização destas viagens. Somavam-se ainda livros e panfletos, assim como transcrições dos discursos de Franco Nogueira nas Nações Unidas.

Se à data daquele relatório a morte de Kennedy aparecia como uma promissora notícia para as relações entre os dois países, em 1964 a situação parecia agora estar revertida. No parecer de Kenneth Downs da Selvage & Lee, a atitude portuguesa para com o seu país tornava o ambiente um pouco menos auspicioso. Se em 1961 e 1962 compreendia-se que houvesse da parte portuguesa uma atitude pouco amigável para com os EUA, dada a posição defendida pelo então Presidente quanto à questão das colónias portuguesas em África, a radical, embora lenta, mudança da política, interna e externa, norte-americana não justificava agora tais reações. No âmago das preocupações de Downs estavam determinadas atitudes para com o Embaixador americano em Lisboa, o Almirante George Anderson⁵⁹². Pouco detalhado quanto ao teor dessas atitudes, a

assassinato. Mas não era. Era o povo de Nampula que saudava o bem-querido Governador-Geral. (...) Mas o milagre de Nampula, dada a época que atravessamos, é a sua total integração, a sua não-segregação; amigavelmente, tolerantemente branca-e-preta na habitação, na escola, no rurico, a comer, a beber, no desporto. Não há agora, nem desde há muito tempo qualquer sinal de desagregação entre raças no Oriente português – nem no Ocidente. Não há brado interno pela independência. Os berros – e a ação – veem desavergonhadamente dos de fora, utilizando tropas estranhas. Estive em Angola uma vez e três em Moçambique nos últimos três anos (...) e é uma Província de Portugal, NÃO uma colónia». Depois de garantir que aquelas viagens tinham sido feitas por conta própria e sem a comparticipação nas despesas de qualquer entidade ou associação, o jornalista aponta o dedo ao seu país ao afirmar que «(...) Portugal está vários quarteirões à frente da América no seu modo de tratar os cidadãos de cor – especialmente quanto a educação e assimilação». Numa altura em que os movimentos antirracistas e de defesa da população negra ocupavam um amplo espaço mediático no país, o jornalista termina apontando o dedo à ONU: «Acabo de passar algumas semanas no Oriente português. Algumas das coisas que vi este ano, bem como no anterior, são estonteantes à luz dos esforços Afro-asiáticos para expulsar Portugal da ONU; estonteantes pelo cinismo das tropas que se preparam para libertar povos já libertos; monstruosos à luz da desgraçada trapalhice que as mais recentes nações criaram e continuam a criar nos seus próprios países». Robert C. Ruark, «Um exemplo ideal de integração», 1963. PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832.

⁵⁹¹Kenneth T. Downs, «Relatório enviado ...», *op. cit.*, 28 de Dezembro de 1963, p. 7.

⁵⁹²Ribeiro da Cunha, «Conversa com o Sr. Kenneth Downs a 10 de Abril de 1964», 10 de Abril de 1964, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12829.

preocupação de Downs manifestava-se em forma de aviso: Anderson era não só “um homem muito poderoso” como bastante próximo do Presidente Johnson, detendo uma ampla influência tanto no Pentágono como no Congresso norte-americano. Acreditava ainda que Portugal não tinha no Embaixador um inimigo à causa colonial, mas sim uma “pessoa compreensiva” que não queria que o país abandonasse “o que é português”⁵⁹³. Denotava que, em todos os setores, se sentia uma enorme hostilidade ao ponto de transparecer a ideia de que Portugal procurava de alguma forma levar a cabo uma “guerra contra os Estados Unidos”⁵⁹⁴. Se esta impressão reinasse entre as elites americanas com relações a Portugal, o avolumado investimento financeiro empregue pela Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas seria potencialmente em vão. O ponto em discussão era claro e inflamador das opiniões de ambos os lados: Ribeiro da Cunha acusava os EUA de verem a permanência de Portugal em África como um “obstáculo” à política económica que visionavam para o continente. Refutando a ideia de uma ambição neocolonial por parte dos Estados Unidos, Downs limita-se a argumentar que “a América do Sul era já um campo suficiente para a expansão dos mercados norte-americanos”⁵⁹⁵. Não deixa de ser curioso analisar o modo como, uma vez mais, as esferas se cruzam. Desta feita, Downs não está preocupado com o modo como determinado assunto pode ser percecionado pela opinião pública americana, tão pouco com o modo como possíveis investidores eram bombardeados com determinadas informações. Aqui, Downs, cuja proximidade à elite política americana tinha sido um dos pontos a favor da contratação da sua firma, surge como um mediador de relações diplomáticas. Não se trata sequer de amenizar um possível conflito com a A.P.E.U., mas sim com um inspetor de um departamento de análise político-social do Ministério do Ultramar. É claro que a quantidade de trocas de correspondência entre a Associação, as suas empresas contratadas e Ribeiro da Cunha, assim como os vários *Apontamentos* que dedica a analisar o contributo daquela Associação, comprovam o seu envolvimento no projeto. Mas é preciso não esquecer que Ribeiro da Cunha não era funcionário da A.P.E.U. mas sim do G.N.P, sendo, no entanto, sobrinho de Alexandre Pinto Basto.

Em Abril de 1964 terminaria o contrato entre a A.P.E.U. e a Selvage & Lee. Três meses antes, em Janeiro daquele ano, Downs visitou Lisboa, a pedido da Comissão Executiva e Financeira daquela Associação, onde, segundo o mesmo, foi informado que

⁵⁹³ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁵⁹⁴ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁵⁹⁵ *Idem, ibidem*, p. 3.

a A.P.E.U. pretendia dispensar os serviços da Selvage & Lee⁵⁹⁶. A pedido de Alexandre Pinto Basto, Downs ficara incumbido de estudar e apresentar àquela Direção uma nova modalidade de campanha que permitisse que tanto ele, como alguns elementos da Selvage & Lee que já estavam familiarizados com o caso português, continuassem envolvidos na causa ultramarina. Ainda segundo Downs, o seu trabalho fora exaustivo: depois de estudar cuidadosamente as melhores empresas de relações públicas do país, independentemente da sua dimensão, reuniu-se com meia dúzia de diretores das firmas que considerara mais indicadas para continuar a campanha portuguesa. Foi o resultado desse estudo que apresentara em Lisboa, em Abril daquele ano. A sua recomendação recaiu sobre uma das maiores e mais importantes empresas de relações públicas dos Estados Unidos. Independentemente do prestígio e reputação da firma escolhida, existiam alguns elementos que deveriam ser devidamente ponderadas. Em primeiro lugar, não se poderia esperar que os interesses portugueses tivessem um tratamento preferencial ou prioritário numa empresa de grande dimensão. Tratava-se de uma firma que desde há muito tempo trabalhava com clientes de peso, clientes esses que podiam incluir os maiores consórcios empresariais americanos. Para além disso, existia o perigo de outros grandes clientes se demonstrarem desagradados por as suas atividades se oporem, politicamente, à causa portuguesa ou por simplesmente não quererem estar associados à mesma. Este ponto merecia uma maior atenção, uma vez que a controvérsia poderia ser alvo de divulgação nos órgãos de comunicação social, o que convinha sempre evitar⁵⁹⁷. Downs era da opinião que os interesses portugueses seriam melhor representados se ele e o seu pessoal se associassem a Kurmit Roosevelt. Esta foi a solução escolhida. A A.P.E.U. passaria a ver os seus interesses defendidos e as suas causas divulgadas através de uma nova empresa que havia sido constituída para esse efeito: a Downs & Roosevelt. Para o G.N.P., o motivo desta rutura era perçetível e não colocava problemas maiores: Downs, vice-presidente da Selvage&Lee e que se ocupava da designada “portuguese account”, decidira sair da empresa e constituir uma nova⁵⁹⁸. O novo sócio de Downs, não só era neto do Presidente Theodore Roosevelt e primo afastado do Presidente Franklin D. Roosevelt, como tinha uma “notável folha de serviços tanto no governo como no

⁵⁹⁶ Kenneth T. Downs, «Relatório da Campanha ...» *op. cit.*, 7 de Setembro de 1964, p. 4.

⁵⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 4-5.

⁵⁹⁸ Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº 425», 8 de Abril de 1964, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/12830.

comércio”⁵⁹⁹. Antigo Representante da empresa petrolífera angolana, Gulf Oil, em Washington, e Vice-Presidente da mesma empresa até recentemente, era, naturalmente, uma pessoa de relevo na arena política americana e já tinha cooperado tanto com o State Department como com a C.I.A.⁶⁰⁰. Downs garantia assim ser esta não só a opção mais económica como a “mais prometedora quanto a resultados”⁶⁰¹.

Abria-se uma nova era para a A.P.E.U.: passados os “negros dias de 1961 e 1962”, a opinião pública americana já estava esclarecida, não sendo agora prioritário um investimento tão maciço no setor da imprensa⁶⁰². Interessava mais às empresas ultramarinas uma maior proximidade com a elite política da capital americana. A reorganização e a estruturação da nova empresa procuraram garantir o mínimo prejuízo para a campanha de relações públicas⁶⁰³. Para além de Roosevelt, também Paul F. Wagner passara a integrar a equipa. Especialmente bem relacionado dentro do Partido Republicano, era ainda bastante próximo dos Representantes do Midwest no Congresso. O enorme prestígio deste novo colaborador ficara comprovado pelo convite que lhe fora dirigido pelo candidato republicano à Presidência, Barry Goldwater, para que ocupasse o cargo de Secretário de Imprensa. Encontrava-se, por este motivo, de licença, sendo agora o principal porta-voz do Partido Republicano. Apesar de naquele momento a campanha portuguesa não contar com os seus serviços, era evidente, para Downs, que independentemente dos resultados das eleições, aquela posição aumentaria a sua influência o que o tornaria um trunfo de valor acrescentado para os objetivos de Portugal⁶⁰⁴. É evidente, com base nos relatórios que enviara anteriormente, que Downs colocava poucas fichas na candidatura republicana. Ainda que o principal foco da propaganda tivesse sido alterado, o relatório dá conta de uma série de iniciativas de divulgação. Apesar do arreigado foco da imprensa americana na campanha eleitoral, os resultados eram admiráveis: não só os conteúdos demonstravam uma qualidade nunca

^{599 599} Kenneth T. Downs, «Relatório da Campanha ...», *op. cit.*, 7 de Setembro de 1964, p. 5. Ver também: Ribeiro da Cunha, «Kermit Roosevelt», 6 de Agosto de 1962, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0078/1289.

⁶⁰⁰ Num outro apontamento, Ribeiro da Cunha, referindo-se Kurmit Roosevelt, com evidente admiração, escreve: «Kurmit Roosevelt passou em Lisboa em viagem do Irão para Nova Iorque em 26 de Julho. Roosevelt foi longos anos o representante do Gulf Oil em Washington e, como “homem do C.I.A.” na Pérsia foi o autor da revolta que repôs o Shah no trono e derrubou Mozadegh». Também aqui ficam evidentes as relações transimperiais entre o setor privado ultramarino e as mais amplas redes político-económicas internacionais. Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº539», 26 de Julho de 1965, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/12830.

⁶⁰¹ Kenneth T. Downs, «Relatório da Campanha ...», *op. cit.*, 7 de Setembro de 1964, p. 5.

⁶⁰² *Idem, ibidem.*

⁶⁰³ *Idem, ibidem*, p. 7.

⁶⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 8.

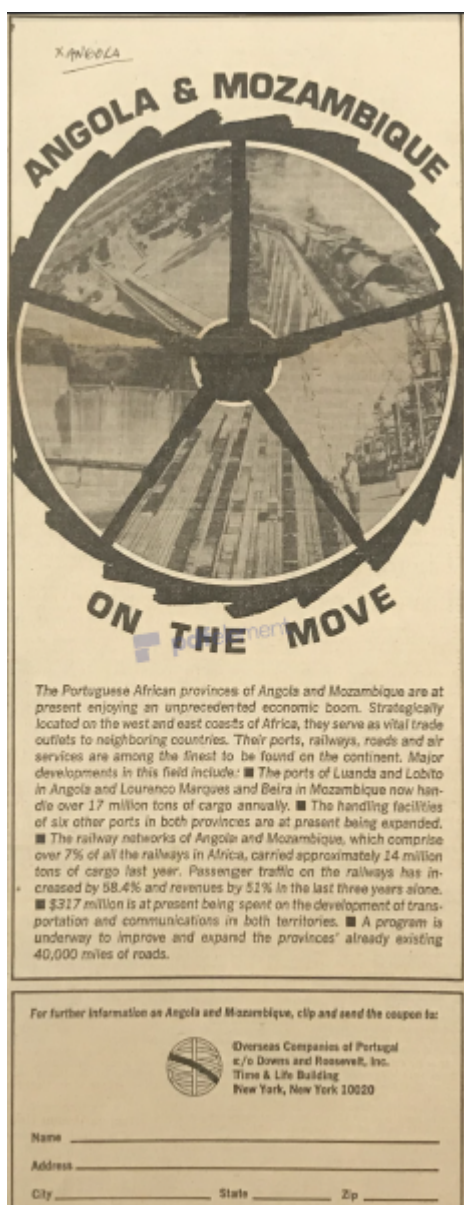


Imagem V - Exemplo da Propaganda da Downs&Roosevelt no *The Journal of Commerce* para envio de notícias e informações sobre Portugal, 25 de Março de 1968.

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2564

antes alcançada, como as centenas de publicações comprovavam agora que as notícias favoráveis a Portugal eram de 6 para 1 sobre as desfavoráveis⁶⁰⁵. O maior destaque era atribuído a um “brilhante” artigo sobre Angola do escritor católico inglês Hugh Kay na revista *Fortune*. Se a qualidade era inquestionável, a distinção ia para a revista que o albergava: “de longe, a revista que maior influência exerce nos meios financeiros, comerciais e administrativos dos estados unidos”, sendo ainda muitíssimo popular nos corredores governamentais de Washington. Prova da sua preponderância era a reprodução de que fora alvo num Congressional Report, documentos destinados a informar o Congresso americano sobre temas legislativos ou alvo de investigações. Seguindo o pedido de Alexandre Pinto Basto para um novo foco da propaganda, este feito, que é o mote do relatório que se seguiria, encaixava precisamente nas novas ambições da administração da A.P.E.U. Para assegurar que um artigo daquela qualidade não se perdia no tempo, a empresa conseguira que o mesmo passasse a integrar a lista de elementos básicos sobre Angola existentes em bibliotecas, universidades e arquivos de jornais, revistas ou outras instituições⁶⁰⁶. Também naquele ano várias

peças jornalísticas tinham sido fruto da viagem de inúmeros editores de jornais e revistas de prestígio a Angola e Moçambique. Quer estas viagens tivessem sido totalmente suportadas pela A.P.E.U. ou tivessem apenas beneficiado da consultoria da Downs & Roosevelt, - envio de informações e material informativo e assistência em África pelo representante Chapman -, tinham sido a base de uma grande quantidade de informações favoráveis a Portugal. A lista apresentada no relatório é longa: desde Victor Lasky, autor

⁶⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁶⁰⁶ *Idem, ibidem*, pp. 2-3.

do best-seller “JFK – The Man and the Myth”; a Arthur Veysey, do “Chicago Tribute”; passando pelo Presidente da revista “This Week”, Bem Wright; Walter Stone, editor-chefe do “Scripps Howard Syndicate; vinte membros da “American Newspaper Study Mission”, o professor da Universidade de Yale, David Rowe, contando ainda com Robert Conley, do “New York Times” e David Neal da “Associated Press”⁶⁰⁷. Somava-se o envio de material informativo para jornais e revistas, assim como a universidades, bibliotecas e entidades governamentais. Este material era confiado a uma lista de 2134 remetentes, somando-se ainda 5.000 bibliotecas, comentadores de rádio e televisão, membros do Congresso e do Governo assim como a determinadas personalidades influentes⁶⁰⁸. Interessava agora uma maior aproximação aos círculos académicos e culturais. Para tal a empresa preparava a viagem de dois académicos, de David Rowe, da Yale University, e do Dr. Thomas Molnar, do Brooklyn College, a Angola e Moçambique, assim como procurava aprofundar a “relação amisticiosa”, com o diretor do Centro de Estudos da Universidade de Georgetown, instituição que se dedicava a estudar temas de política internacional e que frequentemente preparava relatórios para o Congresso⁶⁰⁹. Prendia-se ainda concretizar dois projetos em curso: a viagem de 50 peritos em ciência política às Províncias Ultramarinas e a inserção de uma secção portuguesa na “Gallatin Anual of International Business”, uma importante enciclopédia sobre mercados internacionais publicada pela American Heritage que se destinava a promover investimentos americanos no estrangeiro e que teria o custo de apenas 800 dólares⁶¹⁰. O sucesso de todas estas iniciativas era descrito no relatório seguinte. Desde 1961 que a campanha não registava níveis tão baixos de artigos críticos e mesmo a ONU, que se encontrava num “estado moribundo”, pouco se manifestava⁶¹¹.

⁶⁰⁷ *Idem, ibidem*, pp. 6-7.

⁶⁰⁸ Como Downs explica no relatório, muito dificilmente a empresa conseguia analisar todo o setor da imprensa norte-americana. Para além dos mais de 1600 jornais diários, existiam ainda milhares de jornais e revistas semanais. Ainda assim, o trabalho desenvolvido na seleção dos artigos e na contagem daqueles favoráveis ou desfavoráveis implicava um árduo trabalho: «note-se que as análises da imprensa que enviamos não são simples trabalho de carteira. Representam bastante tempo e volume de trabalho cuidadoso porque, para além da questão relativamente simples de seleção, fazemos compilações detalhadas do que é favorável e do que é desfavorável com o objetivo de assegurar que os jornais favoráveis continuam a receber todas as informações possíveis, e que os erros de facto e as reportagens tendenciosas dos desfavoráveis são corrigidas na medida do possível. Evidentemente não reclamamos o crédito por toda a matéria favorável que é publicada. Mas uma grande parte dela recebeu contribuição nossa, direta ou indiretamente, sendo especialmente de notar que a atitude geral da imprensa americana mudou radicalmente desde que a campanha foi iniciada em 1961». *Idem, ibidem*, p. 12.

⁶⁰⁹ *Idem, ibidem*, pp. 14-15.

⁶¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 16.

⁶¹¹ Kenneth T. Downs, «Progress Report», 23 de Julho de 1965, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01908.

Para além da alteração das prioridades estabelecidas, da opinião pública para o setor financeiro, a rutura com a antiga estrutura deixou a descoberto um antigo mal-estar que se vivia, desde 1961, dentro da Selvage & Lee. Uma das primeiras decisões que Downs implementou foi dispensar os serviços prestados pela Portuguese-American Committee on Foreign Affairs de Martim T. Camacho. No relatório que envia a Pinto Basto, Downs afirma que sempre se opusera à criação daquela Comissão, embora não tenha conseguido reverter a decisão da Selvage & Lee. De formidável, o trabalho de Camacho era agora dispensável. A estratégia passava por trabalhar com todos os grupos luso-americanos, importante base de apoio político, mas nunca voltar a subsidiar qualquer “organização de frente”⁶¹². Muito embora esse não tenha sido um motivo de peso, garantia Downs, a eliminação da “indesejável” atividade da P.A.C.F.A. representava ainda uma redução dos custos na ordem dos \$25.000 anuais⁶¹³. Em causa pode ter estado a Comissão de Inquérito do Congresso americano, presidida pelo então senador William Fulbrith, que investigou a Selvage & Lee, assim como outras instituições análogas no ano de 1963. Segundo Vasco Ribeiro, esta ação foi levada a cabo na sequência de uma suspeita que recaia sobre Camacho. Suspeitava-se que o advogado luso-americano tinha estado a “distribuir propaganda política junto de associações religiosas, de financiar jornalistas e de atacar e difamar senadores democratas”⁶¹⁴. Embora Downs não reporte este facto a Ribeiro da Cunha, tal pode ajudar a explicar a mudança de opinião contra Camacho⁶¹⁵.

A partir de 1965, a Guerra do Vietname preenche um espaço progressivamente maior nos relatórios enviados. Embora, como foi dito, Portugal fosse cada vez menos atacado nos Estados Unidos, tal era não só mérito da empresa, mas devia-se também ao facto de a atenção nacional estar progressivamente mais voltada para questões vitais de ordem doméstica. A crise do Vietname era a principal preocupação da opinião pública americana. O envio de cada vez mais tropas para o Vietname – em Outubro de 1965

⁶¹² Kenneth T. Downs, «Relatório da Campanha ...», *op. cit.*, 7 de Setembro de 1964, p. 9.

⁶¹³ *Idem, ibidem*.

⁶¹⁴ Vasco Ribeiro, «Lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas ...», *op. cit.*, p. 57.

⁶¹⁵ Sobre o assunto Downs apenas refere: «Another development which affected our campaign this year was the investigation by the Senate Foreign Relations Committee of lawyers, public relations firms and others registered under the Foreign Agents Registrations Act. Selvage and Lee was one of the firms investigated, and all of its officers were examined at executive hearings before the Committee under the chairmanship of Senator J. William Fulbright. This was a trying and enervating ordeal which began in January then investigators for the Committee spent several days in our Washington and New York offices examining accounts, papers and correspondence and microfilming it in the most minute detail and ending with the completion of testimony and publication of the bound volume of testimony in late July. In October of this year the officers of the firm were in effect exonerated and discharged from the subpoenas». Kenneth T. Downs, «Relatório enviado ...», *op. cit.*, 28 de Dezembro de 1963, pp. 3-4.

aproximadamente 140.000 soldados estavam naquele teatro de guerra, mas era expectável que o número aumentasse para os 200.000 até ao final do ano – alarmava a comunicação social onde a possibilidade de um conflito nuclear era manchete⁶¹⁶. Um ano mais tarde, o número de soldados no Vietname aumentara para 250.000, estando previsto que até 1967 este chegasse aos 400.000⁶¹⁷.

Para Portugal, estas não eram más notícias. À medida que cada vez mais americanos se envolvessem diretamente em combates contra as forças vietnamitas, e o número de mortes fosse subindo, a opinião pública viria nas forças comunistas um inimigo comum. Para Downs, era precisamente esse o caminho: os combates em Angola ou no Vietname eram idênticos, a força oculta responsável pela manipulação dos dois povos era a mesma. Esta estratégia de associar inimigos comuns perduraria até finais da década de 60. Em 1967, Downs resumia a política externa do seu país à questão do Vietname. Na sua opinião a campanha presidencial do ano seguinte seria discutida em torno da guerra que o país travava⁶¹⁸. A imprensa americana, segundo o ilustre colunista William S. White, era agora palco de uma acesa batalha pela aprovação pública. Para White, a propaganda comunista procurava colocar um fim incondicional aos bombardeamentos norte-americanos contra os norte-vietnamitas, sem nunca mencionar a invasão que o sul do país sofria. A batalha pela conquista e aprovação pública era tal que só podia ser comparável à “Big Lie” de Adolf Hitler⁶¹⁹. Esta batalha, cada vez mais evidente nos seus objetivos, tomava a propaganda como a sua maior arma. Era por isso necessário perceber que os ciclos de influência não eram fechados ao Congresso, às Universidades ou a determinados grupos de pressão. A propaganda devia agir em todas as frentes. Eram precisos mais filmes, mais informações económicas, mais eventos culturais e mais publicações. É impossível seleccionar os mais importantes eventos e outputs entre os já previamente eleitos para aparecerem nos relatórios. Em 1966, a Downs&Rossevelt estava particularmente entusiasmada por ter sido capaz de incluir as Províncias Ultramarinas no documentário realizado pela American Broadcasting Company e que seria lançado na rede nacional de televisão, prevendo-se ainda que fosse posteriormente exibido em mais 236 estações afiliadas. As instruções dadas pelos funcionários da empresa tinham sido

⁶¹⁶ Kenneth T. Downs, «Progress Report», *op. cit.*, 19 de Outubro de 1965, pp. 1-2.

⁶¹⁷ Kenneth T. Downs, «Progress Report», 26 de Maio de 1966, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

⁶¹⁸ Kenneth T. Downs, «Progress Report», 17 de Janeiro de 1967, pp. 1-2, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

⁶¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 1.

“instrumentais” para que Angola fosse uma das primeiras áreas a ser filmada em África. Uma vez mais, Chapman, acompanhado da ajuda de Maria Pinto da Cunha, tinha prestado todo o auxílio em Angola⁶²⁰. Juntava-se o lançamento de um livro, no qual a empresa arduamente trabalhara, sobre Portugal e a África Portuguesa essencialmente destinado ao mundo escolar. Publicado pela MacMillan Publishing Company, uma das maiores editoras americanas, Portugal juntava-se assim a vários outros países que compunham esta série (Rússia, Índia, Cuba, Israel, Inglaterra, Nova Zelândia, México, França, Irlanda, Bélgica, Áustria ...). Davam-se os últimos preparativos para o lançamento da biografia de Salazar da autoria de Hugh Kay, enquanto a empresa prestava consultoria a Richard Pattee na sua nova obra sobre a África Portuguesa, nomeadamente no campo das relações entre Portugal e a ONU. Era ainda tempo de louvar o extraordinário concerto dado em Nova Iorque por Amália Rodrigues. Também aqui a empresa dera o seu contributo: durante a estadia da fadista, a empresa emprestou-lhe os seus serviços de relações públicas. Para a sua próxima visita ao país propunham-se a desenvolver uma campanha ao nível nacional centrada na fadista que tanto encantara o público daquela cidade⁶²¹. No final daquele ano, no entanto, antecipava-se um possível contratempo na vaga de notícias favoráveis a Portugal. Em causa não estava a oposição de organismos políticos ou de jornalistas. Em breve chegaria aos Estados Unidos uma peça de teatro que já circulava na Europa. “The Portuguese colonial war against the people of angola”, que já estava a receber uma atenção assustadora, era da autoria de Peter Weiss, um emigrante alemão marxista que vivia em Estocolmo, e apresentava uma inovadora técnica de produção. A empresa estava a tentar ter acesso prévio ao texto da peça mas tal ainda não tinha sido possível. Ainda assim, e antes mesmo de aceder ao conteúdo, já começara a desenhar a estratégia de reação, que deveria ser feita o mais anónima e cuidadosamente possível para não gerar mais controvérsia pública que só iria aumentar o interesse e promover a disseminação da mesma. Nesse mesmo ano, Weiss tornara-se Presidente da ACOA⁶²². Ainda assim, o Vietname ocupava todo o espaço das campanhas daquele organismo, não tendo desenvolvido nenhuma atividade contra Portugal. Uma vez mais, a guerra do Vietname protegia a presença portuguesa em África: não só chamava a si toda a atenção dos grupos pacifistas, como tornava grande parte da opinião pública mais solidária com a causa anticomunista.

⁶²⁰ Kenneth T. Downs, «Progress Report», 14 de Julho de 1966, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

⁶²¹ *Idem, ibidem*, pp. 1-10.

⁶²² Kenneth T. Downs, «Progress Report», 12 de Janeiro de 1966, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

Uma análise transversal dos relatórios enviados durante a década de sessenta realça a predominância destes dois temas: as constantes apreensões face ao posicionamento dos governos americanos e a escalada, bélica e mediática, da guerra do Vietname. Por outro lado, a constante preocupação com o aprofundamento e a amplificação da propaganda financeira, apesar da grande ênfase dada à obra já feita, exemplifica a necessidade de ampliar a lista de membros da A.P.E.U., por um lado, e de captar financiamento não só para o desenvolvimento económico das Províncias mas também por se acreditar que aquele era o único caminho para colher a simpatia internacional de mais Estados por via da diplomacia económica. O esforço financeiro da A.P.E.U. demonstra bem a forma como o setor privado priorizava esta iniciativa. No primeiro ano de atividade da Downs&Rossevelt a empresa envia a Alexandre Pinto Basto um resumo dos gastos que, desde 1961, a associação havia despendido. A tabela demonstrava não só os gastos investidos com a nova fima, mas incluía as despesas já efetuadas nos anos de contrato com a Selvage & Lee. As despesas totais encontram-se repartidas, percentualmente, em seis categorias: viagens e estadia, entretenimento e transportes locais, recortes e fotocópias, produção e distribuição de literatura, projetos especiais e salários e *fees*. Em todos os anos, a última destas categorias era responsável pela maior percentagem dos encargos totais. Todos os outros custos, para Downs, eram comparativamente acessórios, representando não mais do que meios disponíveis aos empregados da empresa para que

C O S T C O M P A R I S O N												
	1961/62		1962/63		1963/64		1964/65		1965/66		1964/66	Budget
	Exp.	%	Exp.	%	Exp.	%	Exp.	%	Exp.	%	% Mean	
	(a)		(a)						(b)			
DOLLAR DISBURSEMENTS												
OFFICE EXPENSES			12,170	5.6	13,160	7.3	46,900	28.8	33,230	20.9	24.8	34,000 18%
TRAVELLING & ACCOM- MODATION			13,700	6.3	15,550	8.6	8,270	5.1	15,040	9.4	7.2	
ENTERTAINMENT & LOCAL TRANSPORTATION			12,830	5.9	12,460	6.9	7,430	4.6	10,970	6.9	5.8	30,000 16%
CLIPPING & PHOTO- STATING			3,480	1.6	4,840	2.7	2,580	1.6	2,390	1.5	1.6	
PRODUCTION & DIST OF LITERATURE			31,960	14.7	22,510	12.5	12,340	7.6	3,570	2.2	4.9	40,000 21%
SPECIAL PROJECTS			220	0.1	470	0.3	60	-	-	-	-	
SALARIES & FEES			143,040	65.8	111,370	61.7	85,170	52.3	94,140	59.1	55.7	85,000 45%
	212,900		217,400	100.0	180,360	100.0	162,750	100.0	159,340	100.0	100.0	189,000 100.0%
FEE	75,000	-	90,000	-	100,000	-	100,000	-	100,000	-	-	100,000
TOTAL DOLLAR COST	287,900	-	307,400	-	280,360	-	262,750	-	259,340	-	-	289,000
ESCUDO DISBURSEMENTS (Dollar Equivalent)	30,500	-	48,900	-	56,960	-	51,950	-	48,500	-	-	61,000
TOTAL COST	318,400	-	356,300	-	337,320	-	314,700	-	307,840	-	-	350,000

(a) Disbursements were not classified until after August, 1962. Total expenditure for first four months of 1962/63 contract period apportioned according to percentages obtaining for rest of the period

(b) Estimated on the basis of average monthly expenditure for first 7 months

(c) Includes \$38,900 legal costs

(d) Includes 45% mark-up

Tabela III - «Cost Comparison» – Anexo à carta enviada por K. Downs à Comissão Executiva da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas, 17 de Janeiro de 1965, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

pudessem realizar o seu trabalho da melhor e mais eficaz forma possível. Era a imensa qualidade e experiência dos funcionários da empresa que garantiam o sucesso da campanha. Ainda assim, reforçava que nunca a campanha portuguesa esteve entregue em tão boas mãos. As despesas em viagens e os inerentes gastos em hotéis e transportes, representam a segunda maior fatia do orçamento. Com claras variações (em 1962/63 representavam apenas 11,9% do custo total da campanha enquanto em 1964/65 chegavam aos 33,9% e no ano contratual seguinte aos 30,3%), o envio de figuras influentes às Províncias Ultramarinas que, como vimos, era uma ferramenta indissociável da publicação de notícias sobre a realidade portuguesa, constituiu o segundo maior destinatário do investimento da A.P.E.U. Como a tabela também demonstra, nos primeiros anos de contrato com a Downs&Rossevelt, o custo total da campanha ficara abaixo das expectativas. Também este fato é evidenciado na carta a Alexandre Pinto Basto. Tal demonstrava, no parecer do remetente, que a empresa não seguia a prática da maioria das organizações, tanto públicas como privadas, que excediam o orçamento como forma de desencorajar uma redução do mesmo. Da mesma forma, garantia que o investimento da Associação nunca tinha sido desperdiçado em publicações ou filmes aparentemente entusiasmantes, mas que na verdade pouco contribuíam para os objetivos da causa portuguesa⁶²³. Este quadro retrata o investimento feito. Nos anos a que reporta, a campanha portuguesa paga pelo setor privado custara 1.634.560 dólares. A este valor podemos juntar o custo em falta na tabela relativo ao ano de 64/65: em Julho de 1965 Downs informa Alexandre Pinto Basto que o orçamento, uma vez mais abaixo do expectável, da campanha daquele ano apenas chegara aos 315,000 dólares⁶²⁴. Em 1967, uma vez mais, é apresentado a despesa total do programa de 1966/67: desta feita, o valor ficaria nos 310,000 dólares⁶²⁵. No anteprojeto de diretiva que traça os objetivos para a campanha daquele ano, a necessidade de angariar investimentos torna-se mais patente do que nunca. Pela primeira vez, o setor bancário é referido como alvo importante da propaganda financeira. Era preciso estar particularmente atento ao facto de a propaganda para este setor ter de evidenciar os aspetos do desenvolvimento económico, não se podendo nunca comparar as Províncias a países industrializados e mais desenvolvidos.

⁶²³ Acrescentava ainda que «This frequently is the greatest area of waste in public relations, for it is a very easy matter to hire writers or film producers and there is no limit to the money they are all too eager to accept for their services». K. Downs, «Carta enviada à Comissão Executiva da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas», 17 de Janeiro de 1965, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586.

⁶²⁴ Kenneth T. Downs, «Progress Report», *op. cit.*, 17 de Outubro de 1965, pp. 7-8.

⁶²⁵ Kenneth T. Downs, «Progress Report», *op. cit.*, 17 de Janeiro de 1967, p. 1.

Para além disso, era ainda urgente intensificar a campanha junto das “grandes firmas norte-americanas associadas aos grandes projetos ou iniciativas portuguesas designadamente aquelas com interesses em África»⁶²⁶. Mais do que tentar chamar à atenção de empresas que não tinham contato com a realidade africana, a estratégia devia passar por incitar as empresas que já detinham posições acionistas em empreendimentos nas Províncias a diversificar a sua carteira de investimentos. Era ainda necessário garantir que as empresas compreendiam que Angola e Moçambique estavam abertas a “grandes investimentos” desde que esses “não tenham em vista o domínio político”⁶²⁷.

Em Março de 1969, o Governador-Geral de Moçambique envia um telegrama ao G.N.P. onde pede informações de como deve proceder à visita de Wayne Kurlinsky. O Governo da Província de Moçambique apenas sabia que a Downs&Rossevelt tinha “perdido o contrato” e que Kurlinsky era o “novo representante da A.P.E.U.”⁶²⁸. Dias depois, o G.N.P. expede uma minuta de telegrama ao Ministro do Ultramar: chegaria de Luanda, em breve, Fred Smith acompanhado de Chapman. Era previsível que este viesse a “orientar superiormente” a A.P.E.U.⁶²⁹. Uma vez mais, é Alexandre Ribeiro da Cunha quem escreve um apontamento interno clarificando a questão. A Comissão Executiva da Associação considerava que a Downs&Rossevelt “deixaram de interessar”⁶³⁰. Num almoço em Lisboa, a Comissão Executiva., o seu secretário-geral, Dr. Jesus Nunes dos Santos⁶³¹, e Alexandre Ribeiro da Cunha, ouviriam a opinião de Smith sobre os territórios ultramarinos⁶³². Muito embora a Associação já estivesse a procurar novas alternativas, a

⁶²⁶ «Z-20-8-11 – Anteprojeto de Diretiva – campanha da Downs&Rossevelt de 1967/1968», p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/3870.

⁶²⁷ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁶²⁸ Governo-geral de Moçambique, «Telegrama nº214», 4 de Março de 1969, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03881.

⁶²⁹ Gabinete dos Negócios Políticos, «Minuta de Telegrama – Processo Z-20-8-28», 24 de Março de 1969, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03881.

⁶³⁰ Alexandre Ribeiro da Cunha, «Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas», 14 de Abril de 1969, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03881.

⁶³¹ Em Maio de 1967, Pinto Basto escreve ao Ministro do Ultramar, Joaquim da Silva Cunha, comunicando que a A.P.E.U. decidira criar um Secretariado próprio na cidade de Lisboa. Uma vez mais, o objetivo deste secretariado seria o de ter alguém responsável pela divulgação e apoio a estudos de natureza económica e financeira tendentes a angariar investimentos estrangeiros para a Metrópole e para o Ultramar. A escolha da Associação recaía sobre o Professor Jesus Nunes dos Santos, funcionário, à época, do Ministério do Ultramar. Por este motivo, Pinto Basto pedia que o funcionário fosse dispensado das suas atuais funções para que pudesse desempenhar esta nova função. Embora não tenhamos encontrado a resposta a este pedido, certo é que vários documentos e correspondência da A.P.E.U. da década de 70 é assinada por Nunes dos Santos. A proximidade entre as estruturas administrativas do Estado e as organizações capitalistas ficam, novamente, comprovadas. Alexandre Pinto Basto, «Carta enviada ao Prof. Doutor Joaquim da Silva Cunha», 23 de Maio de 1967, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/1283. Mais tarde, pelo menos a partir de 1973, seria Amadeu Castilho Soares a substituir Nunes dos Santos PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2563.

⁶³² Alexandre Ribeiro da Cunha, «Associação Portuguesa ...», *op. cit.*

Downs&Rossevelt continuava sem saber se o contrato seria, ou não, renovado. Downs, na carta que escreve em Abril de 1969, garantia que a empresa, por razões de conhecimento, experiência e dedicação continuava a ser o grupo americano mais qualificado para prosseguir a campanha no país⁶³³. Em Outubro de 1971, o G.N.P. ainda recebe um Relatório de Atividades da Downs&Rossevelt⁶³⁴. No entanto, a Associação não parece ter desistido da ideia de contratar Smith e Kurlinsky. Embora a campanha prosseguisse nas mãos da Downs&Rossevelt, continuavam também as trocas de correspondência com os possíveis novos relações-públicas. Numa carta que mais parece uma nota de apresentação⁶³⁵, Smith aconselha uma departamentalização da propaganda: um programa específico, que ficaria a cargo de Kurlinsky, para o público em geral, enquanto Smith poderia se encarregar, enquanto consultor, do programa destinado aos grupos empresariais assim como se responsabilizaria pela respetiva produção literária a eles destinada⁶³⁶. Em Janeiro de 1970, Kurlinsky envia um “sumário das notícias semanais” dos Estados Unidos⁶³⁷. Aparentemente, a sua relação contratual com as empresas portuguesas já estaria em vigor. Da mesma forma, chega a Lisboa uma “nota” enviada por uma nova empresa, Educational and Professional Resources, Incorporated, que tudo indica ser de Smith. Esta apenas dá nota da publicação de uma nova brochura, intitulada “Portugal in the News”, que compilaria informações destinadas a potenciais investidores⁶³⁸.

A documentação consultada não nos permite analisar de forma precisa o modo como estes contratos foram geridos. Se parece ser certo que desde 1969 a A.P.E.U. tinha pouco interesse em manter a Downs&Rossevelt, tudo indica que foi apenas por questões de exatidão contratual que esta se manteve até 1971, momento em que chegam os primeiros relatórios de análise de Smith e Kurlinsky. O motivo parece ser menos

⁶³³ Kenneth T. Downs, «Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas», 10 de Abril de 1969, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03870.

⁶³⁴ Jesus Nunes dos Santos, «Progress Report – enviado ao Dr. Ângelo Ferreira, Diretor do Gabinete dos Negócios Políticos», 20 de Outubro de 1971, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03870.

⁶³⁵ O remetente começa por traçar o seu percurso profissional de forma bem mais detalhada do que Alexandre Ribeiro da Cunha havia exposto: «(...) I am director of public policy for the Rockefeller family, I was the chief policy consultant to the National Space Administration, during the World War II as chief assistant to the Secretary of the Treasury I was in charge of public policy on war financing, and since then have had similar assignments from three Presidents. Consequently, I am fairly well experienced in the area». Fred Smith, «Carta enviada ao Dr. Jesus Nunes dos Santos», 16 de Julho de 1969, p. 1, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2564.

⁶³⁶ *Idem, ibidem*, p. 2.

⁶³⁷ Wayne Kurlinsky, «Weekly News Summary», 2 de Janeiro de 1970, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2563.

⁶³⁸ Educational and Professional Resources, Incorporated, «Note», PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2563.

questionável: por mais que os relatórios daquela empresa procurassem precisar os esforços feitos num programa mais centrado na propaganda financeira, a maioria da análise aos outputs das campanhas continuava a demonstrar uma maior taxa de eficácia na publicação de notícias destinadas ao público em geral assim como aos circuitos académicos. De uma forma ou de outra, o percurso da propaganda portuguesa nos Estados Unidos plasma bem a parceria entre o Estado e o setor privado – assim como a circulação de funcionários entre estas duas esferas.

- Information&Enterprise

Em 1964, num jantar no Hotel Ritz em Lisboa, várias personalidades ligadas à Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas juntaram-se para debater os mais diversos temas⁶³⁹. A posição inicial era clara: Portugal estava a dar uma lição ao restante mundo ocidental e cristão. Nos meios financeiros dos antigos impérios europeus reinava um profundo arrependimento pelo abandono de África e várias empresas procuravam agora voltar ao continente. Esse desejo de regresso só era possível através de Portugal pelo que a admiração pela ação portuguesa era cada vez maior: “Há já hoje um regresso belga ao Congo e é visível o esforço francês em África. Ora este regresso foi possível graças à determinação portuguesa “de ficar””⁶⁴⁰. Ainda assim, era preciso prudência e tornava-se cada vez mais importante não deixar espaço a qualquer analogia entre o caso português e as restantes experiências coloniais europeias, analogias essas que não só não interessavam a Portugal como eram perigosas. Voltava-se à preocupação inicial: embora interessasse envolver as grandes potências europeias na capitalização do Império, era necessário defender e evidenciar a “tipicidade do caso português”⁶⁴¹. Esse expectável desejo que pairava nos meios corporativos europeus não podia ser desperdiçado. Propunha-se então a elaboração de um estudo cuja principal finalidade seria a de demonstrar a vontade portuguesa de auxiliar a Europa na retoma da sua presença em África e, assim, atrair capitais para o desenvolvimento daquele continente. Muito embora o apoio das autoridades estatais fosse “indispensável” para levar a bom porto a missão

⁶³⁹ Entre elas: Alexandre Pinto Basto, Presidente dos C.F.B. e da A.P.E.U., Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Teixeira Pinto, Mário Oliveira, Faria Blanc, Manuel Espírito Santo, Presidente do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, Queirós Pereira, Jorge de Melo, Caldeira Coelho, Hurt, Manuel Fernandes, Administrador dos C.F.B. e Ribeiro da Cunha do G.N.P.

⁶⁴⁰ Ribeiro da Cunha, «Jantar no Ritz a 29 de Julho de 1964», 31 de Julho de 1964, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2564.

⁶⁴¹ *Idem, ibidem*, p. 2.

que criara aquela Associação, era necessário acentuar, interna mais principalmente internacionalmente, o caráter privado desta iniciativa associativa⁶⁴².

Dois meses depois daquele encontro, o Diretor do Gabinete dos Negócios Políticos, Cruz Alvura, informa a Agência Geral do Ultramar que, desde Abril de 1961, a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas já tinha despendido cerca de 61 mil contos em propaganda a favor das atividades económicas do Ultramar Português. Se até então o seu palco de atuação se restringia aos Estados Unidos da América, chegara o momento, considerava a Associação, de alargar o seu campo de atuação. O Diretor do G.N.P. já havia informado o Governador-Geral de Angola e Moçambique da intenção da A.P.E.U. Por mais incríveis que fossem os resultados obtidos pela campanha americana, era necessário atrair eventuais investimentos por parte dos “grandes meios financeiros europeus”⁶⁴³. Para esse efeito, a A.P.E.U. já havia solicitado à empresa Société de Recherche Opérationnelle et d’Économie Appliquée um detalhado estudo sobre a economia das Províncias que deveria ser, posteriormente, divulgado nos países europeus de maior impacto. O motivo daquela circular era evidente: os três economistas daquela empresa – Jean Goossens, André Stassin e Jacques Gouverneur – deveriam chegar dentro de dias aos territórios ultramarinos pelo que, a pedido do G.N.P., convinha que o Governo-geral das duas Províncias lhes concedessem as maiores facilidades⁶⁴⁴. Este era o primeiro passo para a divulgação na Europa do setor empresarial português. Ao contrário da inicial troca de correspondência que acompanha o acordo com a Salvage&Lee, a transposição para a Europa da intenção de contratar uma empresa de relações públicas surge de uma forma menos romanceada. A justificação não incide tanto sobre a necessidade de correção da imagem do setor, nem tão pouco na reconquista da opinião pública internacional, aparentemente incendiada por discursos comunistas. Tratava-se assumidamente da necessidade de captação de investimento estrangeiro. O facto de Portugal não fazer parte da C.E.E. atingia de forma particularmente gravosa todo o setor das exportações nacionais e, forçosamente, todas as atividades empresariais desenvolvidas em Angola e Moçambique, voltadas, como sabemos, para a exportação dos recursos ultramarinos para os mercados internacionais. A natureza do regime político

⁶⁴² *Idem, ibidem*, p. 2.

⁶⁴³ Álvaro da Cruz Alvura, «Z-3», 21 de Agosto de 1964, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/2560.

⁶⁴⁴ *Idem, ibidem*.

português colocara o país numa clara situação de desvantagem no processo negocial⁶⁴⁵. A oposição, em 1963, de De Gaulle ao pedido britânico, e dos demais membros da EFTA, para a abertura de negociações com a C.E.E. fortalecia a necessidade de negociações paralelas, à margem daquela organização mas também do próprio Estado.

Precisamente por ser sede do Mercado Comum Europeu, a A.P.E.U. escolheu Bruxelas para o início desta nova campanha análoga à dos Estados Unidos. Era à capital belga que afluíam os “grandes capitais internacionais”. O passado colonial da Bélgica não deixava de ter um claro peso na escolha da Associação, uma vez que era também ali que se encontravam as grandes empresas do “Copperbelt”, entre elas a Union Minière e a Sofina⁶⁴⁶. Estas eram as razões que colocavam Bruxelas à frente de qualquer outra cidade europeia. A escolha recaía para a empresa de consultoria de relações públicas belga *Information&Enterprise* cujo programa a implementar visava ainda outros países da Europa, como a França, a Holanda e a República Federal Alemã⁶⁴⁷.

Os relatórios redigidos por esta empresa, e enviados trimestralmente a Lisboa, apresentam uma estrutura rígida. Todos são escritos pelo belga James Ide, responsável pela pasta portuguesa, à exceção do relatório que analisa as atividades da empresa nos primeiros meses de 1968. Invariavelmente o autor também começa por se debruçar sobre os acontecimentos que no período em análise afetaram os interesses portugueses em África. A situação que se vivia no vizinho ex-Congo belga reaparece em todos os relatórios consultados. Não se tratava tanto de avaliar o impacto do recém-independente Estado ao nível local. Do ponto de vista dos interesses portugueses, importava acompanhar e combater o possível impacto do processo, já mencionado, que decorria entre o governo congolense e o consórcio da UMHK. Se a guerra do Vietname, como referiam os autores da agência de relações públicas norte-americana, desviava a atenção

⁶⁴⁵ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. I* (Círculo de Leitores, 1996), p. 172.

⁶⁴⁶ Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº425», *op. cit.*, pp. 1-2.

⁶⁴⁷ Uma vez mais a parceria entre o Estado e o setor privado fica devidamente explícita. Dois meses depois de este contrato começar a ser discutido, duas «personalidades belgas» deslocaram-se a Lisboa para apresentar um possível plano de ação. Por sugestão da empresa belga, a A.P.E.U. solicita que o Diretor Geral de Economia, António Bandeira Guimarães, se deslocasse a Paris e Bonn para apresentar uma pequena palestra perante «personalidades escolhidas nos meios financeiros franceses e alemães», sobre os principais aspetos económicos das Províncias Ultramarinas de Angola e Moçambique. O apontamento de Ribeiro da Cunha não revela nem a resposta, tão pouco os moldes como este “convite” se efetuou. Apenas dá conta, no final do seu apontamento, que «todos os encargos com estas deslocações seriam suportados pela Associação». Ribeiro da Cunha, «Apontamento», 5 de Agosto de 1964, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/12830.

de um setor importante da opinião pública, tendencialmente liberal e intelectual, e, por isso, mais propício a incentivar os movimentos africanistas de libertação, os círculos económicos e financeiros europeus não eram atraídos por esses aparentes chavões mediáticos⁶⁴⁸. Não se previa uma rápida solução para o problema. Embora o assunto, pela intervenção do governo belga, ocupasse um lugar de pouco relevo na imprensa internacional, e até certo ponto nos próprios meios de comunicação belgas, também esse silenciar levantava algumas preocupantes incertezas aos olhos do consultor⁶⁴⁹. Se de um ponto de vista macro era de saudar o facto de a comunidade internacional não atribuir o mesmo zelo de outrora à promoção da independência, a questão poderia não ser tão benéfica quando se tratava de atrair investimentos. Por um lado, muitos dos potenciais investidores que poderiam ter interesse em expandir as suas redes empresariais continuavam “a braços com os problemas inerentes à Union Minière”⁶⁵⁰. Por outro lado, o cansaço que se verificava em relação às questões africanas poderia vir a ter um negativo impacto no plano económico por se considerar que o ambiente era permanentemente desfavorável, e até mesmo hostil, a investimentos⁶⁵¹. No final do ano de 1967, apesar de uma aparente acalmia do ambiente em geral, a situação no Katanga continuava tensa. Na própria comunicação social notava-se um recrudescimento da questão: o êxodo de funcionários europeus da região crescia de dia para dia e eram os relatos destes homens que cobriam as páginas dos jornais⁶⁵². Num subcapítulo do Relatório de 6 de Fevereiro de

⁶⁴⁸ James Ide – Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. de 1 de Outubro de 1966 a 25 de Janeiro de 1967», 6 de Fevereiro de 1967, AD/UM/GM/GNP/RNP/0082/1833.

⁶⁴⁹ James Ide, no relatório que envia a 6 de Abril de 1967, escreve: «Sabe-se hoje que o Governo belga deu aos seus parlamentares e aos principais órgãos da imprensa uma diretriz de “silêncio” a fim de evitar que as negociações fossem perturbadas por um conflito de política interna belga em volta dos problemas congolese, que necessariamente dificultaria a ação de um governo a braços com um contexto interno extremamente tenso». James Ide – Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. de 25 de Janeiro a 31 de Março de 1967», 6 de Abril 1967, p. 2, AD/UM/GM/GNP/RNP/0082/1166.

⁶⁵⁰ James Ide, Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Fevereiro de 1967.

⁶⁵¹ James Ide, Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Abril 1967, p. 2.

⁶⁵² James Ide, Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. de Novembro a Dezembro de 1967», 5 de Janeiro de 1968, p. 1, AD/UM/GM/GNP/RNP/0082/12267. Num subcapítulo do Relatório de 6 de Fevereiro de 1967 é relatada a detenção de um grupo de europeus no Congo, todos eles «diretores de empresas de média importância» e membros da Federação das Empresas do Congo, grupo análogo à A.P.E.U. Esta notícia, prova do estado de tensão que se vivia para lá da fronteira, era justificada pelas autoridades congolenses no âmbito de uma investigação que procurava travar uma possível conspiração contra o regime. A crise entre o governo do Congo e a Union Minière era assunto de interesse maior. Muito embora as informações recolhidas apontassem para a não existência de entraves maiores, por parte do Estado, à evacuação de quadros técnicos belgas, existia, na prática, um esquema paralelo que tinha o mesmo efeito: a recusa de vistos de saída a funcionários da U.M. contra os quais havia a suspeita de quererem abandonar o país. Embora à data o número de saídas de europeus não excedesse os «quantitativos normais» decorrentes de motivos de regresso por razões de férias, saúde ou missões ao estrangeiro, suspeitava-se que a maioria das mulheres e crianças já tivessem sido repatriadas. Este facto, representativo,

1967 é relatada a detenção de um grupo de europeus no Congo, todos eles “diretores de empresas de média importância” e membros da Federação das Empresas do Congo, grupo análogo à A.P.E.U. Esta notícia, prova do estado de tensão que se vivia para lá da fronteira, era justificada pelas autoridades congolenses no âmbito de uma investigação que procurava travar uma possível conspiração contra o regime. A crise entre o governo do Congo e a Union Minière era assunto de interesse maior. Muito embora as informações recolhidas apontassem para a não existência de entraves maiores, por parte do Estado, à evacuação de quadros técnicos belgas, existia, na prática, um esquema paralelo que tinha o mesmo efeito: a recusa de vistos de saída a funcionários da UMHK contra os quais havia a suspeita de quererem abandonar o país. Embora, à data, o número de saídas de europeus não excedesse os “quantitativos normais” decorrentes de motivos de regresso por razões de férias, saúde ou missões ao estrangeiro, suspeitava-se que a maioria das mulheres e crianças já tivessem sido repatriadas. Este facto fazia crer que o motivo pelo qual os homens europeus ainda não tinham pedido repatriamento prendia-se com uma tentativa de não alarmar as autoridades congolenses e evitar que, por essa razão, impedissem o regresso das suas mulheres e crianças⁶⁵³. Por esse motivo, apesar da I&E já ter agendado uma viagem a Angola e Moçambique do jornalista holandês Pietre W. Russel, via com agrado que lhe tivessem solicitado o adiamento daquela visita. Do ponto de vista da propaganda que se esperava como retorno do investimento da A.P.E.U., a empresa de relações públicas temia que o clima que então se verificava no Congo acabasse por “afastar a atenção desse jornalista das questões económicas para assuntos de teor político que a A.P.E.U. não é competente para tratar”⁶⁵⁴.

Se aquele era um ponto em evolução que interessava expor, não era, no entanto, o único. As posições tomadas no seio da ONU⁶⁵⁵, o fortalecimento da ideia de um “Bastião Branco” na África Austral (que incluía Portugal e associava o país à política do *Apartheid*)⁶⁵⁶, a ansiedade em torno do conteúdo da encíclica papal *populorum progressio* (que os funcionários da I&E viam com grande receio por considerarem que a eventual

fazia crer que o motivo pelo qual os homens europeus ainda não tinham pedido repatriamento não mais era do que uma tentativa de não alarmar as autoridades congolenses e evitar que, por essa razão, impedissem o regresso das suas mulheres e crianças. James Ide, Information&Enterprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Fevereiro de 1967.

⁶⁵³ James Ide, Information&Enterprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Fevereiro de 1967

⁶⁵⁴ James Ide, Information&Enterprise, «Carta enviada ao Doutor Ribeiro da Cunha», Bruxelas, 27 de Setembro de 1966, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0637/11405.

⁶⁵⁵ *Idem, ibidem.*

⁶⁵⁶ *Idem, ibidem.*

oposição de grupos confessionistas, promovida pela Igreja, seria, tendencialmente, bem mais duradoura do que a de grupos exclusivamente políticos)⁶⁵⁷, assim como a travagem no progresso económico português (cujos elevados encargos militares com a guerra eram comumente apontados como causa)⁶⁵⁸, exigiam uma resposta individualizada e objetiva. Para evitar que a opinião pública menos informada e “sentimentalmente contra” as políticas de discriminação sul-africanas ganha-se adeptos, a empresa encomendara, em 1966, um estudo feito em parceria entre o Instituto de Estudos Africanos e o Instituto de Sociologia da Universidade Livre de Bruxelas que, dirigido por um colaborador da firma, o Sr. Massart, iria “esclarecer” o público em geral dando conta da realidade de integração multirracial que Portugal levava a cabo. A escolha daquele Instituto não foi aleatória: para além de ser uma entidade independente a quem não se podia imputar qualquer tipo de complacência para com Portugal, gozava ainda de uma notória influência em determinados meios africanos, nomeadamente congolezes. Mas era também uma questão prática e de proximidade pessoal que estava por detrás daquela opção: seria Massart, que colaborara durante vários anos com o Instituto de Sociologia e ocupava à data o posto de Secretário-geral da empresa, quem procuraria promover a imagem do multirracismo oficial que dava corpo ao “carater original da experiência” portuguesa⁶⁵⁹. É que para além da publicidade que rodeava as políticas do *Apartheid*, o conflito entre as comunidades brancas e negras que se vivia nos Estados Unidos da América, alimentavam a curiosidade e a sensibilidade europeia face a estas questões. O material bibliográfico, aparentemente para evitar um avolumar de custos, teria, como muitas vezes aconteceu noutros casos, sido compilado pela empresa de relações públicas. Embora esta sugestão apareça como um pormenor ou, até, como um sinal a dar à Associação financiadora da preocupação tida com a contenção orçamental, não deixa de indicar também o carater seletivo da informação a dar e o controlo por parte da associação face às fontes consultadas.

São informações deste tipo que dão corpo à meia centena de páginas, em média, que, praticamente, trimestralmente chegavam a Lisboa e, mais precisamente, a Alexandre Pinto Basto. Com espaço para a análise das notícias de imprensa acerca das Províncias

⁶⁵⁷ James Ide, Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Abril 1967, p. 2.

⁶⁵⁸ *Idem, ibidem.*

⁶⁵⁹ James Ide, Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Fevereiro de 1967.

que se destacavam, eram ainda anexadas todas as peças jornalísticas, recortes, estudos ou comunicados que tivessem sido divulgados e mencionassem o território português,

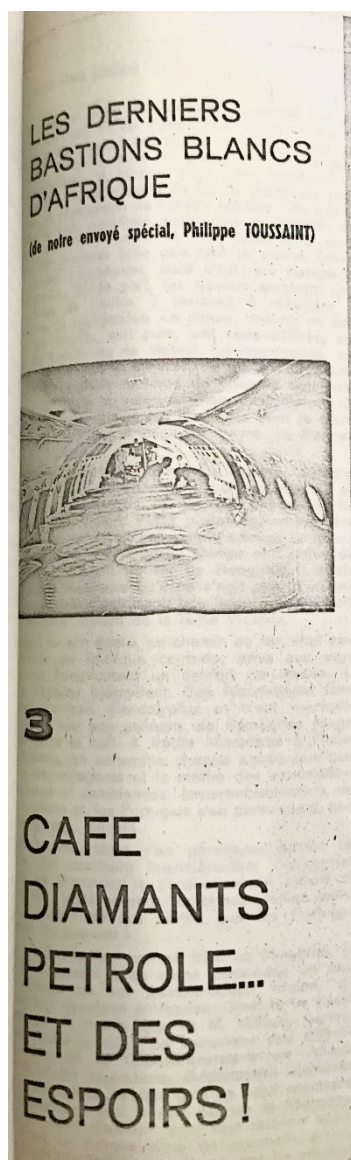


Imagem VI - Exemplo de um dos artigos escritos por Philippe Toussaint e enviados à A.P.E.U., «Les Derniers Bastions Blancs D'Afrique», *Pourquoi Pas?*, 24 de Novembro de 1966 in James Ide – Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. de 1 de Outubro de 1966 a 25 de Janeiro de 1967; Anexo II – Recortes de Notícias e Artigos Baseados na nossa atividade», 6 de Fevereiro de 1967, AD/UM/GM/GNP/RNP/0082/1833

metropolitano ou ultramarino. Esta compilação apenas era exequível uma vez que a empresa contava com escritórios e representantes nos países onde operava a propaganda portuguesa – Bélgica, França, Holanda e República Federal Alemã. De Outubro de 1966 a Janeiro de 1967 a empresa de relações públicas promovera a edição de 70 artigos publicados no Benelux e em França, enviava a Lisboa 176 recortes de notícias e contava com aproximadamente 8.905.876 exemplares de jornais que se referiam a Portugal publicados nos países mencionados⁶⁶⁰. Da apresentação destes números seguia-se a análise de conteúdo. Se, naquele período, os franceses apresentavam um menor interesse face à realidade portuguesa, o que não era visto como positivo, era ainda importante realçar que os jornais tendencialmente hostis a Portugal acompanhavam essa decrescente propensão (nomeadamente o *Humanité*, o *Voir de la Paix*, o *Le Lettre Française* e o *Le Populaire*)⁶⁶¹. Referiam-se maioritariamente a processos movidos contra intelectuais, mas os temas eram tratados sem grande detalhe e começavam a perder fôlego por não apresentarem novidade alguma. Era também por este motivo que, percentualmente,

o balanço entre o número de notícias desfavoráveis perdia terreno relativamente a períodos anteriores: de 75%, entre Setembro e Outubro de 1966, registava-se uma quebra, em Novembro e Dezembro, de 25%. Também na Bélgica se verificava a mesma tendência de diminuição de interesse do público em geral. Eram temas como a prisão do advogado Sousa Tavares, as condenações políticas e o manifesto de 118 personalidades da oposição que ainda despoletavam alguma atenção. Mas nenhum destes temas,

⁶⁶⁰ *Idem, ibidem.*

⁶⁶¹ *Idem, ibidem.*

aparentemente, teriam angariado tantos leitores como o artigo de John Biggs Davidson, parlamentar britânico, no mensário “La Dépêche” onde declarava o seu apoio à política ultramarina portuguesa. Ainda que aquele artigo tivesse tido notoriedade, não era esse que ocuparia a análise empreendida pelos funcionários da I&E. Mais importante era explicar aos membros da Associação os sete artigos, publicados no hebdomadário belga “*Pourquoi Pas?*”, da autoria do colunista e especialista em assuntos africanos Philippe Toussaint. Irmão do Secretário de Estado da Educação do Governo belga, Toussaint era um acérrimo crítico das restrições à liberdade individual da Rodésia e da África do Sul. Não era apenas pela inclusão de Portugal, pelo menos em alguns títulos destes artigos, na rede dos “bastiões brancos em África” que importava explicar aquelas peças jornalísticas. Antes pelo contrário: Toussaint estabelecia ali uma comparação clara entre as diferenças que caracterizavam as relações sociais e raciais nos territórios portugueses e naqueles dois outros países. Mas o que levava Ide a dedicar mais de dez páginas de relatório ao assunto era o facto de algumas das afirmações poderem ferir a “susctibilidade” portuguesa. Era o carater pouco desenvolvido e quase primitivo que fazia com que, na opinião do jornalista, “brancos e negros” estivessem, em Angola, “igualados na pobreza”⁶⁶². O modo superficial com que tratava o desenvolvimento angolano, praticamente ignorando-o, podia dever-se a dois fatores: primeiro ao tom sensacionalista daquele jornal que, por razões comerciais, procurava tratar os temas da forma mais mediática possível e, em segundo lugar, a um conjunto de ideias pré-concebidas por parte dos belgas do Congo, que “viam os portugueses como pequenos comerciantes que viviam no mato integrados na sociedade africana”, e que pareciam ter influenciado o autor. Se este conjunto de artigos servia os interesses portugueses ao demonstrar as iguais condições de vida entre brancos e negros, europeus ou africanos, desmentindo assim as acusações de racismo dirigidas a Portugal, deitava por terra os esforços empreendidos no sentido de atrair mais investimentos e de evidenciar o desenvolvimento económico e a modernização territorial das Províncias⁶⁶³. Defendia Toussaint que a continuidade da experiência portuguesa em

⁶⁶² *Idem, ibidem.*

⁶⁶³ Ao enumerar as diferenças entre os portugueses e os sul-africanos e rodesianos no que diz respeito às práticas sociais, Toussaint escreve: «Haverá coisa pior para um afrikaander racista que um português, cujos filhos são cor de café com leite, ou uma portuguesa que responde “mas evidentemente!” à pergunta constantemente repetida “Deixaria a sua filha casar com um negro?” e que o fara, a verificar-se tal eventualidade, sem mesmo pensar que isso possa constituir um problema? Haverá coisa mais chocante para este afrikaander, que preferiria matar a sua filha a dá-la a um negro, que este português ou portuguesa?» Num outro artigo, dedicado às motivações portuguesas pela permanência das Províncias Ultramarinas, o mesmo autor escrevia: «(...) os portugueses permanecem em África por patriotismo, porque Angola e Moçambique é Portugal, e animados por um espírito sincera e medievalmente cristão (...) os portugueses têm a consciência tranquila (...) os negros dos territórios portugueses são cidadãos portugueses na plena

África estava inteiramente dependente, pelo menos no imediato, do recrutamento de investimentos. As informações que reunira em Angola, aquando da sua viagem, confirmavam o abrandamento do ritmo de investimentos privados. Ainda assim advertia os leitores para a importância daquele território, onde tanto o volume de exportações como o índice de produção progrediam favoravelmente. As conclusões eram simples: “nestas condições (...), se os portugueses conseguissem dissipar a inquietação dos capitalistas, o desenvolvimento de Angola processar-se-ia a um ritmo espetacular, senão vertiginoso”⁶⁶⁴. Ide não tece grandes comentários a esta afirmação, indignava-o apenas a ingenuidade de alguns comentários de matriz socioeconómica. Se por um lado admitia que existia um certo exagero na descrição da mistura de raças, principalmente por via de matrimónios, entre brancos e negros, por outro lado revoltava-o que o jornalista, homem bem informado, tivesse optado deliberadamente por ignorar a “abundante documentação” que lhe tinha sido oferecida. Talvez este fosse o intuito de toda a argumentação: assegurar-se que o Conselho da A.P.E.U. sabia que, também neste caso, a empresa tinha feito o seu trabalho, enviado a documentação “certa” e, mesmo que tal não tivesse tido o merecido destaque, garantir que o lado positivo era digno de destaque. Neste caso em particular não conseguimos compreender se a viagem de Toussant foi, ou não, financiada pela A.P.E.U. Esses tipos de informações aparecem mais frequentemente na documentação trocada entre o G.N.P. e os organismos do Ministério do Ultramar nas Províncias. Ainda assim, como tal era uma prática comum, é possível que tenha sido a Associação a financiar a viagem e as respetivas despesas associadas. Na verdade, aquele que era o principal objetivo da abertura das atividades de propaganda na Europa ainda não começara a surtir efeitos dignos de menção. Embora os comentários acerca da opinião pública fossem, no geral, animadores, era necessário direcionar informações mais

aceção do termo – na medida, efetivamente, em que o permite o desenvolvimento das populações. Praticam (os portugueses) sem pensamentos reservados, sem complexos, e desde longa data, a integração racial. Nestas condições, pensam que são os “terroristas” que estão, humana e necessariamente, do lado errado da barricada, que são eles efetivamente os racistas. Recusam-se a partir porque estão na sua terra dizem, mas também para que Angola e Moçambique, no próprio interesse das populações indígenas se não venham a encontrar na mesma situação que hoje se verifica no Congo». Num terceiro artigo, num tom ainda mais crítico e comparativo, lê-se: «O essencial, e isto é um argumento irrefutável, é que os portugueses conseguiram eliminar, em extraordinária proporção, a discriminação racial. É evidente, que nem vos nem eu somos racistas. E uma qualidade negativa, algo de evidente. Como não ser ladrão, por exemplo. Resta dizer que não conheço países onde se verifiquem a existência de problemas raciais que não tenham que se envergonhar disso. E sem dúvida horrível, desanimador, chegar a esta conclusão, mas é um facto. Há problemas raciais em Israel entre os judeus de origem europeia e os judeus oriundos no Norte de África. Será necessário falar mais uma vez dos Estados Unidos? Ou da Rússia e dos seus acessos de anti-semitismo?». *Idem, ibidem.*

⁶⁶⁴ *Idem, ibidem.*

técnicas aos meios empresariais atendendo, com a necessária cautela, ao período de incerteza que se vivia. Na República Federal Alemã, a atividade da empresa era relativamente recente⁶⁶⁵. Em 1965, no início da sua operação no país, a I&E realizou um estudo macro que procurou apurar a opinião da população. Como não existia ali nenhuma delegação da empresa, seguiu-se a criação de um “serviço” que informava mensalmente Bruxelas sobre as tendências da imprensa alemã. Tanto o interesse face a Portugal e às suas Províncias Ultramarinas crescia, como dividia terreno com o caso da Union Minière. Na opinião do funcionário, o tom jornalístico evidenciava uma clara neutralidade, transparecendo claramente que o país estava consciente de que ainda era cedo para tomar uma posição. Um artigo, publicado no nº292 do “Nachrichten für den Ausenhandel”, destacava-se. Dava

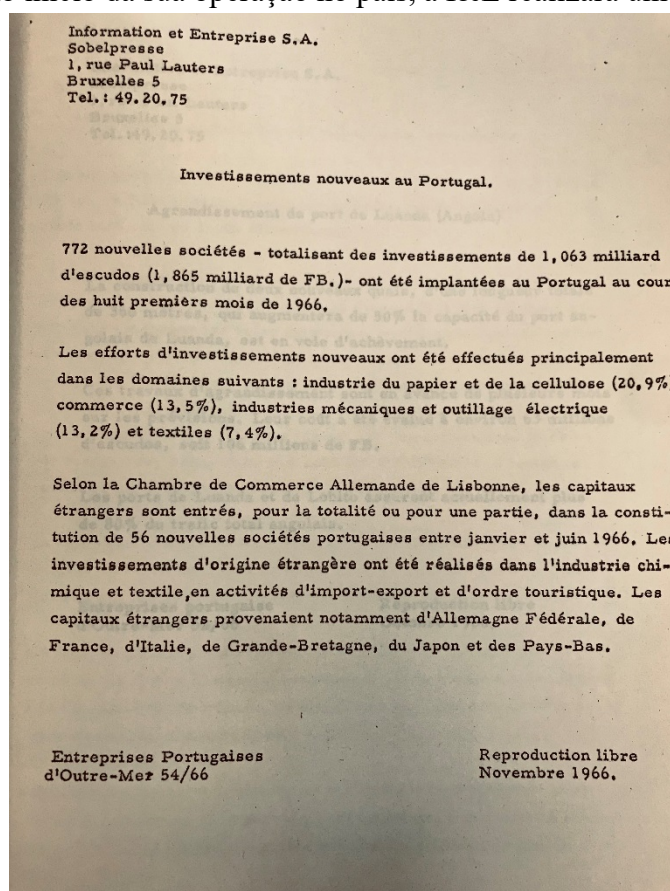


Imagem VII – Informações enviadas pela I&E aos órgãos de comunicação; James Ide – Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. de 1 de Outubro de 1966 a 25 de Janeiro de 1967; Anexo I – Comunicados difundidos na Bélgica, Holanda e França», 6 de Fevereiro de 1967, AD/UM/GM/GNP/RNP/0082/1833.

conta do ritmo de desenvolvimento de Angola que tornara o Ultramar Português um interessante parceiro comercial. Embora mais atrasado do que a União da África do Sul,

⁶⁶⁵ Em Agosto de 1962, por recomendação do Barão Honingen-Huene – «grande amigo de Portugal» e que representou, durante vários anos, o Governo alemão em Lisboa –, o G.N.P. recebeu uma carta de uma empresa de relações públicas alemã que pretendia trabalhar ao serviço do país na Alemanha. Em consonância com a documentação recebida nos primeiros anos de 1962, a empresa descrevia a situação precária em que se encontrava a imagem pública do país: «Há pouco tempo ainda, a situação de Portugal não era tão má; tinha uma das mais fortes moedas da Europa. Hoje na opinião pública o escudo português já não é considerado moeda forte. Portugal tinha a reputação de um país politicamente estável; esta reputação sofreu com o incidente do St^a. Maria, a revolta de Beja e com greves dos estudantes, tudo muito exagerado e a que foi dada larga publicidade. A guerra em Angola dá uma imagem falsa de Portugal, porque aqui ninguém conhece a situação exata. A atual acalmia nos ataques contra Portugal não significa que eles poderão ser definitivamente considerados finidos.». O signatário considerava já que a Alemanha era fundamental não só como potencial fonte de investimentos mas porque considerava o país o “centro” do Mercado Único a que Portugal pretendia aderir. Gabinete dos Negócios Políticos, «Apontamento nº290», pp. 4-5, 8 de Agosto de 1962, AD/UM/GM/GNP/RNP/0079/12829.

destacava a enorme necessidade de uma “verdadeira vaga de capitais” estrangeiros para que os objetivos de desenvolvimento traçados no Plano Intercalar de Fomento pudessem ser atingidos. Ainda assim, o autor do artigo também confirmava a diminuição no ritmo de investimentos: em 1964 registavam-se 296 novas empresas com capitais no valor de 134 milhões de escudos, contra 134 e um total de 103 milhões de escudos em 1965. Se existia ali alguma promoção do ultramar português como fonte de investimento, a conversa travada em Colónia entre um representante da I&E em Hamburgo e o responsável do Ministério dos Negócios Estrangeiros (M.N.E.) da R.F.A. pelas relações comerciais com os países em vias de desenvolvimento, não apontava grande futuro. A resposta do Subsecretario de Estado alemão, quando lhe foi perguntado se Angola e Moçambique poderiam vir a beneficiar de uma assistência pela R.F.A., foi perentória a excluir qualquer hipótese de isso vir acontecer: “O Governo alemão só pode encarar a possibilidade de conceder a sua assistência a países cujo governo seja uma emanção efetiva da nação que o designou. Não podemos conceber uma ajuda a territórios que apresentam ainda características coloniais”⁶⁶⁶. Para além da incerteza alimentada pela guerra colonial e pela experiência das ex-colónias europeias, a natureza do sistema político constituía, por si só, um entrave.

Três meses depois, somavam-se mais 66 artigos que deram lugar 97 transcrições e a uma tiragem de 2.891.503 exemplares⁶⁶⁷. Embora a apresentação destes números possa parecer demasiado abstrata, as notícias eram, numa perspetiva geral, mais animadoras. A empresa conseguira aumentar o leque das suas relações com a imprensa económica, principalmente na República Federal Alemã (R.F.A.) e na França. Uma vez mais, também, os acontecimentos locais impactavam a perceção sobre Portugal e as Províncias. Embora na Bélgica a saturação face aos problemas africanos continuasse a ser evidente – o que levava a empresa de relações públicas, ao contrário do discurso no relatório anterior, a propor voltar a assuntos mais “suscetíveis”, divulgando, nomeadamente, temas relacionados com a política geral portuguesa em África – a expropriação das instalações da Union Minière, que degradara ainda mais as relações entre o governo belga e o Congo, aumentara a simpatia e a compreensão dos belgas face a Portugal⁶⁶⁸. Também na França, onde a I&E levava a cabo um “intenso trabalho de penetração da imprensa económica”,

⁶⁶⁶ *Idem, ibidem.*

⁶⁶⁷ Destes, 14 foram publicados na Bélgica, 15 em França, 15 na Holanda e 7 na Alemanha. James Ide, *Information&Entreprise*, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Abril 1967.

⁶⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.6 e pp. 11-13.

os resultados começavam a aparecer⁶⁶⁹. Procurava-se assim aumentar o número de artigos e comunicados dirigidos não só a instituições privadas como, também, a organismos oficiais e chegar de forma mais constante e eficaz aos mais prestigiados órgãos de comunicação económico-financeiros. Com vista a orientar e a otimizar o seu trabalho, a empresa estava a realizar um inquérito, semelhante ao que já havia feito na R.F.A., para perceber quais eram à data os meios mais interessados pelos problemas africanos⁶⁷⁰. Muito embora a mais “espetacular” evolução de notícias favoráveis a Portugal aparecesse na imprensa económica, estas iniciativas, a somar ao facto de não terem surgido informações “sensacionais” sobre os acontecimentos de Angola e Moçambique, estavam na base do considerável aumento, desde Novembro de 1966, do número de referências favoráveis a Portugal⁶⁷¹. Na Holanda pouco havia a comunicar, as eleições legislativas no país monopolizaram toda a imprensa, pelo que era difícil tirar grandes conclusões daquele período⁶⁷². Mais animadora era a evolução da atuação da empresa na R.F.A., principalmente tendo em linha de conta as informações finais sobre aquele país no relatório anterior. A empresa, em Hamburgo, tinha travado longas reuniões com o diretor da Afrika Vernein, uma associação que agrupava todos os importantes organismos, públicos e privados, que estavam interessados em permutas com África. Pretendia aquele organismo aumentar as exportações alemãs para o mercado africano⁶⁷³. Para tal, o representante da I&E já havia agendado uma reunião com o intuito de promover um encontro entre aquele organismo e peritos das Províncias Ultramarinas, assim como com outras personalidades portuguesas. Deveria ser a A.P.E.U. a selecionar aqueles que considerassem mais apropriados a apresentar os planos de desenvolvimento das Províncias Ultramarinas. O ambiente político era agora mais favorável e, embora a posição de não financiamento a territórios cujos representantes não tivessem sido eleitos pelo povo se mantivesse, a declaração do embaixador alemão em Lisboa, assim como as poucas referências de teor político sobre as Províncias portuguesas na imprensa, alimentavam as esperanças portuguesas de um apoio alemão para a captação de investimentos. O embaixador aconselhava assim “as firmas alemãs a participar em empreendimentos portugueses contribuindo para criar uma base de apoio a um projeto de

⁶⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 18.

⁶⁷⁰ *Idem, ibidem*, p. 19.

⁶⁷¹ *Idem, ibidem*, p. 19.

⁶⁷² *Idem, ibidem*, p. 14.

⁶⁷³ *Idem, ibidem*, pp. 14-15.

fusão entre o Mercado Comum e a Zona de Comércio Livre”⁶⁷⁴. Esta afirmação não era apenas uma demonstração de apoio ao setor privado mas, também, pode ser facilmente lida como uma forma de colocar a diplomacia económica ao serviço dos interesses portugueses estatais no difícil palco europeu da época. Era precisamente o estreitar dos laços com os agentes económicos, públicos ou privados, que esteve na origem da criação do Boletim de Informação Económica da A.P.E.U. A sua primeira edição, em língua francesa, contou com 2100 exemplares que foram distribuídos na Bélgica e na França. Depois de uma cuidadosa seleção, o Boletim foi enviado às “grandes empresas, quadros universitários, federações patronais, câmaras de comércio, representações diplomáticas, serviços e funcionários governamentais ligados a problemas de comércio externo, política ultramarina e serviços de informação, imprensa económica e financeira”, constituindo assim uma ferramenta que atuava diretamente sobre o seu público-alvo⁶⁷⁵. As reações, segunda a empresa de relações públicas, não podiam ter sido mais animadoras. Em França, a Câmara do Comércio e da Indústria em Paris, a Câmara Franco-Portuguesa, os Serviços de Estudos Económicos Estrangeiros, a Eurofinance assim como o Diretor das revistas Enterprise, Réalités e Connaissance des Arts, haviam elogiado aquela iniciativa de forma entusiástica, considerando-a um excelente exemplo de um eficaz plano de atividade informativa. Na Bélgica a reação da Academia Real das Ciências do Ultramar, do marcante banco Kredietbank, o Diretor-geral adjunto da Pétrofina, assim como a Embaixada da África do Sul e a Universidade Católica de Lovaine, destacavam-se entre os que mais elogiaram a iniciativa. Mas era a carta do professor Baudhuin, conselheiro de inúmeras empresas e editor da La Libre Belgique e da Agefi, que a empresa transcrevia naquele relatório. Considerava este influente belga que:

(...) o desenvolvimento dos territórios portugueses é uma demonstração eficaz do erro cometido pelas potências coloniais que, dominadas por ideologias insensatas, procederam de modo a – com pretextos de progresso – condenar enormes regiões à decadência. Espero que um dia, um espírito imparcial compare a sorte dos países que permaneceram colonizados, com a daqueles que conseguiram a independência; espero, também, que se tome em consideração a opinião das populações interessadas e não a de utopias, ou das pretensas elites que hoje em dia se aproveitam das oportunidades oferecidas por um regime de pseudoindependência.⁶⁷⁶

O sucesso desta iniciativa levou a empresa a avançar com a proposta da mesma ser implementada na Holanda e da R.F.A. Para tal eram necessárias as devidas

⁶⁷⁴ *Idem, ibidem*, p. 17.

⁶⁷⁵ James Ide – Information&Entreprise, «Atividades de relações públicas na C.E.E. ...», *op. cit.*, 6 de Abril 1967, p. 24.

⁶⁷⁶ *Idem, ibidem*, p. 25.

adaptações. Mas se os trabalhos para a publicação em alemão já tinham sido iniciados, a Holanda carecia de uma profunda revisão e ponderação do programa a um nível global. O peso da imprensa socialista, a presença cada vez mais tímida de órgãos de comunicação moderados e a falta de interesse pelos assuntos portugueses levavam a empresa a “encarar a necessidade de desenvolver nos Países Baixos uma atividade informativa de certa monta”⁶⁷⁷. Era por aqueles motivos que os funcionários da I&E começaram a desenvolver um novo plano de atuação. Era necessário compreender melhor o público e quais as informações que poderiam representar ganhos reais a Portugal. No que concerne ao Boletim, para além da tradução do mesmo para neerlandês, da revisão do formato e da apresentação gráfica era imprescindível para ajustar os temas tratados aos problemas económicos daquele país⁶⁷⁸.

O envio de informações para a imprensa, a catalogação detalhada das notícias ao nível global, a busca permanente por contactos com representantes e organismos de instituições, publicas e privadas, económico-financeiras, etc., caracterizam estes relatórios. Por mais difícil que seja quantificar os ganhos da atividade desta empresa de relações públicas, conseguimos facilmente perceber o nível de burocratização e as relações inter cruzadas que ela personificou. Se a simples existência deste contrato demonstra o papel que o setor privado procurou desempenhar, os exemplos retirados dos relatórios são claros ao demonstrar os múltiplos palcos onde a empresa exercia a sua influência, com sedes em mais do que um país europeu e, tantas vezes, atuando para lá da esfera mais restrita do convencional setor privado.

- Casos e comparações

A A.P.E.U. não foi, no entanto, a única *organização* portuguesa a levar a cabo um contrato com empresas estrangeiras de relações públicas. Em 1942 o governo português contratou Max O'Rell Truitt, um advogado americano que, há data, era o lobista mais bem pago de Washington. Para além do regime português, Truitt tinha como clientes outros três ditadores: o ditador espanhol Franco, Rafael Leónidas Trujillo, da República Dominicana e o argentino Pedro Pablo Ramírez. A sua ligação a Portugal, que terá durado até 1949, foi levada a cabo por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros⁶⁷⁹. No primeiro aniversário do contrato entre a A.P.E.U. e a Selvage & Lee, Ribeiro da Cunha

⁶⁷⁷ *Idem, ibidem*, p. 21.

⁶⁷⁸ *Idem, ibidem*, pp. 21-22.

⁶⁷⁹ Vasco Ribeiro, «Lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas ...», *op. cit.*, p. 53.

aproveita a data para fazer algumas considerações comparativas sobre os resultados obtidos. Para além das Casas de Portugal, dos Centros de Informação e de outros organismos governamentais, existiam mais duas entidades que também se ocupavam da “propaganda” de Portugal⁶⁸⁰. Nos EUA, desde 1951, encontrava-se ainda a George Peabody and Associates, Inc., que, tendo sido contratada pelo Secretariado Nacional de Informação, ocupava-se da propaganda destinada ao setor do turismo português. Com impacto nulo na opinião pública americana, apenas incluía o Ministério do Ultramar no âmbito da viagem de John Reed às Províncias Ultramarinas para a realização de um pequeno filme⁶⁸¹. A outra agência, E.D. O’Brien, sediada no Reino Unido, fora contratada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. Com estreitas ligações à Embaixada Portuguesa em Londres e ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, contava ainda com um representante em Luanda. O objetivo era o de mostrar e programar viagens a Angola e Moçambique de “personalidades destacadas da vida britânica e, designadamente, parlamentares e jornalistas”⁶⁸². A presença desta entidade ajuda a perceber o porquê da A.P.E.U. não se ter instalado no Reino Unido, um país importante na vida económico-financeira das Províncias Ultramarinas e central no leque das relações diplomáticas ao nível europeu. A par da propaganda em território inglês, o M.N.E. celebra, um ano depois, um outro contrato com a empresa Manfred Zapp de Heidelberg com vista ao esclarecimento da opinião pública alemã⁶⁸³. Ainda assim, nenhuma destas empresas se comparava, em resultados e em volume de investimento, à parceria entre a Selvage & Lee e a A.P.E.U. A disparidade entre as verbas disponíveis era gritante. O Ministério do Ultramar não dispunha de verbas próprias, por exemplo, para o pagamento das deslocações às Províncias de visitantes e jornalistas estrangeiros. Para tal tinha de solicitar a comparticipação da Agência Geral do Ultramar que contava apenas, no seu Orçamento, com a quantia de 5.452 contos para despesas em publicidade, propaganda, turismo e relações culturais. A Selvage & Lee dispunha, para o cumprimento de um ano do contrato com a A.P.E.U., de 500.000 dólares, aproximadamente 15.000 contos⁶⁸⁴. Um ano depois, quando o contrato com a empresa americana é renovado para cobrir o período entre 1962 e Abril de 1963, o orçamento da A.P.E.U. apresenta já um encargo de 20 mil contos

⁶⁸⁰ Ribeiro da Cunha, «Apontamento nº290», 8 de Agosto de 1962, p. 1; PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/012828.

⁶⁸¹ Sobre esta organização ver: Vasco Ribeiro, «Lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas ...», *op. cit.*, pp. 55-56.

⁶⁸² *Idem, ibidem*, p. 2.

⁶⁸³ Ribeiro da Cunha, «Apontamento», 18 de Abril de 1963, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/012829.

⁶⁸⁴ *Idem, ibidem*, p. 5.

anuais, tendo o M.N.E. disposto 4 mil contos para o cumprimento de cada um dos seus contratos⁶⁸⁵.

Embora o funcionário do G.N.P. não encontrasse nenhum problema no facto de três diferentes organizações lutarem pela melhoria da imagem de Portugal no estrangeiro, aquilo que o deixava perplexo era a inexistência de uma coordenação central que fornecesse às três organizações as informações necessárias para alcançarem os objetivos pelos quais tinham sido contratadas. Mas mais importante do que a centralização era, aos olhos de Ribeiro da Cunha, a coordenação entre os serviços. Era incompreensível para o autor que não existisse nenhum ponto de contato entre Centro de Informação e Turismo de Angola e o seu paralelo em Moçambique. Não seria apenas a inexistência de uma linha comum de objetivos e estratégias que o indignava. Se existiam duas organizações empenhadas na divulgação das Províncias Ultramarinas nos EUA (a O'Brien e a Selva & Lee), como é que não havia um desenho comum das linhas estratégicas delineado em cooperação? “Pois se todos estamos empenhados na mesma batalha para quê querelas entre vizinhos?”⁶⁸⁶. O setor da informação era, mais do que nunca, um instrumento essencial ao futuro do Império e qualquer deslize colocaria em prejuízo, não só “o que pouco a pouco se conseguiu fazer”, mas também os investimentos financeiros já empregues⁶⁸⁷. Só oito anos mais tarde, Outubro de 1969, é que o apelo de Ribeiro da Cunha parece ter sido acolhido, pelo menos em prol de uma iniciativa. Numa reunião que procurava harmonizar a estratégia de propaganda juntou Bryant George, diretor da TAP em Bruxelas, Nocent, agente publicitário daquela empresa, Dutordoit, do turismo de Portugal, Mello, assistente do senhor Dutordoir e filho do embaixador português na

⁶⁸⁵ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁶⁸⁶ *Idem, ibidem*, p. 3. «Mas se a descoordenação já por si é grave, muito mais grave é, neste setor, a oposição por alguns setores a iniciativas que não foram suas. Os exemplos são numerosos e é quase por favor pessoal que uns auxiliam os outros. E se o auxílio ou apoio só se consegue à custa das relações pessoais, por vezes sucede também que o apoio se transforma em oposição. Eu já ouvi uma das organizações afirmar, numa reunião, que oficialmente desconhecia a outra. E sei também que em certa ocasião uma das organizações criou dificuldades à outra! Ora este estado de coisas não é possível manter-se”. *Idem, ibidem*, p. 6.

⁶⁸⁷ Também aqui, a estratégia adotada em 1961 aquando dos acontecimentos do Estado da Índia voltam a servir de exemplo. Ribeiro da Cunha recomendava que se voltasse a constituir um Grupo de Trabalho com representantes do DNI, da Defesa, do Interior, dos Negócios Estrangeiros, do Ultramar e das Comunicações. No entanto, desta feita, tal coordenação não podia ser concedida sem a inclusão do Secretário Nacional da Defesa Nacional e a Polícia Internacional e de Defesa do Estado. A ideia é que cada departamento trabalhasse com o apoio dos seus serviços para reunir, sobre determinada matéria, a informação de que dispunha. Essas informações seriam apresentadas em reunião por cada representante, de onde sairia a decisão do que transmitir publicamente. Claro que as três organizações de relações públicas teriam, também, de estar na lista dos destinatários das informações superiormente resolvidas. *Idem, ibidem*, pp. 4-8.

República Federal Alemã, e Lucion e Massart, da Information&Entreprise. A discussão prendeu-se com a preocupação de conciliar as iniciativas dos três organismos, procurando assim alcançar uma maior eficácia “através da conjugação de esforços” o que permitiria, ainda, reduzir as despesas. A ideia passava por divulgar os territórios ultramarinos no programa semanal belga “Visa pour le Monde” onde cada episódio promovia um país ou território. O programa era de âmbito estritamente turístico, uma “emissão eminentemente recreativa”, que tinha grade êxito junto do público. O objetivo do concurso era contemplar o ou os vencedores com uma viagem à volta do mundo. Com uma semana de antecedência os candidatos tinham de se preparar e estudar o país ou território que iria ser tratado. Durante a emissão eram então feitas 10 perguntas sobre vários temas, desde “questões de atualidade, economia e código da estrada”, cujas respostas seriam avaliadas por um júri que, normalmente, integrava elementos da embaixada do país em causa ou dos serviços de turismo. Desta feita seria Moçambique a “vedeta” da emissão. Para esse feito tanto a TAP como Dutordoir tinham solicitado a ajuda daquela empresa de relações públicas uma vez que não se sentiam capazes de reunir a informação necessária para a elaboração das perguntas e respostas. Era necessário reunir a documentação geral assim como escolher elementos para a composição da mesa de júri. Aquela empresa, focada acima de tudo em destacar o caráter multirracial do colonialismo português, considerava imperativo que este a mesa do júri contasse com a presença de um funcionário ultramarino de raça negra. Na documentação consultada, não encontramos mais exemplos de iniciativas de cooperação.

Ainda assim, o investimento estatal significativamente menor no setor da propaganda internacional pode, muito bem, ser lido não só na sequência de uma menor capacidade dos recursos públicos, financeiros e, porventura, humanos, mas derivado, também, da ausência de necessidade de uma iniciativa estatal uma vez que o setor privado já havia chamado a si essa responsabilidade. Uma vez mais, atendendo às relações concessionárias que implicaram, como vimos no capítulo anterior, uma parceria na administração dos agentes colonizados, e também dos empregados europeus por consequência, a parceria entre o Estado colonial e as empresas ultramarinas encontrou com a sublevação anticolonial e com o crescente, mas variável, antagonismo internacional novas formas de atuação. A propaganda internacional da A.P.E.U. só pode ser lida como manifestação do traço histórico de parceria entre o Estado e o setor privado.

Neste capítulo procurou-se captar uma imagem mais precisa do papel da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas nas duas frentes da batalha pela melhoria da imagem do Império. Para além de evidenciar o nível de burocratização e de expor o modo como as empresas ultramarinas desempenharam um papel ativo, no campo da defesa efetiva e da propaganda internacional, no percurso da década de 60 e 70, a análise dos relatórios enviados pelas firmas de relações públicas americanas e europeia evidencia como um estudo centrado na análise nacional condiciona e limita a investigação sobre a realidade colonial. Embora, certamente, o nível de detalhe do local possa lançar luz sobre variáveis que são ofuscadas numa análise mais ampla, a realidade global do colonialismo português demonstra como a ideia do “orgulhosamente sós” cinge a realidade transnacional e transimperial que condicionou, e foi condicionada, pela experiência colonial portuguesa⁸⁹⁸. Para além da propaganda, *de facto*, que foi levada a cabo pela A.P.E.U. estes relatórios de atividades surgem, aos olhos da investigação contemporânea, como uma espécie de estado da arte e de contextualização internacional desta última face do colonialismo português. Mais interessantes, talvez, não sejam tanto os temas comuns que são tratados por ambas as organizações à mesma data – como é o caso do acompanhamento da questão da ONU –, mas precisamente as suas diferenças. A centralidade do caso da União Minière nos relatórios da I&E são contemporâneos das longas páginas sobre a morte de Kennedy e sobre a Guerra do Vietname. Este contraste de prioridades ou de eventos considerados centrais pelas empresas de relações públicas e determinantes por influenciarem diretamente os interesses portugueses em África naqueles tempos, são exemplares a comprovar a multiplicidade de variáveis históricas que moldaram aquela época. É muitas vezes complicado perceber se aquelas empresas escreviam para a A.P.E.U. percecionando-a exclusivamente como um organismo empresarial ou se, à semelhança do que acontecia no terreno das Províncias, existia como que um elevar do organismo à categoria de agente estatal. Encontramos ainda aqui uma evidente sobreposição da esfera estatal e da esfera do setor privado. Não falamos apenas das ligações pessoais que marcaram as relações entre burocratas dos organismos ministeriais, representantes do setor privado e funcionários de organismos internacionais. Numa altura em que as elites económicas eram percecionadas, enquanto reflexo da aparente política isolacionista do Estado Novo, como provincianas ou, pelo menos, como periféricas às redes globais empresariais mais amplas, este estudo, amparado pela análise do capítulo que se segue, rompe com essa visão. Esta máquina da propaganda dissimulada, que procurava ser simultaneamente agressiva nos seus alvos mas discreta

quanto aos meios para os atingir, numa quase tentativa de anonimato, lança luz sobre a sobreposição destas esferas à medida que diplomatas, funcionários do Estado e pessoal das empresas desempenharam papéis que, na verdade, ultrapassam as barreiras entre público e privado. De facto, Alexandre Ribeiro da Cunha, Alexandre Pinto Bastos e, na correspondência com Salazar, Ernesto Vilhena destacam-se como figuras-chaves que se comportaram como elos de ligações entre o campo estatal e o campo empresarial. Mas não só. A forma como Pinto Basto aborda Silva Cunha, pedindo-lhe que dispensasse Jesus Nunes dos Santos das suas funções no Ministério do Ultramar para que este pudesse chefiar um novo secretariado da A.P.E.U., destinado a apreciar a qualidade de estudos económico-financeiros capazes de atrair investimento estrangeiro, exemplifica a relação de proximidade entre os dois campos. Da mesma forma, como expusemos no início deste capítulo, não deixa de ser curioso que tenha sido Alexandre Pinto Basto a comunicar à embaixada portuguesa nos EUA a criação da Associação, antes mesmo de Vilhena o transmitir a Salazar. A A.P.E.U. foi ainda aliada, embora nem sempre tenha sido uníssona, da P.I.D.E. na análise de processos de deslocação aos territórios portugueses por parte de determinadas personalidades. É necessário ainda não esquecer a disponibilidade com que a A.P.E.U. “emprestava” ao Estado os serviços dos funcionários das agências de relações públicas por si contratadas em Angola para prestar auxílio a determinadas visitas que não tinham sido por si programadas ou organizadas. É por esta ordem de ideias que discordamos da interpretação de Vasco Ribeiro que descreve a A.P.E.U. como uma “entidade-embuste criada para ocultar as investidas políticas do governo português no estrangeiro”⁶⁸⁸. A documentação consultada e aqui analisada não nos fornece nenhum indício que nos permita concluir que esta Associação foi criada pelo Estado ou que funcionou como sua entidade fantasma. Neste sentido defendemos que ambos estão em pé de igualdade, não se reduzindo a A.P.E.U. ao Estado, nem *vice-versa*. Pelo contrário. A A.P.E.U., que, como vimos, afirmava a sua independência face ao organismo público, foi, isso sim, braço direito do Estado na propaganda internacional, não só nos EUA como na Europa. Esta justaposição leva-nos ainda a perguntar, em jeito de hipótese, se a propaganda, nomeadamente internacional, não se sobrepôs também à implementação, na prática, dos projetos locais de promoção socioeconómica, ou seja, se não respondeu ela

⁶⁸⁸ Vasco Ribeiro, «Lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas ...», *op. cit.*, p. 56. Do mesmo autor ver também: Vasco Ribeiro, «A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) – A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional», *Media & Jornalismo*, 13 (33), 2018, pp. 155-169.

própria a uma intencionalidade estratégica que não pode nunca ser inculcada, autonomamente, ao Estado ou à A.P.E.U. uma vez que ambos foram um corpo congénere no campo da propaganda internacional. Por outro lado, estes relatórios dão-nos ainda conta de uma progressiva especialização das atividades de propaganda que, inicialmente centradas na opinião pública em geral, procuraram aperfeiçoar as suas campanhas a organismos e setores de atividade económico-financeira. Ao descreverem os artigos mais importantes que tinham sido publicados e apoiados pelas informações enviadas, denota-se claramente um cuidado em não descartar as informações que podiam arrecadar simpatizantes do público em geral face à constante ameaça, por vezes nem sequer identificada, de um possível recrudescimento de uma atitude mais hostil para com Portugal. Esta especialização pode ainda explicar o cuidado de análise com que as empresas norte-americanas estudavam a receptividade do público americano, em articulação com as políticas e as maiorias partidárias imanadas, que, no palco europeu, porventura em virtude da execução da mesma em mais do que um país, esse trabalho perdia para a especialização técnica voltada para os setores e os mercados empresariais.

O número de empresas que durante a década de 60 se tornaram membros desta associação espelha o crescimento da mesma (ver anexo VII). Em 1961, na carta de Vilhena a Salazar, o projeto de criação da A.P.E.U. contava apenas com 24 empresas. Numa lista intitulada “Selvage&Lee Clients” estão contabilizadas 49 empresas angolanas e 44 empresas moçambicanas⁶⁸⁹. No entanto, estes números não se coadunam com a lista de membros anexa à Ata da Assembleia Geral da A.P.E.U. de 1970 onde estão indexadas 35 empresas angolanas e 16 empresas moçambicanas⁶⁹⁰. De acordo com o que fora acordado nessa Assembleia, a Associação enviou posteriormente uma carta a todos os seus membros. O motivo era claro: tratava-se da necessidade de aumentar o capital da Associação para garantir à mesma os necessários meios para continuar a fazer face “às mais importantes campanhas antiportuguesas” que, frequentemente, ressurgiam nos países alvo da sua atividade. Para tal era indispensável aumentar o número de associados. Era por esse motivo que a lista de membros estava anexada. Pedia-se às empresas-membro para olharem atentamente para aquele documento e ponderassem se, entre “firmas com as quais mantenham relações”, alguma pudesse simpatizar com os objetivos

⁶⁸⁹ Selvage & Lee, «List of Selvage & Lee Clients», PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02564.

⁶⁹⁰ Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas, «Ata da Assembleia Geral realizada a 15 de Janeiro de 1970», 15 de Janeiro de 1970, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral/ BAC-789.

da Associação. Era assim solicitado que os próprios membros sondassem diretamente essas empresas e sugerissem posteriormente o nome à associação para que pudessem posteriormente proceder às devidas diligências. Mais conveniente seria se essas empresas tivessem a sua sede no Ultramar. O apelo era claro:

Todas as sugestões ou outras formas de apoio que V.Ex.^a. se dignarem proporcionar no sentido pedido serão imediatamente tomadas por este secretariado, que procurará levar às empresas indicadas, quer com sede na Metrópole quer no Ultramar, informações pormenorizadas dos objetivos, da obra já feita e dos planos de trabalho previstos pela Associação, num esforço intenso de alargamento do núcleo das empresas-membros⁶⁹¹.

A necessidade de incluir mais membros não surpreende. O esforço financeiro é autoexplicativo. De facto, não se trata apenas de pôr a máquina da propaganda a funcionar materialmente através de revistas, jornais, panfletos ou livros. Como fica mais evidente pelos cálculos detalhados do programa da Downs&Rossevelt de 1961-1965, os recursos humanos constituíam o principal encargo. A teia de influências que caracteriza um trabalho de relações públicas não é, hoje, surpreendente. Ainda assim, colocar as empresas portuguesas dos anos 60 em contacto com escritórios próximos dos governantes europeus e, principalmente, americanos, abre portas a uma nova janela de análise quanto ao papel e campo de atuação destas empresas ultramarinas. Como veremos, esta análise é complementar a uma outra: se aqui colocamos as empresas sob a lente dos corredores governamentais europeus e americanos, é ainda necessário perceber as teias transimpériaes que ligavam as empresas coloniais dos diferentes Impérios.

⁶⁹¹ Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas, «Carta enviada aos membros da Associação Portuguesa das Empresas», 26 de Fevereiro de 1970, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral/ BAC-789.

Capítulo IV: As redes transimperiais e a captação de aliados internacionais

- Relações embrionárias entre as empresas coloniais portuguesas e os poderes transimperiais – teorias e debates

“The demise of colonialism and fascism does not automatically imply the demise of capitalism in Portugal, although the three have shared a common fate under Salazar and Caetano. The capitalist class has been one of the bulwarks of the fascism state in Portugal, together with the petit-bourgeois currents of Salazarism, the “national socialist” line Salazar took towards foreign capital, and by the special privileges (protected markets, raw materials at low prices, balance of payment support) derived from the colonial system. Yet the anachronistic survival of the Portuguese colonial system, after other powers had turned to neo-colonialism, is due to the weakness of Portuguese colonialism, its dependence and subordination in turn to foreign capital”.

William Minter, *External Sources of Reaction in Angola and Mozambique*, Conference on the Socio-economic Trends and Policies in Southern Africa (United Nations, African Institute for Economics Developing and Planning; Dar-Es-Salaam, 29-November-7 December 1975), p.10.

O excerto do texto de Minter é posterior ao 25 de Abril de 1974. Se muitos aplaudiam o fim da Guerra Colonial e a queda do Estado Novo, o autor advertia, nas Nações Unidas, para o que ficava por fazer: a independência material das ex-colónias portuguesas. Não só a estrutura socioeconómica herdada do colonialismo se mantinha, como a dependência face ao posicionamento português no sistema capitalista internacional continuava por demolir⁶⁹². Mesmo entre aqueles que sonhavam com a mudança, conscientes ou não disso, erguiam-se resistências a uma verdadeira nova ordem que implicaria o corte radical com interesses enraizados na estrutura angolana, fossem eles domésticos ou estrangeiros. O que tornaria as ex-colónias independentes não obedecia tanto ao fim da secular presença portuguesa no território, mas antes à reconstrução da posição económico-empresarial angolana no sistema mundial⁶⁹³. Se Angola tinha sido, até então, parte do Império colonial português, era preciso enfrentar uma realidade mais dura de combater: juntamente com Portugal, o país integrava o império informal de outros colossais poderes capitalistas. Ao contrário do comum padrão colonialista, onde somente depois da independência política é que os territórios eram

⁶⁹² William Minter, «External Sources of Reaction in Angola and Mozambique», *Conference on the Socio-economic Trends and Policies in Southern Africa* (United Nations, African Institute for Economics Developing and Planning; Dar-Es-Salaam, 29-November-7 December 1975), p. 1.

⁶⁹³ William Minter, «Imperial Network and External Dependency: implications for the Angolan Liberation Struggle», *Liberation Struggle – Africa Today*, pp. 25-39, p. 25.

partilhados com outros poderes capitalistas, Angola e Moçambique nunca foram reservas exclusivas dos interesses de portugueses. Ou seja, na sua base não estavam unicamente iniciativas empresariais da Metrópole mas, sim, interesses internacionais que, não poucas vezes, apenas incluíram portugueses por necessidade e conveniência. Desde finais da última década do século XIX, assistiu-se a um considerável e crescente aumento do número de empresas estrangeiras que procuravam garantir concessões na África portuguesa. Ao contrário do que acontecia até 1880, altura em que o investimento estrangeiro nas colónias portuguesas era praticamente inexistente, em 1925 apenas quatro das vinte maiores empresas que operavam em Angola e Moçambique eram portuguesas⁶⁹⁴. Desde cedo, o poder colonial exigiu que as empresas estrangeiras estabelecessem a sua cede legal em território nacional, nomeadamente em Lisboa (Ver Introdução). A elite empresarial portuguesa desempenhava, pelo menos nos primeiros tempos de operação, um papel de “intermediário” ou “cúmplice”, principalmente nos grandes empreendimentos monopolistas que apenas conseguiram vingar pela iniciativa privada de entidades estrangeiras⁶⁹⁵. Para Minter, era autoevidente que desde o início do período moderno, as colónias portuguesas tinham sido palco de uma exploração multinacional. Mais. O desenvolvimento industrial metropolitano só podia ser explicado através da organização à escala internacional da exploração das colónias⁶⁹⁶. Compreender a exploração dos recursos e da mão-de-obra africana naqueles territórios implicava incluir na análise a África do Sul, várias potências europeias e os Estados Unidos⁶⁹⁷. Se o mapa geográfico que cobria a rede de influências era amplo, não era necessário recuar muito no tempo para expor o cronograma desse mapeamento. Minter aponta três fases da rede de dependências da economia angolana: de 1910 a 1928, de 1928 a 1946 e de 1946 até 1965, período após o qual se começou a alinhar um novo estádio, mas que não era, à data, possível identificar de forma tão precisa como os anteriores⁶⁹⁸. O primeiro período, correspondente à I República, caracterizava-se pela preeminência britânica, tanto no comércio como nos investimentos e empréstimos destinados a Portugal e, uma pequena parte, a Angola. Na então colónia, a Companhia de Diamantes de Angola e a Companhia

⁶⁹⁴ Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Neves, «The paradox of nationality: Foreign investment in Portuguese Africa (1890–1974) », *Business History*, 2020, pp. 1-25, DOI: 10.1080/00076791.2020.1797683, p. 8.

⁶⁹⁵ «Histoire économique des colonies portugaises», s.d., Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral/ BAC-108-9. Ver também: «5. Exploitation des colonies par le Portugal », s.d., Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral/ BAC-108-7.

⁶⁹⁶ *Idem, ibidem*.

⁶⁹⁷ William Minter, «External Sources of Reaction ...», *op. cit.*, p. 3.

⁶⁹⁸ William Minter, «Imperial Network ...», *op. cit.*, pp. 28-29.

dos Caminhos-de-Ferro de Benguela foram, como veremos, as empresas alocutárias desses investimentos. Com o início do Estado Novo, o projeto salazarista procurou promover uma incorporação do império colonial na economia metropolitana. Embora os já instalados interesses estrangeiros não tivessem sido atacados, foram impostas maiores restrições a este tipo de investimentos. Procurou-se pôr fim a novos empréstimos vindos do exterior, ao mesmo tempo que se redirecionaram as exportações coloniais para Portugal⁶⁹⁹. No decorrer destes anos, tanto o setor bancário como as grandes empresas portuguesas e os pequenos colonos cafeeiros foram capazes de solidificar a sua posição no ultramar angolano. No segundo pós-guerra, a adesão de Portugal à NATO foi acompanhada pelo crescimento da influência americana, quer através do peso dos Estados Unidos no leque de importadores do café angolano, quer pela concessão petrolífera à americana Gulf Oil⁷⁰⁰. A partir de 1965, os discursos sobre a realidade colonial portuguesa convergiam na defesa de que as fronteiras angolanas teriam sido abertas ao capital estrangeiro como forma de fazer face às pesadas despesas da guerra colonial, mas também para, como foi anteriormente defendido (ver capítulo III), atrair possíveis aliados internacionais.

A cronologia de Minter serve apenas de ponto de partida. O debate em torno das fases que caracterizaram a entrada de capitais estrangeiros no Ultramar não é consensual. Ainda assim, esta é a visão que consubstancia uma análise da história colonial à luz da produção legislativa. Os chamados “anos da mística colonial” que, segundo Cláudia Castelo, se prolongam até 1945, teriam correspondido à fase imperialista, nacionalista e centralizadora da administração colonial portuguesa⁷⁰¹. O Ato Colonial de 1930 é o documento que formaliza esta visão. Nele estão consagradas as ideias quanto à severa regulamentação da penetração de capitais estrangeiros, o desencorajamento desses possíveis investimentos e os pressupostos nacionalistas quanto a possíveis futuras concessões por parte do Estado⁷⁰². Clarence-Smith, embora reconheça a existência de um período mais intervencionista e nacionalista na política salazarista, defende que tal

⁶⁹⁹ O.N.U., Report A/4993, Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola, New York, November 1961, p. 105.

⁷⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 29.

⁷⁰¹ Cláudia Castelo, «*O modo português de estar no mundo*». *O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, (Porto: Edições Afrontamento, 1998), p. 45.

⁷⁰² *Idem, ibidem*, p. 46; ver também: Adelino Torres, «Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79) (1983), pp.1101-1119, p. 1101.

afirmação carece de uma análise cronológica mais discriminada⁷⁰³. Afastando-se de uma leitura assente na lei, defende que os anos 30, aparentemente a fase mais nacionalista do Estado Novo, coincidiram com a aceleração do controlo estrangeiro sobre a economia colonial⁷⁰⁴. A instabilidade política herdada da I República e a ausência de uma estrutura ampla de apoio ao regime, levaram a que Salazar encontrasse na retórica da grandeza colonial e na necessidade de salvaguardar as colónias da dominação económica estrangeira, o elo necessário para unir o país, incluindo comunistas, tendo-se tornado uma espécie de pré-requisito da estabilidade do regime⁷⁰⁵. Esta ideia que, para Castelo, se corporaliza no conceito de “Sacralização do Império”, foi transversalmente dominante até finais dos anos 60. O nacionalismo português – fosse ele republicano, salazarista ou comunista – acolheu a defesa do colonialismo ou seja, o sentimento de defesa e orgulho nacional foram, predominantemente, imperialistas⁷⁰⁶. Se este era o discurso oficial, a realidade dos anos 30, nomeadamente os efeitos mundiais da Grande Depressão, obrigaram Salazar a desviar a prática política do discurso oficial. Se Minter expunha a predominância dos capitais britânicos, outros autores defendem a mais discreta, mas extensa, entrada nos territórios ultramarinos portugueses de capitais belgas. Neste sentido, Salazar teria mantido a tradição herdada da I República de privilegiar a entrada de capitais do colonizador do território vizinho de Angola. Várias razões encontram-se por detrás desta linha de continuidade: depois da humilhação do ultimato inglês, a Bélgica, por ser um país pequeno e neutral que também sofria permanentes ameaças por parte das potências estrangeiras, era menos propícia a despoletar sentimentos xenófobos na opinião pública portuguesa. Acresce ainda que Salazar confiava e contava com a enorme descrição e secretismo que caracterizavam a elite empresarial belga em matérias financeiras. Todos estes motivos concorreram para que a penetração de capitais belgas nas colónias portuguesas tivesse acontecido à margem dos holofotes⁷⁰⁷. Tal levou a que, no final da década de 1930, o capital belga fosse claramente dominante. Documentação citada do Banco de Angola refere que, no final daquela década, o investimento estrangeiro em Angola alcançaria as £8.000.000, o que responderia, aproximadamente, à soma total das ações nominais das principais empresas que ali operavam. Mais de metade daquele

⁷⁰³ Gervase Clarence-Smith, «Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961», *African Economic History*, No.13 (1985), pp. 1-13.

⁷⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 1.

⁷⁰⁵ *Idem, ibidem*, pp.1-2.

⁷⁰⁶ Cláudia Castelo, «O modo português...», *op. cit.*, p. 48.

⁷⁰⁷ Gervase Clarence-Smith, «Business Empires...», *op. cit.*, p. 2.

valor equivalia à soma das ações das empresas em que o capital belga era dominante. Acresce que só a Companhia dos Caminhos de Ferro de Benguela, na qual, como veremos, as empresas belgas tinham uma participação indireta em parceria com o capital britânico, representava sozinha o total de £3.000.000⁷⁰⁸.

À medida que o setor económico português recuperava do impacto da Grande Depressão, foram implementadas medidas para a defesa da economia e do interesse nacional que permitiram alguma erosão do capital estrangeiro em prol das empresas e dos colonos portugueses⁷⁰⁹. Embora Salazar tenha determinado, em 1937, que pelo menos 51% das ações das empresas monopolistas de exploração concessionária tivessem de estar nas mãos de entidades ou personalidades de nacionalidade portuguesa, nunca foi levado a cabo um amplo processo de nacionalizações, tampouco estas empresas foram taxadas indiscriminadamente pelo Estado. Quando em 1943, com a Lei da “nacionalização de capitais” n.º 1994, se passou a exigir que pelo menos 60% do capital social das companhias fosse português, a maioria das empresas estava isenta de cumprir esse requisito⁷¹⁰. Esta lei, cujo nome a dota de um pendor mais ambicioso do que a prática, pouco afetou as empresas estrangeiras, embora fizesse parte de um conjunto mais amplo de medidas que procurava salvaguardar determinados setores estratégicos considerados decisivos para a defesa ou para a economia da Nação. Só no caso de as empresas optarem por crescer ou alterar a titularidade do seu proprietário, é que teriam de cumprir alguns pressupostos: tanto num caso como no outro, estas só poderiam vender os seus capitais a entidades estrangeiras depois de essa opção ser recusada por parte de cidadãos portugueses, pelo Estado português ou até mesmo pelas autarquias locais⁷¹¹. Procurando garantir uma maior margem negocial ao Estado, era nas entidades nacionais, públicas ou privadas, que cairia o ónus de decidir se queriam, ou não, participar na *portugalização* do setor empresarial⁷¹². Sinal, talvez, de que esta ideia era mais do que uma regra prática um marco simbólico de alcance nacionalista, residia nas imposições locais tendentes a aumentar o número de trabalhadores portugueses. Ao contrário das demais medidas, o

⁷⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 5.

⁷⁰⁹ Sobre o impacto da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Guerra Mundial nas relações comerciais e no desenvolvimento socioeconómico das colónias ibéricas ver: Gervase Clarence-Smith, «The impact of the Spanish Civil War and the Second World War on Portuguese and Spanish Africa», *Journal of African History*, 26, (1985), pp. 309-326.

⁷¹⁰ Gervase Clarence-Smith, «Business Empires...», *op. cit.*, pp. 3-4.

⁷¹¹ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. I* (Círculo de Leitores, 1996), p. 491.

⁷¹² *Idem, ibidem*.

impacto local e visual desta imposição permitia alcançar um objetivo claro: aumentar o número de portugueses no ultramar e, simultaneamente, fortalecer a ideia dos benefícios que as colónias representavam para os cidadãos metropolitanos, reforçando desta feita o desígnio de uma unidade transcontinental. Juntava-se, ainda, a determinação da primazia, sempre que possível, do recurso a materiais e produtos nacionais para a execução das atividades empresariais em África⁷¹³. O caráter mais vinculativo ou simbólico destas determinações legais é historicamente discutível. Ainda assim, dificilmente podemos deduzir do texto legislativo o corte com práticas e dinâmicas internacionais e transimperiais que interagiram e influíram com os processos e as práticas coloniais. A convencional ideia, defendida por Minter, de que a política económica salazarista assentou num desencorajamento dos investimentos estrangeiros e numa forte regulamentação à penetração destes capitais até finais da década de 50 carece, igualmente, de corroboração material⁷¹⁴.

A neutralidade portuguesa durante a Segunda Guerra Mundial determinou um conjunto de oportunidades e de mudanças que, embora menos voltadas, naturalmente, para o investimento estrangeiro, acabaram por alterar a trajetória das relações económico-comerciais entre a metrópole e as colónias africanas. O sistema hierárquico do pacto colonial – metrópole enquanto fornecedora de manufaturas e as colónias de matérias-primas – foi sendo progressivamente abandonado. Tal deveu-se menos a uma opção política do que a uma necessidade prática. A diminuição do tráfego marítimo e a queda do comércio de manufaturas impuseram uma reorientação das políticas governamentais. A progressiva autonomização das economias das colónias africanas, mesmo no setor industrial, fez-se sentir no campo das importações, passando as colónias a importar diretamente do estrangeiro determinados bens que a metrópole não tinha como fornecer, em clara contradição com as determinações de 1930⁷¹⁵. Apesar da “capa da neutralidade” portuguesa representar claros benefícios⁷¹⁶, a diminuição das remessas dos emigrantes portugueses durante a Guerra, cujo peso para a economia nacional supera o período ditatorial, implicava que Portugal colocasse as colónias ao serviço do aumento dos lucros

⁷¹³ *Idem, ibidem*, p. 493.

⁷¹⁴ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism», in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, *The Ends of European Colonial Empires. Cases and Comparisons* (Hampshire, Palgrave Macmillan: 2015), pp. 51-80, p. 62.

⁷¹⁵ Gervase Clarence-Smith, «The impact of the...», *op. cit.*, p. 309.

⁷¹⁶ «435.000.000 Milhões de Dólares: Investimento de Nixon no Colonialismo Português», s.d., Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral/ BAC-108-2, p. 2.

do câmbio internacional. Portugal acabou por abastecer com matérias-primas africanas tanto os Aliados como, dissimuladamente, as forças do Eixo. Este sistema tornou-se ainda mais lucrativo face ao conjunto de medidas estipuladas com vista a aumentar os lucros comerciais, nomeadamente, a imposição de quotas e a fixação de preços acima do valor do mercado internacional⁷¹⁷. É ainda na sequência do enfraquecimento, causado pela Guerra, do Reino Unido e das potências do Eixo que, ainda antes de 1945, os Estados Unidos começam a ganhar uma maior preponderância no mundo colonial africano, criando-se novos padrões comerciais que se fizeram sentir na longa-duração⁷¹⁸. Muito embora este período se tivesse revelado uma oportunidade, a necessidade decorrente do aumento da procura traduziu-se na intensificação da exploração da força de trabalho africana, nomeadamente algodoeira, numa altura em que as instituições humanitárias tinham a sua atenção voltada para o palco europeu⁷¹⁹. Com o final da Guerra em 1945 muita coisa mudaria. Não retirando o peso do que se passava no seio da O.N.U. e da clara pressão, como expusemos no capítulo anterior, que esse fator impôs à administração, governamental e privada, durante toda a década de 50 e 60, outras determinantes podem ser colocadas em análise. Como verificamos na introdução desta dissertação, estas duas décadas ficaram marcadas por uma mais racional planificação estatal da economia metropolitana e ultramarina, representada, sobretudo, pela criação do Fundo de Fomento Nacional e pelos respetivos Planos de Fomento. Lembremo-nos que, por exemplo, no I Plano de Fomento, financiado maioritariamente pelo Fundo de Fomento Nacional, criado em 1952, e por empréstimos metropolitanos, o papel do investimento estrangeiro foi praticamente inexistente⁷²⁰. Ainda assim, como veremos adiante, a participação das empresas já instaladas nas colónias para a constituição do Fundo de Fomento Nacional pode muito bem ser visto como uma forma indireta de atuação do capital estrangeiro.

O ano que antecede o início da Guerra Colonial em Angola mostrava já sinais de uma alteração estrutural ao nível transimperial que iria influenciar o rumo dos acontecimentos nas Províncias portuguesas. As alterações que foram impostas à

⁷¹⁷ Gervase Clarence-Smith, «The impact of the...», p. 313.

⁷¹⁸ *Idem, ibidem*, p. 309.

⁷¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 310. Neste sentido, Smith considera que a neutralidade portuguesa e espanhola durante a Segunda Guerra Mundial pode ser vista por duas perspetivas: se esta posição poupou os africanos de viverem a enorme violência da Guerra – nomeadamente pelo possível recurso ao recrutamento militar nas colónias –, também contribuiu para que os regimes ditatoriais e coloniais sobrevivessem por mais tempo. Caso estes dois países tivessem entrado no conflito ao lado das forças do Eixo, as populações africanas podiam, depois da Guerra, ter experienciado “dias mais fáceis”. *Idem, ibidem*, pp. 325-326.

⁷²⁰ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, p. 63.

administração colonial em África, incluindo a remodelação do governo e a nomeação de Adriano Moreira para a pasta de Ministro do Ultramar, foram já referidas: no capítulo I expusemos os debates e as práticas administrativas que procuraram aumentar o número de efetivos militares nas colónias, assim como a criação de novos organismos destinados a assegurar a defesa territorial que, na verdade, antecederam a própria revolta; no capítulo II traçamos o caminho e as resistências das políticas de segurança e gestão laboral dos trabalhadores indígenas, na longa-duração, percorridos pelas empresas privadas e, no capítulo III, a propaganda internacional levada a acabo pela A.P.E.U. que procurava balançar a campanha de “difamação” da resposta portuguesa ao início do conflito armado e, simultaneamente, melhorar a imagem, pública e empresarial, da comunidade internacional com claro destaque para o que se passava no seio da O.N.U. Todos estes acontecimentos e debates estão sobrepostos no tempo e no espaço. Tentar isolar cada um deles e encontrar uma causa única que explique as novas opções económico-financeiras do Estado Colonial, nomeadamente as que dizem respeito ao capital estrangeiro, não nos parece plausível. Não fazemos aqui uma apologia do abandono de unidades de análise locais, muito menos menosprezamos o aviso de Frederick Cooper para o potencial totalizante que estudos focados unicamente nos pressupostos globais podem representar⁷²¹. No caso das redes de capitais internacionais, que permearam diferentes realidades nacionais e coloniais, constituindo, elas próprias, eixos transfronteiriços de circulação de conhecimento, financeiro e económico, de elites e de *management*, não podem ser estudadas dentro dos limites de uma colónia ou de um império. Na verdade, neste caso, se o campo de análise coincidir com as limitações fronteiriças, o objeto em si deixa de existir na sua real dimensão e aparatos. Como Bandeira Jerónimo e Costa Pinto escrevem, a cartografia das soberanias coloniais e imperiais não corresponde à cartografia dos investimentos capitalistas no mundo colonial e imperial⁷²². Esta correspondência, quando muito, só pode ser encontrada se ampliarmos a lente sobre o continente africano, deixando assim de ver o mundo colonial como um conjunto de diferentes realidades locais, para o analisarmos como um todo unificado. Desta feita, cairíamos no erro contrário: o de uniformizar processos e realidades locais que, na verdade, sofreram processos de colonização diferentes, muitas vezes sob a administração de um mesmo

⁷²¹ Frederick Cooper, «Para que serve o conceito de globalização: o ponto de vista de um historiador de África», in Frederick Cooper, *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*, trad. Bárbara Direito (Lisboa: Edições 70, Coleção “História e Sociedade”, 2016), pp. 173-210.

⁷²² Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, p. 64.

Estado colonial. A década de 1960, e a lei de 1965 que vem legislar os investimentos estrangeiros, marcam, como Minter previa no rescaldo do 25 de Abril, uma nova fase na economia angolana. Mas também esta suposta nova época não deve ser totalmente autonomizada da história económica dos territórios sob a administração portuguesa ao longo do século XX, ou, uma vez mais, compreendida na exclusiva dependência das políticas públicas do Estado português.

- O percurso dos monopólios privados durante a Guerra Colonial

As revoltas em Angola, e o concomitante início da Guerra Colonial, contribuíram para acelerar o desenvolvimento de uma nova forma de gestão da economia colonial⁷²³. Como já foi dito, novas variáveis podem ser deslocadas para dentro da análise. A título de exemplo, Adelino Torres vê na pretensão portuguesa de preparar uma entrada progressiva na C.E.E., a potencial causa da integração do “espaço português”⁷²⁴. Promulgado a 8 de Novembro de 1961, o Decreto-Lei n.º 44016 inaugura a “formação de uma economia verdadeiramente nacional” destinada ao “desenvolvimento das diversas parcelas territoriais”⁷²⁵. O vocábulo “internacional” aparece em mais do que um momento no preâmbulo que explica as causas e as consequências desta regulação. “A recente evolução das relações económicas internacionais” impunha novos condicionalismos, a par das “obrigações internacionais” assumidas por Portugal, que se traduziam na “liberalização” das trocas comerciais entre as parcelas territoriais nacionais e na aplicação de novas isenções à iniciativa privada⁷²⁶. Tudo isto procuraria fomentar o desenvolvimento económico das regiões e, assim, melhorar o nível de vida das populações. O Plano Intercalar de 1965 procurou conciliar a política e a estratégia económica às contingências da Guerra Colonial e aos processos de integração económica europeus⁷²⁷. No mesmo ano, é promulgada nova legislação que procurava enquadrar os investimentos estrangeiros. O segundo parágrafo do preâmbulo do Decreto-Lei n.º 46312, de Abril de 1965, emoldura a necessidade daquele ato legislativo. O somar das causas,

⁷²³ Cláudia Castelo, «“New Brazils” in Africa - development and Portuguese late colonialism», *VARIA HISTÓRIA*, Belo Horizonte, Vol. 30, nº 53 (2014), pp. 507- 532, p. 514.

⁷²⁴ Adelino Torres, «Pacto colonial e...», *op. cit.*, p. 1118.

⁷²⁵ Decreto-Lei n.º 44016 de 8 de Novembro de 1961.

⁷²⁶ *Idem, ibidem*.

⁷²⁷ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. II* (Círculo de Leitores, 1996), p. 740.

cognominadas pelos organismos internacionais nomeados no texto, evidenciam o caráter e a influência internacional que obrigava à sua escrita:

A patentear esta preocupação e a importância de que o problema se reveste surgem numerosos estudos realizados pelas comissões especializadas da Organização das Nações Unidas e da antiga Organização Europeia de Cooperação Económica. A mesma afirmação de interesse está na raiz dos esforços para o alargamento da liberalização das transacções e das transferências de capitais feitos pela O. E. C. E. e pela organização que lhe sucedeu. E têm-se outras organizações e instituições, nomeadamente o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional, preocupado com a questão dos movimentos internacionais do capital privado, não só pelas suas relações com a problemática do crescimento económico-social das estruturas menos desenvolvidas, como ainda pelas implicações monetário-cambiais e financeiras destes movimentos, quer nos países de origem, quer nos de destino dos capitais.⁷²⁸

Tudo isto se coadunava com a insuficiência de capitais nacionais, motivo que fundava, à escala global, “uma das características mais vincadas - e um dos problemas mais graves - das economias em vias de desenvolvimento”⁷²⁹. O terceiro artigo do citado diploma esclarece, assim, que Portugal, metropolitano e ultramarino, passa a consentir a constituição de empresas internacionais no país, quer estas fossem compostas no todo ou em parte por capitais estrangeiros, depois de serem acolhidas pelo Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos⁷³⁰. Esta maior abertura da economia nacional e ultramarina procurava ainda estreitar laços e parcerias com potenciais países aliados. Esta estratégia de diplomacia económica torna-se mais evidente no artigo 5 do citado diploma. A lógica de uma política de não discriminação quanto à origem dos potenciais capitais de investimento, era aplicada mais incisivamente àqueles que tivessem origem em países que integrassem as mesmas organizações internacionais das quais Portugal era membro: a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a Associação Europeia de Comércio Livre, o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento⁷³¹. Desta forma, dois objetivos poderiam ser alcançados de forma mais eficaz: tanto o setor privado de países estrangeiros poderia vir a exercer pressão sobre os organismos estatais conterrâneos para que Portugal fosse aceite como membro, como o seu contrário também poderia acontecer, ou seja, o setor privado, ao ver que o seu Estado apoiava a causa portuguesa, sentir uma maior confiança para investir no território metropolitano e ultramarino. Para além disso, a captação de investimento estrangeiro servia ainda de alavanca ao capital português, que, inicialmente

⁷²⁸ Decreto-Lei n.º 46312 de 28 de Abril de 1965.

⁷²⁹ *Idem, ibidem*.

⁷³⁰ *Idem ibidem*, Art.º 3.

⁷³¹ *Idem, ibidem*, Art.º 5.

e temendo a progressão das hostilidades independentistas, se mostrava bastante assustado⁷³². Embora, uma vez mais, não possamos isolar o impacto desta medida legislativa, tão pouco da influência dos Planos de Fomento, entre 1965 e 1969 foram criadas nos territórios portugueses mais 629 empresas com participação de capital estrangeiro⁷³³. Dos investimentos feitos nas Províncias Ultramarinas, 98,5% dos capitais investidos ou reforçados em companhias que já se encontravam a operar, eram oriundos de apenas 5 países: Bélgica, com um investimento de 775.000 contos; Estados Unidos, com 158,193 contos; África do Sul, 105,910; Inglaterra, 53,010 e República Federal Alemã com 19,400⁷³⁴. A maioria deste investimento destinou-se à indústria extrativa angolana. Entre 1962 e 1968 a taxa de crescimento do setor das indústrias extrativas angolanas, onde se encontrava a maioria dos investimentos estrangeiros multinacionais, foi superior a 170% (aproximadamente 28% ao ano). Se o II Plano de Fomento (1959-1964) já dava claros sinais de investimento na industrialização de Angola, o III Plano (1968-1973), ao destinar 45.6% do orçamento do programa de investimentos às indústrias extrativas, é representativo do novo caminho económico do espaço metropolitano-colonial⁷³⁵. Para os organismos que apoiavam a independência das colónias africanas – à medida que outras potências europeias se viam forçadas a abandonar os seus territórios coloniais, deixando assim de ter um acesso privilegiado às matérias-primas a custos insignificantes – o único meio para continuarem a obter lucros era voltarem-se para Angola e Moçambique⁷³⁶. Adelino Torres, com base em documentação do Instituto Nacional de Estatística de 1972 e da Repartição Geral de Estatística de 1962, expõe de forma clara o impulso do setor privado entre 1962 e 1972: se no início da década de 1960 Angola contava com 400 empresa a operar no seu território, com um capital social total de 90.567 contos, dez anos mais tarde, em 1972, totalizava 596 empresas com um capital social de 661.507 contos. Ou seja: num intervalo temporal de dez anos, o capital social investido em Angola cresceu 630%⁷³⁷.

⁷³² Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. I, op. cit.*, pp. 493-494.

⁷³³ «Angola, L'intensificazione dello sfruttamento imperialistico nel settore minerario», Conferenza Internazionale di solidarietà con i popoli delle colonie portoghesi, Roma, 27, 28, 29 Giugno 1970, p. IV, Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral – H34/INC-25.

⁷³⁴ *Idem, ibidem*, p. VI.

⁷³⁵ Adelino Torres, «Pacto colonial e...», *op. cit.*, pp. 1102-1103.

⁷³⁶ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal Colonial», Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral – BAC/0190, p. 50.

⁷³⁷ *Idem, ibidem*, p. 1106.

Ao contrário dos documentos que sustentam a investigação até agora levada a cabo, os relatórios que aqui analisamos foram, maioritariamente, produzidos fora do arco estatal, empresarial e militar. Trabalhados no interior de organismos internacionais, estes procuravam expor as intrincadas relações entre os principais países capitalistas e, ao mesmo tempo que evidenciavam a exploração dos recursos levada a cabo pelos portugueses, advertiam para o perigo iminente do neocolonialismo. Este é, provavelmente, o único ponto de contacto entre a exposição argumentativa destas instituições e alguns documentos lavrados pelo G.N.P. Ainda assim, a geografia é outra. Se, como vimos, os burocratas do G.N.P. apontavam o dedo ao neocolonialismo soviético-asiático (ver capítulos I e III), desta feita Portugal era considerado protagonista e impulsionador desta nova forma de colonização pelo seu papel ativo na captação de novos parceiros empresariais para a exploração dos territórios africanos⁷³⁸. Tudo isto era, claro, consequência da fraqueza morfológica da colonização e da economia portuguesa que, sozinha, não teria sido capaz de exercer uma presença e um controlo tão duradouro nas suas colónias. O desvendar das redes globais de capitais, que estão por detrás das grandes empresas coloniais, concorre para as explicações quanto à sustentabilidade da Guerra Colonial e, consequentemente, para a manutenção do regime colonial português até 1974. A génese destas empresas concessionárias – algodozeiras, ferroviárias, mineiras e petrolíferas – mostra como a colonização portuguesa foi acompanhada, na sua sombra, por uma partilha da dominação daqueles territórios com as potências europeias e os Estados Unidos. Nas palavras de Américo Boavida, Angola era o epicentro de uma “luta económica pelo poder entre o mundo Ocidental” da qual resultava um tipo de “colonialismo coletivo levado a cabo, por um lado pelas organizações e associações internacionais, e, por outro lado, pela forma particular de parasitismo colonial representado pelo Governo de Lisboa”⁷³⁹. Se o capítulo anterior analisa a forma como as

⁷³⁸ Nesta linha, não deixa de ser oportuno recordar as palavras de Afonso Mendes em Dezembro de 1962: «Descobriu-se então o palavão anticolonialismo, vocábulo mágico em nome do qual, como sucedera com o anti escravagismo, se comete toda a espécie de abusos e se dá corpo a expansionismos político-económicos. Estamos presentemente assistindo a uma nova partilha de África, na qual os interessados não ousam confessar abertamente os seus desígnios. Escondem-se por detrás de uma cortina de slogans e filantropismos próprios para enganarem os tolos e justificarem as suas inadmissíveis atitudes. Embora com uma nova encadernação, a história repete-se. À custa dos pequenos povos ou Estados recém-formados, os grandes colossos mundiais, entre os quais se deverá incluir a China e a Índia, afiam as garras para mais uma vez dividirem entre si a África. É ainda em nome do mais elevado humanitarismo que o fazem! Como todos temos a aprender com os ensinamentos da história!» Afonso Mendes, «Evocação Histórica», 12 de Dezembro de 1961, p. 2, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0120/00186.

⁷³⁹ Américo Boavida, *Angola: cinco séculos de exploração portuguesa* (1972), citado em: M.P.L.A., «Plano do Cunene: Uma estratégia de dependência», s.d., pp. 17-18, IPAD/UM/CSFU/GPC/1170/00120.

elites empresarias se moviam internacionalmente e foram capazes de levar a cabo uma forte campanha de divulgação da “obra privada ultramarina”, este capítulo fecha essa análise ao colocar cada uma dessas empresas no interior de uma rede mais ampla e estruturada de capitais globais. O processo de abertura da economia nacional ao capital estrangeiro consubstancia, em si, um conjunto de dinâmicas internacionais que influenciaram este processo. Em 1966, um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico determinava que o desenvolvimento de Angola e Moçambique se devia ao investimento estatal e estrangeiro, evidenciando o papel marginal na economia ultramarina do financiamento do setor privado português⁷⁴⁰. A Guerra Colonial, não sendo a causa isolada que impulsionou esta nova opção política, contribuiu para reforçar este novo panorama macroeconómico. De uma forma ou de outra, o investimento estrangeiro ajudava a financiar a guerra⁷⁴¹. Para além disso, é preciso não esquecer, como procuramos demonstrar no capítulo II, que algumas destas empresas eram, simultaneamente, as que estavam em melhor posição para garantir a autodefesa dos seus empreendimentos. Por outro lado, tratava-se também de associar outros interesses à luta contra os movimentos subversivos. Desta forma, as Províncias Ultramarinas passavam a ser terreno fértil de um “colonialismo dos anticolonialistas”, ou seja, os países ocidentais, que tinham de se afirmar anticolonialistas, preparavam-se, através de Portugal, para colocar em prática um novo tipo de colonialismo⁷⁴². Para Portugal esta estratégia possibilitava a mitigação do seu crónico isolamento económico e político. Este processo está na base das preocupações expressas nos relatórios das Nações Unidas que definiam os territórios coloniais portugueses como um “condominium of a certain number of foreign monopolies which, thanks to the Portuguese colonial system, avidly and pitilessly exploit the colonies, Portugal only serving as their agente”⁷⁴³. Esta análise vai, desta forma, para além da teoria de Jean-Luc Vellut, concentrada nas dinâmicas intra-colónia

⁷⁴⁰ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, p. 63.

⁷⁴¹ Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. I, op. cit.*, p. 493. Ainda assim, no decorrer da Guerra, as despesas militares aumentavam cada vez mais. Em 1968, estas representavam 44,3% da despesa total de Angola. in «Angola, L'intensificazione dello sfruttamento ...», *op. cit.*, p. VIII.

⁷⁴² Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. I, op. cit.*, p. 493.

⁷⁴³ O.N.U., Report A/6.000/ADD3, New York, November 1975 in *Translations on Africa n°1576*, (U.S.A.: U.S. Join Publications Research Service, April 1975), p. 8.

entre as administrações estatais e as elites empresarias, ao colocar o “bloco colonial” num diálogo interimperial⁷⁴⁴.

A crítica dos relatórios que agora tratamos é clara: necessitando de ajuda económica, política e militar para dar vazão ao conflito armado nas três frentes, o colonialismo português foi abrindo progressivamente as portas ao imperialismo económico, confiante que quanto mais fortes fossem os interesses na manutenção do regime colonial, maior solidariedade e apoio receberia dos países com interesses empresariais nas colónias⁷⁴⁵. Para as empresas, as vantagens eram imediatas: tinham apenas de abdicar de uma percentagem reduzida, embora considerável, dos seus lucros a favor do Estado, que, basicamente, o gastaria a defender e a prolongar as suas explorações, enquanto o capital investido, especialmente no setor mineiro dadas as riquezas naturais angolanas, era amortizado num curto espaço de tempo⁷⁴⁶. Esta realidade, embora criticada pelos movimentos de libertação, nomeadamente pelo MPLA, tinha de ser, em parte, desvalorizada na propaganda do recrutamento subversivo. Temendo, possivelmente, o efeito que este discurso poderia ter nas populações locais, principalmente o desencorajamento do apoio à causa independentista por se considerar que a presença, colonial ou neocolonial, era incombátível, o MPLA recorria ao exemplo do caso da Argélia. Também ali, entre 1959 e 1962, ano em que o país alcança a independência, se tinha levado a cabo uma intensa aceleração da exploração das riquezas coloniais. O maior exemplo disso foi o caso do setor petrolífero. Nos anos em que o país já era palco da luta pela independência, a produção petrolífera passou de uma média de 1 milhão de toneladas por ano, para aproximadamente 21 milhões. Nada disto, ainda assim, impediu que os argelinos conquistassem a sua independência – este era o exemplo que os angolanos deveriam ter presente. O apoio à luta anticolonial deveria ser ampliado e reforçado, precisamente pelo fato de o país estar novamente a ser alvo de um novo tipo de extorsão⁷⁴⁷.

⁷⁴⁴ Jean-Luc Vellut, « Hégémonies en construction: Articulations entre État et Entreprises dans le bloc colonial Belge (1908-1960) », *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol.16, No. 2 (1982), pp. 313-330, pp. 313-314.

⁷⁴⁵ Vlaams Angola Comité, « Dossier sobre Portugal Colonial », Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral – BAC/0190; El-Khawas, Mohamed A. “Foreign Economic Involvement in Angola and Mozambique.” *Issue: A Journal of Opinion* 4, No. 2 (1974), pp. 21-28, p. 21.

⁷⁴⁶ « Angola, L’intensificazione dello sfruttamento ... », *op. cit.*, p. 3.

⁷⁴⁷ *Idem, ibidem*, p. VIII. Ver também: « Angola: une économie dominée par les monopoles impérialistes », *Révolution africaine*, n°311, pp. 7-13 de Fevereiro 1970.

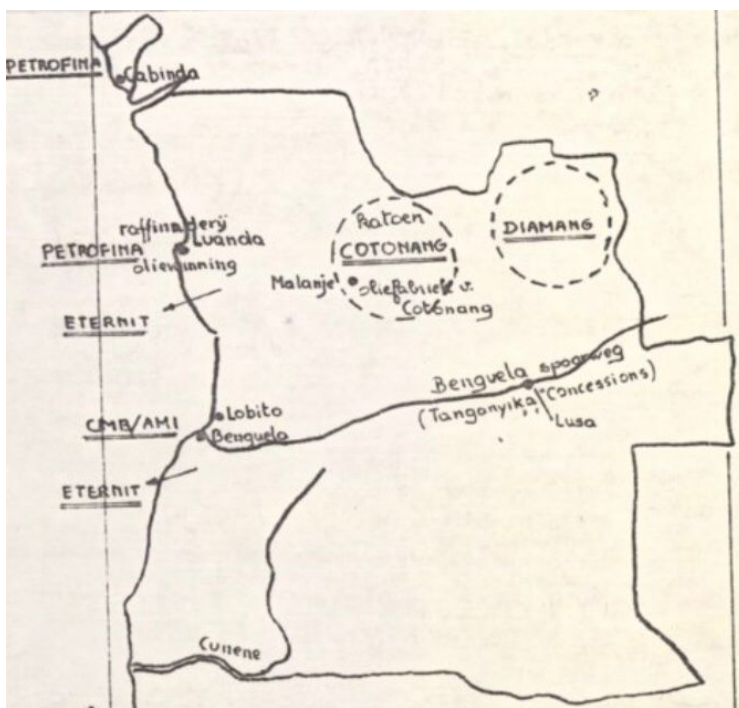


Imagem VIII – Mapa dos Investimentos belgas em Angola. Fonte: «Belgique investments in Angola»; AMI vertegenwoordigt te Antwerpen een net van scheepvaartlijnen dat de hele wereld omspannt . - Belgische : [s.n.], [1973?]. - [7]; Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral – BAC-0108 - 15.

Colocar estas empresas no quadro das redes transimperiais de acionistas obriga a uma necessária sintetização. Muitas vezes, a documentação consultada não é coerente e novas empresas aparecem citadas sem nunca se conseguir perceber os verdadeiros elos entre elas. Muito embora a literatura sobre as relações de dependência do setor privado belga e britânico não seja embrionária, o caso português continua a ser incomparavelmente menos

estudado. Ainda assim, esta sobreposição acontece não só com entidades privadas empresariais, mas também com atores singulares que representavam, simultaneamente, empresas e Estados nos conselhos de administração. As três empresas aqui tratadas – a Companhia de Diamantes de Angola, a Companhia Geral dos Algodões de Angola e a Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela – obrigam a que se dedique uma especial atenção ao consórcio empresarial belga da Société Générale Belgique (SGB). Seja de forma direta, através das suas holdings, ou, como    o caso do C.F.B., pelas precedentes relações empresariais entre aquela associação comercial e a empresa que funda a ferrovia de Benguela, a rede daquele consórcio belga ocupa um lugar predominante na história empresarial colonial de Angola. Posto isto, num primeiro momento, interessa perceber a g  nese da teia acionista dos grupos concessionários para podermos colocar as empresas do colonialismo português no quadro mais amplo do capitalismo europeu colonial. Esta incursão termina com o traçar do comportamento produtivo destas empresas durante a guerra. A documentação consultada permite-nos problematizar e avançar com alguns dados sobre o peso das participações privadas no esforço bélico.

Criada em 1822, a Société Générale Belgique, um dos mais importantes grupos financeiros belgas, começou a investir no Congo no início do século XX. Em parceria com Leopoldo II, a Société Générale fundou “as três empresas de 1906”: UMHK (Union Minière du Haut Katanga), Forminière (Société Internationale Forestière et Minière du Congo) e a BCK (Compagnie du Chemin de Fer du Bas-Congo au Katanga)⁷⁴⁸. Nestas três empresas, a Société Générale era acionista de peso e os Conselhos de Administração foram presididos pelo diretor da *holding*, Ferdinand Baeyens⁷⁴⁹. A fundação destas empresas representa apenas a base de uma enorme teia que a partir dela se iria formar. A UMHK, detida pela Société Générale sob a égide do Comité Spécial do Katanga, era também, como já vimos, acionada pela Tanganyka Concessions Ltd. de Robert Williams⁷⁵⁰. A UMHK dividia com a sua “empresa irmã”, a Forminière, os direitos de exploração mineira na região do Katanga e do Kasai, enquanto a Compagnie du Chemin de Fer du Bas-Congo au Katanga atuava no setor da construção ferroviária⁷⁵¹. A partir do final da primeira década do século XX, a Société Générale amplia de forma significativa a sua rede empresarial, o que faz com que passe a controlar dois terços do território do Congo⁷⁵². Em 1910, é criada a Compagnie Geologique et Minière des Ingenieurs et Industriels Belges (Géomines); em 1919, a companhia diamantífera Société Minière du Bas Congo (Sibeka); um ano depois, em 1920, nasce a empresa algodoeira Cotonco e, em 1928, a Société Générale adquire o Banco d’Outremer, passando a controlar também a sua subsidiária Compagnie du Congo pour le Commerce et l’Industrie (CCCI)⁷⁵³. É a partir do momento que esta aquisição é concretizada, que a Société Générale adquire um controlo quase total sobre a economia e a vida das gentes do Congo Belga⁷⁵⁴. A Imagem IX demonstra a dimensão que a criação destas empresas, associando-se ao longo do tempo a outras empresas de diferentes nacionalidades, iria gerar. O facto do documento se encontrar perdido no meio de documentação que procurava expor as redes de capitais

⁷⁴⁸ Frans Buelens e Danny Cassimon, «The industrialization of the Belgian Congo», in Ewout Frankema e Frans Buelens (ed.), *Colonial Exploitation and Economic Development: The Belgian Congo and the Netherlands Indies compared* (Nova Iorque: Routledge, 2013), pp. 229- 250, p. 232.

⁷⁴⁹ Frans Buelens e Stefaan Marysse, «Returns on Investments during the Colonial Era: The Case of the Belgian Congo», *The Economic History Review*, New Series, Vol. 62, No. S1, Finance, Investment and Risk (Aug. 2009), pp. 135-166, p. 141.

⁷⁵⁰ A. G. Hopkins, «Imperial Business in Africa. Part I: Sources», *The Journal of African History*, Vol. 17, No. 1 (1976), pp. 29-48, p. 33.

⁷⁵¹ Frans Buelens e Stefaan Marysse, «Returns on Investments ...», *op. cit.*, p. 141.

⁷⁵² *Idem, ibidem*, p. 143.

⁷⁵³ *Idem, ibidem*, pp.142-143.

⁷⁵⁴ Frans Buelens e Danny Cassimon, «The industrialization ...», *op. cit.*, p. 247.

empresariais que influíam com as empresas portuguesas, pode explicar a omissão na tabela da BCK, a terceira “empresa irmã”. Ou seja, a imagem não apresenta uma hierarquia de antiguidade das empresas que foram marcando e determinando as relações económicas e as atividades laborais das colónias africanas portuguesas. Ainda assim, permite-nos perceber que estas relações, para além de não serem estanques no tempo e no espaço, não possibilitam uma análise assente num nacionalismo metodológico. É por este motivo que a investigação, mais do que traçar a evolução desta teia, que se foi reconfigurando ao longo dos tempos, deve perceber de que forma é que a natureza transimperial dessa mesma rede influenciou a atuação das empresas portuguesas, nomeadamente durante a guerra. Para tal, importa tentar responder à questão que antecede essa análise: qual foi a importância das redes globais de capitais para o cálculo geopolítico de cada uma destas empresas?

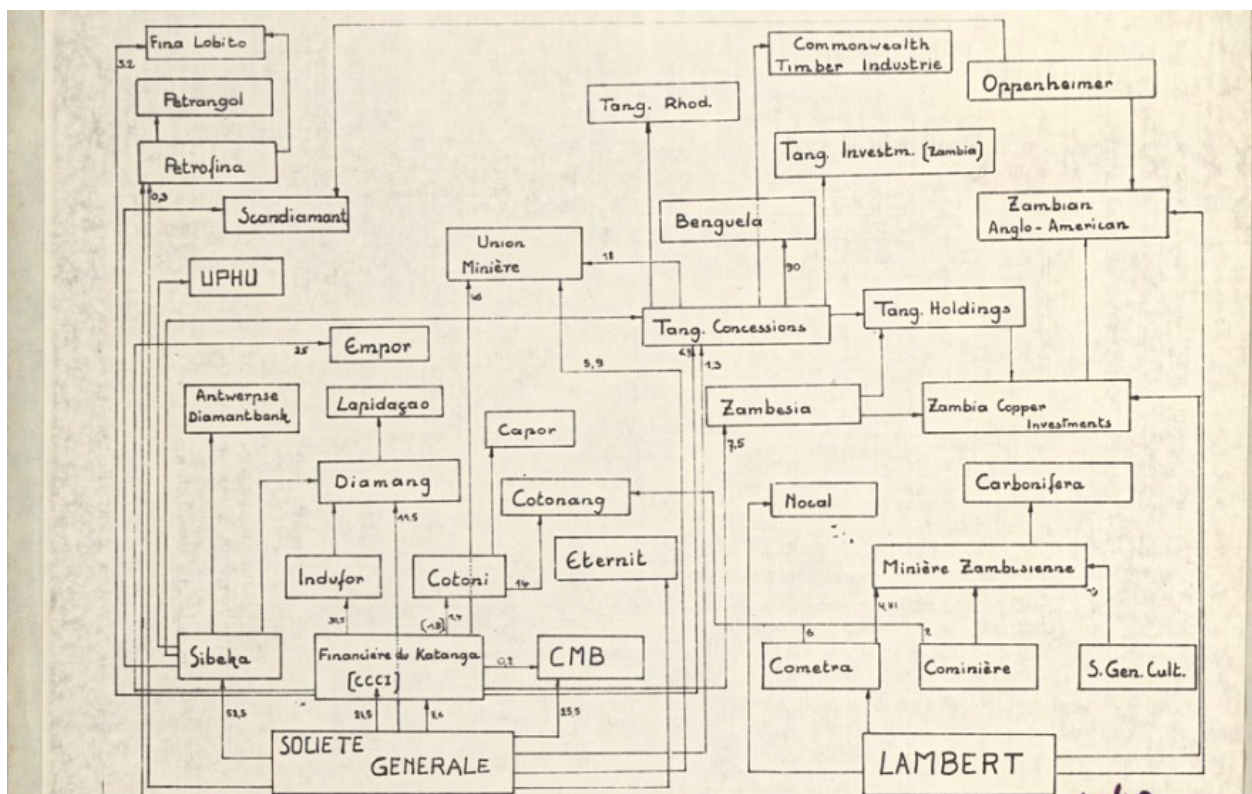


Imagem IX – Rede de investimentos transimperiais Fonte: AMI vertegenwoordigt te Antwerpen een net van scheepvaartlijnen dat de hele wereld omspannt . - Belgische : [s.n.], [1973?]. - [7]; Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral – BAC-0108/15

A relevância dos diamantes não se mede apenas pelo seu peso na economia angolana, nem a manutenção da Diamang representava exclusivamente o interesse da metrópole. Ainda assim, em 1966, a empresa, sozinha, era responsável por 5% do total das receitas do Governo local⁷⁵⁵. Em 1970, o setor dos diamantes coloca Angola no mapa

⁷⁵⁵ Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? ...», *op. cit.*, p. 62.

de cálculos geopolíticos mundiais ao fazer da Província Ultramarina o quinto maior produtor de diamantes à escala global⁷⁵⁶. Como já foi dito (ver capítulo II), foi na sequência das operações de pesquisa da empresa belga Forminière que se descobrem reservas de diamantes na zona contígua da fronteira entre o Congo Belga e Angola, o que levou à criação, em 1917, da Companhia de Diamantes de Angola⁷⁵⁷. Cinco anos antes, em 1912, foi criada a PEMA – Companhia de Pesquisa Mineira de Angola – inicialmente constituída por um conjunto de capitais nacionais – acionistas individuais, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco Burney – ao qual se juntariam, mais tarde, acionistas belgas – a SGB e a Mutualité Coloniale –, franceses – nomeadamente o Banque l’Union Parisienne, parceiro da SGB na Compagnie du Chemin de Fer du Bas-Congo au Katanga – e americanos – o Grupo Ryan-Guggenheim, também ele parceiro do consórcio belga, desta feita na Forminière⁷⁵⁸. O contrato com o Estado português estabeleceu a concessão por um período de cinco anos. Em 1917, quando se renegociava os termos do novo contrato, a concessão foi alongada até 1923, ao mesmo tempo que a empresa levou a cabo um processo de cisão do qual viriam a nascer duas novas empresas: a Diamang, para a prospeção de diamantes, e a Angol, para a pesquisa e exploração de petróleo. Em 1918, a Diamang recebe todos os direitos que tinham sido outorgados à PEMA e, três anos depois, em 1921, eram assegurados à diamantífera direitos exclusivos de pesquisa e prospeção por um período de 30 anos⁷⁵⁹. Com exclusividade de pesquisa e prospeção de diamantes durante grande parte da era colonial, a empresa colocou Angola no interior de uma teia de interesses multinacionais que ultrapassava continentes. Constituída por um conjunto de capitais mistos, a distribuição acionista da Diamang respondeu às atualizações impostas pela legislação metropolitana às colónias. Ainda assim, esta empresa, como muitas outras, nunca foi nacionalizada, tendo mantido um conjunto de capitais nacionais, belgas, americanos, ingleses e suíços⁷⁶⁰. Entre os acionistas portugueses, muito embora o Estado fosse o que maior peso tinha, o setor bancário, metropolitano e ultramarino, não deixava de estar representado. Com especial relevância para o Banco Fonseca & Burnay, encontravam-se, ainda, lugares para o Banco Português

⁷⁵⁶ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, p. 62.

⁷⁵⁷ Jorge Varanda, «A saúde e a Companhia de Diamantes de Angola», *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1) (2004), pp. 261-268, p. 262.

⁷⁵⁸ Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Neves, «The paradox of nationality: Foreign investment in Portuguese Africa (1890–1974)» - Appendix, *Business History*, 2022, p. 27. DOI: 10.1080/00076791.2020.1797683

⁷⁵⁹ *Idem, ibidem*.

⁷⁶⁰ Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África, 1961- 2004*, (Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005), p. 77.

do Atlântico, o Banco Lisboa e Açores/ Banco Totta-Aliança (antes e depois da fusão dos dois bancos pela Companhia União Fabril) e o Banco Nacional Ultramarino⁷⁶¹. Nas suas memórias, Costa Oliveira, atribui especial relevo ao papel acionista do Banco Fonseca & Burnay, que, segundo o mesmo, detinha 9,5% das ações portuguesas na Diamang, o que demonstrava que, “ao contrário do que por vezes se supunha”, esta não estava exclusivamente nas mãos de entidades estrangeiras⁷⁶². No entanto, o Banco Burnay representa bem a intermitência entre capital nacional e estrangeiro. Fundado em 1875, esta casa bancária teve uma importância significativa na vida política, económica e financeira no século XIX português. Fundador da Companhia dos Tabacos de Portugal, a instituição estava ainda envolvida no comércio de exportação dos vinhos e de alguns produtos coloniais para a Europa, tendo chegado a criar, na sequência, como vimos, da cisão da PEMA, e em parceria com capitais belgas, a Companhia do Petróleo de Angola, em 1916. A Primeira Guerra Mundial abalou a sua estabilidade financeira e, em 1925, passa a constituir uma sociedade anónima de responsabilidade limitada. É precisamente nesta altura que a Société Générale se torna a principal acionista daquele banco, que contava ainda com a instituição bancária francesa, o Banque l’Union Parisienne⁷⁶³. Desta feita, o banco torna-se outro veículo de difusão dos interesses belgas, alargando o seu campo de atuação nas colónias portuguesas⁷⁶⁴. A proximidade aos círculos governamentais do Estado Novo fica comprovada pelo facto de a instituição, mesmo com intervenção exterior, não só ter continuado a participar na criação de inúmeras empresas metropolitanas e coloniais, mas, principalmente, por ter prestado auxílio, do ponto de vista financeiro mas também comercial, a empresas que integravam a lista de destinatários do I Plano de Fomento⁷⁶⁵. Somente em 1965, quase 50 anos depois da Diamang ter sido fundada, é que a Société Générale Belgique deixa a sua participação naquele Banco. Depois de encetadas negociações com o Banco Fonsecas, Santos & Viana, aquela instituição passa a designar-se por Banco Fonsecas & Burnay. Quer isto dizer que, por um período de 40 anos, de 1925 até 1965, a Société Générale somava às suas participações

⁷⁶¹ *Idem, ibidem*, p. 78.

⁷⁶² *Idem, ibidem*. Jorge Eduardo da Costa Oliveira foi nomeado, depois dos acontecimentos no Norte de Angola em 1961, Diretor Provincial de Economia de Angola. Três anos mais tarde, em 1964, foi responsável pela pasta de economia do Governo da Província de Angola e, em 1969, é-lhe entregue a pasta de Planeamento e Finanças.

⁷⁶³ Gervase Clarence-Smith, «Business Empires in Angola ...», *op. cit.*, p. 6; Álvaro Ferreira da Silva, Luciano Amaral e Pedro Neves, «Business groups in Portugal in the Estado Novo period (1930–1974): family, power and structural change», *Business History*, 58:1(2016), pp. 49-68, p. 60.

⁷⁶⁴ *Translations on Africa n°1576, op. cit.*, p. 10.

⁷⁶⁵ «História administrativa/biográfica/familiar», Arquivo do Banco de Portugal - PT/BP/IGCS-BBUR.

diretas de acionista da Diamang, as do Banco Burnay e da sua *holding* diamantífera, a Sibeka, que era também parte da rede de acionistas da empresa da Lunda⁷⁶⁶. Não é, por isso, plausível estudar a Diamang sem ter em conta os capitais belgas. O retorno do capital inicialmente investido por estas duas empresas belgas, segundo as fontes arquivísticas consultadas, foi, entre 1955 e 1970, de 900%⁷⁶⁷. Só nesse período a Société Générale recebeu, diretamente, dividendos de, aproximadamente, meio bilião de francos belgas. Mas é importante referir que, ao ser acionista da Sibeka e do Banco Burnay até 1965, indiretamente, a Société Générale também participava na distribuição dos lucros da sua *holding* sediada no ex-Congo Belga e do Banco Burnay, supostamente português. Mais. Esta cadeia alarga-se se tivermos em conta que a Sibeka tinha assento nas explorações mineiras do Zaire, através da Société Minière de Bakwanga (MIBA), e da África do Sul, com ligações privilegiadas à De Beers Consolidated Mines, fundada em 1888 por Cecil Rhodes e que também era acionista da Diamang. Em 1929, a De Beers foi adquirida pelo Grupo de Ernest Oppenheimer⁷⁶⁸. Em 1963, a Diamang era já acionista de duas empresas do grupo da De Beers: a Industrial Distribution e a Diamand Trading Company, assim como da Sociedade Portuguesa de Lapidação de Diamantes⁷⁶⁹.

A Cotonang não é exceção ao quadro até agora traçado⁷⁷⁰. Tanto no que diz respeito à predominância belga, como ao cruzamento e interconexão de empresas transfronteiriças, o quadro da empresa integra aquela vasta rede interconectada de companhias coloniais. A principal acionista da empresa algodoeira angolana também pertencia à estrutura da Société Générale – a Cotonco, fundada, como vimos, em 1920. Estas duas empresas algodoeiras não partilhavam apenas a estrutura acionista. À semelhança do que acontecia na Baixa do Cassange, também nas zonas algodoeiras do Congo a empresa não geria as suas próprias plantações de algodão, exercendo, sim, um

⁷⁶⁶ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, p. 60.

⁷⁶⁷ *Idem, ibidem*, p. 70.

⁷⁶⁸ John Knight e Heather Stevenson, «The Williamson Diamond Mine, De Beers, and the Colonial Office: A Case-Study of the Quest for Control», *The Journal of Modern African Studies* 24, no. 3 (1986), pp. 423–445, p. 425. Cf. Nathan Munier, «Diamonds, dependence and De Beers: monopoly capitalism and compliance with the Kimberley Process in Namibia», *Review of African Political Economy*, 43:150 (2016), pp. 542–555; Timo Särkkä, «The Lure of Katanga Copper: Tanganyika Concessions Limited and the Anatomy of Mining and Mine Exploration 1899–1906», *South African Historical Journal*, 68:3 (2016), pp. 318–341. Ver também: Duncan Innes, «Anglo American and the rise of modern South Africa», (Monthly Review Press, 1984); S. D Chapman, «Rhodes and the City of London: Another View of Imperialism», *The Historical Journal* 28, no. 3 (1985), pp. 647–666. Sobre o processo que permitiu a hegemonia da De Beers na região de Kimberley e a posterior aquisição desta empresa pela Anglo-America Corporation ver: Duncan Innes, *Anglo American and the Rise of Modern South Africa*, (New York: Monthly Review Press, 1984).

⁷⁶⁹ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁷⁷⁰ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, pp. 83–86.

controle monopolista sobre o algodão produzido pelos agricultores africanos⁷⁷¹. Comprado a preços mínimos definidos pelo Estado Belga, a dimensão da zona de influência da empresa era comparável às suas análogas do sul dos Estados Unidos⁷⁷². A segunda maior acionista da algodoeira portuguesa foi também ela absorvida, em 1928, pelo grupo – a Compagnie du Congo pour le Commerce et l'Industrie. Juntava-se, ainda, ao leque de acionistas da Cotonang a francesa Société de Constructions Métalliques et de Travaux (COMETRA, com uma participação de 6%) e a também belga Cominière (2%). Estas empresas, com forte participação no setor mineiro zambiano, mostram que as fronteiras da produção algodoeira sobrepunham-se às de três Estados coloniais⁷⁷³.

A distribuição acionista dos C.F.B. é, aparentemente, menos complexa. Como já foi dito (ver capítulo II), o projeto original pretendia criar uma importante indústria de exploração das riquezas minerais do Katanga e da Zâmbia até à Rodésia, sendo que a construção de uma linha férrea, da África Central até à costa angolana, era essencial para garantir o sucesso da iniciativa, permitindo o transporte e o escoamento das matérias-primas. Sediada em Londres, a Tanganyika Concessions (Tanks) foi criada em 1899 tendo como seu Diretor-geral o engenheiro Robert Williams. Antes da fundação da empresa, Williams havia visitado África a trabalho, onde conheceu Cecil Rhodes (fundador, como vimos, da De Beers Consolidated Mines). Ambos partilhavam o entusiasmo de abrir e explorar as riquezas do interior africano, motivo pelo qual criaram, em 1891, a Zambesia Exploring Company Ltd, para explorar e extrair depósitos minerais na Rodésia do Sul. Quando é fundada a Union Minière du Haut Katanga, como também já vimos, a Tanks associa-se à Société Générale (a partir do CSK) para desenvolver a indústria do cobre naquela região do Congo⁷⁷⁴. É precisamente com o propósito de exportar os minérios daquela região que Williams obtém uma concessão por parte de Portugal para criar os Caminhos-de-Ferro de Benguela. Enquanto a Tanks era a acionista maioritária dos C.F.B., com 90% das ações, os restantes 10% ficaram nas mãos do Estado português. Também aqui, por via semi-indireta, os interesses belgas estavam presentes: embora sem representação acionista nos C.F.B., o projeto servia para transportar as matérias-primas

⁷⁷¹ Sobre a cultura algodoeira em Moçambique ver: Allen Isaacman, Michael Stephen, Yussuf Adam, Maria Joao Homen, Eugenio Macamo, e Augustinho Pililao; «Cotton Is the Mother of Poverty': Peasant Resistance to Forced Cotton Production in Mozambique, 1938-1961»; *The International Journal of African Historical Studies* 13, no. 4 (1980), pp. 581-615.

⁷⁷² Frans Buelens e Danny Cassimon, «The industrialization ...», *op. cit.*, p. 235.

⁷⁷³ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, pp. 79-81.

⁷⁷⁴ John Hillman, «Chartered Companies and the Development of the Tin Industry in Belgian Africa, 1900-1939», *African Economic History*, No. 25 (1997), pp. 149-173, p. 153.

da UMHK, uma das “daughter companies” da Société⁷⁷⁵. Para além disso, nos anos 20, a Société acaba por adquirir ações da Tanks⁷⁷⁶. Ao controlar diretamente 1,3% do capital social da Tanks, e, indiretamente, 9,8%, a Société Générale acaba por ter o C.F.B. também sob a sua administração indireta⁷⁷⁷. Importa ainda mencionar que a Tanganyka Concession era também acionista da Anglo-America Corporation of South Africa, empresa que, ao adquirir a De Beers, integrava o grupo acionista da Diamang⁷⁷⁸. Juntava-se ainda o facto de, desde 1923, a Anglo-America Corporation of South Africa, a par do grupo Barnato Brothers, ter um contrato com a Diamang que lhe garantia a compra exclusiva dos diamantes de Angola através da London Diamond Syndicate, criado em 1890⁷⁷⁹.

A história destas empresas não se faz apenas da participação destas multinacionais na divisão dos lucros entre entidades acionistas. Para além dos cruzamentos entre elas, encontramos, ainda, a imperante circulação de atores singulares que ocupavam, muitas vezes em simultâneo, lugares em vários Conselhos de Administração destas empresas. Hillman defende que mesmo os representantes por parte dos Estados acabavam por ter um papel puramente passivo na administração empresarial privada, o que levava a que, não poucas vezes, os Estados acabassem por escolher os seus representantes entre aqueles cuja carreira tinha sido construída ao serviço daquelas empresas⁷⁸⁰. No caso português, Ernesto Vilhena personifica essa constatação. Desde 1919, Vilhena integrava o Conselho de Administração da Diamang, tendo sido, em 1955, nomeado seu administrador-delegado por parte do Estado e, em 1967, Presidente pelo respetivo Conselho Geral⁷⁸¹. Conhecido como “o Vilhena dos diamantes”, o seu papel no setor privado colonial não se cingiu ao consórcio diamantífero. Desde 1940 que o Conselho de Administração da Cotonang contava com Vilhena como um dos seus representantes⁷⁸². A sua nomeação é apresentada como forma de homenagem pelos relevantes serviços que prestava à Companhia algodoeira. No ano seguinte à sua nomeação, Vilhena acumula o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cotonang e, em 1957, é também

⁷⁷⁵ Frans Buelens e Danny Cassimon, «The industrialization ...», *op. cit.*, p. 232.

⁷⁷⁶ Gervase Clarence-Smith, «Business Empires ...», *op. cit.*, p. 6.

⁷⁷⁷ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, p. 84.

⁷⁷⁸ *Translations on Africa* n.º 1576, *op. cit.*, pp. 9-10.

⁷⁷⁹ Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Neves, «The paradox of nationality...», *op. cit.*, p. 28.

⁷⁸⁰ John Hillman, «Chartered Companies ...», *op. cit.*, p. 151.

⁷⁸¹ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, pp. 83-86.

⁷⁸² Companhia Geral dos Algodões de Angola, «Acta da 45.ª Sessão do Conselho de Administração realizada em Lisboa, na Rua dos Franqueiros, 12-3.ª», 15 de Maio de 1940, p. 2; BNU – 001.16/136.

administrador representante do Banco Burnay⁷⁸³. Ainda antes da criação da Companhia de Petróleos de Angola nos anos 50, filial da Petrofina, Vilhena tinha sido membro do Conselho de Administração, entre 1916 e 1922, da Companhia do Petróleo de Angola, empresa com ligação àquele mesmo banco e ao consórcio belga⁷⁸⁴. Desta forma, Vilhena esteve presente em, pelo menos, três conselhos de administração em Angola do grupo da Société Générale. Mas a parceria entre estas empresas ganhava ainda contornos informais de apoio mútuo que iam para além da partilha de administradores. Nos Relatórios do Conselho de Administração da Cotonang do início dos anos 60, discutia-se a necessidade de a empresa manter em Luanda um representante capaz de exercer influencia junto do Governo-Geral da Província e dos demais órgãos de administração com atuação no setor algodoeiro. Até então, sempre que tal era necessário, a Cotonang era representada pelo funcionário em Luanda da Companhia de Diamantes de Angola, Sílvio Guimarães. Esta colaboração só era possível, e expressamente apreciada por Fonseca George, administrador-delegado da Cotonang, “graças ao amável consentimento do Administrador-delegado daquela Companhia e Ilustre Presidente deste Conselho, Exmo. Senhor Comandante Ernesto Vilhena”⁷⁸⁵. Desta feita, Vilhena aparecia então como Presidente do Conselho de Administração da algodoeira. Esta presença tão marcada no setor empresarial português é reveladora. Katzenellenbogen, no seu estudo sobre as relações financeiras entre o Congo e os territórios seus vizinhos, expõe as várias linhas de investigação que podem ser seguidas quando se analisam os laços económicos e financeiros do mundo colonial. Entre as possíveis ramificações encontra-se a tendência destas personalidades para criarem vastas coleções de arte. Também nesta área de estudo, como teses de doutoramento já o demonstraram, o nome de Ernesto Vilhena pode, uma vez mais, ser destacado⁷⁸⁶. O Museu Etnográfico do Dundo, edificado na área

⁷⁸³ Companhia Geral dos Algodões de Angola, «Acta da 86ª sessão do conselho de administração, realizada em Lisboa no dia 3 de Junho de 1957», p.1; BNU – 001.16/136.

⁷⁸⁴ *Translations on Africa n°1576, op. cit.*, p. 16. Cf. «Breve história da pesquisa do petróleo em Angola», *Eletricidade* N°111 (Jan 1975), pp. 640-650; Leonardo Aboim Pires, «Modernização e industrialização em contexto colonial: a exploração petrolífera em Angola (1965-1974)», *Labor & Engenho*, Campinas [SP] Brasil, v.11, n.4 (Out./Dez. 2017), pp. 507-519.

⁷⁸⁵ João da Fonseca George, “Viagem a Angola do administrador-delegado – exposição ao Conselho de Administração”, Fevereiro de 1960, p. 4; BNU – 002.17/132.

⁷⁸⁶ Simon E. Katzenellenbogen, «Financial links between the Congo and Its Southern Neighbors», *African Economic History*, No.12, Business Empires in Equatorial Africa, 1983, pp.183-193, p.186. Sobre o Museu do Dundo ver: Nuno Porto, *Modos de Objectificação da Dominação Colonial: O Caso do Museu do Dundo, 1940-1970*; (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2009). Sobre Ernesto Vilhena enquanto colecionador de arte ver: Maria João Crespo Pimentel Vilhena de Carvalho, *As esculturas de Ernesto Jardim de Vilhena. A constituição de uma coleção nacional* (Tese de Doutoramento em História de Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2014, <http://hdl.handle.net/10362/13889>).

concessionada da Companhia de Diamantes de Angola, expunha uma enorme coleção de arte africana. Esta herança é, ainda hoje, possível de ser visitada no Museu de Arte Antiga de Lisboa, instituição que acolhe, por doação, parte da vasta coleção de arte de Vilhena. Aquando da sua morte, Guilherme Moreira, antigo presidente do Conselho de Administração do Banco Lisboa e Açores (antes da fusão entre este e o Banco Totta-Aliança da CUF), passa a ocupar duas posições deixadas por Vilhena: presidente do Conselho de Administração e administrador-delegado por parte do Estado na Diamang. Esta sobreposição de administradores não se fazia apenas sentir nos territórios portugueses. A título de exemplo temos P. Crokaert com presença, pelo menos, em três conselhos de administração: Sibeka, Diamang e De Beers; e Moens de Fermig, Presidente da Sibeka e que também integrava o quadro de administradores da Diamang⁷⁸⁷. Em 1963, Oppenheimer integra este círculo de administradores da diamantífera angolana, tendo ainda presença, enquanto Diretor ou Presidente, em mais de 50 empresas como a Anglo-America Corporation, naturalmente, mas também na De Beers, Tanganyca Concessions, British South Africa Company, entre outras. Em 1971, três dos doze membros do Conselho de Administração da Tanganyca Concessions eram belgas, todos eles do círculo da Société Générale e da Union Minière, mas não só. Asoignon G. era administrador da Union Minière do Haut Katanga, da Financière du Haut Katanga e, claro, da Tanks; De Bar, com assento no conselho de administração da Sofina e da Tanks, e, ainda mais ilustrativo, Baron Spirlet, que acumulava os cargos de diretor da Société Générale, era vice-presidente da Union Minière e da Financière do Haut Katanga, administrador-delegado da Companhia Marítima Belga e membro dos quadros da Tanks⁷⁸⁸.

Dada esta estrutura transnacional, é possível chegarmos a outro princípio explicativo do prolongado esforço de guerra português em África: as relações intrincadas entre estas empresas e os monopólios financeiros, industriais e comerciais transnacionais hão de ter tido influência decisiva na manutenção da presença portuguesa em Angola. Se essa preponderância não foi, à semelhança do que aconteceu nos demais impérios europeus em África, suficiente para travar a independência, talvez o mesmo não possa ser dito quanto ao atrasar do processo de descolonização. É por esse motivo que uma outra questão se impõe: como evoluíram os lucros e participações das empresas a partir de 1961 e qual o esforço despendido pelas mesmas na luta ou contenção da subversão? Depois da

⁷⁸⁷ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, p. 60; «Angola, L'intensificazione dello sfruttamento ...», *op. cit.*, pp. 20-24.

⁷⁸⁸ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, p. 84.

Revolta da Baixa do Cassange, a lei do cultivo obrigatório do algodão no Malange foi, como vimos, abolida⁷⁸⁹. Esperava-se, assim, pôr termo ao que os estudos apontavam como uma das principais causas da Revolta que deu azo à manipulação da população da Baixa por ação e influência dos movimentos subversivos. Ainda assim, um ano depois da visita à zona algodoeira, persistiam rumores no Gabinete dos Negócios Políticos de que, à revelia da lei, nada haveria mudado⁷⁹⁰. No mesmo sentido apontavam as denúncias internacionais. Na prática, muito embora o cultivo já não fosse obrigatório, a venda de qualquer outro produto que não o algodão continuava a ser proibido. A Cotonang conseguia assim, legitimada, em parte, pelo cumprimento das novas disposições legais, manter a sua força de trabalho. Em 1961, ano da revolta, a produção da Cotonang caiu bruscamente, apresentando a empresa uma das suas piores colheitas, com menos 1652 toneladas de algodão face ao ano transato⁷⁹¹. Até então, a companhia era responsável por 50% da produção algodoeira da Província⁷⁹². Como vimos no capítulo II, os lamentos por parte da concessionária logo se fizeram sentir. No Relatório da Cotonco de 1961, culpabiliza-se os movimentos subversivos pelos maus resultados da sua empresa acionada⁷⁹³. Após a retoma do trabalho agrícola, os resultados da produção vão, progressivamente, apresentando aumentos consideráveis. Em 1966, a Cotonang volta a apresentar uma queda significativa, muito embora a causa não fosse atribuída à guerra, mas antes às condições climáticas desfavoráveis ao cultivo do algodão. Em 1970, depois de uma década de conflito armado, a empresa tinha quadruplicado a sua produção e voltava a afirmar-se na vida económica de Angola⁷⁹⁴. Como vimos no capítulo II, algumas alterações no campo da mecanização foram introduzidas. Para além das mencionadas, os relatórios internacionais abonavam um forte investimento na instalação de plantações de algodão próprias, uma política que terá promovido a colonização branca em Angola e que recebeu um forte apoio do Estado Colonial. Em 1962, a empresa adquirira 400 hectares para a plantação do algodão. Os bons resultados obtidos fizeram

⁷⁸⁹ Ver Cap. II. Decreto nº43639, 2 de Maio de 1961.

⁷⁹⁰ João Pereira Neto, “Apontamento nº265: Parece esboçar-se uma ação tendente a impor, de facto, novamente a cultura algodoeira, às populações aborígenes, designadamente na zona do Catete”, 26 de Junho de 1962, pp.1-2, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0337/01534.

⁷⁹¹ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, p. 77. ; ver também : ⁷⁹¹ Companhia Geral dos Algodões de Angola, «Doc. III – Projecto», s.d., p.1, BNU/CGD – 002.20/196.

⁷⁹² O.N.U., Supplement No. 16 (A74978), Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola, New York 1962, p. 29.

⁷⁹³ *Idem, ibidem.*

⁷⁹⁴ *Idem, ibidem.*

com que, um ano depois, já fosse proprietária de 1450 hectares no distrito do Malange⁷⁹⁵. Juntou-se, ainda, um forte investimento na mecanização do setor. No relatório da Cotonco de 1968, referindo-se à Cotonang, escrevia-se: “as plantações estão equipadas com dispositivos mecânicos de colheita, que permitem alcançar um grau de exceccionalidade bastante alto”⁷⁹⁶. Ainda que a maioria do algodão continuasse a ser comprado a “indígenas”, a empresa conseguia mitigar, principalmente no plano das perceções, a sua dependência face ao elevado número de agricultores de que necessitava. Mas o aumento da produção é impressionante: em 1960 a empresa produzira 9.652 toneladas de algodão, dez anos depois, em 1970, a produção média aumentou para 31.046 toneladas⁷⁹⁷. Apesar deste esforço, a grande maioria da produção da empresa continuava a resultar da força de trabalho africana. Em 1970, veja-se, 1.822 toneladas de 31.046 vieram das plantações da própria empresa. Quer tal dizer que as restantes 29.000 toneladas foram compradas aos produtores autóctones⁷⁹⁸. Se compararmos os lucros de 1960 com os de 1969 verifica-se um aumento de 250%. Este aumento brutal da capacidade produtiva da empresa advinha da mecanização do setor e da manutenção de uma força de trabalho cuja coação, embora, uma vez mais, proibida, é difícil de avaliar neste tipo de análises. Apesar do corpo da lei ter sido renovado, os africanos, habituados à cultura algodoeira e dependentes dela para a sua subsistência, continuavam proibidos de vender o seu algodão a autoridades que não as eleitas pelo Estado Colonial. Na verdade, o simples aumento da produção algodoeira representava uma considerável fonte de receita para o Estado Colonial que, não só participava dos dividendos acionistas, como taxava as exportações para fora do território colonial⁷⁹⁹. Ao mesmo tempo, a Cotonco alargou o seu leque de investimentos, a partir de 1964, à metrópole portuguesa. Esta informação carece de um estudo mais aprofundado. Talvez para garantir alguma segurança física, caso a independência de Angola se efetivasse, a empresa chega mesmo a criar, com outros investidores, a CAPOR, procurando promover o cultivo de algodão no território metropolitano⁸⁰⁰. No total, mais de 3.267.000 escudos foram investidos em Portugal. O negócio parece ter sido pouco rentável. Em 1970 a Cotonco fala já de negociações em curso com o Estado Português e

⁷⁹⁵ *Idem, ibidem*, pp. 77-78. Como também vimos no Cap. II, uma das razões enunciadas no Decreto nº43639, de Maio de 1961, que concorria para o término do contrato de concessão com a Cotonang prendia-se com a consideração que tal acabara por constituir um entrave à colonização branca na Baixa do Cassange. De alguma forma a informação prestada neste relatório corrobora esse desígnio do Estado colonial.

⁷⁹⁶ *Idem, ibidem*.

⁷⁹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 79-80.

⁷⁹⁸ *Idem, ibidem*, p. 78.

⁷⁹⁹ *Idem, ibidem*.

⁸⁰⁰ *Idem, ibidem*, p. 81.

com o Conselho Económico de Beja para o fornecimento de um apoio governamental no investimento algodoeiro. Passados os negros meses de 1961, onde, como Vilhena se queixara a Salazar (ver capítulo II), a palavra algodão era percecionada, mesmo entre a elite governamental, com um enorme rancor, as relações entre o Estado Português, a Cotonang e, principalmente, a Cotonco recuperaram a sua parceria.

Ao contrário da Cotonang (não se descurando o peso do algodão no mercado internacional), a atividade dos C.F.B. não era apenas influenciada pela situação interna de Angola, mas, também, pelos acontecimentos em países como o Zaire ou a Zâmbia, cuja produção e extração influenciavam o tráfego ferroviário. O conflito que levou à paragem da produção de cobre da Union Minière, por ordem do Presidente Mobutu, é disso exemplo. Apesar deste percalço que agitou os quadros da Société Générale, os C.F.B. tinham a seu favor a forte herança deixada pelo colonialismo belga e francês que tornaram esses países altamente dependentes das exportações das suas matérias-primas⁸⁰¹. Posto isto, como aconteceu com a Cotonang, também os C.F.B. aumentaram as suas margens de lucro durante a guerra. No entanto, a empresa, dada a enorme influência do mercado extrativo transfronteiriço, parecia andar em contraciclo com a realidade interna angolana: é em 1968, precisamente o ano em que a companhia sofreu mais ataques terroristas em Angola, que a empresa apresenta as mais elevadas margens de lucro – 217.987.200 francos belgas⁸⁰². A importância da linha ferroviária para os dois lados da fronteira permitia-lhe angariar um apoio mútuo. Nos relatórios da Tanganyika Concessions, o peso da diplomacia política é claro pelas descrições de reuniões com instâncias governamentais: “Em diversas ocasiões, julguei oportuno atrair a atenção dos governos do Congo e da Zâmbia para este ponto – a sua dependência face aos caminhos-de-ferro”⁸⁰³. O mesmo tipo de apoio, como vimos, era dirigido ao Estado Colonial Português, nomeadamente no que concerne ao apoio militar às estruturas e comboios da empresa. Em 1970, o relatório da companhia belga dirige fortes agradecimentos às forças militares portuguesas e às forças de segurança da empresa, congratulando-as pelo facto de os C.F.B. não terem sofrido, nesse ano, nenhum tipo de atentado. Os esforços das forças militares fazem-se ainda acompanhar no relatório das contribuições da empresa para a defesa de Angola nos três anos anteriores (1967-1969): 67.613.000 francos belgas;

⁸⁰¹ *Idem, ibidem*, p. 87.

⁸⁰² *Idem, ibidem*, pp. 88-90.

⁸⁰³ *Idem, ibidem*, p. 88.

3.942.120 francos belgas e 19.517.280 francos belgas⁸⁰⁴. Em contrapartida, o Governo de Angola apenas tinha gastado aproximadamente 10 milhões de francos belgas por ano para defender a linha dos C.F.B.⁸⁰⁵. Estas quantias ganham uma dimensão relativa quando são acompanhadas da informação de que, entre 1965 e 1970, 692.767.080 francos belgas foram transferidos de Angola para a Bélgica e Grã-Bretanha através do pagamento de dividendos à Tanganyica Concessions. O projeto de construção da variante do Cubal, uma nova linha ferroviária em Angola que foi aprovado em 1968, é prova da saúde financeira e, também, da confiança na manutenção do sistema colonial⁸⁰⁶.

De facto, os lucros para o Estado não advinham, unicamente, do Imposto Extraordinário para a Defesa de Angola, mas, principalmente, como dissemos, da sua participação quer na partilha dos dividendos contratualizados quer através do estatuto de membro acionista. A Diamang talvez seja um caso paradigmático dessa situação. Quando é decretado o IEDA, a Companhia de Diamantes de Angola alegou que o pagamento desse imposto violava o contrato estabelecido entre a empresa e o Estado. O caso foi a tribunal e a empresa ganhou o processo ficando isenta do pagamento do IEDA que, alegadamente, teria sido criado pelo Governador-Geral de Angola, General Venâncio Deslandes, à revelia do Ministro do Ultramar Adriano Moreira, precisamente para cair sobre os lucros líquidos da empresa diamantífera⁸⁰⁷. O assunto não deixou de gerar polémica. Santa Ana Júnior, que segundo a Diamang, ter-se-ia oferecido, em 1958, para auxiliar em Luanda o Tenente-coronel Viriato Mamede de Brito, então chefe da Polícia Militar de Luanda e que dirigia os serviços de recolha de informações da Diamang, estabelecendo, assim, a ponte entre a empresa e a polícia judiciária, escreve um conjunto de artigos e livretos a criticar abertamente o ímpar poder daquela Companhia. As acusações que faz à diamantífera tocam todas as áreas de atividade: do autoritarismo laboral ao recurso a trabalho forçado, da prepotência administrativa ao total desrespeito pelas autoridades do Estado, das pretensões políticas à constituição de serviços policiais próprios (ver capítulo II), passando, claro, pelos benefícios fiscais acordados com o Estado que só beneficiavam os acionistas estrangeiros e que prejudicavam o interesse nacional. Para o autor, o exemplo do que se passara com a negação do pagamento do IEDA, demonstrava bem como a empresa se negava autoritariamente a cumprir “as

⁸⁰⁴ *Idem, ibidem*, p. 90.

⁸⁰⁵ *Translations on Africa n°1576, op. cit.*, p. 8.

⁸⁰⁶ Vlaams Angola Comité, «Dossier sobre Portugal...», *op. cit.*, p. 90.

⁸⁰⁷ Manuel Lucena, *Os lugar-tenentes de Salazar*, (Lisboa: Alêtheia Editores, 2015), pp. 241-243.

normas a que todos devem submeter-se no conjunto agregado nacional”⁸⁰⁸. Segundo a empresa, quando a polémica rebenta, Santa Ana Júnior havia sido dispensado pelo Tenente-coronel “devido à sua péssima conduta. As suas exigências de dinheiro, a pretexto de deslocações e outros casos, eram crescentes; e até dívidas de jogo chegou a relacionar”⁸⁰⁹. É a partir daquela altura, em meados de 1961, que este se tornara um “acérrimo inimigo da Companhia”⁸¹⁰. Para a empresa o assunto era claro: tinham sido as instâncias jurídicas a determinar que a Companhia estava, de facto, na posse da razão. Para mais, para a simples interposição de recurso, a Diamang foi obrigada a depositar 88.636.447\$00, ou seja, a importância que lhe fora liquidada. Apesar do caso ter sido devidamente resolvido pelas entidades competentes e, com isso, o assunto parecer ter ficado devidamente arquivado, as acusações de Santa Ana Júnior criaram um claro desconforto tanto para a empresa como para o Estado. Chocado pelo facto de um artigo da sua autoria, onde analisava a má gestão da comercialização de diamantes na Província, ter sido suspenso pela censura - o que o levava a indagar se a Diamang teria acesso ao “lápiz azul”⁸¹¹ -, o autor acusa os dois lados da parceria de procurarem “calar esta débil mas intrometida voz” que procurava apenas expor a “atividade escura e indigna da Diamang”⁸¹².

⁸⁰⁸ Santa Ana Júnior, citado em: Companhia de diamantes de Angola, *Nota sobre a publicação intitulada «Factos Verídicos sobre a exploração diamantífera em Angola»*, da autoria de João Vieira Santa Ana Júnior, 25 de junho de 1969, ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15 nº5.

⁸⁰⁹ *Idem, ibidem*.

⁸¹⁰ *Idem, ibidem*.

⁸¹¹ Santa Ana Júnior, «Factos Verídicos sobre a exploração diamantífera de Angola, 1969, p. 17, ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15 nº5, doc.38.

⁸¹² *Idem, ibidem*, p. 17. Santa Ana Júnior não foi, no entanto, a primeira figura a erguer a sua voz contra as atividades da Diamang. Antes mesmo das críticas, dotadas de alguma perplexidade, dirigidas à empresa por Gilberto Freyre e Cunha Leal (ver Cap. II), o Deputado Cancela de Abreu, em 1958, já havia exposto algumas considerações sobre a Diamang, quer através de intervenções na Assembleia Nacional quer através de artigos publicados no jornal *O Século*. No cerne das suas acusações estava a abusiva redistribuição de dividendos entre os acionistas da empresa. Para o Deputado não valia a pena expor o montante monetário que a Província recebia daquela empresa. Por mais aparentemente exorbitante que esse valor fosse, a Província deveria receber o que “é justo que receba” principalmente tratando-se da “exploração da maior riqueza arrancada das suas entranhas”. Para o Deputado era necessário rever os moldes contratuais com a Diamang e garantir que as participações nos lucros da empresa deixassem de ser fixas, correspondendo novos impostos consoante o valor em causa: «Faz-se mister não consentir Estados dentro do Estado; e, para tanto, exprimo o voto de que o Estado reveja em maior profundidade estes problemas e se proceda com energia, remediando, quanto possível, o que está e providenciando para que os casos como o da Companhia de Diamantes não possam repetir-se jamais. E não voltem a consentir-se nas empresas concessionárias do Estado ou privilegiadas retribuições sem limites, cujo montante não pode prever-se, mas sim fixando-se anualmente a participação dos corpos gerentes nos lucros, por intermédio das assembleias gerais ou de comissões especiais eleitas para este fim, como sucede na maioria das sociedades e vai suceder na nova empresa de lapidação de diamantes. E, para corrigir a participação dos lucros atualmente ainda exorbitantes, se outra solução não houver, poder-se-ia, para o efeito do imposto complementar, fazer incidir nela, somada com o vencimento fixo, taxas especiais privativas mais elevadas nos últimos escalões da tabela, e com limite máximo muito superior ao atual de 45%. Deste modo, o aumento não afetava os

É em resposta a este quesito que a Companhia de Diamantes divulga uma rubrica sobre a sua “Contribuição para a Defesa do Património Nacional no Quinquénio de 1964/1968”⁸¹³. A administração da empresa procurava provar a sua lealdade ao projeto colonial a partir das contribuições destinadas à Província. Entre as despesas discriminadas na tabela lêem-se os gastos com material e pessoal do Corpo de Voluntários – num total de 52.839 mil escudos –, as ajudas às Comissões Locais de Contrassubversão – 77.881 mil escudos –⁸¹⁴, as despesas com forças militares na sua zona de exploração – 41.972 mil escudos – e as várias contribuições e doações monetárias a entidades como a Cruz Vermelha, a Associação Portuguesa de Empresas Ultramarinas, bem como a outras organizações relacionadas com a defesa do património nacional – 10.706 mil escudos –⁸¹⁵. Mas se esta primeira tabela pouco acrescenta ao que já sabemos, o segundo documento anexado, “Situação dos Empréstimos à Província de Angola”, é particularmente flagrante da dependência financeira do Estado relativamente à Diamang. A relação contratual entre a empresa e o Estado acolhia, desde 1921, a possibilidade de a Diamang facultar empréstimos ao setor público. Naquele ano, para além do Estado deter 5% do capital social da empresa, ter assento na Assembleia Geral e receber 40% dos lucros líquidos da empresa, somando ainda os dividendos respetivos às suas ações, poderia também receber 15 empréstimos anuais a um prazo de 35 anos⁸¹⁶. Em 1937 o contrato, na sequência da publicação do Acto Colonial e dos novos pressupostos legislativos mais nacionalistas, é revisto, aumentando para 50% os lucros destinados à colónia. Ao longo dos anos, o Estado e a empresa renegociaram, por várias vezes, os pressupostos contratuais relativos aos empréstimos destinados à Província. No final de Dezembro de 1968 a Província devia 708.478.571\$70 à empresa e, até 1975, somavam-se mais 480.733.809\$90⁸¹⁷. É ainda necessário não esquecer que o Estado recebia, à data, 50% dos lucros da Diamang, sendo que os restantes 50% eram distribuídos pelos acionistas e, como o Estado também

rendimentos de outras proveniências, e, quanto à taxa máxima a aplicar, ainda ficaríamos muito longe de atingir a de outros países». Santa Ana Júnior, «A Diamang useira e vezeira nas suas artes mágicas comerciais», ANTT/Aquivo Soares Carneiro, cx.15, nº5, doc. 38, pp. 30-31.

⁸¹³ Companhia de Diamantes de Angola, “Polémica a volta da acusação por parte de João Vieira Santa Ana Júnior contra a Diamang acusando-a de tráfico de diamantes”, pp. 17-18, ANTT/António Soares Carneiro, cx.15, nº5.

⁸¹⁴ As Comissões Locais da Contrassubversão são criadas em 1968. Tratava-se de instituições de nível local (concelhos, freguesias, circunscrições e postos administrativos) que articulavam os comandos militares locais com a respetiva autoridade administrativa e que podia convocar, para as suas reuniões, notáveis locais e representantes de entidades privadas.

⁸¹⁵ Companhia de Diamantes de Angola, «Polémica a volta ...», *op. cit.*, doc.1.

⁸¹⁶ Álvaro Ferreira da Silva e Pedro Neves, «The paradox of nationality...», *op. cit.*, pp. 28-31.

⁸¹⁷ *Idem, ibidem*, pp. 37-38.

aumentou para 12% a sua cota de ações na empresa, aos 50% juntavam-se mais 12% dos lucros⁸¹⁸. Em 1972, colocando-se de fora os empréstimos concebidos e a participação do Estado enquanto membro acionista (12%), a empresa contribuía com 1,070,624.87 escudos para as contas do Tesouro da Província⁸¹⁹.

No entanto, esta verdadeira parceria recíproca entre o governo e a empresa privada era já alvo de fortes preocupações para o Subcomité da O.N.U. responsável por acompanhar de perto a situação nos territórios administrados pelos portugueses. Em 1965, o relatório daquele organismo já traçava o longo historial que acompanhava a prestação de empréstimos ao setor público. Esta dependência correspondia a uma prática prolongada que não tinha sido criada pela necessidade de fazer face às despesas da guerra. Sob o auspício do primeiro contrato de concessão, a empresa terá garantido ao Estado, em Maio de 1921, dois empréstimos de 200,000 libras cada, seguindo-se outros nos primeiros anos de operação. Em 1936 a então colónia era devedora de um total de 797,630 libras esterlinas⁸²⁰. Quando o contrato entre as duas partes é renegociado em 1937, novos empréstimos se seguem, assim como a extensão do respetivo prazo de cobrança. Em 1946 outro empréstimo no valor de 1 milhão de libras é acordado em sintonia com a criação de um fundo de desenvolvimento para o financiamento dos Planos de Fomento da Província. Se o desenvolvimento da Lunda era resultado da ação daquela Companhia na região – criação de escolas, hospitais, maternidades, cuidados de saúde móveis, habitações, museus, cinema, infraestruturas lúdicas, etc. –, a empresa contribuía ainda para os primeiros passos do desenvolvimentismo tardio do final dos anos 40 e início dos anos 50. Ainda assim, a inventariação dos contributos continua para os anos que se seguem. Os 208.424.938,52 escudos creditados a favor do Governo angolano em 1955 previam um novo empréstimo que permitisse soldar as dívidas pendentes. Segundo aquele organismo, este acordo previa ainda uma alteração da lógica de cobrança: caso o Estado não fosse capaz de saldar a dívida, o reembolso deveria a partir de então ser deduzido da participação do Território nos lucros e dividendos da empresa⁸²¹. Depois das revoltas de 1961, a Diamang concordou em dotar as contas públicas com mais um empréstimo. Desta

⁸¹⁸ Walter Marques, Gabinete do Secretário Provincial, “Apontamento da sessão de trabalho com o Presidente da Diamang”, 7 de Abril de 1973, p5, António Soares Carneiro, cx. 15, nº5.

⁸¹⁹ *Idem, ibidem*.

⁸²⁰ O.N.U., Document No A/6000/Rev.1, Report of the Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, New York, 1965. p. 238.

⁸²¹ *Idem, ibidem*.

feita, em Janeiro de 1962, mais 20 milhões escudos foram emprestados por vinte anos a uma taxa de juro de 1%, sendo o prazo da primeira prestação acordado para Julho de 1963. Nesse mesmo ano, outro empréstimo de 150 milhões de escudos foi concedido ao Governo Territorial em condições substancialmente idênticas, nomeadamente, o reembolso do capital em vinte prestações anuais de 1964 até 1984, juntamente com os juros de 1% ao ano⁸²². Segundo a O.N.U., no final de 1969, a Diamang tinha contribuído com mais de 4.824,7 milhões de escudos para o orçamento da Província, valor que incluía os lucros das ações do Estado, os respetivos dividendos, bónus e empréstimos. Deste montante, 2.565,2 milhões de escudos teriam sido pagos a partir do ano de 1963, numa média de aproximadamente 350 milhões de escudos por ano. No ano de 1969, o governo da Província teria recebido 349,02 milhões de escudos da empresa, dos quais 316,02 correspondiam à participação do Estado na distribuição dos lucros e os restantes 33 milhões de escudos nos dividendos e bónus sobre as ações da Diamang⁸²³.

Mas a potencialidade do setor mineiro de diamantes não se cingiu sempre à atividade da Diamang. Ao fim de 52 anos de um incontestável e exclusivo domínio sobre o setor dos diamantes de Angola, o último ano da década de 60 viria alterar esse cenário. Em 1969, num espaço de dois meses, a Diamang passa a partilhar a exploração diamantífera com mais quatro empresas: a Oestediam - a Companhia de Diamantes Oeste de Angola; Diversa – Internacional de Exploração de Diamantes; a Diamul – Companhia Ultramarina de Diamantes e a Dinaco – Companhia Nacional de Diamantes⁸²⁴. O início de cada um dos Decretos promulgados começa com a mesma indicação: “Considerando as vantagens que resultarão para a Província de Angola da intensificação da pesquisa e exploração de diamantes no seu território, ...”, celebrava-se, então, o contrato com cada uma das empresas, garantindo ao Estado 10% do total das ações destas novas companhias

⁸²² *Idem, ibidem.*

⁸²³ O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), Activities of Foreign Economic and other interests which are impeding the implementation of the declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples in Southern Rhodesia, Namibia and Territories under Portuguese Domination and in all other Territories under Colonial Domination and Efforts to eliminate colonialism, apartheid and racial discriminations in Southern Africa, New York, 1975, pp. 39-41.

⁸²⁴ Decreto nº48985 de 2 de Maio de 1969 – Retifica o contrato entre o Estado português e a Companhia de Diamantes Oeste de Angola, S. A. R. L. – Oestediam; Decreto nº49019 de 22 de Maio de 1969 - Retifica o contrato entre o Estado português e a Diversa - Internacional de Exploração de Diamantes, S. A. R. L. [estas duas companhias eram apoiadas, técnica e financeiramente, por duas empresas americanas: no primeiro caso pela Diamond Distributors e, no segundo caso, pela também norte-americana Diversa Inc.]; Decreto nº 49071 de 20 de Junho de 1969 – Retifica contrato com o Estado português e a Diamul - Companhia Ultramarina de Diamantes, S. A. R. L e, por fim, o Decreto nº 49131 de 17 de Julho de 1969 que Retifica contrato com o Estado português e a Dinaco – Companhia Nacional de Diamantes.

criadas, invariavelmente, por capitais estrangeiros e com sede em Lisboa ou Luanda⁸²⁵. O Estado colonial concessionou a estas novas empresas, criadas em tempo recorde por ordem de Marcello Caetano, 19% do território angolano, sendo que 81% continuaria a compor a área exclusiva da Diamang. Em 1971, uma outra empresa, criada de uma parceria entre a Diamang e a influente De Beers Consolidated Mines of South Africa, junta-se ao leque das empresas diamantíferas em Angola. É necessário não esquecer que a De Beers era, à data, a maior produtora mundial de diamantes, que continha ainda a Central Selling Organization, que controlava 85% da produção mundial de diamantes. O Consórcio Mineiro de Diamantes (CONDIAMA) foi criado pelo Decreto nº 198/71 de 12 de Maio de 1971 e passou a operar nos 975,00 quilómetros quadrados que, até então, estavam englobados na zona de prospeção da Diamang⁸²⁶. Tanto a Diamang como a De Beers eram responsáveis por subscrever, cada uma, 49% do capital inicial, estendendo-se esta exigência a todos os futuros aumentos de capital, sendo que estes não podiam ser inferiores a 24 milhões de escudos. O Governo de Angola, para além de controlar gratuitamente 10% das ações da nova empresa, podia exigir um posterior aumento de capital de 15%. Uma vez mais, como a O.N.U. e outros organismos internacionais alertavam, o capital estrangeiro ganhava progressivamente terreno dentro da Província⁸²⁷.

Enquanto parte de uma política do colonialismo tardio português e, também, da necessidade de receitas do Estado, os novos contratos determinavam o volume mínimo de capital a ser investido pelo setor privado a cada ano. O Estado pretendia assim impulsionar a pesquisa de diamantes para que as minas comesçassem a ser trabalhadas o mais rápido possível. Procurava-se acelerar o processo, tanto quanto possível, para que o Estado pudesse beneficiar dos lucros das suas participações, mas também pelo interesse resultante das taxas de exportação dos minérios. A guerra e, talvez, a percepção de que as riquezas angolanas poderiam fugir ao controlo português, pautaram um ritmo mais acelerado da exploração diamantífera mas não só, dos últimos cinco anos do Império português. Ainda assim, a Diamang manteve o direito de operar com exclusividade em toda a sua área de prospeção por tempo ilimitado e continuou isenta do pagamento de

⁸²⁵ *Idem, ibidem.*

⁸²⁶ O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), Activities of Foreign Economic and other interests..., *op. cit.*, New York, 1975, p. 43.

⁸²⁷ Para a Subcomité, Portugal já não se preocupava em esconder o crescimento dos interesses estrangeiros na rede de capitais da Província, leia-se: «As regards foreign investments, these changes have been summed up as follows: recognition that Portugal must participate in European economic integration; recognition of the need “for collaboration of foreign capital integrated in the political and economic aims of the country” (underlining added); and recognition of the need to encourage export manufactures». *Idem, ibidem*, p. 35.

impostos, licenças, taxas e outros encargos que pudessem vir a ser criados pelo governo central ou local⁸²⁸. Este novo contrato previa ainda uma cláusula destinada a aumentar a participação do Estado na distribuição dos lucros não líquidos da diamantífera. A partir do ano de 1963 o relatório final relativo ao desempenho financeiro da empresa passara a incluir uma nova alínea intitulada “venda de diamantes a apurar” que, no ano de 1962, atingira a quantia de 173,7 milhões de escudos. Uma vez que este item representava a venda de diamantes cujo preço não tinha sido fixado, o seu valor não entrava nos cálculos dos lucros obtidos pela empresa. Em 1969, já ascendia aos 793.5 milhões de escudos e, um ano mais tarde, aos 1.000 milhões de escudos. Por representar lucros que não seriam distribuídos, nas negociações entre o governo português e a companhia, que se traduziu no acordo assinado em Outubro de 1970, garantiram que 50% daquele valor seria, à semelhança do que acontecia na distribuição dos lucros nominais, destinados ao Estado e a outra metade permanecia na conta de capital da empresa⁸²⁹. Desta forma, as 1.730.000 ações da empresa, cujo valor nominal era, até então, de 170\$00, passam a valer cada 500\$00. No quadro mais amplo, o capital da empresa, até então de 294.100.000\$00, aumentava para 865.000.000\$00⁸³⁰. O Estado garantia assim um enriquecimento dos cofres públicos da Província, ao ter de lhe ser depositada a quantia de 570 milhões de escudos. Deste valor, dados os empréstimos concedidos pela empresa, 460 milhões eram pagos e os restantes 110.9 eram retidos pela Diamang enquanto forma de reembolso do empréstimo de 500 milhões de escudos que a empresa tinha concedido ao Estado, a uma taxa de juro de 4%, e que deveria ser pago em cinco prestações iguais a partir de 1968. Estes prazos foram renegociados, passando as prestações a dever ser pagas anualmente de 1971 a 1975. Desta feita, incluindo este empréstimo, o Estado devia, no final de 1969, 650,1 milhões de escudos à Companhia de Diamantes de Angola (ver anexo VIII - Registo de cinquenta anos de operação da Companhia de Diamantes de Angola, 1971).

Os casos aqui expostos não esgotam os exemplos que poderiam reforçar o argumento e o objeto de estudo apresentado. A internacionalização da economia angolana implica uma análise sistémica que não se esgote na compartimentalização temporal ou setorial. É um trajeto de longa duração que evidencia a influência de processos e mutações internas, mas, também, globais. O setor petrolífero, exposto de forma muito breve, demonstra como este campo de estudos pode sempre vir a incluir novos objetos de análise.

⁸²⁸ *Idem, ibidem*, p. 39.

⁸²⁹ *Idem, ibidem*, p. 41.

⁸³⁰ Base I do Decreto-Lei n.º 536/70 de 29 de Outubro de 1970.

Neste caso, se o analisarmos de forma isolada, o investimento estrangeiro direcionado à prospeção petrolífera em Angola pode ofuscar a realidade mais extensa da receção deste tipo de capitais na Província, podendo ser analisado em convergência, embora enganadora, com as teses que estabelecem uma relação de causalidade direta entre o início da Guerra e a abertura internacional da economia angolana. Talvez porque as primeiras iniciativas tenham falhado nas suas pesquisas por petróleo, os estudos parecem ter dedicado uma menor atenção à composição, e progressiva evolução, acionista destas empresas. Fundada em 1916, a Companhia do Petróleo de Angola, com vínculos, como vimos, ao grupo Burnay e que contava com Vilhena no Conselho de Administração, foi, três anos depois da sua constituição, englobada no grupo americano Sinclair Consolidated Oil Company, sendo frequentemente expostas, embora sem grande detalhe, as suas fortes ligações aos interesses belgas⁸³¹. A Companhia de Combustíveis do Lobito (Purfina), de 1952, desenvolveu a sua pesquisa nas áreas que lhe foram então concedidas entre os distritos do Cuanza e do Congo e que já haviam sido, anteriormente, sondadas pela Sinclair⁸³². Desde cedo, os trabalhos realizados para a exploração petrolífera nas áreas concessionadas, nomeadamente em Benfica, realizaram-se sob a tutela da Petrofina, empresa belga que, como vimos, pertencia ao grupo da Société Générale⁸³³. Em 1957, os direitos e as obrigações da Purfina foram transferidos para uma nova empresa, criada em parceria com a Petrofina: a Petrangol⁸³⁴. Desta feita, a nova empresa ficou responsável pelos trabalhos de exploração e pesquisa, enquanto a Purfina passou a estar incumbida das operações de distribuição⁸³⁵. O contrato entre o Estado e a empresa determinava que 55% do capital societário fosse português e previa ainda uma clara regulamentação das relações entre a Petrangol e a Petrofina. Qualquer tipo de assistência, fosse técnica, financeira ou comercial, que a empresa belga viesse a prestar tinha de ter o acordo prévio do Estado português⁸³⁶. Em 1969, a participação do Estado nos lucros da Companhia atingiu os 190.4 milhões de escudos. Até finais da década de 50 as empresas petrolíferas, nomeadamente as de exploração, contaram sempre com a incorporação de capitais internacionais, se não na sua composição inicial, pelo menos nas parcerias que efetuaram

⁸³¹ O.N.U., Document No A/6000/Rev.1, Report of the Special Committee ..., *op. cit.*, p. 241.

⁸³² *Idem, ibidem*. Ver também «Breve história da pesquisa ...», *op. cit.*, pp. 640-641.

⁸³³ Leonardo Aboim Pires, «Modernização e industrialização em contexto colonial, ...», *op. cit.*, pp. 511-512.

⁸³⁴ *Idem, ibidem*, p. 512.

⁸³⁵ Franco Tomassoni, «A trajetória hegemônica do petróleo angolano», *Revista Novos Rumos* 55 1 (2018); pp.1-38, p. 10, <http://dx.doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.07>.

⁸³⁶ O.N.U., Document No A/6000/Rev.1, Report of the Special Committee ..., *op. cit.*, p. 242.

posteriormente e que ditaram a viabilidade das suas operações. Exemplo disso mesmo é a criação, em 1957, da Cabinda Gulf Oil Company, subsidiária do Grupo americano GULF que era, à data, o terceiro maior produtor mundial de petróleo⁸³⁷. Esta empresa, que marca de forma incomparável a trajetória deste setor na economia da Província, garantiu, pelos seus avultados investimentos que permitiram a descoberta de petróleo seis anos depois do início das atividades de prospeção, que este produto viesse a ocupar um lugar cimeiro, e crescente, na tabela das exportações angolanas, principalmente depois de 1970. É ainda necessário não esquecer, como foi dito no anterior capítulo, que Kurmitt Roosevelt, sócio de Downs na empresa contratada pela A.P.E.U. para levar a cabo a campanha de esclarecimento da opinião pública nos E.U.A. - a Downs&Roosevelt -, era não só neto do Presidente Roosevelt como representante em Washington da Gulf Oil⁸³⁸. O que este caso nos mostra, mais do que a circulação de elites ao nível transimperial e internacional, é que a máquina da propaganda privada criada durante a Guerra Colonial, se apoiou e tirou vantagens de uma rede empresarial já consolidada. Em 1970, de acordo com declarações prestadas por um representante da Gulf Oil ao Subcomité da O.N.U., a empresa teria pagado mais de 30 milhões de dólares ao Governo de Angola, decorrentes do pagamento de impostos, *royalties* e de outros encargos “especiais”. No entanto, esta quantia era, em grande parte, um adiantamento sobre *royalties* e impostos que poderiam vir a ser aplicados a futuras produções petrolíferas que a empresa previa vir a realizar⁸³⁹. Trajetórias deste tipo não apagam, no entanto, outros casos em que o capital português imperava, como é exemplo a Companhia Agrícola do Casseque, açucareira detida pela família Espírito Santo, da qual já falamos no capítulo II, ou a Sociedade Anónima Concessionária de Refinação de Petróleos em Portugal (SACOR), fundada na metrópole em 1938, que detinha a Angol, empresa que, em 1967, obtém direitos de exploração de petróleo em Angola e que, até então, atuava no setor da distribuição. Em 1970, a O.N.U. estimava que pelo menos mais trinta e três empresas haveriam já submetido pedidos de autorização ao Governo português para que pudessem obter concessões petrolíferas. Este número dava apenas conta daquelas que continuavam a aguardar aval por parte das autoridades⁸⁴⁰. Tanto o pagamento antecipado da Gulf Oil, como o aumento do número

⁸³⁷ Franco Tomassoni, «A Trajetória hegemónica ...», *op. cit.*, p. 3.

⁸³⁸ Alexandre Ribeiro da Cunha, «Kurmitt Roosevelt», 6 de Agosto de 1962, PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12829.

⁸³⁹ O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), Activities of Foreign Economic and other interests..., *op. cit.*, New York, 1975, p. 48.

⁸⁴⁰ *Idem, ibidem*, p. 40.

de empresas a submeterem pedidos de concessão ao Governo português, demonstram a confiança do setor privado na manutenção do regime colonial português.

Angola: Evolution of government expenditure, 1968-1971^{a/}

(million escudos)

<u>Expenditure</u>	<u>1968</u>	<u>1969</u>	<u>1970</u>	<u>1971</u>	<u>Percentage increase 1971 over 1968</u>
National security, including secret police	33.3	43.2	50.6	72.6	118.0
Public Security Police (PSP)	221.4	305.4	363.5	463.5	109.3
OPVDC	14.0	46.2	44.0	49.4	252.9
	268.7	394.8	458.1	585.5	117.9
Educational services	334.9	401.7	457.4	611.8	82.7
University of Luanda	49.5	97.2	145.5	235.5	375.7
Public health	257.8	323.2	351.7	431.4	67.3
	642.2	822.1	954.6	1,278.7	99.1

Source: Boletim Oficial de Angola, Series I, 24 January 1968, 7 February 1969, 6 February 1970 and 5 February 1971.

a/ Data from budget estimates, summary table of chapter IV, Administração Geral e Fiscalização.

Angola: Estimated territorial income from mining, 1970

(million escudos)

Dividends and profits from DIAMANG	349.0 ^{a/}
Special payment from DIAMANG	570.9
Income from Angola Petroleum Company (PETRANGOL)	190.7 ^{a/}
Cabinda Gulf Oil Company	855.0 ^{b/}
ANGOL	9.5 ^{a/}
	<u>1,975.1</u>

a/ Rate paid by the company in 1969 (PETRANGOL report for 1969).

b/ Gulf statement to United States Congress, Sub-Committee on Africa, May 1971.

Imagem X – Evolução das despesas do governo português (1968-1971) e contribuição do sector mineiro para os cofres do Estado (1970); Fonte: O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), Activities of Foreign Economic and other interests which are impeding the implementation of the declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples in Southern Rhodesia, Namibia and Territories under Portuguese Domination and in all other Territories under Colonial Domination and Efforts to eliminate colonialism, apartheid and racial discriminations in Southern Africa, New York, 1975, p. 56.

Podemos ainda argumentar que os valores assim apresentados pouco conseguem mostrar. As duas tabelas que se seguem dotam os dados quantitativos de alguma perspetiva. Muito embora a segunda tabela apenas mostre as contribuições para o Estado das participações na Diamang e no setor petrolífero, excluindo, desta forma, o contributo de outros setores e empresas – nomeadamente a Cotonang e os C.F.B. -, podemos perspetivar o modo como as empresas privadas angolanas, apoiadas por capitais estrangeiros, eram não só preponderantes na economia da Província, como colocar em

perspetiva os custos, de alguma forma marginais, da guerra e do desenvolvimentismo tardio na última fase do colonialismo português. Em 1970, as despesas do Estado colonial em segurança nacional – na qual se incluía a PIDE –, com a O.P.V.D.C.A. e com a PSP, com os serviços de educação, a Universidade de Luanda e em saúde pública, ascendiam aos 954 milhões de escudos. A segunda tabela mostra o contributo de apenas quatro empresas: a Diamang, a Petrangol, a Gulf Oil e a Angol. Em 1970, este pequeno grupo de empresas - embora não se possa desvalorizar o facto do petróleo e dos diamantes ocuparem posições de destaque no rol dos produtos exportados da Província - superavam todos aqueles gastos, garantindo ao Estado 1.975,1 milhões de escudos⁸⁴¹. É ainda necessário não esquecer que estas empresas, como se procurou demonstrar no capítulo I e II, eram também responsáveis pela implementação dos planos de autodefesa nas zonas concessionadas, garantindo, assim, a defesa da soberania portuguesa nos territórios onde operavam.

Também no caso do Plano do Cunene, que afluamos no capítulo II, o controlo militar e de contribuição em termos de defesa civil vieram acompanhados, e são inseparáveis, de uma inserção do Plano ao nível transnacional. Este projeto agregou outros atores e interesses. Não era apenas a relação entre custos e proveitos a longo-prazo que cada um dos Estados retiraria dos acordos. Na verdade, outras motivações integravam os cálculos geoestratégicos de ambas as partes, ampliando, de alguma forma, os interesses internacionais para lá da relação bilateral entre vizinhos. Além das empresas de construção envolvidas no projeto, como a LTA do grupo de Anglo-American Corporation of South África, encontrava-se uma ampla lista de entidades bancárias transnacionais: Dresdner Bank, Commerz Bank, Deutsche Bank e o Berliner Handelsgesellschaft (todos da Alemanha Ocidental), o inglês Hill Samnel, o Crédit Commercial de France S.A. e o Crédit Lyonnais (ambos franceses), os holandeses Algemene Bank Netgerland e o Netherland Bank of South Africa e, ainda, o Kreditbank S.A. do Luxemburgo⁸⁴². Do lado angolano, a lista de beneficiários privados era encabeçada pela Companhia das Minas de Ferro de Cassinga, controlada pela empresa alemã Fried Krupp e da qual eram acionistas o Banco americano Export/Import, o sueco Lavoro Bank A.G., o Banker's Trust da Grã-Bretanha e o dinamarquês Haggard and Schultz⁸⁴³. Indiretamente, a americana General Electric beneficiaria também. Fornecedora das locomotivas para as minas de Cassinga, o

⁸⁴¹ *Idem, ibidem*, pp. 45-47.

⁸⁴² M.P.L.A., «Plano do Cunene ...», *op. cit.*, p. 33.

⁸⁴³ *Idem, ibidem*, p. 34.

aumento da produção, cuja estimativa era que quintuplicasse com a eletrificação da região do Cunene, implicaria a importação de mais maquinaria para a extração mineira⁸⁴⁴. Se estas empresas tirariam proveito imediato, a eletrificação da região facilitaria ainda a captação de mais investimento estrangeiro para novas operações de pesquisa e prospeção de petróleo e diamantes. Estes dois setores chave da economia angolana, cujo número de empresas, como vimos anteriormente, prosperava, eram vitais para o financiamento do Estado. Assim, pode-se dizer, que a captação de investimento estrangeiro e a sequente instalação de novas empresas, não só aumentaria as receitas do Estado por via do pagamento dos respetivos impostos ou pela participação do mesmo na composição acionistas dessas empresas, como solidificava a posição securitária daquela zona da Província incutindo, ao setor privado, as respetivas responsabilidades de defesa civil das áreas contratualizadas.

No início dos anos 70, um grupo de pressão holandês levou a cabo uma intensa campanha contra a importação do café angolano. Segundo esse movimento, o boicote privaria o Estado colonial português de 35 milhões de dólares o que enfraqueceria a capacidade militar contra os movimentos de subversão⁸⁴⁵. Na mesma linha, e também em Março de 1972, o Conselho Ecuménico das Igrejas organizou um simpósio sobre o Cunene. As conclusões e recomendações desse evento procuravam reforçar a pressão sobre as empresas europeias e a Comunidade Económica Europeia no sentido de retirarem o apoio ao projeto e, assim, descapitalizarem o mesmo⁸⁴⁶. Isto demonstra que para combater o colonialismo português a oposição teria de ser, também ela, transnacional e teria de visar a rede interconectada de capitais estrangeiros.

- Outros contributos para a defesa de Angola e para o debate sobre a dependência colonial portuguesa

A análise da documentação aqui apresentada pode levantar duas questões que, embora diferentes, coloquem em causa o trabalho de investigação empreendido. A

⁸⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 17.

⁸⁴⁵ Dossier du Mois, «Le boycott du café angolais en Hollande», s.d., CIDAC / BAC – 251-4. Le soir, «Le Prince Claus et le café d'Angola», Março 1972, CIDAC / BAC – 251 – NC – 2.

⁸⁴⁶ "Le projet de barrage du Cunene rêve ou cauchemar?", *Mensuel SOEPI*, Edição Mensal do Service œcuménique de Presse et d'Information, Conseil Œcuménique des Églises, Abril de 1972, AHD/MU/GM/GNP/RNP/6547/002.

primeira trata-se de não serem fontes originais, mas sim trabalhos de investigação levados a cabo por entidades que não escondiam o seu propósito: constituem alertas que se propunham a demonstrar a exploração exercida pelo regime colonial e, assim, colocavam em causa a legitimidade portuguesa na administração ultramarina. Se este era o ponto de partida, os relatórios procuravam também expor o apoio financeiro que Portugal recebia por parte de outras potências, a quem, alegadamente, devia os meios para continuar a travar a luta contra a descolonização. Também por isso, podemos questionar se a documentação oculta parte dos relatórios que lhe serviram de fonte primária e que não fortaleciam os objetivos que se propunham alcançar. Não se pretende aqui ocultar ou não chamar atenção para este problema. Ainda assim, semelhantes quesitos podem ser apontados aos escritos laborados por funcionários do Estado Colonial. A documentação que compõe os arquivos dos Estados coloniais consubstancia, em si, o discurso oficial, ou seja, a “lei do que pode ser dito”⁸⁴⁷. Desta forma, estes documentos escondem sempre um, ou mais, lados da história. No entanto, podemos ali encontrar a enunciação do conceito weberiano de “segredo oficial”, isto é, aquilo que apenas podia ser pronunciado no quadro da burocracia estatal, devidamente protegido pela vigilância e pelo acesso restrito por parte das patentes especializadas⁸⁴⁸. Desta forma, qualquer fonte consultada preconiza um lado da história, acorando consigo as suas idiossincrasias específicas, enquanto espelham uma “verdade” socialmente construída. Este trabalho, ao procurar colocar as experiências coloniais como elas de facto aconteceram, em constante interação e diálogo, procurou apenas indigitar o caráter relacional e internacional, de mútuas dependências, que o setor privado exerceu. A circulação de conhecimento, de técnicas de exploração, de elites empresariais, de sistemas de gestão laboral e de *expertise* acompanharam as transferências de capitais e o investimento estrangeiro. Se o início da *era da descolonização*, e a consentânea criação de organismos internacionais, nomeadamente no II pós-Guerra, desafiaram a estabilidade dos Impérios Coloniais e impuseram novos modelos de modernização e de desenvolvimento, as grandes empresas multinacionais coloniais agiram, desde o início do século XX, em diálogo e parceria na exploração dos recursos e das matérias-primas dos países africanos. Elas representam, por isso, e talvez somente a par do cruzamento de fronteiras por parte dos africanos, o primeiro grande eixo transimperial. A conclusão é, por isso, pouco surpreendente: a

⁸⁴⁷ Ann Stoler, «Colonial Archives and the Arts of Governance», *Archival Science* 2, (2002); pp. 87-109, p. 94

⁸⁴⁸ *Idem, ibidem*, p. 107.

colonização portuguesa ou, pelo menos, a colonização económica e financeira dos territórios ultramarinos foi, de facto, acompanhada e amparada por interesses “estrangeiros”. No entanto, como Clarence Smith conclui, a própria ideia de “capital nacional” é problemática. Nas suas palavras: “Capital is a single system to which no nationality can be attributed from a strictly economic point of view. The placing of national or territorial labels on capital stems from the fact that certain capitalists tend to have privileged access and recourse to particular forms or levels of state power”⁸⁴⁹. A proximidade da elite empresarial portuguesa escolhida para integrar estes círculos transnacionais não deixa de corroborar esta ideia. Na verdade, como vimos, a elite económico-financeira transimperial acabava por ser um grupo relativamente pequeno e fechado, principalmente se tivermos em conta o número de empresas, já para não falar dos milhares de trabalhadores – europeus, mas, principalmente, africanos - que estavam sob o comando desses grupos. Sobre este assunto não deixa de ser oportuno perguntar pelo grau de confiabilidade que as elites governamentais depositavam nos delegados escolhidos pelo Estado como seus representantes nos vários Conselhos de Administração. Pereira Neto, na entrevista já citada anteriormente, responde de forma imediata e bastante convicta quando foi questionado sobre a imagem que os burocratas do G.N.P. tinham de Ernesto Vilhena: “era um bandido”⁸⁵⁰. Na mesma linha, num relatório de 1965 sobre os problemas que pairavam sobre o setor petrolífero, o autor problematiza a lealdade daqueles que estavam sentados nos conselhos de administração da Petrangol, de onde tantas vezes saíam decisões contrárias ao interesse nacional, considerando que as motivações eram, maioritariamente, resultado de objetivos económicos “dispersos e distantes”⁸⁵¹. Estas considerações corroboram a ideia acima defendida de que a escolha do Estado foi estrangida pelas fronteiras inerentes a estes Conselhos e às suas redes de elites. Se este problema se fazia sentir nos escritórios estatais que acompanhavam as atividades das grandes empresas coloniais, a nomeação dos representantes portugueses por parte dos investidores estrangeiros também era forçada por possíveis inquietudes. Se uma das preocupações passava por assegurar uma relativa proximidade entre os

⁸⁴⁹ Gervase Clarence-Smith, «Business Empires in Angola ...», *op. cit.*, p. 11.

⁸⁵⁰ Entrevista a João Pereira Neto, 16 de Julho de 2018, pelas 16h, Sociedade de Geografia de Lisboa, Concedida a Teresa Furtado e Bernardo Pinto da Cruz.

⁸⁵¹ «Nota prévia sobre o Problema dos petróleos de Angola», 24 de Abril de 1965, ANTT/AOS/CO/UL – 32-1, citado em: Franco Tomassoni, «A Trajetória hegemónica do petróleo em Angola», Comunicação apresentada no seminário de História Global e História dos Impérios – Doutoramento em Estudos sobre a Globalização. Biblioteca Nacional de Portugal, Maio de 2018, Lisboa, Portugal, disponível em: <http://dx.doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.07.p103>.

nomeados e a elite política portuguesa, era ainda mais importante que estas personalidades fossem capazes de mitigar o sentimento, de alguma forma ferido, de orgulho nacional que assombrava a opinião pública geral quando se viam dependentes de estrangeiros. O papel destes agentes privados da colonização, a par das redes mais amplas de capitais em que estavam envolvidos, contribui para abalar a ideia de que as colónias serviram, durante o período colonial, simplesmente enquanto fornecedoras de matérias-primas e consumidoras de bens metropolitanos: talvez até de forma mais significativa, as Províncias foram potenciadoras de fontes de capitais⁸⁵². Por exemplo, em Março de 1961, uma “informação secreta” enviada à Presidência do Conselho e aos Ministérios do Ultramar, do Interior, da Defesa Nacional e do Exército, analisava as possíveis repercussões para a economia nacional do levantamento do Uíge e da destruição levada a cabo durante as sedições. À data, preocupava mais o autor a possível “retirada de capitais em consequência dos acontecimentos” do que a destruição das plantações cafeeiras, o então principal produto de exportação de Angola⁸⁵³. Esta preocupação, no rescaldo de uma revolta onde a população branca teria sido “completamente massacrada”, demonstra como a Província estava dependente dos investimentos estrangeiros e metropolitanos. Uma vez mais defendemos que a noção de “bloco colonial”, avançada por Jean-Luc Vellut para o Congo Belga, é facilmente transplantada para o caso português (Ver Introdução)⁸⁵⁴. No entanto, também este conceito acaba por ser redutor se limitado por uma análise assente num *nacionalismo metodológico*. O “bloco colonial”, no nosso caso, foi transversal aos territórios ultramarinos, Estados recém-independentes e incluiu entidades estatais e privadas transimperiais. Mais do que compreender a relação entre elites privadas e o Estado Colonial, uma investigação que se debruce sobre o setor empresarial da África colonial deve ser empreendida derrubando essas conceções fronteiriças. Da mesma forma, uma vez mais, os limites geográficos devem adaptar-se ao objeto de estudo. Bruce Fetter, na sua obra sobre o processo de construção da cidade de Elisabethville – centro administrativo da Union Minière – pede de empréstimo o conceito de Crawford Young, “trinity of power”, para descrever as relações interligadas entre a administração estatal colonial, as elites empresariais e a Igreja Católica na determinação

⁸⁵² Simon E. Katzenellenbogen, «Financial links between the ...», *op. cit.*, pp. 190-191.

⁸⁵³ «Informação nº540/61-GU», 18 de Abril de 1961, p.5, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0230 /04277.

⁸⁵⁴ Jean-Luc Vellut, «Hégémonies en construction ...», *op. cit.*, p. 313.

das políticas coloniais entre 1910 e 1940⁸⁵⁵. Embora a obra seja criticada por Charles Perrings⁸⁵⁶, por considerar que o autor desvaloriza o peso decisivo da economia política internacional, a análise de Fetter só o pode fazer na medida em que reduz o âmbito da sua lente ao estudo micro da daquele enredo citadino.

Esta análise posiciona-se, portanto, em concordância com a literatura que refuta a ideia que, até meados da década de 60, a política colonial portuguesa pautou-se por um comportamento adverso à captação de investimentos estrangeiros. As empresas que aqui analisamos em maior detalhe são notáveis exemplos de que esse argumento carece de uma empírica verificação histórica. Se os últimos anos do colonialismo português se pautaram, de facto, por uma maior abertura a investimentos nas Províncias, tal não exclui que, desde o início do século XX, a economia angolana não estivesse desde logo sob a égide das redes de capitais transimperiais. A exposição deste capítulo demonstra também o desequilíbrio do peso destas empresas na vida económica da Província, com a Companhia de Diamantes de Angola, muito provavelmente, a assumir uma posição de destaque no financiamento da guerra relativamente ao setor algodoeiro e ferroviário. Há uma hipotética dependência do financiamento da guerra do setor diamantífero, muito embora seja difícil de o afirmar perentoriamente uma vez que é quase impossível refazer o rastro do dinheiro, ao longo de toda a rede, e porque uma resposta cabal exigiria um estudo sistemático e comparativo, pelo menos, dos principais setores económicos de Angola.

⁸⁵⁵ Crawford Young, *Politics in Congo: Decolonization and Independence* (Princeton: Princeton Legacy Library, 1965); Bruce Fetter, *The Creation of Elisabethville, 1910-1940* (Stanford, Calif: Hoover Institution Press, 1976), p. 166.

⁸⁵⁶ Charles Perrings, «The Creation of Elisabethville 1910-1940. By Bruce Fetter (Stanford: Hoover Institution Press, 1976)»; *The Journal of African History*, Volume 19, Issue 01, Jan. 1978, pp. 146-148.

Conclusão

Este trabalho acabou por ter um âmbito e um propósito notavelmente diferentes do desenho de pesquisa inicial. O conjunto considerável de documentação, nomeadamente a partir de finais da década de 1950, sobre a dimensão securitária em Angola, demonstrou desde cedo que esta preocupação não se encontrava na exclusiva dependência do ambiente interno que se vivia no ultramar português. Numa altura em que a guerra colonial ainda não era uma realidade concreta, aqueles relatórios, que procuravam dotar o Estado colonial de uma maior capacidade de resposta face ao desabrochar de um possível conflito interno, são claros a evidenciar duas importantes dimensões: em primeiro lugar, a tensão sentida na sequência dos processos de descolonização que já estavam em curso nas demais colónias dos impérios europeus, nomeadamente no Congo Belga; e, em segundo lugar, a preocupação em recalcar possíveis situações que pudessem atrair a indesejada atenção dos organismos internacionais, sobretudo da ONU e da OIT. Apesar da insuficiência dos dispositivos militares constituir um traço de longa duração, os documentos a que nos referimos contam, ainda, com outra especificidade: é que, na sua grande maioria, estes são lavrados por funcionários do Gabinete dos Negócios Políticos, organismo do Ministério do Ultramar cuja criação coincide, temporalmente, com o emergir de uma nova forma de pensar a intervenção estatal e que, como foi dito, propagava uma filosofia bélica assente na repressão e auscultação das populações locais, arreigada a preocupações socioeconómicas de bem-estar. Esta conjuntura, nomeadamente aqueles documentos escritos pelos funcionários do GNP, cuja análise espelha estas várias inquietudes que assombravam a burocracia colonial portuguesa, apontam para a inexistência de uma separação rígida entre a realidade interna, e o possível deflagrar da guerra, e a pressão dos ambientes internacionais – quer digam eles respeito a modelos de resposta por parte de outros Estados contra as forças anticoloniais, que afetavam também Portugal, quer se refiram a críticas quanto à colonização em geral. O modo como o setor privado foi tido em consideração nos cálculos securitários revela, de forma evidente, o peso institucional de processos, nomeadamente da persistente tradição de tipos de *colonialismo delegado*, que marcaram as relações Estado-empresas no território angolano. Esta perspetiva, como vimos, pode ser analisada de dois ângulos: encontrando a causa desta opção de delegação de soberania do Estado central na sequência de um fraco poder infraestrutural do Estado, ou através da transposição para o continente africano de protótipos globais de empresas-

cidade que constituíram focos por excelência do emergir de estruturas capitalistas. Esta forma de compreender o que está por detrás da leitura deste tipo de informações impõe uma perceção não estanque destes dois planos de governação – nacional e internacional – e dos dois ambientes organizacionais que estão em análise – Estado e empresas. Prova disso é que não se tratou apenas de analisar a debilidade securitária das estruturas públicas, mas, também, de colocar os focos económicos da colónia na linha da frente das prioridades securitárias. A ideia dominante entre os burocratas do Estado colonial era precisamente essa: as forças subversivas, tendencialmente percecionadas como comunistas, viam nas estruturas capitalistas os principais alvos das suas investidas, nomeadamente quando estas integravam estruturas capitalistas mais amplas que financiavam, em parte, o próprio Estado. Esta circunstância – interna e global do setor privado - é o elo que une as diferentes partes deste estudo. Não procuramos aqui reiterar uma espécie de obsessão pela visão marxista da guerra, no entanto, essa é a lógica que está presente na forma como os movimentos subversivos eram dissecados aquando da tomada de decisões em torno da reestruturação militar. O modo como a defesa destes enredos foi assimilada encontra abrigo nos organismos criados para a contenção subversiva. Por detrás da ideia da criação do Corpo de Voluntários estava, desde logo, a defesa dos “órgãos vitais para a segurança e a economia da Província”. Estes voluntários deveriam ser empregues na defesa das instalações, empresas ou fazendas com as quais já tivessem um vínculo laboral prévio. Desta forma, o Estado colonial cria um organismo que procura dar abrigo a elementos e milícias privadas de segurança paramilitar.

Esta análise vai de encontro à literatura que defende que os mecanismos policiais empregues na defesa dos Impérios coloniais tiveram sempre mais dependentes dos interesses económicos metropolitanos e internacionais do que da contenção, *per si*, das populações locais. Ou seja: o foco da análise deve estar mais atento à contenção laboral, do que à ameaça subversiva em termos mais gerais. A par do Corpo de Voluntários (mais tarde O.P.V.D.C.A.), os restantes organismos analisados constituem unidades criadas na restrita relação com o setor empresarial. Elas são, por essa razão, duplamente representativas não só da importância do setor em tempo de paz, como da racionalidade da burocracia estatal por detrás das medidas tomadas já em tempo de guerra. Em suma, estes organismos permitem constatar a forma como as empresas foram vistas como prioritárias nos cálculos de defesa do Estado colonial. Se estes elementos podem apontar para a debilidade do poder infraestrutural do Estado que, incapaz de defender de forma

uniforme todo o território, força o setor privado a participar e a responsabilizar-se pela constituição e preparação dos dispositivos de segurança territorial, também apontam para a dupla dependência que prevaleceu nas relações entre o Estado e o setor privado. A obrigatoriedade de edificação destes dispositivos e, mais tarde, a necessidade do setor privado se responsabilizar pelos danos causados aos seus trabalhadores vitimados por ataques terroristas, sob pena de perderem a licença de recrutamento de mão-de-obra, demonstra como o Estado colonial, apesar de depender em termos infraestruturais do setor privado para militarizar e controlar determinadas zonas do território, preservava a capacidade de impor restrições e determinações – ou seja, de decretar e fazer cumprir pressupostos legislativos centralmente determinados. No entanto, outras observações podem ajudar a explicar estes constrangimentos. Em primeiro lugar, não se tratava apenas de delegar os custos provenientes da montagem de dispositivos de defesa. Embora esta questão fosse claramente importante, a resistência por parte das elites militares relativamente à superintendência e controlo necessários perante o armamento de africanos pode ajudar a explicar esta posição. É que se as forças militares empregues ao longo do território angolano eram assumidamente insuficientes, e o recrutamento de africanos uma necessidade prática irrefutável, a elite militar apresentava crónicas desconfianças raciais quanto à idoneidade dos africanos. A questão, como foi exposta, era clara: desconfiava-se que os africanos, devidamente treinados e armados, acabassem por trair a causa portuguesa e, atraídos pelos movimentos subversivos, utilizassem esses ensinamentos contra a presença colonial. Embora este racional oculta-se as dificuldades práticas, nomeadamente por questões de conhecimento dos dialetos e da cartografia angolana, que tornavam as operações militares particularmente dependentes do recrutamento local, o recurso às empresas enquanto instituições responsáveis pela supervisão das suas forças de segurança atenuava a responsabilidade militar: deveriam ser as empresas, mais enraizadas entre as suas populações laborais, a escolher e armar devidamente os autóctones supervisionados, em termos legais, por europeus. Os pressupostos raciais marcaram, de forma premente, as decisões das elites coloniais, tanto nas opções que precederam a guerra colonial como nas que sucederam o ano de 1961. Esta lógica não é exclusiva ao setor privado. Como também foi dito, as regedorias espelham os princípios organizacionais que mais se aproximam do modelo de autodefesa desenhado para o setor privado. É que, à semelhança das empresas, cuja instalação foi acompanhada por migrações internas forçadas e pelo recurso à mão-de-obra disponível para a edificação das infraestruturas habitacionais e empresarias, também ali o corpo de segurança devia

ser montado e formado pela população residente. Qual é a utilidade teórica desta comparação? Embora o processo de internamento de populações em aldeias estratégicas tenha sido uma realidade mais tardia, ela acompanha, nomeadamente no que diz respeito à coerção e à disciplina biopolítica de monitorização premente administrada, elementos embrionários da violência física e simbólica imposta às aldeias de trabalhadores do setor privado. Tanto num caso como no outro, a capacidade de vigilância panótica encontra diferentes manifestações. Explicar as dissimetrias quanto ao nível de penetração local do setor privado implica, necessariamente, uma análise de caso atenta às causas que justificam diferentes níveis de maturação da burocracia empresarial.

Porquê estudar a Companhia dos Caminhos-de-Ferro de Benguela, a Companhia dos Diamantes de Angola e a Companhia Geral dos Algodões de Angola? Em primeiro lugar, o facto de estas serem empresas de diferentes setores de atividade permite-nos perceber a transversalidade das medidas tomadas pela cúpula do Estado colonial. Em segundo lugar estas três empresas, dado o seu posicionamento estratégico na economia angolana, tiveram sempre, nomeadamente aos olhos dos funcionários públicos, na mira dos movimentos independentistas. O papel central para a vida económica angolana dos CFB, responsável pela importação mas, principalmente, pela exportação dos principais produtos coloniais, justifica, por si, esta escolha metodológica. Acresce, como foi dito, que a paralisação da linha ferroviária teria claras e sonantes repercussões internacionais dado o papel que exercia no escoamento dos produtos dos demais países vizinhos. A Diamang, comparada, já na altura, a “um Estado dentro de um Estado”, ocupava um papel pioneiro na vida económica da Província por ser a mais lucrativa das empresas angolanas. Situada a poucos quilómetros do Congo Belga e responsável por constantes movimentos migratórios internos semiforçados, esta análise não poderia deixar de tentar perceber por que razão não foi a Lunda palco de revoltas mais amplas. Foi precisamente na empresa algodoeira que a primeira Revolta irrompeu. Considerada palco da mais violenta forma de exploração e coerção física dos trabalhadores, explicar aquela ocorrência remete-nos para uma análise atenta aos níveis de desenvoltura burocrática das estruturas corporativas. Ou seja, ao estabelecer uma análise de caso, recuperamos o conceito de poder infraestrutural para, desta feita, aplicá-lo ao setor privado e comparar diferentes níveis de dilatação de mecanismos soberanos empresariais. As nossas conclusões encontram abrigo nos estudos que se debruçam sobre análises semelhantes. A capacidade de resposta à implementação de estruturas paramilitares variou consoante a natureza da empresa que,

por sua vez, é causa por detrás da prévia capacidade infraestrutural de cada um dos enredos. Como vimos, a Diamang, procurando precaver o tráfico de diamantes nas zonas onde operava, montou desde cedo dispositivos de vigilância policiais nas entradas das suas aldeias de trabalhadores. A par disto, juntavam-se um conjunto de medidas de auscultação que implicavam o próprio envolvimento dos trabalhadores mineiros, coagidos por políticas privadas de bem-estar que cobriam diferentes atividades: desde os cuidados de saúde, às festas indígenas, não esquecendo as políticas de género e as atividades lúdicas que tinham como finalidade criar trabalhadores mais dóceis e subservientes com vista a diminuir a enorme e endémica dependência de mão-de-obra. A Cotonang, por seu lado, não tinha nenhuma razão para implementar esse tipo de arranjos uma vez que os seus trabalhadores apenas eram remunerados consoante a quantidade de algodão que tinham produzido para vender à concessionária. O facto de o Estado ter proibido os africanos da Baixa de se dedicarem a qualquer outra atividade económica que não a algodoeira, numa zona que não tinha uma carência demográfica tão acentuada como na Lunda, e a par de mecanismos público-privados que procuravam impedir a fuga dos autóctones, determinou que a empresa não precisasse de conquistar os seus trabalhadores para que estes continuassem ao seu serviço. Nos CFB, em 1960, os inspetores do GNP apontavam falhas à segurança interna da companhia. No entanto, essas lacunas de securitização apenas ganhavam contornos preocupantes na sequência do possível início da guerra. A movimentação, humana e material, dos recursos militares dependia da circulação dos caminhos-de-ferro. Acrescia que a linha férrea poderia servir de via para a propagação de ideias subversivas, tanto dentro do território como pela hipótese de este tipo de desígnios migrarem para Angola vindos do exterior. Os diferentes níveis de vigilância sobre as populações laborais, mas também as infraestruturas internas de propaganda e bem-estar, são determinantes para avaliar e determinar a capacidade de implementação das diretivas do Estado da década de 1960. Na Diamang a capacidade financeira e o poder infratestrutural da empresa permitiram que Ernesto Vilhena não só edifique uma força militarizada, num brevíssimo período de tempo, como se sentisse indignado por não ter autorização para comprar à metrópole armamento que considerava necessário. Da mesma forma, os CFB foram um importante braço de apoio do Estado central para o controlo mais oculto dos meios de comunicação telefónico e telegráfico da Província. Em ambos os casos, os documentos militares e as testemunhas que visitaram Angola, já em tempo de guerra, descrevem a predominância de forças internas corporativas de segurança. No caso da Cotonang, a maior dependência face aos

organismos militares e policiais criados ou enviados pelo Estado central, ajudam não só a perceber as dificuldades da empresa quando se fizeram sentir os primeiros sinais de alarme que antecedem a revolta, como a posterior presença dos militares. Uma vez mais, esta análise só é possível dado o acesso a documentação laborada pelos organismos de inspeção do Estado, que nos dão conta do ambiente político e sociológico do setor privado. Embora no caso da Diamang os relatórios produzidos pelos diferentes organismos da empresa nos permitam montar um quadro com a aparente dimensão do seu exercício de controlo, a troca de correspondência entre o presidente da empresa e Oliveira Salazar é a fonte mais credível do aparato de violência edificado pela concessionária.

São precisamente os presidentes da Diamang e dos Caminhos-de-ferro de Benguela que estão na linha da frente da criação da Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas. Também este fator demonstra bem como a capacidade burocrática e a rede de influência destas empresas é incomparavelmente superior à da Cotonang. Esta iniciativa privada de propaganda internacional dá conta de dois importantes aspetos: em primeiro lugar é prova que o envolvimento do setor privado foi muito para além da defesa *in loco* das suas áreas de operação ou do envio de meras contribuições financeiras; em segundo lugar esta associação é simbiótica da mútua dependência entre o setor privado e o regime colonial. Compreender esta espontânea iniciativa, como foi exposto, implica ter em linha de conta um conjunto de acontecimentos que marcaram o ano de 1961. O caso da UMHK, a queixa do Gana e a inquietante presença de jornalistas internacionais que procuravam cobrir a resposta portuguesa às revoltas daquele ano, despertaram a necessidade de o setor privado defender a sua imagem nos palcos transfronteiriços para assim evitar, também, eventuais boicotes aos seus produtos nos mercados mundiais. É que, à semelhança do que acontecia ao nível local, onde, para a população autóctone, a diferença entre funcionários do Estado e das empresas não era evidente, as críticas ao colonialismo português colocavam no mesmo “saco” o setor público e privado. No entanto, os elevados custos desta operação, nomeadamente quando comparados a organismos análogos criados pelo Estado, incorrem para o argumento acima exposto: à semelhança da monitorização e da defesa local, também aqui a capacidade corporativa excedia a estatal. Para além disso, as amplas redes internacionais e a circulação de elites transcoloniais, que cruzavam os conselhos de administração destas empresas, dão conta da influência internacional destes organismos. Estamos em crer que esta análise torna o

aumento considerável de investimento estrangeiro em Angola, no decorrer da década de 1960 e 1970, mais compreensível.

Este estudo procurou, por isso, traçar o comportamento do setor privado a partir de uma lente de análise que não ocultasse os vários ângulos em que esta parceria assentou. O mapeamento destas empresas não pode esquecer a perspetiva, tão ampla quanto embrionária, que permitiu a consolidação de nichos administrativos onde a noção de soberania cruzou espaços de poder distintos. Explicar a consolidação espacial desta realidade ao longo da Província, implica envolver na análise a transferência de conhecimentos e de influências internacionais que se manifestaram de forma transversal àquela realidade: deste os capitais que a constituíram, às elites que solidificaram aquelas experiências até aos processos de transferência de técnicas administrativas. O estudo micro destas zonas de administração só pode ser feito através da inclusão das redes capitalistas globais que marcaram o ritmo e a robustez da exploração económica do mundo colonial.

BIBLIOGRAFIA

Introdução

- Fontes Primárias

• Arquivo Histórico da Marinha

Arquivo Histórico da Marinha/Coloredo/Angola/3-411-C.

- Fontes Secundárias

• Livros

Arendt, Hannah. *As origens do Totalitarismo* (Lisboa: Dom Quixote, 2004);

Axelson, Eric. *Portugal and the Scramble for Africa, 1875-1891* (Jonesburg: Witwatersrand University Press, 1967);

Bender, Gerald J. *Angola under the Portuguese: the myth and the reality* (Berkeley: University of California Press, 1980);

Borges, Marcelo J. e Torres, Susana. *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palgrave Macmillan, 2012);

Castelo, Cláudia. *O modo português de estar no mundo». O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, (Porto: Edições Afrontamento, 1998);

Clarence-Smith, William G. *Third Portuguese Empire, 1825-1975: A Study in Economic Imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985);

Conrado, Sebastian. *O que é a História Global* (Lisboa: Edições 70, 2019);

Cooper, Frederick. *Africa since 1940. The Past of the Present* (Cambridge MA: Cambridge University Press, 2002);

Domingos, Nuno, Jerónimo, Miguel Bandeira e Roque, Ricardo. *Resistance and Colonialism. Insurgent Peoples in World History* (Palgrave Macmillan, 2019);

Fanon, Frantz. *The Wretched of the Earth* (Harmondsworth, England: Penguin Books, 1967);

Foucault, Michel. *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975);

Freyre, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953);

Herbst, Jeffrey. *States and Power in Africa*, (Princeton: Princeton University Press, 2000);

Jackson, Robert H. *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World* (Cambridge: Cambridge University Press, 1991);

Migdal, Joel S. *State in Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011);

Pakenham, Thomas. *The Scramble for Africa: White Man's Conquest of the Dark Continent from 1876 to 1912* (New York: Random House, 1993);

Porto, Nuno. *Modos de objectificação da dominação colonial: o caso do Museu do Dundo, 1940-1970* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009);

Scoot, James. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia* (New Haven: Yale University Press, 1976);

Scott, David. *Refashioning Futures: criticism after postcoloniality* (New Jersey: Princeton University Press, 1999);

Smart, Barry. *Key Sociologists: Michel Foucault* (New York: Pantheon Books, 1980);

Stoler, Ann. *Duress: imperial sensibilities in our times* (Durham, NC: Duke University Press, 2016);

Thelen, Kathleen e Mahoney, James. *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency and Power* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010);

Thomas, Martin (Eds.). *Violence and Colonial Order. Police, Workers and Protest in the European Colonial Empires, 1918–1940* (New York: Cambridge University Press, 2012);

Thomas, Nicholas. *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government* (Cambridge: Princeton University Press, 1994);

Tropey, John. *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000);

White, Neil. *Company Towns: Corporate Order and Community* (Toronto: University of Toronto Press, 2012);

● Artigos Publicados em Revistas

Bagchi, Amiya Kumar. «Colonialism and the Nature of “Capitalist” Enterprise in India», *Economic and Political Weekly*, Vol.23, No.31, 1988, pp.38-50;

Bonneuil, Christophe. «Development as Experiment: Science and State Building in Late Colonial and Postcolonial Africa, 1930-1970», *Osiris*, vol. 15, 2000, pp. 258–281;

Bradshaw, York, e Wallace, Michael. «Informing Generality and Explaining Uniqueness: The Place of Case Studies in Comparative Research», *International Journal of Comparative Sociology*, 32 (1991), pp.154-171;

Castelo, Cláudia. «“New Brazils” in Africa - development and Portuguese late colonialism», *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, Vol. 30, nº 53 (2014), pp. 507-532;

Clapham, Christopher. «Degrees of statehood», *Review of International Studies*, 24, 1998, pp. 143–157;

Coghe, Samuël. «Reordering Colonial Society: Model Villages and Social Planning in Rural Angola, 1920-45», *Journal of Contemporary History*, Vol. 52, No.1, 2017, pp. 16-44;

Cooper, Frederick. «Development, modernization and the Social Sciences in the era of decolonization: the examples of British and French Africa», *Revue d'histoire des sciences humaines*, n.10 (2004), pp.9-38;

Cooper, Frederick. *The Dialectics of decolonization: nationalism and labor movements in post-war Africa* (Ann Arbor, MI: CSST Working Paper n.º84, University of Michigan. 1992);

Cuéllar, Domingo. «Railway Towns: a Long-term Global Perspective», *Journal of History of Science and Technology*, 12, pp. 132 – 154;

Derksen, Richard. «Forminiere in Kasai, 1906-1939», *African Economic History*, nº12, 1983, pp. 49-65;

Ferguson, James. «Seeing Like an Oil Company: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa», *American Anthropologist*, Vol. 107, No. 3, 2005, pp. 377- 382.

Ferreira da Silva, Álvaro e Neves, Pedro. «The paradox of nationality: Foreign investment in Portuguese Africa (1890–1974)», *Business History*, Vol.14, nº1, Janeiro 2022, pp. 1-25;

Havik, Philip J. “Colonial Administration, Public Accounts and Fiscal Extraction: Policies and Revenues in Portuguese Africa (1900-1960).” *African Economic History* 41 (2013), pp. 159 – 221;

Hoenke, J. «New Political Topographies: Mining Companies and Indirect Discharge in Southern Katanga (DRC)», *Politique Africaine*, vol 120, no. 4, 2010, pp. 105-127;

Hollander, Jocelyn A., e Einwohner, Rachel L. «Conceptualizing Resistance», *Sociological Forum*, Vol. 19, Nº. 4 (Dez. 2004), pp. 533-554;

Kahler, Miles. «Political Regime and Economic Actors: The Response of Firms to the End of Colonial Rule», *World Politics*, vol. 33, no. 3, 1981, pp. 383–412;

Keese, Alexander. “‘Proteger os Pretos’: Havia uma Mentalidade Reformista na Administração Portuguesa na África Tropical (1926-1961)?”, *Africana Studia*, 3 (2003) pp. 97-125;

Keese, Alexander. “Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política ‘tradicional’ e religião na Baixa de Cassange e no distrito do Congo (Angola), 1957-1961”, *Africana Studia*, 7 (2004) pp. 247-276;

Li, Tania Murray. «Beyond “the State” and Failed Schemes», *American Anthropologist*, vol.17, No.3, 2005, pp.383-394;

Mann, Michael. «The autonomous power of the State: Its origins, mechanisms and results», *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie*, Vol.25 (1984), pp. 185-213;

Meneses, Maria Paula. «O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais», *e-cadernos CES* 7, 2010, pp. 68-93;

Munochiveyi, Munyaradzi Bryn. «Suffering and Protest in Rhodesian Prisons During the Zimbabwean Liberation Struggle», *Journal of Southern African Studies*, Vol. 41, No. 1 (2015), pp. 47–61.

Orre, Aslak. «Fantoches e Cavalos de Troia? Instrumentalização das autoridades tradicionais em Angola e Moçambique», *Caderno de Estudos Africanos*, nº16/17, 2009, pp.139-178;

Porteous, J. D. «The nature of company town», *Transactions of the Institute of British Geographers* No. 51, (Nov.1970), pp.127–142;

Roberti, Paolo. «State capacity and repression: A model of colonial rule», *European Economic Review*, Elsevier, vol. 113(C), pp.247-264;

Schaffer, Scott. «Hegemony and the habitus: Gramsci, Bourdieu, and James Scott on the problem of resistance», *Research and Society* 8 (1995), pp.29-53;

Soares de Oliveira, Ricardo e Taponier, Susan. «“O Governo Está Aqui”: Post-war State-Making in the Angolan Periphery», *Politique Africaine*, 2013/2 (Nº 130), pp. 165-187;

Soifer, Hillel. «Measuring State Capacity in Contemporary Latin America», *Revista de Ciencia Política*, vol. 32, 3 (2012), pp. 585-598;

Soifer, Hillel. «State infrastructural power: approaches to conceptualization and measurement», *Studies in comparative international development*, Vol. 43.2008, 3/4, p. 231-251;

Sousa Ferreira, Eduardo de. «A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74»; *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985-1.º, pp. 83-110;

Stoler, Ann. «On Degrees of Imperial Sovereignty», *Public Culture* 18 (1), 2006, pp 125–146;

Valério, Nuno e Fontoura, Maria Paula. «A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese», *Análise Social*, Quarta Série, Vol. 29, Nº. 129 (1994), pp. 1193-1208;

Vellut, Jean-Luc. «Hégémonies en construction: Articulations entre État et Entreprises dans le bloc colonial Belge (1908-1960)», *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol.16, No. 2 (1982), pp. 313-330 ;

• Artigos Publicados em Livros

Alexopoulou, Kleoniki. «Local Conditions and Metropolitan Visions: Fiscal Policies and Practices in Portuguese Africa, c. 1850–1970» In E. Frankema & A. Booth (Eds.), *Fiscal Capacity and the Colonial State in Asia and Africa, c.1850–1960* (Cambridge: Cambridge University Press, 2019) pp. 230-263;

Jerónimo, Miguel Bandeira e Costa Pinto, António. «A Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism», in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, *The Ends of European Colonial Empires. Cases and Comparisons* (Hampshire, Palgrave Macmillan: 2015), pp. 51-80;

Jerónimo, Miguel Bandeira. “‘A Battle in the Field of Human Relations’: The Official Minds of Repressive Development in Portuguese Angola” in M. Thomas e C. Gareth (eds.), *Decolonization and Conflict: Colonial Comparisons and Legacies* (London: Bloomsbury Publishing, 2017) pp. 115–136;

Jerónimo, Miguel Bandeira. “Managing Inequalities: Welfare Colonialism in the Portuguese Empire since the 1940s”, in Francisco Bethencourt, ed., *Inequality in the Portuguese-Speaking World. Global and Historical Perspectives* (Eastbourne: Sussex Academic Press, 2018) pp. 243-260;

Pierson, Paul e Skocpol, Theda. «Historical Institutionalism in Contemporary Political Science», in Ira Katznelson e Helen V. Milner (cord.), *Political Science: The State of the Discipline* (Nova Iorque: W.W. Norton, 2002),), pp. 693-721;

Shenhav, Yehouda. «Imperialism, Exceptionalism and the Contemporary World» in Marcelo Svirsky e Simon Bignall (ed.), *Agamben and Colonialism* (Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012), pp.17-31;

Tilly, Charles. «War Making and State Making as Organized Crime» In Peter B. Evans, Dietrich Rueschemeyer, e Theda Skocpol (ed.), *Bringing the State Back* (Cambridge: Cambridge University Press, 1985), pp.169-191;

● Teses

Direito, Bárbara Pinto Teixeira. “Políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manixa e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942”; Tese de Doutoramento em Ciência Política (Faculdade de Direito, Faculdade de Letras e Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2013) Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8723/1/ulsd65982_td_Barbara_Direito.pdf;

Valentim, Cristina Sá. “A exclusividade e a excepção: uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda Colonial”, Tese de Doutoramento em Pós-Colonialismos e Cidadania Global (Coimbra: Centro de Estudos Sociais/ Faculdade de Economia – Universidade de Coimbra, 2012);

Soifer, Hillel. “Authority over distance: explaining variation in state infrastructural power in Latin America”, Ph.D. Dissertation (Harvard University, 2006);

Cann, John Pearce. “Portuguese counterinsurgency campaigning in Africa, 1961-1974: a military analysis”, Ph.D. Dissertation (London: King’s College, University of London, 1996);

Alexopoulou, Kleoniki. “An anatomy of colonial states and fiscal regimes in Portuguese Africa: Long-term transformations in Angola and Mozambique, 1850s-1970s”, PhD. Dissertation (Wageningen: Wageningen School of Social Sciences, Wageningen University, 2018);

Capítulo I

- Fontes Primárias

● Arquivo Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0337/01702

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0120/00186

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/ /0337/1534

PT/AD/MU/GM/GNP/164/Pt.1S

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12829

PT/AD/MU/ GM/GNP/RNP/0079/12830.

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP//0195/08388

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8696

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0181/8706

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0180/8725

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0230 /04277

● Arquivo Oliveira Salazar – Arquivo Nacional Torre do Tombo

PT/TT/AOS/D-N/2/19/5

PT/TT/AOS/CO/UL-10D

PT/TT/Aquivo Oliveira Salazar, UL-10D, cx.772

● Arquivo Soares Carneiro – Arquivo Nacional Torre do Tombo

PT/TT/ASC/E/0008, Pt1

PT/TT/António Soares Carneiro, cx. 20, n.º 2.

● Arquivo da PIDE/DGS - Arquivo Nacional Torre do Tombo

PT/TT/PIDE/DGS.Del.A.P.Inf.10.10.C/2,NT,1808.

● Arquivo da Defesa Nacional

PT/ADN/SGDN/1REP/069/0255/001

PT/ADN/FOTO/FA/006/0005/015/003

● Arquivo Histórico Militar

PT/AHM/FO/007/B/23 cx.329

PT/AHM/FO/007/B/46/cx.382.

PT/AHM/FO/7/8/23.cx.329

PT/AHM/2/2/84/019

● Arquivo Histórico da Marinha

Arquivo Histórico da Marinha/Coloredo/Angola/176.

● Centro De Intervenção Para O Desenvolvimento Amílcar Cabral

CIDAC_fotografiasgrandes-AO/2.

CIDAC_fotografias.Cx.I/1-741AO/32.

- Fontes Secundárias

• Livros

Bender, Gerald J. *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*, (Lisboa: Sá da Costa, 1980);

Carvalho, Amadeu da Silva. *Presença das Forças Armadas em Angola* (Lisboa: Separata da Revista «Ulamar» nº15 Vol. V (nº1), 1964);

Curto, Diogo Ramada (dir.). *Políticas Coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961* (Porto: Edições Afrontamento, 2016);

Felgas, Hélio A. Esteves. *O Congo Belga: ameaça ou proteção para a defesa de angola?* (Publicação Reservada do Autor, 1957);

Monteiro, José Pedro. *Portugal e a questão do trabalho forçado* (Lisboa: Edições 70, 2018);

Thomas, Martim. *Violence and Colonial Order. Police, Workers and Protest in the European Colonial Empires, 1918–1940* (New York: Cambridge University Press, 2012);

• Artigos Publicados em Revistas

Arrifes, Marco Fortunato. «As políticas coloniais de defesa de Angola (1926/1960). Um poder militar autista», *História*. - Nº 20, Dez. 1999, p. 38-47;

Coelho, João Paulo Borges. «African Troops in the Portuguese Colonial Army, 1961-1974: Angola, Guinea-Bissau and Mozambique», *Portuguese Studies Review* (1), 2002, pp. 129-150;

Cruz, Bernardo Pinto da. «The Penal Origins of Colonial Model Villages: From Aborted Concentration Camps to Forced Resettlement in Angola (1930–1969)», *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 47:2, 2019, pp.343-371;

Curto, Diogo Ramada e Cruz, Bernardo Pinto da. «Destribalização, Regedorias e Desenvolvimento Comunitário: Notas Acerca do Pensamento Colonial Português (1910-1969)», *Práticas Da História* 1, nº. 1, 2015, pp.113-172;

Curto, Diogo Ramada e Cruz, Bernardo Pinto da. «The Good and the Bad Concentration: regedorias in Angola», *Portuguese Studies Review*, 25:1, 2017, pp.205-231;

Henriksen, Thomas. «Portugal in Africa: Comparative Notes on Counterinsurgency», *Orbis*, 21 (2), 1977: 404;

Pinheiro, Tenente-Coronel do C.E.M. Joaquim António Franco. «Testemunho dos Acontecimentos de Angola», *Revista Militar* 15.º Volume do II Século, Nº 2-3 Fevereiro-Março, 1º Trimestre de 1963, pp. 181- 208;

Schmitt, Carina. «The Warfare – Welfare Nexus in French African Colonies in the Course of the First and Second World War», *Historical Social Research / Historische Sozialforschung*, vol. 45, no. 2 (172), 2020, pp. 217–238;

Vieira, Capitão Guilherme de Sousa Belchior. «A auto- defesa das populações», *Revista Militar* Ano 14º nº2-3 (Fevereiro/Março), 1962, pp.215-220;

• Artigos Publicados em Livros

Jerónimo, Miguel Bandeira. «Repressive Developmentalism: Idioms, Repertoires, Trajectories in Late Colonialism», in: *The Oxford Handbook of the Ends of Empire*, Andrew Thompson e Martin Thomas (ed.), (Oxford: Oxford University Press, 2017), pp. 537–554;

Ramos, Afonso. «Angola 1961, o horror das imagens», in: Filipa Lowndes Vicente (org.) *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)* (Lisboa: Edições 70, 2014), pp.399-434;

• Teses

Bernardo, Henrique Gomes. “A Estratégia de um Conflito, Angola 1961-1974”, Tese de Mestrado em Estratégia (Lisboa: ISCSP/UTL, 2003);

Cruz, Bernardo Pinto da. “Proto-totalitarismo de gabinete: a génese e consolidação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar”, Tese de Mestrado em Ciência Política (Lisboa: FCSH/UNL, 2014) disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14942>;

Furtado, Teresa. “O Enredo Prisional em Angola: Soberanias Duais na Disciplina do Corpo Colonial”, Tese de Mestrado em Ciência Política (Lisboa: FCSH/UNL, 2014) disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14883>;

• Legislação

Diploma Legislativo Ministerial nº24, 9 de Maio de 1961.

Diploma Legislativo Ministerial nº54, Outubro de 1961

Diploma Legislativo nº3252, 6 de Junho de 1962

Capítulo II

- Fontes Primárias

• Arquivo Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0074/01119

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12828

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12830

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/095/Pt.1

PT/AD/UM/GM/GNP/095/Pt.2

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0108/05917

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0120//00303

PT/AD/MU/GM/GNP/160/Pt.2S

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/164/1S.

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0230 /04277

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0337/01534

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0338/08875.

PT/AD/MU/GM/RRI/0794/00443

● Arquivo Oliveira Salazar – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PT/ANTT/AOS/CO/UL-32 A2, P.2, fls.192.

PT/ANTT /AOS/D-N/2/5/1

PT/ANTT /AOS/D-N/2/8/1.

PT/ANTT / Arquivo Oliveira Salazar, UL-38A, Cx. 834

PT/ANTT Arquivo Oliveira Salazar, UL-30G, cx. 738

PT/ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-8A3, cx.715

PT/ANTT/ Arquivo Oliveira Salazar, UL-30G, cx. 738

● Arquivo Marcelo Caetano - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PT/ANTT/AMC/Correspondência. Basto, Alexandre Ferreira Pinto, cx.17, nº13

● Arquivo António Soares Carneiro - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PT/ANTT/António Soares Carneiro, cx.15, nº5, doc.8

PT/ANTT/António Soares Carneiro, cx.15, nº5.

● Arquivo da PIDE/DGS - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PT/ANTT/PIDE/DGS.DeI.A.P.Inf.15.24.B,NT.2094.

● Arquivo da Companhia de Diamantes de Angola - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

PT/ANTT/Companhia de Diamantes de Angola, cx. 2, pt.4.

PT/ANTT/Companhia dos Diamantes de Angola, cx. 3, pt. 8

● Arquivo Histórico Militar

PT/AHM/DIV/2/2/140/1

PT/AHM/FO/7/8/23 cx.329

● Arquivo Histórico da Marinha

Arquivo Histórico da Marinha/Coloredo/Angola/3-411-C.

Arquivo Histórico da Marinha/Coloredo/Angola-125.

● Centro de Intervenção Para o Desenvolvimento Amílcar Cabral

CIDAC/ BAC-190

● Arquivo Histórico Ultramarino - Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas

PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1443/06224.

PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1464/05767.

PT/IPAD/MU/DGE/RRN/1464/05772

● Biblioteca Nacional Ultramarina – Caixa Geral de Depósitos

BNU/CGD – 002.20/200.

BNU/CGD – 002.20/196.

● Sociedade de Geografia de Lisboa

4ª -F|Soc. Geog. Lx.

● Arquivo Diamang Digital, Universidade de Coimbra (UC/AD - <https://www.diamangdigital.net/index.php?module=diamang&option=search&searchtype=0&txtSearch=spamoi&ud=&btnSearch=Pesquisar>)

Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut); Henrique Quirino da Fonseca (aut, rev); Ernesto de Vilhena (rev); «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual de 1937»; 9 de Fevereiro de 1938.

Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut.), Ernesto de Vilhena (ver.), «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual nº3 de 1939», 8 de Fevereiro de 1940;

Companhia de Diamantes de Angola - A. C. Figueira Júnior (aut); Ernesto de Vilhena (rev), «Serviço de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, Relatório Anual de 1940», 26 de Janeiro de 1941

Companhia de Diamantes de Angola - J. Robalo (aut); Henrique Quirino da Fonseca (rev); José Tavares Paulo (rev); Ernesto de Vilhena (rev), «Relatório Anual da Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-Obra Indígena, 1945», 29 de Janeiro de 1946

Companhia de Diamantes de Angola - Robalo (aut); Canhão Veloso (aut); Henrique Quirino da Fonseca (rev); José Tavares Paulo (rev); Ernesto de Vilhena (rev); «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena, Relatório anual de 1948», 3 de Fevereiro de 1949

Companhia de Diamantes de Angola - Canhão Veloso (aut); Rolando Sucena de Sousa (rev); Ernesto de Vilhena (rev), «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena, Relatório anual de 1950», 22 de Janeiro de 1951.

Companhia de Diamantes de Angola - J. Robalo (aut); José Tavares Paulo (rev); Noronha Feyo (rev); Ernesto de Vilhena (rev), «Secção de Propaganda e Assistência à Mão-de-obra Indígena, Relatório anual de 1952», 14 de Fevereiro de 1953.

● ONU

AGNU, “Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples: report of the Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples”, Annex No. 8 (Part 1), Document A/5800/Rev. 1 (New York, 1964-1965)

O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), “Activities of Foreign Economic and other interests which are impeding the implementation of the declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples in Southern Rhodesia, Namibia and Territories under Portuguese Domination and in all other Territories under Colonial Domination and Efforts to eliminate colonialism, apartheid and racial discriminations in Southern Africa”, New York, 1975

O.N.U., Supplement No. 16 (A74978), “Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola”, New York 1962.

- Fontes Secundárias

• Livros

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos. *Alcora: O Acordo Secreto do Colonialismo*, (Lisboa: Divina Comédia, 2013);

Ball, Jeremy. *Angola's Colossal Lie: Forced Labor on a Sugar Plantation, 1913-1977* (Leiden/Boston: Brill, 2015);

Ball, Jeremy. *The Colossal Lie: The Sociedade Agricola da Cassequel and Portuguese Colonial Labour Policy in Angola, 1899-1977* (California: University of California, 2003);

Barroso, Luís. *Salazar, Caetano e o «Reduto Branco»: A Manobra Político- -Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, (Lisboa: Fronteira do Caos, 2012);

Borges, Marcelo J. e Torres, Susana. *Company town: labor, space and power relations across time and continent*; (New York: Palgrave Macmillan, 2012);

Castelo, Cláudia. *O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, (Porto: Afrontamento, 1999);

Christie, Renfrew. *White Power in Angola and Namibia: The Kunene River Hydro-Electric Schemes. A Study in the Political Economy of Infrastructural Development* (University of Cape Town, 1974);

Cinquentenário da Fundação da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela: 1902-1952 (S.I.: s.n., 1952);

Cleveland, Todd. *Diamantes em bruto. Paternalismo empresarial e profissionalismo africano na Diamang, 1917-1975* (Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2019);

Companhia de Diamantes de Angola, *Estatutos da Companhia de Diamantes de Angola* (Lisboa: Tip. Silvas, 1969);

Curto, Diogo Ramada (dir.), Cruz, Bernardo Pinto da e Furtado, Teresa. *Políticas coloniais em tempo de revoltas – Angola circa 1961* (Porto: Edições Afrontamento, 2016);

Falola, Toyin. *Colonialism and Violence in Nigeria* (Bloomington: Indiana University Press, 2010);

Foucault, Michel. *Vigiar e Punir, História da Violência nas Prisões* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1975);

- Freyre, Gilberto. *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953);
- Herbst, Jeffrey. *States and Power in Africa*, (Princeton: Princeton University Press, 2000);
- Hobson, J. A. *Imperialism: A Study* (New York: Cosimo Classics, 2006);
- Jesus, José Manuel Duarte de. *Espionagem e Contraespionagem em Portugal. Vicissitudes e mistérios* (Lisboa: Edições 70, 2015);
- Likaka, Osumaka. *Rural Society and Cotton in Colonial Zaire* (Madison: University of Wisconsin Press, 1997);
- Marcum, John. *The Angolan Revolution, vol. I: The Anatomy of an Explosion (1950-1962)* (Cambridge, Mass: The M.I.T. Press, 1969);
- Mateus, Dalila Cabrita e Mateus, Álvaro. *Angola 61 – Guerra Colonial: Causas e Consequências* (Alfragide: Textos Editores, 2011);
- Migdal, Joel S. *State in Society* (Cambridge: Cambridge University Press, 2011);
- Nuno, António Lopes Pires. *Angola 1961 – Da Baixa do Cassange a Numbuangongo* (Lisboa: Prefácio, 2005);
- Oliveira, Jorge Eduardo da Costa. *Memórias em África* (Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005);
- Onselen, Charles Van. *Chibaro: African Mine Labour in Southern Rhodesia, 1900–1933* (Johannesburg: Ravan Press, 1976);
- Pélissier, René. *Le Naufrage des Caravelles: Études sur la fin de l'Empire Portugais (1961-1975)* (Montaments: Éditions Pellissier, 1979) ;
- Pitcher, Mary Anne. *Politics in the Portuguese Empire: The State, Industry, and Cotton, 1926-1974* (Oxford: Clarendon Press, 1993);
- Rocha, Edmundo. *Angola. Contribuição ao Estudo da Génese do Nacionalismo Moderno Angolano (Período 1950-1964): testemunho e estudo documental* (Lisboa: Dinalivro, 2009);
- Scoot, James. *Seeing like a State: How Certain Schemes to improve the Human Condition have failed* (New Haven: Yale University Press, 1998);
- Scoot, James. *The Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in Southeast Asia* (New Haven: Yale University Press, 1976);
- Singer, P. W. *Corporate Warriors: The Rise of the Privatized Military Industry*. (Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003);
- Smart, Barry. *Key Sociologists: Michel Foucault* (New York: Pantheon Books, 1980);

Smith, Clarence. *The Third Portuguese Empire, 1825-1975: a study in economic imperialism* (Manchester: Manchester University Press, 1985);

Thomas, Martin (Eds.). *Violence and Colonial Order. Police, Workers and Protest in the European Colonial Empires, 1918–1940* (New York: Cambridge University Press, 2012);

Thomas, Nicholas. *Colonialism's Culture: Anthropology, Travel and Government* (Cambridge: Princeton University Press, 1994);

Tropey, John. *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state* (Cambridge: Cambridge University Press, 2000);

Vaz, Camilo Rebocho. *Norte de Angola 1961: A verdade e os mitos* (Coimbra: Edição do autor, 1993);

• Artigos Publicados em Revistas

Akcinaroglu, Seden e Radziszewski, Elizabeth. «Private Military Companies, Opportunities, and Termination of Civil Wars in Africa», *The Journal of Conflict Resolution*, vol. 57, no. 5, Sage Publications, Inc., 2013, pp. 795–821;

Andrew, C. M. e Kanya-Forstner, A. S. «French Business and the French Colonialists», *The Historical Journal* 19, no. 4 (1976), pp. 981–1000;

Coghe, Samüel. «Reordering Colonial Society: Model Villages and Social Planning in Rural Angola, 1920–45», *Journal of Contemporary History*, Vol. 52, No.1, 2016, pp. 16–44;

Cuéllar, Domingo. «Railway Towns: a Long-term Global Perspective», *Journal of History of Science and Technology*, 12, pp. 132 – 154;

Curto, Diogo Ramada e Cruz, Bernardo Pinto da. «Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910–1965)», *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015), 113–172;

Ettinger, Aaron. «Neoliberalism and the Rise of the Private Military Industry», *International Journal*, vol. 66, no. 3, [Sage Publications, Ltd., Canadian International Council], 2011, pp. 743–764;

Farooqui, Amar. «Governance, Corporate Interest and Colonialism: The Case of the East India Company», *Social Scientist*, vol. 35, no. 9/10, Social Scientist, 2007, pp. 44–51;

Fetter, Bruce. «L'Union Minière du Haut-Katanga, 1920–1940: La naissance d'une sous-culture totalitaire», *Cahiers du CEDAF* 6 (1973), pp. 1–40;

Fetter, Bruce. «The Union Minière and Its Hinterland: A Demographic Reconstruction», *African Economic History*, No. 12, Business Empires in Equatorial Africa (1983), pp. 67–81;

- Freudenthal, Aida. «A Baixa de Cassanje: algodão e revolta», *Revista Internacional de Estudos Africanos* nº 18 -22 (1995-1999), pp.245-283;
- Freund, Bill. «Labor and Labor History in Africa: A Review of the Literature», *African Studies Review*, vol. 27, no. 2, Cambridge University Press, 1984, pp. 1-58;
- Furtado, José Maria. «Estudo acerca dos Caminhos de Ferro de Benguela», *Boletim do Instituto de Angola*, nº42-44, Janeiro-Dezembro 1972, pp. 5-24;
- Grassi, Aharon de. «Rethinking the 1961 Baixa de Kassanje revolt: Towards a relational Geo-History of Angola», *Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais*, 5 (10) | 2015, pp. 53-133;
- Higginson, John. «Disputing the Machines: Scientific Management and the Transformation of the Work Routine at the Union Minière Du Haut-Katanga, 1918-1930», *African Economic History*, no. 17 (1988), pp. 1-27;
- Hoenke, J. «New Political Topographies: Mining Companies and Indirect Discharge in Southern Katanga (DRC)», *Politique Africaine*, vol 120, no. 4, 2010, pp. 105-127;
- Jedwab, Remi e Moradi, Alexander. «Colonial Investments and Long-Term Development in Africa: Evidence from Ghanaian Railways», *Geography*, 2012, pp. 1-39;
- Jedwab, Remi, Kerby, Edward e Moradi, Alexander. «History, Path Dependence and Development: Evidence from Colonial Railways, Settlers and Cities in Kenya», *The Economic Journal*, Volume 127, Issue 603, 2017, pp. 1467-1494;
- Keese, Alexander. «Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política tradicional e religião na Baixa do Cassange e no distrito do Congo (Angola), 1957-1961», *Africana Studia*, nº7 (2004), pp.247-276;
- Leander, Anna. «The Paradoxical Impunity of Private Military Companies: Authority and the Limits to Legal Accountability», *Security Dialogue*, vol. 41, no. 5, Sage Publications, Ltd., 2010, pp. 467-490;
- Li, Tania Murray. «Beyond “the State” and Failed Schemes», *American Anthropologist*, vol.17, No.3, 2005, pp.383-394;
- Mann, Michael. «The autonomous power of the State: Its origins, mechanisms and results», *European Journal of Sociology / Archives Européennes de Sociologie*, Vol.25 (1984), pp. 185-213;
- Meneses, Filipe Ribeiro de e McNamara, Robert. «The Last Throw of the Dice: Portugal, Rhodesia and South Africa, 1970-74», *Portuguese Studies*, Vol. 28, No. 2 (2012), pp. 201-215;
- Morêno, Bettencourt. «Desenvolvimento económico-social do sul de Angola. Aproveitamento hidráulico do Cunene», *Electricidade* n.º 65, pp.152-160;

Nunes, João António Pereira. «A alimentação na Baixa do Cassange, Inquéritos de consumo e nutricionais, campanhas alimentares e obras de fomento», *Separata dos Anais do Instituto de Medicina Tropical*, Volume XVII, nº1/2, Março/Junho de 1960;

Oliveira, Ricardo Soares de e Taponier, Susan. «O Governo está aqui: Post-war State-making in the Angolan periphery», *Politique africaine* 2013/2 (Nº 130), p. 165-187;

Orre, Aslak. «Fantoches e Cavalos de Troia? Instrumentalização das autoridades tradicionais em Angola e Moçambique», *Caderno de Estudos Africanos*, nº16/17, 2009, pp.139-178;

Perrings, Charles. «‘Good Lawyers but Poor Workers’: Recruited Angolan Labour in the Copper Mines of Katanga, 1917-1921», *The Journal of African History* 18 (2) (1977): 237-259;

Raman, Bhavani. «Sovereignty, Property and Land Development: The East India Company in Madras», *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, vol. 61, no. 5/6, Brill, 2018, pp. 976–1004;

Relógio, André Tchoia, Tavares, Fernando Oliveira e Pacheco, Luís. «Importância do Caminho de Ferro de Benguela para o Desenvolvimento Regional», *Cadernos de Estudos Africanos* nº 33 - Escravidão, Trabalho Forçado e Resistência na África Meridional, (2017), pp. 3-30;

Sanderson, Jean-Paul. «Le Congo belge entre mythe et réalité. Une analyse du discours démographique colonial», *Population (French Edition)*, Vol. 55, No. 2 (Mar. - Apr., 2000), pp. 331-355;

Schaffer, Scott «Hegemony and the habitus: Gramsci, Bourdieu, and James Scott on the problem of resistance», *Research and Society* 8 (1995), pp.29-53;

Soifer, Hillel. «Measuring State Capacity in Contemporary Latin America», *Revista de Ciencia Política*, vol. 32, 3 (2012), pp. 585-598;

Soifer, Hillel. «State Infrastructural Power: Approaches to Conceptualization and Measurement», *St Comp Int Dev*, 43 (2008) pp.231–251;

Stern, Philip J. «A Politie of Civill & Military Power’: Political Thought and the Late Seventeenth-Century Foundations of the East India Company-State», *Journal of British Studies*, vol. 47, no. 2, [Cambridge University Press, North American Conference on British Studies], 2008, pp. 253–283;

Uardiola, Nicole. «A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal», *ÁFRICA* 21, (Junho, 2009), pp.16-25;

Valentim, Cristina Sá. «A exclusividade e a exceção. Uma análise da relação entre seres e saberes na Lunda colonial», *Cabo dos Trabalhos: Revista eletrónica dos Programas de Doutoramento do Centro de Estudos Sociais* 18 (2012), pp.23-62;

Valentim, Cristina Sá. «Tribal Folk Music of Angolan Colonial Musical Heritage? A Critical history of the Missão de Recolha de Folclore Musical do Museu do Dundo, Diamang, 1950-1960s», *Bérose - Encyclopédie internationale des histoires de l'anthropologie* (2019): pp.1-18;

Valério, Nuno e Fontoura, Maria Paula. «A evolução económica de Angola durante o segundo período colonial — uma tentativa de síntese», *Análise Social*, Quarta Série, Vol. 29, Nº. 129 (1994), pp. 1193-1208;

Varanda, Jorge e Cleveland, Todd. «(Un)healthy Relationships: African Labourers, Profits and Health Services in Angola's Colonial-Era Diamond Mines, 1917–75», *Medical History* 58 (1) (January 2014), pp. 87-105;

Varanda, Jorge. «Cuidados Biomédicos de saúde em Angola e na Companhia de Diamantes, 1910-1970» *Manguinhos*, V.21, Abr.-Jun 2004, pp. 653-673;

Vellut, Jean-Luc. «Hégémonies en construction: Articulations entre État et Entreprises dans le bloc colonial Belge (1908-1960)», *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol.16, No. 2 (1982), pp. 313-330;

Wallerstein, Immanuel. «The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis», *Comparative Studies in Society and History* 16 (1974), pp. 387-415;

White, Nicholas J. «Capitalism and Counter-Insurgency? Business and Government in the Malayan Emergency, 1948-57», *Modern Asian Studies*, Vol. 32, No. 1 (Feb., 1998), pp. 149-177;

White, Nicholas J. «The Frustrations of Development: British Business and the Late Colonial State in Malaya, 1945-57», *Journal of Southeast Asian Studies*, vol. 28, no. 1, [Cambridge University Press, Department of History, National University of Singapore], 1997, pp. 103–119;

Wither, James K. «European Security and Private Military Companies: The Prospects for Privatized 'Battlegroups'», *Connections*, vol. 4, no. 2, Partnership for Peace Consortium of Defense Academies and Security Studies Institutes, 2005, pp. 107–126;

● **Artigos Publicados em Livros**

Ball, Jeremy. “*Little Storybook Town*”: *Space and Labour in a Company town in Colonial Angola*; in Marcelo J. Borges e Susana Torres, *Company town: labor, space and power relations across time and continent* (Palgrave Macmillan, 2012), pp.91-110;

Borges, Marcelo J. e Torres, Susana. «Company Towns: Concepts, Historiography and Approaches» in Marcelo J. Borges e Susana Torres (Eds.), *Company town: labor, space and power relations across time and continents* (New York: Palgrave Macmillan, 2012), pp.1-40;

Cleveland, Todd. «Resisting the Conceptualization of Theft as Resistance and Informing as Collaboration: Capitalization Strategies on Angola's Colonial-Era Diamond Mines, 1917–1975» in Nuno Domingos Miguel Bandeira Jerónimo e Ricardo Roque (Eds.), *Resistance and Colonialism Insurgent Peoples in World History* (Cambridge Imperial and Post-Colonial Studies Series, 2019), pp. 123-149;

Curto, Diogo Ramada e Cruz, Bernardo Pinto da. «Terror e saberes coloniais: Notas acerca dos incidentes na Baixa do Cassange, Janeiro e Fevereiro de 1961», in Miguel Bandeira Jerónimo (ed.), *O Império Colonial em questão (séc. XIX-XX). Poderes, saberes e instituições* (Lisboa: Edições 70, 2013), pp.3-35;

Esteves, Emmanuel. «O trabalho forçado nas companhias ferroviárias de Angola (séculos XIX-XX)» in Philip Havik, Clara Saraiva e José Alberto Tavim (org.) *Caminhos Cruzados em História e Antropologia, Ensaios de homenagem a Jill Dias* (Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2010), pp.159-174;

Jedwab, Rémi, Kerby, Edward e Moradi, Alexander. «How colonial railroads defined Africa's economic geography» in Stelios Michalopoulos e Elias Papaioannou (ed.), *The Long Economic and Political Shadow of History Volume II. Africa and Asia* (London: Centre for Economic Policy Research, 2017), pp. 88-99;

Jerónimo, Miguel Bandeira e Monteiro, José Pedro. «‘Das dificuldades de levar o indígena a trabalhar’: o ‘sistema’ de trabalho nativo no império colonial português», in Miguel Bandeira Jerónimo, org., *O Império Colonial em Questão: poderes, saberes, instituições* (Lisboa: Edições 70, 2012), pp. 159-196;

Onslow, Sue. «Resistance to ‘Winds of Change’: The Emergence of the ‘Unholy Alliance’ between Southern Rhodesia, Portugal and South Africa, 1964–51» in L.J. Butler e Sarah Stockwell (ed.), *The Wind of Change - Harold Macmillan and British Decolonization* (New York: Palgrave Macmillan, 2013), pp. 215-234;

Peša, Iva e Henriët, Benoît. «Beyond Paternalism: Pluralising Copperbelt Histories» In Larmer M, Taylor R, Guene E, Pesa I, Henriët B (editors), *Across the Copperbelt Urban & Social Change in Central Africa's Borderland Communities*. (Boydell & Brewer, 2021). p. 27-52;

Varanda, Jorge. «Crossing Colonial and Empires: The Health Services of Diamond Company of Angola» in Anne Digby, Waltraud Ernst e Projit Muhkarji, *Crossing Colonial Historiographies: Histories of Colonial and indigenous medicine in transnational perspectives* (Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2010), pp.165-184;

Wallerstein, Immanuel. «The Three Stages of African Involvement in the World Economy» in P. Gutkind e I. Wallerstein, *The Political Economy of Contemporary Africa* (Beverly Hills and London, 1976), pp. 30-57;

• Teses

Christie, Renfrew. “White Power in Angola and Namibia: The Kunene River Hydro-Electric Schemes. A Study in the Political Economy of Infrastructural Development”; (Cape Town: University of Cape Town, 1974);

Cleveland, Todd. “Rock Solid: African Laborers on the Diamond Mines of the Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), 1917—1975”, Tese de Doutorado (Minnesota: Faculty of Graduate School of the University of Minnesota, 2008);

Esteves, Emmanuel. “O caminho-de-ferro de Benguela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência”, Tese de Doutorado (Porto: FLUP/UP, 2000);

Furtado, Teresa. “O Enredo Prisional em Angola: Soberanias Duais na Disciplina do Corpo Colonial”, Tese de Mestrado em Ciência Política (Lisboa: FCSH/UNL, 2014) disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/14883>;

Marçal, Bruno José Navarro. “Um império projetado pelo “silvo da locomotiva” - O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869 -1930)”, Tese de Doutorado em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia (Lisboa: FCT/UNL, 2016);

Soifer, Hillel. “Authority over distance: explaining variation in state infrastructural power in Latin America” Tese de Doutorado (Harvard: Harvard University, 2006);

• Legislação

Decreto nº43639/61 de 2 de Maio de 1961

Decreto-lei nº43874 de 24 de Agosto de 1961

Decreto-lei 45179/63 de 5 de Agosto de 1963

Decreto-Lei nº49.203 de 25 de Agosto de 1969.

Capítulo III

- Fontes Primárias

• Arquivo Diplomático - Ministério dos Negócios Estrangeiros

PT/AD/UM/GM/GNP/RNP/0164/Pts.1

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12829.

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/012830

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/01166

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/01171
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/01832
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/01833
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02559
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02560
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02561
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02563
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02564
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02565
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/12267
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/12268
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/12269
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03873
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03873
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03871
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03870
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03869
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03872
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01908
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/01586
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03881
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0607/03131
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03882
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0331/03883
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0637/11405
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/230/4270
PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/120/0303

● Arquivo Oliveira Salazar – Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT/Companhia de Diamantes de Angola, cx.2

ANTT/Arquivo Oliveira Salazar, UL-39, cx. 835

ANTT/ Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CP-086, cx. 943

● Arquivo Soares Carneiro – Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15, nº5, doc.8

● Centro De Intervenção Para O Desenvolvimento Amílcar Cabral

CIDAC _ BAC-789.

- Fontes Secundárias

● Artigos Publicados em Revistas

Radman, Wolf. «The Nationalization of Zaire's Copper: from Union Minière to Gécamines», *Africa Today* Vol. 25, No. 4, Development for Whom?, Oct. - Dec., 1978, pp. 25-47;

Ribeiro, Vasco. «A empresa de relações públicas norte-americana contratada por Salazar (1951-1962) – A estreia da ditadura no modelo assimétrico bidirecional», *Media & Jornalismo*, 13(33), 2018, pp.155-169;

Ribeiro, Vasco. «Lobistas, assessores de imprensa e relações-públicas norte-americanos que serviram o Estado Novo (1942-1974)», *Media & Jornalismo*, nº 19 (35), 2019, pp.51-65. https://doi.org/10.14195/2183-5462_35_4;

Rodrigues, Luís Nuno. «‘Solidão’ na Política Externa Portuguesa no Início da Década de 60: O Caso dos Estados Unidos», *Diplomacia & Guerra: Política externa e política de defesa em Portugal do final da monarquia ao marcelism*; Publicações do Cidehus, 2001;

Silva, A. E. Duarte. «O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)», *Análise Social*, vol. XXX (130), 1995 (1.º), pp.5-50;

Telo, António José. «As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal»; *Revista de História das Ideias*, Vol. 16 (1994);

● Livros

Antunes, José Freire. *Kennedy e Salazar: O Leão e a Raposa* (Lisboa: Difusão Cultural, 1991);

Monteiro, José Pedro. *Portugal e a questão do trabalho forçado – um império sob escrutínio (1944-1962)*, (Lisboa: Edições 70, 2018);

Oliveira, Pedro Aires de. *Os despojos da aliança: a Grã-Bretanha e a questão colonial portuguesa, 1945-1975* (Lisboa: Tinta-da-China, 2017) (145-154);

Rodrigues, Luís Nuno. *Salazar-Kennedy: A crise de uma aliança. As relações luso-americanas entre 1961 e 1963*; (Lisboa: Notícias Editorial, 2002);

Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo Vol. I* (Círculo de Leitores, 1996);

Sá, Tiago Moreira de. *Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola – Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola*; (Lisboa: Dom Quixote, 2006);

● **Documentos Digitais**

George M. Houser, *Portuguese-American Committee on Foreign Affairs*, 15 de Fevereiro de 1962; disponível em: <https://projects.kora.matrix.msu.edu/files/210-808-61/GMHACOAPortAmCt62-3.pdf>.

Homer A. Jack, *ANCOLA – Repression and Revolt In Portuguese Africa*, (American Committee on Africa: New York, 1960); Disponível em: https://projects.kora.matrix.msu.edu/files/210-8082269/ACOA_Angola_Homer_Jack_opt.pdf

Capítulo IV

Fontes Primárias

● **Arquivo Diplomático – Ministério dos Negócios Estrangeiros**

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0120/00186

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0079/12829

PT/AD/MU/GM/GNP/RRI/0794/00443

PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/6547/002

● **Arquivo Oliveira Salazar – Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

ANTT/AOS/CO/UL – 32-1

ANTT/Arquivo Salazar, UL-30G, cx. 738, capilha 4

● **Arquivo António Soares Carneiro – Arquivo Nacional da Torre do Tombo**

ANTT/Arquivo Soares Carneiro, cx.15 nº5.

● **Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral**

CIDAC / BAC-108-2

CIDAC/ BAC-108-7

CIDAC/ BAC-108-9

CIDAC/ BAC-0108-15.

CIDAC/ H34/1NC-25

CIDAC/ BAC - 0190

CIDAC / BAC -108-2

CIDAC / BAC – 251-4

CIDAC / BAC – 251 – NC – 2.

● **Arquivo Histórico Ultramarino**

IPAD/MU/CSFU/GPC/1170/00120

● **Arquivo do Banco de Portugal**

PT/BP/IGCS-BBUR

● **Arquivo do Banco Nacional Ultramarino – Caixa Geral de Depósitos**

BNU – 001.16/136

BNU – 002.17/132

BNU – 002.20/196

● **Organização das Nações Unidas**

O.N.U., Supplement No. 16 (A74978), Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola, New York 1962

O.N.U., Document No A/6000/Rev.1, Report of the Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples, New York, 1963

O.N.U., AGNU, “Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples: report of the Special Committee on the Situation with regard to the Implementation of the Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples”, Annex No. 8 (Part 1), Document A/5800/Rev. 1 (New York, 1964-1965)

O.N.U., Report A/6.000/ADD3, New York, November 1975

O.N.U., Report A/4993, Report of the Sub-Committee on the Situation in Angola, New York, November 1961

O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), Activities of Foreign Economic and other interests which are impeding the implementation of the declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples in Southern Rhodesia, Namibia and Territories under Portuguese Domination and in all other Territories under Colonial Domination and Efforts to eliminate colonialism, apartheid and racial discriminations in Southern Africa, New York, 1975.

- Fontes Secundárias

• Livros

Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos. *Alcora: O Acordo Secreto o Colonialismo*, (Lisboa: Divina Comédia, 2013);

Buelens, Frans e Cassimon, Danny. «The industrialization of the Belgian Congo», in Ewout Frankema e Frans Buelens (ed.), *Colonial Exploitation and Economic Development: The Belgian Congo and the Netherlands Indies compared* (Nova Iorque: Routledge, 2013), pp.229- 250;

Castelo, Cláudia. *O modo português de estar no mundo». O lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, (Porto: Edições Afrontamento, 1998);

Cooper, Frederick. *Histórias de África: Capitalismo, Modernidade e Globalização*, trad. Bárbara Direito (Lisboa: Edições 70, Coleção “História e Sociedade”, 2016);

Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. II* (Círculo de Leitores, 1996);

Innes, Duncan. *Anglo American and the rise of modern South Africa*, (Monthly Review Press, 1984);

J. D. Fage e Roland Oliver (ed.), *The Cambridge History of Africa Volume 6 (1879-1905)* (United Kingdom: Cambridge University Press, 1985);

Jorge Eduardo da Costa Oliveira, *Memórias de África, 1961- 2004*, (Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2005);

L.J. Butler e Sarah Stockwell (ed.), *The Wind of Change - Harold Macmillan and British Decolonization* (New York: Palgrave Macmillan, 2013);

Luís Barroso, Salazar, Caetano e o «Reduto Branco»: *A Manobra Político- -Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974)*, (Lisboa: Fronteira do Caos, 2012);

Manuel Lucena, *Os lugar-tenentes de Salazar*, (Lisboa: Alêtheia Editores, 2015);

Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, «A Modernizing Empire? Politics, Culture, and Economy in Portuguese Late Colonialism», in Miguel Bandeira Jerónimo e António Costa Pinto, *The Ends of European Colonial Empires. Cases and Comparisons* (Hampshire, Palgrave Macmillan: 2015), pp. 51-80;

Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo Vol. I* (Círculo de Leitores, 1996);

Young, Crawford. *Politics in Congo: Decolonization and Independence* (Princeton: Princeton Legacy Library, 1965):

•Artigos publicados em Revistas

«Breve história da pesquisa do petróleo em Angola», *Elettricidade* Nº111 (Jan 1975), pp. 640-650;

Buelens, Frans e Marysse, Stefaan. «Returns on Investments during the Colonial Era: The Case of the Belgian Congo», *The Economic History Review*, New Series, Vol. 62, No. S1, Finance, Investment and Risk (Aug. 2009), pp. 135-166;

Castelo, Cláudia. «“New Brazils” in Africa - development and Portuguese late colonialism», *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, Vol. 30, nº 53 (2014), pp. 507-532;

Chapman, S. D. «Rhodes and the City of London: Another View of Imperialism», *The Historical Journal* 28, no. 3 (1985), pp. 647–666;

Clarence-Smith, Gervase. «Business Empires in Angola under Salazar, 1930-1961», *African Economic History*, No. 14 (1985), pp. 1-13;

Clarence-Smith, Gervase. «The impact of the Spanish Civil War and the Second World War on Portuguese and Spanish Africa», *Journal of African History*, 26, (1985), pp. 309-326;

Cooper, Frederick. «Development, modernization and the Social Sciences in the era of decolonization: the examples of British and French Africa», *Revue d'histoire des sciences humaines*, n.10 (2004), pp.9-38;

Dewani, M. D. «De Beers and Apartheid», *Economic and Political Weekly* 23, no. 41 (1988): pp. 2094–95;

El-Khawas, Mohamed A. “Foreign Economic Involvement in Angola and Mozambique.” *Issue: A Journal of Opinion* 4, no. 2 (1974), pp. 21-28;

Ferreira, Eduardo de Sousa. «A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74»; *Análise Social*, vol. XXI (85), 1985-1.º, pp. 83-110;

Harms, Robert. «The End of Red Rubber: A Reassessment.” *The Journal of African History* 16, no. 1 (1975), pp. 73–88;

Havik, Philip J. «Colonial Administration, Public Accounts and Fiscal Extraction: Policies and Revenues in Portuguese Africa (1900-1960)», *African Economic History* 41 (2013), pp. 159 – 221;

Hillman, John. «Chartered Companies and the Development of the Tin Industry in Belgian Africa, 1900-1939», *African Economic History*, No. 25 (1997), pp. 149-173;

Hopkins, A. G. « Imperial Business in Africa. Part I: Sources», *The Journal of African History*, Vol. 17, No. 1 (1976), pp. 29-48;

Isaacman, Allen, Stephen, Michael, Adam, Yussuf, Homen, Maria João, Macamo, Eugenio e Pililao, Augustinho. «Cotton Is the Mother of Poverty’: Peasant Resistance to Forced Cotton Production in Mozambique, 1938-1961», *The International Journal of African Historical Studies* 13, no. 4 (1980), pp. 581–615;

Katzenellenbogen, Simon E. «Financial links between the Congo and Its Southern Neighbors», *African Economic History*, No.12 - Business Empires in Equatorial Africa, 1983, pp.183-193;

Knight, John e Stevenson, Heather. «The Williamson Diamond Mine, De Beers, and the Colonial Office: A Case-Study of the Quest for Control», *The Journal of Modern African Studies* 24, no. 3 (1986), pp.423–445;

Meneses, Filipe Ribeiro de e McNamara, Robert. «The Last Throw of the Dice: Portugal, Rhodesia and South Africa, 1970–74», *Portuguese Studies*, Vol. 28, No. 2 (2012), pp. 201-215;

Minter, William. «External Sources of Reaction in Angola and Mozambique», *Conference on the Socio-economic Trends and Policies in Southern Africa* (United Nations, African Institute for Economics Developing and Planning; Dar-Es-Salaam, 29-November-7 December 1975);

Minter, William. «Imperial Network and External Dependency: implications for the Angolan Liberation Struggle», *Liberation Struggle – Africa Today*, pp. 25-39;

Morêno, Bettencourt. “Desenvolvimento económico-social do sul de Angola. Aproveitamento hidráulico do Cunene”, *Electricidade* n.º 65, pp. 152-160;

Munier, Nathan. «Diamonds, dependence and De Beers: monopoly capitalism and compliance with the Kimberley Process in Namibia», *Review of African Political Economy*, 43:150 (2016), pp. 542-555;

Newbury, Colin. «Technology, Capital, and Consolidation: The Performance of De Beers Mining Company Limited, 1880-1889», *The Business History Review*, vol. 61, no. 1, [President and Fellows of Harvard College, Cambridge University Press], (1987), pp. 1–42;

Perrings, Charles. «The Creation of Elisabethville 1910-1940. By BRUCE FETTER. (Stanford: Hoover Institution Press, 1976); *The Journal of African History*, Volume 19, Issue 01, Jan. 1978, pp 146-148;

Pires, Leonardo Aboim. «Modernização e industrialização em contexto colonial: a exploração petrolífera em Angola (1965-1974)», *Labor & Engenho*, Campinas [SP] Brasil, v.11, n.4 (Out./Dez. 2017), pp.507-519.

Särkkä, Timo. «The Lure of Katanga Copper: Tanganyika Concessions Limited and the Anatomy of Mining and Mine Exploration 1899–1906», *South African Historical Journal*, 68:3 (2016), pp. 318-341;

Silva, Álvaro Ferreira da, Amaral, Luciano e Neves, Pedro. «Business groups in Portugal in the Estado Novo period (1930–1974): family, power and structural change», *Business History*, 58:1(2016), pp. 49-68;

Silva, Álvaro Ferreira da e Neves, Pedro. «The paradox of nationality: Foreign investment in Portuguese Africa (1890–1974)», *Business History* (2020), pp. 1-25, DOI: 10.1080/00076791.2020.1797683;

Stoler, Ann. «Colonial Archives and the Arts of Governance», *Archival Science* 2, (2002), pp. 87-109;

Tomassoni, Franco. "A trajetória hegemônica do petróleo angolano". *Revista Novos Rumos* 55 1 (2018): <http://dx.doi.org/10.36311/0102-5864.2018.v55n1.07>.pp.1-38;

Torres, Adelino. «Pacto colonial e industrialização de Angola (anos 60-70)», *Análise Social*, vol. XIX (77-78-79) (1983), pp.1101-1119;

Turrell, Rob. «Rhodes, de beers, and monopoly», *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, 10:3, (1982), pp. 311-343;

Uardiola, Nicole. «A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal», *ÁFRICA* 21, (Junho, 2009), pp.16-25;

Varanda, Jorge. «A saúde e a Companhia de Diamantes de Angola», *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1) (2004), pp. 261-268;

Vellut, Jean-Luc. «Hégémonies en construction: Articulations entre État et Entreprises dans le bloc colonial Belge (1908-1960)», *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne des Études Africaines*, Vol.16, No. 2 (1982), pp. 313-330 ;

● Teses

Campos, Rafael Coca de. “Ocupação, Violência e Negociação: Relações Econômicas, Políticas e Sociais entre Populações Pastorais Africanas e a Sociedade Colonial Portuguesa no Sudoeste Angolano” Tese de Mestrado (Universidade Estadual de Campinas, 2017);

Christie, Renfrew. “White Power in Angola and Namibia: The Kunene River Hydro-Electric Schemes. A Study in the Political Economy of Infrastructural Development” (University of Cape Town, 1974);

• **Legislação**

Decreto nº43639, 2 de Maio de 1961

Decreto-Lei n.º 44016 de 8 de Novembro de 1961

Decreto-Lei n.º 46312 de 28 de Abril de 1965

Decreto nº48985 de 2 de Maio de 1969

Decreto nº49019 de 22 de Maio de 1969

Decreto nº 49071 de 20 de Junho de 1969

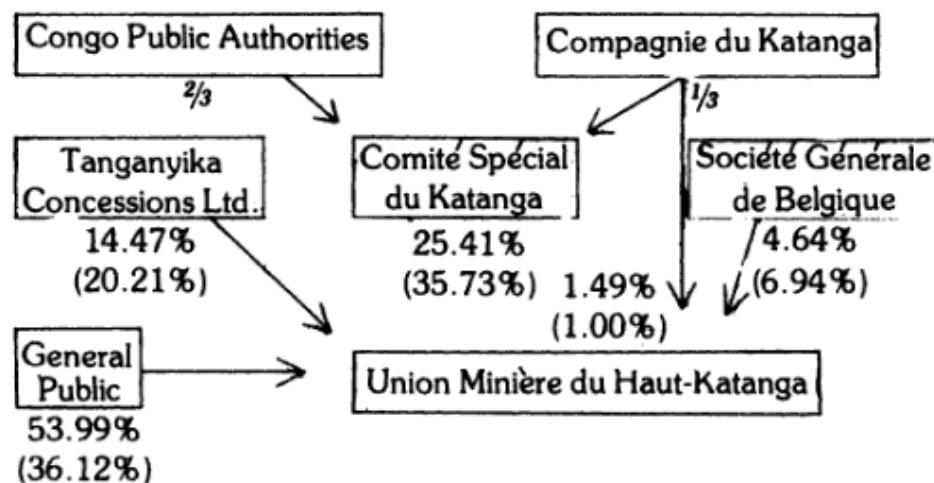
Decreto nº 49131 de 17 de Julho de 1969

Decreto-Lei nº49.203, 25 de Agosto de 1969.

Decreto-Lei n.º 536/70 de 29 de Outubro de 1970

Anexos:

Anexo I: Estrutura acionista da Union Minière du Haut Katanga, 1959



Legenda: Ações e (votos).

Fonte: Wolf Radman, The Nationalization of Zaire's Copper: from Union Minière to Gécamines, *Africa Today* Vol. 25, No. 4, Development for Whom?, Oct. – Dec. 1978, pp. 25-47.

Anexo II: Listas das empresas que integravam a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas em 1961

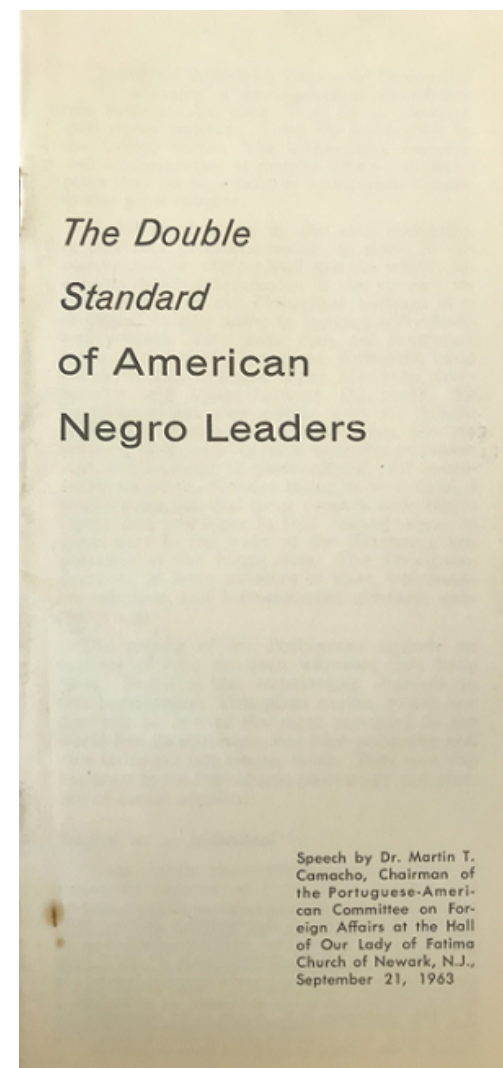
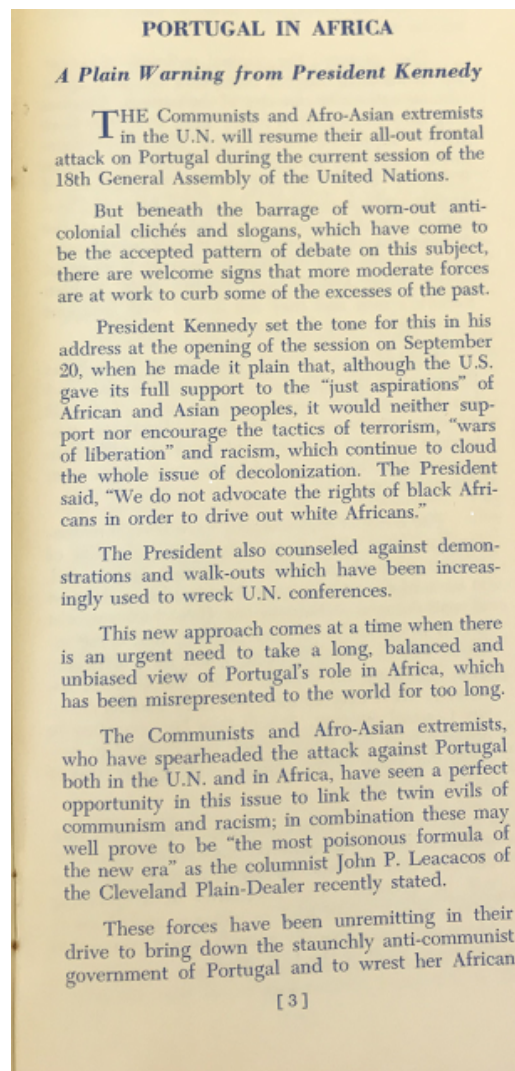
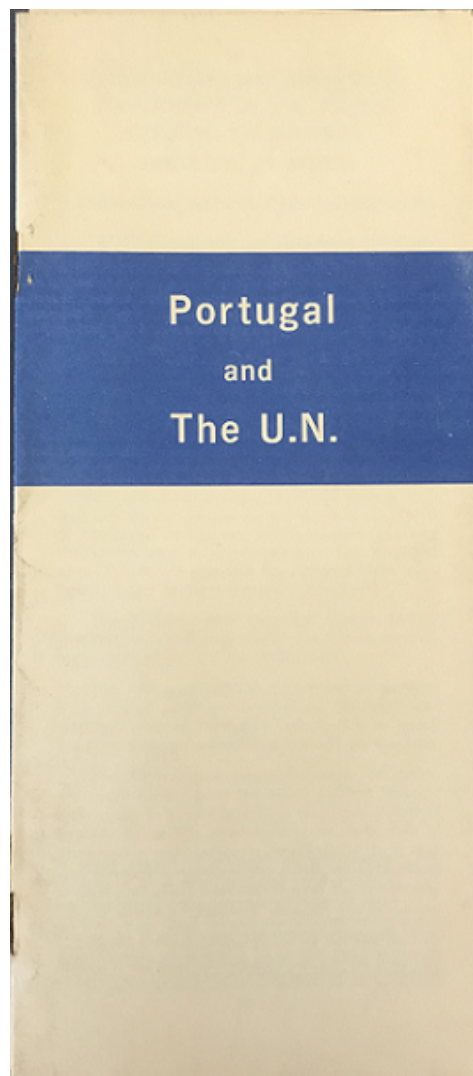
M.A.R. 3 46

LISTA DE CONTRIBUIÇÕES

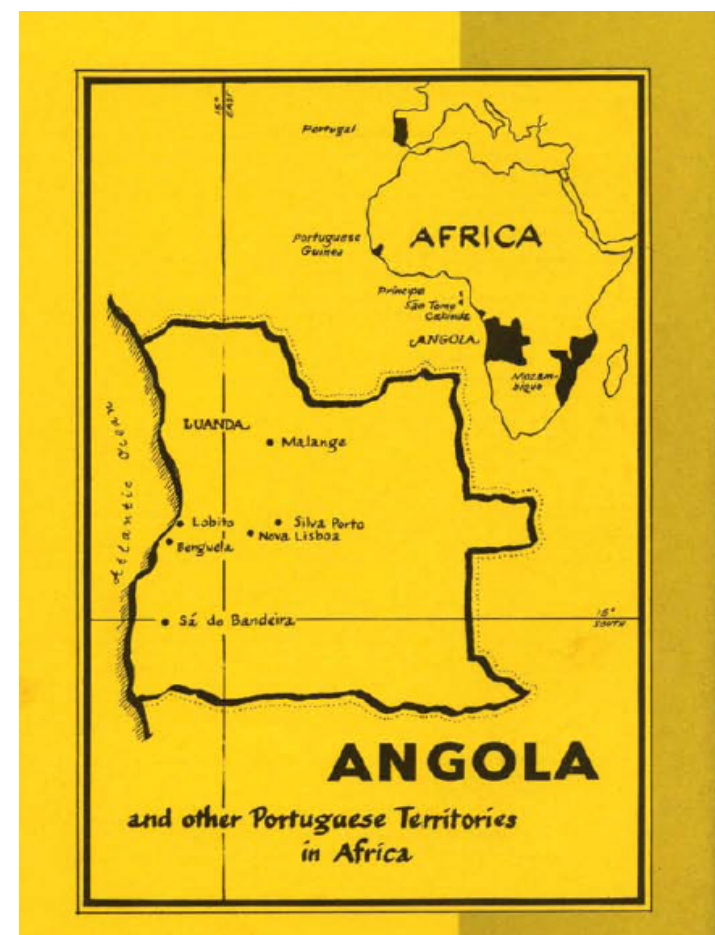
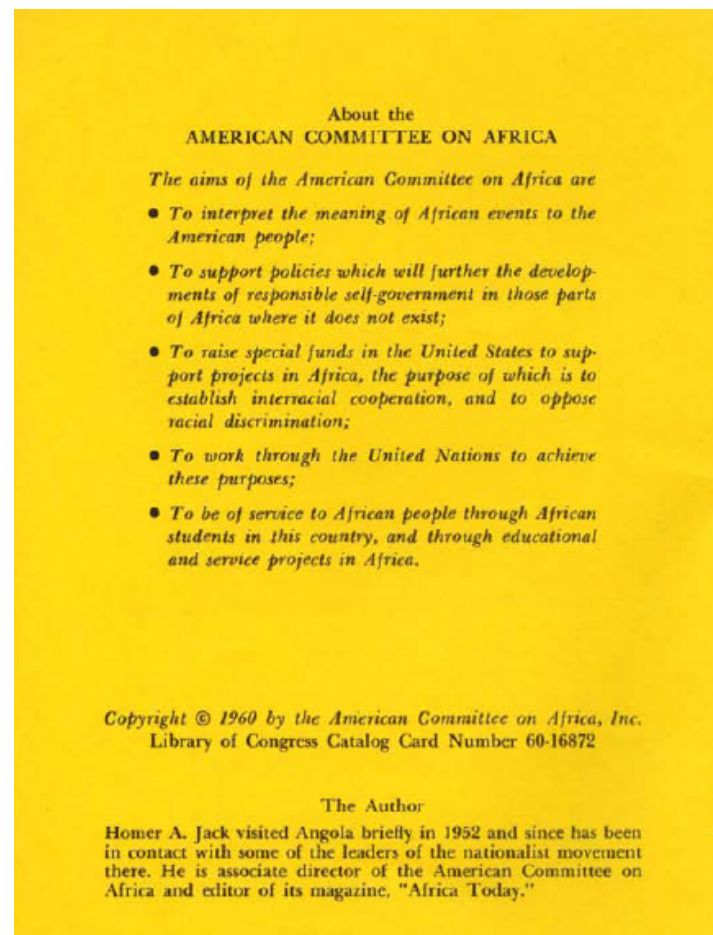
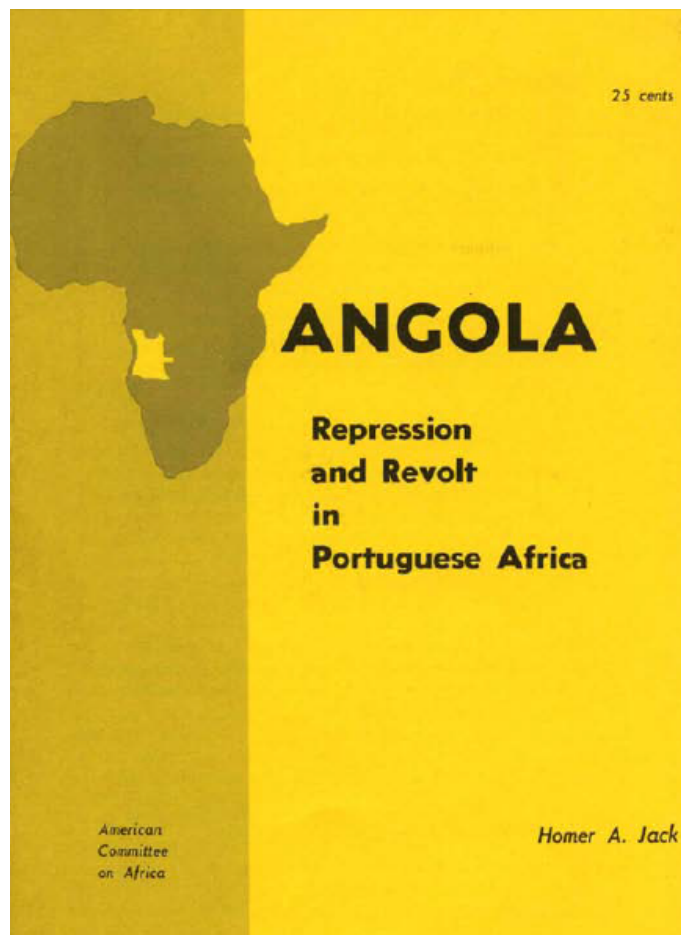
<u>Confirmadas</u>	
COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO	2.000.000\$00
GRUPO MANUEL LAGOS	2.000.000\$00
BANCO DE ANGOLA	2.000.000\$00
COMPANHIA DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA	2.000.000\$00
COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA	2.000.000\$00
COMPANHIA MINEIRA DO LOBITO	2.000.000\$00
GRUPO C.U.F.	2.000.000\$00
COMPANHIA ANGOLANA DE AGRICULTURA	1.000.000\$00
SOCIEDADE AGRICOLA DO CASSEQUEL	1.000.000\$00
COMPANHIA DOS COMBUSTÍVEIS DO LOBITO	1.000.000\$00
COMPANHIA DOS CIMENTOS DE ANGOLA	500.000\$00 (a)
COMPANHIA DOS CIMENTOS SECIL DO ULTRAMAR	500.000\$00 (a)
LUSALITE & PREVIDENTE DE ANGOLA	350.000\$00
COMPANHIA GERAL DOS ALGODÕES DE ANGOLA	300.000\$00
SOCIEDADE ULTRAMARINA DE TABACOS LTDA.	250.000\$00
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE	200.000\$00
GUERDES & ALMEIDA	200.000\$00
NOVA EMPRESA DE CERVEJAS DE ANGOLA	200.000\$00
SOCIEDADE DE COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES	150.000\$00
COMPANHIA DE BENGUELA	150.000\$00
CIMANG	150.000\$00
ALUMÍNIO PORTUGUÊS (ANGOLA)	150.000\$00
SOCIEDADE INDUSTRIAL DE GROSSARIAS DE ANGOLA(SIGA)	150.000\$00 (a)
<u>Não confirmadas</u>	
COMPANHIA UNIÃO DE CERVEJAS DE ANGOLA (CUCA)	1.000.000\$00 (a)
BANCO COMERCIAL DE ANGOLA	500.000\$00 (a)
COMPANHIA DE SEGUROS ULTRAMARINA	100.000\$00
(a) - Em moeda de Angola exclusivamente.	
9/5/61.	

Legenda: Lista das empresas que, em Maio de 1961, compunham a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas;
Fonte: PT/TT/Companhia de Diamantes de Angola, cx.2, pasta 4.

Anexo III: Exemplo de dois panfletos da Portuguese-American Committee on Foreign Affairs



Anexo IV: Exemplo de um panfleto de propaganda do American Committee on Africa, 1960.



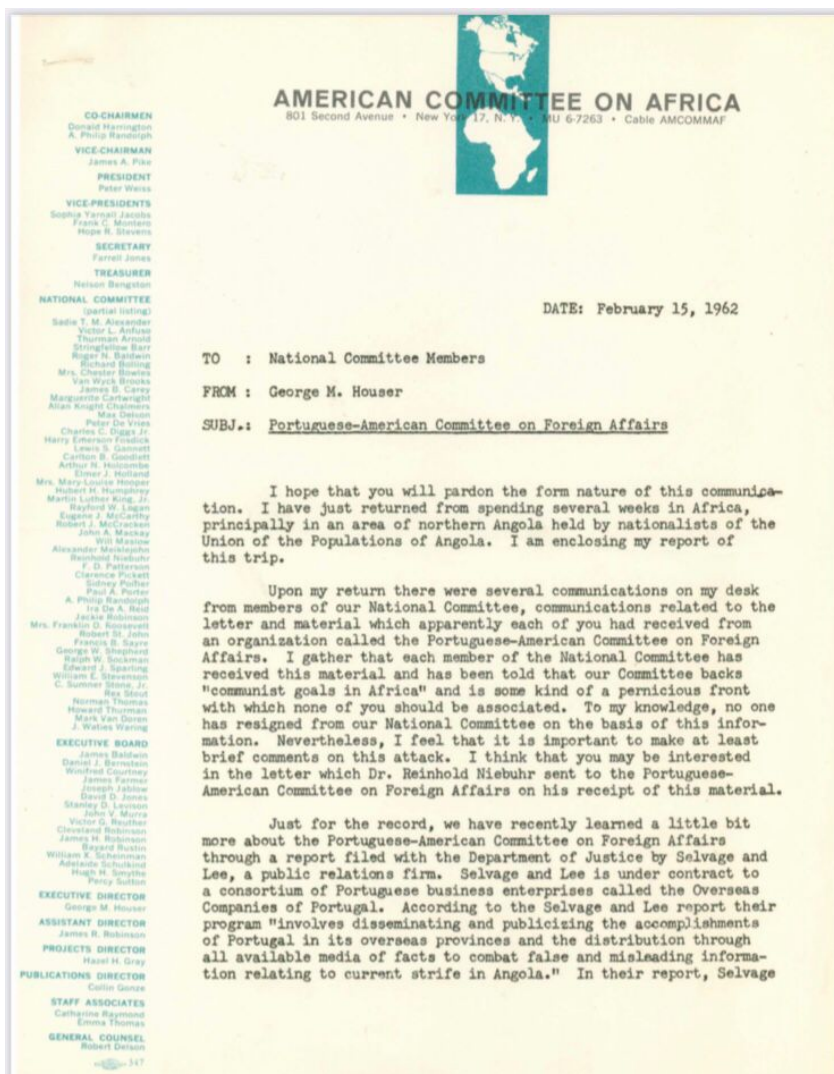
Fonte: Homer A. Jack, *ANGOLA – Repression and Revolt In Portuguese Africa*, (American Committee on Africa: New York, 1960); Disponível em: https://projects.kora.matrix.msu.edu/files/210-808-2269/ACOA_Angola_Homer_Jack_opt.pdf.

Anexo V: Fotografia de George M. Houser em Angola com membros da U.P.A., entre o dia 5 e 17 de Janeiro de 1962.



Fonte: African Activist Archive, Disponível em: <https://africanactivist.msu.edu/image.php?objectid=210-809-1319>.

Anexo VI: Carta enviada por George M. Houser aos membros da American Committee on Africa, 15 de Fevereiro de 1961



Memo

Page 2

and Lee indicate that one of their employees is Dr. Martin T. Camacho. They also indicate that they pay a retainer fee weekly to Mr. Camacho and that furthermore, they pay the organization's expenses in maintaining an office and distributing material.

I point this out, not because there is anything wrong with a public relations firm making a contract with any group with which they wish to do business, but it does help in making a judgement about the credibility of material issued by such a public relations firm if one knows who is paying the bill. The American Committee on Africa receives absolutely none of its funds from any source other than its members and contributors in the United States.

One thing distressing about the attack of the Portuguese-American Committee on Foreign Affairs is that nothing substantive is stated. The American Committee on Africa is attacked because it "backs communist goals in Africa." But there is no examination of what the issues in Africa or in African-American relations are, no analysis of what the Soviet position is, no comment on any statements or on any literature which our Committee has issued, and nothing at all is said about statements by American State Department representatives or our Mission to the UN on the question of Angola, and especially no reference is made to the report of the U.N. Sub-commission on Angola with whose findings our Committee has generally agreed. Our Committee has published pamphlets, written by scholars in the field of African affairs including some on Mozambique and Angola. Our position is backed up by almost all serious students of African affairs -- that Portuguese rule in Africa has laid the seeds for its own destruction through its political repression of the great mass of people, its economic exploitation, its forced labor system, and its particular form of racism which does differ from the apartheid pattern of South Africa, for instance, but is nevertheless racist. We have taken the position that the way should be paved for Portuguese colonies in Africa to become independent, although we have never tried to put a timetable on the achievement of this objective. The Portuguese-American Committee along with Selva and Lee has undoubtedly distributed millions of copies of atrocity pictures of what happened on March 15th, but with no analysis of events leading up to that date. Our Committee has never made any excuse for the atrocities which were committed by the Africans, other than explaining the bitterness which the Africans do feel towards the Portuguese. The Portuguese-American Committee, however, has never made any comment on the wave of mass terror against the Africans by the well-armed Portuguese both on land and in the air.

We should feel highly honored that the Portuguese-American Committee on Foreign Affairs practically gives us credit for molding American policy towards Africa. Naturally, any organization hopes that it can have some influence from time to time. I trust that our activities and our statements have not been entirely unnoticed by those who do form government policy. The Portuguese-American Committee makes

it seem almost pernicious to have engaged in discussions with G. Mennen Williams, for example. We carry on activities no different from thousands of other groups that are interested in public policy in the United States.

The Portuguese-American Committee, undoubtedly taking its information from elsewhere, says some rather unfortunate things in order to make it seem that the communists have had a role in the revolt in Angola. As the report on my trip indicates, and I think I can speak with some authority since I was just in Angola, I saw no evidence of any communist influence on the revolt. The U.N. Sub-commission concurs in this observation. The letter which the Portuguese-American Committee enclosed with the material sent out, supposedly written by Holden Roberto, the President of the U.P.A., is an obvious forgery. It doesn't even have his correct signature on it. Roberto has never visited Moscow. The first time he was even in any part of Eastern Europe was when he attended the Belgrade Conference last September. He travels regularly on a Tunisian passport, and persistently has refused to do business with the Eastern bloc countries. I have personally known him ever since 1954 when he called on me at the Union Mission House in Leopoldville. He himself is a product of British Baptist missionary work in northern Angola and in the Congo.

Frequently the final refuge of someone holding an untenable position is to attack the opposition as "communistic." The A.C.O.A. cannot take this attack by innuendo seriously, and therefore I shall make no effort to answer the sneers against some of our Board members. Suffice it to say that any examination of the positions of A.C.O.A. would find them at wide variance with the Communist position on key questions such as the Congo, for example. We certainly have had no Communists on our staff or Board.

If the Portuguese-American Committee on Foreign Affairs had taken the trouble to get in touch with our Committee some of their small factual errors could have been cleared up quite easily. They call our publication "Africa Speaks" instead of *AFRICA TODAY*. They call Mr. Hope Stevens an Associate Executive Director of the Committee and Homer Jack a former Executive Director, both of which are wrong, although the mistake is not important. They say that Frank Montero recently visited Mozambique, which he has never done.

Ordinarily we would ignore irresponsible attacks made by committees such as Camacho's. But I thought it important that some comments should be made to various members of our National Committee since a number had written in to us. If there are still questions which you would like to have answered of a more specific nature, please let me know. Obviously, I have not dealt with every point the Portuguese-American Committee has tried to make, because this did not seem necessary. But I would be glad to make comment on any question that members of the National Committee would like to raise after reading the report on my recent trip.

Fonte: George M. Houser, *Portuguese-American Committee on Foreign Affairs*, 15 de Fevereiro de 1962, p.1, disponível em: <https://projects.kora.matrix.msu.edu/files/210-808-61/GMHACOAPortAmCt62-3.pdf>

Anexo VII: Listas das empresas que integravam a Associação Portuguesa das Empresas Ultramarinas durante a década de 1960

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DO ULTRAMAR

EMPRESAS DE ANGOLA

MARTO CUNHA S&L - Rua Augusta 27-28E.
 Cº GERAL DOS ALODÓJES DE ANGOLA - R. Paquetairos, 12-3º
 NOVA EMPRESA DE CERVEJAS DE ANGOLA - Rua do Ouro, 181,1º 324995
 Cº DE CIMENTO SOTIL DO ULTRAMAR - Rua do Comércio 56 -3º
 SOC. AGRÍCOLA DO CASERQUEL - Largo Carro, 10-1º
 Cº NACIONAL DE NAVEGAÇÃO - Rua do Comércio, 85
 GURDES & ALMEIDA LIMA - Rua do Ouro 181-2º
 SOC. ULTRAMARINA DE FARFOS - Av. Liberdade, 10-4º 326464
 Cº DO ASSUCAR DE ANGOLA - Praça Município, 25
 Cº DE SEGUROS QUIQUE - Av. Sidónio Paea, 2-3º
 Cº AGRÍCOLA DO PUEBASSAI - R. Comércio, 8
 Cº PORTUGUESA RADIO MANGONI - R. S. João, 131
 FOSFORITA PORTUGUESA S&L - Av. Liberdade, 228-r/c
 Cº DE SEGUROS A MUNDIAL DE ANGOLA - C. Postal -500 - Luanda
 Cº DE CIMENTOS DE ANGOLA - R. Brancamp, 7-7ºBsq.
 BANCO DE ANGOLA - R. da Prata, 10.
 Cº GERAL DE ANGOLA - Calçada do Surtos, 19-3º
 Cº DE SEGUROS ULTRAMARINA - R. Prata, 108
 Cº DE PETRÓLEOS DE ANGOLA - R. Prata, 51-3º
 Cº MINERA DO LOBITO - Av. Sidónio Paea, 2-4º
 Cº DO CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA - R. Atafio, 7
 Cº FÁBRIL E COMERCIAL DO ULTRAMAR - R. Tomás Ribeiro, 50-4º
 Cº DA ÁFRICA OCIDENTAL PORTUGUESA - Av. Liberdade, 190-4º
 Cº UNIÃO DE CERVEJAS DE ANGOLA - Av. Almirante Reis, 115
 CEMENTO DE ANGOLA S&L - R. Martens Ferrão, 12-1º
 Cº ANGOLANA DE AGRICULTURA - R. Comércio, 56-2ºB
 Cº DE SEGUROS TRANQUILIDADE - Av. Liberdade, 242
 LUSALITE & PRESIDENTE DE ANGOLA - R. Lapa, 106
 Cº DOS COMBUSTÍVEIS DO LOBITO - R. Prata, 51-3º
 Cº DE SEGUROS DOMAÇA - R. Ouro, 100
 BANCO COMERCIAL DE ANGOLA - R. S. Nicolau, 71-4º
 SODRE S&L - R. José Antevão, 83 R.6º
 LELLO & Cº LIMA - R. Conde de Viseu 12-1º - Porto

/...

Cº DE DIAMANTES DE ANGOLA - Rua dos Paquetairos, 12-2º
 SOC. DE REPRESENTAÇÕES SOCOR - Praça Alegria, 58-4º-B
 SOC. PORTUGUESA DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEOS (ANGOL) - Rua Castilho, 69
 1º Bsq. 42948 e 50888

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DAS EMPRESAS DO ULTRAMAR

EMPRESAS DE MOÇAMBIQUE

ENTREPOSTO COMERCIAL DE MOÇAMBIQUE - Largo Biblioteca, 10
 Cº DE MOÇAMBIQUE - Largo Biblioteca, 10
 Cº do BUIX - R. Prata, 51-2º
 SOC. Agrícola do NADAL - Praça Príncipe Real, 11-1º
 CINEMAS DA RUIA LIMA - C. Postal - 175 - Beira
 SOC. AGRÍCOLA DO INCOMATI - R. Nova da Trindade, 10-1º
 SOC. NACIONAL DE PETRÓLEOS (SONAP)
 SERRA SUGAR RESERVES LTD-Av. Indis, 8
 Cº DO BOMOR - R. Arsenal, 54-2º
 Cº DE CIMENTOS DE MOÇAMBIQUE - R. Brancamp, 2º -Bsq.
 Cº DE SEGUROS A MUNDIAL DE MOÇAMBIQUE - C. Postal, 514 - Beira
 BANCO NACIONAL ULTRAMARINO - R. Comércio, 73
 Cº DA ZAMBÉZIA - R. Luís Fernandes, 5
 MOÇAMBIQUE S&L
 R. SALIMA & CARVALHO LIMA - C. Postal, 212 Beira
 Cº COMERCIAL JOÃO FERREIRA DOS SANTOS - Av. António Augusto de Aguiar,
 9-r/c Dto.
 SONAP - R. Tomás Ribeiro, 97
 INDUSTRIAS PORTUGUESAS DE MINERAS, C. Postal 475 - Beira
 Comp. SEGUROS TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE - C. Postal 9- R. Marques

Fonte: PT/AD/MU/GM/GNP/RNP/0082/02559

Anexo VII – Registro dos cinquenta anos de operação da Companhia de Diamantes de Angola, 1971

Angola Diamond Company (DIAMANG): record of operations, 1921-1970

	<u>Million escudos</u>	<u>Per cent</u>
Income:	20,230.0	100.0
Paid-up capital	294.1	
Gross income from diamond sales	18,619.7	
Financial operations	1,317.2	
Use of income:		
Employment costs	10,008.9	49.5
Reserves	487.2	2.4
Share in the defence of the Territory (frem 1961)	193.2	0.9
Public works for the local population in Lunda	48.2	0.2
Cultural and scientific research	39.0	0.2
Welfare	110.1	0.5
Paid o the territorial Treasury:		
Total:	5,287.5	26.0
Share in profits	4,191.6	20.6
Dividends and bonuses	380.9	1.9
Purchase of bonds	125.0	0.6
Loans at end of 1970	481.6	2.4
Loans converted to grants	108.4	0.5
Reserves incorporated in capital	570.9	2.8
Distributed dividends excluding the Government	3,482.1	17.2
Other payment: to shareholders	58.9	0.3

Source: Report to the annual meeting, A Província de Angola, 1 June 1971.

Fonte: O.N.U., Supplement No. 23A (A/8423/Ver.1/Add.1), Activities of Foreign Economic and other interests which are impeding the implementation of the declaration on the granting of independence to colonial countries and peoples in Southern Rhodesia, Namibia and Territories under Portuguese Domination and in all other Territories under Colonial Domination and Efforts to eliminate colonialism, apartheid and racial discriminations in Southern Africa, New York, 1975, p.42.

